00100.184612/2019-36

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIV SUP. B AO Nº 46, QUINTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2019

ATAS DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)
1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)
1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)
3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Presidente
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
1º Vice-Presidente
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º Vice-Presidente
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
1º Secretário
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º Secretário
Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)
3º Secretário
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)
2º - Senador Weverton (PDT-MA)
3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)
4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Presidente
Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)
1º Vice-Presidente
Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)
2º Vice-Presidente
Deputado Soraya Santos (PL-RJ)
1º Secretário
Deputado Mário Heringer (PDT-MG)
2º Secretário
Deputado Fábio Faria (PSD-RN)
3º Secretário
Deputado André Fufuca (PP-MA)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)
2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)
3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)
4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)

DIÁRIO CONGRESSO NACIONAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES MISTAS TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS

Ata da 12ª Reunião, realizada em 26 de novembro de 2019 5

Ata da 13ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2019 109

Ata da 14ª Reunião, realizada em 3 de dezembro de 2019 141

Ata da 15ª Reunião, realizada em 4 de dezembro de 2019 207

Ata da 16ª Reunião, realizada em 10 de dezembro de 2019 371

1.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 897/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2019 424

Ata da 2ª Reunião, realizada em 29 de outubro de 2019 429

Ata da 3ª Reunião, realizada em 6 de novembro de 2019 430

Ata da 4ª Reunião, realizada em 12 de novembro de 2019 431

Ata da 5ª Reunião, realizada em 20 de novembro de 2019 432

Ata da 6ª Reunião, realizada em 3 e 4 de dezembro de 2019 433

1.3 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 898/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2019 448

1.4 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 899/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2019 453

1.5 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 900/2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de dezembro de 2019 456

Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de dezembro de 2019 465

Ata da 3ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2019 466

1.6 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 901/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 20 de novembro de 2019 467

Ata da 2ª Reunião, realizada em 3 de dezembro de 2019 475

Ata da 3ª Reunião, realizada em 10 e 11 de dezembro de 2019 476

1.7 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 902/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de dezembro de 2019 482

1.8 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 903/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de dezembro de 2019 485

1.9 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 904/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de dezembro de 2019 488

Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de dezembro de 2019 492

1.10 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 905/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2019 493

1.11 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 906/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2019 505

1.12 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 907/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2019 508

1.13 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 908/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2019 514

1.14 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 910/2019

Ata da 1ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2019 517

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e onze minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Luiz do Carmo, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Ricardo Barros, Juarez Costa, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Carlos Jordy, Márcio Labre, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Alexandre Frota, Paulo Ramos, Pr. Marco Feliciano, Dr. Leonardo, Izalci Lucas, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Bia Kicis, Marcos do Val e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Walter Alves, Luizianne Lins, Delegado Éder Mauro, Arthur Oliveira Maia e Túlio Gadêlha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva decorrente dos Requerimentos nº 236 e 241/2019. Oitiva do Carlos Alberto dos Santos Cruz, General e Ex-ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência, em atendimento aos requerimentos 236/2019 e 241/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/26

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à oitiva decorrente dos Requerimentos nºs 236 e 241, de 2019, CPI Fake News, de autoria do Deputado Marcelo Ramos, do Estado do Amazonas, e do Senador Rogério Carvalho, do Estado de Sergipe, os quais convidam o Gen. Carlos Alberto dos Santos Cruz para prestar depoimento nesta Comissão.

Concedo a palavra, neste momento, ao Gen. Carlos Alberto dos Santos Cruz, pelo tempo que achar necessário, e, em tempo, agradeço-lhe por ter acatado e até aceitado o convite desta Comissão.

Com a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Boa tarde, Senador Angelo Coronel, Presidente da CPMI, Deputada Lídice da Mata, Deputado Ricardo Barros, advogado Nivaldo Vieira Felix e todos os presentes aqui. Eu queria dizer da minha satisfação, da minha consideração de atender este convite.

Acho que qualquer cidadão tem que considerar quando é chamado por uma Comissão de Deputados e Senadores, porque, nesta sala, estão representados, talvez, alguns milhões de brasileiros. Então, é uma honra para mim estar aqui na frente dessa representação de milhões de cidadãos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Neste momento, passo a palavra para a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata, para iniciar os seus questionamentos ao nosso nobre convidado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Eu não sei se o General foi informado de que, além dos cumprimentos, se quiser pode fazer uma exposição da sua trajetória, da sua passagem pela Secretaria.

O tempo é seu – se o senhor quiser, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós franqueamos aqui, e ele disse que gostaria de...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Talvez ele tenha, com muita gentileza, feito um protocolo de saudação e, talvez, não soubesse que pode se estender nas suas considerações iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Permite-se, pelo tempo que V. Sa. desejar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputado Rui, pela questão de ordem. Eu já tinha colocado à disposição, mas ele, no momento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E uma solicitação de V. Exa., com certeza, o General atende com mais vontade.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Ainda mais porque é aniversário dele hoje.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ainda mais porque V. Exa. aniversaria no dia de hoje.

Eu queria aproveitar para, em nome desta Comissão, parabenizá-lo. Sei que essa jovialidade vai perdurar por muito tempo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Amém.

A minha presença aqui se deve a esse convite, a essa consideração a que eu fiz referência, e a esclarecer... Talvez uma ou outra pessoa que não tenha seguido a minha... o porquê de eu estar aqui.

Eu fui Ministro da Secretaria de Governo do dia 1º de janeiro até o dia 13 de junho. Então, aproximadamente seis meses, cinco meses e meio, como Ministro da Secretaria de Governo. Por essa razão, por essa participação intensa, já que é um dos ministérios que ficam dentro do Palácio, então, houve por bem a Comissão aprovar o convite à minha pessoa.

Estou aqui dentro de um espírito de colaboração e gostaria de dizer que meus seis meses na vida política, como Ministro, na Secretaria de Governo, que, essencialmente, tem um componente político muito forte, me deixaram bastante satisfeito e esperançoso com a qualidade de nossos Parlamentares. Atendi, talvez, mais de cem Parlamentares lá, Senadores e Deputados, e sempre tive absoluto respeito, nunca tive problema nenhum. A grande massa, a quase totalidade nunca foi pedir nada, só para o relacionamento político com o Poder Executivo. Então, eu gostaria de destacar essa qualidade do nosso Congresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre General, antes de passar a palavra aqui para a nossa Relatora, eu vou lhe fazer uma pergunta até trivial, mas eu acredito que seja uma pergunta que causa muita curiosidade, principalmente porque só ouvimos algumas considerações pela imprensa. O senhor é muito amigo do Presidente Bolsonaro?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, essa amizade vem da época de vinte e poucos anos de idade, quando nós éramos atletas na mesma equipe desportiva. Não era uma amizade de ambiente profissional, era uma amizade de ambiente esportivo. Então, era aquela fase boa da vida em que não se fala de trabalho, não se fala de política, não se fala de nada. Era simplesmente a vida de atleta, que treina durante o dia e, depois, desfruta do resto do tempo esperando o treinamento do dia seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A que o senhor atribui o convite dele para o senhor fazer parte de uma pasta tão importante? Simplesmente por participar do esporte?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, isso foi o contato inicial. Depois, ao longo da vida, houve vários contatos, e talvez também... A minha vida se tornou bastante pública. Em termos militares, ela se tornou bastante pública, pelas funções que eu exerci, principalmente fora do Brasil. E por essa razão ele me convidou.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A sua saída do Governo o senhor atribui ao próprio Presidente ou a membros da sua família que impuseram sua saída do Governo?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, a situação de Ministro... Ministro é uma prerrogativa do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas em tão pouco tempo, General? Tão pouco tempo assim?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Teve gente com menos tempo até.

Então, a escolha de ministro e a dispensa do serviço de ministro é uma prerrogativa do Presidente. O que a gente pode, às vezes, é criticar a maneira como isso é feito ou coisas assim, mas a prerrogativa é do Presidente. Não existe nada de errado em o Presidente substituir seus ministros, seja por pressão partidária, seja por pressão familiar, seja por pressão, por querer uma pessoa com outro perfil, seja por qualquer razão, seja até por razões inexplicáveis. O Presidente tem essa prerrogativa. Várias pessoas aqui talvez já tenham sido Governadores, que também é uma função executiva, Prefeitos. São prerrogativas do Poder Executivo. Então, não existe, da minha parte, nenhuma crítica a esse direito e nem a essa prerrogativa.

Ser Ministro não é carreira. Minha carreira foi feita em outra profissão. Não existe carreira de Ministro. Eu aceitei na época – eu nem estava no Brasil, eu estava trabalhando fora –, aceitei pelo projeto. Era uma proposta, era um candidato em que eu votei, um candidato que... Eu acreditava na proposta dele. Acho que, na minha visão, como eleitor, eu queria a mudança na eleição. E aceitei de bom grado. Não me arrependo. Acho que foi uma boa experiência. Saí esperançoso da política.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – General, tudo isso nós sabemos. Que o Ministro pode ser demitido *ad nutum*, isso é público e notório, e o senhor nos repete, mas o senhor fala em razões inexplicáveis e falou também que acreditava no programa dele. Então, a pergunta é: o senhor continua amigo dele? Quais são as razões inexplicáveis?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou abrir essa exceção para o nosso Deputado Rui, porque é aniversário dele. Então, já damos um presente a ele de a primeira pergunta ter sido da sua lavra.

Só para concluir o meu questionamento, para depois ouvirmos os nossos colegas e a nossa Relatora, General, se as eleições fossem hoje, o senhor votaria de novo no Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Se fosse a mesma eleição, votava. Se fosse a mesma, eu votaria.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, isso significa que o senhor saiu sem nenhuma mágoa do Governo, saiu com tranquilidade, aceitou bem a sua exoneração.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não... Aquela eleição lá atrás, como eu falei, foi uma eleição que foi aquele quadro eleitoral ali. Não significa que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

próxima vai ser o mesmo quadro. Cada eleição é uma eleição diferente. Então, naquela lá, se ela fosse hoje, eu votaria, mas se o contexto fosse o mesmo. Acredito que o contexto à frente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, o senhor saiu sem mágoa, em resumo?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Saí sem mágoa, saí aliviado até. Você sai aliviado, porque você... Eu não trabalhei por dinheiro. Eu não trabalho por dinheiro. Aliás, nunca foi a minha formação, o meu estilo trabalhar por dinheiro. Eu fui trabalhar para colaborar com um projeto com seriedade, com trabalho, com educação, recebendo todos os Parlamentares sem radicalismo, sem extremismo. Então, o seu projeto é de trabalho. Quando as condições não ficam as ideais, então, não vale a pena até.

Aquilo que o Deputado falou de razões vamos dizer... Uma autoridade, ela pode dispensar o serviço de qualquer cargo de confiança por algumas razões ou até por razões de foro íntimo, às vezes, sem querer tornar explícito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, o senhor acabou de afirmar que saiu do Governo aliviado? Isso significa que a pressão nos seis meses foi grande na sua pasta.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não havia pressão. Era pressão de trabalho mesmo, de trabalho pesado, o que também não é problema, traz satisfação. Trabalhar com intensidade traz satisfação, mantém a gente ativo. Mas alguns eventos ali, no final do filme, não foram agradáveis.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu passo a palavra a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata.

Muito obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde a todos os Srs. e Sras. Parlamentares, aos que nos acompanham, nesta CPMI, da Assessoria, da imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu cometi aqui um...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... um deslize, sem falar aqui da biografia do nosso convidado.

Eu vou pedir desculpa para V. Exa....

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... e também ao nobre General, porque passei essa parte.

Carlos Alberto dos Santos Cruz é General de Divisão do Exército Brasileiro, ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência.

O Gen. Carlos Alberto é formado em Engenharia Civil pela PUC de Campinas. Em sua carreira militar de mais de 50 anos, foi Adido Militar do Brasil na Rússia, Comandante da Missão de Paz na ONU no Haiti, entre 2006 e 2009. Chegou a alcançar o posto de General de Divisão em 2009. Entre 2013 e 2015, comandou a Missão de Paz na ONU na República Democrática do Congo. Foi também Assessor Especial do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e, mais recentemente, Ministro da Secretaria de Governo, cargo que exerceu no período de janeiro a 13 de junho deste ano.

Retoma a palavra a Sra. Deputada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Gen. Santos Cruz, o senhor, claro, sabe que esta CPMI trata de investigar a existência de notícias fraudulentas, notícias falsas nas redes sociais e também de um processo que se dá, paralelo a este, que é o de destruição de reputações. O senhor acha que esta prática causa dano à sociedade brasileira e à democracia brasileira?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sem dúvida nenhuma.

A prática da mentira, ou, então, em épocas de eleições, em disputas eleitorais, em disputas de poder, de vez em quando, há mentiras famosas ao longo da história, isso aí não é novidade. O que se tem hoje é porque a tecnologia disponível, com as mídias sociais, deu uma velocidade muito grande a isso aí. E eu vejo também que houve uma polarização muito forte na última eleição. Nós tivemos aí um grupo de partidos liderados pelo PT que ficou no Governo um período; depois, houve um período tampão ali do Vice-Presidente, que foi o Michel Temer, que exerceu a Presidência; e aí uma disputa eleitoral extremamente polarizada, como era esperado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, as eleições são extremamente polarizadas. Mas, infelizmente, eu vejo radicalismo dos dois lados. Isso é minha visão. Dos dois lados, os grupos radicais não conseguem ter um comportamento democrático. Os extremos são negativos em qualquer ambiente. E aí o que acontece? Quando um perde a eleição, isso aí é como no esporte. Eu ganhei muito poucas vezes; na maioria das vezes, eu perdi. Você chega em segundo, em terceiro, em quarto etc. Então, você aprende que nem sempre se ganha. Na democracia também, você ganha algumas e perde outras. Aquele que perdeu tem que saber que perdeu e tem que reconhecer que o outro ganhou. E quem ganhou tem que saber que ganhou para governar para todo mundo, inclusive para o que perdeu. Então é um entendimento.

Agora, há que se tirar os extremos, que existem em qualquer sociedade. Os extremos existem em qualquer sociedade, em qualquer ambiente. Até por personalidade, às vezes, a pessoa é extremista. Às vezes ela não o é nem por filosofia, é por personalidade. Então, tirando esses extremos, a sociedade brasileira não é uma sociedade ideológica, não é uma sociedade extremista, com características extremistas. É uma sociedade que, até pelo momento econômico, social etc., está interessada em resultados.

Mas às vezes, o que é que acontece? A tecnologia hoje disponibilizou condições de grupos pequenos até fazerem, criarem um ambiente às vezes extremamente complicado. Então eu vejo que isso aí realmente é nocivo, como a senhora perguntou. Eu acho que é nocivo quando há esse tipo de comportamento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor tem consciência de que esse comportamento também não está restrito ao ambiente político? O Brasil recentemente sofreu uma campanha de *fake news* que desaconselhava a vacinação em nosso País, a vacinação de sarampo, por exemplo. Isso, portanto, na sua opinião, também traz consequências danosas ao conjunto da sociedade, quando aplicado também em relação a outras questões?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, o extremismo, seja ele filosófico... Há histórias de gente que às vezes até o filho morreu porque havia um extremismo ali de caráter religioso, de interpretação religiosa etc. Então eu prefiro aqui a gente tratar das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coisas que satisfazem ou que são necessidades da sociedade brasileira e deixar esse extremismo... analisar esse extremismo como uma coisa prejudicial.

Agora, são grupos pequenos. Não é o problema de se discutir filosofia, não é o problema de haver partidos que... Eu não gosto desse esquerda e direita, porque isso aí é meio genérico, mas... Não há problema nenhum de se discutir, de haver posições diferentes, ou de a pessoa não gostar do meu modo de administrar, do meu modo de fazer política, do meu modo de gestão. Isso aí não tem problema nenhum. O problema é quando se parte para ataques pessoais, quando se parte para ataques de baixíssimo nível. Então, aí, fica complicado. E isso aí acaba contaminando pessoas. Acaba contaminando pessoas.

Então eu vejo que há uma sociedade nossa que fez a sua opção política, como outros estão fazendo, aqui na América do Sul, e há que se respeitar essa opção. E todo mundo tem que respeitar, tanto quem ganhou, como quem perdeu.

Agora, os grupos extremistas não têm jeito. Eles são acredito que mais por personalidade do que por filosofia.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor se considera uma pessoa que foi vítima desses grupos extremistas no Governo?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Não. Eu não me considero vítima, não, porque eu não gosto desse negócio de vitimização, mas...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas sofreu ataques?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É lógico, sem dúvida nenhuma. Só que são coisas que, para mim, realmente, não... Pessoalmente isso aí não tinha o efeito talvez que esperassem, não é? Até porque, em primeiro lugar, eu trabalhava muito, trabalhava bastante, não ficava prestando atenção, lendo trezentos tuítes por dia e consultando blogues. Não tinha nem tempo para isso. E, quando chegava o meu tempo livre, ainda tenho família, tenho coisas particulares para fazer, tenho esporte, tenho... Eu gosto de trabalho no campo, trabalho de roça, trabalho de chácara. Eu não vou ficar perdendo o sábado e o domingo para escutar o cara mandar para aquele lugar ou dizer palavrão ou coisa desse tipo. Então, eu não vou perder o meu tempo com isso.

Então, o efeito talvez que pensavam que isso teria sobre mim... A pessoa não era forte assim. Por isso que eu também não saio magoado, não tenho mágoa alguma, porque eu não prestava atenção nisso. Até andei prestando atenção agora; quando me preparava para vir para cá, até andei lendo algumas coisas, mas, no geral, o efeito sobre a minha pessoa, pelo meu modo de pensar, não era tão intenso assim, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O que o senhor o deixou assustado?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não; não me deixou assustado, não. Eu sou bastante realista.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas surpreendido?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não; também não, porque é muito fácil a gente perceber que toda essa tecnologia disponível hoje faz com que, às vezes, pessoas que têm alguma deficiência de caráter, pessoas covardes que se escondem atrás de pseudônimos, atrás de personagens etc. acabam... Mas isso faz parte da humanidade, não é surpresa, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas o senhor entende que o senhor, como um miliar, um homem público, que aceitou uma função pública, se sente, como já disse, preparado para esse tipo de ataque, mas que esse ataque pode acontecer também contra um cidadão comum, como nós temos visto nas redes sociais?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, isso aí, vamos dizer, esbarra em problemas educacionais, em problemas de caráter, de personalidade etc. Pode ser contra qualquer pessoa.

Há recursos fantásticos, hoje, para se divulgar notícias, para se divulgar plano de governo, plano de partido, divulgar todo tipo de assunto, desde culinária etc. até política. E isso aí é usado por pessoas que, às vezes, não têm boa formação, não têm nem nível educacional, mas hoje qualquer um, qualquer pessoa, mesmo sem qualidade nenhuma, pega ali e acha que é um William Shakespeare porque está com liberdade no Twitter, no Facebook, seja lá onde for.

Então, eu vejo que veículos muito bons são explorados por algumas pessoas que causam prejuízos muito grandes. E o ataque... A discussão de ideias é uma coisa boa, agora, o ataque pessoal é covarde. E outra coisa: bate-boca é em público, não é? É como se fosse discutir... discutir em público. Eu vejo as pessoas discutindo, batendo boca abertamente, como se fosse uma conversa de rua.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor, por exemplo, sofreu araques de pessoas familiares do Presidente da República. Isso foi desagradável.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Qualquer ataque nunca é agradável. Agora, em relação aos familiares do Presidente da República... O Presidente da República... Eu não vou falar de filho do Presidente da República, como Ministro nem como cidadão, porque eu tenho o meu conceito sobre cada um deles, tenho o meu conceito sobre o próprio Presidente, sobre o chefe da família, sobre os filhos que são Parlamentares em níveis distintos, mas só que eu acho uma coisa... Como eu falei, eu acho completamente deselegante e de falta de educação o ataque pessoal, então eu não vou fazer isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

Em diversas entrevistas que o senhor concedeu após a saída do Governo Bolsonaro, o senhor afirmou que o que viu foi um desperdício de dinheiro e que o Governo era um *show* de besteiras.

Baseada nisso, eu gostaria de lhe perguntar: na sua opinião, quais foram os motivos que levaram à sua demissão? O senhor acredita que sua demissão possui relação com os conflitos existentes na comunicação do Governo?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – A senhora falou antes sobre besteiras e... Qual foi a outra?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Foi uma frase sua: "Nesses meus seis meses de Governo, o que vi de dinheiro desperdiçado, de dinheiro jogado no ralo é impressionante. O Governo era um *show* de besteiras".

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O desperdício de que eu falava não foi deste Governo, porque não havia nem tempo ainda para analisar. Foi o que eu vi daquele momento que eu estava vivendo para trás. Então, por exemplo...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Embora o senhor tivesse dito "nesses meus seis meses de Governo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Por exemplo, eu assumi a Segov com 257 milhões de restos a pagar. Então, há uma série de coisas para trás. Então, eu não estava falando...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Do Governo anterior, do Governo de Temer?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não só dele, do que ficou para trás ou da estrutura que vem montada, porque muitas vezes a gente culpa um Governo ou o governo anterior, mas a coisa é muito mais longa que o Governo anterior. É como a violência no Rio de Janeiro. Culpa-se às vezes o Governo anterior, mas na realidade isso vem desde cem anos atrás.

Então, o que eu estava vendo é que dá para economizar muita coisa em termos de fraude, em termos de transparência de gastos, em termos de economia de gastos. Há uma série de coisas que dá para fazer, e era o que eu estava vendo naquele momento. Então, eu estava vendo um quadro que era dali para trás. Daqui para frente também há coisas que podem ser feitas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Houve, no entanto...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – E a outra coisa é o *show* de besteiras. Isso aí foi na revista *IstoÉ*. Eu não falei que o Governo era um *show* de besteira. Eu falei que tem um *show* de besteira que tira a atenção até das coisas boas. Todo Governo tem coisa boa e coisa ruim. O Governo também tem coisa boa. Só que a briga superficial, a briga pessoal das coisas tira a atenção. Um ambiente de mais tranquilidade política, sem essa briga que a gente vê, certas atitudes que a gente vê, é bom para todo mundo: é bom para a população, é bom para a prática política, é bom para tudo. Então, eu não falei que o Governo era um *show* de besteira; eu falei que as besteiras, o *show* de besteira tira a atenção... É que a *IstoÉ* tirou do contexto e colocou na manchete. Então, deformou um pouco ali para vender a revista.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

Dos conflitos que foram publicizados no período de V. Sa., do senhor na Segov – conflito com a EBC, campanhas publicitárias, financiamento de veículos, indicação da Secom –, qual o senhor acredita que possui maior interferência em sua demissão?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, interferência na minha demissão pode ser até o meu estilo, não é?

Eu vou falar um pouco sobre a EBC, sobre o comportamento público, a indicação da Secom. O que acontece é o seguinte. Como chefe da Secretaria de Governo, a Secom, que era da Secretaria-Geral, veio, na formação do Governo, para a Segov. Então, aí vamos ver o que eu penso como deve ser uma Secom. Qual era o conceito naquele momento ali da Secom, da EBC – a senhora falou da EBC etc.? É que era um ambiente muito dirigido à parte ideológica, à parte partidária, vamos dizer assim, a projetos de manutenção de poder, etc. Então, esse era o conceito que se tinha quando se assumiu o Governo.

Qual é a minha filosofia de trabalho? Minha filosofia de trabalho, em primeiro lugar, não é ideológica. Acho que comunicação de governo não tem que ser ideológica. Comunicação de governo precisa ser informativa. A comunicação de governo, ela tem que ser dentro de um mínimo de despesas absolutamente necessárias. As despesas de Governo, hoje, considerando a administração, os contratos... Contrato não quer dizer despesa porque, muitas vezes, não se gasta todo o dinheiro do contrato, o que está previsto no contrato. Eu tenho um contrato, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exemplo, de 30 milhões, mas executo somente 15 ou 20 etc., mas o contrato é de 30. Em termos de contrato, só da Administração direta, que são os ministérios, em torno de 2,5 bilhões mais ou menos. Quando se vai para a Administração indireta – Banco do Brasil, Caixa Econômica, Correios, etc. –, isso tudo deve vir em torno de 7 bilhões. Então, é muito dinheiro; precisa ser uma coisa feita com muito critério, principalmente num país que tem muita necessidade de tudo.

Então, a minha visão é esta: comunicação de governo tem que ser o mínimo dentro de uma regularidade, e 100% de transparência, absolutamente transparência. E eu vou falar sobre isso, como ter essa transparência – era meu projeto, mas é claro que cada um tem a sua maneira de ser; eu respeito como está, mas vou dizer a minha ideia, já que vim aqui para isso. Absolutamente transparente essa comunicação. E outra coisa é que ela não pode ser comunicação para projeto de poder.

Então, a EBC, a promessa era fechar, mas também não é bem assim que se fecha. Por quê? Porque você tem 2 mil funcionários. Quando você tem 2 mil funcionários, você tem que pensar no que vai fazer. Outra coisa: a EBC é um veículo que pode complementar os veículos comerciais? Pode. Há coisas que não interessam, às vezes, muito à mídia mais comercial e podem ser apresentadas pela EBC. Então, tive a reunião com os funcionários. Eu achava que estava excessivamente politizada, então vamos dar a nossa direção à empresa. Então, cada Governo tem a sua direção, e vamos dar a nossa direção.

O que eu vejo é isto: transparência absoluta em todas as contas, de tudo – eu não admito conta pública nenhuma sem transparência –, isenta de ideologia e informativa à população. Se não coincide... Essa ideia minha, se não coincide com a de alguém, paciência. Eu não vou deixar de seguir essa direção. Eu não ia deixar de seguir essa direção.

Outra coisa: a indicação da Secom. A indicação da Secom foi escolha do Presidente. Eu peguei a Secom com o primeiro chefe da Secom, que foi o Floriano. É uma pessoa honesta, séria. Cada um com a sua característica. Depois, o Presidente solicitou a substituição pelo atual Diretor da Secom. Eu não tenho conceito formado sobre ele, já que fiquei muito pouco tempo com ele. Aí é responsabilidade do Presidente. Não foi indicação minha.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Ótimo, porque era a pergunta que eu ia lhe fazer, a seguinte: se a escolha do publicitário Fabio Wajngarten tinha sido uma escolha sua, se foi chancelada pelo senhor, e se o senhor acredita que a sua chegada à Secom potencializou os conflitos acerca da pasta e a disseminação de *fake news* sobre sua pessoa.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, a parte... Eu não posso dizer quem foi. Nesses ataques pessoais, vamos dizer assim, eu não sei qual é o grau de participação. Não posso dizer. Isso aí é uma coisa... Saiu... Quando houve aquela publicação falsa de uma conversa minha com algum interlocutor, falando mal do Presidente, dos filhos, etc. inclusive dele, tudo isso conseguiram colocar numa tela de celular de maneira medíocre. Quando aquilo ali saiu, até saiu numa revista, acho que foi na *Crusoé*, dois ou três dias depois, que tinha sido ele que tinha entregado aquilo ali ao Presidente da República. Se foi ou não, também não saí investigando.

Agora, as razões dos ataques... Em primeiro lugar, o grupo extremista... Como eu vejo isso aí? Eu vejo que o Presidente Bolsonaro foi eleito numa eleição normal, limpa, disputada, e, naquele ambiente pré-eleitoral, como falou o Deputado ali, é quase sempre assim, quase sempre uma guerra na véspera. Depois, no outro dia, a guerra já tem que diminuir. E o Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Bolsonaro eu acho que foi eleito por um grupo de pessoas que simpatizam com ele, porque ele fez campanha – mérito dele, cada candidato tem seu público –, por uma massa, vamos dizer, no Brasil que queria mudança. Também era um momento de mudança, ela já estava cansada daquela situação anterior, o Brasil teve muitos escândalos de corrupção ao longo de muito tempo, e o mesmo partido se desgasta também, o mesmo grupo se desgasta, por diversas razões... Então, é uma massa que, às vezes, não é exatamente o candidato que ganha, mas ela vota porque quer mudança.

E pequenos grupos ideológicos, que, às vezes, pensam que o Brasil é ideológico. O público brasileiro não é ideológico, ele só quer resultado. Mas, às vezes, o pequeno grupo ideológico quer manter um clima de conflito permanente, o que não é bom, mas é a característica, e ele quer manter aquilo ali. Então, esse pequeno grupo às vezes não tem esse tirocínio e às vezes não gosta da sua posição mais equilibrada também. Então, são coisas que acontecem na política.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O Sr. Fábio estaria nesse pequeno grupo? O Sr. Carlos Bolsonaro faria parte desse pequeno grupo?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, a parte de quem faz parte do quê eu vou... Claro que, assim como todas as pessoas, eu também tenho minha ideia. Só que isso aí é uma coisa que pode ser tecnicamente comprovada, e eu vou dizer depois como, que é para não achar ficando que um é, que o outro não é, que... Então, eu vou, depois, dizer alguma coisa sobre como se pode fazer isso aí tecnicamente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Nesse caso, em algum momento o senhor teve com o Sr. Fábio alguma discussão sobre questões de verba ou de conteúdo da comunicação, da Secom?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não; de verba, não. De verba não houve, porque ali na Segov não é só administrar comunicação social, ali tem que administrar recurso público. Este ano, se eu não me engano, estava em torno de 150 milhões a dotação orçamentária para a Secom, então... Mas, como tem muitos restos a pagar, também tem que ficar pedindo dinheiro para o Tesouro para pagar os restos a pagar, para fazer o pagamento dos restos a pagar. Então, ali tem uma administração financeira.

Nunca discuti assunto financeiro com ele. Quando eu estava lá, os assuntos financeiros passavam por mim. Era a minha maneira, eu sou um pouco mais... Sou bastante centralizador nessa área, porque acho que é uma área pública no Brasil que o gestor não pode deixar de centralizar, é o controle da despesa de pagamento, então... Mas nunca tive discussão sobre esse assunto.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não teve discussão alguma com ele sobre conteúdo...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sobre esse assunto, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... ou sobre verba nem nada?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sobre conteúdo, mais coisas profissionais mesmo, de quem é que vai fazer a comunicação do Presidente aqui ou vai fazer ali, se é Porta-Voz, quais são as atribuições do Porta-Voz, quais são as atribuições do Secretário de Imprensa; coisas absolutamente profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Falando em comunicação do Presidente, o senhor tem conhecimento da existência de algum grupo de pessoas que sejam responsáveis no Palácio por uma comunicação não institucional do Presidente, extraoficial?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, a comunicação que eu cuidava era a da Secom. A comunicação do Presidente, da pessoa dele, a administração de coisas pessoais dele eu não tenho conhecimento de quem faz ou deixa de fazer.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Quando o senhor foi atacado duramente pelas redes sociais, numa campanha semelhante à que outras pessoas sofreram e continuam sofrendo, o senhor, em recente entrevista ao Congresso em Foco, atacou esse grupo de pessoas... caracterizou esse grupo de pessoas como um grupo que se comporta como uma gangue, "uma gangue de rua", "uma milícia digital". Foi isso?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Foi.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor acredita que a associação de algumas pessoas – quatro, cinco, seis –, de um grupo de pessoas para influenciar, produzir e distribuir *fake news* com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza poderia ser caracterizado como crime?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sobre isso aí, o que que acontece? A gente percebe nitidamente – isso é uma percepção minha e acho que não é difícil de comprovar – o comportamento, uma questão de comportamento. Comportamento... O que é uma turminha de rua? Uma turma de rua é uma turma que se junta e que vai lá e agride ou que faz estardalhaço, que faz ataques, que faz na série de coisas. Isso aí se transferiu para dentro da internet. Então, eu tenho comportamentos que são semelhantes ao de uma gangue de rua: é o xingamento, a coisa de...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Uma atitude marginal?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Condutas marginais e que atacam pessoas, seja pelo aspecto físico, seja por criar um meme, não é? O meme, às vezes, não é isso, não. Às vezes, isso daí é tentativa de humilhação, de intimidação.

Nós temos que separar muito bem o seguinte: o que é liberdade, o que é liberdade de expressão, que é uma coisa sagrada, na minha cabeça... Liberdade de expressão... Apesar de ser militar, eu sempre fui muito independente nas minhas posições, em tudo isso. Então eu vejo que, no Exército, por exemplo, você tem absoluto poder de expressão, mas você tem os seus limites, você tem a hierarquia para seguir, você tem algumas regras para seguir na liberdade de expressão. Isso não quer dizer que você vai perder a liberdade expressão. Agora, liberdade de expressão não significa que você pode xingar indiscriminadamente, que você pode humilhar, que você pode intimidar, que você pode destruir reputações. Você não pode fazer isso!

Outra coisa: essa liberdade de expressão, com essa tecnologia toda disponível, não eliminou o Código Penal. O Código Penal não foi eliminado por essa liberdade toda e toda essa tecnologia disponível. Então, são coisas que precisam ser acomodadas.

Eu vejo que... Tem condutas que podem ser criminosas? Tem, sem dúvida nenhuma! A calúnia, a injúria e a difamação continuam no Código Penal.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Por isso, o senhor a caracterizou como uma milícia, uma milícia digital?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor tem alguma desconfiança de alguém que pertença a essa milícia digital e que o senhor conheça?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso aí.. Ao final, eu vou fazer uma sugestão para a Comissão para ela fazer um trabalho técnico...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Está certo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... para não ficar no conceito. E outra coisa: não ser só conceitual ou ficar dizendo o nome de pessoas, quando isso aí pode ser uma coisa avaliada tecnicamente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – A minha preocupação em buscar isso não é uma preocupação menor; é justamente para que o senhor possa propor como podemos superar isso e para que nós possamos também identificar quem são os praticantes dessa ação e tenhamos a capacidade de puni-los para que isso não permaneça.

Mas eu queria fazer mais uma pergunta. O senhor acha que esse mesmo grupo que o atacou de forma a tentar destruir sua reputação também coordena esses ataques, que são de conhecimento público, contra outros ministros, Parlamentares, membros do Supremo Tribunal Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, todos os Parlamentares desta Casa? O senhor acha que são os mesmos grupos, as mesmas pessoas?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso aí... Tecnicamente, dá para se chegar a essa conclusão, caso, tecnicamente, se chegue a essas ligações.

Não é só... Se a gente for ver os temas que sofrem ataques, sem entrar no mérito – sem entrar no mérito se a pessoa é boa ou se a pessoa é ruim; se o Superior Tribunal é bom ou se é ruim; se o Deputado é bom ou se é ruim; sem entrar no mérito... Nós estamos falando não de ser bom ou de ser ruim; nós estamos falando se é verdade ou não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim, se é verdade ou não.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Se é verdade ou não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – *Fake news* parte do princípio de que não é verdade.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Nós não estamos entrando no mérito.

Então, a gente vê aí, por exemplo, o Ministro da Justiça sofrendo mil ataques por conta de uma série de coisas, o Supremo Tribunal Federal, nas eleições, e o próprio Congresso: "Ah, de Deputado ninguém presta; de Senador ninguém presta", não sei o quê. Então, você tem... São categorias que parece que são...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – São pilares da democracia.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... que são muito atacadas. As eleições, as urnas... "Ah, não são confiáveis", não sei o quê, "é mentira a urna", não sei o que mais. Então, você...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Você tem uma série de temas que são sempre muito atacados.

E há o próprio Presidente. Misógino? Eu nunca tinha pensado na palavra "misógino". Eu sou um cara que lê, mas eu nunca tinha parado para pensar, mas na campanha isso aí foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explorado, quer dizer, o outro lado achou que ele era e explorou aquilo ali. Então, são coisas que vão acontecendo.

Se é falso ou não... Ali não é bem o caso de falso; é uma questão, às vezes, de conceito. Tem coisa que é conceitual, e tem coisa que é falsa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Essa diferença nós buscamos fazer entre a campanha de ódio e a *fake news*, que são duas coisas semelhantes, embora ambas muito nefastas.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, tem coisas em que a gente não entra. A gente tem que dividir bem e tem que dividir bem o que é cibernético e o que é policial. Vamos fazer essa divisão. Tem coisa que não é de inteligência cibernética, tem coisa que não é de análise; tem coisa que é estritamente policial. Eu falar mal de uma pessoa, eu inventar coisas de uma pessoa, então, a calúnia, a difamação, a injúria; tudo isso daí... Eu posso discordar do Deputado, posso discordar de qualquer pessoa, mas eu não posso xingar a pessoa de público. Essas coisas não podem acontecer. Esse excesso... Esse excesso prejudica.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – A Otan apresentou em estudo recente que 43 países passaram a conceber estratégias destinadas a coibir a influência de *fake news* em seus processos decisórios, pois compreende que é algo que pode afetar substancialmente sua segurança nacional.

Nessa mesma linha, o Parlamento britânico concluiu, em fevereiro de 2019, uma investigação que também destaca que *fake news* é um desafio substancial para a segurança dos Estados. O senhor compartilha da preocupação de que *fake news* pode ser um instrumento de intervenção externa nos países e, portanto, um assunto de segurança nacional?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Pode. Hoje em dia a segurança cibernética é uma realidade e tem que ser desenvolvida pelo Estado. Segurança cibernética é fundamental. Existe hoje... A parte cibernética hoje do Brasil está se baseando muito... O Exército tem um centro de segurança cibernética. Imaginem, por exemplo, um programa como o Bolsa Família ter um ataque cibernético, e o programa ser paralisado no seu pagamento, com a destruição do banco de dados. Então, é uma situação extremamente problemática. Outra coisa: eu posso espalhar o pânico.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Outra coisa...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Como foi feito, inclusive, num período da campanha, se não me engano, ou foi no Governo, não lembro bem, em que se divulgou que não se ia mais se pagar o Bolsa Família naquela data, e as pessoas saíram desesperadas etc.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Agora, saiu uma de que não iam ter dinheiro para pagar o décimo terceiro do Bolsa Família.

Eu fiz uma caminhada no Ceará agora, de Fortaleza para Canindé, uma caminhada de 130km tradicional que tem lá. E, naquele solaço, um dia eu parei, não tinha nada, só uma barraquinha, tinha uma mulher lá. Ela e o marido ganham R$400... O marido ganha R$400, ela ganha mais R$80 na beira da estrada ali, pedindo para os transeuntes alguma esmola, e ganham R$91 de Bolsa Família. Então, esses R$91 aí representam quase 20% do que eles têm. Quando sai uma notícia dessas de que não vão ter dinheiro para pagar, e não é verdade, você causa um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mal-estar imenso numa pessoa daquelas, pior do que se não pagarem meu décimo terceiro. Se não pagarem meu décimo terceiro, eu não vou entrar em pânico como aquela senhora lá, que ganha 91 de Bolsa Família. Então, a notícia falsa é um prejuízo muito grande.

E a outra coisa é quando eu uso a notícia falsa para alimentar conflito. Quando eu uso a notícia falsa para alimentar conflito, eu mantenho um estado de divisão, de conflito na sociedade que não é bom. A divisão social é uma coisa que já vem acontecendo no Brasil há um bom tempo, eu acho uma irresponsabilidade, e o País não pode continuar, não deve continuar agravando as suas divisões, porque isso acaba em conflito.

Então, a notícia falsa tem vários efeitos negativos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Exatamente.

Como em maio de 2019 o senhor já se referiu a esse episódio, em que foi feito, divulgado um debate falso em que se dizia que era um debate do senhor...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu vou projetar isso aí. Eu vou projetar isso aí, essa tela de celular.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Vai projetar aqui agora?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É. Ele está abrindo ali.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu trouxe.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Quando...

Aí, *print* falso.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O.k. Está aí.

Então, o que é isso aí? Isso aí é um trabalho elementar. Isso aí é uma coisa que qualquer garoto que mexe no celular consegue fazer em cinco minutos.

Eu tive que colocar uma tarjeta branca ali, senão o Brasil inteiro ia saber o número do meu telefone, e eu ia ter que trocar o número do telefone.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Claro.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, o que é isso aí? Pessoas irresponsáveis. Isso aí é crime! Isso aí, além de *fake news*... Isso aí não é uma *fake news* simples, isso é um crime! Criam um diálogo falso – isso aí é simplesmente um copiar e colar, isso é uma coisa simples de fazer, nisso aí não existe segredo técnico nenhum, é uma coisa medíocre – em que o sujeito diz lá: "General, como foi lá ontem? Resolveu?", um sujeito hipotético qualquer. Aí eu digo para ele: "Nada, ele ficou insistindo no vídeo". Aí o sujeito fala: "Tendi" – aliás, até o meu público, a minha geração não fala "tendi", não; ela ainda fala "entendi", não é? Mas tudo bem. Mas aí eu digo para ele: "Mas eu disse na cara dele que isso era coisa do desequilibrado do filho dele e do frouxo do Fábio", provavelmente o Fábio Wajngarten, da Secom. Aí o meu interlocutor, meu suposto interlocutor fala: "E o que ele falou?". "Que isso não ia se repetir, mas eu não senti firmeza. Ele deve ter dado o.k. por trás". Aí eu falo: "Ele é covarde, terceiriza ataque, idiota". Aí o interlocutor fala: "Sim, é um imbecil. Não fala na cara". Aí eu digo para ele... Não, aí o outro fala: "O jeito vai ter que ser colocar o Mourão mesmo".

Quer dizer, o cara conseguiu montar um negocinho ali que, em quatro, em quatro telas, eu consegui falar mal da família do Presidente, do filho, do Fábio e ainda disse que o Mourão é que...

Então, é um negócio completamente absurdo, uma irresponsabilidade total.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas o senhor tem consciência de que isso não é uma brincadeira; foi um crime, como o senhor mesmo caracterizou?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso não é brincadeira, isso é crime. Isso é crime! Isso aí não é problema de análise cibernética, isso aí é problema policial.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – É, exatamente.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Vamos lá. Eu também não dei muita bola para esse negócio, não. Mas aí, depois, quando eu cheguei em casa um dia – a história é um pouquinho mais complexa... Em 6 de maio... E esse diálogo aí dessa telinha de celular demorou das 8h04 às 8h32. Demorou 28 minutos para fazer isso aí. Tudo bem, poderiam estar fazendo outra coisa, de vez em quando vem e repete e tal. Faz de conta: 28 minutos para fazer aquilo ali. Só que fizeram no dia 6 de maio, das 8h04 às 8h32. Nesse dia, eu decolei de Brasília às 6h da manhã, num avião da Força Aérea, estava embarcado, fui a São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, para resolver um negócio para as comunidades indígenas, e demora o voo quatro horas daqui até lá. Nós chegamos lá às 10h da manhã.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Estava sem celular.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, tão medíocres, que não conseguiram nem ver minha agenda. E eu dei sorte, porque se não fosse a minha agenda, ainda ia ter que explicar outra coisa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E essa disseminação desse diálogo falso o senhor acha que tinha que objetivo? Qual é o objetivo central?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Esse diálogo falso tinha o objetivo de dizer para o Presidente da República que eu estava falando mal dele, dos filhos dele e ainda estava arquitetando para o Mourão assumir. Era uma coisa alucinante.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Ou seja, de derrubá-lo, em última análise?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Ah, sem dúvida nenhuma. Isso aí não tem...

Então, eu não sou um sujeito de me emocionar com essas coisas, sabe? Mas eu estou falando isso de uma maneira muito fria. A mediocridade, a infantilidade, a irresponsabilidade de você pegar uma coisa dessas, fazer uma coisa dessas e levar para o Presidente da República é uma coisa que não tem cabimento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Desculpa – só para adiantar um pouco, porque eles vão encher o senhor de pergunta também. O senhor já leu e teve consciência de que sofreu ataques diretos do autointitulado filósofo Olavo de Carvalho? As matérias... Ele, ao fazer esses ataques insistentes, logo depois, tudo que ele fala sobre o senhor vem numa carretilha de repetições, que não se sabe se com robôs, ou com um grupo de pessoas articuladas para serem disseminadores dessa prática. O senhor, então... Dá para imaginar que o Sr. Olavo de Carvalho esteja pelo menos à frente ou ele funcione como uma senha para determinados ataques a personalidades, ao senhor em particular, nesse caso, e, pelo que se pôde constatar, no caso objetivo desses ataques ao senhor.

Nas matérias relacionadas ao senhor, voltam a aparecer também nomes... Nessas matérias que são reiteradas de ataque ao senhor, aparecem nomes como Tercio Arnaud Tomaz,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 31 anos; José Matheus Salles Gomes, de 26 anos; e do Sr. Filipe Martins. O senhor conhece algum desses três nomes, dessas pessoas que foram aqui citadas?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Conheço. Conheço os três. Os três trabalham no gabinete do Presidente da República. Tercio e José, o outro José...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Matheus.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Matheus. Esses eu conheço de vista, nunca falei com eles. E com o Filipe Martins eu falei esporadicamente, uma vez ou outra. Ele é o assessor de assuntos internacionais ou assessor especial do Presidente da República. Trabalham no gabinete do Presidente da República.

Uma revista recente, de agora, fez muitos comentários acerca das funções que eles exercem lá e da atuação nessa área aí. Coisa de revista. Eu não estou aqui para interpretar coisa de revista. Eu vou dizer o que eu vivi, o que eu... Nem o que eu acho, mas o que eu vivi em termos de fatos.

Sobre esse cidadão, o Olavo de Carvalho, que mora lá nos Estados Unidos já faz um longo tempo e não aparece no Brasil parece que já faz um bom tempo também, é uma pessoa que, para mim, não tinha significado nenhum até que ele começou a chamar a atenção falando mal, dizendo palavrões e tal contra os generais de maneira geral. Eu achei que era coisa de um desocupado, de uma pessoa desocupada com algum problema sério, de distúrbio, porque não é possível que uma pessoa que... Eu não estou me ligando na parte de ideias políticas. Nisso aí, não. O sujeito pode ser extremista, pode ser de direita, pode ser de esquerda, pode ser do que for, vamos discutir as ideias dele, não há problema algum. Não estou fazendo análise do mérito das ideias da pessoa em termos políticos; estou falando de comportamento. Uma pessoa que fala que é escritor, que é filósofo, que dá sugestões na área educacional e parte para um palavreado que não dá para repetir aqui...

Quando eu era criança, eu morei com uma tia minha, porque eu perdi os pais muito cedo, se você falasse palavrão, passava pimenta na boca. Então, são... Não dá para aceitar esse tipo de coisa, não dá para considerar esse tipo de pessoa, porque eu não consigo repetir aqui o que a pessoa fala.

Vem cá! É falta de capacidade de expressão? Quer falar mal de mim, não tem problema nenhum, mas fala de uma maneira que, ao menos, tenha capacidade de expressão, e não no desespero de dizer palavrões que eu não consigo repetir aqui nem em lugar nenhum... Em lugar nenhum, não; talvez, quando estiver com a turma lá no bar, só de amigos íntimos, dê para dizer alguma coisa, mas aqui não dá.

Então, como é que eu vou considerar uma pessoa como essa? Eu não posso ter a mínima consideração. É diferente de a pessoa pegar e dizer algumas coisas... Não tem problema nenhum! Você fala; você responde. Eu não sou de responder em público também. Agora, isso aqui é de um nível que não dá para eu fazer mais comentários para a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas o senhor atribui, General, que esses ataques dele foram porque o senhor abortou R$300 mil que iam ser destinados para ele, para os blogues dele?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não é. Eu acho que não é. Se era... E também tem o seguinte: você não sabe... Em termos financeiros, em posições de Governo, você nunca sabe o que você está atrapalhando. Também vamos ser honestos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Mas nunca foi explicitamente esse o motivo. Eu acredito que o motivo foi por quê? Porque ele falou mal dos generais, falou mal do Vice-Presidente, e, em uma entrevista, eu peguei e falei o que eu achava. Então, aí, começou essa coisa toda, mas nunca houve nenhuma proposta de dinheiro, que eu estava bloqueando alguma coisa... Isso aí nunca aconteceu.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor fez aqui uma crítica... O que é *fake news*?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (*Fora do microfone.*) – Por exemplo, a revista *IstoÉ* do dia 13 de novembro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O que nós estamos discutindo, no caso, não é só a prática de *fake news* nesse caso que eu estou discutindo, General, porque ela trata também dos ataques de ódio, da intenção de detonar, de destruir reputações.

O senhor falou muito bem que acha que há uma minoria ideológica de ambos os lados, de qualquer lado, e reconhece que o Olavo de Carvalho, ao falar do senhor, detonou uma campanha, que não sei se o senhor sabe, mas chegou na ocasião a *hashtag* Fora Santos Cruz, que chegou a ficar entre os assuntos mais comentados do dia no Twitter. Imagino que para o senhor, como membro do Governo, Secretário de Governo, sabendo da ligação do Sr. Olavo de Carvalho com uma parcela significativa de apoiadores do Governo... Inclusive os filhos do Presidente são defensores do autointitulado filósofo Olavo de Carvalho. Se houve alguma divergência entre o senhor e o Presidente Bolsonaro na discussão de como tratar essas coisas. O senhor falou aqui mais de uma vez que acha que é preciso haver controle nas redes sociais. O Presidente da República concorda com isso?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, eu não sei se o Presidente da República concorda. Eu vou de trás para frente. Esse negócio de *hashtag* são os elementos... Eu vou projetar daqui a pouco mais ou menos como é que funciona, em qualquer grupo radical como é que funciona o sistema. Fora Santos Cruz, sinceramente, eu vi foi pouco, assim um filho meu, alguém amigo, o pessoal que trabalhava comigo. Eu nunca perdi tempo em olhar esse negócio. O dia em que eu tive que ir fora, eu fui; pronto, feliz da vida. Não me arrependo do tempo que passei. Estou feliz nas minhas outras atividades, sem problema nenhum. Então, quem se preocupou com isso não fui eu.

Mas há outras *hashtags*: por exemplo, ele não, o fulano na prisão, o outro não sei o quê, fora PT. Há *hashtags* a toneladas. Todo o dia o sujeito inventa uma. E os seguidores...

Coloque aí para mim, for favor, o Pen Drive n º 2.

Aqui, se vocês identificarem alguém durante o que eu vou expor, é da imaginação dos senhores e das senhoras. Eu não vou falar o nome de ninguém. Eu vou dizer só como as coisas se comportam, seja na área da política, seja na área do meio ambiente, dá para aplicar essa metodologia.

Ali o comportamento de seitas, o comportamento sectário. Isso aí que a gente está conversando é sobre um comportamento sectário. A invenção de temas artificiais onde eu faço essas *hashtags*. Por exemplo, eu pego uma entrevista de uma personalidade qualquer, de um político, de uma pessoa qualquer, e eu seleciono um pedacinho e aí eu pego aquele pedacinho e faço daquilo ali um escândalo. Perfis falsos, posso utilizar perfis falsos, personagens.

Eu sou o pavão não sei das quantas, eu sou a rainha Elizabeth, e aí vai. Então, é livre a imaginação. A mídia, que não é a mídia profissional, é uma mídia alternativa que nós temos hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é o Twitter, o YouTube, o Facebook, tudo isso. O Twitter é muito importante, porque, do Twitter, eu posso chamar a atenção para o sujeito pegar o *link* do YouTube ou pegar o *link* do Instagram, etc. E o linchamento virtual, que acaba nesse contexto todo aí.

Pode passar o próximo eslaide.

Então, o que acontece com o comportamento sectário? O comportamento sectário é o comportamento de seita – e cada um identifica como quiser –, uma equipe técnica. Existem empresas internacionais que conseguem fazer isso daí tecnicamente, com programas que auxiliam isso. Isso é feito de maneira bastante rápida. É o comportamento de seita. O que é o comportamento de seita? O comportamento de seita é: eu sigo um líder ou poucos líderes ali, e o líder é incontestável. E, quando o líder fala, aquilo é uma coisa divina, e todo mundo vai atrás, defende e tal. E, se você falar alguma coisa contra, você também é expulso do grupo, você é inimigo. Por quê? Porque o raciocínio é binário. O raciocínio é binário nesse comportamento de seita. Ele é o quê? Ele é amigo ou inimigo. Eu não preciso ser totalmente contra você para ser seu inimigo. Se eu fizer qualquer coisa contra, eu já sou inimigo. Então, é o binário, é amigo ou inimigo. Qualquer coisa, é traidor e tal. E aí vale tudo.

Outra coisa é que, por ser binário, é muito fácil de organizar, porque difícil é esta convivência aqui, onde sou um pouco diferente dele, sou um pouco diferente do outro. Eu concordo em umas coisas e não concordo em outras. Aí precisa ter um pouco mais de arte para viver, mas, quando a coisa é binária, é muito simples. Aí fica fácil. Então, é muito fácil de organizar.

Nos grupos extremistas, sejam de qualquer natureza, isso aí é muito fácil. Então, ele acaba tendo um centro, que não precisa ser exatamente um líder, um guru, um cara desse. Não é isso. Pode ser uma pessoa de grande influência ou até mais de uma. No raciocínio binário, quem não está comigo é meu inimigo. Isso aí facilita a organização. Há submissão a uma figura central, uma ou mais que se seguem cegamente, e uma postura arrogante, porque eu tenho uma superioridade cultural, quer dizer, a minha ideia é muito melhor que a do outro. O outro é meu inimigo, o outro não vale nada, o outro é isso, o outro é aquilo. Eu mantenho um estado de conflito permanente, sem limite nas minhas ações. E os ataques são ativados, seja por uma das figuras centrais ou, às vezes, seja até por um dos seguidores. Ele dá o *start* num ataque qualquer.

O item 2 são os temas artificiais. Eu posso criar *hashtags*, como foi falado aqui agora. Eu posso fazer coisa por imagem. Eu pego, por exemplo, uma mulher e a ridicularizo, ou pego um cara e o ridicularizo, e por aí vai, de maneira a constranger. Por exemplo, eu lembro que um pessoal do PSL foi à China logo no início do ano, para não falar de outros partidos. Aí foi um pega danado. Agora, o Presidente, até acertadamente, foi à China – vamos tocar com esse parceiro comercial importante para nós –, mas, na época, foi um negócio, foram uns escândalos assim que até... Eu vi pessoas constrangidas.

Uma pessoa, que não vou nem dizer quem é, falou comigo "eu fui à China. Será que tem alguma coisa errada?" Eu falei "não tem nada, não. Eu já fui lá duas vezes. Não tem problema nenhum".

Mas o que aconteceu? O grupo constrange, né? O grupo constrange, intimida e tal. Cria uma ideia de falso consenso. Nós tivemos aqui um falso consenso numa época em que se falava muito de assembleia. Fazia-se uma assembleia, e aí "a assembleia decidiu, é democrático". Uma assembleia de 50 decide para 200 milhões. Agora, nós temos um falso consenso, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

"assembleísmo" dentro da internet: "não ele teve duas mil curtidas, 50 mil acessos". O Brasil tem 206 milhões! Eu não posso dizer que isso aí é consenso.

Então, agora, eu não sou de ver isso aí. Eu fui estudar esse negócio, fui dar uma olhada em algumas coisas, e eu vi que havia comentários terríveis. Quando você vai ver, tem 270 acessos. O que é isso em termos de Brasil? Então, a gente não pode se impressionar com essas coisas. E isso aí faz uma manipulação do debate. Parece que o debate é aquilo ali que está sendo mostrado, e não é.

Você pode ter também todo esse linchamento virtual com perfis falsos. Eu posso ter dez caras lá que passam o dia inteiro sem fazer nada e ficam abrindo perfil. Fazem perfil o dia inteiro. Eu não tenho paciência de gerenciar o meu, mas tem gente que gerencia dezenas. Então, isso aí pode acontecer.

O.K. Pode tocar para a frente.

Troca o eslaide, por favor.

O perfil falso de que eu estou falando, que é uma parte mais extremista da coisa, o pessoal que mais corre risco, que agride mais, porque, normalmente, ele se esconde atrás de um perfil falso, de um nome fictício, de um personagem qualquer, um personagem histórico, o Batman, sei lá quem. E é aquela obsessão, aquele extremismo radical, uma paranoia que faz esse ataque em bando, porque muita coisa que vem ali vem no meio do anonimato. Então, esse...

E aí o linchamento virtual, o efeito manada, porque vem com toda essa estrutura. Essa estrutura, às vezes, não é organizada... Normalmente, ela não é organizada formalmente. Ela acaba acontecendo por afinidade.

Então, foi a essa conclusão que eu consegui chegar.

A senhora perguntou por que acontece. Acontece por causa disso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, tempo de Líder, por favor.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, primeiro aqui.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O.K. Deixa ela terminar. Pois não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Uma última pergunta.

Retomando uma pergunta que eu fiz ao senhor antes, em que citei o nome do Tercio Arnaud Tomaz, de José Matheus Sales Gomes e de Filipe Martins, o senhor disse que os três trabalham no gabinete do Presidente da República. O senhor tem ideia... Disse que o Filipe Martins... Inclusive, a revista *Crusoé* o responsabiliza pela campanha e pelo objetivo da sua saída do Governo. O senhor disse que ele é um assessor da política internacional. E os outros dois? Eles fazem o quê no gabinete do Presidente da República?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu não sei exatamente o que eles fazem lá, mas, de acordo com... Eles cuidam talvez das comunicações pessoais. Eu não sei. Eu não sei exatamente as funções deles. Mas acredito que trabalhem nessa parte de...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas é possível que cuidem da comunicação pessoal? É possível?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É possível que cuidem da comunicação pessoal. Nunca parei, nunca entrei na sala em que eles trabalham. Nunca conversei com eles. Mas são pessoas lá da confiança do Presidente. E acredito eu, até pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência dele de vida, que não sejam assessores de outros assuntos mais complexos. Cuidam de comunicação pessoal.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo.

Pode passar adiante, Presidente, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A nobre Deputada fez a sua primeira participação.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Alexandre Frota, na condição de Líder do seu partido.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela Liderança.) – Perfeito, Presidente, Relatora.

General Carlos Alberto dos Santos Cruz, nos conhecemos bastante. Acho que eu fui um dos Parlamentares que mais estive presente no seu gabinete. Acompanhamos muitas coisas de perto. Inclusive, nós estávamos num almoço, eu, o General, o Presidente Bolsonaro, quando eu, na época, falei para o Bolsonaro, ali na cozinha do Palácio, que era uma prerrogativa do Presidente a diretoria da Ancine. Naquele dia, ele falou que nem da Ancine ele sabia do que se tratava, muito menos que seria uma prerrogativa dele como Presidente. Na época, nós começamos a discutir sobre isso.

Na qualidade de Líder, eu não vou fazer perguntas agora. Vou deixar para fazer as perguntas posteriormente. Mas eu vou refrescar um pouco a memória do nosso General, pois parece que, às vezes, o tempo cura as feridas. Uma vez, o senhor até falou isso comigo no seu gabinete.

Nós pesquisamos, junto a cientistas políticos, filósofos, teólogos, que conhecem a obra desse senhor chamado Olavo de Carvalho. E foi descrito o seguinte: primeiro, na pesquisa, para informar ao senhor, em nove dias, o senhor teve quase três mil, sofreu três mil ataques nas redes sociais. O senhor não se liga nisso, mas nós nos ligamos. Foram três mil ataques ou mais. Segundo esses políticos, filósofos, teólogos e até Parlamentares, sobre o Sr. Olavo de Carvalho, trata-se de um charlatão místico, que busca identificar a realidade por meio da simbologia presente nos fenômenos sociológicos. E planejou o ataque à sua pessoa como representante simbólico do poder militar próximo ao Presidente. Ao atacar a sua pessoa, o místico, esse charlatão chamado Olavo de Carvalho procurou destruir o símbolo dos valores do Exército Brasileiro, aquele a que o senhor serviu por tantos anos e com muita honra e, por consequência, as Forças Armadas como um todo.

E são os seguintes valores em que, buscando nas redes sociais, o senhor foi atacado: patriotismo, colocando o senhor como alguém a serviço de um ente global, a ONU; civismo, como alguém que cultiva os símbolos estrangeiros, como a ONU, e não os nacionais, representado pela Presidência da República; fé na missão do Exército.

O senhor foi tratado como traidor da Pátria, vagabundo, covarde. Essas foram algumas das palavras que foram desferidas ao nobre General. Traidor da Defesa e da Pátria.

Amor à profissão. O senhor foi colocado como um defensor de negociatas escusas e alguém destoante da vibração emanada pelo Líder Supremo.

Espírito de corpo. O senhor foi acusado de não obedecer a uma vontade coletiva, refletida pelas diretrizes emitidas pelo mentor intelectual e ideológico do Presidente, o charlatão Olavo de Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprimoramento técnico profissional. O senhor foi acusado de pertencer – pertencer – a um grupo de positivistas, a referência histórica de antagonistas da monarquia, e de não possuir preparo intelectual para o cargo de Ministro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Coragem. O senhor talvez tenha recebido a mais ultrajante ofensa que possa ser dada a um oficial General do Exército Brasileiro. O senhor foi chamado de covarde, alguém que não possui senso moral diante dos perigos e dos riscos de suas atividades, que não sacrificaria os interesses pessoais e que não assumiria a responsabilidade por suas atitudes, baseado, tudo, na obra de Olavo de Carvalho, em que ele preconiza a luta pelo poder, definindo poder como o domínio dos meios de ações, e como meios de ações cita, principalmente, as armas e, consequentemente, domínio da violência.

Sabe-se que as Forças Armadas serão a última barreira contra o regime planejado por ele e que ele deseja que o Presidente implante. Desmoralizá-las perante a opinião pública e colocá-las para o Presidente como um ninho de traidores é a estratégia principal desse cidadão chamado Olavo de Carvalho nos ataques proferidos ao General Santos Cruz.

E, no dia 6 de maio – no dia 6 de maio – um *site* duvidoso chamado Crítica Nacional publicou um texto assinado por um tal de Paulo Eneas. O *site* tem como sócio o empresário Otávio Facuri. Há várias afirmações que parecem carecer de provas na matéria. O texto diz que o senhor exerceu pressão sobre os órgãos não vinculados à sua Pasta, como o Ministério da Cidadania e o Ministério das Relações Exteriores, para tentar afastar e exonerar membros desses Ministérios, nomeados pelos respectivos Ministros, para colocar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... estou terminando –, para colocar em seu lugar pessoas ligadas a ele.

Então, assim, realmente, o senhor, da noite para o dia, o senhor, que é um herói do Exército Brasileiro, do Exército Nacional, o senhor, da noite para o dia, o senhor saiu do céu para o inferno. Por isso, assistindo aqui às suas colocações, eu fiz questão de detalhar, porque nós temos muito e eu quero deixar aqui esse material, à disposição da CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E quero pedir também que o nobre General deixe para a gente esse material dele, da CPMI, que ele apresentou aqui, para que a gente possa cuidar desse material.

Mas enfim, eu só queria ter relembrado esses ataques, porque sei da sua grandiosidade, sei da sua idoneidade, sei do seu trabalho, porque eu estava lá muitas vezes, do seu lado, acompanhei-o e vi a maneira como o senhor procurou trabalhar. E o senhor sai de lá de uma maneira, digamos assim, não muito profissional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado.

O nobre General fará as considerações dele, mas eu vou ler aqui a lista dos inscritos, para que as pessoas se posicionem no momento da sua fala.

Nós temos aí agora o Deputado Marcelo Ramos, por ser um dos autores do requerimento; temos também o Senador Rogério Carvalho, também autor do requerimento, em seguida; temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

a Deputada Natália Bonavides; o Deputado Rui Falcão; o Senador Jean Paul Prates; o Senador Humberto Costa; a Deputada Caroline de Toni; o Deputado Filipe Barros.

Antes, porém, eu vou passar a palavra, na condição de Líder, porque solicitou a palavra, ao Deputado Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, Gen. Santos Cruz...

Sobre a fala do General, eu confesso que esperava aqui ataques e coisas mais, mas ele, como é uma pessoa discreta e muito bem intencionada, falou apenas a verdade. E a verdade fez com que este Parlamentar entendesse suas palavras. Então, parabéns pelo seu posicionamento aqui, General.

Todavia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu gostaria de comunicar hoje, aqui, a esta CPI que eu protocolei requerimentos os quais eu tenho certeza de que vão ajudar muito na elucidação de como se produzem e se espalham notícias falsas com o intuito de destruir adversários políticos.

Eu queria fazer uma pergunta ao Presidente, se eu posso aqui, como foi feito na última reunião em que eu estive presente... Um Deputado usou um áudio de um vídeo. Quero saber se eu posso colocar o áudio aqui para as pessoas hoje.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pode não. No dia em que eu fui falar, não pôde.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O que não pode é fazer as perguntas ao inquirido, porque ele...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Não, eu estou falando como Líder. Não posso fazer perguntas a ele agora. Estou falando como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exato, exato.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – É só um comunicado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, no dia em que eu estava aí, também não pude usar. Lembra?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – É que foi feito contra mim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vocês lembram que eu não pude usar? Foi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não deixaram que eu usasse o áudio.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Frota, não tumultue não.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, não estou tumultuando. Eu só estou... Acho que o que é para um é para outro. No dia em que eu quis mostrar um áudio, não pude mostrar.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – É que o Senador Randolfe colocou o áudio naquele dia, V. Exa. contra mim, e V. Exa. aceitou inclusive. Eu só queria...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas aí era uma briga pessoal de vocês dois.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Não, não é briga pessoal. Aqui não há nada pessoal, aqui é político, Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Tá bom, então era uma briga política de vocês dois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olha, eu acho que essa questão de áudio, não haver áudio, ouvir áudio... Se eu não deixei, na oportunidade, para o Deputado Alexandre Frota, eu gostaria que V. Exa. trouxesse, para colocar novamente...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... e eu abrirei, porque, já que houve esse precedente, eu não posso mais voltar atrás.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Perfeito.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está franqueado a V. Exa. para trazer.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Deixe-o mostrar, porque ele quer fazer surfe político. Deixe mostrar.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Exato, exato. O senhor vai gostar muito. Inclusive, o senhor vai gostar muito do áudio.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Deixe-o mostrar, porque ele quer fazer *fake news* aqui.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Veja só: a *fake news* é notícia falsa, não é? Então, eu estou trazendo aqui um elemento, neste momento, para que todo o Brasil saiba onde nasceu a *fake news.* E eu tenho aqui um réu confesso. O réu confesso diz assim:

(*Procede-se à exibição de áudio.*)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – O áudio aqui, Sr. Presidente, embora não dê bem para ouvir, já está documentado na Comissão. Trata-se de um áudio do condenado Luiz Inácio Lula da Silva, que, inclusive, em uma palestra, orgulha-se de, como representante do Brasil, mentir para fora do Brasil, para chamar a atenção dos países por onde ele passava.

Ele diz aqui que foi, inclusive, questionado pelo Roberto Marinho e pelo Jaime Lerner, que teriam dito: "Lula, se houvesse tantas crianças assim nas ruas, a gente não conseguiria andar pelas ruas". E ele mesmo dá risadas, dizendo: "Nós tínhamos orgulho de viajar pelo mundo mentindo sobre o Brasil".

Então, Sr. Presidente, o primeiro requerimento é para convocar o condenado Lula, que é líder de uma organização política e habilidosa, chamada PT, para dar explicações sobre como funcionava a máquina petista de destruir reputações.

Junto ao requerimento, um vídeo onde o Lula dá uma verdadeira aula de como se produz e se espalha *fake news*. Foi isso que eu aqui acabei de mostrar para vocês.

Quando governava, o PT usava o Ministério da Justiça e os órgãos policiais para produzir falsos dossiês contra adversários e, depois, despejava esse material falso na internet, no intuito de destruir reputações. Por isso, eu requeri também que convidemos também o delegado de polícia e ex-Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior, autor do livro *Assassinato de Reputações, um crime de Estado*, para que ele dê detalhes aqui de sua minuciosa investigação sobre como funcionou o primeiro grande aparato de disseminação de *fake news* da história brasileira e que até hoje funciona nas redes.

O PT tem a maior milícia digital que já existiu na história deste País, que é a rede de blogueiros, *sites* e perfis nas redes sociais, que foram, por anos, sustentados com verbas publicitárias da Secom. Por isso também, requeri a convocação para esta CPMI da *Fake News*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de todos os Ministros da propaganda das gestões petistas: Franklin Martins, Helena Chagas, Thomas Traumann e Edinho Silva, porque nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... temos informações de que foram gastos mais de R$100 milhões somente com blogueiros, para destruir reputações, exatamente como disse aqui o General Santos Cruz.

Também estou oficiando ao Secretário da Secom, o Fabio Wajngarten, para que ele disponibilize o nome, o CNPJ e valores repassados às milícias digitais petistas nos 13 anos do desgoverno do PT. Eu vou atrás dos CPFs que estão por trás dos CNPJs.

Com oitivas do Tuma, Sr. Presidente, nós vamos descobrir aqui o *modus operandi* da organização criminosa e, com os ex-Ministros convocados, nós vamos seguir o rastro do dinheiro.

O PT é uma organização política habilidosa e faz das mentiras um meio de ação política. O PT criou esse método sórdido de espalhar notícias falsas no Brasil e não tem moral para investigar ninguém, e devem, sim, ser investigados por todos os crimes que já cometeram.

E termino dizendo que o PT, na CPMI da *Fake News*, funciona como aquele batedor de carteiras que, após furtar um desavisado, sai correndo pela rua gritando "Pega ladrão!"

Era só isso que eu queria informar, Sr. Presidente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – E sobre o Olavo de Carvalho, Sr. Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu ainda estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu ainda estou falando...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Nós fomos citados aqui...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu não terminei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas você fez uma acusação...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Mas eu não terminei!

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Termine, que eu vou te contestar.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – O senhor fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, nobre Deputado Feliciano.

Com a palavra o Deputado Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Sr. Presidente, só para dizer aqui às pessoas que falam em tom pejorativo sobre o Prof. Olavo de Carvalho que estudem um pouquinho as suas obras. Eu vi aqui, inclusive, tanto Parlamentares aqui quanto aí da Mesa falarem. Eu convido vocês a lerem *O Imbecil Coletivo*, *O Imbecil Coletivo II*, *O Futuro do Pensamento Brasileiro, O Exército na História do Brasil*... Então, vamos entender que o Prof. Olavo nunca foi contra o Exército brasileiro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É só propaganda agora.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – *A Dialética Simbólica*, *Maquiavel ou a sua confusão demoníaca*, entre outros livros, *A Filosofia e seu inverso*, e vocês vão ver que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

é, de fato, uma pessoa uma pessoa extremamente preparada, habilidosa, e não pode sofrer depreciação.

Se quiserem, convidem-no para estar aqui na CPMI.

E pronto.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Já convidamos. Ele não vem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado.

Questão de ordem, o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para questão de ordem.) – Em primeiro lugar, quem falou a primeira vez "uma pessoa desqualificada", citando o Olavo de Carvalho, foi o General Santos Cruz. Não fomos nós aqui, embora concorde.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone*.) – Eu não citei nomes.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, mas eu estou dizendo: foi ele que falou. Você está falando dos Deputados...

Em segundo lugar, Presidente, não se faz uma acusação de ladrão sem resposta.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone*.) – Ele foi preso. Foi preso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, mas o senhor está dizendo que os Deputados do PT são como aqueles que batem carteira e gritam "pega ladrão!". Se for para pegar ladrão, o senhor seria o primeiro a ser detido aqui na CPMI.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone*.) – Vista a carapuça.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado Ivan, Líder do PSOL, na condição de Líder do Sol.

Eu quero comunicar ao Deputado Alexandre Frota que a CPMI abre para V. Exa. apresentar os áudios que V. Exa. queria...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone*.) – Se a carapuça serviu, vista.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O General Santos Cruz quer me responder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado Ivan Valente, do PSOL.

Srs. Deputados, vamos manter a calma, Sr. Deputados, vamos manter a calma. (*Fora do microfone.*)

Questão de ordem, Deputado Ivan Valente, do PSOL, na condição de Líder.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, General Santos Cruz, primeiro, eu queria colocar que pedir para a gente ler a obra do Olavo de Carvalho é um pouco demais, entende? É demasia. É demais. É demais. Eu estudo qualquer coisa, inclusive aqueles com os quais não concordo, para ter cultura. Agora, Olavo de Carvalho é incultura, é incivilização, é tolice mesmo. Aliás, aí eu concordo com o General Santos Cruz. Ele falou que é um... Eu vou citar as suas palavras: "Desocupado, distúrbio mental, e, metido a filósofo, quer falar de educação". Isso quem falou foi o General Santos Cruz. E nisso eu concordo com ele.

General, V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Ivan, V. Exa. pode fazer a sua questão de ordem, mas não pode fazer nenhuma pergunta ao nobre convidado. Como Líder, V. Exa. não pode. Se V. Exa. quiser se inscrever, no seu momento...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Mas eu não fiz nenhuma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas se colocou o nome dele, iria fazer uma pergunta, não?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Não, eu só estou citando. Aí não. (*Risos.*)

Eu sou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, prossiga.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – ... um participante.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então foi bom, porque eu lhe adverti que não pode fazer pergunta.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – V. Exa. seja tolerante com o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não. Prorrogarei.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela Liderança.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria dizer que prestei muita atenção na fala do General Santos Cruz, e eu entendo que os generais, como o Santos Cruz, com quem eu tenho divergências políticas e ideológicas profundas, desde os tempos da ditadura, General, como ex-preso político, combatente da ditadura, mas eu entendo que os generais e a maioria deles, que estão no Governo, são republicanos, positivistas e têm uma racionalidade para o debate. Isso, pelo menos, dá condições de que a gente possa dialogar politicamente, dentro da racionalidade, porque lá, no Governo, está cheio de terraplanista, ministros terraplanistas, irracionais.

Por isso, o que eu queria observar é que V. Sa. foi muito tímido em relação ao que disse, à humilhação que lhe foi impingida pelo Presidente Bolsonaro, da saída do senhor, como um colega de farda, de patente superior inclusive. V. Sa. colocou claramente que existe uma gangue lá e uma milícia digital.

Eu pediria, depois, que V. Sa. desenvolvesse isso, porque nos interessa, aqui, para esta CPMI, essa questão. Quem é essa gangue? Quem é essa milícia digital? E, principalmente, uma frase de V. Sa., numa entrevista ao Congresso em Foco, dizendo que é possível rastrear milícia digital. Então, como rastrear? Dê-nos o caminho das pedras, porque eu quero achar esses caras.

Eu sei que esses bandidos estão dentro do Palácio. Inclusive, V. Sa. falou que conhece alguns que estão lá, mas não tem uma relação. Então, pessoas que têm 25, 26, 30 anos de idade e estão exercendo uma influência brutal, inclusive alguns com trinta e poucos anos de idade, que são assessores internacionais da pior política internacional que o Brasil já teve em todos os tempos. Isso é o isolamento internacional em todos os aspectos: comercial, ambiental, social e político.

Por isso, General, eu acho que V. Sa. poderia contribuir, e dizer o seguinte... Quando V. Sa. fala das *fake news* e foi vítima delas....

Há um estudo de uma universidade americana, que estudou as eleições brasileiras, que diz que 89% dos eleitores bolsonaristas acreditam nas *fake news* pelo WhatsApp. E foi assim que foi ganha a eleição no nosso País, através de disparos no exterior e da produção organizada de *fake news*, de mentiras.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela Liderança.) – Isso é muito grave, Presidente. É muito grave o que aconteceu e continua acontecendo.

Nós não temos medo do debate. O debate entre direita, esquerda, centro, projetos, propostas e programas para a sociedade brasileira nós podemos fazer, na tribuna da Câmara, na rua, nos sindicatos, onde for. Agora, mentiras, calúnias, invenções, enganação do público, isso destrói a democracia brasileira.

Então, eu queria entender que V. Sa. poderia falar mais dessa central de boatos que está dentro do Palácio do Planalto, que é financiada com dinheiro público – inclusive, está lá sendo paga para isso – e da qual V. Sa. foi vítima. Por isso, acho que V. Sa. podia contribuir de uma forma mais efetiva, porque sofreu ataques pessoais covardes, independentemente das divergências que nós tenhamos, independentemente de V. Sa. ter servido a este Governo, com o que não tenho nenhuma concordância, certamente, por ser um Deputado de oposição, com outro projeto, com outro programa, com outras ideias, mas entendo que esta CPMI – e concluo com isto, Presidente – tem um imenso papel a cumprir na democracia brasileira: o esclarecimento do que ocorreu em todo esse processo e como está incrustada no poder a questão das *fake news* e a discussão sobre as redes sociais.

E eu fiquei chocado quando V. Sa. disse que inventaram uma história de V. Sa., ali projetada, quando V. Sa. estava voando num voo até São Gabriel da Cachoeira. Isso foi divulgado amplamente. Então, o senhor tinha inimigos dentro de casa. O senhor estava dormindo com o inimigo. Foi disso que se tratou.

Então, eu entendo que este Governo é um governo de *fake news*, é um governo da mentira, da calúnia, da falta de projeto, do autoritarismo, e está pregando agora a volta do Ato Institucional nº 5, que eu queria repudiar aqui, nas palavras do Eduardo Bolsonaro, do próprio Presidente da República e, hoje, do Ministro Paulo Guedes. Não haverá AI-5! Ditadura nunca mais!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o nobre Deputado do Estado do Amazonas, autor do requerimento, Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou ser bastante objetivo e vou usar bem menos do que o tempo regimental.

A mim só interessam três coisas nesta Comissão, perseguir três respostas. A primeira delas é se, no processo eleitoral, houve uma ação organizada para distribuição de *fake news*; a segunda delas é se essa ação organizada foi financiada, sob ciência das candidaturas, com recursos não contabilizados; e a terceira delas é se existe equipe de servidores públicos, pagos pela União, difundindo, de forma estruturada, *fake news* de dentro da sede do Palácio do Planalto. A mim só interessam essas três coisas. Acho que o resto é fruto de uma disputa política natural, na qual não vou entrar.

E, das três coisas que me interessam, parece-me que para a primeira e a segunda não faz nenhum sentido eu fazer pergunta ao General Santos Cruz, mas, para a terceira, sim, e eu quero fazer uma pergunta bastante objetiva: existem servidores, dentro do Palácio do Planalto, tendo como prática da sua atividade laboral, paga com dinheiro da União, distribuir *fake news* e atacar reputações? Essa é a única pergunta que eu tenho a V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o General Santos Cruz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Vou começar por algumas observações, ali, do Deputado Frota.

O tempo cura ferida, não é? O senhor falou... V. Exa., não é? O tratamento formal aqui é V. Exa. Na Presidência, eu fui rebaixado para senhor, mas aqui é V. Exa.

Eu não tenho ferida nenhuma. Como eu não dava bola para esse negócio, não chegou a me atingir seriamente. Atinge mais institucionalmente, até pelo título que eu tenho, pela profissão, pela instituição que eu represento ainda na reserva, não é?

Foram 3 mil ataques nas redes sociais. Não sei se é muito ou se é pouco. O Brasil tem 206 milhões de habitantes, mais ou menos, então, não sei até que ponto isso daqui... E eu não iria realmente perder tempo em ficar cuidando desses ataques aí. O pessoal que é mais dedicado aí percebe mais essas coisas, né?

Sobre esse cidadão aí, o Olavo de Carvalho, mais uma vez eu quero repetir que eu não tenho nada a ver com a obra dele. Eu nunca li e não pretendo ler também, porque acho que ele não tem padrão nem para se expressar. Pode ser que tenha até algumas ideias boas para o público dele, em termos políticos, ou ser contestado por opositor e tudo, mas são ideias na área política de que eu não estou tirando validade nenhuma. Agora, são coisas discutíveis.

Agora, o comportamento é um comportamento de vigarista. Pelo que eu li dele, dito pela filha dele, é um vigarista profissional, que conseguiu influência em cima de algumas personalidades. Então, é isso que eu considero.

Outra coisa: o baixo nível de expressão é fundamental. Esse baixo nível de expressão, quando há qualquer discordância da pessoa, é inaceitável em qualquer ambiente medianamente educado. Então, não é possível aceitar esse tipo de coisa. Não tomei medidas legais porque é tão baixo o nível que eu não vou me desgastar e gastar o meu tempo com esse tipo de nível de gente. Não dá. É tão baixo que não há condições de ficar interagindo nem na Justiça.

O problema de dizer que é traidor da Pátria... Para mim tudo isso são coisas absurdas, que não têm consequência nenhuma. Isso não tem consequência nenhuma. Eu tenho um histórico, e quem quiser que o analise. Não há problema nenhum.

Quanto à ONU, o Brasil é membro da ONU. O Brasil é membro da ONU. Por muito tempo, houve o projeto de ir para o Conselho de Segurança. Vários Governos mandaram tropa do Brasil à ONU, gente do Exército, da Marinha, da Força Aérea. Houve gente que morreu nas tarefas que o Governo mandou ele fazer. O Brasil é membro da ONU, paga para a ONU, faz parte do bolo do orçamento da ONU, e o Brasil tem de utilizar da organização aquilo que interessa para o Brasil em termos de Organização Mundial do Comércio, em termos de Organização Mundial de Saúde. Ele tem de saber utilizar a organização em benefício da política dele. Você não pode ser sócio do clube e ficar só xingando o clube. Isso não adianta. Isso é ignorância. Isso se chama ignorância.

Claro que é uma organização em que, como os partidos políticos, como o nosso Congresso, como as nossas famílias, há umas pessoas melhores que as outras, uns países melhores que os outros. Isso aí é normal. Há grupos mais extremistas seja lá em que área for, seja do meio ambiente ou se não for... Mas acontece influência de ONG, influência de institutos, influência de universidade. É um centro de influências.

O Brasil tem de saber o que ele quer com a organização de que ele faz parte, de que é um dos fundadores. Todos os anos o Presidente brasileiro abre o discurso na Assembleia Geral, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

só se reúne uma vez por ano. Então, ele tem de saber o que ele quer. Só isso. É uma questão de estabelecer a política do que ele quer em ambientes internacionais. Afora disso, se chama ignorância.

Agora, se o cidadão Olavo de Carvalho, com as suas ideias políticas, é líder de alguém, isso é problema individual. Se ele é o ícone de um ou de outro, é problema individual. Eu estou falando de comportamento. Eu não estou falando de ideia. Sobre comportamento, eu jamais vou tratar o senhor ou os senhores com o nível que eu tenho visto esse cidadão se expressar publicamente. É outra coisa. Então, eu acho que está bem explicado isso.

Sobre o problema de positivismo, se a gente voltar aqui para discutir o positivismo da época da Proclamação da República, eu tenho visto, quando eu leio e começa positivista, direita verdadeira, esquerda não sei o quê, agora existe soberanista, chega. Vamos resolver os problemas que a gente tem. É muito mais fácil resolver os problemas práticos do que entrar... Isso é o que eu penso. Claro que, filosoficamente, em termos culturais, sobre tudo isso a gente pode estudar, fazer trabalhos, fazer monografias acadêmicas etc. Agora, na vida prática do dia a dia, essa discussão excessiva de grupos não faz o meu tipo.

Outra coisa: essa Crítica Nacional. Crítica Nacional, Paulo Eneas, Facuri, isso aí, esse pessoal, olha, sinceramente, eu não posso dizer nada, porque eu não presto nem atenção. Raras vezes, eu vejo o nome desse pessoal numa reportagem ou noutra.

Hoje em dia, a tecnologia colocou muito aí os youtubers, os blogues etc., diversos *sites*. Há muita coisa interessante aí, mas esse pessoal aqui, sinceramente, eu acho que vem com uma carga ideológica tão grande tudo o que fazem que não interessa. Assim como, às vezes, como existem outros aí, existem outros blogues aí, seja de direita, seja de esquerda. Não faz o meu tipo ler esse tipo de coisa quando eu percebo que ela está carregada de ideologia e não tem equilíbrio. Então, não faz o meu estilo.

Outra coisa: o Deputado Marco Feliciano falou que também tem alguma apresentação, tem algum material de como se produzem notícias falsas. É importante. Eu apresentei uma visão minha ali, do que eu li. É importante outros apresentarem as suas visões. Agora, no final, essas visões têm que ser... A sugestão final que eu vou dar é como eu sugiro que a Comissão Mista utilize esses modelos aí e com quem, como ela vai fazer para contratar o serviço para fazer uma análise técnica disso. Isso aí é simples e é possível, seja com o modelo do senhor, seja com o modelo de outras pessoas.

O caso do Deputado Ivan Valente, do PSOL, em primeiro lugar, o senhor falou que tem divergências comigo desde a época lá de 1964. Em 1964, eu tinha 12 anos de idade. Eu não tenho problema pessoal nenhum com o senhor, não. Sem dúvida, nós vamos ter divergências. Isso aí, sem dúvida nenhuma. O senhor tem um posicionamento, é visível que eu tenho outro, mas também nada que impede de conversarmos. O senhor tem uma experiência também, provavelmente traumática, pelo que o senhor falou. Então, tudo isso daí são condicionantes de vida, agora, não vejo problema nenhum. Tirando os extremistas de ambas as pontas ou das várias pontas, porque não são só duas pontas, são várias pontas, tirando os extremistas, sobre o restante tem que haver diálogo, senão não existe Parlamento, senão não existe convivência, senão não existe democracia. Não tem saída.

Mas há gente que, realmente... Tentar dialogar com certas pessoas, às vezes, é até difícil, ou porque não dá, ou até porque eu não tenho capacidade, porque são de um extremismo radical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Há gente também com quem não me interessa ter, e é normal. Não significa que vai ser inimigo daquela pessoa, não é isso, mas, tirando os extremos, não há problema nenhum.

Outra coisa é que uma saída de Governo não é humilhação. Saída de Governo não é humilhação, não. O Presidente pode pegar e... Troca de ministro acontece em qualquer Governo. A coisa não vai para o lado da humilhação, a coisa vai para o lado da ética. Não é problema de humilhação, o problema é de ética. Então, o que a gente vê é a falta de ética, às vezes, numa troca de ministro. Nós tivemos duas só até agora, mas é falta de ética, porque é a coisa mais simples do mundo trocar um ministro. É só ter coragem moral. Chama o ministro e fala. Da mesma forma como a gente convida alguém para ser ministro, a gente chama a pessoa e fala: "Olha, eu estou tendo pressões...". Uma autoridade sofre pressões de várias fontes: familiar, partidária... Então, há várias pressões sobre uma autoridade no nível presidencial. Um Governador de Estado também tem, um Prefeito também tem. No nível presidencial, há várias pressões. Se a pessoa está numa dificuldade qualquer para aguentar uma pressão daquelas, ela chama o ministro e fala para ele: "Olha, eu não estou... Não dá para segurar, por causa da pressão aqui." Com a maior satisfação, a gente pega e ajuda a autoridade. Não há problema nenhum. Isso não causa trauma nenhum, não tem nada, não tem problema.

Agora, quando falta ética, quando começa uma coisa de baixíssimo padrão, que se chama fritura – inventaram aqui um termo chamado fritura –, que é um negócio de baixíssimo nível... Isso é coisa de gente covarde, de gente desqualificada, de gente que não sabe administrar política, de gente que não sabe administrar o relacionamento humano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso é que se chama fritura, esse é que é o "x" da questão. Não é chamar um ministro e dizer: "Olha, eu estou com dificuldade de administrar sua posição por causa da pressão partidária, por causa da pressão daqui e dali. Eu tinha outro projeto que não é para o seu perfil. Eu tenho fulano...". É perfeito isso daí. A gente sai e sai considerando no mais alto nível a pessoa. Agora, quando isso não acontece, quando começam essas histórias de baixo padrão, chamadas de fritura, isso é, vamos dizer assim, a escória do comportamento político. A tal da fritura é a escória do comportamento político. Então, é só isso aí. Isso aí é que é o "x" da questão; não é a substituição, é a forma.

Sobre a maneira de rastrear isso, eu ia deixar para o final, vou falar agora. Como se faz isso daí? Existem empresas especializadas, internacionalmente. No Brasil, sem dúvida também, só que o rastreamento, o mapeamento de tudo isso, o laudo técnico de todo esse comportamento pode ser feito por empresas internas também, mas tem que se ver a independência da empresa interna quando é paga por um órgão governamental qualquer. Ela tem que ser absolutamente independente.

Então, o que eu ia sugerir, eu já vou sugerir antes aqui, em virtude da sua colocação: é a Comissão fazer uma análise em termos de empresas que fazem análise cibernética, de segurança cibernética, e saber o que encomendar. Ela tem que saber o que encomendar. Por exemplo, os temas. Então, vamos pegar três, quatro, cinco temas. Vamos pegar notícias e pegar os dez mais, os *top ten* perfis envolvidos em *fake news* em cada tema, e aí solicitar que seja feita uma análise daquilo ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Para aquilo ali, existem programas que fazem esse tipo de análise, e esses programas vão pegar todas as conexões, inclusive perfis falsos. Não existe hoje perfil falso que não seja detectado. Isso é detectável. Pode comprar um celular sem registro nenhum ali numa feira qualquer, numa beira de estrada, pode pegar e comprar um *chip* qualquer na banca de jornal e colocar ali, e isso aí vai ser rastreado, isso é possível de rastrear pelas antenas, existe tecnologia para isso. E é possível rastrear até os telefones que estão próximos também, porque todos eles estão na mesma antena: quando se faz cruzamento, já se elimina um montão, e ficam três ou quatro na análise. Isso aí é coisa de alguns minutos. E aí, então, vão-se montando as conexões, as redes, e aí vai aparecer direitinho onde é que começa, onde é que prossegue.

Então, são coisas de tecnologia que têm que amparar uma Comissão. Por isso é que eu não falo o nome de ninguém, porque senão a gente fica falando o nome de um e de outro. Isso fica aí sendo puramente conceitual. Então, eu acho que tem que ser utilizada a tecnologia. A partir da detecção, então há a ação policial, e aí são as medidas legais, a partir do trabalho técnico. O final do trabalho técnico, então, dá origem ao prosseguimento das ações legais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Para interpelar.) – Permita-me dez segundos, Sr. Presidente, só para agradecer ao Gen. Santos Cruz.

Só queria lembrar um fato em que o senhor classificou o Olavo de Carvalho como vigarista, mas, num encontro em Nova York, ele se sentou, em reverência, ao lado direito do Presidente da República e foi tratado pelo Sr. Paulo Guedes como o chefe: "Decida para onde nós vamos seguir, chefe!". Esse é o homem.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Ganhou medalha.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu não vou entrar aqui em críticas às escolhas do Presidente porque ele tem o direito de escolher, como os outros Presidentes tiveram também, e eu também tenho crítica, sempre tive na minha vida, críticas a todos, desde que eu comecei como eleitor ou até antes talvez, não é? Então, eu não vou entrar... Agora, cada um escolhe aquele público que ele quer. É uma prerrogativa, como eu falei, que não precisa nem de explicação. É uma prerrogativa da autoridade, não tem como.

Então, eu não vou aqui fazer críticas às escolhas do Presidente. Ele chegou a essa posição por mérito dele, porque percebeu as coisas. Numa eleição, os senhores são políticos e sabem que a sensibilidade é muito grande, e ele teve sensibilidade para ganhar aquela eleição ali, seja lá da maneira... Não interessa... Agora, a escolha é pessoal, não tem jeito.

O problema dos eleitores bolsonaristas também, percentual que acredita em *fake news.* Eu acho que não é só eleitor bolsonarista, não, eu acho que é todo mundo. Hoje em dia isso é fenômeno, *fake news* é um fenômeno.

O que acontece? A tecnologia desenvolveu muito hoje a comunicação, e talvez a educação não acompanhou a parte de desenvolvimento de como utilizar isso daí. Ainda está no começo, não é?

Sobre central de boatos dentro do Palácio, eu não posso falar, atestar isso daí. Não posso atestar. No meu caso, inclusive, eu não posso nem dizer se foi feito lá ou se não foi. Isso é uma coisa que foi feita, foi entregue ao Presidente, e só ele sabe quem foi que entregou para ele. Eu não sei.

Bom, agora, o que eu quero dizer é o seguinte: em qualquer nível, em qualquer Governo, em qualquer partido, em qualquer posição, um assessor que pega uma coisa falsa e leva para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

autoridade, para comprometer a autoridade, não é assessor. Isso não é assessor. Se eu estou assessorando um Deputado, um Senador, um Presidente, e eu pego uma coisa errada, eu não vou levar para ele, eu vou resolver a coisa errada. Eu tenho chefe de gabinete, eu tenho chefe de GSI, eu tenho Polícia Federal, eu tenho isso, eu tenho que aconselhar, eu boto na lata do lixo. Ele toma uma decisão, ele não leva para a autoridade. Comprometer autoridades nesse nível é uma canalhice do assessor. Ele não é assessor, ele é um manipulador. Ele está colocando em risco a autoridade. Não se pode colocar em risco a autoridade, não interessa se o Presidente é Jair Bolsonaro ou se é José da Silva. Não interessa quem seja. Um assessor não pode comprometer autoridade. Ele resolve as coisas. Um assessor de um Deputado, de um Senador não pode comprometer a autoridade. Se ele levar para a autoridade uma coisa irregular, ele já leva com proposta de solução. Então, o mau assessor é uma pessoa de uma deslealdade imensa.

Eu não estou defendendo a pessoa do Presidente; eu estou defendendo qualquer Presidente, qualquer Senador, qualquer Deputado. O assessor não pode ser um inexperiente, um irresponsável que compromete a autoridade na primeira coisa que ele recebe. Mas não é por causa disso aí, não. Eu saí não por causa disso. Eu saí porque o Presidente deve ter as pressões dele, e eu saí. Também, a minha saída não é problema. Está cheio de gente, civis e militares, com capacidade igual ou melhor; outros, piores. Isso aí não é problema. O problema é a gente manter um processo ético para as coisas, mais nada. O resto não tem problema nenhum.

Falar de dinheiro. Eu não vou falar de dinheiro porque eu não trabalhava com dinheiro, porque, se for falar de dinheiro, há até outras opções melhores. O problema não é por aí.

Bom, então, o caso da localização, com essa metodologia técnica, dá para concluir muita coisa.

Outra coisa: o senhor falou de covardia. Covardia hoje, na internet, está sendo uma marca registrada, principalmente daqueles que são mais agressivos, que se escondem atrás de pseudônimos, de perfis falsos etc. Há gente aí até que eu falei aqui pesado contra, mas ao menos está com a cara lá, não é? Não está com perfil falso, se disfarçando do pavão, das onças, da onça jaguatirica, não sei o quê. Não, a pessoa está lá, faz coisas absurdas, mas está com a carinha lá. Então, ao menos vamos desenvolver a hombridade de ficar com...

O caso desse *print* falso aí, eu já expliquei, já falei, são coisas absurdas, não é? São pessoas sem maturidade, com tendência criminosa e irresponsabilidade total. Para mim, o que acontece para mim nisso aí? Para mim, não acontece nada. O que é que afeta a minha vida moralmente isso aí? Nada. É o problema moral da pessoa e da sociedade que pode pegar como exemplo e fazer um perfil falso da senhora aqui, de outras pessoas, de outro Deputado, de outra autoridade etc. Então, é isso aí. Para mim, não acontece nada. Eu sou o mais imune e tranquilo a isso aí. Eu sou o mais imune e o mais tranquilo. Agora, para a sociedade é um péssimo exemplo.

Então, Deputado Marcelo Ramos, se existe equipe dentro do Palácio, isso aí é que eu falei: imaginar uma solução tecnológica, montagem de rede, seguir os passos da falsa informação, dá para chegar na fonte, mas tem que trabalhar com empresa especializada, não dá para ser eu, ou fulano, ou beltrano achar que o fulano faz isso ou faz aquilo.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM. Para interpelar.) – O senhor não sabe dizer se existe ou não existe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não.

O SR. MARCELO RAMOS (PL - AM) – O.k.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Seria leviandade falar uma coisa sem nenhum amparo comprobatório.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para questão de ordem.) – Somente para esclarecer. Acho conveniente, porque nós estamos numa investigação, o Gen. Santos Cruz está aqui como testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, como convidado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Convidado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não é testemunha?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, é convite.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então, me deram uma informação equivocada de que ele teria sido convocado, estaria vindo aqui como testemunha. E, na verdade, a pergunta do Deputado Marcelo Ramos nos coloca nesta situação. Por quê? Porque a pergunta feita é objetiva: tem ciência da existência de uma estrutura montada no Palácio do Planalto para difundir informações – informações verdadeiras ou informações falsas – sobre as pessoas, campanhas de destruição de reputação? Essa é a pergunta que me parece que foi feita. E eu, somente imaginando que o general estava aqui com uma testemunha, iria dizer que, numa CPI... E nós precisamos sair dessa situação de ter depoimentos aqui que não sejam depoimentos – com todo o respeito – juridicamente comprometidos com a verdade, porque numa CPI faltar a verdade ou omitir a verdade é um crime igual.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao nobre Senador Rogério Carvalho, autor do requerimento, do PT, do Estado de Sergipe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria pedir ao Gen. Santos Cruz a permissão para que fosse colocada de volta a apresentação que ele fez, os eslaides que ele fez, do modelo de como se produz *fake news* e o modo como se opera esse trabalho de algum lugar.

Então, queria pedir, mas, antes disso, eu quero – eu sou filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1990, fui Deputado Estadual, Deputado Federal, concorri ao Senado uma vez, concorri ao Senado agora, fui eleito, fui secretário municipal de saúde, secretário estadual de saúde, não tenho nenhum processo por desvio de recurso público de nenhuma natureza penal – dizer que, quando falta argumento sobra agressão. E é inadmissível que pessoas venham aqui nesta tribuna agredir partido, porque é desleal a forma como se coloca o debate. Porque há determinadas coisas no campo da agressão que é difícil você reagir somente com palavras, porque a pessoa precisa provar o que está dizendo. E é preciso que essas pessoas, se não conseguem provar ou se não conseguem sustentar o que dizem, não possam dizer ou não devam dizer.

Quero dizer que a falta de argumento é porque nós protagonizamos um governo ou governos que foram responsáveis pelo maior programa de eletrificação rural do Brasil de toda a história do Brasil. Nós tiramos o Brasil do século XVIII e o colocamos no século XXI, quando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

gente levou energia elétrica, na primeira década e segunda década deste século, para milhões de brasileiros que não tinham energia elétrica. Nós fizemos 4 milhões de cisternas e o maior programa de habitação popular da história do Brasil. Nós deixamos as maiores reservas da história deste País. Nós pagamos a dívida externa. Nós fizemos a maior e a mais consistente política de relações exteriores com a ampliação do mercado externo e comércio exterior da história deste País. Nós equipamos o Exército, a Marinha e as Forças Armadas como nunca na história. Nós invertemos a quantidade de ricos nas universidades, hoje a população negra e parda é maioria nas universidades. Nós fizemos mais escolas técnicas no Brasil no Governo do PT do que em toda a história deste País. Nós criamos mais universidades federais e públicas do que todos os governos ao longo de toda a história deste País. E nós fomos o Governo que mais gerou empregos na história deste País.

Então, se a gente quiser fazer um debate sério e honesto, a gente precisa colocar aqui no meio para a gente fazer o debate sobre política pública, sobre como a gente acredita na economia, porque este senhor que lhe agrediu não tem nenhum compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Ele tem compromisso com uma loucura ideológica pré-queda do Muro de Berlim, uma loucura ideológica de uma guerra fria que já não existe mais. E aquilo que o senhor colocou ali, Gen. Santos Cruz, é o modo como se constrói o fascismo numa sociedade.

Por favor, passe o próximo eslaide.

O senhor esteve pela ONU numa missão de paz no Haiti. O senhor como General sabe o que aconteceu no começo do século XXI em Ruanda, onde uma guerra, estimulada artificialmente entre irmãos de mesma etnia, foi o maior genocídio depois do Holocausto: 800 mil ruandeses foram assassinados, irmãos de sangue. E há quem diga que as diferenças foram criadas, porque uns pareciam mais com os brancos e outros menos com os brancos. E essa artificialização fez com que irmãos se matassem. E nós estamos ali: comportamento sectário é o que está sendo estimulado neste País. E o idealizador disso chama-se Olavo de Carvalho.

Temas artificiais. Todo dia a gente tem um tema artificial na pauta deste País: armar a população, desregulamentar o trânsito, e tantas outras asneiras que não levam a nenhum processo civilizatório, sendo colocado de forma artificial, para dividir a sociedade, para dividir, para gerar polêmica falsa, perfis falsos aos milhares – aos milhares! Todo dia eu apago pelo menos cem perfis falsos e denuncio no meu celular – todos os dias! –, defendendo artificialidades, como a condenação em segunda instância, que é uma artificialidade, total, irresponsável, que vai de encontro à cláusula pétrea da Constituição e à garantia das liberdades individuais e à conquista da presunção da inocência, com o direito de cidadania fundamental e estruturante da nossa sociedade.

Mídia. Óbvio. O Governo tem usado, sim – tem usado, sim! E o Deputado Alexandre Frota disse aqui três nomes, de três funcionários do Palácio do Planalto, que foi perguntado a V. Exa. ou a V. Sa., como o senhor preferir, se eles trabalhavam lá e eles trabalham lá, e eles recebem salário do Palácio do Planalto ou receberam. Dinheiro público. Como há Deputados Estaduais em São Paulo com assessores pagos pela Assembleia para também fazer disparo. Como foi dito na imprensa, pessoas, os intervencionistas, que estão lá em São Paulo, os *sites* que foram comprados pelo Governo ou pela campanha do Bolsonaro.

E eu quero perguntar a V. Exa., primeira pergunta, o senhor já ouviu falar de uma senhora chamada Taiza Krueder Brawn?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não. Mas nós vamos saber no futuro quem é.

O senhor já ouviu falar da Qualitest?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Também não. Qualitest, uma empresa que organiza isto: o linchamento virtual, perfis falsos, mídia. A inteligência que o senhor apresentou aqui é a inteligência adotada e que foi utilizada para dirigir ataques e que é utilizada para dirigir ataques. Então, o senhor mostra como uma sociedade pode se destruir.

Por favor, próximo: comportamento sectário. Veja ali: se eu não concordo com você, eu o destruo, como fizeram com a Marielle. Mataram a Marielle, sabe por quê? Porque não suportavam conviver com o diferente, com a inteligência dela, com a capacidade dela de mobilizar. Isso é o quê? Irmão matando irmão. Isso é fascismo.

Foi o Presidente eleito – não sou eu que estou dizendo, não – quem disse num telefone, gravado: "Nós vamos acabar com todos os vermelhinhos. Nós vamos... Ah, negro é para morrer como barata, na rua". Isso é o quê? Fascismo!

Temas artificiais para dividir a sociedade. O senhor mostrou aqui o esquema que é o esquema da produção de *fake news,* e isso tem uma finalidade: dividir a sociedade, nos separar com ódio, com questões artificiais e com manipulação da opinião pública. Aliás, uma aliança terrível dos milicianos, grupos religiosos e Governo.

Então, a pergunta que eu faço para V. Exa., diante de tudo isso aqui que o senhor mostrou – o senhor não mostrou à toa, o senhor sabe, isso daqui o senhor buscou em algum lugar, o senhor viu em algum lugar –, é: quem opera isso no Palácio do Planalto? Quem opera isso no Palácio do Planalto? A responsabilidade é de quem? É do Sr. Wajngarten? Pergunta objetiva: o Sr. Wajngarten é o responsável por tudo isso? Estão subordinados a ele alguns funcionários que dão conta dessa tarefa odienta, destruidora, fascista? A pergunta: é o Sr. Fábio Wajngarten?

Por acaso a esposa dele tinha alguma empresa de comunicação e tinha algum instituto contra abuso infantil e recebeu dinheiro do senhor... Eu pergunto como foi gasto esse dinheiro. Eu pergunto e deixo aqui para CPI: como foi gasto esse dinheiro? Qual o caminho desse dinheiro? Qual o caminho do dinheiro arrecadado pela Sra. Taiza Krueder Brawn? Para onde foi o dinheiro que ela arrecadou na véspera da eleição?

Quem é o Sr. Ba Assunção, roteirista do mal. O homem que preparava os roteiros todos das *fake news.* Quem pagou a ele? Foi a Sra. Taiza Krueder Brawn? São perguntas para as quais a gente precisa de resposta.

Mas, se a gente quiser que este País tenha um debate sério, que a gente acabe com o desemprego, que a gente tenha soberania, sim, que a gente não entregue ou se entregue por qualquer coisa... O senhor é militar, o senhor sabe quanto custou para a gente não ter a Otan aqui no Atlântico Sul? Nós entregamos. Sabe quanto custou isso? E agora eles estão vindo para cá para nos tutelar. Todos os equívocos, mas a gente está se dividindo e a gente está sem rumo.

Então, as perguntas são essas que eu queria fazer. E quero deixar claro que sou filiado ao Partido dos Trabalhadores, e é inadmissível, como não admito que ninguém insinue... Eu não sou ladrão! E não admito que ninguém insinue esse tipo de coisa, porque esse tipo de coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

requer outro tipo de tratamento. Portanto, não ousem fazer isso, que é desrespeitoso, porque eu não sou ladrão, porque eu não tenho processo criminal e porque eu exerço a minha atividade com hombridade, com honestidade. Então, que a gente garanta o nível do debate nesta CPI.

Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que esse, tipo de situação, apesar do direito que as pessoas têm de falar, a gente consiga encontrar um jeito para que isso não volte a acontecer nesta Comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – ... o desrespeito às pessoas pela sua opção partidária. Porque isso faz parte da divisão, do sectarismo, da separação artificial, do fascismo que quer tomar conta do Brasil. Mas nós não vamos deixar que isso aconteça.

E, vejam, agora é uma ciranda do AI-5: é o AI-5 do Eduardo Bolsonaro, é o AI-5 do Gen. Heleno, é o AI-5 do Guedes. E eu não vejo esta Casa se movimentar. AI-5 significa fechar o Congresso, fechar o Supremo Tribunal Federal, é acabar com a democracia. É o AI-5 para evitar que as pessoas se manifestem!

Em 2012, em 2013, este País foi para as ruas, e ninguém ameaçou com AI-5. A gente absorveu, porque a gente acredita na democracia. O nosso partido, que é de esquerda, acredita na pluralidade partidária desde o seu nascimento e acredita na participação de todos: criamos mais conselhos do que todos os outros partidos na história, participação popular. Agora a gente precisa rever e dar qualidade ao debate democrático, mas não esse sectarismo que V. Exa. apresentou aí.

E era bom que o senhor dissesse onde o senhor viu? Foi do Palácio do Planalto? É a teoria que eles utilizam? É o Sr. Fábio Wajngarten que cuida disso daí? Os assessores deles que foram citados aqui recebem pelo Governo ou já foram demitidos? Essas perguntas, a gente precisa responder. E precisamos responder também quem pagou o Sr. Ba Assunção? – se foi a Sra. Taiza Krueder Brawn. Se foi ela, onde ela arranjou o dinheiro? Se veio da Cucumber? De onde veio o dinheiro? Essas perguntas precisamos responder, Sra. Relatora, que é para a gente saber o que o Deputado aqui perguntou. Quem financiou? De onde veio o dinheiro? Qual é a real? Porque ninguém faz milhões de *fake news* e distribui milhões de mensagens sem pagar. Ninguém faz comunicação dirigida como foi feita nessa eleição...

Mais grave para a democracia ou tão grave quanto as *fake news,* sabe o que é, General? É eu ter acesso a banco de dados de forma ilegal e mandar mensagem dirigida para as pessoas, e o debate ser escondido e não ter debate público sobre as diversas teses para garantir a democracia. E isso aconteceu. E, se aconteceu, teve conivência de quem detém os maiores bancos de dados deste País e do mundo. A gente sabe que o Facebook disse que o Brasil teve vazamento de mais de 80 milhões de dados pessoais. Vazamento para quem? Quem teve acesso a isso?

Sr. Presidente, o senhor poderia mandar um expediente perguntando para onde foram esses 80 milhões de dados.

Muito obrigado e desculpe-me pela minha exaltação que vem da alma.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Senador Rogério, fiquei até preocupado com V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Não se preocupe, não, porque eu tenho o coração forte.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... porque eu achei que V. Exa. ficou um pouco, assim, rubro, fora do normal.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Meu sangue é vermelho, é do coração, a cor da vida e do amor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quanto à questão do ofício, eu queria informar a V. Exa., conforme aqui a nossa Relatora, já foi convocado o Facebook para prestar também aqui os seus conhecimentos.

Eu passo a palavra para o nosso Gen. Santos Cruz.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – A primeira pergunta, do Deputado Paulo Ramos: como eu vejo essa objetividade da Comissão? Eu não sou político. Vejo isso aí de maneira extremamente importante, ela tem que chegar a conclusões objetivas. Mas é claro que uma conclusão objetiva dessa o senhor não vai conseguir perguntando se o fulano é o sujeito que dirige as *fake news* seja de um lado, seja de outro. O modelo que eu apresentei aqui é um modelo teórico e que pode ser usado por qualquer instituição. Inclusive, depois eu vou discordar aqui do Deputado Marcelo Ramos, apesar de que eu não vim aqui para discutir essa parte política, partidária, ideológica, etc., mas de algumas coisas eu vou dizer que eu discordo sem problema nenhum. Então, a objetividade vai ser conseguida com metodologia técnica. Eu vejo que a Comissão tem autoridade... Uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem autoridade para exigir quebra de sigilos, para solicitar dados de justiça, ela tem toda a autoridade do mundo, então, eu vejo que ela pode seguir no caminho mais técnico, aí ela vai ter a sua objetividade mais reforçada. É isso que eu acho.

Sobre o Deputado Marcelo Ramos, que fez um discurso inflamado na parte mais partidária, eu não vim aqui com essa finalidade de discutir se eu sou a favor do PT, ou sou contra, ou até onde sou contra. Não é esse o objetivo.

Eu não vim aqui com essa finalidade de discutir se eu sou a favor do PT, se eu sou contra, até onde vou contra, não é esse o objetivo. Eu não sou filiado a partido nenhum, não sou petista; mesmo não sendo filiado eu não sou...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Mesmo tendo trabalhado no Governo?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... Mesmo tendo trabalhado, na época, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, eu não tinha ligação com o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, a secretaria nacional foi na época do Michel Temer. Eu fiquei um mês e meio na antiga SAE...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, eu fui para o Congo.

Na antiga SAE eu trabalhei um mês e meio; um trabalho absolutamente técnico, sem envolvimento ideológico. Outra coisa: todos os governos fazem coisas boas e cometem erros também. Não sou PT por filosofia, também não é o meu estilo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, eu queria falar para o Deputado Marcelo Ramos que eu não vou fazer comentários ideológicos.

Eu morei exatamente no centro, na fronteira do Congo com Ruanda, por dois anos e meio, onde, nos últimos 25 anos, já morreram seis milhões de pessoas, e onde eu vi o que é a falta de responsabilização política. (*Pausa.*)

Senador Rogério Carvalho, queria dizer que eu não vou fazer contestação de caráter partidário, ideológico. Para mim, o problema, por exemplo... O senhor falou muito da corrupção, do ser ladrão. A corrupção não foi privilégio partidário no Brasil. Nós temos uma lista de gente de partidos diversos que se envolveram.

Então, posso falar por mim, eu não sou PT não pela corrupção; eu não sou pela filosofia. Eu sou contra a corrupção em qualquer partido, não interessa o partido. Acho que é o maior crime que existe... Dois crimes que existem: a corrupção, porque é dinheiro público, e não existe dinheiro público que não seja premeditado, não existe dinheiro público que não seja crime organizado, porque ninguém rouba sozinho. Então, todo roubo de dinheiro público é crime organizado.

O outro crime gravíssimo é a divisão da sociedade. A sociedade dividida acaba em conflito, não tem saída. Todas as histórias de sociedade dividida acabam em conflito. Então, eu sou contra essas duas coisas.

Quanto ao restante das suas proposições, eu acho que o comportamento sectário sempre existe dos dois lados; nos dois extremos existem comportamentos sectários, não é só do lado direito, do lado esquerdo também. Não vou entrar em detalhes aqui, mas isso existe...

Quanto às segunda e terceira instâncias, eu não vou discutir, não sou jurista. Sou a favor de segunda instância. Uma terceira instância tinha que sofrer também não só a filosofia da terceira, como uma modificação na Justiça, porque senão o que acontece? O que eu tenho visto? Experiência de vida: eu tenho visto que, infelizmente, aqueles que têm mais recursos conseguem percorrer as instâncias numa lentidão maior. E o outro que não tem, não consegue percorrer em instância nenhuma.

Então, eu acho que essas modificações têm que vir acompanhadas de modificações gerais para que o acesso realmente seja um direito.

O problema dessas pessoas que o senhor falou, eu não conheço a Sra. Taíza, o caso da intolerância, por exemplo, não levou só o caso da Sra. Marielle, levou o da Sra. Bolsonaro também. Então, a intolerância, o sujeito vai lá, quer matar o outro, às vezes consegue, às vezes não consegue, realmente... Eu acho que o que está faltando em nossa sociedade é o equilíbrio, tirando os extremos, o que eu já falei, acho naturais existirem também, mas o que está faltando é o equilíbrio na grande massa. Acho que esses desequilíbrios acontecem dos dois lados.

Então, o que eu posso dizer para o senhor é o seguinte, não sei quem é Bar Assunção, mas o problema da democracia é com instituições fortes, equilíbrio e tolerância. A intolerância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

de qualquer lado e o sectarismo de qualquer lado... Eu acho que o meu objetivo aqui não é político, mas só queria dizer da minha observação política sobre o que o senhor falou. Acho que o equilíbrio e a tolerância são fundamentais, e o reforço de instituições. O caso da instância passa pelo equilíbrio de instituições, uma Justiça que funcione muito melhor, um Ministério Público que funcione muito melhor.

Apesar de que, hoje, eu estava vendo o jornal dos Estados Unidos, e uma pessoa com 30 anos de prisão, três rapazes com 30 anos de prisão, pegaram prisão perpétua com 16 anos, foram liberados hoje, depois de 36 anos, porque chegaram à conclusão de que estava errado. Então, mesmo naqueles países em que há mais recursos, a Justiça sempre tem espaço para melhoria.

Então, não é só problema da instância, não. Eu sou a favor de segunda instância, mas eu acho que tem que melhorar muito o sistema todo.

A pergunta que o senhor fez: "Quem é que opera?" Essa pergunta não vai ser respondida aqui porque seria muita leviandade dizer o nome de uma pessoa, como é que faz, isso tem que ser... Esse é o trabalho da Comissão: chegar lá. O que eu posso colaborar é mostrar qual é o ambiente político, mostrar o que aconteceu comigo e dizer alguma coisa técnica para a Comissão. Fora disso, eu não posso acusar pessoalmente ninguém.

A minha saída do Governo é uma saída que eu considero dentro da normalidade, é a substituição de Ministros. O que eu considero, vamos dizer assim, uma regressão política é não fazer isso de maneira clara, não fazer isso de maneira tranquila, onde são preservadas as relações pessoais, a consideração pessoal, porque, realmente, quando acontece esse tipo de coisa, sai sem... A consideração pessoal acaba, porque o caminho não é esse, você não pode acabar com a consideração pessoal por causa de pressões políticas. A troca de uma pessoa é uma coisa absolutamente normal, o que a gente tem visto é que tem que melhorar a qualidade da relação política, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à nobre Deputada do Rio Grande do Norte, Natália Bonavides.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Boa tarde.

Gen. Santos Cruz, nós todos da Comissão agradecemos a sua disponibilidade de vir colaborar.

Como o senhor mesmo mencionou, a gente está em uma Comissão de Inquérito, então, há alguns temas que já foram, de alguma forma, levantados, mas sobre os quais eu gostaria ainda de perguntar algumas coisas.

Um deles, a Deputada Lídice, a nossa Relatora, comentou no início, como já foi falado aqui, que o senhor em uma entrevista mencionou a milícia digital. Mais de um Deputado, além da Relatora, lembrou essa entrevista que o senhor deu.

Inclusive, em resposta a essa informação do senhor, de V. Sa., tanto o Presidente da República quanto o Vereador Carlos Bolsonaro, na época, tuitaram respondendo, perguntando quem seria essa milícia, aqui: "este Cruz" – palavras do tuíte – "este tal Santos Cruz – palavras também do Vereador Carlos Bolsonaro –, se refere?"; e eu gostaria de ainda questionar o senhor sobre isso. Você tem ideia de qual milícia é essa? Quando o senhor usou o termo, de que organização o senhor estava falando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Estou falando do comportamento de grupos, quando, por exemplo, ela está com alguém; ela está com alguém, e eu tenho aquele efeito de pessoas que seguem. Tem pessoas que seguem e que não são vinculadas, vamos dizer assim; tem outros que não, tem outros que você percebe que são sempre as mesmas pessoas. Se você for analisar, os grupos não são tão grandes. Mesmo os grupos que parecem muito grandes, vamos dizer, cresceu 80 mil, mas, numa análise técnica, esse grupo reduz, porque, quando você faz as ligações... É a mesma coisa: a senhora pode telefonar para 500 pessoas diferentes, 500 telefonemas num mês, dois mil telefonemas, mas talvez 30% sejam para uma pessoa só: para o seu marido, para o seu namorado, para a sua família.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor então parece ter feito essa análise técnica.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, esses efeitos aí têm que ser analisados tecnicamente. A gente percebe, todos nós percebemos que existe convergência. Uma pessoa puxa e o restante vai atrás. Por exemplo, teve um ataque contra mim que quem liderou o ataque foi uma pessoa pública que tem... um apresentador que tem bastante gente que o segue; é uma pessoa de mídia, não é? Então, você percebe que aquilo ali é utilizado para que aquela pessoa dê uma puxada inicial, e depois os outros seguem. A gente percebe até alguma técnica olhando assim, mas essa técnica tem que ser certificada de maneira especializada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor fala como quem fez essa análise técnica, então.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor acabou, até, agora mesmo, de dizer que normalmente é um pequeno grupo...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, eu não entendo não. Eu não entendo não...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor conseguiu identificar onde, geograficamente, se localizava essa milícia?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso aí tudo é possível.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor fez?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não fiz. Eu não fiz. Eu não tenho nem dinheiro para ir contratar gente, porque isso aí é muito caro.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor, pelos eslaides, a gente percebeu que conseguiu se debruçar sobre o tema. Acho que era mais do que esperado, até pelo, enfim, seu currículo; era mais do que esperado que o senhor realmente se dedicasse a entender tudo isso que aconteceu. Diante desses eslaides, o senhor conseguiu identificar qual foi o *modus operandi* dessa milícia no seu caso, no caso do desgaste da imagem pública de V. Sa.?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, o *modus operandi* é esse: você tem alguém que é, vamos dizer assim, o estimulador, aquele que estimula, aquele que monta a *hashtag*, aquele que dá a ideia inicial, e aí o restante segue, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor chegou a tomar alguma providência em termos de polícia, de...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, eu solicitei...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – ... boletim de ocorrência...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... para a Polícia Federal.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – E teve algum andamento, alguma conclusão?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não, eu não acompanhei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não acompanhou?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Mas está em andamento?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não sei, isso aí... Isso aí eu não acompanhei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Certo. O senhor mencionou que não se surpreendeu com o que aconteceu, e a gente viu aqui que o senhor foi chamado de muitas coisas desagradáveis, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Claro.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – De covarde, traidor, traíra, parte de uma maldição – os termos do Sr. Olavo eu realmente prefiro não mencionar, para a gente manter um nível mínimo aqui na nossa audiência; teve até um Deputado aqui presente que chamou o senhor de soberbo, antidemocrático, disse que o senhor se vitimizava.

Diante de tudo isso, ainda teve o *print* falso e o senhor disse que não se surpreendeu. Significa, então, que o senhor esperava esse ataque? Diante do contexto em que o senhor estava inserido e pelo que conhecia da atuação das milícias, o senhor já esperava que isso fosse acontecer?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não é de se esperar. Isso aí já vinha acontecendo faz muito tempo. Quando não acontece com você, acontece com outros.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Então, não ficou surpreso porque, diante do contexto em que o senhor estava, achava que ia ser um dos atingidos, na próximo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso não é de hoje, também. Isso é coisa muito antiga. Só que hoje em dia a tecnologia dá um volume maior. O que acontece com um pode acontecer com outros. Então, não me iludo. É a mesma coisa que você ter um problema familiar. Todos os problemas familiares que acontecem com os outros podem acontecer com você também.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Sim.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, você não pode se surpreender quando acontece, porque já viu acontecer.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Certo. O senhor disse que há formas de se comprovar tecnicamente quem participa. Inclusive, a gente aprecia muito as sugestões que foram trazidas de como fazer isso. Mas, a gente está numa Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Inquérito. Então, também nos importa muito o depoimento de quem vivenciou as situações, se não, não haveria por que depoimentos, bastariam perícias técnicas, mas não é do que se trata nos trabalhos da Comissão. Na verdade, os depoimentos têm uma importância bastante valorosa. É por isso que eu gostaria de insistir, apesar de o senhor anteriormente ter sido perguntado e não responder.

Dada a importância para nós, da Comissão de Inquérito, desses depoimentos, gostaria de insistir na pergunta: nessa sua vivência, o senhor identificou pessoas que considera suspeitas de operarem nessas milícias? Ou de operarem ao menos o ataque que aconteceu ao senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Acho que perante uma Comissão não se pode falar de suspeita.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não de suspeita, mas dos elementos que o senhor...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Claro, logicamente, tenho as minhas conclusões pessoais.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor Filipe Martins o senhor acredita que participou?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não posso dizer isso aí tecnicamente.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor Fabio Wajngarten o senhor acredita que participou?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Também não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O Vereador Carlos Bolsonaro o senhor acredita que participou?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Também não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor não está respondendo por não saber se participaram ou, talvez, o senhor saiba, mas prefere não compartilhar?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não. Eu não sei. Para eu dizer uma coisa aqui tenho que está absolutamente certo dela. Por exemplo, aquilo que falei lá daquele *print* falso. Aquilo é fato. Então, falei o dia, a hora, é tudo fato. São coisas comprovadas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Sobre o *print* falso. Quando o senhor disse que tomou providências junto à polícia foi em relação ao *print* falso?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Foi.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Essas análises técnicas que o senhor tem sugerido que a Comissão adote, o senhor chegou a aplicá-la nos *prints*, eu suponho. O senhor chegou a descobrir o responsável?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não. Quem faz isso daí é a polícia. Não é a pessoa, não é o interessado que faz isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Pergunto porque como o senhor sugeriu uma forma de análise técnica...Por isso, talvez, o senhor tivesse feito uso dela, já que estava sugerindo. Mas não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Quando você coloca o caso na mão da polícia, não é você que toma as providências.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Certo. Obrigada.

Continuando. O senhor disse que esse episódio todo não o atingiu, que no caso não há feridas. Enfim... Mas aqui na Comissão a gente não está tratando de uma questão pessoal. Para o senhor, pessoalmente, pode não haver mágoas, feridas. Realmente, enfim, diante de tudo o que o senhor já viveu talvez nem houvesse por que. Mas a gente está tratando aqui do fato de que um Ministro caiu nesse contexto. Não caiu antes, não caiu depois, caiu nesse contexto. A gente não está tratando aqui de manifestações populares pedindo a saída do senhor do Governo, a gente está falando de uma movimentação que foi forjada, inclusive forjada com mentiras incluídas nessa movimentação, nessa manipulação.

E isso não é qualquer coisa, isso não é uma questão pessoal que aconteceu com o senhor. A gente está falando aqui de uma interferência direta que tem acontecido não só em relação ao senhor, mas, inclusive, em relação a outros Poderes.

E as investigações desta CPMI têm indicado que, na verdade, esses milicianos digitais compõem uma organização criminosa. Na verdade, o senhor mesmo expôs para nós, aqui no eslaide, um crime que foi feito contra o senhor. Eu falo organização criminosa no sentido jurídico mesmo da palavra. E a gente identifica que essa organização é composta por alguns núcleos: um núcleo político, um núcleo operacional, um núcleo distribuidor, um núcleo econômico.

A gente percebe que o núcleo político tem como componentes altos funcionários do Governo e alguns Parlamentares federais e estaduais, que são os que decidem quem vai ser atacado, quando vão ser atacados, o que vai ser atacado. É, inclusive, uma estrutura que mantém assessores pagos com dinheiro público para implementar essa estratégia. É por isso que a gente tem visto que, toda vez que uma autoridade do próprio Governo Federal ou um Presidente aqui do Congresso Nacional, seja da Câmara, seja do Senado, ou um Ministro da Suprema Corte ou qualquer pessoa pública fala alguma coisa que desagrada esse núcleo político ou toma uma decisão que contraria esse núcleo político, esse núcleo determina o linchamento público dessas autoridades.

Após isso, há o núcleo operacional, que seriam assessores de segundo escalão do Governo ou Parlamentares federais ou estaduais que, como o nome já diz, operacionalizam, escrevem os textos, as mensagens, os tuítes, os *cards*, os vídeos. A gente tem indícios fortes de que existem pessoas – já foram aqui mencionadas, inclusive, nas perguntas – que atuam no Planalto, em cerca de oito gabinetes de Deputados Federais e em dez de Deputados Estaduais que comporiam esse núcleo operacional.

Em terceiro lugar, penúltimo, há o núcleo distribuidor, que seriam pessoas que comandam um exército, pelo que temos identificado, de cerca de 400 mil perfis falsos nas redes sociais. Aí se juntam integrantes de *sites*, de blogues e até mesmo alguns Parlamentares que usam suas redes para divulgar essas notícias falsas.

Por fim, há o núcleo econômico, porque nada disso funcionaria sem o núcleo econômico, composto por empresários e empresas que financiam essa distribuição de conteúdos falsos.

Esse esquema, por estar divulgando conteúdos falsos, é um esquema criminoso e organizado. Então, há uma cadeia de comando, como é próprio de organizações criminosas, o que tem feito com que, em questão de minutos, essa organização criminosa consiga irrigar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

redes sociais com as tais das *fake news*, com desinformação, com mensagens que promovem linchamentos públicos, como aquele do qual o senhor foi vítima.

Tirar essa organização das sombras talvez seja uma das maiores funções desta CPMI.

E eu não estou me referindo aqui a 2018 somente. Eu estou falando do presente, eu estou falando do futuro. A democracia segue. O que aconteceu no ano passado aconteceu, mas, depois disso, nós vamos ter outras eleições. E isso não é só em eleições, mas o que está acontecendo no debate público deste País por causa da atuação dessa organização criminosa.

Eu me encaminho para encerrar, para passar a palavra para o senhor. Então, a gente está falando aqui do que fizeram com V. Sa., do que tem sido feito regularmente com o Presidente da Câmara, com o Presidente do Senado, com Ministros do STF e até com o Presidente e a Relatora desta Comissão Parlamentar. Então, eu pergunto ao senhor, com a sua experiência na vida pública, inclusive neste tema, por ter passado por isso recentemente, o que o senhor pensa dessa organização criminosa.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O que eu penso é que ela é perfeitamente identificável, se a Comissão realmente se assessorar de pessoas técnicas, com conhecimento técnico, que vão aconselhar; porque o meu nível de conhecimento técnico é muito superficial.

Agora, se a Comissão se assessorar com pessoas que tenham conhecimento profundo... Existem empresas especializadas nisso, gente especializada nisso. Essas conclusões, por exemplo, que a senhora falou, se eu pego um tema qualquer como o Congresso Nacional sofrer também com *fake news*, ataques, etc., etc., não só o pessoal como o geral, vamos dizer assim, para denegrir a atividade política, etc., se se pega outra área qualquer, por exemplo, da economia ou do STF, que também sofre uma série – independente do mérito do que se pensa do STF, do que a população pensa –, o que é falso e o que é verdadeiro? Então, se se pegar algumas áreas e realmente se fizer um trabalho técnico, pode ser que tudo isso tenha uma convergência na mesma direção. Mas isso tem que ser técnico, eu não posso chegar aqui e falar de suspeita de um e de outro. É claro que eu tenho as minhas suspeitas, mas aqui não é lugar de falar de suspeita,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... aqui é lugar de falar de coisas comprovadas e de técnicas de comprovação.

Então, o que eu posso dizer desta nossa conversa toda é que vale a pena, eu acho, mesmo que se tenham indícios fortes... Se perguntarem aqui de indícios fortes, todo mundo tem suspeita de indícios fortes naquele ambiente que ele lê, que ele frequenta a internet.

Esses 400 mil perfis falsos, isso aqui é perfeitamente identificável em tecnologia. Então, isso tudo resulta numa coisa chamada manipulação do debate. O debate nosso, em vez de ser um debate, por exemplo, eu não sou petista, ou não sou de esquerda, eu sou um sujeito que tem mais a vertente do centro e da direita, mas isso daí não tira o respeito, não tira a conversa, não tira verificar que tem coisas boas dos dois lados, que podem ser exploradas.

Eu morei nos Estados Unidos e morei na Rússia, eu tenho essa experiência. Eu vi as consequências do modelo americano e as consequências do modelo russo. Então, eu conseguia viver bem ali porque eu falava o idioma, etc. Então, você tira as suas conclusões. Tem coisa boa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

que dá para tirar daqui e coisa boa que dá para tirar dali. Tem coisa para nós que não dá para aproveitar por nenhum dos dois lados, porque o Brasil tem algumas especificidades.

O que eu ia dizer é exatamente isto: a manipulação do debate é um negócio complicado. E isso acaba chegando ao extremismo e à manipulação do debate.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – General, permita-me uma interrupção com base no que o senhor falou e no que a Deputada falou.

O senhor disse que é claro que todo mundo pode inferir, chegar a uma intuição de que alguém está participando de alguma coisa dessa natureza. Já foi falado aqui, por exemplo, que, sob o comando de um ataque do filósofo, autointitulado filósofo Olavo de Carvalho, surgiram milhares de ataques ao senhor.

Foi falado aqui também, como o senhor ali demonstrou e como nós também, que estamos estudando, debatendo a questão, estamos compreendendo, há uma organização. Essa organização tem um comando político, como foi definido ali. Feito o ataque, que acontece como uma senha, ele se espalha, se reproduz. E, se nós formos olhar os perfis no caso do ataque ao senhor, General, há perfis falsos, robôs, mas há também verdadeiros. Por exemplo, o Sr. Filipe Martins, que está dentro do Gabinete do Presidente da República e era seu "colega", entre aspas, de gabinete, mesmo que em um gabinete outro, mas no mesmo espaço da Presidência da República, faz um ataque direto ao senhor, xinga o senhor, na defesa de Olavo de Carvalho. Há de se concluir, talvez, que ele seja parte desse movimento. É outro Filipe, não é o Sr. Deputado Filipe Barros, não. É outro Filipe.

Então, eu sei que, para o senhor, certamente dizer isso numa plateia desta, que é aberta, talvez não seja o caso. O senhor mesmo disse, isto aqui é um espaço em que é bom a gente afirmar aquilo de que tem certeza, mas eu diria que não só aquilo de que se tem certeza, porque aqui é uma investigação: é com indícios, com mais indícios, com somatório de indícios que nós chegamos a uma conclusão. Aliás, já se fez até um *data show* no Brasil falando de convicções a partir dos indícios formados. É assim que se forma uma investigação. Eu sei disso muito menos que o senhor, que é um militar, que está acostumado, mesmo não sendo investigador de polícia, e, sem dúvida nenhuma, tem intimidade com esta situação – nas ações militares, há também um processo de investigação.

Então, o que eu lhe pergunto é: se nós não estivéssemos nesta Comissão, estivéssemos num ambiente mais restrito, o senhor se arriscaria a dizer das suas desconfianças – ainda que não fossem convicções –, das pessoas de que o senhor desconfia, para que se somem às nossas desconfianças?

É uma pergunta absolutamente sincera, buscando o caminho para que eu, como Relatora, possa contribuir, no final, para alguma conclusão e compreendendo também a sua posição, de alguém que estava no Governo, que tem, claro, mesmo divergências, mesmo se sentindo não traído, mas se sentindo colocado numa situação de dificuldade por pessoas diversas, se o senhor se sente à vontade... Claro, muita gente se sente assim, numa posição de respeito àquilo de que participou, inclusive por sua formação. Mas, num ambiente mais restrito, mais confidencial desta Comissão, o senhor se sentiria numa situação, numa posição de declarar nomes que o senhor admite que possam estar participando, por sua leitura, porque o senhor disse que leu isso hoje, assim como eu li. Eu também não tinha ideia de... Vi um pouco como o senhor foi atacado, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

depois, por conta da CPMI, tive que me dar ao trabalho de ler todos, para entender quem foi quem nesse processo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Essas suposições... Lógico, cada pessoa tem a sua ideia, mas as suposições, para que sejam coisas públicas, têm que ter algum amparo. O que faz o analista...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas ela pode não ser pública. É isso que eu estou dizendo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O que faz o analista é diminuir esse universo, e a Comissão tem força para solicitar a quebra de sigilo de telefone...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... de internet, de dados de operadora.

Então, a Comissão tem força para tudo isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Só uma pergunta também.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Quando ela tem – por exemplo, a senhora falou do meu ataque lá –, data, então, se um técnico aconselhar: "Não, pega uma semana antes; pega uma semana depois". Aqui e ali, mas isso tem que ser uma coisa muito técnica, não pode ser...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas esta Comissão pode se tornar uma reunião secreta. Ela não tem que ser uma reunião pública.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Falar de nomes...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O senhor ficaria à vontade em uma reunião secreta?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas eu sou a Relatora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não. Não, Deputado, me desculpe, mas, regimentalmente, eu tenho direito de...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas a Relatora tem direito.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A Relatora pode falar quando quiser, Deputado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... a qualquer tempo...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Está no Regimento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... poder perguntá-lo.

Inclusive, eu queria fazer uma pergunta.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Exatamente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... ao senhor, General.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Falar de nomes sem comprovação é leviandade.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Tudo bem. Pronto. Estou entendendo o seu posicionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor acha que as redes sociais existentes no Brasil podem manter os dados dos brasileiros fora do Brasil, nas suas sedes? Não deveriam manter no Brasil?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, eu não tenho conhecimento técnico para dizer isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, eu estou lhe afirmando que isso é verdade hoje. Nenhuma das plataformas existentes e atuando no Brasil mantém os dados aqui no Brasil; eles mantêm os dados fora do Brasil. Isso, na minha concepção, é uma posição muito grave que outros países, em tese, possam ter acesso aos dados de todos os brasileiros que usem as ferramentas de internet, e o Brasil não tem acesso a isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Vou encerrar ainda, Presidente. Para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um momentinho, Deputada.

General, para evitar constrangimento de sua parte – evidentemente, não sei se está acontecendo isso –, se V. Sa. desejar, nós podemos ter um ambiente secreto, na sala da Comissão, para que V. Exa. possa declinar os nomes.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não há nenhum constrangimento de sua parte?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, para mim, o que eu tenho que dizer eu estou dizendo aqui. Se eu tivesse que dizer, eu diria aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque o senhor disse que iria apresentar, ao final da reunião, algumas técnicas.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sugestões técnicas.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... que eu adiantei ali, quando eu falei com o Senador, eu acho.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, para finalizar.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O que acontece? A Comissão, para ela...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Acredito que para ela fazer um trabalho mais direcionado tem que conversar com o elemento técnico, porque para nós, para mim, que sou leigo no assunto, uma solicitação, por exemplo, de quebra de perfil é uma coisa. Inclusive eu estou pedindo, através de advogado, quebra de um perfil de uma pessoa, que eu não vou dizer aqui, senão a pessoa vai... Não é? Mas tem que pedir para o juiz. Então, através de advogado, eu peço para o juiz para quebrar o perfil, para dizer de quem é aquele perfil, porque, muitas vezes, é um pseudônimo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone*.) – O senhor está dando exemplo?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, estou falando de caso real.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone*.) – Vai dizer quem é?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, porque, senão, eu vou estragar a minha consulta ao juiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que acontece? A pessoa pode, uma Comissão também pode pedir, e há muito mais coisa que o técnico pode dizer para a Comissão, para ela pedir não só quebra de perfil, como IP, como a dinâmica daquele equipamento. Então, há muita coisa que pode ser explorada de maneira melhor do que simplesmente começar com as suposições.

Então, é isto que eu aconselho: um trabalho técnico, com gente que entende e que vai dizer muito mais coisas, que podem ser solicitadas, além de ser uma simples quebra de perfil.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Para finalizar, Presidente, mas agradecendo as contribuições do Presidente e da Relatora, que participaram junto comigo...

Nós sabemos, General, que nós temos esses poderes que o senhor elencou, mas a gente esperava que, durante a sua colaboração, as evidências que o levaram a imaginar que os autores são os nomes que o senhor imaginava pudessem ser compartilhadas aqui. Mas eu compreendo que o senhor não se sinta à vontade. Reforço o que o Presidente e a Relatora informaram, que existem outras formas de cessão desta Comissão, existem formas de entregar os documentos em sigilo, por exemplo, se o senhor se sentir à vontade para compartilhar essas evidências.

E, por fim, eu lhe digo que a Comissão fica à disposição para acompanhar o seu inquérito; afinal, ele tem total pertinência em relação à temática desta Comissão. Inclusive, eu sei que o senhor está acompanhado de um advogado; então, se fosse possível, já poderia nos deixar o número do inquérito, em qual delegacia ele tramita... Se o senhor não tiver agora, também não há problema. A gente prepara um requerimento para a gente poder também fazer o acompanhamento, porque eu acho que, no seu caso, como eu falei, não se trata do quanto o senhor se sentiu atingido ou não, mas o seu cargo o foi, e isso muito nos interessa para o objeto da CPI. Então, a gente vai requerer, para fazer esse acompanhamento. Eu acho que vai até contribuir para o andamento do inquérito do senhor, em relação a esse crime que foi cometido contra V. Sa.

Presidente, eu acho que eram essas as minhas colaborações, até porque o tempo encerrou.

Agradeço novamente a disponibilidade e relembro que existem outras formas de colaborar com a Comissão, através da entrega de documentos sigilosos e através de cessões não públicas.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quero informar que teremos agora o Deputado Alexandre Frota, depois o Deputado Rui Falcão, o Senador Jean Paul, o Senador Humberto Costa, a Deputada Caroline de Toni, o Deputado Marco Feliciano e o Deputado Filipe Barros, o último escrito da tarde de hoje.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Chegaram mais dois aqui: o Deputado Paulo Ramos e o Deputado Carlos Jordy.

Então, com a palavra o nobre Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

General, eu vou tentar facilitar a nossa vida, de todos nós aqui. Não vamos falar mais em suposições: o Presidente da República nomeia o alto escalão. O senhor tem conhecimento disso ou não?

Eu estou perguntando já. O senhor pode falar ao microfone, por gentileza?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É o normal, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Perfeito.

O Brasil inteiro sabe do gabinete ao lado da sala do Presidente da República, onde está o Sr. Tercio, o Sr. Matheus e o Sr. Mateus – são dois. Certo? O senhor mesmo... Muitas vezes, já falamos sobre esse gabinete, sobre essa atuação.

Se o Presidente só nomeia o alto escalão, não foi o Presidente que nomeou essas pessoas. Foi?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu acredito que sim, porque...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – O Presidente nomeou?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... são os auxiliares mais próximos ali.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Isso não passou pela Segov? Isso não passou pelo GDO? Isso não passou pela...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu acho que passou sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – O senhor assinou essas pessoas?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Passou, passou.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – O senhor assinou essas pessoas?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Passou... Uma eu lembro.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Passou pelo senhor? Passou pelo senhor. Então, o senhor assinou a entrada dessas três pessoas nesse gabinete.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Um deles eu lembro até.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Tá! Se o senhor se lembra de um, provavelmente os outros dois...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Provavelmente eu acho que passou.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – ... passaram, e o senhor assinou. Era isso que precisava ficar claro aqui.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Porque aí é um processo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Sim, sim, sim, é um processo normal.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É um circuito.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – É que, como o amigo e nobre General falou que há, lá, o gabinete, às vezes fica parecendo que há lá o gabinete, mas o que que esse gabinete... Parecia que fugia do seu conhecimento...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não... São funções de DAS que são criadas como assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Perfeito, perfeito. E que passou por lá, e eles estão contratados...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, e, aí, o processo... Vai um documento para a Casa Civil...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Aí vai para a Casa Civil...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – A Casa Civil faz uma consulta...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Sim...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... se não há problema de TCU, de CGU, e passa por lá, para ver se tem habilitação... Se não tem autoridade que está propondo, tem que fazer uma justificativa... Isso é um procedimento normal.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Perfeito.

Eles vieram das ruas, das redes sociais. Então, temos o conhecimento da Segov, eles foram admitidos naquela sua gestão.

A existência desse gabinete, dessas três pessoas está clara, mais do que clara.

Passou também pela Casa Civil...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, e volta para a Casa Civil, para publicação no *Diário Oficial*...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Então, o Sr. Onyx Lorenzoni também tem conhecimento dessa contratação desses três rapazes.

O senhor ouviu falar da Letícia Catel?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Quem foi a Letícia Catel?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Foi uma moça que trabalhou na Apex.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Na Apex. Isso.

Agora me permita confidenciar aqui: eu estava no seu gabinete, eu e o senhor, conversando sobre aquele processo da Apex, quando eu me lembro de que o Chanceler Ernesto Araújo ligou – para o seu telefone, inclusive –, para discutir e argumentar sobre aquilo que nós estávamos ali tentando, de alguma forma, tirar da frente, que era um processo que nem precisava estar acontecendo, que era o tal do patrocínio da Apex para o cinema nacional. Eu lembro bem.

Por que o Chanceler Ernesto Araújo tinha interesse nessa situação do cinema nacional e em ligar para o senhor, uma vez que o senhor estava conduzindo isso brilhantemente, inclusive junto ao Vilalva, que depois acabou sendo exonerado? Como se deu isso naquele dia em que eu estava lá com o senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O que aconteceu ali foi o seguinte: o senhor foi lá falar comigo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Isso...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... e dizer que a participação do Brasil em Cannes, que já se dava há uns...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Desde 2006.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Desde 2006. E havia um patrocínio da Apex.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Isso. Da Apex.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Da Apex. E que, neste ano, poderia ser que não houvesse esse patrocínio...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Tinha vencido o...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... e que o Brasil poderia talvez não participar do festival e até ser uma coisa ruim para o Governo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Sim...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... não só para o mundo artístico, como para o Governo, por não estar patrocinando uma malha cultural tradicional e tal. Foi a nossa conversa.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Sim. Isso.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu liguei para a Apex, porque é normal na Segov. Na Segov, o pessoal leva os mais variados tipos de...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone*.) – De problemas.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... de problemas. Um é emenda parlamentar, outro é nomeação, e por aí vai. Aquilo é o dia inteiro.

Então, eu liguei para lá, falei com o Gen. Escoto...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Isso...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O Embaixador Vilalva não estava, falei com o Escoto, expliquei para ele: "Olha, existe um patrocínio, normalmente, assim, assim, assado, veja o que que é isso aí e se dá para fazer o patrocínio, se está em dia o convênio, se tem alguma coisa...".

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Sim...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, dei andamento.

Lá, na Apex, ele deve ter falado com ela. Ele deve ter falado com ela, e ela falou com o embaixador, porque a Apex é subordinada ao Itamaraty. E ele ligou para mim e falou: "Olha, falei com o Presidente e ele disse que esse ano não vai dar para fazer o patrocínio". Tudo bem, decidiu não fazer, está tudo bem, não fez. Foi essa a conversa.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – A alegação foi que não tinha dinheiro e que não faria o patrocínio.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – No entanto, depois que o Vilalva foi exonerado, entrou o outro... Como é o nome dele?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Segovia.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Segovia. Entrou o Segovia. E, 24 horas depois que o Segovia estava lá, eu marquei uma audiência com ele e fui atendido por ele, e o Segovia falou justamente o contrário, que tinha dinheiro, que poderia ter patrocinado... Então, foi uma coisa extremamente ideológica. A gente entende assim. Uma coisa extremamente ideológica, de um grupo que atua dentro do Governo. Ficou muito claro isso para mim. E ficou muito claro também, e foi bom a gente saber que passou pela Segov a contratação desses três rapazes que atuam lá dentro, ao lado do gabinete do Presidente Bolsonaro.

E todos nós sabemos... Ninguém aqui é bobo, ninguém aqui está fazendo nenhum tipo de brincadeira. Nós sabemos que eles atuam nas redes sociais, com perfis falsos, com *fake news,*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

com ataques, com elogios, com tudo, mas eles estão ali e são pagos com dinheiro público. Estão ali, dentro do Governo, do lado do Presidente. Isso está provado nessa pergunta minha e na resposta do General, na medida em que passou a contratação pela mão da Segov, da qual o General era o chefe, a pessoa que gerenciava ali, e também pela mão da Casa Civil. Foi feito o trâmite legal, eles não tinham nada de rastro e foram contratados, lembrando que eles vieram das redes sociais, das ruas, trabalharam na campanha do Presidente Bolsonaro, e o Presidente Bolsonaro trouxe esses três elementos para dentro do Palácio. E esses três elementos, a gente sabe que eles atuam atacando, humilhando as pessoas, promovendo uma série de ataques covardes, inclusive à sua pessoa também, por diversas vezes, e a diversas outras pessoas.

Isso, para mim, precisava ficar claro, porque, no início, quando o senhor fala que é uma turma de colégio... Não é uma turma de colégio, não é uma turminha qualquer; é uma turma muito séria, uma turma que sabe o que está fazendo, que está coordenada nos ataques, uma turma covarde, que se esconde atrás de pseudônimos, que se esconde atrás de fotos, de fotinhos, enfim, uma série de coisas.

Então, ficou muito clara aqui para mim, hoje, a existência, a contratação, que eles estão lá atuando, e que esta CPMI, com certeza, vai chegar aonde nós queremos. Isso não é, ao contrário do que falam, uma caça às bruxas, mas é um processo em que... Acho que pelo menos 99% das pessoas aqui dentro já passaram e já tiveram a possibilidade de conhecer o ódio e a veracidade dessas pessoas.

Agora eu vou fazer outra pergunta para o senhor: "Santos Cruz é soberbo e se mostra ignorante quando desautoriza a Secom em regular a publicidade das estatais, tenta mandar mais que o Presidente e mostra desconhecer as obrigações da própria pasta que dirige. É a lei que diz que a Secom deve controlar a publicidade das estatais".

Aí há mais aqui: "Santos Cruz quis mandar mais do que o Presidente no caso da publicidade das estatais e agora quer amordaçar o povo que elegeu o Presidente. Parabéns, Bolsonaro, por dar o segundo cartão amarelo a Santos Cruz em menos de 15 dias. Se fosse no futebol, estaria expulso".

Há mais – isso tudo do dia 30 de abril e 6 de maio: "Ao defender o absurdo de controlar as redes sociais, o General Santos Cruz mostra todo seu viés antidemocrático, alheio à história do nosso Presidente Jair Bolsonaro. Santos Cruz é um infiltrado que trabalha para destruir a revolução conservadora!".

É uma pena que o Marco Feliciano tenha saído daqui, porque esses três tuítes são dele, oficiais, e estão marcados por ele. É uma pena, porque eu gostaria que o senhor respondesse com ele aqui dentro, mas, já que ele não está, o senhor poderia responder para a gente o que que o senhor acha dessas declarações.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, eu vou ser sincero: eu prefiro... Não é meu estilo discutir publicamente esse tipo de opinião pessoal. Eu tenho as minhas opiniões pessoais sobre o Deputado...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Deputado Marco Feliciano.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... que eu prefiro falar diretamente para ele, como já falei...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... porque eu acho que esse bate-boca público, esse bate-boca de rua é um negócio que está prejudicando demais a sociedade brasileira.

Eu tenho o Twitter, eu tenho o telefone dele, da época do Governo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Eu já lhe mandei até no seu Twitter, no seu...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu mandei uma mensagem para ele, até comentando, mas eu prefiro que fique...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Eu mandei inclusive para o senhor esses *posts*.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sobre esse tipo de manifestação... Ele precisa de voto. Eu não vivo de voto.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Perfeito.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, há tudo isso, há todos esses componentes aí.

E outra coisa é que não vale a pena discutir publicamente.

É uma infelicidade para ele. Tomara que seja um bom Deputado, tomara que honre, lá, seus fiéis da sua igreja.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Perfeito.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Até outro dia, houve um fato que pesou um pouco, em que ele apareceu na mídia por problema até de saúde. São coisas que também não adianta você ficar discutindo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Está certo. Em nome de Jesus.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Amém.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Agora, para terminar – o meu tempo está terminando ali –, eu me lembro também de que nós estávamos juntos, quando o senhor falou para mim sobre o Filipe Martins, e falou: "Frota, eu vou atrás desse cidadão e vou dar uma dura nele".

O senhor foi atrás, deu a dura, não deu a dura, o senhor deixou para lá? Como é que o senhor falou com esse cidadão?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Foi na oportunidade em que o Presidente Bolsonaro foi aos Estados Unidos, e eu falei para ele que...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Por favor, silêncio um pouquinho, que o...

Pode continuar.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Na oportunidade em que o Presidente Bolsonaro foi aos Estados Unidos, eu falei que o jantar, lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... teria que ser muito bem escolhido, e aquela escolha do Presidente Bolsonaro com o Olavo de Carvalho e com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Steve Bannon não era uma boa imagem para o Presidente. Tanto, que, depois, isso prejudicou o Presidente, para ele ir à Nova York receber o prêmio.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Sim.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, a imagem do Presidente no exterior tem que ser protegida, a imagem do País tem que ser protegida.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Claro.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Quando você fala as coisas, você fala não é porque você não gosta do fulano ou do beltrano; você fala para proteger a imagem do Presidente, porque ele estaria muito melhor para receber o Prêmio de Homem do Ano lá...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Isso.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, e ele não foi a Nova York, acabou indo a Dallas, por causa daquelas reações lá, em Nova York...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Eu lembro.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... e eu achei que uma das razões foi aquela imagem dele lá...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Sem dúvida.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... quando ele foi a Washington.

Então, eu acho que o Presidente tem que ser protegido na imagem dele, porque acaba sendo a imagem do País, e eu falei isso aí.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito.

Quero agradecer a sua presença.

Muito obrigado a todos.

Selva.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o nobre Deputado paulista do PT, Rui Falcão. (*Pausa.*)

É mineiro? Então, eu vou corrigir a sua origem. Eu vou, inclusive, até perdoá-lo, porque seu é aniversário hoje. Eu sei que você está bem sorridente, bem alegre e feliz. Evitei até a sua briga com o Deputado Marco Feliciano, o que foi importante, para a sua tarde não ficar um pouco ofuscada.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Boa tarde.

Eu lamento a ausência do Deputado que o senhor citou, porque faz acusações infundadas e depois "foge da raia", como se diz no popular. Não tem moral, não tem estofo para aguentar um debate político. Então, faz aqui um surfe, dizendo que vai convocar o Lula, agride pelas costas o Gen. Santos Cruz...

Mas, General, o senhor me permita, eu vou ler mais um tuíte dessa figura, dando a ele o benefício da dúvida, porque, como o senhor disse, montaram um tuíte. Pode ser que ele tenha montado isto aqui, alguém montou em nome dele. Está aqui um tuíte, que diz o seguinte – é desrespeitoso; eu vou ler, mas não sou eu que estou falando –: "Após o segundo puxão de orelha público em 15 dias, bateu o desespero e Santos Cruz foi ao Alvorada, ver se conseguia algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoio do Presidente Jair Bolsonaro. Pelo jeito, entrou mudo e saiu calado. Entrou como um ministro desgastado, e saiu meio ministro.".

Mas isso aqui é só para dar o entrecho. Eu quero voltar ao primeiro tuíte que o Deputado Alexandre Frota leu, que não se trata de uma questão pessoal, briga de rua. Ele diz aqui que o senhor queria mandar mais que o Presidente da República. Isso é grave! Isso é grave, é gravíssimo! Significa que um ministro de Estado, mesmo tendo uma patente superior a do Presidente, que é capitão, ali não há essa hierarquia, porque ele é o Presidente. Mas o senhor queria mandar mais do que ele. Talvez essa impressão, junto aos desafetos ali, também, tivesse levado à sua defenestração.

E eu queria dizer o seguinte, General: eu entendo que o senhor, mesmo tendo fritado, como o senhor afirmou aí, e tendo tido uma exoneração pautada pela falta de ética, como o senhor disse, sem coragem moral, como o senhor disse também, e que não dá para segurar essas coisas – o senhor assim desabafou... Eu entendo tudo isso. Acho natural que o senhor queira apresentar aqui, na CPMI, uma certa superioridade moral em relação aos seus detratores, em relação àqueles que o impediram de cumprir uma função pública, que, como disse o senhor, vinha querendo imprimir transparência total na sua gestão, no trato dos recursos públicos e, talvez por isso também, tenham pedido para o senhor sair depois de seis meses. Tudo isso eu compreendo.

O senhor faz parte de uma corporação. Muitas vezes, uma informação pode parecer alcaguetagem, e não há nada pior do que um alcaguete, seja em que corporação estiver, e nós temos muitos por aí. A pessoa mais abominável que pode existir é o traidor e o delator. Então, o senhor não está em nenhum momento querendo, talvez, passar algum tipo de informação que pudesse levar a esse entendimento, porque sei que o senhor não é.

Agora, o que eu não entendo é que o senhor não queira colaborar mais com a gente, para desbaratar essa verdadeira organização criminosa que opera dentro do Palácio do Planalto. O senhor disse aqui que essa organização criminosa – o senhor não repeliu que ela existe – é perfeitamente identificada com meios técnicos, com rastreamento. Nós estamos fazendo isso, nós vamos fazer, mas nós queremos que o senhor nos ajude a desbaratá-la, porque o senhor foi vítima dessa organização criminosa. E nós não estamos aqui preocupados com eleição, porque há um temor aqui de que nós queremos derrubar o Governo Bolsonaro através desta CPMI. Imagine. Não temos essa força. Nós sabemos o que aconteceu na eleição. Ela já foi realizada. Nós queremos que as instituições funcionem, não com os riscos que estão correndo, mas haverá tempo para fazer o julgamento deste Governo, que tira recurso da população, que corta direitos, que nos ameaça com AI-5, mas a nossa preocupação é desbaratar essa organização, que funciona...

Aliás, a primeira vez que eu ouvi a expressão "milícia digital" foi através da sua entrevista. Claro que eu já ouvi falar em milícias. Aliás, há vários milicianos no Rio que são acusados de ter muita proximidade com o Presidente e a sua família, com os seus filhos principalmente. Até há suspeitas e há um processo de investigação – não cabe antecipar resultados – de que haveria envolvimento no assassinato da Vereadora Marielle e do motorista Anderson, mas a polícia do Rio de Janeiro está investigando, não é o caso de fazer afirmações precipitadas. Como disse o senhor, suspeitas são suspeitas, indícios são indícios. Mas eu já tinha ouvido falar dos milicianos, mas da milícia digital foi o senhor o primeiro que falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Então, é uma organização criminosa, que está estruturada, tem um núcleo político, com comando centralizado, tem um núcleo operacional, tem um núcleo distribuidor, e tem um núcleo econômico-financeiro. Inclusive, há pessoas que estão convocadas aqui, como o Sr. Luciano Hang, que, aliás, tem vários processos criminais, cujas penas foram prescritas, que é tido como sonegador, financiador desses esquemas criminosos, e terá que prestar depoimento aqui sob as penas da lei. E há outros. Esse Facuri é um financiador... Consta que dois diretores da Cyrela... Alguém falou aqui do Elie Horn – foi o Senador. Nós vamos rastrear todos eles, porque o nosso objetivo é não permitir que essas organizações criminosas que derrubam reputações, que provocam *fake news*, que usam o ódio no lugar dos argumentos... Não podem continuar existindo numa sociedade democrática.

E o senhor o tempo todo estava preocupado com os extremos. Há extremo daqui, há extremo dali, mas essa organização criminosa é feita por integrantes deste Governo, por partidários do Sr. Jair Bolsonaro. Nenhum dos tuítes, nenhuma das afirmações, mesmo aquilo que o senhor mostrou ali forjado, aquilo não parte do PT, não parte dos partidos de esquerda, porque, se partisse, nós seríamos os primeiros a desautorizar. Então, é isso que nós queremos, é para isso que nós queremos a sua colaboração, e os seus silêncios, muitas vezes, são reveladores também. O senhor, por exemplo, disse que um assessor que leva aquela coisa forjada ali é uma canalhice. Quem foi esse assessor? Ah! O senhor deve saber!

Qual foi o assessor? Nem isso o senhor sabe?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu não sei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor estava dentro do Palácio, o senhor é um oficial...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não sei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – ... que tem experiência de inteligência. Não sabe?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não sei, não sei quem foi.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – E essa pessoa que o senhor disse que está investigando, pediu...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não estou investigando não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, o senhor pediu para investigar.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, eu não pedi para investigar; eu estou pedindo para quebrar o perfil de uma pessoa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – É, para identificar. Mas também o senhor não quer revelar para nós?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, porque essa aí é de...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – E o nome do assessor o senhor não sabe também?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Esse eu não sei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Mas o senhor disse que é canalhice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Mas ele não entregou par mim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sim, entregou para o Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Entregou para o Presidente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – E o Presidente não lhe disse, o senhor não perguntou ao Presidente?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, eu perguntei, mas ele não me disse.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor disse que aquelas três pessoas que foram mencionadas – Filipe Martins, Mateus e o próprio Weintraub – são pessoas de confiança do Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sim, se não fossem, ele não nomearia.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sim, mas elas participaram da sua derrubada, da sua fritura. E o senhor não sabe o que eles fazem. "Não sei quem é que faz a comunicação do Presidente", o senhor disse também. Eles não fazem a comunicação do Presidente?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu acredito que eles trabalhem nessa parte de comunicação, mas na área pessoal, né? Na área pessoal.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sim, nos tuítes do Presidente, por exemplo?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, ou de receber...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Como o tuíte do dia 21 de outubro, que diz aqui – não é o Carlos Bolsonaro: é o Presidente da República: "Quem seria a milícia que [deveria ser a que, não é?] este Cruz se refere? Mais um revoltado!". É o Presidente da República!

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, sem dúvida!

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – E quem faz isso? É ele? É o Carlos Bolsonaro? Quem tem a senha do Presidente?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, no meu...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não... o senhor não sabe.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – No meu princípio de responsabilidade, se eu tenho um Twitter e sai alguma coisa naquele Twitter, a responsabilidade é minha.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Isso aqui é do Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, sem dúvida.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Então, ele está chamando o senhor de revoltado.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sim, mas não é o caso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – E isso não o afeta.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, eu não tenho mais nada a ver com o Governo, eu saí em junho do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, com o Governo, não, mas o senhor disse que não tinha mágoa. O senhor continua a ser amigo dele, não? Os senhores foram companheiros...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, eu não tenho, eu não tenho amizade com ele, eu nunca mais falei com ele.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor participava dos esportes junto com o Cavalão, que era o nome dele como militar. Eram pessoas muito próximas, muito amigos. E isso aqui...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, sem dúvida nenhuma...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor quer manter uma velha amizade e por isso não quer falar?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não tenho interesse nenhum de manter...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Mas o senhor não é mais amigo dele?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, eu não tenho mais amizade nenhuma. E outra coisa é a seguinte: você tem uma amizade com uma pessoa, e, ao longo do tempo, os caminhos são completamente diferentes; ele veio para a área política, eu segui na área militar. Os valores que se cultivam, às vezes, são diferentes. Depois, quando se encontra, não é mesma coisa. Então, eu não estou aqui para defender velhas amizades nem para manter velhas amizades. Isso aí, sem dúvida nenhuma, é uma coisa que... Quando há choque de valores, acaba qualquer coisa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Bom, daí nós não vamos tirar nada mesmo. Então, eu vou...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – E a outra coisa é que eu vim aqui para colaborar, mas com responsabilidade. Eu não posso ser irresponsável na minha colaboração.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, não; não queremos que o senhor acuse ninguém; queríamos só que o senhor desse os nomes só.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – E a outra coisa que o senhor falou, se o senhor me permite, que o senhor falou que o PT... Eu não tenho, eu não vim aqui com nenhum preconceito contra o PT, não. Eu não sou PT, mas... E sem dúvida nenhuma...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, não. Eu falei que o PT não tem nada a ver com as milícias. É isso que eu estou falando. As milícias estão dentro do Governo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É. E não tem nada a ver com a motivação também do meu caso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Isso. Eu sei.

Não, o senhor já disse que é uma pessoa de direita, não partidária e tal. Eu entendi.

Mas eu queria fazer outra pergunta para o senhor...

Matéria de um jornalista, publicada dia 7 de junho, disse que teria havido uma reunião do alto comando do Exército, na qual alguns generais teriam tomado conhecimento do uso da ferramenta Pegasus. De origem israelense, a ferramenta serve para invasão de computadores e celulares, com o objetivo de retirar conteúdo. A ferramenta estaria sendo utilizada pelo Vereador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Carlos Bolsonaro, segundo informou matéria jornalística, no combate aos seus desafetos. Pelo que os fatos revelaram, o senhor estaria entre os desafetos.

Primeiro: o senhor confirma a existência dessas informações? Caso positivo, qual a extensão dessas práticas e quais as suas consequências? E o Vereador Carlos Bolsonaro teria acesso a essa tecnologia? O senhor já viu o Vereador Carlos Bolsonaro despachando no Palácio do Planalto alguma vez?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu nunca vi o Vereador Carlos Bolsonaro no Palácio do Planalto. Despachar ele não poderia despachar, porque ele não tem função no Palácio, não é?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Mas nem andando por lá o senhor o viu?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Mesmo visitando? Não lembro... Se eu o vi, foi uma vez só.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Viu lá no Palácio? Lá dentro? O senhor não se lembra, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Uma vez eu o vi... Foi... Ele estava visitando a família, ele estava com a família lá naquela... Na Granja do Torto. A família estava lá, ele...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – E essa questão do Pegasus?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Mas era questão familiar, visita familiar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor conhece a história do Pegasus?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Esse programa... Eu não conheço esse programa. Eu acredito que pessoas particulares não tenham acesso a esse tipo de programa. As empresas que produzem esses programas de altíssima tecnologia têm um controle muito forte das instituições que compram.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sei...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, por exemplo, Polícia Federal... São os órgãos de Governo, não é? Então, eu não acredito que uma pessoa particular tenha acesso a um programa desses.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quando eu digo que há *fake news* dentro do Governo... Na semana passada, o Ministro da Educação acusou, sem qualquer evidência ou prova, as universidades públicas de plantarem maconha e utilizarem seus laboratórios para produzir drogas. O senhor acha que esse comportamento oficial de um ministro é exemplo para a sociedade? É exemplo para a sociedade brasileira?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, o senhor está me fazendo uma pergunta completamente fora aqui do contexto.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não. É uma *fake news* isso aqui. Está no contexto das *fake news.*

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, eu acho que não é... Eu acho que ele falou isso mesmo. Acho que não é *fake* não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, não. É *fake* o que ele está fazendo. Ele está disseminando uma informação falsa. O senhor acha que o Ministro da Educação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Se é *fake*, se é, porque eu não me...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não. O senhor acha que há plantação de maconha nas universidades?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Em primeiro lugar, que ele falou eu acho que falou. Então...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Falou, falou.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... ele ter falado não é *fake*. E...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não. *Fake* é o que ele fala, não que ele não falou.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – E se há... Olha, na que eu estudei não, porque eu também estudei em universidade civil e posso falar por ela. Nunca houve...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Porque, se ele faz essa afirmação que estão produzindo droga, produzir droga é crime!

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É crime.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Ele está prevaricando, então. Ele tem conhecimento de um crime e...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, eu estudei na faculdade, estudei na PUC de Campinas e fiz o curso de extensão na USP, não é? Então, eu também tenho participação na vida universitária. Na minha época, não havia nada disso. Então, eu posso responder pela...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Continua a não ter, General. O senhor não quer responder.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, sem dúvida.

Eu faço várias palestras em faculdades, sempre fui bem tratado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor disse, quando confrontado com a afirmação desse falastrão Olavo de Carvalho e o próprio filho do Presidente, que era falta de educação, quando mencionaram esse Twitter aqui, esse tuíte do Carlos Bolsonaro, que também foi retuitado pelo Presidente, que era falta de educação.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sem dúvida, não interessa de quem seja.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – E também... Falta educação ao Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sem dúvida, não interessa de quem seja.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Então, eu reafirmo aqui que nós estamos rastreando essa organização. Nós temos...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O senhor pode procurar em qualquer jornal, qualquer coisa...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, não, nós temos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu nunca falei mal do Presidente, nem dos filhos, nem do Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Dizer que ele é mal-educado é uma realidade, não é falar mal.

Mas nós estamos com todos os recursos técnicos, com tudo isso que o senhor está recomendando, mas queríamos que o senhor recomendasse mais e ao final nos desse mais elementos, porque nós – como um dos resultados desta CPMI, além de propor medidas legislativas, medidas educativas, eu acho que tem que haver educação digital, além de tudo isso – vamos desbaratar essa organização criminosa que vitimou o senhor, que derrubou o senhor, que fritou o senhor, que detratou o senhor indevidamente, porque o senhor não mereceria esse tratamento, sendo leal como foi e leal agora mesmo tendo sido tratado como foi. Essas pessoas não mereceriam mais a sua solidariedade.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O General quer colocar alguma coisa?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Não, está ótimo. Foi uma oportunidade de complementar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, eu convido para falar o nosso Senador de Pernambuco, do PT, Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – General, boa tarde.

Eu quero inicialmente também saudar a disposição do senhor de estar aqui, atendendo ao nosso convite; não tinha a obrigação de vir aqui. Mas eu confesso também que eu fiquei um pouco frustrado, porque V. Sa. teria a opção de não vir, e veio. E eu imaginava que a ajuda que V. Sa. poderia nos dar seria um pouco maior. Eu entendo também, como o Deputado Rui Falcão, que a sua lealdade não lhe permite aqui se aprofundar sobre coisas que são muito importantes, General.

Nós não estamos preocupados em discutir a eleição passada ou que o Presidente seja cassado, porque isso já está na mão do TSE; acho que até hoje eles vão decidir essa questão. O problema é que esse tipo de ação, Presidente, continua, ele persiste. Talvez o senhor não saiba, mas a coisa é tão debochada que até sobre essa CPMI que está convocada para investigar *fake news* eles fazem *fake news*; a gente fala aqui, daqui a pouco estão lá memes, acusações etc. etc. etc. Isso não pode continuar. Esse tipo de ação que ataca o Supremo, ataca o Congresso Nacional, o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado termina gerando crises e conflitos institucionais que são gravíssimos. Então, nós não podemos permitir que esse tipo de coisa continue. Mas nós vamos respeitar o posicionamento de V. Sa., e V. Sa. se sinta à vontade para responder o que considerar que é relevante.

Aqui deu para sentir que V. Sa., em muitos momentos, teve que se conter em relação ao chamado filósofo da Virgínia. Eu lhe pergunto: uma das coisas que foi veiculada – a gente sabe que meio de comunicação veicula muita coisa que nem de longe aconteceu: por exemplo, o senhor assumiu uma posição de criticar a possibilidade de patrocínio da Secom para blogues e *sites* conservadores... Pelo menos foi essa a notícia que saiu. Teria sido criticado inclusive porque não admitiu a possibilidade de financiar na TV Brasil um programa do filósofo em valores muito acima do mercado. Isso de fato aconteceu ou não? Primeira pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, o Sr. Olavo de Carvalho foi claramente um dos algozes de V. Sa. Ele parece até ser o guru do Presidente da República. E, aqui, quando o senhor apresentou aquele esquema, o senhor falou várias vezes que tem o líder, tem o que pensa, que joga e depois aquilo ali se transforma. O senhor estava se referindo a ele? É ele o elaborador dessas coisas que se transformam depois em toda essa agressividade contra as pessoas?

Eu pergunto ainda – o senhor disse aqui muito claramente que era uma pessoa altamente centralizadora – se o senhor pagou um preço por isso. Por exemplo, agora, recentemente, o Tribunal de Contas da União identificou que o Governo Federal está desrespeitando uma norma dentro da Secom que é distribuir os recursos da publicidade oficial de acordo com a audiência dos meios de comunicação, particularmente televisão e rádio. E constatou-se, pelo próprio TCU, que isso hoje não está acontecendo. De alguma forma, alguém lhe propôs agir dessa forma e o senhor resistiu? De alguma forma isso tem a ver com esse tiroteio que foi feito contra o senhor ao longo desse período?

A outra coisa o senhor já se esquivou de responder, mas o grande problema é que a verdade é que há coisas que não são assumidas, que são *fake news* mesmo, é um perfil falso que está ali, mas há coisas como as que foram ditas aqui que são assumidas. É o caso do Sr. Filipe Martins. Sempre me causou espécie o seguinte... Esse senhor o atacou diretamente, disse que o senhor era um carreirista, embusteiro, pessoas decepcionadas por não terem conseguido acesso aos recursos da Secom, fez outros ataques, mas o que me chamou mais atenção foi o seguinte: eu fiz parte de governo, V. Exa. era um ministro, esse cidadão é um mero assessor, e ele atacava não só o senhor mas outras pessoas também. Por que esse cidadão tem tanta força de, ocupando uma posição subalterna, atacar um ministro de Estado e não sofrer nenhuma consequência por parte do Senhor Presidente da República, assim como outros atacaram o Vice-Presidente da República – o Vice-Presidente! E não são em termos elevados, porque pode se fazer uma crítica política, um ataque, mas são coisas em termos chulos, chulos. Por que essas pessoas têm tanto poder que elas conseguem retirar um ministro e elas não são retiradas? Não sei se o senhor pode me responder a essa questão.

Outra coisa que eu queria perguntar. O senhor falou que o Sr. Olavo de Carvalho tem um linguajar irreprodutível aqui, mas o filho do Presidente tem também, o Vereador. Inclusive, a nós aqui ele já atacou várias vezes, com termos tipo "vagabundos" e "vou lá que eu vou desmascarar os vagabundos". Nós estamos na expectativa de ver se ele vem aqui para ver se ele vai manter essas agressões.

Enfim, Ministro, eu queria fazer a última pergunta ao senhor. O senhor conhece as pessoas que participam ali, os dois "Mateus" e o Tércio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – São dois "Mateus" e um Tércio.

Esse grupo é chamado – ou pelo menos aqui foi dito por mais de uma pessoa – de o gabinete do ódio. O senhor já ouviu esse grupo ser chamado de gabinete do ódio? Existiria um gabinete do ódio ao lado da sala do Presidente da República?

Era isso que eu queria perguntar ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço aqui a sua disposição. Eu lhe confesso que estou um pouco frustrado, porque eu imaginava que viria mais, mas eu entendo e até manifesto aqui os meus respeitos pela sua posição.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu queria dizer que talvez o senhor tivesse uma super expectativa, não é? Então, a frustração...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... acompanha, a frustração acompanha.

O que eu não estou dizendo aqui não é por questão de lealdade, é por uma questão de honestidade. Eu não posso nem pegar uma pessoa que está aí comprovado pela Justiça etc., e sair fazendo festa, chutando a pessoa... Muitas vezes, é gente que tem até a culpabilidade já comprovada, a culpa comprovada, mas não é nem ético ficar aqui... É coisa de Justiça. Eu sou contra esse tipo de bate-boca público, de acusação ou de difamação ou até de coisas que já aconteceram, comprovadas etc. Então, o que não estou dizendo aqui não é por questão de lealdade, não, é por questão de honestidade. Não se pode ser leviano nesse nível.

Outra coisa é aquilo que o senhor disse que não pode continuar essa... Não pode. Eu acredito que isso aí não pode continuar. E outra coisa que não pode continuar é o agravamento da divisão social, que não começou agora, já existia...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – Agravamento de...?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Agravamento da divisão social. Isso é uma coisa perigosa. É uma sociedade indo para o conflito. Aí há pequenos conflitos de rua; daqui a pouco, o sujeito briga; daqui a pouco, o cara o agride no avião, porque o senhor é do PT, e o outro agride o outro, porque ele é do PSL... Essas coisas não... Isso aí não... Para mim, na minha concepção, eu não aceito isso daí. Estou de acordo. E o conflito, daqui a pouco, começa a ser institucional. Então, é uma coisa que tem que ser evitada. Eu acho que o Brasil tem que caminhar para o equilíbrio, não pode caminhar para o agravamento da divisão social. Estou de acordo com o senhor.

Sobre a Secom, o que acontece? Qual é a minha visão de comunicação de Governo? Minha visão de comunicação de Governo, eu falei aqui anteriormente, é uma comunicação informativa: Governo não faz propaganda ideológica, Governo não usa comunicação governamental para se manter no poder; ele faz política. Eu acredito que a melhor maneira de se manter no poder é tendo resultado positivo. Então, essa é a minha visão. Se a minha visão não coincide com a de certas pessoas, problema, eu vou continuar com a minha visão.

No caso da TV Brasil, jamais houve proposta de fazer programa de Olavo de Carvalho na TV Brasil. Isso nunca houve. Não é porque eu não tenho nenhuma admiração por essa pessoa que eu vou aqui falar uma coisa dessa. Não há cabimento. Nunca houve esse tipo de proposta.

Outra coisa: se autoridades, políticos ou o próprio Presidente têm nessa pessoa uma consideração pelas ideias políticas, não há problema nenhum. O que eu critiquei não é problema de ideia, o que eu critiquei aqui é problema de comportamento pessoal.

Outra coisa: liberação de dinheiro. Como se trata o recurso público? Em primeiro lugar, recurso público tem que ser absolutamente transparente, e aí eu quero colocar uma culpa no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Congresso, que pode exigir mais transparência. Eu acho que a função do Parlamentar é principalmente exigir transparência. Governo nenhum – nem este, nem anterior, nem depois – pode ficar sem ter transparência em todas as contas, não interessa que contas sejam. Existem algumas exceções aí na parte policial. Então, eu acho que uma das grandes funções do Parlamentar é exigir essa transparência.

E o que acontece com o recurso de publicidade? A publicidade, além de influir na cabeça das pessoas, influi no bolso das empresas, porque o volume de dinheiro é muito grande. Eu falei aqui de 7 milhões da Administração Direta e Indireta, fora as comunicações dos Estados, dos Municípios, relações públicas. Então, é uma fortuna no Brasil que há na comunicação.

Como acontece no Governo? A Secom tem recurso. O Governo tem algumas campanhas que tem que fazer de esclarecimento à população. Há outras que não são pagas, outras são, outras não são. Aí, o Governo não pode falar direto – isso é lei; para mim, não sei qual foi a motivação dessa lei –, ele não pode contratar, por exemplo, Rede Globo, Rede Record, rádio. Ele não pode. Ele tem que fazer isso através de uma agência. Ele é obrigado a trabalhar com um despachante que se chama agência.

Bom, o Governo paga a essa agência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... e é essa agência que faz os contratos.

Se esses veículos de comunicação estão subcontratando gente, o senhor não consegue enxergar na prestação de contas. Então, tem que sair uma iniciativa parlamentar de que a prestação de contas exija até o último recipiendário final, para conseguir enxergar realmente toda a cadeia de despesa, porque, aí, sim, a gente vai ter transparência absoluta e o senhor vai ter conhecimento, como Parlamentar, aonde foi dinheiro até o fim da linha dele. Então, tem que se fazer um aperfeiçoamento no modelo de prestação de contas e de acompanhamento, na parte de publicidade, *sites* para poder acompanhar, mas acompanhar até o fim da cadeia. Então, é isso que eu sugiro..

O senhor leu alguns comentários do Filipe Martins, não é? O Filipe Martins, eu não tinha visto; até foi a primeira vez... São pessoas que, sinceramente, eu só leio por acaso, porque eu não dou importância para esse tipo de... Eu acho que é uma escolha pessoal do Presidente. Eu não vou aqui criticar as escolhas pessoais dele. Agora, eu nunca tinha lido isso que o senhor leu. E essa projeção toda de uma pessoa que é crucificada como inexperiente etc. Ela é da responsabilidade do Presidente da República.

O senhor perguntou por que ataca o Vice-Presidente, ataca... Atacar o Vice-Presidente é um absurdo; está quebrando a unidade governamental, está quebrando a consideração que tem que ter um presidente por um vice-presidente, um vice-presidente pelo presidente.

O Vice-Presidente eu sei que é uma pessoa absolutamente honesta, tem princípios de ética e tem consideração pelo Presidente, como eu tenho. Por todos os presidentes eu tive consideração, mesmo por aqueles como o do seu partido, que está sofrendo com uma série de consequências. Não vou ficar falando mal, porque é até covardia falar mal da pessoa que já foi julgada, que já foi avaliada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu vejo é o seguinte: por que uma pessoa dessas, às vezes, que a sociedade, que a imprensa ou que o meio político considera, vamos dizer, deficiente para a função? É por questão de escolha pessoal.

E o caso do Vice-Presidente? O Vice-Presidente é uma figura importantíssima. O Presidente da Câmara? O Presidente da Câmara é uma das pessoas – olha, Deputado – mais importantes no contexto do Brasil. É ele que faz a pauta. O que ele colocar na pauta vai ser votado; o que ele não colocar não vai ser.

Então, uma coisa é atacar, não gostar do jeito como ele... Por exemplo, o Presidente da Câmara, se eu não gostar da maneira como ele conduz, eu posso até fazer críticas públicas. Agora, eu não posso ofender a pessoa. É isso que está dando uma distorção inteira.

O senhor falou de linguajar. Quem usar linguajar baixo, não interessa quem seja... Assim como não há ninguém acima da lei, não há ninguém acima do conceito educacional. Não há ninguém acima, não interessa quem seja, não interessa se é filho, se é pai, se é mãe, se é general, se é soldado – não interessa. Tem que haver um respeito, tem que haver um respeito para que se tenha um bom funcionamento.

O que acontece? Eu acho que o País tem medidas econômicas que podem dar um bom fruto. Acho que há medidas que podem dar um bom fruto, mas tem que se esperar esse fruto com tranquilidade, porque elas não são para amanhã, elas não são para o mês que vem; demora um ano, demora um ano e meio... E essa espera tem que ser uma espera com convivência boa, com convivência educada, com paz social.

Então, eu desejei para todos os governos felicidade, para este também. Acho que pode ter bons resultados, só que essa espera tem que ser, para mim, um pouco mais tranquila.

Sobre o gabinete do ódio de que o senhor falou, eu escutei essa expressão numa revista, acho que foi na revista... Acho que foi na *Crusoé*, não lembro. Eu nunca tinha ouvido lá dentro quando trabalhei lá, porque eu já saí de lá em julho, em junho, nós já estamos no mês 11, quer dizer, já... O tempo que eu fiquei lá já é o tempo que eu estou fora. Então, lá dentro eu nunca tinha escutado isso daí. Agora, são pessoas que, pela inexperiência, não são assessores de cunho político; são assessores de coisas pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado Paulo Ramos, do PDT do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Presidente, Relatora, Gen. Santos Cruz, demais membros da Comissão, primeiro, eu quero somente dizer, a título de recuperar na memória: o Sr. Olavo de Carvalho foi um articulista prestigiado por alguns importantes meios de comunicação aqui no Brasil, bem antes, vamos dizer, do Governo Bolsonaro. Mas agora, ao que tudo indica, ele caiu em desgraça pelos próprios meios de comunicação que o prestigiaram no passado. Eu só passei a ouvir falar no Sr. Olavo de Carvalho tempos atrás, quando ele escrevia, por exemplo, no jornal *O Globo.* Escrevia e escreveu muitos artigos sempre defendendo as mesmas ideias com as quais ele depois se notabilizou a partir da campanha e do Governo Jair Bolsonaro. Para mim, não foi surpresa, não é surpresa o posicionamento do Sr. Olavo de Carvalho. Então, sobre ele nem quero tratar.

Mas há uma coisa, Gen. Santos Cruz, evidente. Esse – eu chamo assim – departamento de operações estruturadas para atacar, para difamar as pessoas integrou e ainda integra o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Governo, faz parte do Governo. O Presidente Jair Bolsonaro é identificado como alguém que se utiliza desse tipo de ferramenta. Não há nenhuma dúvida de que está incrustada no Palácio do Planalto essa estrutura, poxa! Não é com o conhecimento do Presidente Jair Bolsonaro, não é com a nomeação do Presidente Jair Bolsonaro; é com o conhecimento de todos que estão ali dentro. E eu não acredito – e quero dizer isto respeitosamente – que V. Exa., como chefe da Secom, não tivesse conhecimento. Por quê? Porque o procedimento foi objeto de muitas publicações nos jornais, não foi novidade. Muitas reputações foram atacadas quando V. Exa. estava lá dentro do Palácio do Planalto, e depois V. Exa. passou a ser vítima de algo que dentro do Palácio do Planalto era conhecido. Então, a grande questão é dizer assim: não integrava a sua Secretaria esse grupo? Não fazia parte da Secom?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não, não..

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Não fazia parte da Secom. Mas esse grupo V. Exa. mesmo reconhece que existia dentro do Palácio do Planalto?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Essas pessoas – se o senhor me permite, só para ser pontual – trabalham diretamente no gabinete do Presidente; elas não fazem parte da estrutura de comunicação.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Dentro do gabinete do Presidente da República. Não estava na estrutura; então, estava na Presidência da República.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – É isso. Então, ótimo.

Deixe-me fazer uma consulta, então, ao senhor, a V. Exa., porque – como é que se diz? – , existindo essa estrutura, a quem caberia fiscalizar? Existe – eu chamo assim – um gabinete de segurança institucional, com a confirmação... O que é notório e público independe de provas. Essa estrutura existia, existe dentro do Palácio do Planalto – então, V. Exa. diz agora na Presidência da República, cumprindo essas tarefas, tarefas que inclusive causam dificuldades institucionais. A quem cabe fiscalizar isso? Existe um Gabinete de Segurança Institucional. A quem cabe então fiscalizar isso? Quem é que tem a responsabilidade, na estrutura do Governo, na estrutura do Palácio do Planalto, quem é que tem a responsabilidade de fiscalizar esse tipo de procedimento com essa atuação, com essa atividade?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Bom, a quem cabe fiscalizar? O que acontece? Dentro do Palácio existem quatro Ministérios: o GSI, que é em nível de Ministério; a Casa Civil; a Secretaria-Geral; e a Secretaria de Governo. A Secretaria de Governo faz a articulação política hoje. Na minha época, ela fazia alguma coisa de articulação e mais de coordenação de Governo. A Casa Civil tem a atividade específica de coordenação de Governo e publicações. A Secretaria-Geral, que é uma secretaria mais burocrática, dos atos governamentais. E o GSI cuida para não haver crises institucionais. O GSI aconselha o Presidente sobre crises institucionais.

O gabinete do Presidente não é fiscalizado pelo GSI, o gabinete do Presidente é o gabinete do Presidente! Há um chefe de gabinete. Então, o Presidente tem um chefe de gabinete, tem os assessores dele, é onde essas pessoas estão colocadas, que são todos assessores do gabinete da Presidência, onde há um chefe de gabinete, que distribui as tarefas e que fiscaliza a execução. Não é um grupo que está ligado à Secom, que é subordinada à Segov, e nem um grupo ligado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretamente à fiscalização do GSI. Isso é uma coisa de gabinete. Então, são pessoas que trabalham no gabinete, que têm um chefe de gabinete, que orienta o trabalho dos assessores diretos. Então, é só isso que eu posso dizer.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Dentre as notícias divulgadas, ou as mensagens, as tuitadas, seja lá o que for, em muitas delas também há a participação direta do Presidente da República, juntamente com esse grupo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Aí é pessoal, não é? Não posso falar nada.

O que eu gostaria de dizer ainda é o seguinte: o senhor falou que, como eu trabalhei lá, sem dúvida eu teria que ter conhecimento. Não tem. Eu não tenho...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Não?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O chefe da Segov não tem conhecimento do que se passa no Twitter particular presidencial.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Não. Estou dizendo através dos meios de comunicação, porque essa estrutura montada dentro do Palácio do Planalto, que tem coordenação, tem tudo, isso não é uma novidade. Não é uma novidade! Isso é de conhecimento geral de quem acompanha a atividade política, quem lê jornal etc. Isso é de conhecimento... Eu falei: é notório e público.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, mas funcionalmente lá não tem ligação. Tanto que eu nunca entrei numa sala dessas onde trabalham essas pessoas que foram nomeadas aqui.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Mas, no ambiente do Palácio do Planalto, essa questão nunca foi debatida? Esse tema nunca foi objeto de conversas entre aqueles que tinham responsabilidades públicas dentro do Palácio do Planalto?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não. Até eu sair de lá em junho, não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Então, o senhor está nos dizendo, V. Exa. está nos dizendo que a responsabilidade é exclusiva do Presidente da República?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É do gabinete dele. Lógico, é assessoria direta, não é?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – E, mesmo quando, desse grupo, atacando a honra pessoal, V. Exa. foi alcançado de diversas formas, porque há injúria, calúnia, difamação, há muitas questões... O senhor está tomando providências em relação a isso, juridicamente falando?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Solicitei inquérito à Polícia Federal.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – V. Exa. solicitou...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Inquérito para a Polícia Federal.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – E o inquérito foi instaurado?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Foi

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Então, a Polícia Federal tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não sobre essas acusações, esse bate-boca, essa coisa não, mas...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Não, não é bate-boca...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Mas sobre a...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – As questões, claro.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Porque aquilo ali é uma materialização falsa.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Bate-boca é bate-boca.

Então, existe um inquérito que está instaurado na Polícia Federal.

Presidente?

E está sob sigilo?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É sigiloso, não é?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Será que é... Tem certeza?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É sigiloso, é sigiloso.

Quando a minha assessoria mandou o documento para lá que eu pedi, foi pedido sigiloso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – E V. Exa. tem acompanhado?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não tenho acompanhado.

Saí do Governo, fui cuidar das minhas coisas, não me preocupei com isso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Eu devo, primeiro – como eu vou usar a expressão? –, elogiar, porque realmente o Deputado Rui Falcão fez uma observação aqui, com a qual eu concordo e ainda adiciono, a questão de ter ódio de delator. A figura mais execrada que existe é aquela figura que conviveu, que teve um relacionamento, que participou e depois se transforma em detrator, se transforma em adversário e não tem escrúpulos de preservar até conversas pessoais. Eu considero isso uma coisa muito abjeta, e temos convivido com isso infelizmente. Não tem razoabilidade, porque a pessoa que assim procede se revela e fica desmerecedora de qualquer confiança, até a convivência fica muito difícil. E nós estamos convivendo com isso no nosso dia a dia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Não, aí o prêmio da delação... Mas eu digo porque o delator, eu não sei que tipo de prêmio, porque às vezes existe um prêmio que não está revelado. Nas delações premiadas, já existe aí a comprovação de que há o prêmio. Não tratamos isso. Estou tratando de quem, espontaneamente, se transforma em inimigo, não é nem adversário, e não tem o escrúpulo de preservar conversas pessoais. Isso, num certo sentido até assusta. Mas as pessoas estão aí se expondo da maneira que entendem que devam se expor.

Então, essa preocupação de V. Exa. em ser econômico, em não revelar determinadas intimidades, eu até considero exemplar esse comportamento, mas há inúmeras informações de que nós, vamos dizer, já temos conhecimento. Então, no campo da responsabilidade pessoal, do compromisso com o Estado democrático de direito, com respeito às instituições, qual é a sua opinião sobre a existência dessa estrutura, com esse procedimento, e agindo da forma como tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

agido, e trazendo, inclusive, dissabores e preocupações com o rumo da democracia no nosso País?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, eu discordo do senhor de uma estrutura organizada, etc., etc. Às vezes tem coisa que acontece por irresponsabilidade também, não é? Não é tudo que é pensado. O que eu vejo, o que eu posso responder é pelo que eu vejo e pelo que eu vivi. Eu acho que, já falei aqui várias vezes: eu acho que esse tipo de coisa perturba o ambiente político, perturba as relações pessoais, as relações partidárias, as relações institucionais, num país que eu acho que precisa de tranquilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... que está desenvolvendo, tem que desenvolver a sua economia, tem que se desenvolver na parte social, e isso aí é perturbação. Então, eu acho isso aí uma coisa negativa. Agora, eu não posso dizer como que é a estrutura, quem é quem, quem é que manda em quem, isso aí não existe. Para mim, eu não tenho a mínima condição de dizer isso. Então, também não sei quais são as tarefas funcionais; não sei quais são as tarefas funcionais das pessoas, então, eu não posso ser irresponsável. Agora, por que tudo isso daí? Por isso que nós estamos aqui: por causa da perturbação, que chegou a um ponto que temos de montar uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Só para perguntar se, nesse grau de irresponsabilidade a que V. Exa. se refere, V. Exa. também inclui o Presidente da República.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não! Não, eu não posso ser leviano de acusar um Presidente da República.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Quando ele procede da mesma maneira? Quando ele próprio se envolve nas redes sociais, nas acusações...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, eu não posso analisar o comportamento de um Presidente da República nas redes sociais.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Eu vou precisar me ausentar, que eu tenho reunião da coordenação da nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E é seu aniversário também, não é, Deputado?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode até ter alguma comemoração, eu sei disso. Algum *petit comité*...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, sem desrespeitar nenhum dos colegas que ainda vão falar, e também muito menos o General, eu peço licença para...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não. Obrigado.

Anuncio a palavra do Deputado Carlos Jordy, do Rio de Janeiro, do PSL.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqui nós fizemos um acordo, é até sugestão do Deputado do Rio de Janeiro, Paulo Ramos, que quem sai não significa fila de cinema, tem que aguardar no lugar. Quem está o tempo todo aqui sentado tem que ter o direito de preferência.

Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Um boa-tarde a todos. Boa tarde, Gen. Santos Cruz. Não sei se recorda, mas estivemos algumas vezes juntos, sou Vice-Líder do Governo na Câmara, o Major Vitor Hugo, em alguma oportunidade, nos apresentou. Então, digo aqui, já de antemão, que não tenho nada contra V. Sa. Vim aqui muito mais para a minha primeira participação efetivamente nesta Comissão e também para responder a algumas questões que estão sendo faladas aqui, ouvir também.

E é necessário que nós façamos uma diferenciação do que é *fake news* e do que são ataques virtuais, porque me parece aqui que não estão tratando de *fake news.* Só ouvi falando de ataques virtuais, ataques que muitas vezes são da democracia. Óbvio que existem excessos, os excessos devem ser coibidos, inibidos através da Justiça. A calúnia, a difamação devem ser, sim, coibidas, mas certos ataques são da democracia, e isso já vem de outros governos. Até mesmo o Governo do PT tinha sua própria milícia virtual.

A própria Deputada Lídice da Mata falou aqui do Filipe Martins e fez uma *fake news,* porque ela disse que o Filipe Martins, em algumas oportunidades, atacou o Gen. Santos Cruz enquanto ele estava no Governo, e isso não é verdade, isso não é verdade! Para vocês terem uma ideia, o único tuíte, e para isso basta fazer aqui uma pesquisa rápida no Twitter, em que vocês vão ver que o Filipe Martins fala a respeito do Santos Cruz é naquele em que ele diz que, em entrevista à *Época,* o ex-Ministro Santos Cruz desmentiu o factoide de que houve tentativa de financiar blogues conservadores com o dinheiro da Secom ou de criar um programa para o professor Olavo de Carvalho na EBC, fato de que ele mesmo já falou aqui, já respondendo ao Senador Humberto Costa. E quem espalhou essas mentiras já se retratou e noticiou o desmentido, foi o único tuíte que ele fez a respeito do Gen. Santos Cruz. E, se há alguma divergência na posição política, na forma de comandar uma secretaria, que era o que havia, eu não acredito que isso seja motivo para se trazer em uma comissão e alegar *fake news*, o que não foi feito por V. Sa., mas outros Parlamentares aqui.

Também ouvi aqui o Deputado Alexandre Frota, atacando membros do Governo, da assessoria da Presidência, falando que esses membros produzem *fake news,* que é o gabinete do ódio. Fico até imaginando como é esse gabinete do ódio. Parece que é um gabinete montado em que as pessoas ficam lá produzindo *fake news* a todo vapor, e isso é uma *fake news,* isso não existe. Não existe esse gabinete; existem, sim, membros do Governo que são adeptos das redes sociais, nós fomos eleitos dessa forma, eu fui eleito dessa forma, o Márcio Labre, o Filipe Barros foi, a Caroline de Toni. Fomos eleitos assim, e é uma nova geração de políticos que têm pessoas que apoiam e que fazem esse tipo de política.

Então, ele disse que é dinheiro público pagando três elementos, atacando dissidentes políticos. E é fato também que há dinheiro público pagando Deputado Federal para fazer incitação a crime contra o Presidente da República como foi com ele, e por isso está sendo denunciado na PGR. Foi nas suas redes sociais para colocar lá que o Adélio tinha sido incompetente. Na verdade, fez uma enquete, fazendo chacota com a tentativa de assassinato do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República, então Deputado Federal, questionando se o Adélio tinha sido incompetente ou distraído. E aí não tem problema o dinheiro público, não é? Inclusive, está sendo noticiado que ele usou dinheiro público para pagar banquete, em torno de R$3,6 mil, e disse que usaria todo o dinheiro dele, porque era dinheiro a que ele fazia jus, a que ele tinha direito. Então, nesse momento, não tem problema o dinheiro público, não é?

Falo aqui também da fala do Deputado Rui Falcão em que, assim como um Senador que nos antecedeu, falava que fazia essa correlação de milicianos com o Presidente ao assassinato de Marielle. Depois, foge pela tangente, dizendo que: "Não, não queremos fazer nenhuma acusação leviana", mas já fazendo, mas já fazendo! Dizem até que há uma relação do Presidente com milicianos que estão envolvidos com o assassinato de Marielle. Isso não seria uma *fake news*? Isso não seria uma *fake news*?

Quando houve jornais, mídias, divulgando que o PT tinha um diálogo cabuloso com o PCC, depois de tanto nós ouvirmos que o PSL é partido de laranja, que o Governo é de milicianos, eu mesmo fui e fiz uma associação de que o PT era partido dos traficantes. E sabe o que aconteceu? Fui para o Conselho de Ética da Câmara. Eles podem tudo. Eles podem nos atacar, fazer ilações, fazer ataques levianos, propagar *fake news*, mas, desde o momento em que nós respondemos, vem uma censura. É isso que me parece que acontece aqui nesta CPMI. É uma CPMI que deveria estar investigando *fake news*, mas o que se está investigando aqui, na verdade... Está fazendo um tribunal de exceção contra aqueles que são opositores de alguns Deputados aqui.

Por exemplo, ouvi aqui um Senador falando. Fez até uma apresentação colocando *bots*, perfis falsos, linchamento virtual, sectarismo, milicianos. Tudo isso lembrou-me da época do Governo PT. No Governo PT, formou-se a famosa MAV (Militância em Ambientes Virtuais). Para quem não conhece, olha aqui, *Folha de S. Paulo*, 2011: "PT treina 'patrulha virtual' para atuar em redes sociais. Militantes usarão rede para rebater reportagens 'negativas' contra o partido. Sigla vai editar 'manual do tuiteiro petista' para ensinar filiados a fazer propaganda e espalhar mensagens na internet".

Dando uma passada rápida pela reportagem, vocês veem que é o conceito disso que vocês estão combatendo aqui, só que era feito pelo PT, pelo Partido dos Trabalhadores: "O PT vai montar uma 'patrulha virtual' e treinar militantes para fazer propaganda e criticar a mídia em *sites* de notícias e redes sociais, como o Twitter e o Facebook. O partido quer promover cursos e editar um 'manual do tuiteiro petista', com táticas para a guerrilha na internet". É isso aqui que vocês estão dizendo que está acontecendo. Guerrilha na internet acontecia no Governo PT, e eles bancavam, financiavam.

Quantos blogues vocês conhecem? Havia o Dilma Bolada, havia um monte que era financiado pelo Governo Federal, à época com o PT. E naquela época todos se calavam. Na verdade, aquilo ali era denunciado por algumas pessoas. Algumas pessoas, como Olavo de Carvalho, como nós, naquela época, ainda como ativistas, denunciávamos e para nada daquilo chegou a haver uma CPMI ou chegou a haver esse teatro que muitas vezes está acontecendo em torno de algo que não é da forma como está sendo propagado.

E aí também ouvi tanto o Senador Humberto quanto o outro Senador falando a respeito da questão dos disparos virtuais, dos disparos em massa no WhatsApp, dizendo – foi também o Ivan Valente, o Deputado Federal Ivan Valente, que é uma pena que não esteja aqui –, falando que houve disparos em massa contra a campanha de Haddad. Engraçado, me perdi na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

reportagem... Eu tenho aqui anotada. Reportagem de 28 de março do G1: "TSE multa a campanha de Haddad por disparos em grupos de WhatsApp", ou seja, eles pegam uma meia verdade e completam com mentiras inteiras; atacam como se nós tivéssemos ganhado uma eleição com *fake news*, mas eles mesmos sobreviviam a respeito de *fake news*, sobreviviam com *fake news*, atacavam os seus adversários com *fake news*.

Quem não se lembra? Durante a campanha, até o próprio Haddad divulgou aquela falsa suástica que foi feita por uma menina de esquerda em sua barriga, aquilo foi uma *fake news*. Ninguém se retratou. Então, não há como chegar e atacar apenas um lado, de uma forma unilateral, como se nós fôssemos os propagadores de *fake news*, porque, na verdade, isso sempre foi o *modus operandi* da esquerda, do PT, através dos militantes em ambientes virtuais. E agora talvez estejam provando um pouco de seu próprio veneno, mas não é a partir do Governo, porque gente ruim existe em qualquer lado. Tanto na esquerda, na direita, no bem e no mal existem pessoas ruins.

Enfim, para concluir, já que V. Sa. é o convidado, gostaria de fazer uma pequena pergunta para que faça até uma reflexão deste momento que estamos vivendo, pois muitos falam que o senhor sofreu ataques coordenados, mas até agora não houve uma prova cabal disso. E, mesmo havendo alguma coordenação, não são garantias constitucionais a livre expressão e a liberdade de associação? A organização da sociedade, para pressionar agentes públicos, deve ser criminalizada?

Deixo aqui a pergunta para V. Sa. e encerro a minha participação.

Obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O.k., obrigado, Deputado.

Sobre isso aí de *fake news*, eu concordo que a *fake news* é diferente do ataque pessoal. O ataque pessoal pode incorrer em legislação; a *fake news* depende também das consequências. Por exemplo, com aquela *fake news*, dei o exemplo aqui, de que o Governo não vai pagar o décimo terceiro ou não tem dinheiro para pagar o décimo terceiro, você terroriza pessoas que ganham R$400 e que ganham mais cem Bolsa Família. Então, tem um efeito muito ruim; há notícias falsas que têm efeito muito ruim. Os ataques pessoais são coisas completamente diferentes. O senhor, ou eu, vai escrever alguma coisa contra a sua maneira de exercer a liderança do partido é uma coisa, é questão de opinião de como deve fazer. Outra coisa é eu o atacar pessoalmente, a pessoa tentar assassinar a sua reputação e por aí vai. Então, aí vai para o lado, já vai para o Código Penal, aí é diferente.

Então, o caso, por exemplo, do cidadão lá que mora nos Estados Unidos. O que acontece? O problema não é a ideia política. A ideia política dele deve ter servido até para muita gente. O problema não é a ideia política, o problema é o comportamento. Tem problema comportamental, não é problema de ideia. A ideia... Tem todo direito de ter a ideia... Tem, deve ter até feito vários efeitos em pessoas etc. Agora, o comportamento é o que eu falei.

Aquele modelo ali é um modelo teórico, ele serve para qualquer um. Aquele modelo ali não é modelo que depende de quem está fazendo a crítica. O senhor usou corretamente o modelo e o lado – vamos dizer – esquerdo usou também, da mesma forma, o modelo. Então, o modelo é teórico.

O problema de livre expressão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Uma coisa é livre expressão, outra coisa é a difamação, a calúnia. Então, a liberdade não está em jogo. Não tem liberdade em jogo. Liberdade de expressão ou liberdade de associação. Não é isso. Agora, eu não posso é pegar uma pessoa e ridicularizar; eu não posso dizer com o nome de meme e constranger uma pessoa. São coisas distintas.

Então, o que se está comentando aqui não é essa parte de liberdade de expressão, o que se está comentando aqui é quando ultrapassa o limite e entra para dentro do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para a Deputada Caroline de Toni, de Santa Catarina.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Gen. Carlos Alberto dos Santos Cruz. Vou chamá-lo de Gen. Santos Cruz, não é? Como é conhecido.

General, vamos tentar fazer um bate e volta, para ser mais dinâmico, porque eu tenho algumas questões atinentes à sua participação do Governo, do ponto de vista técnico, que eu gostaria de saber, e como eu tenho vários questionamentos, eu gostaria que fosse bem objetivo. Então, se o senhor não souber, diga não sei, ou...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Claro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Porque eu estou aqui desde o início da CPI. Tive que dar uma saidinha, acabei voltando e ainda bem que deu tempo de eu fazer a nossa...

Primeiramente, eu gostaria de perguntar para o senhor... O senhor trouxe aqui aquela... Aquilo que o senhor alegou que foi uma *fake news* com relação ao senhor, daqueles *prints* nos quais o senhor teria sido vítima, que era uma conversa de WhatsApp sugerindo que o Mourão deveria ser Presidente no lugar do Bolsonaro e tal. O senhor até relatou essa situação aqui como vítima de *fake news*. O senhor chegou a tomar providências com relação a isso na Polícia Federal? Porque o senhor falou que iria pedir investigação...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Pedi.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E como está essa investigação? Poderia relatar para a gente?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não. Não acompanhei mais.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não o intimaram para mais esclarecimentos, etc.?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não acompanhei não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Está. E com relação àqueles outros eslaides que estão aqui disponibilizados para a gente, onde o senhor traz aqui um ponto de vista teórico, uma espécie de explicação, porque o senhor falou que estudou sobre o que está acontecendo e tal... Eu gostaria de saber de onde... Quais são as fontes desses estudos que o senhor trouxe, desses eslaides?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso aí tem uma literatura...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Pode citar as fontes específicas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Depois eu posso lhe dizer...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas assim de cabeça, algumas pessoas que tenham sido base para isso, alguns estudos? O senhor tem de cabeça?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não... Isso aí... Algumas coisas ali eu adaptei da minha observação, não é? Mas aquilo ali é estudo que outras pessoas fizeram também de uma literatura...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Pode citar alguma dessas pessoas, ou não?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não... Amigos meus.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor conhece Luciano Ayan?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Quem?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Luciano Ayan.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Luciano Ayan... Não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não? Só para saber se teria sido a fonte dele, por acaso...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – ... que é uma pessoa que está fazendo essas ilações, essa criação de narrativa.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, mas isso aí, isso aí é um modelo que não é só para os casos que aconteceram comigo, isso aí é um modelo que serve também, como falou lá o Deputado, que aconteceu anteriormente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

Em entrevista à *Época,* o senhor desmentiu um factoide de que houve tentativas de financiar blogues conservadores com o dinheiro da Secom ou de criar um programa para o Prof. Olavo de Carvalho na EBC, correto?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Correto.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Notícias falsas essas que foram veiculadas pela grande imprensa.

Quem espalhou essas mentiras pode ser enquadrado no conceito de *fake news* também? Sim ou não?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sem dúvida alguma, porque, ao menos para mim, dizer que eu barrei uma coisa que não existiu é falso, ao menos para mim é falso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo. Só queria a confirmação de que isso realmente era *fake*.

Muitas pessoas falam que o senhor foi alvo de ataques digitais coordenados, mas ninguém evidenciou provas disso. Não seria mais correto dizer que o senhor foi alvo de críticas como qualquer outra figura pública que está sujeita a ser alvo de críticas? Mesmo que houvesse uma coordenação nas críticas não são garantias constitucionais a livre expressão e a livre associação das pessoas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Sem dúvida. Sem dúvida, a livre expressão e a livre associação são garantias constitucionais e são cláusulas pétreas nossas, que têm que ser mantidas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Após a divulgação do vídeo em que o senhor sugere a regulamentação das mídias sociais, o Presidente Bolsonaro postou o seguinte Twitter: "Em meu Governo a chama da democracia será sempre mantida sem qualquer regulamentação da mídia, aí incluídas as sociais. Quem achar o contrário recomendo um estágio na Coreia do Norte ou Cuba".

Em seguida, o Ministro Moro tuitou o seguinte: "No ponto, bom lembrar que, não fosse a vitória eleitoral do Pr. Jair Bolsonaro, estaríamos hoje sob o 'controle social' da mídia e do Judiciário e que estava expresso no programa da oposição 'democrática'. Aliás, @jairbolsonaro reafirmou hoje o compromisso com a liberdade da palavra".

Diante desse quadro, eu pergunto: o que o senhor quis dizer quando afirmou que as redes sociais precisavam ser regulamentadas, adestradas ou coisa similar. Essa proposta guarda alguma semelhança com o controle social da mídia e outras propostas autoritárias por acaso?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, isso aí foi uma distorção, uma criação, uma fabricação de notícia plantada, que pegou uma entrevista minha lá em Harvard, cortou só um pedacinho da entrevista e deu início a um ataque por conta daquele apresentador Danilo Gentili... Danilo Gentili, ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Agora isso é uma distorção, foi um corte numa entrevista.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O que eu queria dizer é exatamente o que eu disse aqui...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor é a favor da liberdade de expressão?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... que a liberdade de expressão tem que ser total. Agora, eu não posso lhe atacar pessoalmente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Ressalvados os excessos, o senhor falou, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... ou porque a pessoa é gorda, porque a pessoa é magra, porque é feia ou porque é... Não pode ter ataque pessoal; o resto não tem problema nenhum.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Enquanto o senhor foi Ministro, a Secom estava subordinada a sua Secretaria, correto? Eu gostaria de saber se o senhor já tinha tido experiência com comunicação na sua trajetória profissional.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, a minha experiência com comunicação vem não de trabalho técnico, nem de gerenciamento de comunicação; ela vem de permanente exposição. Por exemplo, na África, eu passei dois anos e meio em um ambiente de conflito onde muita gente morreu, com muito combate, e onde toda semana tinha entrevista de imprensa para a mídia internacional, com CNN; com RFI, da França;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Deutsche Welle, da Alemanha; BBC. Então, você fica permanentemente exposto. Então, a minha experiência era de estar exposto à mídia, e não de gerenciar a mídia.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O senhor poderia nos dizer quais seriam os critérios para um bom plano de mídia?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, nos critérios que eu tinha feito, eu já tinha feito isso, mas ainda não tinha assinado, eu vejo o seguinte: em primeiro lugar, a comunicação de Governo, para mim, tem que ser informativa, não é propagandística, você não faz propaganda de Governo, você informa das realizações do Governo, ela não tem aspecto de propaganda. Segundo, ela não é ideológica, eu não faço ideologia com comunicação governamental. Terceiro, eu não uso a comunicação governamental para manutenção de poder...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... sistema de manutenção de poder.

Mais um fator, as despesas têm que ser muito transparentes, porque, como é muito dinheiro envolvido e, no Brasil, existe uma dependência muito grande de agências que ficam dependuradas em comunicação estatal, isso aí tem que ter uma transparência muito grande, porque eu posso numa informação dessa, por exemplo, para a previdência, eu posso fazer um programa de 200 milhões e posso fazer um programa 50. Então, ela tem que ser feita com muito critério e com muita transparência.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O senhor conhece a força da TV aberta? Poderia falar um pouco a respeito.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Posso.

No planejamento da comunicação governamental você tem, por exemplo, critérios. Eu uso uma agência e essa agência vai fazer uma divulgação, por exemplo, da Previdência Social. Eu posso fazer um critério puramente de audiência, aí eu pego aquela que tem mais audiência e dou mais dinheiro para aquela que tem mais audiência, ou eu posso fazer um outro sistema em rede nacional – custa caríssimo –, chegou a custar 1,541 milhão um minuto, sessenta segundos, uma inserção, uma vez. Por questão de preço, eu posso, apesar de ela ter mais audiência, segurar e posso pegar outra que custa 150 mil ou 50 mil e fazer quatro ou cinco aparições na outra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, isso aí é um jogo que quem está gerenciando tem que ter muito bom senso. Eu também não posso saturar aquele que cobra barato, porque, senão, também começa a ter uma repetição que não tem efeito.

Isso aí é uma coisa técnica. Por exemplo, os contratos precisam ser muito criteriosos, precisam ter um mapa, mas uma visão um pouco mais espacial do que acontece na administração direta, porque não é só a Secom, todos os Ministérios têm contratos de propaganda.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

Eu gostaria de perguntar, o senhor chegou a dizer que, se dependesse do senhor, só faria comunicação do Governo por meio da EBC, Empresa Brasil de Comunicação? Quais seriam os índices da EBC?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso aí, jamais.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Só se confirma ou não essa afirmação?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, isso aí não tem sentido.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O que o senhor acha do atual ecossistema publicitário, onde nós temos uma espécie de concentração de mais de 90% das verbas privadas de publicidade na Rede Globo, que contém apenas 35% da audiência? O senhor entende que essa concentração enfraquece a democracia?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Em primeiro lugar, a parte privada não é de controle governamental. Você não tem... A gente não tem nenhuma ingerência naquilo que uma empresa privada vai escolher, se ela vai escolher o rádio, se ela vai escolher a televisão, se ela vai escolher a mídia externa, em painéis etc.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas um dos medidores é o Ibope, não é? O que que o senhor acha do atual sistema de medição, que é o Ibope?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso aí pode ser discutido.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Pode ser discutido?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O sistema de medição. Agora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Porque ele é um dos controles para distribuição de verba, não é? Inclusive.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, uma outra coisa... Isso aí é um negócio um pouquinho mais complexo. Por exemplo, quando eu faço um contrato nacional – estou falando de verba governamental –, eu faço um contrato nacional com uma rede qualquer, seja ela Globo ou Record, ela sai por um preço. Se eu fizer, tiver a trabalheira de fazer contratos regionais, eu jogo o preço 20 vezes para baixo. Então, eu quero, para dizer um minuto no horário nobre, Rede Globo, em ambiente nacional, ou qualquer outra rede: sai por um preço "x", vamos dizer que vai sair por 2 milhões; se eu fizer contratos regionais, eu coloco isso aí em 200 mil, 300 mil.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Se puder lhe ajudar, General, por favor...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só... Eu tenho...

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Se fizer... E, se fizer... Desculpe, Deputado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, tudo bem.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Só para colaboração.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu vou pedir para acrescer depois o tempo de Líder do PSL.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Só para colaboração: e, se fizer com o pagamento à vista, sai 20% do preço de tabela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então, isso aí tem uma variação muito grande.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O que o senhor acha do monopólio das transmissões do futebol?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu sou contra qualquer monopólio.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O senhor considera a força da mídia digital e toda a liberdade... Considera como uma realidade essa força da mídia digital tal como é a TV aberta: hoje nós temos, essa é uma realidade...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso aí...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – ... da plataforma das mídias sociais?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso é uma realidade que chegou e que precisa de adaptação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Que tipo de adaptação?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – A realidade chegou mais rápido do que as pessoas se adaptaram. Então, por exemplo, a eleição: a outra eleição, cinco anos atrás, foi completamente diferente desta, onde tinha grandes marqueteiros, tinha a mídia de peso etc., se gastavam 500 milhões. Desta vez saiu por três mais ou menos, na base do celular. Agora, tem uma coisa: também nada está garantindo que a próxima eleição, daqui a três anos, na velocidade que vai, também vá ser igual à que passou. Não é bem assim. E aí, essa adaptação, a adaptação de que eu estou falando é a seguinte: onde, às vezes pessoas que, por falha de caráter ou de personalidade problemática, acham que estão num mundo completamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... livre, elas esquecem até da ética.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Presidente, por gentileza, para acrescentar o tempo de Líder, que eu tenho mais alguns questionamentos. Aí a gente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas no tempo de Líder V. Exa. não vai poder fazer nenhuma inquirição.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, mas é que daí, só para ter continuidade...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou... Eu prorrogo o seu prazo. Não, continue.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que pelo Regimento da Câmara, a gente pode.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Continue falando. Continue.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – General, o senhor sabia...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não precisa usar o tempo de Líder, não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou lhe dar...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mais alguns minutinhos.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Eu vou estender seu tempo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Uns cinco minutinhos por gentileza, então.

General, o senhor sabia que a *hashtag* #ForaSantosCruz surgiu após o apresentador Danilo Gentili, que possui hoje mais de 17 milhões de seguidores no Twitter, que é um dos maiores influenciadores digitais do Brasil; essa *hashtag* surgiu após ele postar um vídeo em que o senhor defende a regulamentação das mídias sociais?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Exatamente, é o vídeo que é fabricado, cortado, tirado do contexto da entrevista que eu estava dando.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Então, o senhor nega que seja a favor da regulamentação das redes sociais?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Regulamentação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Só nesse padrão que o senhor já falou agora há pouco.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Regulamentação é uma coisa; é recomendação, é você educar as pessoas para não fazerem ataques pessoais...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas o senhor considera como existente o poder dos influenciadores digitais, que são pessoas que têm um grande número de seguidores? E elas conseguem puxar uma *hastag*, como foi o caso daquele episódio. Por exemplo, no caso do Danilo Gentili, o senhor acha que ele controlaria uma milícia digital ou essas críticas seriam espontâneas?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não acredito que ele controle milícia digital. Ele não tem característica nenhuma disso. Ele pode, às vezes, dar o *start*, vamos dizer assim. Até ser usado, às vezes, por uma pessoa mal-intencionada, porque ele tem um grande público. Mas ele não tem nenhuma característica de pessoa ruim. Não tem nada a ver.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

De acordo com a revista *Época*, do Grupo Globo, o Secretário de Comunicação, Sr. Fábio Wajngarten, preparou uma campanha de publicidade que defendia a nova previdência, que foi suspensa pelo senhor. Já a revista *Exame* relata a mesma história e diz que o Ministro Paulo Guedes ficou ao lado do Secom e ainda reservou recursos para a campanha, que não foi ao ar no tempo esperado. Ainda de acordo com a revista *Veja,* o senhor determinou um corte de 20% da campanha para a nova previdência. Por que o senhor não permitiu a imediata divulgação da campanha da nova previdência preparada pela Secom e aprovada pelo Ministério da Economia na época?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Porque o mapa apresentado apresentava distorção.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Que mapa?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Você tem um mapa. Você faz o seguinte... Você vai fazer uma campanha. Em primeiro lugar, essa previdência não foi votada no ano passado. Ela era para ser votada na época do Presidente Temer, mas não foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

votada. Houve uma campanha dela em 1996, um pouco em 1997 e um pouco em 1998. Se não me engano, foram 192 milhões. Em primeiro lugar, temos que ver – é uma avaliação minha, discricionária, minha, em conversa com o Presidente, com outras autoridades –quanto é preciso gastar numa campanha, se realmente essa campanha é fundamental para que os Parlamentares votem na previdência ou não. Porque não é a campanha que faz o Parlamentar votar; o parlamentar vota também por outras razões, por razões técnicas, estudos e etc. Então, a previdência, este ano, chegou a um ponto de maturidade, na minha avaliação, que, com campanha ou sem a campanha, ela seria votada. Ela chegou a um ponto de maturidade, de aceitação pelos congressistas, pela sociedade. Nós vamos injetar 190 milhões, de novo? Ou vamos... Lembro-me de que no período em que fiquei, autorizei em torno de quarenta e poucos, cinquenta. Ela foi... Lembro-me de que no mapa era o seguinte: eu tenho aqui todas as redes de TV, uma infinidade de rádios e outros recursos como, por exemplo, painéis e coisas assim. E tenho o preço de cada um. Não posso ter... Aí é discricionário meu pegar e aprovar um minuto por 1,540 milhão. Não vou aprovar. Renegocia. Manda outro ofício para a empresa, chama a empresa aqui e vamos ver o que a gente pode fazer, porque eu posso pagar 1,540 milhão para um e 180 mil ou 40 mil para outro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

Após a Secom, por determinação do Presidente, divulgar uma instrução normativa para que todo o material de propaganda da Administração Pública passasse por avaliação prévia da própria Secom, o senhor emitiu nota dizendo que a medida era ilegal e, em última análise, desautorizando o próprio Presidente. Somado ao episódio da publicidade da nova previdência, o senhor não considera que isso teve mais impacto sobre a sua exoneração do que a #forasantoscruz atribuída erroneamente a falsas milícias virtuais?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não. Isso aí é absoluta mentira.

Vou contar-lhe essa...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Então, esclareça, por gentileza.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Vou esclarecer.

Alguém foi... É aquele problema de assessoria de que já falei aqui. O assessor tem que ser um sujeito honesto, ele não pode manipular a autoridade.

Então, não sei quem foi lá e falou para o Presidente Bolsonaro da propaganda do Banco do Brasil, que era uma propaganda que se saísse não sei se iria ter grande impacto do porquê ali da escolha daquele tipo de propaganda. Mas, de qualquer maneira, o Presidente Bolsonaro tomou a iniciativa de falar com... E aquela propaganda foi cancelada. E ele me ligou – isso aí devia ser umas 19 horas mais ou menos – e falou: "Olha, aconteceu isso e isso!" Eu falei: "Olha, a propaganda da administração indireta das estatais não passa aqui, ela não passa por aqui. A Secom... Quem emitiu essa nota, se eu não me engano, foi o Glen, tinha 48 horas na Secom, e não está acostumado com a Administração Pública. Então essa nota dele não podia, não é assim, não pode fazer isso".

O Glen tinha dois ou três dias na função, e ele largou essa nota. O que acontece? Quando você vai ver tecnicamente, o que pode fazer o Presidente? Ele pode dar uma recomendação: "Olha, eu gostaria que as propagandas das estatais tivessem os valores de patriotismo, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

democracia, etc., etc." Ele pode dar uma orientação. Você não trabalha tecnicamente as propagandas das estatais.

Então, eu tive que largar essa nota. Eu conversei com o Presidente, três vezes, duas, três vezes naquela noite e larguei essa nota, até porque o Presidente precisa se defender. Eu acho que ele sofreu duas ações por causa disso; por causa da propaganda do Banco do Brasil, acho que ele sofreu duas ações. E você faz aquilo até para proteger, para defender o Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Você não pode pegar um Presidente que tenha a característica do Presidente Bolsonaro, que é uma pessoa impulsiva, e colocar pilha para certas coisas. Você induz a pessoa ao erro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo. Entendi.

O senhor conhece, por acaso, o Sr. Carlos Augusto de Moraes Afonso?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Quem?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Carlos Augusto. Se por acaso o material que o senhor trouxe veio de origem dessa pessoa?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não. Moraes?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Carlos Augusto de Moraes Afonso.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de que em 2 de fevereiro de 2019 o Prof. Olavo de Carvalho publicou o seguinte Twitter – em 2 de fevereiro deste ano, início do Governo Bolsonaro: "Dos generais que circundam o Bolsonaro, os mais confiáveis me parecem ser o Santos Cruz e o Heleno, dos outros pouco sei, o que sei do Mourão não é nada bom".

O senhor tem conhecimento desse Twitter?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, nem li.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E aqui vem um outro que foi feito em 21 de março de 2019: "Tive uma conversa breve, mas muito amável, com o general Heleno. Essas coisas de olavistas *versus* militares é invencionice, fantasia e frescura".

O senhor tem conhecimento desse Twitter?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha eu vi muito pouca coisa do Sr. Olavo de Carvalho.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – É que, no início, quando começou, essa foi a primeira vez que ele mencionou o seu nome, fazendo a sua defesa.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Defesa de quê?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Do senhor no Governo, no início. E aí depois começou o ataque. Era só para colocar ordem cronológica dos fatos.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu só gostaria de saber defesa do quê que a senhora considera?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Que o senhor teria depois o ofendido em rede social.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, eu não ofendi não. A senhora talvez não tenha visto que ele falou uma vez que todos os generais eram... Eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vou repetir o nome aqui que ele falou. E aí, quando me perguntaram sobre isso, eu falei: "Olha, eu acho que ele é um desocupado para falar isso". Agora, ele não precisa me defender de nada, eu não preciso desse tipo de defesa, ainda mais no início de governo. Não tem sentido.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não, era só para demonstrar que, num primeiro momento, ele se referiu de modo afável ao senhor, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Só que tem o seguinte: eu não aceito falar... É mesma coisa que falar de todos os Deputados são desonestos. Isso é um absurdo! Eu não aceito que alguém diga isso. Eu não aceito que alguém diga que todos os generais ou são covardes, ou são isso, ou são aquilo. Não é! Você tem Deputados bons e ruins, você pode ter generais bons e ruins, mas você não pode generalizar. Eu acho que generalização é falta de responsabilidade.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Certo, Presidente. Era isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado Filipe Barros, do PSL, do Paraná.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, Senador Angelo Coronel; Gen. Santos Cruz; seu advogado Dr. Nivaldo; Relatora, Deputada Lídice da Mata; demais colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras...

Sr. Presidente, confesso algo para V. Exa., não é nenhum demérito obviamente a V. Exa., que tem coordenado os trabalhos desta Comissão de uma maneira justa. Também não é nenhum demérito ao nosso convidado na tarde de hoje, Exmo. Gen. Santos Cruz, e muito menos à Deputada Lídice da Mata. Mas, às vezes, a impressão que passa para nós, membros desta Comissão, é que esta Comissão, infelizmente, tem se transformado numa espécie de casos de família. Fulano foi exonerado por quê? Por que será que fulano não fala com ciclano? Por que será que saiu do Governo? Por que que entrou? E daí o Frota pergunta para o nosso convidado, Gen. Santos Cruz, se passou por ele nomeações e daí o mesmo Frota conclui que, por conta disso, existem milícias digitais. Eu acho que uma criança de nove anos de idade tem mais raciocínio que o Deputado Alexandre Frota, porque ele parte de premissas e chega a conclusões que não têm absolutamente nada a ver com as premissas.

Então, hoje a impressão que deu é que ficamos discutindo o Prof. Olavo de Carvalho. A Relatora diz que é pseudofilósofo, autoproclamado filósofo. Eu confesso que sou aluno do Olavo, respeito a obra dele.

Aliás, Deputada Lídice, nossa Relatora, alguns preferem ser alunos de Olavo de Carvalho, como eu; outros preferem ser alunos de Márcia Tiburi. Márcia Tiburi foi candidata à Governadora pelo Partido dos Trabalhadores.

Daí eu acho muito engraçado, Sr. Presidente, meu amigo Deputado Carlos Jordy, minha amiga Carol de Toni, ver os Deputados e os Senadores aqui do Partido dos Trabalhadores falando que o Prof. Olavo fala palavrão, que o Prof. Olavo fala isso, quando eles têm no quadro deles partidário uma suposta filósofa ou autoproclamada filósofa, Sra. Márcia Tiburi.

Eu peço vênia a V. Exa., Presidente, para ler algumas célebres frases da filósofa Márcia Tiburi, Carol de Toni – abre aspas: "O cu é uma coisa muito boa na vida das pessoas e o cu, sobretudo, é laico, é das coisas mais laicas que há nesse mundo", Marcia Tiburi, a filósofa do PT, que foi candidata a Governadora do Rio de Janeiro. Ela continua, tem mais, tem mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

General, o senhor que não gosta de palavrão tampe o ouvido porque tem mais: "Nesse país em que tudo está 'ultraneofundamentalista', neopentecostal, neoliberal, o cu é precioso. A gente tem que libertar o cu". Marcia Tiburi. Outra da Marcia Tiburi: "Sou super a favor do caráter anal". O que seria o caráter anal eu não sei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, V. Exa. já deu um exemplo, já serve para ilustrar o seu raciocínio. Vamos deixar essas partes íntimas...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É que é a filósofa, a filósofa do partido...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É, cada um com a sua filosofia.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É... Mas há uma última aqui, que é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu acho que nós estamos aqui com as televisões ligadas...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, claro, claro...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O público brasileiro está assistindo.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É porque atacaram o professor...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu acho que não podemos levar esta Comissão...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... nesse ritmo, porque eu acredito que V. Exa. não é uma pessoa que tem essa maneira de falar para o público brasileiro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não é verdade?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É que, como atacaram...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, deixe lá a Tiburi, ou o Olavo, ou quem quer que seja, porque eu acho que não é o motivo desta CPMI.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A CPMI visa a proteger a sociedade brasileira, e não aqui discutir quem fala mais ou menos palavrão.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É isso, exatamente. Como atacaram o Prof. Olavo de Carvalho a tarde inteira, eu vejo isso como uma hipocrisia do pessoal do Partido dos Trabalhadores, que tem essa excelsa filósofa nos seus quadros partidários.

Mas, falando em cu, em ânus etc., falaram também de palavrão etc. E um que gosta muito de palavrão é o próprio Lula. Recentemente, quando da Operação Aletheia, a Deputada Jandira Feghali gravou um vídeo, Senador Angelo Coronel, em que o ex-Presidente Lula, condenado, presidiário Lula... Saiu agora, mas pode estar – não é, General? – solto da cadeia, mas nunca vai ser livre verdadeiramente. Mas a Jandira Feghali, Deputada, gravou um vídeo em que aparece o Lula falando: "Eles que enfiem no cu todo o processo". Então, o pessoal do PT gosta, gosta! Então, não tem moral alguma para falar do Prof. Olavo de Carvalho.

O Senador Rogério Carvalho – falando em Carvalho, mas um não se compara com o outro – que estava aqui, agora há pouco, fez um discurso muito inflamado, Deputada Lídice da Mata, dizendo que não iria admitir, veja só, não iria admitir que alguém falasse dele, que alguém falasse do PT, porque ele não tinha processos. Graças à internet, hoje nós temos a internet livre e, se Deus quiser, continuará sendo livre, nós temos o Google, o pai dos burros. E daí eu coloquei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

aqui no Google o nome do Senador Rogério Carvalho para saber se o que ele estava falando era fato ou se era *fake news*. E constatei que era *fake news*.

Celso Russomanno, o Senador Rogério Carvalho estava aqui na CPI das *fake news* dizendo *fake news*, Presidente, Senador Angelo Coronel. Porque está aqui... Logo que qualquer um digita no Google o nome dele: "O Senador Rogério Carvalho, do PT, é condenado a devolver dinheiro público", lá no Estado dele; foi condenado por improbidade a devolver R$400 mil de uma época em que ele era, salvo engano, secretário. Então, mentiu, *fake news*, *fake news*!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, V. Exa. é um jovem na política. Eu acho que fazer uma crítica, quando o outro lado está ausente, fica ruim.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu queria que ele estivesse aqui...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas ele não está, o senhor deveria aguardar...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Infelizmente, não está. Eu estou me dedicando à CPI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... pelo menos para uma outra sessão, V. Exa. pega e descarrega essas questões.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, vamos fazer o seguinte, então...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Espere aí, por quê?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu vou convocar, eu vou convocar o Senador...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – V. Exa. se ausentou por longo tempo desta CPI; não pode criticar quem saiu.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu critico quem eu quiser.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor pode quem o senhor quiser, mas o senhor usou isso como argumento para caracterizar a sua ausência. Então, eu estou fazendo essa interrupção, porque esse argumento vai atacar todos aqui...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Está bom.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... que saíram por algumas horas.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Acato.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Inclusive, V. Exa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu acato o argumento de V. Exa., vou convocar o Senador para que ele preste esclarecimentos para esta CPI numa próximo oportunidade. Já que V. Exa. pede para eu criticar quem está aqui, vou criticar V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – V. Exa. disse que o Filipe Martins xingou o Ministro. E aqui já quero dizer o seguinte, é a primeira vez que eu encontro pessoalmente o Ministro. Nunca estive com o Ministro, não tenho nada contra o Ministro. Então, V. Exa. disse isso há pouco, que o Filipe Martins xingou o Ministro. Confesso que não achei. O próprio Deputado Carlos Jordy questionou sobre isso, V. Exa. não respondeu. Acredito que seja mais um *fake news*, infelizmente propagada pela Relatora desta CPI.

Mas, agora feitas as premissas, passo a fazer os questionamentos, Presidente, Senador Angelo Coronel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

General Santos Cruz, V. Exa. disse que estudou o assunto *fake news*, etc., principalmente após sair do Governo. V. Exa. teve ajuda de alguém? Alguém o instruiu, alguém o ajudou nesses seus estudos? Ou não? Só se informou sobre eles?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso não é estudo formal.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Sim, claro.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso é informação que você pega aqui e ali.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Perfeito. Mas V. Exa. começou a se inteirar sobre esses assuntos...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É. Não tem formalidade nenhuma isso aí. E também isso aí não é tentar retratar o que acontece só agora, não. Isso daí...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Claro, claro.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso acontece em vários ambientes, em vários tempos também.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Sim, sim.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Isso aí não está direcionado a ninguém.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Sim. Mas foi uma iniciativa... O que eu quero... É que foi uma iniciativa de V. Exa.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, é. Mas...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – De iniciativa própria, não...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não. Não tem nada de... Não tem recado de ninguém não.

Claro que outras pessoas, como o Marco Feliciano... Ele falou que também tem um modelo de como isso aí é produzido. Acho que tem que trazer os modelos aí, e depois a Comissão analisar e ver o que ela aproveita disso aí, não é?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Sim.

O Frota, Deputado Frota...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Vou citar porque eu tinha anotado aqui, Relatora. Tenho que questionar.

Mas ele fez um questionamento a V. Exa., General, sobre aquela questão envolvendo a Apex e o patrocínio a Cannes, salvo engano, não é? E na época foi divulgado um *e-mail* – deixa-me pegá-lo aqui, se me permite – do General Escoto determinando a assinatura do convênio, dizendo que teria sido a seu pedido. Procede?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não. Então, eu faço questão de...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Claro, claro, General.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Se o senhor permite, agora...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Lógico.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... nesse momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em primeiro lugar é o seguinte, eu posso cobrir todas as questões?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Claro.

Posso sugerir algo, General? Posso finalizar as perguntas? Aí passo... Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É melhor.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Essa questão do *e-mail*. E também o Deputado... Vamos voltar ao assunto inicial, não é? Por incrível que pareça. Mas foi divulgado também que esse convênio para o qual o Frota estava fazendo *lobby*, tentando influenciar a Apex a fechar esse patrocínio, um dos patrocínios era para financiar filmes como Cu Azul. Então, voltamos ao assunto inicial. (*Risos.*)

Presidente, são fatos. Isso foi divulgado amplamente pela mídia. Eu queria saber se isso procede, porque foi divulgado pela mídia, ou se é só *fake news*, General. E finalizo aqui minhas perguntas para V. Exa., já agradecendo a participação e a disposição, porque afinal de contas o senhor está aqui como convidado, desde às 13 horas da tarde, aqui colaborando com a Comissão.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Para mim é uma honra poder estar aqui no meio dos senhores e das senhoras.

A primeira coisa é a exoneração minha. Eu acho que também o pessoal se fixou muito na minha exoneração. Trocar Ministro não é nada de bicho de sete cabeças não. Qualquer Presidente pode trocar um ministro sem estresse. Besteira é quem pega e faz uma coisa daquela, envia para um Presidente da República... Se ele tem acesso ao Presidente da República, ele vai dizer ao Presidente da República por que ele discorda de mim, a vantagem de me trocar por outra pessoa, mas não fazer essa bobajada aí... A gente vê que... É por isso que eu não dou muita importância de ficar correndo atrás... Porque é besteira! Isso aí é o cúmulo da imaturidade, da criancice! Não há problema nenhum, em qualquer lugar do mundo, o Presidente troca... E o Presidente também não precisa sair, vamos dizer assim... Não precisa essa separação funcional ser uma separação de consideração pessoal, como tem acontecido aqui. A troco de que você precisa fritar? Chame o cara e fale: "Tenho um problema aqui da sua função, por causa de pressões assim e assado, e está encerrado". Você sai com tranquilidade, amigo, sem problemas. No Governo, que você percebe que há algumas coisas que não coincidem com o meu modo de pensar... Pouco coisa também, porque eu fui eleitor do próprio Presidente. Não há problema nenhum. Então, sobre a exoneração, em primeiro lugar, discutimos demais, é uma coisa simples, não tem nada. O que é bom tirar de ensinamento é que, quando tiver de demitir alguém, chame e converse para não acarretar essa confusão toda aí, entrando um monte de blogueiro pelo meio, e *fake news* pelo meio... Para quê? Para o Presidente dispensar você? O Presidente pode dispensar você conversando, na hora do almoço.

A outra coisa é sobre o cidadão lá dos Estados Unidos. O que acontece? O problema não é de ideia. As ideias podem ter o mérito ou não, dependendo de quem acompanha, de quem não acompanha, de quem gosta ou não gosta... O problema é de comportamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Esse comportamento de que o senhor falou aqui de uma filósofa, para mim, pelo amor de Deus, não está na minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

educação! Se o senhor me permite, eu queria elogiá-lo pela coragem de ler essas filosofias, eu não teria... Já estive em situações muito difíceis de combate, mas essa eu não teria coragem, não! Não é só dele de que eu estou falando, eu estou falando de quem usa a própria comunicação, o meio de comunicação para esse tipo de coisa. Nós estamos educando ou deseducando?

Outra coisa: o caso da Apex. A Apex é subordinada ao Ministério das Relações Exteriores. O Deputado Frota foi lá falar comigo, como um monte de Deputados ia para as mais diversas coisas, e falou sobre a apresentação de filmes em Cannes, a ida de alguns artistas, essa coisa toda do festival: "Ela tem patrocínio da Apex, mas, neste ano, parece que não vai ter. Vai ser dia tal. Tem que ver isso daí o mais rápido possível". Eu falei: "Está bom". Vou facilitar a vida do Deputado, como facilitava outros assuntos. Eu liguei para a Apex, e atendeu o Gen. Escoto, esse que fez o *e-mail*. Eu liguei para ele e falei: "Eu também não sabia que para o festival de Cannes têm ido os filmes brasileiros com patrocínio da Apex. Dê uma olhada aí, porque eu não sei se tem convênio, se não tem convênio, se tem dinheiro, se não tem dinheiro, eu não sei como funciona. Dê uma olhada e veja se me dá resposta até meio-dia, para eu dizer se tem dinheiro e vai fazer ou se não tem dinheiro e não vai fazer, e os caras se viram para arrumar outro patrocínio". Isso devia ser umas oito e pouco da manhã, nove horas. "Não sei o que está acontecendo dentro da Apex". Agora, eu sei.

Então, ele se comunicou com ela, ela ligou para o Ministro das Relações Exteriores; ela não se ligou com o chefe dela, que era o embaixador, ela se ligou com o Ministro. E o Ministro me ligou lá pelas 10h e falou: "Falei com o Presidente e nós não vamos patrocinar". Eu falei: "Não vai patrocinar". Acabou o papo.

O que aconteceu dentro da Apex, o que estava acontecendo lá dentro? Em primeiro lugar, uma confusão geral de relacionamento entre eles. Você tinha o Embaixador Vilalva, você tinha o Gen. Escoto, você tinha essa moça, a Letícia, e outro chamado Sobrinho... Não me lembro do nome dele.

Em primeiro lugar, os dois criaram um relacionamento problemático, entre eles não se entendiam. O próprio Ministro das Relações Exteriores pegou o Estatuto da Apex, fez uma alteração tirando a autoridade do Presidente da Apex e passando para os dois, sem consultar conselho. Então, esse era um momento de ilegalidade, isso aí é de fundamento legal. Confusão geral entre o chefe máximo, que era o Ministro, a moça, o outro, o embaixador, o chefe de gabinete e o Gen. Escoto. Nessa confusão toda, o que é normal num serviço? O cara liga para ela ou para outro encarregado e pergunta: "Esse negócio é possível, tem convênio, não tem convênio, tem patrocínio, não tem patrocínio?" Você responde e está encerrado, é uma questão simples. O relacionamento deles era tão ruim – e eu acho que vocês deviam chamar essa moça aqui, porque ela está convocada para depor, se não me engano, desde março e até hoje não veio, e chama também o embaixador, chama o general – que eu acho que ele tomou a iniciativa de dizer que eu liguei para o embaixador. Eu não falei com o embaixador, eu o conheço e até me dou bem com ele, não liguei para ele. Ele não estava, eu liguei para o general, para tentar talvez alguma autoridade, para que ela respondesse, porque entre eles ninguém respondia *e-mail*, ninguém atendia telefone, confusão geral. Estou tendo que relatar essa coisa aí para chegar nisso aí. Aí ele falou que eu falei com o embaixador, que deu ordem para que fizesse. Quem sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

eu para dar ordem dentro da Apex? Não tem nada a ver. Aliás, nunca entrei na Apex, não sei nem onde é, nunca entrei lá não.

Isso aí é uma confusão dentro da Apex. Agora, por que você faz isso quando um Deputado pergunta para você se tem dinheiro para mandar? Por duas coisas: mandar porque mandava todo ano; segundo, porque não quero que o Presidente Bolsonaro fique com a pecha de que o Bolsonaro é contra a cultura, que mão iria o cinema brasileiro participar porque o Presidente Bolsonaro é inculto, não sei o quê. Então, você tem que proteger o Presidente, você está fazendo o serviço correto para proteger a pessoa. Depois eu conversei com ele até.

E outra coisa de *fake news*, de assessoria deformada, é isso aí. Falaram para ele, eu conversei com ele e ele falou para mim: "Ah, não, é porque vai patrocinar esse filme aí", que não vou repetir o nome. Eu falei: "Será que um filme desse vai participar do Festival de Cannes?" Tudo bem que artistas são uns caras exóticos, mas será que é isso? Dá para confirmar no celular aí. Aí eu fui e fiz uma... Até eu trouxe aqui porque sabia que este assunto vinha, eu peguei e falei: "Presidente, não é. Dois filmes que vão concorrer no Festival de Cannes do Brasil: um se chama Bacurau; e o outro, A Vida Invisível de Eurídice Gusmão. Então, foi isso aqui que eu consegui na internet.

O que acontece? O Presidente Bolsonaro tem a personalidade dele. Aí o cara chega lá e dá pilha: "Ó, o filme é sobre isso, sobre aquilo", que o filme do negócio que o senhor falou... Aí você bota gasolina na fogueira, porque já é uma pessoa incendiária por natureza. A personalidade dele é assim. Aí você vai e taca fogo. "Não, não vou dar dinheiro para esses caras, esses caras são tudo de esquerda, não sei o quê". A esse filme aí ele vai dizer não. E tem razão, dentro da conduta dele, e vai dizer não – até eu diria não; para um filme desse eu diria não. Mas a assessoria tem que ser um negócio mais equilibrado. Você não pode pegar...

É a mesma coisa do negócio *fake* lá. Para que isso? Para mim, não afeta nada, não estou nem aí. Agora, você deixa o Presidente em má situação. Essa aqui, deixa em má situação de novo. Se o senhor perceber, o filme eu acho que não é nada disso aí, desse filme que o senhor falou. Eu, na internet, peguei esses aqui. Festival de Cannes. Período do festival: 14 a 25 de maio de 2019. Inclusive tinha tempo para ver se ia prestigiar ou não.

Então, é isso aí. A assessoria que bota pilha, em vez de acalmar a autoridade. É isso aí que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ver agora o nobre Senador Chico Rodrigues, do Democratas.

O SR. CHICO RODRIGUES (DEM - RR. Para interpelar.) – Sr. Senador Angelo Coronel, Presidente desta CPMI Fake News; Gen. Carlos Alberto dos Santos Cruz; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; Srs. Senadores; Sras. Senadoras, eu estava aqui acompanhando atentamente esta reunião e, na verdade, o que nós presenciamos aqui é uma situação inusitada.

Esta instituição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito visa fundamentalmente investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018, a prática de *cyberbullyng* sobre os usuários mais vulneráveis das redes de computadores bem como sobre agentes públicos e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, na verdade, Sr. Presidente, velho político, de longas jornadas, eu acho que esta CPI Fake News é um grande circo, porque, neste momento da vida pública brasileira, não se precisava instalar uma CPI. Nós obviamente, procurando o entendimento partidário, também subscrevemos, mas, na individualidade, eu acho desnecessária.

Nós temos tantas questões relevantes para tratar neste País. Nós temos a questão econômica do País, nós temos a alta do dólar, o desemprego, as privatizações, a cessão onerosa, reforma da previdência, reforma tributária, reforma política, prisão em segunda instância, e aqui nós estamos incomodando o Gen. Santos Cruz, um oficial da elite do Exército brasileiro que ocupou um cargo importante na República e que tem uma relação tranquila, serena com o Presidente da República, que ocupou um cargo e, em determinado momento, deixou o cargo, como outro ministro qualquer, como tantos outros que já deixaram esses cargos que ocupam. E aí a gente percebe, Presidente, que, no fundo, no fundo, esta CPMI é exatamente só para atingir o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, só até para poder ilustrar o seu raciocínio, eu fiquei aqui a me perguntar o interesse do senhor. V. Exa. é do Democratas.

O SR. CHICO RODRIGUES (DEM - RR) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem fez o requerimento que foi aprovado na Câmara dos Deputados foi o Partido Democratas?

O SR. CHICO RODRIGUES (DEM - RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, V. Exa., como participante da legenda Democratas deveria ter feito força para que esta CPMI não saísse de lá.

O SR. CHICO RODRIGUES (DEM - RR) – Na verdade, nós trabalhamos também sobre isso, para evitar exatamente. Existia outra linha. O senhor sabe, na política, tem as coisas de bastidores, e você não tem autoridade para impedir, na verdade, uma decisão partidária. Mas, de qualquer forma, eu acho, primeiro, que ela está indo totalmente na direção de atacar o Presidente Jair Bolsonaro. Vários Deputados e Senadores que nos antecederam citaram cinco, seis, sete vezes, cada um, Bolsonaro. Aliás, o Presidente Bolsonaro hoje, segundo pesquisa que há aí, é mais conhecido no Brasil do que o próprio Presidente Lula, em menos de um ano de Governo, porque citam tanto o nome dele que terminou realmente ficando na cabeça do povo.

Então, eu tinha umas três perguntas aqui só para fazer para o Gen. Santos Cruz, como esclarecimentos, mas acho desnecessário, porque agora está se instalando aqui a escola de seguidores de alguns pensadores, como, por exemplo, o Deputado Filipe Barros demonstrou que ele é, realmente, aluno do Olavo do Carvalho. O que o Olavo de Carvalho ensina eles aprenderam aqui com uma velocidade enorme, basta ver a verborreia que apareceu aqui, nesta reunião. Então, é um negócio de total desentendimento.

Então, eu tenho certeza, Senador Angelo Coronel – a gente conhece a sua história, o seu nome na Bahia, depois de tantos e tantos mandatos –, de que vai ter muita dificuldade na condução desta CPMI, principalmente Deputada Lídice da Mata, como Relatora, porque, no fechamento de um relatório final, vai ser exatamente tentar atingir o Presidente da República, que, pelo sim, pelo não, está fazendo o que é possível neste País, está conseguindo quebrar paradigmas que muitos não teriam coragem de fazer.

Cada um tem suas virtudes e tem seus defeitos. Por exemplo, o PT passou quase 16 anos no poder, cumpriu o seu papel – bem ou mal, cumpriu o seu papel. Agora, o Presidente Bolsonaro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem seus quatro anos de mandato, e aí as urnas vão, na verdade, responder, em 2022, se o reelegem ou se não o reelegem.

Agora, parece que, na verdade, nós estamos vivendo um verdadeiro inferno astral por conta da eleição do Presidente Bolsonaro. Os questionamentos, as dúvidas, as acusações, as denúncias, etc., de uma eleição ilegítima? Ilegítima, com mais de 11 milhões de votos?

Então, Presidente Angelo Coronel, meu amigo, Gen. Santos Cruz, V. Exa., que eu sei que tem tantas e outras missões a cumprir ainda, como consultor, inclusive, da ONU, poderia muito bem em uma hora dessas estar talvez em Washington ou estar em algum país aí falando sobre coisas importantes, mas está aqui hoje ouvindo um monte de bobagem que talvez em nada enriqueça seu currículo.

E este Congresso diminuindo cada vez mais. Eu tenho certeza de que milhares e milhares de pessoas que neste momento assistem, porque não está havendo sessão nem na Câmara nem no Senado nem no Congresso, neste momento, que estão assistindo realmente à TV Senado estão horrorizadas, e aqueles mais velhos, inclusive, indignados com o tipo de manifestações aqui que só diminuem esta Casa. Aliás, eu passei muitos anos na Câmara dos Deputados, estou aqui há quase um ano no Senado, e eu nunca vi um momento de tanta pobreza de produção como nós estamos vendo hoje. Não quero dizer aqui que é a renovação que foi gigantesca e tal, mas talvez – talvez – seria um momento em que nós poderíamos estar numa produção parlamentar muito mais forte. Essa questão de *fake news* é inevitável no mundo inteiro. Isto aqui... O maior fuxiqueiro do mundo que existe é o tal do celular. Ninguém controla. Não há quem controle, nem na sua casa! Você tem que andar com o celular escondido em casa para que, na verdade, não tenham acesso a algumas coisas que você não quer que tenham, enfim. Imaginem na vida pública, que é aberta, é um livro aberto, é uma janela sem vidro!

Então, queria deixar este registro aqui porque eu fico assistindo, assim, a uma hora dessas, acho que já são mais de 6h... Portanto, tanto tempo aí, Gen. Santos Cruz, sendo perdido, porque eu acho que não se está construindo nada. É meu sentimento. Até me perdoe se eu, na verdade, for voz divergente, mas acho que a população brasileira deveria estar assistindo a debates muito mais produtivos em defesa da sociedade brasileira do que a uma CPI de *fake news,* que não sei o que vai produzir realmente em termos de resultado.

Sei do empenho do Senador Angelo Coronel e da Deputada Lídice da Mata, mas há mais fuxico do que resultado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, nosso Gen. Santos Cruz.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Está bem. O que eu posso dizer sobre esse assunto é o seguinte: eu não participo de discussão política, é coisa mais de Parlamentares, de partidos. A minha presença aqui não tem o objetivo de mostrar, de fazer crítica; ela tem o objetivo de mostrar o que eu vi, o que eu vejo ou aquilo que eu vivi. Mostrei.

E acho que existe um fenômeno de mídia que ainda não está num ponto de equilíbrio. A mídia chegou com recursos muito mais rápidos do que a adaptação do pessoal. Pessoas que por características próprias acabam recebendo, partindo para o ataque pessoal, achando que liberdade de expressão é ataque pessoal e que agora vale tudo e que pode jogar fora o Código Penal. Não pode, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Não pode fazer. A injúria, a difamação, a calúnia não fazem parte do cardápio de liberdade de expressão, não fazem parte do código. Então, é sobre isso que eu estou falando. Outra coisa é que esse fenômeno não é um fenômeno de agora. Esse é um fenômeno que está acontecendo agora e que aconteceu antes, e os engajamentos políticos favorecem isso daí.

E a outra coisa é que a má conduta pessoal, principalmente de pessoas que têm maior expressão às vezes ou conexões com o Governo, acaba criando um ambiente ruim, porque ataca todo mundo, porque o Presidente precisa negociar. É normal um Presidente negociar, um Governo negociar com a Câmara, com o Senado, mas aí entra um monte de gente atacando aqui e ali. Então, é uma nova forma aí, que tem, de convivência, e a minha posição é contra o ataque pessoal, contra o baixo nível de palavreado, etc. Então, não é contra a ideia nem contra a liberdade de expressão.

Então, é isso aí que eu acho. Eu trago aqui a minha contribuição por ter participado do Governo, e acho que a coisa está precisando mais é de equilíbrio, porque senão até a convivência partidária fica ruim. E a Comissão aqui, eu acho que ela chega, pode chegar a trabalho muito bom, com uma análise bem técnica do que está acontecendo, indicando como as conexões funcionam e estabelecendo, propondo medidas para que isso aí não possa funcionar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.

Senador Chico, eu fiz aqui um balanço: 17 oradores que passaram e dois que vão passar por esta Casa, seis de oposição e onze do Governo. Então, esta Comissão, as últimas sessões, V. Exa. não tem participado, mas é majoritariamente de membros da Bancada do Governo oficialmente. Porque não é um tribunal de exceção para atacar a figura do Presidente da República, e um dos itens da CPMI está lá: investigar as eleições de 2018. Esse requerimento já veio pronto da Câmara para cá. Esta Comissão foi instalada, eu fui eleito suprapartidariamente, inclusive com o voto de V. Exa., por ter um papel, uma postura mais de independência nesta Casa. Aliás, sempre fui independente, graças a Deus, e aqui tenho a certeza de que, a depender desta Presidência, ninguém aqui vai cortar o pescoço de ninguém com parcialidade. Aqui o nosso papel vai ser de imparcialidade, para que a gente possa deixar um legado para o povo brasileiro, que é simplesmente abolir perfis falsos, o que não é censura, mas eu acho que quem falar mal de alguém tem que botar sua cara na tela, tem que botar sua caricatura, botar o seu nome, não tem que se esconder atrás de um perfil falso. O próprio Deputado Russomanno já foi vítima também de *fake news* no passado, eu não sei nem se foi *fake news*. Ele deve até... Foi *fake news* também, não é?

Então, eu acredito que quem está aqui nesta plenária, é difícil uma pessoa aqui não ter sido vítima de *fake news*. Então, nós temos que conter esse mal que assola a sociedade mundial – não é só a sociedade brasileira – e para isso nós temos que ter uma legislação mais dura. Sei que tem gente que não vai gostar, mas infelizmente ninguém consegue ter uma receita que fique no paladar de todos aqueles que participam da nossa vida pública.

Então, agora eu concedo a palavra ao Deputado Celso Russomanno, uma das vítimas de *fake news*.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Pois é, na verdade o que nós deveríamos estar discutindo aqui é exatamente notícias falsas, seja qual o caminho que elas tomaram: impresso, como foi no meu caso, pelas redes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

sociais ou pela mídia televisiva ou falada. Esse seria o motivo dessa CPMI aqui, e é o que o povo brasileiro espera que nós aqui apuremos, exatamente o que acontece por aí. O que nós temos de notícias falsas em relação a procedimentos, levando crianças e adolescentes à morte...

Essa é uma questão que nós temos de discutir, e a gente acaba saindo do foco aqui para ficar na questão política o tempo todo. As sessões vão se passando, e nós continuamos debatendo questões políticas e ideológicas em vez de discutir o que a sociedade espera da gente. Que nós apuremos aqui o que, de fato, hoje as redes sociais, a internet como um todo pode fazer com a vida das pessoas.

Tivemos um caso no Guarujá em que uma senhora foi acusada, indevidamente, numa rede social, e a população acabou linchando essa senhora, ela foi a óbito e depois descobriram que era mentira, que era *fake news.* Essas são as questões que nós temos que discutir. São extremamente perigosas à vida de nós brasileiros, já que nós estamos discutindo essa questão no âmbito do Brasil, mas V. Exa. tem razão quando diz que o mundo hoje é vítima dessas notícias falsas.

Eu só... Eu ia fazer algumas perguntas ao Gen. Santos Cruz, mas várias das perguntas já foram contempladas. Quando a gente fica como último orador, muitas perguntas já foram contempladas.

Mas eu quero fazer aqui um registro, Gen. Santos Cruz. Eu estive com V. Exa. algumas vezes na Presidência da República e V. Exa. foi muito correto sempre, muito correto.

Eu quero deixar esse registro aqui, porque a gente passa, os governos ficam... O Estado fica, os governos passam. Nós passamos também, porque nós não somos definitivos, nós somos transitórios. Mas o que a gente pode deixar de legado é a nossa seriedade e idoneidade, e V. Exa. tem isso...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP. Para interpelar.) – ... tenha certeza. Convivi com V. Exa., como Ministro, e, em todos os momentos, V. Exa. foi um estadista.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nenhum questionamento, Deputado?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Já está satisfeito.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (REPUBLICANOS - SP) – Eu estava dizendo que vários questionamentos foram feitos antecedentes a mim e que já foram respondidos pelo General.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, para encerrar a nossa participação nesta sessão, tenho certeza de que o nosso Senador Randolfe, Líder da Minoria, também está ali ávido para falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Como já disse o nosso colega Deputado Celso Russomanno, a grande dificuldade de ser o último é que boa parte das perguntas já foram feitas.

Mas eu queria só, ao lhe cumprimentar, cumprimentar a Deputada Lídice da Mata e prestar a minha solidariedade, que eu acho que é necessária nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Eu conheço Lídice desde o tempo dela de Senadora e eu tenho pena de não ter eu... Penitencio-me de não a ter conhecido antes, com o trabalho que fez à frente da Prefeitura de Salvador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lídice, se há um dos vários atributos, Coronel, em relação à Lídice é que ela não propagandeia mentiras. Não há pessoa melhor para ser Relatora desta CPMI.

Eu falo isso e presto esse testemunho aqui, porque o senhor sabe melhor, o senhor é do mesmo Estado de Lídice, então pode testemunhar, pode prestar o mesmo testemunho em relação à conduta da nossa Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, Senador, está cotada para voltar à prefeitura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP) – Com todos os méritos e no que depender de mim.

Gen. Santos Cruz, meus cumprimentos. Queria, General, com sua permissão – e se nós ainda tivermos aqui – que fosse colocado novamente aquele *print* do WhatsApp do qual V. Exa. foi vítima. Com a sua permissão, obviamente.

Volto para cá porque por aqui começou o seu depoimento nessa longa tarde, já noite, de hoje. Já são 7h. Queremos aqui agradecer a sua contribuição, a sua dedicação a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Acho que o senhor percebeu aqui os diferentes comportamentos dos diferentes membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Eu divirjo radicalmente daqueles que dizem que a CPMI não tem função de ser. Divirjo e quero arguir, como prova, isso daqui. Isso que o senhor postou no início do seu depoimento aqui na CPMI. Isso aqui é uma montagem grosseira. Isso já é crime hoje. Hoje já é crime. Pode ser preceituado já no Código Penal, o 26, o 27 e o 28. Fora outros. Hoje, isso já é crime.

Causa-me espécie, General, causa-me espécie saber que um assessor do Presidente da República do meu País se deu ao trabalho de fazer uma montagem desse tipo de um General do Exército Brasileiro com várias premiações. General, podemos ter quaisquer divergências, os membros da CPMI podem ter... Alguns podem ter convergência com o senhor, outros podem ter divergências, alguns podem ser adoradores do filósofo, adoradores – abro aspas – "do filósofo" – fecho aspas – lá da Virgínia. Outros podem ser admiradores da Márcia, da Dra. Márcia, que de fato é...Enfim, mas não existe por que não respeitar a conduta e a trajetória de V. Exa. V. Exa. é General do Exército. Ninguém chega a General do Exército Brasileiro à toa. Aqueles todos que amam a internet, Deputada Lídice, poderiam procurar a biografia de V. Exa. Se não tiverem outra fonte, vão ao Wikipédia. V. Exa. recebeu a Medalha do Pacificador, a Ordem do Mérito Militar, a Ordem do Mérito Naval, a Ordem do Mérito Aeronáutico, a Ordem do Mérito da Defesa, a Ordem do Mérito do Trabalho.

Eu gostaria de saber do Presidente da República... E repito que quem está falando aqui é o Líder da oposição. Podemos até, do ponto de vista ideológico, em um aspecto ou outro, ter divergências, mas eu queria saber do Presidente da República qual foi a razão dele para a sua demissão. Gostaria de saber. Como é que alguém com o currículo como o de V. Exa. pode ter sido demitido do Governo. Qual foi a razão? Não foi a *hashtag* do Twitter. Tudo bem, não foi a *hashtag*. Não foi esse diálogo. Se não foi esse diálogo, que foi levado por um assessor de dentro do Palácio do Planalto a ele... Não quero acreditar que o Presidente do meu País acreditou em uma falsificação grosseira desse tipo.

Isso, *per se*, Sr. Presidente, Sra. Relatora, gera razão de existir esta CPMI. Se isso pode ter levado à demissão de alguém do alto escalão do Governo e de alguém com um currículo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com a competência e com o trato com a coisa pública que tem o Gen. Santos Cruz, então *fake news* é um negócio sério neste País; é um negócio que ameaça a democracia.

Eu sei que alguns estão aqui preocupados se isso daqui... Eu não estou preocupado com o Presidente Jair Bolsonaro com a CPMI não, repito, tranquilizo os Parlamentares olavistas desta Comissão, tranquilizo. Eu vou tratar como os Parlamentares olavistas, porque alguns não se deram nem ao cuidado de defender o Presidente, mas o cara lá da Virgínia, nos Estados Unidos.

Mas eu quero tranquilizar, não... Eu acho que esta CPMI não é para atingir o Presidente da República ou a eleição do atual Presidente da República, esta CPMI é para que coisas desse tipo não continuem interferindo na vida pública brasileira, não tenham interferências, intervenções na democracia brasileira, que as redes sociais não sejam espaço e lugar para o ódio. Lugar para o ódio, porque, convenhamos, liberdade de expressão tem, deve ser defendida, deve existir, agora, institucionalizar em rede social linguagem do ódio leva para conflagração.

O senhor é do Exército Brasileiro e como membro do Exército sabe que uma das funções nobres do Exército nacional, ao longo de sua história, foi atuar como agente de pacificação – V. Exa. mesmo assim atuou –, então, nós sabemos até onde pode chegar a linguagem do ódio.

Eu faço essa preliminar, Gen. Santos Cruz, com todas as honras e homenagens de estilo que tenho a V. Exa. e à sua brilhante carreira no Exército nacional e com todo o respeito que eu quero aqui referenciar, para, se me permite rapidamente, aqui, neste fim, não me alongando e não abusando ainda mais do cansaço de V. Exa., tentar aqui buscar, trocar algumas questões aqui que, talvez, eu não sei se já foram tratadas anteriormente.

O senhor chegou... O senhor fique à vontade também para responder ou não.

O senhor chegou a dizer que este WhatsApp *fake* aí montado chegou a ser levado ao Presidente da República por um determinado assessor. Obviamente me cabe o dever de lhe perguntar – V. Exa. fique à vontade – se saberia supor ou declinar qual assessor do Presidente da República poderia ter levado ao Presidente este WhatsApp?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor. *Fora do microfone*.) – Não tenho ideia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor tem conhecimento da ferramenta Pegasus e da utilização dessa ferramenta aqui no Brasil?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Ouvi falar, mas nunca vi esse programa em teste.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Só para aqueles que estão nos ouvindo, vendo ou assistindo, o senhor poderia só rapidamente dizer como é o funcionamento dessa ferramenta?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu vi um outro programa, não lembro o nome, semelhante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeito.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Acho que não era esse. Esse tipo de programa... Há poucos países no mundo que fabricam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Israel é um?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – ... como Israel, que produzem, e a venda disso é altamente controlada.

Eu não... Eu acho que não existe pessoa física que tenha acesso a esse tipo de programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor sabe dizer se tem – e, obviamente, se a informação for reservada, o senhor fique à vontade –, se já teve ou tem a preocupação do alto comando das nossas Forças Armadas sobre o uso dessa ferramenta no Brasil indevidamente?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – O Exército, hoje, está, dentro das Forças Armadas, responsável pela guerra cibernética.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeito.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então o pessoal do Exército tem muita gente especializada. Eu só fui lá visitar. É um pessoal técnico e, sem dúvida nenhuma, eles têm conhecimento, eles sabem como evitar, como tratar.

Existem outros programas, quase todos eles funcionam de uma maneira semelhante, mas eu não vejo esse tipo de programa na mão de nenhum particular não. Isso aí é coisa tratada de maneira muito séria, só na mão de órgãos federais, como Polícia Federal, como Forças Armadas... Isso não tem popularização não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Segundo a imprensa...

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O anterior é o Guardião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Ah, perfeito.

Segundo a imprensa, mais especificamente o jornal *O Globo,* em uma conversa com o Presidente da República, no dia 5 de maio, antes de V. Exa. ser demitido, o senhor teria dito ao Presidente que os ataques... E eu vou tratar como ataques. Eu quero dizer aqui que o senhor foi vítima de ataques, isso aí ao meu sentir, V. Exa. foi vítima de ataques orquestrados e organizados, e isso não é liberdade de expressão, que, no meu sentir, cumpriam um fim. V. Exa. foi objeto de uma campanha difamatória. E eu sei, já senti isso, mas a campanha de que V. Exa. foi vítima, por parte de redes sociais, eu acho que até muitos membros da oposição brasileira neste Parlamento não foram tão atacados como V. Exa. foi naquele determinado momento, nos dias que antecederam sua demissão.

Então o senhor teria dito... Isto é matéria que foi veiculada na imprensa: o senhor teria dito que esses ataques teriam sido orquestrados pelos filhos, ou por um dos filhos, do Presidente da República e por uma ala do Governo ligada ao senhor lá da Virgínia. E teria tido a participação de assessores do Palácio do Planalto. O senhor confirma se teve essa conversa com o Presidente da República?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Nunca falei isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Há de fato... O senhor acha que há de fato a participação de alguns dos filhos, algum filho do Presidente da República contra V. Exa.?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Pode ser, mas é uma coisa hipotética. Não posso dizer que é. Pode haver? Pode, dentro da teoria das possibilidades, mas não mais que isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor se referiu em uma declaração a um chamado grupo ideológico, que estaria por trás, e que aí eu quero testemunhar que de fato existe... Lamentavelmente, muitas declarações... Eu quero reiterar aqui que eu reputo o mais alto respeito às Forças Armadas Brasileiras e eu sou o primeiro a repudiar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

qualquer tipo de ofensa à tradição histórica das nossas Forças Armadas. A formação das Forças Armadas brasileiras está diretamente relacionada à formação do nosso projeto de Estado-Nação.

E eu acho que é fundamental à atuação das Forças Armadas, em especial do Exército, dar guarida às ideias e ao ideal de estar acima de qualquer viés ideológico. Lamentavelmente, eu tenho visto que viés ideológico tem tido guarida por parte do Governo.

O senhor teria dito que existe um grupo ideológico que teria estado, que em tese seria um grupo ideológico que estaria por trás desses ataques ao senhor.

O senhor saberia, poderia declinar, quem estaria, quem fazia parte desse grupo ideológico? Como atuaria esse grupo de ideológico? E se existem membros do Governo atuando nesse grupo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – ... e se esse grupo é responsável pela disseminação de notícias falsas.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu acho que existem, é nítido que existem pessoas que cultivam mais o extremismo ideológico e que são ativos na internet. Então, mas dizer quem é responsável, quem é que faz parte, etc., é como eu falei antes aqui: tem que ser um trabalho mais técnico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Como o senhor foi Secretário de Comunicação do Governo, o senhor deve ter conhecimento sobre qual o papel do Sr. Carlos Bolsonaro. Ele controla as redes sociais do Presidente? Ele chega a controlar os trabalhos em redes sociais do Governo?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, na minha época, no período que eu fiquei lá, não; na minha área, nunca houve interferência. Agora, o relacionamento familiar é diferente, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Mas, permita-me, assim, as redes sociais, na sua área, as redes sociais do Presidente da República...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, elas não fazem parte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – ... não fariam parte.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não faziam parte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado.

O senhor conhece os Srs. Tércio Arnaud Tomaz, José Matheus Sales Gomes e Mateus Matos Diniz? Esses senhores, se o senhor os conhece, esses senhores, fariam parte de algum gabinete, de alguma ação que foi intitulada "gabinete do ódio", de atuação nas redes sociais?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu ouvi esse termo aí mídia, na revista aí, e eu conheço os três de vista, nunca falei com eles pessoalmente. Eles trabalham no gabinete presidencial. Então, eu não sei quais são as tarefas que eles desempenham. Provavelmente, pelo pouco que eu sei, é cuidando de parte de comunicação, de internet, etc.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – O chamado grupo ideológico de que o senhor chegou a falar algumas vezes, esses senhores compunham, integravam esse grupo ideológico?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – São pessoas mais ativas, não é? A gente percebe que são pessoas mais ativas na internet. Agora, o grupo ideológico seria o quê? O grupo ideológico seria talvez um grupo mais extremista, não é? Agora, isso aí não dá para dizer quem faz parte, qual é o grau de cada um.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Nas redes sociais, em tudo isso que nós estamos falando, qual o papel que o senhor atribui ao assessor da Presidência, Sr. Filipe Martins?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, ele é assessor do Presidente. Tinha inicialmente... seria um assessor de assuntos internacionais e depois ficou só como assessor especial. Eu não sei qual é, talvez seja na parte mais de assuntos internacionais. Agora, a participação dele nessa parte mais ideológica, ele participou de um congresso agora, em São Paulo, se eu não me engano, não é? Então, é visível a participação mais intensa nessa parte ideológica. Agora, aonde vai a atuação em mídia social, sei pouca coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – É o mesmo papel do Sr. Fabio Wajngarten, atual Chefe da Secom?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Quando eu saí, ele tinha chegado fazia pouco tempo e, como ele fica muito colado ao Presidente, viaja junto e tudo isso, o nosso contato era muito pouco em termos profissionais. E continua como Chefe da Secom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Ele teria essa relação ideológica também?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Eu acho que ele faz parte desse grupo mais forte em torno do Presidente, mas não sei até onde vai.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor chegou a conhecer o Sr. Oscar Fakhoury? Ele controla o *site* Crítica Nacional.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Nunca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Não teve contato?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Só recentemente até que eu ouvi o nome dele. Nunca...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeitamente.

Nos ataques que o senhor sofreu, nós já sabemos, já foi dito aqui que houve uma primeira ofensa agressiva ao senhor partida do Sr. Olavo de Carvalho. O senhor vê uma linha de condução a partir desses ataques dele; há uma sequência, a partir do primeiro ataque do Sr. Olavo de Carvalho, de ataques coordenados ao senhor?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, porque é uma pessoa que tem... É um dos influenciadores, pessoas que têm uma influência e que têm um grupo de seguidores muito fiéis, né? Aí, é normal aqueles seguidores fiéis acompanharem o mestre, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – O Sr. Carlos Bolsonaro é um desses seguidores?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não sei até que ponto que ele... Alguns... Há gente que até na internet coloca, no currículo, cursos que faz e tal, *on-line* e tal. Eu nunca me interessei por saber qual é o posicionamento exato do filho do Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Nós tivemos conhecimento, é de conhecimento que V. Exa., como militar que é, com a trajetória que teve no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exército, procurou dar um encaminhamento austero na condução da sua pasta na Presidência da República. E sabemos disso: uma das exigências suas era o cumprimento de uma norma da Secom que é antiga e já perpassou diferentes governos, em diferentes épocas, diferentes períodos, uma norma que determina a distribuição de verbas publicitárias para a TV proporcional ao índice de audiência, além de avaliar o perfil e segmento de cobertura de cada emissora. O senhor considera que na atualidade existe um descumprimento dessa norma?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Olha, eu não tenho acompanhado, e o segmento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Na sua gestão, o senhor procurou garantir essa...

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, mas também não é só audiência, não. Existem, de vez em quando, algumas discrepâncias de preço em que também se tem que interferir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeitamente.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Então... E outra coisa é como fazer a contratação de serviço. Eu expliquei aqui anteriormente, não sei se o senhor estava aí, é o seguinte: eu quero fazer um minuto de uma chamada – não beba, não dirija, ou previdência social, qualquer coisa dessa –, se eu fizer um contrato, obedecendo as audiências, se eu fizer um contrato em rede nacional, eu gasto uma fortuna. Se eu tiver a trabalheira de fazer contratos regionais, eu baixo isso de maneira fantástica. Então, há várias formas de economizar dinheiro, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeito, até para cumprir um outro princípio, o da economicidade do gasto público.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – É, é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Mas, na sua percepção... Eu não tenho dúvida de que durante sua passagem essa norma foi cumprida. O senhor, no seu sentir, e aí também a outra pergunta, o senhor recebeu algum tipo de pressão para o não cumprimento dessa norma a partir dos critérios estabelecidos na Secom?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não. O pessoal sabe a minha personalidade. Com esse tipo de pressão, não adianta, vai perder tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor considera que existe no Governo uma espécie de comunicação paralela?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – E que o senhor chegou a ser vítima disso?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Não, não. A parte de recurso do Governo tem que ser, a pessoa tem que talvez entender isso ou fazer uma pequena comissão para a transparência de verba de publicidade, porque é um recurso muito grande.

Quando a gente considera a Secom, considera os ministérios todos, que têm as suas seções de divisão de comunicação; a Administração Direta, como se chama, essa Esplanada toda aqui, não é? E temos as estatais. Então, esse bloco todo é um bloco de alguns bilhões. O que acontece? O trabalho é feito através de agência. A agência paga os veículos de divulgação. Mas os veículos de divulgação também têm subcontratos. Então, a única forma de se ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

transparência de poder acompanhar – os Parlamentares no caso – é ter um mapa até o destino final do recurso. Então, um mapa que vá até o destino final do recurso. Esse é o sistema que pode garantir a completa visibilidade.

Eu não estou falando isso por causa desse Governo não. Acho que isso aí tem que acontecer sempre, não interessa o governo que for. É preciso ter esse mapa indo até o fim da linha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Só uma última pergunta, General. O senhor sabe me esclarecer se a Polícia Federal utiliza o Pegasus?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Polícia Federal... Não posso dizer com certeza não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – General, meus cumprimentos e ao mesmo tempo minhas homenagens.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Eu sou um dos que advoga que V. Exa. não só foi vítima de uma atroz injustiça, como foi vítima de um linchamento coordenado. Eu quero assim... Logicamente o Presidente... V. Exa. está aqui na condição de convidado. E na condição de convidado não precisaria estar presente. V. Exa. aqui esteve, dispôs de sete horas do seu tempo para estar aqui. Eu acho que o que ocorreu... Eu tenho convicção, Presidente e Sra. Relatora, que o que ocorreu com V. Exa. é uma justificativa mais do que plausível para a existência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque o que ocorreu com V. Exa. foi um linchamento público que não é merecido por qualquer General do Exército Brasileiro, ainda mais por alguém com o currículo de V. Exa.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ (Para expor.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra final aqui para a nossa Relatora, para ela fazer um balanço da tarde de hoje, para que a gente possa encerrar esta reunião.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente; caros Senadores; convidado, General, quero agradecer a presença do senhor hoje aqui e dizer que eu sempre, no final da atividade, Gen. Santos Cruz, faço uma pequena síntese daquilo que considerei mais importante nessa reunião. E acho que algumas coisas aqui foram importantes para reafirmar um posicionamento que vem sendo construído por todos os especialistas que nós ouvimos aqui como convidados.

Primeiro, a existência – e V. Exa. cunhou esse termo e virou de propriedade pública, digamos assim – de uma milícia digital que comete crime contra a honra das pessoas, ataca as pessoas; mas além disso que seria o crime apenas – se é possível dizer esse apenas – do desenvolvimento de uma campanha de destruição de imagem das pessoas, uma campanha de ódio, mas que não é *fake news*, ainda assim existe a *fake news*. E foi aqui demonstrado tanto por V. Exa. como por todos que estavam aqui, que tinham acesso a essa construção, a essa invenção desse diálogo, que foi aqui divulgado pelo senhor.

Fake news não é uma fofoca. Eu quero insistir nessa discussão, porque, em todo fim de reunião, chegam pessoas, Deputados – não quero entrar no mérito de sua posição; chegam porque estavam em outras atividades –, a esta Comissão no final e usam da palavra para dizer que não há necessidade desta CPMI e que, na verdade, *fake news* não passa de fofoca, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sempre existiu. Isso não é verdadeiro! *Fake news* é uma coisa criminosa, não é fofoca de comadre, é uma coisa pensada, estruturada, construída. Há um grupo de pessoas que produzem, outras que distribuem. Essa distribuição "profissional" – entre aspas – é inicial, e, depois, claro, ela cai na rede e ganha o seu roteiro "normal" – entre aspas. Ela também tem outra característica: ela é financiada por alguém ou por alguns. E o interesse desta CPMI é chegar a isso; é, primeiro, consolidar essa ideia.

Aqui, foi dito também – insistiram muito, algumas pessoas colocaram – que isso não tem razão de ser. Tem sim! É claro que existe um núcleo ideológico no Governo que vem sustentando esse debate de torcidas. Só que isso vem sendo feito de uma maneira... Não adianta dizer aqui que... Não é só na política, *fake news* traz graves consequências à sociedade brasileira. Nós tivemos, este ano, uma campanha de *fake news* contra a vacinação de sarampo, que era considerado extinto no Brasil, e a doença voltou com força e vitimou pessoas. Pessoas morreram! Isso foi estimulado por uma campanha de ignorância, uma campanha maléfica para impedir que as pessoas tenham disposição de usar de vacina. Nós vamos trazer aqui o depoimento de especialistas sobre isso. Pessoas também tiveram a sua reputação destruída, como artistas, celebridades, que também virão aqui a esta CPMI para falar sobre a sua experiência negativa e os danos que foram causados à sua vida, em função da utilização de *fake news*, de *cyberbullying*, da campanha do ódio e de destruição de biografias. Então, nada disso é secundário. São coisas que dizem respeito à sociedade brasileira. São jovens adolescentes que sofrem *bullying* nas suas escolas, nos ambientes que frequentam, que são estimulados, num período de grande fragilidade emocional do ser humano, até ao cometimento de atrocidades contra o seu próprio corpo, como automutilação e coisas do gênero.

Volto a dizer: eu não sou adepta de nenhum dos filósofos aqui colocados, e, quando coloquei o "autointitula" é porque o que consta, o que é de conhecimento público é que não há uma formação acadêmica, embora eu pessoalmente não seja nem tão exigente em relação à formação acadêmica e reconheça a possibilidade do autodidata de firmar-se como pensador em qualquer área.

Mas eu quero me referir a uma filósofa, essa de existência real, reconhecida na sociedade internacional como tal: Hannah Arendt, uma filósofa alemã, uma filósofa que conviveu com a guerra e conviveu com o genocídio em sua própria terra. Alemã e judia, teve que fugir para não ser assassinada, como boa parte do seu povo, e desenvolveu uma teoria que se chama, é algo em torno de uma expressão, que é a naturalização do mal. Quando as pessoas aqui vêm para reafirmar que *fake news* não passa de uma troça, de uma fofoca, de um trote, elas estão naturalizando o mal. E isso é extremamente nefasto à vida da sociedade.

A sociedade... A gente anda em tempos tão obscuros – não estou me referindo a governo não, mas à dificuldade de convivência com as novas tecnologias e práticas na sociedade – que a gente esquece a ideia filosófica de que o Estado existe para promover o bem comum. Parece uma coisa careta, mas é exatamente para o que existe o Estado, a Justiça, o Parlamento: para promover o bem comum. E é função disso que existe *fake news*, porque existe uma ética pública, uma ética que precisa ser preservada. *Fake news* vai adiante, hoje já é uma preocupação de segurança nacional em 43 países. Ela vai adiante, ela trouxe prejuízos efetivos à existência da Grã-Bretanha, que está claramente ameaçada de passar por um processo de dificuldade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

econômica imensa. Portanto, ela traz efetivamente consequências nefastas à sociedade em que é praticada.

Não posso concordar também que a gente se refira às redes sociais aqui como se fossem um novo deus. A rede social é uma ferramenta criada por homens e, como é natural na sociedade em que vivemos, servindo ao enriquecimento desses homens e mulheres que se agregaram a essa instituição, a essas ferramentas. Portanto, têm que também cumprir um papel social, e nós temos que cobrar deles esse papel social.

A outra mitologia que se está tentando criar é que esta CPMI existe para coibir a liberdade de expressão. Liberdade de expressão é uma coisa, prática de crime é outra. Difamação não tem nada a ver com liberdade de expressão. Liberdade de expressão é discordar, é poder dizer que o Deputado está errado no seu posicionamento, é dizer isso e dizer aquilo, mas não atacar sua moral, desqualificar. Isso é um velho método: quando você não tem argumento, destrói a personalidade.

Eu recebi uma *fake news* sobre o Supremo Tribunal, sobre diversos Ministros do Supremo Tribunal.

Recebi uma *fake news* com o retrato do Ministro do Supremo Celso de Mello, o decano do Supremo Tribunal, uma foto grande e, em letras pequenas, "promotor de"; em letras grandes, numa faixa cobrindo quase a sua face, "pedofilia", defensor da prática de pedofilia. Então, é óbvio que, naquela imagem, para quem vê rapidamente, é associado o Ministro Celso de Mello à pedofilia. Ninguém é ingênuo o suficientemente para não achar que isso tem objetivo. Isso foi feito com todos os membros do Supremo Tribunal, isso está sendo feito com o Presidente da Câmara dos Deputados, com o Presidente do Senado Federal, com as instituições.

Existe hoje no Brasil, como no mundo, a ideia de, através das redes sociais, se criar um clima de caos, caos social, que possa fazer surgir uma nova ordem, que é uma ordem extremamente dominada e manipulada. Nós não podemos fingir que não estamos vendo isso e aceitar apenas o discurso... Aliás, isso foi feito aqui hoje. Desculpa, General, mas, quando foi aqui justificado... Lembro, como feminista, um velho discurso que nós tínhamos quando, Coronel, discutíamos no passado a prática de estupro. A toda mulher que sofria estupro e ia denunciar na delegacia imediatamente os agentes perguntavam: "Mas a senhora estava vestida como? Com vestido curto? Decotado?". Era como se isso justificasse a agressão. Nós lutamos muito contra esse pensamento, por isso viemos a propor – e saiu de um movimento de mulheres, não de nenhuma cabeça iluminada – a ideia das delegacias especiais de atenção à mulher, especializadas na proteção da mulher, para que ela não sofresse esse tipo de constrangimento. O que aqui foi feito hoje, quando foi perguntado de que forma tinha sido o seu comportamento em relação à política de comunicação, era quase como se dissessem: "O senhor podia sofrer isso, porque, na política de comunicação, numa entrevista, o senhor disse, lá pelas tantas, que era preciso regulamentar as redes sociais". Ora, se alguém disser isso e contrariar, portanto, o pensamento daqueles que acham que não é necessário, que não é possível e que não deve haver, vai passar por um processo de completa destruição nas redes sociais.

Então, esse pensamento é claro que é um pensamento autoritário, é um pensamento fascistoide, sinto muito, é um pensamento de dominação da sociedade, de manipulação da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

É claro que o que eu quero dizer com isso é apenas que aqui se revelou muita coisa. Muita gente diz que está falando coisas e propostas concretas, e vem aqui dizer que os filmes eram uns e os filmes eram outros. O Brasil participa do Festival de Cannes há anos e tem esse patrocínio. Nós tivemos dois filmes maravilhosos sendo premiados. Aliás, quem não assistiu ao Bacurau deveria assistir. É uma resposta inclusive a essa violência digital, isso está expresso naquele filme, na cultura nordestina, na simplicidade do homem nordestino, de como enfrentar isso.

Então, esta CPMI tem uma razão de existir, é a razão de garantir que *fake news* não possa continuar causando à sociedade brasileira o prejuízo que está causando. E é nesse sentido que...

Nós recebemos agora uma série de documentos de processos, documentos sigilosos que estão sob a responsabilidade do Presidente desta Comissão e que cada um dos Senadores e Deputados têm a possibilidade de consultar, de estudar. Então, esta CPMI não está parada. Nós estamos falando com os especialistas. Nós estamos em contato com especialistas em redes digitais, em tecnologia digital. Já solicitamos, inclusive, da Casa aqueles que são especialistas na área. E, por isso, a presença do General aqui, hoje, fez com que a CPMI andasse nessa direção.

Exigir agora que ninguém possa fazer um organograma de como funcionam as redes sociais e o processo de *fake news* é um absurdo. Todos os especialistas que se sentaram aqui antes do senhor fizeram um organograma de como funciona a rede social, de como funciona especialmente *fake news* no Brasil, especialistas em comunicação, especialistas no Direito, especialistas em tecnologia, todos fizeram isso. Mas se cobrou do senhor uma – é quase como se fosse – acusação por ter trazido aqui algo que é do conhecimento geral. E eu não estou falando isso... Não tenho nenhuma identidade, digamos assim, nem conheço muito o seu pensamento, mas sou uma pessoa de esquerda. Se o senhor tinha 12 anos no golpe militar, eu tinha 7. Então, somos de uma geração próxima. É claro que eu penso em muitas coisas diferentemente do senhor, mas eu não posso deixar de analisar o comportamento que está acontecendo aqui, Presidente. Há tentativa, desde o primeiro dia, de desmoralização desta CPMI, que vem no ataque, no uso de expressões chulas. E tudo isso está na rede, está na prática da rede, na ideia de que é assim que se desconstrói para a população o que é a política. Política não é nada disso; é a defesa do pensamento, da melhoria da condição de vida do povo. Cada um do seu jeito: os liberais do seu jeito, os que não são liberais de outro jeito, os nacionalistas do seu jeito, e assim por diante.

Portanto, nós vamos continuar com isso. Eu não vou responder a nenhuma das provocações aqui. Só quero fazer um esclarecimento, Presidente, porque nunca interrompi alguém para defender. Eu não sou contra... Todo mundo sabe a prática de uma Casa Legislativa. Os Deputados saem e entram; os Senadores, idem, porque têm diversas atividades. A única... Como V. Exa. se referiu ao Deputado Filipe, dizendo que não era correto fazer aquela afirmação enquanto o Deputado está lá fora, eu nem acho isso. Acho que cada um tem que ter responsabilidade em ficar e ouvir o que se tem a dizer sobre o que disse. Não concordei foi com a acusação do Deputado Filipe da saída do Senador, porque parecia uma reprovação, uma atitude que não era praxe na Casa, e é praxe na Casa, inclusive do Deputado que estava falando. Então, isso se constituiu numa deslealdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, peço-lhe desculpas por ter feito essa intervenção inadequada, mas em defesa da nossa possibilidade. Creio que a Justiça e o comportamento justo devem ser balizadores da nossa convivência, senão, volto a dizer, eu tenho repetido isto: essas pessoas enxergam o espaço do político como o espaço da barbárie, e a política não é a barbárie, é o inverso da barbárie, é o impedimento da barbárie. E esta CPMI tem que ser afirmação disso. Diferentemente dos que eles estão apostando, nós vamos chegar a um denominador comum nesta CPMI. Pode ser que não saiamos daqui com nenhum praticante preso, como alguns desejam, mas poderemos chegar a indicar como é que isso ocorre de forma mais clara, com comprovações e quem sabe até com pessoas e financiadores.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada Lídice.

Estamos chegando aqui ao final.

Eu queria até registrar ao general, à nossa Deputada, aos senhores, às senhoras, ao povo brasileiro que a nós assiste: já tivemos duas conquistas boas com esta CPMI: o Facebook já contratou duas agências de checagem, já iniciou os seus trabalhos, o YouTube lançou hoje também, já implantou uma ferramenta que, quando ele detecta que aquela mensagem supostamente é falsa, ele já coloca um alerta, então já está evoluindo; o Twitter já impediu também o impulsionamento. Então, eu sempre digo, isso não é censura, porque eu sempre bato naquela tecla: quem quer depreciar alguém coloque lá a sua foto, coloque lá o seu nome e fale. Agora, você colocar caricaturas e nome falso, criar perfil falso para depreciar família, depreciar instituições, depreciar a classe política, principalmente, isso aí nós não vamos admitir em hipótese alguma. Podem achar que seja censura; se for isso, eu vou lutar o tempo todo tentando coibir essa prática.

Eu quero agradecer ao Gen. Santos Cruz pela presença e pedir desculpas por essas quase sete horas aqui – é praticamente uma inquirição, não foi nem um convite, não é, General? Mas como V. Exa. é acostumado a liderar tropas, sabe muito bem o que são essas intempéries.

Então, eu coloco em votação a Ata da 11ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se amanhã, às 13 horas, para depoimento do Sr. Miguel de Andrade Freitas, Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Tecnologia de Inspeção da Universidade Católica do Rio de Janeiro, e do Sr. Marco Aurélio Rudieger, Diretor de Análise de Políticas Públicas da FGV.

Declaro encerrada a presente reunião e desejo que todos retornem para suas casas sob as bênçãos do nosso Cristo, Pai celestial.

(*Iniciada às 13 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Chico Rodrigues, Natália Bonavides, Lídice da Mata, Paulo Ramos, Pr. Marco Feliciano, Dr. Leonardo, Aureo Ribeiro, Dário Berger, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Ricardo Barros, Walter Alves, Luizianne Lins, Rui Falcão, Filipe Barros, Caroline de Toni, Delegado Éder Mauro, Marcelo Ramos, Celso Russomanno, Alexandre Frota, Arthur Oliveira Maia e Túlio Gadêlha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitivas decorrentes dos Requerimentos nº 90 e 108/2019. Oitiva do Marco Aurélio Ruediger, em atendimento ao requerimento 108/2019; do Miguel de Andrade Freitas, em atendimento ao requerimento 90/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/27

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental e sob a proteção de Deus, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018, a prática de *bullying* sobre o usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se às oitivas decorrentes dos Requerimentos nºs 90 e 108, de 2019, CPMI *Fake News*, de autoria do Deputado Rui Falcão, do PT de São Paulo, e da Deputada Luizianne Lins, do PT do Ceará.

Estão presentes os seguintes convidados, os quais chamo para compor a Mesa: Sr. Miguel de Andrade Freitas, Sr. Marco Aurélio Rudieger.

Dr. Miguel de Andrade Freitas é Professor da PUC do Rio de Janeiro. Possui graduação em Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2002, mestrado em Engenharia Elétrica pelo Centro de Estudos em Telecomunicações (Cetuc), em 2004, doutorado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio, em 2011.

Atualmente, é Engenheiro Pesquisador do Centro de Pesquisas em Tecnologia de Inspeção. Tem experiência nas áreas de engenharia elétrica e ciência de computação com ênfase em redes, telecomunicações, instrumentação e desenvolvimento de *hardware*.

Eu vou passar a palavra – e agradecer a presença antecipadamente – ao Dr. Miguel, para que ele possa contribuir com esta Comissão, pelo prazo inicial de 15 minutos, podendo, evidentemente, se assim desejar, haver uma prorrogação.

Às suas ordens, Dr. Miguel de Andrade Freitas.

O SR. MIGUEL DE ANDRADE FREITAS (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Angelo Coronel; Relatora, Deputada Lídice. Obrigado pelo convite para falar nesta Comissão. Eu espero poder contribuir com algumas informações úteis para o trabalho da Comissão.

Eu começo com uma apresentação que é baseada nessa entrega de dois documentos que eu fiz para a PGR, em novembro do ano passado, que foi uma iniciativa de tentar informar as instituições de forma que elas pudessem trabalhar a rastreabilidade do envio de mídias na plataforma WhatsApp para combater crimes digitais.

Então, eu vou passar rapidamente a apresentação, porque teve que ficar em vários eslaides aqui. Ela está organizada nessas duas linhas principais, que foram os dois documentos que eu entreguei, que eu enviei para a PGR, em novembro do ano passado, e eu estou fazendo a entrega formal desses dois documentos aqui. Peço que registrem que eles estão em anexo aqui, no arquivo que eu deixei.

Já me adianto, pedindo um pouco de desculpa aos colegas, aos colegas não, aos caríssimos Senadores e Deputados se a apresentação, eventualmente, ficar com alguns aspectos muito técnicos, mas, justamente, o meu objetivo é trabalhar para corrigir uma assimetria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que eu vejo em termos de informação entre o conhecimento da empresa, no caso, do WhatsApp, e o conhecimento que está disponível para os legisladores, para as instituições e para as autoridades. E eu vejo que essa assimetria de conhecimento a respeito de como essas tecnologias funcionam muitas vezes dificulta que sejam estabelecidas formas de colaboração mais efetivas entre as instituições e essas empresas.

Então, na primeira parte, que corresponde ao documento, eu faço uma demonstração, eu provo, apresentando como funciona o WhatsApp internamente, que é possível a gente fazer um rastreamento da origem de mídias enviadas através da plataforma WhatsApp.

E mídias são arquivos de vídeos, são imagens, são fotos, são áudios e documentos também. Você tem opção no WhatsApp de anexar um PDF, por exemplo. Na segunda parte, eu aplico essa metodologia no caso das *fake news* na eleição de 2018, que foi um trabalho que fiz em conjunto com alguns grupos de pesquisa do Rio de Janeiro que tinham essa base de mensagens que circularam nos grupos de discussão durante as eleições. Aí eu sigo até onde é possível, sem, enfim, uma ordem judicial, que seria uma etapa seguinte desse trabalho.

Pode passar.

Aqui um sumário executivo. A minha apresentação é mostrar que é tecnicamente possível obter, com essa colaboração do WhatsApp, informações sobre a origem de uma mídia digital, que é enviada ou encaminhada através da plataforma. Eu demonstro que o encaminhamento entre grupos e usuários preserva essa capacidade de rastreamento, de forma que a gente possa chegar à primeira pessoa que fez o *upload* da mídia. E destaco uma resposta que o WhatsApp deu, no dia 23/1 – isso foi uma resposta que ele deu à matéria da *Folha*, que cobriu esse trabalho –, de que ele não preservava os registros de *upload* da mídia. Então, eu destaco que essa resposta do WhatsApp pode, possivelmente, constituir uma violação do art. 15 do Marco Civil. Eu vou elaborar um pouco isso mais para frente. E já há uma decisão de segunda instância reconhecendo esse descumprimento. Essa decisão está citada nessa referência que eu coloco aí abaixo, que também está em anexo nos documentos que entreguei.

Pode passar, por favor.

A aplicação da metodologia foi feita nessa base de mensagens de que outros grupos do Rio de Janeiro fizeram a aquisição durante as eleições. Eu fiz análise de 16 casos específicos, quer dizer, 16 mensagens de conteúdo falso, por critérios de relevância e de melhor rastreabilidade. Todo esse material foi entregue, foi encaminhado para a PGR por *e-mail*, em 26/11/2018, como uma contribuição pessoal a essa investigação. O que eu tinha de informação de imprensa era que se tratava de uma investigação que estava em andamento a pedido da PGR. Então, eu fiz esse envio justamente para a PGR. E destaco que é uma contribuição pessoal. Isso não tem relação com o meu trabalho de pesquisa direto na faculdade. E eu também não sou filiado a nenhum partido, a nenhuma empresa em relação a essa contribuição.

Pode passar.

Aqui eu começo a entrar um pouco na parte técnica do funcionamento do WhatsApp. Eu fiz alguns diagramas aqui. Eu só queria destacar o conceito-chave dessa tecnologia que a gente chama de criptografia fim-a-fim, porque, na verdade, historicamente, isso é uma questão inédita. Você tem um empoderamento do usuário onde ele é capaz de garantir a privacidade, a própria privacidade com recursos que ele tem no seu celular. Então, se você for olhar num período histórico, a gente sempre teve os indivíduos dependendo de garantias das instituições para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

preservar a sua privacidade, e agora você tem um empoderamento: o próprio aplicativo que roda no seu celular criptografa a sua mensagem. Aqui, neste exemplo, digamos que você tem esse "Bom dia!" enviado do celular da esquerda para o da direita. Digamos que o João mandou um "bom dia" para a Maria.

Essa mensagem "bom dia", no momento em que sai do celular do João, está codificada, criptografada, está representada por aquele conjunto de zeros e uns ali, e, de fato, ninguém fora do celular do João ou da Maria sabe o conteúdo dessa mensagem. E aí há toda uma discussão, que é bastante interessante, do que o WhatsApp pode efetivamente fornecer em termos de informação dessa troca de mensagem, que é a questão dos dados *versus* os metadados. Então, o servidor do WhatsApp sabe que uma mensagem foi enviada do João para a Maria, mas ele não sabe o conteúdo dessa mensagem. Sempre que essa discussão vem à tona do WhatsApp, "mas o WhatsApp não tem como burlar", realmente não tem como burlar. Então, tecnicamente, de toda a informação que a gente tem de como o sistema funciona, ele é bastante seguro.

E aqui eu destaco como funciona o envio de mídias, que, na verdade, segue por um caminho um pouco diferente do caminho da mensagem em si. Eu destaquei ali, ele segue por dois caminhos: um caminho verde para as mídias e um caminho vermelho para as mensagens.

Então, digamos que, nesse exemplo aqui, novamente o João está querendo mandar a foto da Monalisa para a Maria, e junto daquela mensagem verdinha, que poderia ter o "bom dia", ele quer mandar essa imagem. O que acontece no processo aqui é que a mensagem é criptografada separadamente primeiro, isso gera um arquivo criptografado, que está representado com aquele cadeado verde ali, esse arquivo é enviado para os servidores do WhatsApp e fica disponível em um servidor *web* – do WhatsApp ou do Facebook – da empresa que hospeda esses arquivos, e dois campos estão inseridos na mensagem texto em campos escondidos, que são a URL e a chave. A URL é aquele endereço que a gente coloca... A gente pode pegar essa URL e colocá-la no Browser, aí a gente vai conseguir fazer o *download* deste arquivo. Só que se eu faço o *download* de um arquivo criptografado, eu não consigo entender o conteúdo dele, eu só consigo entender o conteúdo dele se eu tiver a chave, que é como se fosse uma senha para converter novamente aquele arquivo, que é aquele cadeado verdinho, para a imagem da Monalisa. Então, o ponto aqui é que esse caminho de envio de um arquivo de uma mídia é um pouco diferente do caminho normal de envio de uma mensagem puramente de texto. E aí por que eu estou destacando isso?

Pode passar, por favor.

Aqui é um experimento simples – que qualquer usuário de WhatsApp pode fazer – de usabilidade. Ele pode perceber a diferença que tem quando ele faz um *upload* – ele gravou um vídeo e está fazendo um *upload* desse vídeo – e ele observa aquele círculo de progresso na interface do WhatsApp. Se, por outro lado, ele está fazendo um repasse, um encaminhamento de uma mensagem, geralmente esse encaminhamento é instantâneo, não há um indicador de progresso e o tique de que a mensagem foi enviada aparece imediatamente.

Passe, por favor.

Aqui é a explicação de por que isso acontece. Quando você faz esse encaminhamento, digamos que a Maria agora está encaminhando aquela mensagem que ela recebeu com a imagem da Monalisa para uma outra pessoa, ela encaminha apenas as referências que permitem recuperar a mensagem, ou seja, ela encaminha apenas as informações que são a URL de onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

o arquivo criptografado está hospedado, que é aquele arquivo verdinho com cadeado lá em cima, e a chave, que seria a senha criptográfica para você poder recuperar o arquivo original, mas a diferença é que não há um novo *upload* desse arquivo.

Nesse eslaide, essa lupa representa um detalhe passo a passo de como é que esse processo é feito. Eu não vou seguir esse passo a passo. Deixo aqui só como referência na apresentação, porque isso aqui é para provar o meu ponto no próximo eslaide.

Bom, então aqui é uma comparação que eu faço entre aplicações, à luz do que a Lei do Marco Civil da Internet diz. E você tem, na coluna ali do meio, a comparação com as aplicações tradicionais, porque a Justiça hoje já está habituada cotidianamente a dar ordens judiciais para obter informações sobre quem foi o autor daquele conteúdo. E eu comparo isso com o que acontece com o WhatsApp.

Então vocês podem ver que nos dois casos, basicamente acontece o mesmo processo. As duas aplicações, tanto, por exemplo, uma página de Facebook, você não sobe uma página de Facebook se você não estiver logado na sua conta de Facebook; da mesma forma, você não faz um *upload* no WhatsApp se você não estiver logado na rede do WhatsApp. Então a autenticação é exigida. O servidor que recebe aquele *upload* conhece o endereço IP do terminal que está fazendo o *upload.* Nos dois casos, é gerada uma URL, que é um identificador inequívoco, nos termos da Lei do Marco Civil, art. 19, §10.

E o que a gente está acostumado a ver é que as hospedagens de *site*, as páginas dessas aplicações tradicionais, provedores de aplicação conhecidos são obrigados a manter os registros de acesso por seis meses. Isso é o que diz o art. 15. E no caso do WhatsApp, essa questão me parece que nunca foi colocada; mas eu não vejo nenhum motivo técnico pelo qual o WhatsApp seria desobrigado de cumprir com esse mesmo artigo.

Pode passar, por favor.

Aqui a gente já entra na parte da aplicação nas eleições. Então essa é uma imagem que foi elaborada pelo grupo da UERJ. A referência está ali embaixo. O artigo também está em anexo. A gente pode ver como é que uma notícia falsa se propaga, viraliza entre os grupos. Aqueles pontinhos ali seriam grupos de discussão política, e as linhas são usuários que participam de mais de um grupo, e eles fazem a ponte, fazendo o repasse entre os grupos, produzindo esse processo de viralização. Então a gente percebe que começa ali às 11h da manhã, e à medida que o dia passa, você vai aumentando o alcance dessa propagação dessa notícia, que no caso era uma notícia falsa, por esse processo.

E fazendo uma amostragem, e aí amostragem significa participar desses grupos de política, que, muitas vezes, têm convites públicos disponibilizados e trocados em diversos meios, você consegue uma amostragem de como está funcionando essa dinâmica de propagação de *fake news.* Não quer dizer que você vá ter acesso a todas as...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIGUEL DE ANDRADE FREITAS – ... propagações, não é? Essa estimativa ali de alcançados são apenas dos grupos que foram amostrados, mas a dinâmica que você analisa nessa escala é a mesma dinâmica na escala global de toda a rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui foram analisados os dados de 277 grupos de política no período eleitoral e pré-eleitoral, que tinham convites públicos. Isso é para todos os candidatos da eleição. Uma base de 799 mil mensagens, 15 mil participantes e 120 mil imagens compartilhadas.

Pode passar.

Só que, para fazer uma análise de propagação de mensagens específicas, a gente tem que ter um critério para selecionar essas mensagens. Então, o primeiro critério que eu adotei foi pegar uma seleção que foi feita pelo jornal El País, que é uma matéria chamada "Os 'whatsapps' de uma campanha envenenada", que é uma matéria bastante interessante, porque ela mostra o que era um tráfego típico de mensagens compartilhadas nessas mídias, então eu peguei... eu localizei essas imagens nos grupos e fiz análise de rastreamento desses casos.

E os outros critérios seriam as imagens mais compartilhadas e que fossem comprovadamente falsas por *sites* de verificação de informações; e essas mídias falsas que tinham as melhores características de rastreamento. E aí é um critério importante, que se trata de a URL, de a mídia ser preservada entre os encaminhamentos. Quando isso não acontece, é um indício de que a mensagem se propagou provavelmente por um outro meio, talvez uma outra plataforma de rede social, antes de ser colocada no WhatsApp.

Eu vou dar um outro exemplo, acho que é no próximo eslaide.

Então, justamente, essa aqui é a seleção da matéria do El País, e o que aconteceu foi que, embora todas essas imagens, eu tenha feito a análise de propagação delas nos grupos, em alguns casos essa rastreabilidade não era boa, porque a URL não se mantinha,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIGUEL DE ANDRADE FREITAS – ... ela não se preservava ao longo da propagação da mensagem nesses grupos. Mas, de qualquer forma, essas informações estão no relatório, que eu anexei e entreguei na PGR.

E aqui eu tenho já um exemplo oposto, que é um exemplo de uma excelente rastreabilidade, eu diria até mais do que boa, que é... a imagem está ali no canto, é difícil de ver, porque ela está muito pequena, mas é uma suposta conversa entre o Fernando Haddad e o Sergio Gabrielli, combinando que eles fariam uma matéria *fake* na *Folha de S.Paulo*, e essa matéria *fake* supostamente seria a matéria sobre o envio massivo de mensagens pagas com caixa dois, enfim foi aquela matéria que deu toda aquela repercussão, então essa imagem seria o candidato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIGUEL DE ANDRADE FREITAS – ... combinando forjar uma matéria na *Folha*.

E aí, ali embaixo, é um exemplo da listagem onde você tem o horário em que a mensagem foi vista em cada grupo, e o que a gente pode perceber é que a URL encontrada em todos os grupos é a mesma. Então, isso indica que todas essas ocorrências da mensagem são encaminhamentos sucessivos de um único *upload* original, que poderia então ser usado para um processo de investigação.

Pode passar.

O caminho para continuar essa investigação a partir desse relatório seria solicitar, por ordem judicial, ao WhatsApp os registros de acesso do usuário responsável pelo *upload* desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

arquivo, que se encontra hospedado nessa URL – é uma URL dentro dos servidores do WhatsApp. Eu, por curiosidade, ontem de noite, cliquei de novo nesse *link*, esse arquivo continua lá; quer dizer, se você clica nesse *link*, você baixa um arquivo de 70k, que é aquela imagem; você não vai ver essa imagem, eu preciso te dar também a senha, para você descriptografar e ver aquela imagem específica, mas esse arquivo continua no ar, ou seja, se alguém daquela lista fizer um novo repasse, vai continuar preservando essa mesma URL, que foi criada pelo primeiro usuário da plataforma WhatsApp e fez o *upload* desse arquivo.

Então, pode passar também.

Considerações finais sobre o trabalho. Foram analisados, então, 16 casos de *fake news* que circularam em grupos de política, extraindo essas URL, que poderiam servir para elaborar solicitações judiciais. Aqui é uma especulação minha de que seria improvável que o WhatsApp ainda possua esses registros da época, ainda mais considerando que eles deram uma resposta no início do ano dizendo que eles não guardavam esses registros, que é justamente essa discussão quanto ao WhatsApp estar infringindo um artigo do marco civil. Acredito que um ajustamento de conduta da empresa nesses termos permitiria investigações nessa forma que eu estou descrevendo.

Tem só mais um.

E, na minha opinião, esse mecanismo de rastreio que eu estou propondo aqui sugere uma janela segura para investigações moderadas, sem abusos e acesso em massa pelo Estado. Naquele momento em que eu disse que há um empoderamento do usuário com a possibilidade de garantir a sua própria privacidade hoje, eu entendo isso como um movimento que visou combater um acesso em massa pelo Estado. A gente teve aquele caso do vazamento do Snowden, onde, quando as informações não eram criptografadas fim a fim, você poderia com muita facilidade tecnológica monitorar as conversas privadas de todo mundo. Então, essa criptografia do WhatsApp, do Telegram e de todos esses aplicativos vem como uma resposta de certa forma a essa questão, mas acredito que a gente pode avançar com esse debate.

Talvez os trabalhos da CPMI possam sugerir uma colaboração maior com as empresas para que, dentro dos limites tecnológicos que essas empresas operam, elas possam colaborar efetivamente com investigações previstas em lei, como, por exemplo, a lei de interceptações telefônicas que a gente tem, que é uma lei que é muito clara nos casos que isso pode ocorrer, não seria uma invasão indiscriminada da privacidade das pessoas.

Então, é essa a minha apresentação e fico aqui disponível para esclarecimentos e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Dr. Miguel.

Então, vamos ouvir agora o Marco Aurélio e, depois, vamos para a sessão dos debates.

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu sou Diretor de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas, doutor em Sociologia Política, mas eu queria deixar claro, desde o início aqui, que o que eu vou apresentar aqui, as opiniões aqui são de minha inteira responsabilidade e não representam a posição oficial da Fundação Getúlio Vargas, a instituição que eu trabalho, em absoluto. Então, é uma contribuição, digamos assim, em temos cívicos, que pretendo dar, e em termos pessoais. Com ajuda de alguns colegas, elaboramos aí essa pequena apresentação. O objetivo é que ela seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

muito rápida e muito sucinta, mas que ela dê espaço para a gente poder fazer depois um debate mais substantivo.

A questão que eu queria trazer para vocês, eu queria começar por um ângulo da Sociologia Política, em si, para dizer que o fenômeno que a gente está enfrentando não é um fenômeno que ocorre a partir das eleições do ano passado. A gente já identifica, no nosso laboratório, a presença de processos de desinformação organizada desde antes de 2014. Vou mostrar alguns exemplos a vocês daqui a pouco, mas desde antes de 2014 a gente vê esse processo ocorrendo. Ele vem se intensificando de forma bastante significativa. Isso, no meu entender, joga uma sombra extremamente preocupante em relação às instituições do País e ao próprio processo democrático. Queria ressaltar isso para vocês, deixar bem claro em termos de uma condição basilar do que vou falar daqui para frente. No final, vou trazer para um campo muito concreto e propositivo.

Adiante, por favor.

Isso daqui, é para a gente olhar em termos gerais, esquemáticos, o que seria desinformação. Desinformação, eu diria a vocês, é termo que se usa hoje, correntemente, na área. A gente tem parceria com o Atlantic Council, com o National Democratic Institute e com outras instituições de pesquisa. Basicamente, a preocupação geral não é só com *fake news,* mas com o processo de desinformação num sentindo muito mais amplo, que não é feito só por uma notícia maliciosa e deturpada, mas, sim, por todo um processo de convencimento em massa de percepções, com base, muitas vezes, até em verdades, mas que visam a distorcer e a quebrar a credibilidade no próprio processo político, nas instituições.

Por favor.

Então, em geral, na produção... Um conteúdo anônimo é bastante percebido. Quando eu digo que é anônimo, às vezes, existe uma foto, existe um nome, mas não é de fato uma pessoa. Isso aí tem uma conjugação muito forte com um processo de polarização que a gente tem atravessado no País.

Num segundo momento, a disseminação se dá através de redes de automação, que são ecossistemas de automação, na verdade. Quando eu falo rede, eu não falo só de uma plataforma, mas de uma estrutura sistêmica de vinculação de várias plataformas. Esse é o ponto muito importante. Há um disparo em massa, que é um outro ponto importante. Finalmente, isso é complementado por influenciadores e comunidades de influenciadores que operam de forma aderente às estruturas de desinformação automatizadas. Então, a gente está falando aqui de um sistema inteiro de composição. E o impacto disso qual é? Uma distorção brutal da informação, que já é simétrica e se torna muito mais; um processo de difamação e de destruição de reputações consistentes sustentado, planejado e, finalmente, a quebra de confiança nas instituições.

A quebra de confiança nas instituições, a meu ver, é o aspecto mais nocivo e pérfido desse processo porque, no momento em que não existe confiança, não existe contrato. O que precede um contrato é a confiança. Então, quando se quebra a confiança se trafega no niilismo absoluto em relação às instituições e aos pactos sociais.

Daí, abre-se espaço para qualquer tipo de aventura ou de proposta que seja antagônica à própria democracia. Isso eu acho que é extremamente danoso e, por isso, eu digo que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vivemos um momento extremamente complexo que exige de todo o aparato institucional, estatal e cívico uma atenção extremamente grande, principalmente porque se avizinham eleições agora.

Em frente, por favor.

Então, só como um resumo. A automação com o uso anônimo e disseminado de redes de robôs, mas não só de robôs, o.k., para atacar adversários, espalhar notícias falsas e atingir de forma intencional valores e regras democráticas. Esse é o ponto central!

Em frente.

As características seriam uma automação... Mas eu quero lembrar vocês que anteriormente eu falei que influenciadores fazem parte do processo também, não só perfis automatizados, mas os perfis automatizados têm um propósito, o espalhamento de ampliação da capilaridade em tempo real numa compressão do tempo numa rede de progressão e impactos bastante acentuados. Basicamente, só para fazer uma síntese, *posts* com menos de um segundo, utilização de plataformas, o que aqui eu quero dizer que são *softwares* ou fazendas com administração de contas, aqui ou no exterior. Isso é importante entender, que do exterior também há muita desinformação do que ocorre no Brasil e os trabalhos nossos, da minha unidade que lidero na fundação, já foram publicados aqui e também no exterior, são de conhecimento no exterior de várias organizações, até o Departamento de Estado dos Estados Unidos tem cópias desses trabalhos.

Disseminação em massa também é outro ponto importante.

Vamos em frente.

Isso aqui é uma tipologia de robôs, eu não vou me alongar aqui. Só queria ressaltar que nem todos os robôs são maléficos, nem todos os robôs são nocivos, nem todos os robôs são ilegais, há robôs, por exemplo, de organizações, de bancos, que ajudam no nosso dia a dia. Então, é muito importante ter essa distinção.

Então, o que caracteriza os robôs que são maliciosos? É isso que me interessa, é isso que a gente está olhando, é disso que se trata aqui.

Em frente.

Aqui, finalmente, eu mostro para vocês o que é uma onda de disseminação a partir de um robô. Então, o que está ali em rosa são perfis automatizados, o que está em azul são perfis humanos e cada uma dessas linhas que nós vemos aqui, e que eu ali embaixo chamo de grau 1, 2, 3 e 4, é a distância entre uma pessoa e a seguinte dentro de uma rede. A gente vê que a partir de um perfil totalmente automatizado, e esse é identificado como um potencial mecanismo, um algoritmo, que, em outras palavras, eu poderia chamar de robô, influencia não só pessoas de forma orgânica, mas, também, repassa para outros robôs essa informação. Uma vez repassada essa informação, ela vai para o nível 2, pessoas que receberam essa informação e acham que, de alguma forma, tem alguma validade, repassam adiante e assim sucessivamente numa onda de impacto.

Nesse caso específico, eu estou pegando um caso específico, num dia específico. Eu trato no laboratório com milhares de casos por dia, filtrados por dicionários linguísticos gigantescos, que são criados por nós, numa metodologia extremamente robusta e conservadora até, eu diria, no sentido de identificar o que é e o que não é. A gente tem um cuidado muito grande de não cometer erros. Os nossos bancos de dados, inclusive, já passaram por outras instituições que olharam e a gente faz esse tipo de averiguação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Basicamente, a partir de uma informação que foi automatizada, o impacto ali, esse especificamente atingiu usuários únicos, 1.521, sendo 250 robôs. Em vários casos desses, um outro robô replicou para outros robôs.

Então, o que a gente está falando aqui...

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem. Posso tirar apenas uma dúvida aqui?

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER – Sim.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar.) – O robô pode ser implementado num pré-pago ou só no pós-pago? No telefone, no *chip*.

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER – Aqui eu não estou falando de WhatsApp, eu estou falando de Twitter especificamente, tá?

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) – O.k.

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER – Mas, para responder essa sua pergunta de uma forma muito sintética, no WhatsApp os envios podem ser automatizados também.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO) – No pré-pago? No pós-pago?

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER – No pós-pago. No pré-pago, eu não tenho certeza... Nos dois, com certeza. Os dois, então.

Bom, isso aqui é para dar uma dimensão com o que a gente está lidando. É um negócio que eu acho importante, porque são em milhares. Eu não estou falando de um, estou falando de milhares.

Vamos adiante, por favor.

Então, aqui, em 2014, já na eleição. A gente viu na eleição de 2014 a polarização, utilização em vários campos de robôs. Eu diria para vocês que a utilização de robôs não é privilégio num campo, eu não estou endereçando isso a um candidato específico, eu estou falando de campos. O.k.? Não é, muito embora haja campos que utilizem de forma muito mais significativa e muito mais eficaz do que outros.

Vamos adiante.

Essa aqui já foi na eleição de 2018. Se não me engano, foi no primeiro turno. Em setembro, no primeiro turno.

A gente tem... Aqui a gente fez uma um mergulho um pouco mais profundo, até porque no segundo turno fica mais fácil ver os polos, não é isso? Então, no primeiro, a gente tem o centro, o centro político ali. O campo rosa e o campo laranja são muito mais fracos na utilização de qualquer tipo de mecanismo desse tipo. As polaridades usam muito mais. E eu estou falando de novo de campos, eu não estou endereçando isso a nenhum candidato, quero que fique claro isso. Mas isso é um fato. Isso é um fato comprovado numericamente e estatisticamente. Esses bancos de dados podem ser abertos para qualquer um tirar qualquer dúvida.

Vamos em frente, por favor.

E no final a gente tem um processo de polarização que é extremamente acentuado pela avalanche de informações que concorrem em tempo real, 7 por 24 – sete dias da semana, 24 horas por dia –, radicalizando e polarizando o processo.

Vamos em frente.

Aqui... E esse é um ponto muito importante. Essa situação hoje dos perfis que existem atuando nas discussões nas redes. E nesses perfis eu acho que eu não incluí aqui os robôs, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

há robôs funcionando no debate hoje. Ou seja, há um contínuo que não se limita somente às eleições.

Então, o processo político todo hoje, o processo do debate e o processo de auscultar a sociedade civil através de redes sociais...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Licença, Presidente.

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER – ... ele é influenciado pelo debate orgânico, mas também tem um debate no orgânico subjacente a ele que opera e distorce por vezes.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Para tirar uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dr. Marco, questão de ordem dali, da Deputada, para esclarecer.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Presidente.

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER – Desculpa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Esse eslaide, então, é sobre perfis do Twitter? Não é sobre robôs, é sobre influência de perfis individuais?

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER – Esse aqui é perfil de Twitter, mas eu poderia tranquilamente botar os robôs aqui, acho que a gente simplesmente não colocou...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E aí o tamanho do nome do perfil equivale ao tanto...

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER – O perfil é o tamanho na rede. Exatamente.

Evidentemente a polarização é muito grande, principalmente entre alguns segmentos de esquerda e de direita mais extremos. Isso é tranquilo.

Vamos adiante.

Então, disparo em massa, eu falei já de fábricas. Não vou demorar nesse eslaide.

Passe adianta por favor.

Aqui é a ideia do ecossistema. É importante isso, porque por exemplo o WhatsApp, como disse o professor que me antecedeu, o WhatsApp tem grupos públicos; ele puxa as pessoas através de grupos públicos para uma série de debates, depois as pessoas são convidadas para outros subgrupos, para outros subgrupos, que, a partir dali, uma série de materiais de divulgação são repassados e depois eles transbordam para as plataformas mais tradicionais de debates. Não só as plataformas tradicionais operam, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER – ... outras plataformas também têm vínculos com isso. O reddit tem, por exemplo, a ver com isso. Ali o GAB, o sapo verde, por exemplo, é uma rede especificamente de extrema direita e que tem uma presença, assim, de brasileiros quando se olha a fundo essa rede. E dali sai muita informação, muita desinformação que alimenta também esse complexo todo. O sapo ali, o GAB. E outras redes, enfim, TikTok, Instagram. Então, a gente está falando de um complexo. É muito mais sofisticado do que simplesmente a gente pensar numa plataforma só.

Vamos em frente.

Então, a circulação nas redes sociais, eu vou tentar ser um pouco mais objetivo, que o WhatsApp já foi abordado interiormente aqui. O WhatsApp tem o compartilhamento de conteúdo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

que se espalha depois, permeia as outras redes, que pode ser legítimo ou ilegítimo – esse é o ponto.

Vamos em frente.

Redes de influenciadores. Esses, digamos assim, é um problema que eu acho bastante sério.

Vamos em frente.

Eu vou mostrar... Isso aí é uma rede de influenciadores dentro do YouTube. Então, a gente fala muito aqui do WhatsApp, a gente fala muito do Facebook, a gente fala do Twitter... Eu queria até fazer uma ressalva: eu acho que o Twitter é uma das redes mais *accountable* que há, mais aberta. Já o Facebook é o contrário; é uma rede que historicamente tem-se fechado cada vez mais em termos da sua parte pública para observação dos analistas, dos pesquisadores. Não acho que seja à toa que no congresso americano o Mark Zuckerberg tenha sido chamado constantemente, questionado sobre as práticas da organização dele nesses termos.

Mas se a gente olhar o YouTube, por exemplo, nele há uma presença extremamente complexa, crescente e eu diria em termos de informação importante, mas também muito perigosa em certo aspecto. Por exemplo, um debate que começa 10h e termina meia-noite. O.k. Perfeito, muita gente não vê. No outro dia as pessoas vão ao YouTube para ver o quê? Ver a edição do debate; vão ver uma versão específica. É uma outra narrativa; é uma pós-verdade em relação ao fato, à verdade que foi o debate. Cada um pode fazer sua propaganda do jeito que quiser.

O problema todo é quando chegam influenciadores que não se sabe quem dirige, quem financia, quem monta o roteiro, de onde saem as informações falsas que são ditas e repetidas e são impulsionadas. Isso aí é um problema absolutamente central. E onde reside a chave para esse problema? Entre outras coisas, na própria plataforma, porque se a plataforma opera de forma distinta...

Por exemplo, da mídia tradicional, que você sabe quem é o editor, quem é o relator, quem é o jornalista, que você pode processar, que você tem uma série de instâncias a que você pode recorrer e, numa plataforma dessas, até você passar por todas as instâncias – se é que você pode alçar todas essas instâncias – o dano já está feito, porque é em tempo real. Então, a gente tem uma situação extremamente assimétrica e bastante nociva ao processo democrático, que nós conhecemos e a que nós estamos habituados, todos aqui nesta sala. A gente está falando de uma outra coisa.

Vamos em frente.

Então, eu vou tentar só fechar aqui algumas ideias para haver depois uma discussão.

Pode passar, por favor.

Ah! Algumas propostas. Eu vou passar para o eslaide seguinte, porque eu acho ele mais simples. Esse aí.

Eu acho que tem algumas coisas têm que ser ditas desde já. Primeira coisa: ano que vem a gente vai ter uma eleição que vai ser basicamente com dinheiro público. Parte disso pode ser usado para impulsionamento. É importante que o dinheiro público não financie impulsionamento, que deturpe a eleição, que produza *fake news* e que, em última instância, atinja a própria democracia, a própria estrutura de Estado que financia o processo eleitoral. Eu acho que isso é do interesse da esquerda, da direita, do centro, não tem coloração partidária isso. Todos podem ser afetados, e não é justo que o dinheiro público sustente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Então, é uma questão que tem que ser vista e tem que ser pensada e nós temos algumas discussões sobre isso. Só uma utilização de *block chains*, por exemplo, para seguir o dinheiro até a ponta – a ponta, eu digo, até a mensagem postada.

Outro ponto: responsabilização das plataformas. Absolutamente central. O WhatsApp, por exemplo, na última eleição, não tinha nem um escritório de representação no Brasil. Foram chamados pela Ministra Rosa Weber para discutir o que aconteceu nas eleições e eles tiveram que fazer uma teleconferência. E eu falo isso com muita tranquilidade. Eu participei do conselho que foi criado na época do Ministro Gilmar para fazer sugestões para o TSE sobre como lidar com esse fenômeno das *fake news.* Eu acho que o TSE tem que realmente implementar vigorosamente uma estrutura mais adequada para lidar com esse fenômeno, que vai distorcer bastante o processo eleitoral.

Análise de algoritmos: acho que pode ser feito não um acesso aos algoritmos, mas à resultante deles, o que pode ser discutido e pode ser feito. Hoje na Alemanha se faz isso. Acho que há centros no Brasil que podem fazer uma série de testes. Ainda que eles não sejam conclusivos, eles podem ser indicativos.

E finalmente a gente tem que pensar na...

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não entendi. Como seria essa análise de algoritmos?

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER – Não há acesso a algoritmo das plataformas em absoluto, mas eu posso fazer uma série de testes de checagem, de forma uniforme, com vários centros fazendo os mesmos questionamentos, vendo as resultantes produzidas em resposta. É basicamente isso. Isso não é algo que possa, a partir daí, configurar o desvio, mas configurar um ponto de atenção.

Por exemplo, há pouco tempo isto circulou e era verificável: conteúdo altamente racista que vinha como resposta, por exemplo, no Google, a partir de perguntas aparentemente inocentes – por exemplo, mulheres negras dando aula. E vinha um conteúdo extremamente negativo. Como é que o algoritmo produz um negócio desse a partir de uma pergunta dessas? Então, esse tipo de coisa pode acontecer também no processo eleitoral. Não estou dizendo que há uma má-fé nas plataformas que geraram o algoritmo por detrás, mas, eventualmente, um indicativo desses por vários centros de pesquisa, ao mesmo tempo, sugere um olhar mais atento e um ajuste nisso durante o processo eleitoral.

Por fim, a proteção de dados. A gente tem uma lei de proteção de dados. Eu acho que a autoridade de proteção de dados tem que ser nomeada, essa lei tem que ser levada a sério, estão levando muito tempo para isso e eu acho que isso deve ter inclusive um desenvolvimento institucional na construção normativa da própria lei, ela tem que ser mais ampla ainda do que já é.

Com isso, eu basicamente encerro o que eu queria dizer para vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou passar a palavra para a nobre Relatora, Deputada Lídice da Mata, começar a fazer os seus questionamentos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar os dois expositores, saudar todos os membros da Comissão, assessoria, imprensa e demais pessoas que nos acompanham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu achei extremamente rica a exposição dos dois expositores. Primeiro porque está afirmado aqui, pela primeira vez, de forma peremptória, definitiva, que é confirmada por ambas exposições, que é possível se fazer o rastreamento. Está claramente aqui colocado, embora alguns outros tenham falado de dificuldades, está aqui claramente colocado isso. Segundo, que esse rastreamento pode ser feito através das empresas, ou seja, as empresas, as plataformas, diferente do que foi o comportamento de algumas frente à Justiça, devem ser estimuladas a fazer porque têm condições técnicas de viabilizar isso. Terceiro, aí já no nosso campo, no campo da sociedade, no campo da política, é que, mais do que estimuladas, essas empresas devem ser instadas a fazer isso quando necessário, quando a Justiça determinar, porque é um dever social que elas possam realizar essa tarefa, dever ético.

Eu quero fazer algumas perguntas rapidinhas apenas para confirmar essas coisas que destaquei.

Outra questão que achei importante e que foi destacada aqui pelo Dr. Marco Aurélio, que reafirma isso que falei aqui antes, que é a responsabilização das plataformas. Eu tenho insistido nisso desde o início desse nosso debate e pergunto aos debatedores que vêm, porque, com essa confirmação de como esse rastreamento pode ser feito, mais ainda é indispensável que nós possamos ter uma forma de responsabilização das plataformas.

Aí eu quero colocar uma pergunta ao Dr. Marco Aurélio: qual a metodologia utilizada para classificar um usuário do Twitter como robô? Se eles poderiam compartilhar com a CPMI, os dois, listagens de robôs identificados pela pesquisa?

Segundo, para os dois: como podemos ver nas palestras, é tecnicamente possível descobrir qual foi a primeira transmissão de uma imagem que contenha *fake news* no WhatsApp. É possível realizar uma investigação desse tipo sem ferir os dados privados daqueles que eventualmente retransmitiram tais imagens? Dr. Miguel, especialmente.

O senhor também afirmou ser possível identificar o IP do terminal que realizou o primeiro envio de uma mídia para o WhatsApp. Essa é uma informação suficiente para encontrar o usuário responsável pelo envio?

Na pesquisa que o senhor realizou, foi possível identificar a origem de postagem de *fake news* que circularam durante as eleições do ano passado. Durante a pesquisa, foi possível identificar a origem de postagens de *fake news* que circularam durante as eleições no ano passado?

Houve na pesquisa identificação de algum IP ou número de "zap" que tenha realizado o primeiro *upload* de dois ou mais conteúdos *fake*?

Tanto a PGR quanto a Polícia Federal confirmaram ter recebido relatório produzido pelo Sr. Miguel ainda no final do ano passado. Hoje, passado mais de um ano, algum desses órgãos entrou em contato com o senhor para solicitar informações adicionais ou fornecer respostas acerca da avaliação do seu relatório?

O senhor poderia compartilhar com esta CPMI o seu relatório e os dados utilizados para a sua confecção, garantido o sigilo dos dados sensíveis que eventualmente façam parte da pesquisa?

Nas informações para as autoridades policiais disponibilizadas pelo "zap", a plataforma afirma que não armazena mensagens uma vez que elas são entregues nem o registro de transação de tais mensagens entregues, contudo, nada é dito nesses termos sobre documentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

imagens, vídeos e outros tipos de mídias compartilhados pela plataforma. Existe diferença técnica entre o compartilhamento de mensagem de texto e o compartilhamento de arquivos de mídia?

E, para os dois, eu queria perguntar, com base também nessa discussão que temos visto ocorrer e acompanhado aqui na fala dos especialistas: uma vez solicitados a uma das plataformas, se não me engano o Facebook, dados para que pudesse participar de uma investigação, a resposta obtida é de que os dados não poderiam ser entregues porque eles não ficam armazenados no Brasil, mas sim no local de origem dessa empresa. Não seria, portanto, necessário que o Brasil pudesse decidir, exigir dessas empresas a instalação de espaços de reserva dos dados no próprio País, nos servidores aqui, no próprio País? Não seria o correto? Não parece um absurdo – perdoe-me a pergunta como uma pessoa não especialista no assunto –, não é absurdo que outro país possa ter acesso aos dados dos brasileiros e os brasileiros não possam ter acesso a esses dados, que nós não tenhamos servidores dessas plataformas aqui no País?

Para mim basta.

Presidente, como eu falei com o senhor ontem e comuniquei à CPMI, hoje eu devo me afastar um pouco mais cedo em função de uma viagem que faço para o congresso do meu partido.

Tenho que ficar aqui, provavelmente, só até às 4h30, mais ou menos, 5h, de maneira que, se, na oportunidade, eu tiver que sair e não houver acabado a reunião, eu solicito a V. Exa. que nomeie um Relator para esse período do meu afastamento, sem que os trabalhos possam ser prejudicados. Mas eu tenho a expectativa de que isso não precise acontecer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Você dirigiu as perguntas para os dois. Então, com a palavra o Dr. Miguel.

Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Pela ordem.) – Eu gostaria de propor e de pedir à Relatora, com todo o respeito, que a gente pudesse – são poucos Senadores aqui –, Deputada, fazer as perguntas, por conta de outros compromissos, mas são perguntas importantes, que a assessoria depois vai ouvir, e ela também, mesmo porque ela tem que sair, as respostas dos nossos questionamentos.

Quero saber se nós poderíamos fazer as nossas perguntas antes de ele responder a ela.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tudo bem.

Então, V. Exa. tem alguma objeção, Senadora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, vamos seguir a ordem dos inscritos aqui.

O primeiro inscrito aqui é o Deputado Paulo Ramos, a quem eu tenho o prazer de passar a palavra, porque, em todas as reuniões, ele é o último a falar, e desta vez ele abriu os trabalhos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro cumprimentar a todos, cumprimentar os expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu poderia... Não vou usar uma expressão tão rigorosa comigo mesmo, mas eu não sou nem analfabeto digital nem conhecedor profundo, e tenho acompanhado aqui todas as exposições e vou me convencendo da complexidade. Até me lembrei de uma música do Zeca Baleiro. Diz:

Pra entender um trabalho tão moderno
É preciso ler o segundo caderno,
Calcular o produto bruto interno,
Multiplicar pelo valor das contas de água, luz e telefone...

E isso vai embora. Então, é uma complexidade muito grande, mas obviamente que é um comércio e, se é um comércio, comercializa-se. As empresas têm todo o interesse em ocultar, em vez de contribuir para a informação e as eventuais responsabilizações. Essa estrutura foi montada porque são informações extremamente relevantes, são procedimentos que podem se apropriar de toda a tecnologia, para o bem ou para o mal.

Nós, aqui... E a Deputada Lídice da Mata talvez tenha solicitado aquilo que pode contribuir para o trabalho da CPI, porque uma CPI, o nome já diz, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós estamos diante de fatos já consumados, ilícitos praticados, e nós estamos também buscando a responsabilização de quem cometeu o crime.

Nós não estamos aqui num debate acadêmico para o aperfeiçoamento do sistema. Nós podemos até contribuir para o aperfeiçoamento do sistema, mas o objetivo principal da CPI é a investigação daquilo que foi praticado e que exige a responsabilização dos autores.

E, aí, a minha indagação talvez possa ser respondida pelos expositores, mas, se nós temos aqui uma afirmação de que é possível a identificação e nós temos, nos órgãos encarregados de investigação, profissionais completamente competentes – inclusive, a própria CPI solicitou a disponibilização de servidores públicos que são profissionalíssimos nessa matéria –, o que eu vou solicitar é que a Comissão Parlamentar de Inquérito indague aos órgãos que estão fazendo essa investigação se eles já chegaram a alguma conclusão, se eles já alcançaram um ou outro que tenha cometido esses ilícitos. Concordo que as empresas têm que ser responsabilizadas.

Vamos chegar a um ponto em que, enquanto não caírem no descrédito, as reputações vão sendo destruídas. Quem já foi vítima sabe o efeito que isso produz no universo frequentado por cada um. Na última eleição, por exemplo, eu fui vítima de forma tão agressiva e numa dimensão tão grande, que foi o fato escolhido pelo G1 para demonstrar uma *fake*. Um amigo meu chegou a me perguntar: "Você é candidato à Presidência da República?", porque vinha do Brasil inteiro!

Complementando então a intervenção da nossa Relatora, se eles têm conhecimento, mesmo antes da provocação da própria CPI – ou a Polícia Federal, o Ministério Público –, de alguma conclusão a que os órgãos de investigação já tenham chegado, alcançando uma ou outra das pessoas que eles já identificaram como responsáveis pela produção de *fakes*, influindo, obviamente – e foi a abordagem do segundo expositor –, no Estado democrático de direito, porque a eleição, o convencimento, a participação do eleitor se dá a partir do convencimento; quer dizer: a livre manifestação da vontade. O induzimento, a repetição de uma informação falsa, já que da Alemanha nazista vêm alguns exemplos, do Goebbels: "A mentira reproduzida muitas vezes se transforma em verdade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Então, a minha indagação é se se tem conhecimento de alguém que já tenha sido identificado e a minha solicitação à CPI é encaminhar uma solicitação, para que nós possamos saber a quantas andam as investigações, porque o tempo está passando.

Temos aqui dados das eleições de 2014, nós temos as eleições de 2018, e estamos caminhando para as eleições de 2020, sabendo que, até lá, tudo estará igualmente incontrolável, a não ser que algumas providências mais radicais sejam tomadas.

Então, quero dizer que fiquei muito contemplado com as exposições, mesmo sem estar muito familiarizado com a dinâmica, a complexidade do tema, mas assumi uma compreensão de que nós estamos convivendo com vários riscos, com várias ameaças em relação ao Estado democrático de direito. Mas, aí, nós estamos diante também de um processo que está vinculado à legitimação do processo, à legitimação dos eleitos, em decorrência da vontade do povão, que é mobilizado às urnas para escolher seus representantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Paulo, só para esclarecer a V. Exa.: já existem aqui, nos arquivos da CPMI, no cofre, aqui, vários inquéritos. Estão à disposição, inclusive, de V. Exa. e de sua assessoria. É só encaminhar os nomes, porque são sigilosos, e tem que marcar até horário para ter acesso pelo computador.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Inquéritos já concluídos, com a identificação do...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, ainda não. Estão em processo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – A minha preocupação é que as coisas, às vezes, são muito lentas e...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas aí nós temos que acionar o Ministério Público e o Polícia Federal, que são os órgãos investigativos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Para que eles digam se concluíram, pelo menos, porque é isto mesmo: o pior não é o travestido de sim; isto é, não conclui...

Houve um Governador, aqui do Distrito Federal – acho que foi o Arruda –, que resolveu fazer um decreto acabando com o gerúndio – acabando com o gerúndio. Nós não podemos ficar no "está sendo investigado...". Estamos investigando. Mas não conclui pela impossibilidade de concluir, não conclui pela incompetência ou não conclui pela cumplicidade? Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É verdade.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para a Senadora Kátia Abreu, do PDT, do Estado do Tocantins.

A SRA. KÁTIA ABREU (PDT - TO. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Este mundo, para mim... Eu tenho uma certa dificuldade; os filhos e os netos já têm toda facilidade. Mas eu vou fazer aqui uma pergunta, que pode até parecer primária, mas eu gostaria muito de achar solução para isso. Sei que não é simples.

Você, Dr. Miguel, acabou de dar aqui uma senha maravilhosa para o WhatsApp, de poder identificar o primeiro lançador de *fake news.* Então, vem exatamente coincidir com o que eu quero perguntar: como é que você vai superar essa dificuldade?

Quando eu compro um telefone pós-pago, Deputada Lídice, eu sou obrigada a ir presencialmente à empresa, apresentar meus documentos, compro meu pós-pago, ponho meu endereço e vou embora. A própria empresa faz isso, e registra, porque ela quer receber a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conta de telefone pós-paga. No caso do *chip* pré-pago, eu só aciono a operadora, ativo com um CPF, por telefone, que necessariamente poderá não ser legítimo, poderá ser falso – eu usando o seu CPF, para lançar *fake news*. Então, o pré-pago permite você usar um CPF falso.

Nisso aqui eu paro e vou para a sua descoberta – certo? –: como é que você vai identificar esse cidadão? Você até pode identificar que ele enviou em primeira mão aquele *fake news. V*ocê vai chegar lá, o CPF é falso, óbvio, e você, então, não vai encontrar, porque nem endereço tem – ele vai colocar endereço falso também. Então, você só vai poder utilizar num pós-pago, e quem tem pós-pago dificilmente fará isso aqui. Ele vai comprar um pré-pago para fazer, para não ser identificado.

Bom, a outra questão é o Instagram, o Twitter e o Face. A mesma coisa: eu, para abrir essas redes, só preciso de um *e-mail* – qualquer *e-mail* –, que absolutamente não vai me identificar, que também não é presencial. Eu posso mencionar um CPF falso e, claro, posso mencionar um endereço também falso. E, como disse, o WhatsApp é a mesma coisa. Então, como é que nós vamos superar isso? No caso do telefone pós-pago, a pessoa tem que mostrar o rosto. E no caso do pré-pago?

Eu, com meu pequeninníssimo conhecimento a respeito do assunto, zero de especialidade, penso que, no caso do pré-pago, tem que se encontrar uma solução para ele.

Eu sei que são milhares e milhares de pessoas que teriam que se dirigir às empresas para se identificar, e as empresas terão interesse nisso? Porque eu posso comprar um *chip* de R$10 e ficar com ele por três meses, sem aparecer o rosto, sem gastar mais nada.

Então, eu posso estar enganada, mas não é esse o grande "x" da questão? O telefone pré-pago, com dados falsos, e o *e-mail* falso, com endereço falso, para criar os três tipos de rede.

Esse era o meu questionamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Bonavides com a palavra.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar o senhor e nossa Relatora e também os nossos convidados, que trouxeram informações muito preciosas. Acho que nossa audiência pública de hoje está sendo muito importante para a nossa Comissão.

E eu queria destacar aqui essa metodologia apresentada por Miguel, porque, realmente, em muitas das oitivas, das audiências que a gente tem feito, a gente se depara sempre com essa dificuldade técnica, até pelo próprio discurso de empresas como o WhatsApp, que normalmente colocam, dizem haver ainda mais do que as que existem realmente. E eu acho que está posto que existe uma possibilidade técnica real de a gente fazer o rastreamento – pelo menos no WhatsApp – do início da disseminação dessas notícias. Eu acho que é uma metodologia muito preciosa que o senhor traz aqui para a Comissão e que pode nos ajudar a desbaratar essa rede de disseminação de notícias que a gente tem presenciado.

E, aí, diante disso, eu queria fazer algumas perguntas para os senhores.

Antes eu queria informar, Sr. Miguel, que o WhatsApp, num dos documentos que a gente solicitou aqui, por requerimento, e que foi respondido pela empresa, eles afirmaram que guardam por seis meses as informações. Então, eu vi na sua apresentação que havia essa dúvida, que eles mesmos chegaram, em algum momento, a dizer que não guardam, mas houve um requerimento que eles responderam, em que nós pedimos o relatório sobre os perfis que haviam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sido bloqueados, no contexto das eleições de 2018, e eles afirmaram que só tinham aquelas informações por seis meses – por isso, neste momento da CPMI, já não tinham – e enviaram para nós o que eles, na época, conseguiram fornecer ao Tribunal Superior Eleitoral e, por isso, ainda tinham. Mas, pelo que a gente teve de informação, aqui na CPMI, sim, eles guardariam pelo período de seis meses também as informações.

Enfim, já passando aqui para as perguntas, eu queria saber se, pelo que vocês têm monitorado – e a gente percebe que vocês têm uma inserção nos grupos de Whatsapp –, aqueles que atuaram durante a eleição seguem atuando hoje em dia. Vocês percebem isso, se os grupos seguem ativos?

Eu também queria saber se vocês identificam que esses grupos e as mensagens que são passadas através deles seguem uma produção orgânica, espontânea, independente ou parece existir uma agenda comum, uma ação coordenada, uma ação centralizada, idealizada por algum grupo. Quero saber se existe uma coordenação centralizada, inclusive, entre grupos diferentes, se vocês conseguiram perceber isso, pelo que vocês têm monitorado.

Uma outra pergunta diz respeito à questão internacional.

A gente sabe que, no mundo inteiro, vários países estão se debruçando pelas mesmas questões que nós, aqui na CPMI, hoje estamos. No entanto, parece que, em alguns países, há diferenças, por óbvio. Por exemplo, a gente vê que, no Reino Unido, a maior preocupação lá foi, inicialmente, com o Facebook; e aqui, nas eleições brasileiras, nos pareceu que a maior preocupação foi com o Whatsapp. E o que eu queria perguntar é se aqui a gente está importando algum fenômeno ou, por essa diferença, pela própria utilização maior do WhatsApp, se é algo que parece que está surgindo aqui. Mesmo que a gente já esteja observando isso em outros países, é algo que parece ter começado aqui?

Eu não sei se os senhores estão familiarizados com o trabalho do Steve Bannon, nas eleições dos Estados Unidos, mas vocês enxergam alguma semelhança, alguma similaridade entre a forma como esse senhor atuou nas eleições estadunidenses e o que aconteceu aqui no Brasil?

E, por fim, vocês conseguem opinar se as pessoas que disseminam as notícias falsas nesses grupos, nessas mídias, parecem fazer isso enganadas, achando que estão reproduzindo conteúdo verdadeiro, ou parecem fazer isso sabendo que se trata de uma notícia falsa, mas que, embora sabendo isso, ainda assim, têm o interesse de espalhar a mentira?

E, por fim, quero saber a opinião de vocês sobre as chamadas *deepfake*. Isso é algo que requer uma tecnologia muito grande e que, por isso, ainda estaria longe de chegar a esse nível de interferência e de popularização? A gente sabe como é fácil e simples criar uma notícia falsa e disseminar, mas uma *deepfake* não é tão simples. Simular um vídeo, fazer um vídeo fazendo parecer que uma pessoa está falando algo que ela não está parece não ser tão simples, mas eu realmente não sei o quão não simples é. É algo que está longe da nossa realidade de disseminação em massa ou é algo que vocês estimam que, muito em breve, também vai chegar como um problema a ser enfrentado na nossa democracia e nos nossos processos eleitorais?

Eu encerro com isso.

Agradeço demais a participação de vocês aqui hoje.

E é isso.

Aguardo as respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao penúltimo orador inscrito, o Senador Humberto Costa, para que, após isso, os nossos convidados possam começar a responder.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Boa tarde a todos e a todas, aos nossos apresentadores...

Eu queria começar aqui pelo final da fala de Natália.

Eu até coloquei no grupo dos Senadores que integram a CPMI um vídeo que eu recebi – não sei se vocês viram, eu mandei – feito agora por uma entidade, uma ONG que trata de notícias falsas no Futura e tal. O que eles simulam é um negócio de uma perfeição tão assustadora...

Então, nesse vídeo... Era como se fosse um vídeo produzido pela BBC – há lá a marquinha da BBC –, e, de um lado, está o Ben Johnson pedindo votos para o Corbyn, que é trabalhista, e o Corbyn pedindo votos para o Ben Johnson. E eles mostram como é que se construiu aquele vídeo de *deepfake*. E não parece ser uma coisa tão complexa não, viu? Eu fiquei assustado, porque é perfeito, é uma coisa perfeita, e aí eles mostram todas as fases, como foram feitas, até chegar ao momento de uma pessoa que imita os movimentos da boca de cada um deles. Olha, é um negócio realmente preocupante.

Mas eu queria fazer algumas breves perguntas. Uma delas é o seguinte... Sobre grupos de Whatsapp.

Em muitos deles, há as pessoas que criaram, e essas pessoas mantém 20, 30, 40 ou até 50 grupos ao mesmo tempo, todos preenchidos com pessoas que não se conhecem entre si, mas com a mesma vertente política. Aí, a pergunta é: dentro desse contexto, é justo tratar tais grupos de WhatsApp como comunidades entre particulares, sendo as mensagens ali trocadas diálogos entre particulares que devem ser protegidos pelo direito à intimidade, ou tais grupos mais se assemelham à comunicação em massa, devendo ser tutelados por legislação de mesma natureza das que se observam em meios de comunicação tradicionais?

A outra é: os senhores enxergam a possibilidade de formular regulamentações sobre *fake news* nas redes sociais como sendo uma forma de reduzir a democracia, a liberdade de expressão?

Pergunta três: há alguma ligação entre grupos de WhatsApp, do que os senhores têm conhecimento, que propagam notícias falsas e *sites* que são conhecidos por propagarem notícias falsas?

E, por último, quero saber se vocês têm informação se, antes do período eleitoral de 2018, houve algum momento político em que se observou a proliferação intensa de notícias falsas? O período, por exemplo, que antecedeu o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff registrou algum tipo de anormalidade?

Seriam essas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra agora ao Senador Rogério Carvalho, do PT, do Estado de Sergipe, último orador inscrito, antes de passarmos a palavra para os dois convidados.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eu cheguei um pouco atrasado, mas já me deram conta de que o Sr. Miguel de Andrade Freitas disse que é possível identificar o primeiro disparo de WhatsApp. Como também já foi dito aqui, o Whatsapp, nessas eleições,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi a rede preferencial para se chegar aos eleitores, não só com *fake news*, mas também com comunicação dirigida.

A gente, às vezes, se perde um pouco no debate de *fake news* e não discute o fato de você ter instrumentos e acesso a bancos de dados para produzir uma comunicação dirigida de acordo com a suscetibilidade, a vulnerabilidade, as características das pessoas, o que é possível com os *big datas* que existem e as metodologias de aproximação de perfis e de suscetibilidades, com a psicometria que eles adotam e que adotaram no Brexit, que adotaram na eleição do Trump, que adotaram em eleições que serviram de piloto no Brasil. Ninguém fala, mas há suspeitas de que a eleição da cidade de São Paulo também teve o primeiro treino e a primeira utilização, em menor escala, do que foi utilizado na eleição presidencial. Eu falo da eleição da Prefeitura de São Paulo em 2016, que estava no bojo.

E vejam: há o fenômeno, que eu acho que é importante. Então, eu vou fazer uma pergunta, aí, ao Presidente da Comissão, à Relatora, e sob sua orientação: como se ter acesso a essa primeira mensagem? O que que a gente precisa fazer? Quais são os instrumentos que a gente precisa adotar para ter acesso a isso? No caso – e é isto que deve acontecer – de o Facebook dizer ou que não tem... Mas a gente sabe que tudo fica registrado. É muito difícil... Só se eles fizeram a destruição física do lugar onde armazenavam essas informações; senão, elas estão lá – comprimidas, mas estão lá. Não sei se isso é verdade, mas o senhor, como técnico, pode responder para a gente. Só se eles destruíram o equipamento físico onde estão guardadas. Só se eles destruíram. Se não destruíram, está lá, comprimido. Comprimiram a tal ponto que não se consiga descomprimir, com tanto dado que já foi colocado ali, intencionalmente.

Também é possível saber se eles aumentaram o volume sobre aquele equipamento específico para comprimir a informação, a ponto de você não conseguir capturar a informação de volta.

Então, como a gente consegue fazer isso? Essa é a primeira questão.

E, aí, para o Presidente e para a nossa Relatora: que caminho nós vamos seguir para chegar lá?

A segunda questão...

Eu não vi a palestra – eu estava na sessão do Congresso, cheguei atrasado. Então, eu peço desculpas. Mas, na minha opinião – e eu queria saber a opinião de vocês –, tão ruim quanto a *fake news* são as comunicações dirigidas, porque...

Deputada Lídice da Mata, eu fui candidato, no meu Estado, tenho uma história de militância política de 33 anos, já exerci vários mandatos – fui secretário municipal, fui secretário estadual... Então, sou uma pessoa que teve uma vida bastante atribulada e muito conhecida. E eu era votado – fui votado –, em Municípios pequenos, porque eu tinha obra, porque eu conhecia aquele Município, porque as pessoas me conheciam, porque eu tinha relação.

Agora, como se explicam candidatos, com menos de dois anos de exposição real, terem voto nesses Municípios sem nunca terem colocado os pés nesses Municípios?

Então, aí alguma coisa há a mais. Não só *fake news* é o problema, é como eu acesso bancos de dados que me permitem chegar a todas as pessoas que me interessam e fazer uma comunicação dirigida, sem que essa comunicação tenha contraponto. Então, isso, como disse o Humberto, é um crime para a democracia! Como é que eu coloco uma opinião que só você está vendo e eu coloco outra opinião completamente diferente para Lídice da Mata, que é antagônica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a que eu mandei para você, mas só ela vê? Então, não há contraponto, não há contradição. Você faz uma campanha em que as pessoas não sabem quem é você, elas só sabem o que você disse, porque você disse o que elas queriam ouvir ou o que algum algoritmo disse que aquelas pessoas, pelas informações sobre aquelas pessoas, gostariam de ouvir. O algoritmo diz que aquela pessoa gostaria de ouvir aquele assunto e não outro assunto. Então, você consegue não só, com essas ferramentas todas... Estamos focados em *fake news*, mas nós temos um grande mal...

Fake news é uma mensagem que diz assim à Dona Lídice, tomando a senhora como exemplo de uma eleitora: "Dona Lídice, esse candidato bate em mulheres". Isso chegou à senhora, que é feminista, que tem uma história de militância, e, se aquele candidato bate em mulheres, a senhora quer ver o satanás e não quer ver esse candidato. Por quê? Porque não dialoga com a sua história. Agora, como chegou a isso de que a Dona Lídice é feminista? Ele teve acesso a algum banco de dados, algum instrumento foi adotado.

Eu acho que a gente precisa olhar para *fake news*, mas olhar para que bancos de dados foram adotados para disparar *fake news*. Que tecnologias de análise desses bancos de dados foram adotadas? Foi a tecnologia da Cambridge ou foi a daquela empresa cujo nome citei aqui ontem, ou daquela pessoa cujo nome citei aqui ontem? O Ba Assunção? A informação que eu tenho é que ele preparava, de acordo com o algoritmo, a mensagem que deveria ser encaminhada para determinados grupos. Aí ele preparava *fake news* ou *news*, não importa. O que importa é o modo como chega; e chega de forma dirigida, sem contraponto; e chega para o Sr. Miguel de uma forma, para a Dona Lídice, de outra forma, para o Sr. Marco de outra maneira, ou seja, são conteúdos distintos, que não se contradizem. É como se eu botasse um atirador de elite diante de um alvo a 100m: quantos tiros esse atirador a 100m do alvo, com uma arma de precisão, vai errar? Nenhum. Agora, se eu botar a 100m um exímio atirador com uma pistola, quantos tiros ele vai acertar no alvo? Poucos, pois são muitas variáveis que interferem.

Então, hoje, eu sou analógico; V. Exa., Deputada Lídice, é analógica; V. Exa., Senador Angelo Coronel, é analógico. Sabem por quê? Porque a gente fala como se fosse nas ondas da rádio, a gente faz um discurso difuso, mas eles não usaram esse tipo de tecnologia, eles usaram um tipo de tecnologia dirigida.

Aí a paridade de armas deixou de existir na eleição. Só isso já seria suficiente para anular qualquer eleição! Esse mecanismo faz uma separação entre as capacidades... Interferiu no resultado da eleição! Não é assim que se julga no TRE, no TSE quando se vai fazer um julgamento? Qual é o julgamento que se faz? Abuso de poder econômico. Aí se cassa um indivíduo que ganhou a eleição, porque ele abusou do poder econômico. Por quê? Porque a paridade de armas não foi compatível entre os demais candidatos. Abuso do poder político. Aí a não paridade de armas obriga a cassação daquela candidatura vitoriosa, porque a vitória foi contaminada pela paridade de armas que não houve.

Eu pergunto: se alguém tem acesso a bancos de dados ilegal, se alguém adota metodologias dessa natureza, porque elas estão disponíveis e foram utilizadas por vários candidatos, isso não é suficiente? Não há diferença entre paridades de armas para disputa eleitoral? Isso é democrático?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

São essas questões e essa reflexão que eu gostaria de deixar, retornando para V. Sas.: o que fazer e como chegar a eles? A que mecanismo a gente pode chegar, para orientar aqui o nosso Presidente e a nossa Relatora?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra agora para os dois convidados, dois técnicos, que eu tenho certeza de que vão responder às perguntas bastante pertinentes dos nobres Parlamentares.

Com a palavra o Dr. Marco.

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER (Para expor.) – Eu queria estabelecer aqui, em primeiro lugar, em termos conceituais, uma coisa, pois eu acho que, usando uma forma muito popular de se falar, todo mundo tem que cair na real: as eleições como elas existiam não vão existir mais. A gente está no novo normal. Isso não é um ponto fora da curva, é uma nova curva. Eu acho que isso tem que ficar muito claro. E não necessariamente isso é uma coisa ruim, porque, na verdade, as redes surgem com vigor com uma expectativa bastante utópica de construção de consensos, de ampliação do fluxo de informações e de diminuição de assimetria de informação e tal... Isso ainda é possível, mas o que veio, digamos assim, de contrabando nisso, que é ruim, é o fenômeno que a gente vive com redes, com robôs, com *fake news*, com desinformação em massa etc. Então, a gente tem esses dois lados e a gente tem que tomar muito cuidado quando se pensa em qualquer tipo de regulação. Evidentemente, alguma regulação tem que ser feita.

Se a gente olha, por exemplo, o TSE, os TREs hoje e retroage no tempo, eles fazem um trabalho bastante importante, que a gente tem que aplaudir, com as urnas, com o processo de votação etc., mas eles estão, de fato, preparados para essa nova realidade? Eu julgo que não, eu acho que existe um déficit de capacidade institucional muito sério hoje na Justiça Eleitoral. E isso tem que ser resolvido, como no passado foram resolvidos outros problemas na sociedade brasileira, com investimentos em desenvolvimento institucional. Isso é uma coisa que tem que ser feita. Eu acho que isso é do interesse de todos os campos políticos. Ainda que um campo político hoje possa ter uma capacidade operacional muito maior nas redes que outro, isso não vai ser para sempre assim, isso pode mudar. Então, essa regra tem que ter uma visão cívica, republicana mesmo. Eu acho que esse é um ponto muito importante aqui, em que eu acho que a Comissão tem que se debruçar, que tem que reforçar. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo é o seguinte. A eleição, em termos de rede, é em tempo real. E os processos de se vislumbrar, de se questionar, de se punir são analógicos, operam de forma analógica. Há uma contradição temporal aí extremamente séria, que não está resolvida.

Voltando às perguntas que houve – eu quis fazer esse preâmbulo –, há uma pergunta importante, que eu acho que foi da Deputada Natália, sobre se os grupos estão ativos ainda. Sim. Não há mais o que dizer. Basta você entrar nesses grupos que você vai ver. Se eles são coordenados... Eu acho que, provavelmente, subsistem de forma bastante coordenada. Não estou dizendo que todos são assim, mas que existem assim. Basta você entrar e participar que você vai ver que, em algum ponto, alguns não vão ser coordenados, mas muitos são coordenados. Dados empíricos podem mostrar isso.

Eu diria até – e esta é uma observação importante – que, se pegarmos, por exemplo, a lei de proteção de dados da Alemanha, o que se faz hoje para fazer aferição do Whatsapp não seria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

nem permitido. Então, a gente tem que se debruçar muito sobre a questão de proteção de dados em geral, porque isso vai colidir diretamente com o direito de a pessoa se expressar. Essa é uma questão muito importante que foi endereçada aqui, e de que vou falar daqui a pouco, pelo Senador Humberto Costa, que comentou isso há pouco. Essa é uma questão central.

A questão internacional. Eu não acho que Steve Bannon promova essa operação aqui no Brasil, porque ele está interessado na Europa, na Itália, na França, na Alemanha, mas eu acho que, de certa forma, ele é um mentor de uma visão de mundo que é muito radicalizada e que transcende o campo conservador, vai muito além do campo conservador, vai para um campo extremo, que é altamente nocivo à democracia, na minha opinião. Quanto a isso, eu acho, sim, que a gente tem que abrir o olho, mas eu não acho que ele opere isso aqui dentro. Eu acho que os brasileiros operam essas coisas aqui e talvez tenham diálogos fora, mas, basicamente, as estruturas são aqui. É a impressão que eu tenho sobre isso.

Deepfake news. Outra coisa importante. Neste ano, eu estive numa conferência em Copenhague, e essa conferência teve como *sponsor* uma série de organizações internacionais. Eu fui lá como membro do Design for Democracy, que é um segmento do National Democratic Institute, e ela aconteceu na mesma época do G20, e, no G20, estava o Presidente dos Estados Unidos etc. Então, abriu dizendo: "Infelizmente um dos convidados não pôde vir, porque está no G20, mas vamos falar com ele por teleconferência", e abriu na tela o selo da Presidência americana com depois o Donald Trump falando. E ele respondia absolutamente de uma forma coerente com o discurso dele normalmente. No final, eles falaram: "Vocês acabaram de assistir a uma *deep fake news*: todo o discurso está lastreado em inteligência artificial. Isso aqui não foi verdadeiro, foi montado para mostrar o impacto da tecnologia no processo político daqui para frente".

Bom, *deep fake news*, nenhum de nós tem condição de, a olho nu, entender o que é *deep fake news*, a gente vai achar que isso é verdade, só com determinados mecanismos muito mais sofisticados e tecnológicos. Isso é uma coisa que a gente vai ter que enfrentar. De novo, eu volto no meu ponto: a gente tem que ter um desenvolvimento das estruturas institucionais do País que são vinculadas à questão da promoção não só de uma forma *fair* de utilização das redes, mas também da proteção de dados etc. Então, isso para mim é extremamente central.

Uma pergunta aqui que eu acho que foi fundamental também e que me chama atenção é sobre o direito de as pessoas se expressarem. Essa é uma questão central, eu acho que essa é uma questão que veio aqui já a este Plenário várias vezes. Eu tenho o direito, como cidadão, de exprimir minha opinião. Então, essa é uma questão. Essa é uma questão cuja reflexão que eu trago para vocês tem uma série de autores: o Popper, o John Rawls e outros autores, enfim, vão discutir sobre os limites da tolerância aos intolerantes. Eu acho que é nestes termos que tem que ser feita essa discussão. É evidente que as pessoas não podem ser cerceadas no seu direito de expressão, mas esse direito de expressão tem um limite de ser tolerado na medida em que ele destrói as bases que permitem o próprio direito de expressão. É quase um paradoxo da democracia, mas é uma coisa sobre a qual tem que se refletir. Então, não é possível se pleitear no âmbito das redes uma liberdade absoluta, até em termos em que é danosa aos próprios princípios que constam na Carta Constitucional, e depois se endereçarem propostas que não são coadunadas com esse próprio princípio no mundo real. Eu não quero ser muito mais explícito do que isso, mas acho que deu para todos entenderem. Então, eu acho que essa é uma questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importante, uma questão de fundo e tem que fazer parte das discussões aqui, nestes termos, até porque existem juramentos e compromissos, e a quebra disso é perjúrio.

Uma questão daqui da Cambridge Analytica que foi basicamente *microtargeting* de novo: boa parte das questões que estão aqui sendo vistas depende bastante da regulação e da questão das plataformas. As plataformas têm que ser mais *accountable*.

Eu acho que o direito à privacidade é o.k., mas elas podem anonimizar e, ao mesmo tempo, coibir determinadas práticas. Eu acho que isso é importante, o Brasil tem que fazer isso. Se eu não me engano, a Senadora Kátia Abreu falou alguma coisa sobre a base de dados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCO AURÉLIO RUEDIGER – Não foi a Senadora? Foi a Deputada Lídice que falou.

Eu acho que é o seguinte: não importa muito onde o banco de dados vai ficar, mas, por exemplo, na legislação europeia – salvo melhor juízo, posso incorrer num equívoco aqui –, me parece que a questão toda está no seguinte: os dados dos cidadãos europeus podem ser, de alguma forma, vinculados à legislação de proteção de dados da Europa, e isso é dado no âmbito democrático dos países europeus. Não importa onde os dados estejam. E as empresas são, portanto, atadas a isso, uma vez que elas operam na Europa. Então, eu acho que a gente tem que pensar nesses termos também para o Brasil.

Eu acho que um diálogo entre o Brasil e Europa é bastante importante nesse sentido, porque a discussão lá está bastante rica, muito embora eu diga que também nos Estados Unidos está sendo uma discussão muito contundente, muito forte e muito rica neste momento. Isso não atinge apenas a nós, essa é uma questão global, de fato.

Sobre a existência de interferência externa, eu não tenho dúvida de que existe também alguma interferência externa nesse processo – nós mesmos identificamos várias vezes isso, publicamos isso, inclusive não é nenhum dado secreto –, mas eu não acho que essa interferência externa seja relevante suficientemente para alterar qualquer tipo de resultado ou para distorcer a tal ponto os processos democráticos, eleitorais, de debates, de discurso. Isso é feito internamente. De novo, eu acho que aquele *app* do sistema do YouTube é muito importante ser vislumbrado e ser regrado. Eu acho que as regras que cabem para a mídia deviam ser, de alguma forma, adaptadas para isso. De onde vem o dinheiro que sustenta uma série de canais? Quem financia isso? Que tipo de informação está se vinculando lá, que pode ser absolutamente não verdadeira e danosa? Nisso também tem que haver uma observação em cima. E, de novo, a gente cai em: quem faz isso, quem regula isso, quem observa isso, dentro dos parâmetros e todo o respeito necessário às liberdades democráticas que constam da nossa Carta Constitucional.

Dito isso, a nossa metodologia está aberta. Eu posso encaminhar depois aqui para a Presidência da Comissão, na CPMI, a nossa metodologia e colaborar no que for necessário sobre os dados.

Por fim, o último ponto: eu acho que a discussão é muito centrada – e é muito importante que seja – no que passou, mas eu acho que tem que se preocupar muito com o que vem. E o que vem pela frente é muito pior do que se passou. Uma eleição com cinco mil Municípios – só pegando as regiões metropolitanas, estamos falando de 500 grandes cidades – é uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

extremamente preocupante na medida em que a gente está basicamente não instrumentalizado da forma adequada para lidar com isso.

É o que eu queria dizer, cumprindo a minha participação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para o Dr. Miguel Freitas.

O SR. MIGUEL DE ANDRADE FREITAS (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu acho que foram perguntas bastante interessantes que vão ajudar a esclarecer uma série de questões. Eu vou pela ordem, então vou começar pelas perguntas da Relatora, Deputada Lídice.

Sobre a questão da responsabilização, eu acho sempre complicado você responsabilizar... É a velha discussão, especialmente no caso do WhatsApp, que se coloca muito como uma ferramenta de comunicação pessoal. Você responsabilizar a ferramenta pelo conteúdo... Eu acho que a responsabilização mais direta é aquela que já está prevista em lei, por exemplo, em termos do Marco Civil, ou seja, eles têm a obrigação de atender a uma requisição judicial, a uma requisição legal de fornecimento de determinadas informações. No caso, por exemplo, de páginas no Facebook, também existe. Quando você tem um caso eleitoral, o juiz geralmente dá uma liminar de que a página tem que ser retirada do ar em tantas horas.

Então, eu vejo muito essa responsabilização em cumprir o que já está tipificado e especificado, e não especificamente uma responsabilização pelo conteúdo que trafega. Eu acho que isso é bastante complicado.

Se a metodologia que eu propus protege a privacidade dos dados de quem retransmitiu... Na verdade, ela nem consegue acessar esses dados, porque o processo de você retransmitir uma mídia no WhatsApp, de certa forma, não tem muito controle por parte da empresa. Eu posso pegar aquelas duas referências que eu coloquei na minha apresentação, que é a URL de onde o arquivo criptografado está hospedado no servidor da empresa, e eu posso pegar a senha que eu uso para descriptografar esse arquivo – posso pegar aqui –, anotar num papel e entregar para qualquer pessoa, quer dizer, não há como você ter controle de como essa informação circula dentro da plataforma, porque, quando ela circula dentro da plataforma, aí, sim, ela está dentro da mensagem, que é criptografada fim a fim – e o WhatsApp não tem acesso. Se ela circular por fora da plataforma, aí mesmo é que não tem acesso.

Naquele *link* que eu coloquei de exemplo na minha apresentação, eu fiz um *copy and paste* na janela do *browser* ontem de noite e eu baixei o arquivo, quer dizer, eu baixei aquele arquivo criptografado sem usar o WhatsApp. Então, tudo bem, o WhatsApp sabe o meu IP, mas ele não vincula isso necessariamente a uma conta de um usuário que está compartilhando aquela mensagem ou lendo aquela mensagem. Eu vejo uma questão muito mais forte de quando o arquivo é criado, porque, quando o arquivo é criado, ele sabe para qual usuário ele deu a permissão de fazer o *upload* daquele arquivo, daquela mídia – que, no caso, é criptografada, mas a gente pode ter recebido aquela mídia por mensagem e saber ao que aquela mídia corresponde –, e ele sabe o IP e hora de onde partiu aquela conexão, que, na verdade, é a sua pergunta seguinte, sobre se o IP seria suficiente para localizar o autor – isso também é parte da pergunta da Senadora Kátia.

Geralmente, como é que funcionam essas investigações? E aí eu estou propondo uma metodologia para o WhatsApp, mas é a mesma metodologia que é usada em qualquer página –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

num blogue, num Facebook. Eu só estou dando um detalhe técnico, que não era de conhecimento geral, mas existem exemplos na Justiça em que você identifica um conteúdo criminoso – seja calúnia, seja pedofilia – que está hospedado numa certa página, num blogue, num Facebook e você solicita para o provedor de aplicação os registros de conexão que foram responsáveis pelo *upload* daquela mídia para a plataforma. Então, o provedor de aplicação fornece essa informação.

Ele retorna: "Esse *upload* partiu do IP tal, no dia tal, em certa hora". Essa informação tem que ser levada para a operadora – por exemplo, para a Telefônica, para a Vivo, para a TIM –, e você pergunta para a operadora: "Operadora, quem era o terminal que estava usando esse IP nessa hora?". Porque os IPs são dinâmicos – a maioria, há IPs fixos também; mas a maioria dos IPs são dinâmicos. Então, a operadora vai informar: "Não, isso aqui partiu dessa conexão", e, em alguns casos, é uma conexão residencial, você pode chegar à casa da pessoa.

Então, essa questão, de certa forma, dialoga com a dúvida da Senadora Kátia sobre a questão do pré, do pós-pago, do CPF. É claro, o pré-pago, com CPF...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor sabe dizer por quanto tempo as operadoras guardam esse registro? Se também apagam, como as redes?

O SR. MIGUEL DE ANDRADE FREITAS – Isso está no Marco Civil, eu não me lembro. É outro artigo do Marco Civil. Eu não me lembro se é mais ou menos de seis meses, mas isso está...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Só mais uma pergunta, desculpa atrapalhar o raciocínio.

O senhor falou sobre o IP poder localizar uma conexão que esteja ligada a uma residência, por exemplo. E, no caso do celular, o IP dá que informações sobre a conexão de celular?

O SR. MIGUEL DE ANDRADE FREITAS – Aí dá informação do número que estava com o IP naquele momento.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Nada sobre localização?

O SR. MIGUEL DE ANDRADE FREITAS – Sobre a localização, dá aproximadamente, você diz a célula do celular, então você tem a região em que a pessoa estava...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Em que antenas?

O SR. MIGUEL DE ANDRADE FREITAS (Para expor.) – Em que antenas, exatamente.

Agora, um usuário malicioso, mais sofisticado pode usar mecanismos para tentar se esconder melhor, quer dizer, é uma coisa simples. Você pode entrar numa cafeteria, numa livraria, usar uma *wi-fi* de certa forma pública, e essa operação não está vinculada à sua residência; quer dizer, depois você pode, numa investigação, olhar a câmera da cafeteria, olhar a câmera da livraria? Pode, mas é sempre um processo de investigação que tem esses caminhos, assim como o caso de que a Senadora Kátia falou do CPF falso. Se você tem um cartão pré-pago com CPF falso, você tem essa localização aproximada de onde a pessoa estava usando, mas não necessariamente por que a pessoa usou um CPF falso e um pré-pago para se cadastrar no WhatsApp ela é não localizável, porque ela pode muito bem ligar a *wi-fi* e acessar de casa. Então, é interessante e, na verdade, é importante para o caso do WhatsApp: o número telefônico que está associado àquela conta não diz muita coisa, porque tudo que você precisa da linha telefônica é para fazer o registro inicial do WhatsApp. Você pede um registro e você fala: "Meu número de telefone é esse". O WhatsApp vai mandar uma confirmação via SMS e, se você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

confirmar, aquele registro, aquela associação àquele número é feita. A partir daí, você pode pegar *o chip* e destruir e fica utilizando só no *wi-fi*, é uma possibilidade. Então, eventualmente o WhatsApp pode querer reconfirmar? Pode, mas, enfim...

Na questão da automatização, quando você tem os disparos em massa com o WhatsApp, você não está fazendo um disparo em massa usando esse mesmo aplicativo de WhatsApp que a gente tem no celular; são empresas que usam *softwares* que foram feitos a partir de engenharia reversa do protocolo do WhatsApp. Quer dizer, da mesma forma que eu analisei o protocolo do WhatsApp para trazer aqui detalhes de como funciona, uma pessoa que tenha feito essa engenharia reversa poderia investir em desenvolver um clone do cliente do WhatsApp e, com esse clone do cliente do WhatsApp, ela pode, por exemplo, de um computador, dizer que está registrada com cem linhas telefônicas diferentes. Então, você tem uma plataforma dedicada a fazer o envio massivo de mensagens no WhatsApp que não é um celular, é uma outra coisa, é de um outro bicho de que a gente está falando e que é feito especificamente para isso.

Continuando aqui nas perguntas, a Relatora perguntou se houve identificação no IP, e aí eu preciso esclarecer que a metodologia que eu propus e a análise das mensagens que eu fiz não chegaram ao IP. Para chegar ao IP, é necessária uma ordem judicial, e eu não tenho isso. O que eu mostrei é, como na apresentação, uma URL de um arquivo que corresponde a uma determinada imagem. Esse arquivo propagou nas redes e tem um criador, mas só quem sabe quem foi o criador desse arquivo é o WhatsApp. Eu não tenho essa informação. Eu só chego apenas ao nível da URL, ou seja, ao mesmo nível a que você chegaria se você fosse denunciar uma página do Facebook para a Justiça. Eu vou chegar para a Justiça e falar: "Olha, essa página aqui está cometendo esse crime, e o endereço dessa página é esse". Então, é basicamente o mesmo nível a que eu posso chegar por conta própria nessa metodologia que eu estou propondo.

Se a Polícia Federal entrou em contato com relação aos dados que eu compartilhei, não.

Se eu posso compartilhar os dados sob sigilo com a Comissão, eu posso compartilhar, eu já compartilhei, Presidente, o relatório que tem um resumo, mas eu posso compartilhar os dados mais detalhados, com as planilhas de propagação das mensagens, desde que isso seja guardado com sigilo pela Comissão, não há problema.

Havia a pergunta também sobre a resposta do WhatsApp de que ele não armazena transações, mas mantém os arquivos. Essa é uma pergunta interessante, porque pode ser que eles não armazenem as transações – quer dizer, as transações aqui seriam os registros de quem fez o *upload* daquele arquivo –, mas mantenham o arquivo em si. Isso é possível que seja. Esse arquivo, por exemplo, que eu acessei ontem já tem um ano que está hospedado lá nos servidores do WhatsApp e não foi apagado. Se você ler os termos de uso do WhatsApp, diz-se que eles podem manter, se eu não me engano, por um mês, e eles argumentam que eles fazem isso com o efeito de otimizar o funcionamento da rede. Então, esta realmente é uma questão técnica: ele armazena aquele arquivo durante um mês – quer dizer, ele diz que pode armazenar durante um mês, mas na prática pode permanecer por períodos maiores ou eventualmente menores –, mas com o objetivo de otimizar, ou seja, quando eu fizer uma retransmissão, um encaminhamento daquele conteúdo, eu não preciso fazer o *upload*. Então, é interessante ver que essa metodologia que eu estou propondo se baseia no fato de que dá escalabilidade para a plataforma do WhatsApp, quer dizer, é uma decisão de projeto do WhatsApp que eles tomaram para que a experiência do usuário seja mais eficiente: quando ele encaminha, o encaminhamento é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

instantâneo, ele não tem que gastar o pacote de dados dele para reenviar aquele conteúdo para fazer um encaminhamento. Então, essa é uma observação.

O Deputado Paulo Ramos perguntou sobre a questão de investigar e contribuir para o aprimoramento. Eu realmente não sei, decorrido esse tempo, pela questão dos registros, se estão preservados; se a investigação ainda consegue resgatar essas informações. Isso realmente só o WhatsApp vai poder dizer. Isso realmente só o WhatsApp vai poder dizer, mas eu acho que o trabalho pode contribuir para um aprimoramento também, porque pode se estabelecer um processo com essas provedoras de aplicações em que, para um caso futuro de uma investigação criminal, você já tenha as instituições – a polícia, Ministério Público, todas as instituições – cientes de formas efetivas de investigação e saibam que podem ter a colaboração das empresas para avançar com essas investigações. Então, eu pessoalmente enxergo uma oportunidade de aprimoramento, sim, para casos futuros, para que os crimes de que a gente tem notícia e que podem ser motivados por *fake news* não se restrinjam às eleições. A gente tem casos aí de linchamento. Houve uma mulher no Guarujá, se eu não me engano, que foi linchada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL DE ANDRADE FREITAS – Santos? No México, houve casos horríveis de pessoas que foram incendiadas, na Índia, então, esse é o um problema global. Eu acho que é possível aprimorar esses mecanismos de investigação para haver mais responsabilização.

Completando também, eu não investiguei pessoas. É aquela resposta que eu já dei com relação à metodologia. A metodologia identifica a página, quer dizer, a URL que hospeda aquele conteúdo que a gente consegue ver que é uma *fake news*, porque a gente recebeu essa mensagem num grupo.

Quero chamar a atenção a um detalhe, pelos dados que vão ser compartilhados com a Comissão: quando a gente apresenta, por exemplo, uma planilha e a gente mostra como uma mensagem, mesmo que seja uma mensagem falsa, circulou nos grupos que a gente monitorou, isso tem que ser visto sempre como uma amostragem num universo muito maior. Então, não é porque eu tenho determinado telefone que mandou primeiro aquela mensagem que aquele telefone é o autor. Aquele telefone é a primeira pessoa que compartilhou aquela mensagem, aquela mídia dentro do subconjunto que foi amostrado. Então, é importante não confundir as duas coisas. É por isso que a minha metodologia vai na questão do *upload* do arquivo, quando a gente identifica que é uma mídia que circulou em todos os grupos, preservando a mesma URL, que indica que são todos compartilhamentos de uma mesma transmissão inicial para a plataforma.

À Senadora Kátia eu já respondi a questão do pré-pago, do pós-pago, do CPF falso.

Deputada Bonevides, queria destacar aqui que a metodologia é limitada ao que se propaga na plataforma do WhatsApp. Então, se você tem uma produção de conteúdo falso, eu envio esse conteúdo falso para uma outra pessoa por *e-mail* e essa segunda pessoa que vai fazer o *upload* para a plataforma, quem vai aparecer é essa segunda pessoa, não necessariamente quem foi que fez o Photoshop ou o que seja. É interessante essa resposta do WhatsApp de que eles guardam por seis meses, porque é diferente da resposta que eles deram para a *Folha* no início do ano, em janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também queria destacar essa questão do fornecimento de dados do WhatsApp. Existe uma matéria muito interessante que está lincada no meu relatório, matéria da *Forbes*, que analisou todas as requisições na Justiça americana que o FBI fez para o WhatsApp, e eles verificaram que tipo de informação o WhatsApp fornecia para o FBI. Basicamente, o que a investigação da *Forbes* mostrou é que o WhatsApp fornece metadados. Ele não fornece nunca, porque ele realmente não tem acesso ao conteúdo das mensagens, mas ele pode fornecer um metadado do tipo: esse celular se conectou à rede do WhatsApp a partir daquele IP, naquela hora, naquele dia – o que você pode mapear para a casa de uma pessoa, para uma cafeteria, o que seja.

Essa metodologia de identificação que eu estou propondo também trata de metadados, ou seja, a gente não estaria pedindo para o WhatsApp dar o conteúdo daquele arquivo; eu só quero saber quem foi a pessoa que enviou aquele arquivo... Desculpe, qual foi o terminal que enviou aquele arquivo. Então, também é um metadado, embora, por ser um tipo de solicitação que me parece inédita, até em nível mundial, porque ela usa um conhecimento de como o WhatsApp funciona, que não é muito difundido, eu acredito que não exista, que essa resposta do WhatsApp não abranja especificamente esse ponto. Então, eu acho que seria um ponto importante para esclarecer, porque permitiria justamente essa colaboração investigativa.

Sobre a questão de diferença entre países e de estar importando esse fenômeno, sim, quer dizer, a gente tem, inclusive, diferenças de legislação entre países, com que o WhatsApp tem tido que lidar. Quer dizer, se a gente tem uma legislação no Brasil que obriga essa guarda de seis meses dos registros, como é que o WhatsApp vai fazer, se um outro país exigir um prazo diferente? Então, há uma diferença legal e há também uma diferença no fenômeno da disseminação das *fake news* no Brasil muito ligado, me parece, ao WhatsApp, por uma questão de que as pessoas no Brasil usam muito o WhatsApp. O SMS, que era a alternativa anterior, era caro, os planos de dados cobravam não sei quantos centavos por cada SMS; entra o WhatsApp, uma opção gratuita que começa a dar muito mais recursos. Então, as pessoas usam maciçamente isso. Isso não é um fenômeno que acontece com essa mesma intensidade em todos os países.

Sobre as *deepfakes* o meu colega já comentou. Eu só faria um adendo de que, pelo que eu já lei, pessoas que trabalham com isso falando, há um custo computacional hoje, para você gerar essa *deepfake*, que, em princípio, é alto, mas você sempre tem que considerar que um custo computacional amanhã não é nada. Então, isso não pode ser considerada uma barreira para que esse recurso seja, cada vez mais, utilizado. Eu acho que vai ser interessante quando a gente começar a ter casos reais de *deepfakes* – é verdade –, começar a ter casos reais de *deepfake* tentando, porque a gente vê muitas demonstrações. Eu acho que vai ser interessante quando a gente tiver uma propagação real de uma *deepfake* relevante, e a gente vir qual vai ser a resposta da mídia, ou, enfim, qual vai ser a resposta social com relação àquilo e se isso eventualmente pode ter um efeito positivo de criar uma educação maior sobre essa possibilidade. Eu acho que é ainda uma questão em aberto.

O Senador Humberto Costa fez uma pergunta importantíssima sobre as comunidades particulares do WhatsApp, pessoas que não se conhecem. Eu sei que houve, inclusive, na eleição de 2018, uma negativa de um juiz eleitoral, usando esse argumento de que ele não poderia dar uma certa liminar, porque se tratava de uma comunicação privada, particular. E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

tenho a visão de que grupos – e aí eu não colocaria nem pela questão das pessoas não se conhecerem, que isso é um pouco talvez subjetivo – em que você gera um convite público e você publica esse convite nas suas páginas de Facebook, em blogues, na internet; esse é um grupo público na minha visão.

Então, o fato de ele estar hospedado no WhatsApp, como um grupo do WhatsApp, eu vejo como uma diferença técnica, mas que não deveria alterar a natureza com que a Justiça vê esse grupo. Isso é minha opinião pessoal, porque, senão, você está se escondendo numa tecnicalidade, porque você coloca um convite público numa página pública, e você pode conseguir uma liminar para tirar essa página pública do ar, se ela cometer algum crime. E aí a pessoa que entra nessa página e que acessa aquele grupo pode cometer crimes à vontade dentro daquele grupo e não há nenhum tipo de responsabilização? Eu, pessoalmente, acho que essa tecnicalidade não deveria definir a natureza público-privada desses grupos – e talvez mais pela questão do convite público, mostrando que é um grupo aberto. Eu não tenho informação desses grupos ligados com o *site* e também não tenho informação sobre o período do *impeachment*.

O Senador Rogério perguntou sobre a identificação do primeiro disparo. Eu queria só destacar que não é exatamente um primeiro disparo de mensagem qualquer, porque – a apresentação fica disponível, não é, Presidente? – a mensagem continua sendo protegida com criptografia fim-a-fim, e quando uma mensagem é repassada, uma mensagem de texto é repassada de um usuário para outro usuário, você não tem nenhum tipo de rastreamento possível. É realmente uma característica ligada ao anexo, quer dizer, ao anexo da mídia. A mídia – vídeo, imagem, áudio e PDF – que você anexa na sua mensagem de WhatsApp recebe um tratamento diferenciado pelo WhatsApp para efeitos até de otimização do desempenho da plataforma, de escalabilidade da plataforma, que gera essa URL, que é um identificador inequívoco daquele material e que é o que poderia ser usado numa investigação. Então, se você tem um primeiro disparo de texto, e esse disparo é repassado, repassado e repassado, eu não tenho nenhuma forma de fazer um rastreamento desse disparo em texto.

Sobre a questão de se tudo fica registrado, se está no equipamento físico, eu, particularmente, acho inviável por um limite talvez legal. Se você tem a cobertura, por exemplo, que o marco civil dá hoje, de que eu posso chegar para um provedor, eu digo assim... Eu juiz, por exemplo. Eu juiz chega para um provedor de conteúdo e fala: "Eu preciso deste registro aqui de acesso, porque isto aqui está no período de seis meses, em que você é obrigado a manter esse registro". Então, o provedor de aplicação vai fornecer aquele registro. Passados os seis meses, o provedor fala: "Eu não tenho mais; eu apaguei". Eu posso até concordar, em tese, com você que eventualmente um registro que ele apagou pode ter ficado num HD físico que está em algum lugar da sede da empresa. Agora, se você for entrar nesse tipo de investigação, você teria que fazer uma busca e apreensão dos computadores da empresa para poder fazer uma perícia. Então, eu acho que isso excede o escopo possível de investigação. Eu acho que o que está previsto no marco legal é uma janela interessante que já foi pensada justamente para esse tipo de situação.

Com isso acho que eu encerro as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria prestar aqui algumas informações. A Senadora Kátia Abreu não se encontra, mas informo a todos os senhores e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhoras que a Anatel, a partir de janeiro, agora, já disponibiliza um *site* para consulta dos telefones que estão cadastrados no seu CPF. Então, se alguém tem seu CPF, qualquer pessoa, até por maldade, chega lá, faz a habilitação de um *chip.* A partir de janeiro já vai ter esse crivo. E também, a partir de janeiro, a Anatel vai exigir mais rigor na habilitação dos *chips*. Provavelmente, com a presença física da pessoa, munida do CPF ou procuração, para evitar também que laranjas sejam utilizados para fazer essas habilitações.

Então, nada mais havendo a tratar, inclusive, eu queria fazer até essa menção. Nós só vamos encerrar a reunião antecipadamente, porque a nossa Relatora tem um compromisso, vai viajar, pegar avião. Então, em homenagem a ela, boa baiana, nós vamos aqui antecipar. Sei que V. Exas. poderiam questionar os nossos convidados, mas vamos deixar para outra oportunidade. Eles vão disponibilizar este material aqui para as nossas consultas. Sei também que eles vão ficar à disposição para qualquer ligação ou até uma outra vinda aqui, se possível for, para demais esclarecimentos.

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, a presença do Dr. Miguel Freitas, do Dr. Marco Aurélio. Foram muito importantes as apresentações de vocês. Foi de grande valia para esta Comissão. Tenho certeza de que isso vai surtir frutos no futuro.

Então, convido a todos para a próxima reunião, que se realizará no dia 3/12, às 13h, com os seguintes convidados: Natália Leal, representante da Agência Lupa; Thiago Reis, representante do *site* Fato ou Fake, do Portal G1; representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); representante da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

E, no dia 4/12, acabei de confirmar aqui, agora, a convidada confirmou a presença, a Deputada Joice Hasselmann, também às 13h.

Declaro encerrada a presente reunião.

E vão com Deus!

(*Iniciada às 13 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e vinte e três minutos do dia três de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Ricardo Barros, Walter Alves, Márcio Jerry, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Delegado Éder Mauro, Lídice da Mata, Pedro Lupion, Túlio Gadêlha, Paulo Ramos, Pr. Marco Feliciano, José Medeiros, Dr. Leonardo, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Dário Berger, Denis Bezerra, Marcos do Val, Paulo Rocha, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Filipe Barros, Caroline de Toni, Marcelo Ramos, Celso Russomanno, Alexandre Frota e Arthur Oliveira Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitivas decorrentes dos Requerimentos nº 65, 99, 100, 105 e 155/2019. Oitiva do Arnaldo Cesar Ricci Jacob, Representante da Associação Brasileira de Imprensa - ABI., em atendimento ao requerimento 65/2019; do Gésio Passos, Vice-presidente Regional Centro-Oeste da Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, em atendimento ao requerimento 155/2019; da Natália Levien Leal, Representante da Agência Lupa, em atendimento ao requerimento 99/2019; do Thiago Reis, Representante do serviço "FATO OU FAKE" do Portal G1., em atendimento ao requerimento 105/2019; da Tainã Nalon Xavier, Diretora executiva do portal "Aos Fatos", em atendimento ao requerimento 100/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/03

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se às oitivas decorrentes dos seguintes requerimentos: Requerimento nº 65, de autoria da Deputada Lídice da Mata; Requerimentos nºs 99, 100 e 105, de autoria do Deputado Dr. Leonardo; Requerimento 155, de autoria da Deputada Luizianne Lins.

Estão presentes os seguintes convidados, que chamo para compor a Mesa: Sr. Arnaldo César Jacob, representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Sra. Natália Leal, representante da Agência Lupa; Sra. Tainã Xavier, Diretora Executiva do Portal Aos Fatos; Sr. Thiago Reis, representante do serviço Fato ou Fake, do Portal G1.

O Sr. Gésio Passos, Vice-Presidente Regional Centro-Oeste da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), está a caminho e nos avisou. (*Pausa.*)

Dando sequência à nossa CPMI, convido para compor a Mesa o Sr. Gésio Passos, Vice-Presidente Regional Centro-Oeste da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Em tempo, agradeço a presença de todos os convidados.

Dando sequência à nossa CPMI, vamos ouvir, pelo tempo de 15 minutos, o Sr. Arnaldo César Ricci Jacob, representante da Associação Brasileira de Imprensa, para a sua exposição.

O SR. ARNALDO CÉSAR RICCI JACOB (Para expor.) – Boa tarde a todos! Boa tarde a todas!

Eu gostaria de agradecer aos Deputados e Senadores o convite, a oportunidade para a Associação Brasileira de Imprensa vir aqui debater com vocês um tema que, para nós da ABI, é muito importante.

Eu gostaria de agradecer também o Senador Angelo Coronel por essa gentileza e por essa atenção e delicadeza com a ABI.

Eu sou um jornalista de longa trajetória na imprensa do Rio de Janeiro. Trabalhei nos principais veículos de comunicação convencional do Rio de Janeiro. Fui repórter, fui foca, fui editor executivo e presidi uma empresa do Governo que administrava a TV Educativa no Rio de Janeiro, a TV Educativa no Maranhão e uma rede de cinco rádios. Hoje, eu dirijo uma empresa de comunicação digital, onde trabalho com realidade virtual e realidade ampliada para reduzir acidentes de trabalho em áreas de grande risco.

Eu gostaria de falar para os senhores sobre a ABI. A ABI é uma instituição com 111 anos de idade. Ela é uma das cinco ou seis mais antigas representantes da sociedade civil organizada no País. A partir dos anos 30, essa associação teve um protagonismo muito forte na política deste País, quando ela foi a ponta de lança da campanha do petróleo, que depois se transformou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

na campanha O Petróleo é nosso!. A partir daí ela teve posições muito fortes. Especialmente durante o regime militar, a ABI foi considerada uma trincheira da democracia – é assim que a gente a chama no Rio – e teve uma participação também muito grande no processo de redemocratização do País. Talvez poucos dos senhores saibam, mas o texto que pediu o *impeachment* do então Presidente Collor foi escrito pelo Dr. Barbosa Lima Sobrinho, na condição de Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Feitas essas apresentações, eu queria também falar para os senhores que a ABI se dedica basicamente a quatro bandeiras: a questão da liberdade de imprensa, a questão da democracia, a questão do Estado democrático de direito e a questão da soberania nacional. Essas são as bandeiras com que tradicionalmente essa associação vem atuando politicamente no Brasil.

Quando se trata da questão de *fake news,* vê-se que *fake news* corrói a democracia, desorganiza a formação da opinião pública no País, confunde a formação da opinião pública e, de certa forma, desestabiliza o Estado democrático de direito.

A ABI, desde meados de 2016, vem estudando a questão de *fake news.* E começou a discutir essa questão logo depois do plebiscito que houve na Inglaterra conhecido como Brexit. Naquele momento, começou-se a perceber a utilização de *fake news* de uma forma muito mais sofisticada e muito mais persuasiva.

A partir dali a gente começou a debater esta questão, e nós evoluímos para um posicionamento o qual eu vou revelar aqui para os senhores.

Normalmente, essas instituições tipo ABI vinham até então... A própria ABI fazia isso. Quando se tinha um desacerto, uma irregularidade, a ABI reagia através de notas oficiais ou de manifestos, coisas desse tipo. Nós percebemos que isso, no mundo das comunicações de hoje, já não produz nenhum tipo de resultado. Então, nós começamos a trabalhar numa ideia de que a ABI teria que encontrar meios de combater a *fake news* no campo em que a *fake news* se manifesta, que é o campo das redes sociais. E desenvolvemos um projeto sobre o qual estamos conversando com Tribunal Superior Eleitoral, aqui em Brasília.

O projeto é muito simples em que se usa robótica. O mesmo robô que dissemina informação dentro das redes sociais pode ir lá e captar as informações nocivas que estão dentro da rede. Uma equipe de checagem constituída por jornalistas faz a checagem numa velocidade muito rápida e reinjeta, dentro das redes sociais, uma vacina... O que nós chamamos de vacina. O que é essa vacina? É um aviso. Esse aviso vale para os internautas, para os leitores de veículos convencionais, para os telespectadores de uma rede de televisão, para os radiouvintes; esse aviso vem e diz que aquela informação é suspeita. Nesse meio tempo, essa equipe de profissionais checa essas informações e certifica se aquilo é verdadeiro ou é falso. Então, esse é um mecanismo, é uma forma que a gente discutiu para a Associação Brasileira de Imprensa combater a *fake news* de uma maneira mais efetiva.

Existem empresas, e eu imagino que algumas delas estejam aqui nesta Mesa hoje, que fazem isso como uma iniciativa privada. Algumas organizações de comunicação, grandes grupos de comunicação atuam... Vocês já devem ter visto, como o Fato ou Fake, que as Organizações Globo organizaram. A *Folha de S.Paulo* também tem um mecanismo de checagem das informações. Mas a nossa grande preocupação na ABI é que a notícia falsa, a notícia negativa, a notícia capciosa não produza o efeito de contaminação que os seus autores querem. Então se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

deve combatê-la de uma maneira muito rápida e muito veloz. Por isso a gente está trabalhando neste projeto: evitar que se façam estragos na formação da opinião pública – esse é o objetivo.

Nós da ABI estamos também olhando para uma evolução que vem acontecendo nessa área da *fake news.* Então, a primeira questão que a gente tem se debruçado é a seguinte: como combater *fake news* num país onde o próprio mandatário produz *fake news?*

Isso acontece nos Estados Unidos, isso acontece aqui no Brasil, isso acontece na Turquia, isso acontece na Hungria e isso acontece nas Filipinas.

Eu não sei se os senhores sabem – provavelmente já tenham informado os senhores nesta Comissão – que o Presidente das Filipinas, que se chama Rodrigo Duterte, produz *fake news* nas redes sociais, especialmente no Twitter, conclamando a população a que sejam eliminados naquele País três milhões de traficantes. Essa é uma meta de governo dele. E ele fala que quer eliminar esses três milhões e jogar os corpos dentro de uma baía que banha a capital das Filipinas, Manila. Mas isso é um absurdo total e absoluto, porque é um Presidente da República propagando um extermínio, um holocausto, matar três milhões de pessoas e jogar dentro da baía. É óbvio que ele não fará isso, mas ele quer usar o impacto dessa informação, tanto que ele ganha projeção internacional e estamos nós aqui falando do Sr. Rodrigo Duterte.

Então, essa é uma questão sobre a qual a gente tem feito algumas reflexões. A outra questão é que *fake news* já não é mais produzida de uma maneira amadora, de uma maneira tosca, como foi no início das redes sociais. Hoje se usam altas sofisticações tecnológicas e se usa uma série de conhecimentos que são manipulados para gerar um resultado, que pode ser um resultado eleitoral ou pode ser também um resultado na área industrial, comercial, como quiser. E, nesse caso, o exemplo mais vistoso, o exemplo que a gente tem tentado entender como funciona é o *case* Cambridge Analytica.

Cambridge Analytica é um instituto ligado com profissionais da Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Esse instituto é uma empresa privada que pertence a um americano chamado Robert Mercer. Ele é um bilionário. Parece que a fortuna dele é da ordem de US$4 bilhões. Ele é um ex-funcionário da IBM que desenvolveu vários *softwares* para investir no mercado financeiro americano e europeu, onde ele é especialista nos chamados "fundos abutres", que são aqueles fundos de países em dificuldade financeira e em que há uma especulação violenta.

Pois bem, esse Sr. Robert Mercer é ligado e é mentor de um personagem que vocês certamente já devem ter conhecido, que se chama Steve Bannon, que foi o assessor de imprensa na primeira eleição do Presidente Trump nos Estados Unidos, em 2016.

A ferramenta desenvolvida pela Cambridge Analytica foi usada tanto em meados de 2016, no referendo do Brexit, e depois ela foi replicada em novembro, na eleição do Trump.

Se o Presidente da Comissão me autorizar, eu trouxe um vídeo, que é um vídeo didático, feito pela BBC de Londres, para aqueles que ainda não entenderam como é que funciona o mecanismo da Cambridge Analytica.

Eu pediria autorização para projetar o vídeo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tranquilo. Pode passar.

O SR. ARNALDO CÉSAR RICCI JACOB (Para expor.) – ... para os senhores entenderem e, depois, eu retomaria com comentário para os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. ARNALDO CÉSAR RICCI JACOB (Para expor.) – Bom, esse escândalo os senhores devem ter acompanhado pelos jornais. O Senado americano e o Congresso americano abriram uma investigação e o presidente e dono do Facebook teve que se esclarecer, teve que ir lá prestar esclarecimentos sobre o porquê ele cedeu 85 milhões de perfis do Facebook para que a Cambridge Analytica fizesse isso que os senhores viram que foi demonstrado aqui nesse vídeo.

Então, isto é uma sofisticação da forma de manipulação e de alteração da opinião pública.

Outra evolução da *fake news* é o *deepfake*. Uma tradução rasteira e literal disso seria a falsidade profunda. O *deepfake* é produzido com *softwares*. São vários níveis de *softwares*, mas são *softwares* de alta sofisticação usados inicialmente pela indústria cinematográfica americana. À medida que esses *softwares* vão evoluindo – os *softwares* de hoje estão trabalhando com *softwares*, se eu não me engano, de quarta geração –, aí os *softwares* de primeira geração vão passando. Quem compra isso é a indústria de cinema pornográfico e, à medida que vai evoluindo e sofisticando, esses *softwares* de primeira geração acabam indo parar... E são acessados e comprados por *hackers*.

Se o Presidente da Comissão autorizar, eu trouxe um outro vídeo. Esse vídeo é uma paródia que foi feita aqui no Brasil com um *software* já mais novo.

É o outro vídeo.

Esse vídeo é uma paródia feita com o Presidente Bolsonaro. Ele começou a ser veiculado aqui no Brasil...

Segure só um pouquinho.

Esse *software* começou a ser veiculado aqui no Brasil há três ou quatro semanas e está no YouTube. Esse vídeo eu estimo que já tenha tido uma visualização da ordem de 1,5 milhão a 2 milhões de pessoas.

Eu vou passar um trecho e depois eu vou explicar a sofisticação que existe nesse *deepfake*.

Por favor.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. ARNALDO CÉSAR RICCI JACOB (Para expor.) – Acho que já deu para os senhores entenderem como é feito.

Eu só gostaria de observar que o *deepfake* aqui funcionou em dois planos. No primeiro plano, é a Mariah Carey, que é uma cantora, se eu não me engano colombiana, que tem... Ele retira, com a ajuda de um *software*, o rosto da cantora, e insere o rosto do Presidente Bolsonaro. No primeiro momento, você tem uma dificuldade de reconhecimento. Isso é intencional, porque você vai vendo o vídeo e você descobre admirado quem é. A intenção é produzir essa admiração, porque é a forma de fixação da informação no telespectador ou na pessoa que está assistindo. Depois, há uma outra forma de alteração, que é no segundo plano, que é o Presidente Trump. Então, eles trabalharam em dois planos no mesmo vídeo. Isso é o *deepfake*.

Eu gostaria de dizer aos senhores que isso foi utilizado em campanha política aqui no Brasil nas eleições do ano passado para o Governo do Estado de São Paulo. O atual Governador, João Doria, durante o período da campanha, teve que se defrontar com um vídeo, em que fizeram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma adulteração, onde ele aparece numa orgia sexual. Esse vídeo foi adulterado. O personagem que estava... Foi retirado o rosto desse personagem e se enxertou o rosto do Governador. E, ao mesmo tempo em que eles fizeram a alteração do vídeo, eles também produziram *frames*. Isso que os senhores estão vendo aqui na tela agora, parado, é um *frame*, é uma fotografia. Então, distribuíram fotos e distribuíram vídeos. Eu estou contando isso para dizer aos senhores que o *deepfake* já está na política brasileira. Ele não é uma novidade.

Depois, há outro ponto que eu gostaria de explicar para os senhores.

Se você puder tirar da tela...

Outro ponto sobre o que eu queria falar com os senhores, que é uma coisa que a gente tem observado lá na ABI, é o seguinte. Em agosto deste ano, o *The New York Times* publicou uma reportagem denunciando a criação de um grupo de campanha do Presidente Trump, que já está se preparando para a reeleição, e, dentro desse grupo de campanha do Presidente, eles criaram um núcleo de investigadores, de jornalistas que rastreiam os jornalistas que fazem oposição ao Governo e produzem informações, falsas ou verdadeiras, informações com as quais eles querem constrangedor esses profissionais, para evitar que esses profissionais façam críticas, ao longo da campanha, especialmente à gestão do Presidente Donald Trump. Essa é uma outra forma de adulteração da informação e da formação da opinião pública.

Outro complicador para o qual nós temos que estar atentos se chama 5G. É a quinta geração do telefone celular.

Não se sabe ainda se o Brasil vai conceder as concessões para as telefônicas operarem essa quinta geração do telefone celular no ano que vem ou em 2021, mas a verdade é que isso virá, e isso vai... Nós temos que estar preparados, especialmente os profissionais da área de comunicação, porque isso vai virar tudo de cabeça para baixo de novo. Talvez o que a gente esteja vendo hoje, aqui, e achando que é um negócio tecnologicamente fantástico, isso tudo vai ficar superado daqui a um ano.

Bom, eu escalei esses itens todos para encerrar a minha fala, fazendo uma sugestão a esta Comissão, no sentido de que os Srs. Deputados e os Srs. Senadores tenham em mente ou criem mecanismos para que eles possam apoiar, financiar, ajudar instituições que existem no Brasil que hoje fazem pesquisas profundas na área de comunicação digital. Então, em São Paulo, existe a Universidade Mackenzie, que tem um laboratório que é considerado pelos técnicos como um dos laboratórios mais importantes do País nessa área de pesquisa – foram eles que testaram e qualificaram o padrão nipo-brasileiro de TV digital –; você tem, no Rio de Janeiro, a PUC, que tem um laboratório importante fazendo pesquisa na área da interatividade para a televisão digital, que é uma complicação muito grande; você tem, na Paraíba, a Universidade Federal da Paraíba, que vem fazendo pesquisas nessa área; você tem, em Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Catarina, que tem um centro de pesquisa nessa área muito importante.

E a nossa ideia é que esses centros sejam reforçados, inclusive para fazer pesquisa e acompanhar a evolução do que vem acontecendo, do uso de tecnologia, para o que nós, por enquanto, ainda chamamos de *fake news.* Eu não sei de que nós vamos chamar quando essa tecnologia, essa complexidade toda começar a funcionar, mas é importante que haja pessoas especializadas, que haja engenheiros, que haja cientistas da comunicação, jornalistas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

antropólogos vendo como é que essa coisa está evoluindo. Há um ramo da neurociência que se chama neurolinguística, que foi largamente utilizado naquele processo da Cambridge Analytica.

Eu agradeço novamente, Senador, a sua delicadeza com a instituição que eu represento e agradeço a atenção dos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu passo a palavra para o Sr. Gésio Passos, Vice-Presidente Regional Centro-Oeste da Federação Nacional dos Jornalistas.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) tem sua data de fundação em 20 de setembro de 1946. Ao longo de mais de 70 anos de atividades, tem buscado a organização da profissão no País e trabalhado na garantia de acesso público à informação ética e plural, além de melhores condições para o exercício do jornalismo no Brasil. Conta hoje com mais de 40 mil jornalistas filiados, espalhados por 27 sindicatos estaduais e quatro municipais.

Gésio Passos é formado em Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e, atualmente, é o Vice-Presidente da Fenaj para a Região Centro-Oeste. Faz parte da Coordenação Executiva do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

O requerimento convidando Gésio Passos como representante da Fenaj foi apresentado pela Deputada Luizianne Lins, do PT, do Ceará.

Passo a palavra ao nosso convidado.

O SR. GÉSIO PASSOS (Para expor.) – Primeiro, boa tarde.

Agradeço ao Presidente desta Comissão, Senador Angelo Coronel; à Deputada Lídice da Mata; à Deputada Luizianne Lins também, que fez o requerimento convidando a Federação, e a todos e todas Parlamentares presentes.

Primeiro, eu gostaria de destacar também que sou empregado da Empresa Brasil de Comunicação, repórter da Rádio Nacional, que também neste momento sofre, desde a época eleitoral, uma série de ataques e desinformações sobre o papel dessa empresa pública tão importante, que, inclusive, vem sendo alvo do atual Governo, numa discussão sobre privatização. Eu acho que é também importante a gente destacar o papel fundamental que faz essa empresa e que, por muitas vezes, não só lideranças políticas, como meios de comunicação, distorcem fatos sobre o papel da comunicação pública no País.

Primeiro, para a Federação a estratégia de desinformações sempre existiu, utilizando inclusive e principalmente comunicações de massa no passado. Então, o fenômeno em si não é um fenômeno novo, mas, com a ampliação e o acesso à internet, ganhou uma escala que favoreceu fundamentalmente esse fenômeno, que a gente prefere tratar como desinformação do que como *fake news*.

Cito o caso, por exemplo, das eleições presidenciais do passado e do presente, em que, muitas vezes, a desinformações esteve presente ao longo das próprias campanhas eleitorais e processos recentes, por exemplo, como a reforma da previdência, em que houve concretamente uma desinformação por parte dos veículos de comunicação, com uma cobertura em grande parte tendenciosa, ouvindo apenas um lado do fato da reforma. Esse fenômeno gera uma desinformação, inclusive, na própria população.

Então, o fenômeno da desinformação está presente no ambiente político e no ambiente da comunicação social há muito tempo, mas é claro que, com o fenômeno das tecnologias da informação, isso ganhou uma escala até então nunca vista, uma amplitude que favoreceu direcionamento em massa de informações falaciosas, associado a estratégias comerciais das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

empresas e coletas de dados em massa, principalmente para influenciar a audiência e, em consequência, a própria opinião pública brasileira.

A desinformação também hoje é aliada a uma estratégia de propaganda de grupos políticos – a gente tem que ressaltar isso como fundamental –, principalmente grupos extremistas, principalmente aqui no Brasil.

Dados do Ibope Inteligência, de novembro do ano passado, após a eleição, mostraram que 90% da população receberam notícias falsas em 2019. O Presidente... Como diz o colega da ABI, o Presidente da República hoje é um dos maiores promotores de desinformação no País.

Levantamentos que a Fenaj soltou ontem...

A gente começou a fazer um levantamento, um estudo a partir deste ano, de janeiro, sobre os ataques do Presidente da República contra a imprensa. Soltamos ontem a consolidação até o mês de novembro. Ocorreram 111 ataques, de janeiro a novembro, sendo que a maior parte desses ataques é em ocorrências que levam à descredibilização ou desconstrução do próprio jornalismo.

Então, isso é mais um fator de que a Presidência da República ou o principal mandatário, Jair Bolsonaro, utiliza, para construir a sua própria narrativa do que é verdade e do que não é verdade.

Além desses cem ataques, houve 11 ataques diretos a profissionais da imprensa, jornalistas principalmente, durante todo esse período em que ele dirige o nosso País. Isso ajuda a construir uma discussão importante sobre o processo inteiro de desinformação e de ataque ao jornalismo profissional, à livre informação e livre circulação de informações no País.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o jornalismo profissional também é um dos grandes alvos da desinformação em série, tanto pela tentativa de desqualificar – como o Presidente faz várias vezes – a produção de notícia profissional, como também, por muitas vezes, por estratégias dos próprios veículos. A editorização dos grandes veículos da circulação da informação também leva a uma falta de credibilidade e desinformação da população.

Então, temos que ressaltar principalmente que, historicamente, a mídia brasileira silencia vozes não hegemônicas, vozes de movimentos sociais, vozes que discordam do *status quo*. Então, essa falta de pluralidade, de diversidade da mídia brasileira é estruturante para quando a gente vai discutir a própria desinformação.

Tanto os meios tradicionais, de rádio e televisão principalmente, quanto a nova estrutura de mídia que ascendeu com a internet, os grandes aplicativos e plataformas digitais, também trazem essa perspectiva de hiperconcentração do setor, e uma hiperconcentração ainda internacionalizada, principalmente as plataformas como Google, Facebook, WhatsApp, Twitter, e que não têm qualquer tipo de regulamentação e entrave no País.

É importante a gente lembrar que a gente tem um artigo constitucional, art. 220, e lá está previsto que na comunicação social é vedada a oligopolização ou monopolização dos meios, que nunca foi regulamentado por essas Casas, tanto o Senado quanto a Câmara, o Congresso Nacional, e isso é um elemento central que leva à desinformação do povo brasileiro. A falta de diversidade das mídias, a falta de diversidade informativa... Temos pesquisas que mostram ainda um vazio informativo em todo o País, a falta de uma mídia regionalizada no interior que leve a própria população a ter acesso às informações locais e ficar ainda mais refém a uma especularização da mídia ou de informações, que leva ao processo de desinformação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a desinformação como arma política, que é o cenário que a gente vê, que é o fruto desta CPMI – é bom a gente ressaltar – encontra na internet um campo para a sua reprodução e capitalização. As grandes empresas lucram com o processo de desinformação do povo. Facebook e Google, por exemplo, concentram hoje mais de 60% da publicidade mundial, e essa divulgação de qualquer tipo de informação leva à monitorização dessas empresas. Então, a situação também é estruturante.

E, aí, as soluções dadas até então – que os colegas vão ressaltar – sobre as iniciativas de checagem, que são importantes, não podem ser absolutizadas, porque a gente, inclusive, no ano passado, teve problemas de checagem, de derrubada de material, por checagens que não se comprovaram depois. Então, a gente ressalta a importância das iniciativas, inclusive iniciativas das próprias empresas, mas, em grande parte, essas iniciativas são das próprias empresas que têm, dentro das suas narrativas, as estratégias comerciais dos grupos privados de mídia do Brasil.

Então, é importante a gente discutir o impacto da avaliação das notícias para a sua não circulação por esses monopólios digitais, porque parte hoje das agências tem algum aporte dessas grandes empresas que levam a algumas consequências, como a derrubada de conteúdos, rotulação de conteúdos, o que também pode inibir a livre circulação de informação no País.

A gente gostaria de ressaltar também que a própria estrutura de mídia brasileira hoje afeta o próprio jornalismo produzido no País, que está sendo colocado tão em xeque pela população. Então, há, sim, uma superexploração dos jornalistas, há uma tentativa de ampliar essa desregulamentação, inclusive, da profissão... A gente acha que isso afeta diretamente a credibilidade e o processo informativo da população brasileira.

Estou aqui com um adesivo que a gente lançou, na semana retrasada, numa campanha, junto com os demais trabalhadores, contra a Medida Provisória 905, que, além de liquidar a uma parcela significativa de jovens qualquer tipo de acesso à proteção trabalhista, apresentou uma desregulamentação de mais de uma dezena de profissões, inclusive de jornalistas e radialistas. E para nós, jornalistas, isso pode afetar diretamente a própria produção de notícias.

A gente vem já num processo de derrubada, e a Federação se colocou fortemente contrária à exigência do diploma profissional há mais de dez anos – a exigência de diploma para o exercício da profissão. A gente acha que ações como essa, da Medida Provisória 905, buscam atacar também a credibilidade e a informação para o brasileiro. Você ter uma profissão totalmente desregulamentada, como é a profissão de jornalista, leva fatalmente a uma diminuição da qualidade da informação e da circulação da informação brasileira. E há uma superexploração do profissional da imprensa.

Então, a gente acha também que todo esse cenário de superexploração também favorece uma falta de diversidade, pelo próprio ritmo do trabalho. Com menos profissionais nas empresas, com menos jornalistas, você tem um tempo menor para aprofundar as notícias, um tempo menor para a apuração e repercussão dos fatos, que levam à visão que pode ser considerada oficialista dos fatos e, assim, repercutir um cenário de desinformação, como também repercutir ainda mais valores conservadores, que estão em ascensão e que favorecem os ataques aos direitos humanos no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para a federação, uma saída cujo debate a gente quer trazer para a própria Comissão, para o Parlamento, passa por fortalecer a democracia e, principalmente, a democracia nos meios de comunicação no País. Temos diversas iniciativas que buscam discutir a necessidade de uma pluralidade, a diversidade dos meios, inclusive porque os próprios veículos agem de forma a desinformar a população sobre esse debate, a censurar qualquer debate sobre o papel dos meios de comunicação no Brasil, a necessidade de diversidade e pluralidade desses meios, atacando com censura, atacando com controle, sendo que é um debate que é necessário e é feito em qualquer país democrático do mundo.

Então, a gente acha que passa também por isso, por uma discussão não só dos meios tradicionais, mas também com os meios em ascensão, principalmente as plataformas digitais. Então, é preciso garantir a regulamentação constitucional da vedação dos monopólios, oligopólios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GÉSIO PASSOS (Para expor.) – ... ampliar a discussão da diversidade de vozes, pluralidades...

Vou encerrar. Só acelerando aqui...

Outro ponto é principalmente valorizar a ética jornalística, valorizar o código de ética dos jornalistas, para garantir um jornalismo com mais credibilidade e que cumpra um papel social importante na sociedade brasileira.

Além disso, a gente ressalta a importância do debate sobre a regulamentação profissional, sobre a questão do diploma do jornalismo como forma de fortalecer o jornalismo brasileiro.

Além disso, é preciso reforçar as propostas da sociedade civil que estão em curso, como a discussão sobre a criminalização da desinformação, que foi aprovada por este Congresso, depois foi vetada e foi derrubado o veto. É um instrumento que não favorece, de fato, uma discussão sobre a liberdade e sobre os seus limites num País que tem uma população carcerária gigante. Então, a gente acha que esse debate tem que ser refeito no Congresso Nacional, uma situação em que acho que a CPMI pode contribuir.

Além disso, é preciso discutir, fundamentalmente, a questão da privacidade dos usuários, para que, como o vídeo mostrou, os próprios dados não sejam utilizados para fins de reproduzir o poder político e também reproduzir a apropriação do capital.

Então, é necessária transparência das filtragens das informações com os algoritmos. Os meios têm essa responsabilidade. Outros países do mundo estão avançando em relação a isso, como também em preservar os mecanismos de criptografia dos aplicativos, para que a gente impeça que um Estado policialesco se implante neste País.

Além disso, claro, é preciso reforçar o que está sendo discutido, inclusive pelo Supremo: a questão do Marco Civil da Internet, sobre a retirada de conteúdo somente via decisão judicial, que está sendo colocada em xeque e que é um importante debate que esta CPMI faz, para garantir o direito à liberdade de informação, para garantir o direito à liberdade de expressão da população brasileira.

Não podemos aceitar que as grandes plataformas retirem conteúdos a partir apenas da sua avaliação ou dos seus temos de conduta ou de instrumentos de conferência que elas criam ou aos quais se associam, para que se impeça, principalmente, a diversidade de voz no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço o tempo, e nos colocamos também à disposição dos nobres Parlamentares. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra, por 15 minutos, à Sra. Tainã Nalon Xavier, Diretora-Executiva do portal Aos Fatos.

Tainã Nalon é cofundadora do portal Aos Fatos, em que atua como Diretora-Executiva. É jornalista, formada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Trabalhou na *Folha de S.Paulo*, em Brasília, no Rio e em São Paulo, por quase seis anos, cobrindo, dentre outros temas importantes, o cotidiano da ex-Presidente Dilma Rousseff e do Palácio do Planalto.

O requerimento para a vinda da jornalista Tainã Nalon foi apresentado pelo Deputado Dr. Leonardo, do Solidariedade, do Mato Grosso.

Com a palavra a Sra. Nalon.

A SRA. TAINÃ NALON XAVIER (Para expor.) – Olá.

Muito obrigada pelo convite, Srs. Parlamentares e demais membros da Comissão.

Eu, na verdade, me apresento como Tai Nalon. Então, se vocês "derem um Google", vai ser esse nome que vai aparecer.

Eu sou a Diretora-Executiva e cofundadora do Aos Fatos. O Aos Fatos é um *site* de checagem de fatos, fundado em julho de 2015. Então, temos quatro anos e meio trabalhando no combate à desinformação e pelo aprimoramento, pela qualificação do debate público, do discurso público, a partir de duas vertentes, que são a verificação de declarações de políticos, em geral, em nível nacional, mas em nível local também, quando existe algum tipo de expressão e relevância, mas também o que se popularizou como *fake news*, mas que nós costumamos chamar de desinformação e gostamos de chamar assim.

Então, a empresa é uma plataforma de checagem de informações públicas, que investiga e produz reportagens sobre o fenômeno da desinformação no Brasil. Então, a partir do nosso *site* – é possível qualquer um acessar. É aosfatos.org –, será possível ver tanto o que nós chamamos de *debunking*, que são aquelas matérias que servem para desmentir boatos que circulam nas redes sociais, que viralizam nas redes sociais, mas também reportagens que tentam aprofundar e compreender o fenômeno da desinformação no Brasil, a partir de padrões de campanhas de desinformação, como que as plataformas atuam, quais são as políticas de remoção ou diminuição de tração de conteúdo dentro das plataformas... Absolutamente tudo está dentro do escopo do nosso trabalho.

Nós somos uma equipe de jornalistas multidisciplinares, ou seja, são pessoas que tiveram trajetórias dentro dos mais diversos veículos de comunicação e de origens geográficas diversas.

Nós temos *designers*, temos desenvolvedores que trabalham com soluções inovadoras para o combate à desinformação.

Quando eu falo combate à desinformação e quando eu falo em sermos uma empresa jornalística que faz soluções inovadoras nessa seara, significa que não fazemos apenas reportagens; nós pensamos em como novos formatos e novas tecnologias podem combater um problema que, na minha concepção pessoal – mas que aparentemente é algo que acadêmicos e cientistas também pensam –, não vai embora, não vai desaparecer e não existe vacina nem receita pronta.

O Aos Fatos segue padrões de checagem estabelecidos pela IFCN, que é a International Fact-Checking Network, uma organização que é uma espécie de coalizão de checadores em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nível mundial, baseada nos Estados Unidos, que estabelece padrões de qualidade, de valores, de ética, de conduta e transparência. Essa organização credencia – embora não seja essa sua finalidade – checadores para, por exemplo, fazer parcerias, como a parceria que nós temos com o Facebook de checagem de desinformação dentro da plataforma.

Hoje, o Aos Fatos já produziu mais de 6 mil checagens desde seu lançamento, em julho de 2015, estabeleceu parcerias editoriais, trabalha com consultorias e desenvolve projetos especiais.

Entre 2018 e 2019, foram lançados quatro projetos que integram jornalismo e tecnologia, dentre eles a @fatimabot, que é um *bot* para Twitter. A partir de checagens do Aos Fatos, ela mapeia desinformação no Twitter e responde com a informação verificada.

Nós desenvolvemos um *chatbot* chamado Fátima também no Messenger.

Nós desenvolvemos um projeto Tweets de Bolso e o contador de checagens de declarações do Presidente Bolsonaro.

Eu vou falar brevemente sobre cada um desses projetos, para não tomar muito tempo e a gente poder participar, chamar os outros colegas para falar.

A Fátima no Twitter é um *bot* que mapeia URLs, ou seja, *links*, que levam à desinformação. Hoje, a Fátima já mapeou 4,5 mil perfis que, de alguma forma, compartilharam *links* com desinformação. Isso significa que ela avisa para aquela pessoa que compartilhou um *link* com desinformação que ela está compartilhando desinformação e manda um *link* de uma checagem do Aos Fatos com a informação verificada. Ou seja, foram 4,5 mil perfis acionados pelo *bot,* num alcance de cerca de 2,5 milhões de usuários e 23 mil *links* mapeados.

Ela também não avisa todas as pessoas que compartilham *link* com desinformação: ela ranqueia por relevância, influência, urgência... Dessa forma, ela é uma solução para um problema que as redes sociais trouxeram, que é a circulação de informação em bolhas. Ela pretende furar bolhas de desinformação, ao avisar pessoas que, de outra maneira, não teriam acesso à informação verificada e checada. Então, essa é a premissa da Fátima no Twitter.

Nós também temos a Fátima no Messenger, que é um *chatbot* que, a partir da nossa metodologia de checagem, dá dicas para pessoas, para usuários do Messenger no Facebook, sobre como checar uma determinada peça de desinformação.

Isso significa como checar uma imagem, como checar um vídeo, como checar um meme, como checar a declaração de um político, enfim, uma série de peças de desinformações que nós vemos, nós recebemos diariamente, através do WhatsApp ou do Facebook ou do Twitter. Ela está lá para auxiliar nesse processo. Ela não dá vereditos, é bom deixar isso bastante claro. Por mais que seja um robô, por mais que seja tecnologia, por mais que seja um projeto de inteligência artificial, ela nunca e não é possível dar vereditos sobre a veracidade ou a falsidade de um determinado dado. Ela está ali para auxiliar a pessoa e estabelecer guias de como checar determinada informação.

Neste ano, nós lançamos um projeto que nós internamente chamamos de agregador, mas é um contador de declarações falsas ou distorcidas feitas pelo Presidente Bolsonaro. Nós sabemos que o Presidente fala, com bastante frequência, informações que muitas vezes estão fora de contexto ou são exageradas ou que são patentemente falsas. Por conta disso, nós resolvemos importar uma metodologia que o *The Washington Post*, nos Estados Unidos, faz, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é contar quantas declarações falsas ou enganosas o Presidente Donald Trump faz diariamente. Nós fazemos esse acompanhamento aqui através dessa plataforma.

O Aos Fatos também tem um projeto que é fazer um arquivo de todos os tuítes publicados pelo Presidente Bolsonaro, de modo que eles não sejam perdidos caso sejam apagados ou de modo que o usuário consiga encontrar com maior clareza e maior eficiência, por algum tópico, o assunto que esteja buscando, porque a plataforma do Twitter, a busca do Twitter, na verdade, é muito complexa para alguns tipos de usuário. Então, acaba virando uma espécie de arquivo do que o Presidente tuíta, desde quando lançou, na verdade, o seu perfil no Twitter e desde quando ele não era Presidente efetivamente.

Nós também temos um braço de investigações. Então, nossos repórteres publicam regularmente levantamentos e investigações sobre qual é o papel de *sites,* páginas no Facebook, perfis de WhatsApp e toda a sorte de perfis em redes sociais que publicam desinformação. Veja bem, eu não estou dizendo *sites* de notícias falsas e eu não estou dizendo que os *sites* publicam apenas notícias falsas. Os *sites* muitas vezes usam dados factuais corretos, mas distorcem a informação de modo que a narrativa seja mais inclinada a uma determinada agenda. Esse foi o caso do Jornal da Cidade Online, que nós publicamos em meados deste ano, em 4 de julho, se eu não me engano – se a minha miopia permite olhar ali –, em que nós descobrimos que os autores de reportagens dentro desses *sites,* na verdade, não existiam. As suas fotos eram fotos de famosos ou de bancos de imagens que eram adulteradas para parecerem pessoas reais, mas, na verdade, não eram.

Nós também passamos, nós falamos, eu falei muito de política, mas nós investigamos o que existe de mais pernicioso hoje, eu acredito, na área da desinformação, que são as desinformações na área de ciências e saúde. Recentemente nós publicamos uma matéria que mostrava como a desinformação provocou a rejeição de jovens à vacina contra o HPV no Acre.

Um grupo de responsáveis, mães, tias, criou grupos e páginas no Facebook contra a vacina do HPV, alegando que a vacinação teria causado sintomas posteriores e que desencadearam, por exemplo, convulsões, dores de cabeça e outros tipos de incapacidade.

Nós publicamos nesta semana, na verdade ontem, que um relatório da USP mostrou que os sintomas relatados por essas jovens e pelas mães dessas jovens, na verdade, podem ter sido resultado da própria comoção causada pela desinformação, o que basicamente significa que desinformação pode fazer mal e pode gerar um efeito que é a histeria coletiva, por exemplo.

Eu queria mostrar, nesses próximos dois eslaides, como é que a polarização – isto é, o momento político que nós vivemos, em que absolutamente quem está ao lado de um não necessariamente é inimigo do outro – é um sintoma do tempo que nós vivemos. Então, na verdade, o que leva a propagação da desinformação politicamente motivada é muito diferente do que leva ao compartilhamento, por exemplo, de desinformação de saúde.

Nesses três casos que eu estou mostrando para os senhores: um, que é falso que o inverno de 2019 será o mais frio dos últimos 100 anos no Brasil; outro, que é falso que perfurar dedos e orelhas auxilia no socorro às vítimas de AVC; e outro, que não é verdade que pimentões podem abrigar vermes mortais. Todas essas peças de desinformação tiveram uma alta taxa de engajamento segundo dados do Facebook.

A primeira teve mais de um milhão de compartilhamentos. E, quando a gente fala em compartilhamentos, são pessoas que se deram ao trabalho de efetivamente compartilhar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

conteúdo. Você imagina a quantidade de pessoas que visualizaram esse compartilhamento nas suas respectivas *timelines*. Porém, quando a gente olha desinformação com algum componente político, isto é, citando figuras políticas como o ex-Presidente Lula e o Presidente Bolsonaro, o nível de compartilhamento é menor. Por quê? Porque essas informações possivelmente estão circulando apenas em bolhas extremamente partidárias e que estão reforçando apenas ideias preconcebidas pelos partidários das respectivas personalidades.

Eu queria trazer também um gráfico que foi produzido pela FGV no ano passado com relação ao caso Marielle, que talvez seja um dos casos mais gritantes em termos de desinformação viral que tivemos recentemente. Os senhores todos devem estar muito bem informados, mas pouco mais de 12 horas depois dos boatos contra Marielle viralizarem nas redes, atribuindo e associando-a ao crime organizado e ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro, ele foi amplificado pelo Deputado Alberto Fraga. Essa amplificação fez com que essa desinformação viralizasse de um modo sem precedente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TAINÃ NALON XAVIER (Para expor.) – Eu você vou terminar rapidinho.

Porém, uma checagem do Aos Fatos publicada um pouco mais de 12 horas depois desse tuíte fez com que a desinformação freasse a propagação do tuíte que a envolvia com o crime organizado. Ou seja, a checagem importa, o jornalismo profissional importa, e é necessário valorizar isso pelo seguinte motivo: hoje os brasileiros se informam prioritariamente através de redes sociais, não é mais só a televisão, não é mais só o rádio. Das pessoas que nós consultamos no ano passado, logo depois do período eleitoral, 33% disseram ter se informado durante a campanha por redes sociais; 24%, por aplicativos de mensagens, ou seja, muito possivelmente o WhatsApp.

Os brasileiros pouco clicam em *links* para o jornalismo profissional, eles mais compartilham imagens e memes, eles compartilham mais vídeos e áudios e toda sorte de mídias que fazem com que eles permaneçam nos aplicativos, ou seja, permaneçam no Facebook, permaneçam no WhatsApp, permaneçam no Twitter.

Isso fez com que o Aos Fatos apostasse em formatos diferentes para chegar nos seus leitores, ou seja, hoje nós temos listas de transmissão no WhatsApp com mais de três mil usuários para que consigamos chegar a maior quantidade de pessoas possíveis. É lógico que o nosso trabalho é muito pequeno perto da quantidade de desinformação que é compartilhada hoje.

Durante as eleições de 2018, segundo a nossa contabilidade, nós checamos ao menos 113 boatos, que, somados, tiveram mais quase 4 milhões de compartilhamentos. A partir de sugestões de mais de seis mil usuários do WhatsApp o Aos Fatos agregou mais de 700 imagens, vídeos e links de notícias falsas compartilhadas no aplicativo.

É impossível ter checadores que consigam checar essa quantidade de informação que recebemos diariamente e, sobretudo, durante a campanha eleitoral. E os boatos, nessa época, distorciam, sobretudo, declarações de candidatos, quaisquer candidatos, atribuíam a candidatos declarações que nunca foram dadas, atacavam o sistema das urnas eletrônicas, a sua efetividade e a sua segurança, atacavam o propósito de manifestações a favor e contra Bolsonaro, mostrando imagens que na verdade não faziam parte dos atos em si, e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fraudavam os resultados de pesquisas de intenção de voto, atribuindo aos institutos números que eles não haviam reportado.

Hoje o Aos Fatos está presente no Facebook, no Twitter, no Instagram. Nós temos 5,4 milhões de visitas neste ano. O Aos Fatos é financiado, basicamente isso... Eu vou passar batido por isso, mas eu preciso falar porque existe muita desinformação com relação a como o Aos Fatos é financiado. Ele é financiado pela sua audiência, ele é financiado por projetos de consultoria, ou seja, projetos de tecnologia como os robôs de que eu estava falando mais cedo, mas também outras soluções tecnológicas e relatórios sobre demanda sobre investigação para Facebook, Twitter, WhatsApp, Transparência Internacional e *openology* Brasil, e temos parcerias editoriais pontuais como o UOL e Nova Escola, além de termos já publicados em *sites* como o BuzzFeed Brasil, o Intercept e o The Brazilian Report.

Para o futuro, nós lançamos nosso programa de membros e temos projetos de inteligência artificial para aperfeiçoar a tecnologia que hoje nós estamos desenvolvendo, dentre eles identificar a desinformação e avisar desinformação por dentro do WhatsApp.

É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dando sequência, vamos ouvir agora Natália Leal, representante da Agência Lupa.

A Agência Lupa é a mais antiga agência de checagem do Brasil, tendo sido fundada em 1º de novembro de 2015. Desde essa data, a equipe da agência faz checagem do noticiário de política, economia, cidade, cultura, educação, saúde e relações internacionais. O resultado das checagens é vendido a outras empresas de comunicação e publicado no próprio *site* da Lupa.

Natália Leal é formada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem especialização em gestão de recursos humanos pela Fundação Getúlio Vargas. Foi repórter, editora, chefe de reportagem e coordenadora de produção em jornais e *sites* do Brasil, como Band, Terra, *Zero Hora*, *Diário Catarinense* e Poder360. Está desde 2017 na Agência Lupa, onde hoje ocupa o cargo de Diretora de Conteúdo.

A vinda da jornalista Natália Leal atende a requerimento apresentado pelo Dr. Leonardo, do Solidariedade, do Estado de Mato Grosso.

Passo a palavra à jornalista Natália Leal.

A SRA. NATÁLIA LEVIEN LEAL (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Boa tarde a todas e todos os presentes nesta Comissão, também aos membros da Comissão e aos que ocupam a Mesa ao meu lado.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muito o convite feito à Agência Lupa para este debate e também para ocupar este espaço de discussão sobre um tema tão importante e contemporâneo como é a desinformação, que aqui a gente tem convencionado chamar de *fake news*.

Como o Presidente destacou, eu sou Natália Leal, sou Diretora de Conteúdo da Agência Lupa desde maio deste ano, sou jornalista, sou gaúcha, resido no Rio de Janeiro há mais ou menos dois anos, desde que me juntei à equipe da Lupa, porque é no Rio de Janeiro que a Lupa mantém seu escritório e sua redação. Eu trabalho diretamente com desinformação e com checagem de fatos desde dezembro de 2017, quando fui convidada a trabalhar, então, na Agência Lupa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lupa é a primeira agência de notícias especializada em checagem de fatos do Brasil. Ela acompanha o processo de crescimento da desinformação dentro da sociedade brasileira desde 2015, quando foi fundada pela jornalista Cristina Tardáguila, que foi pioneira no Brasil nessa investigação de desinformação nesse contexto que a gente vem experimentando hoje, com um blogue chamado Preto no Branco, que ela lançou dentro do jornal *O Globo* em 2014, na cobertura eleitoral de 2014.

Depois da eleição de 2014, a Cristina, então, deixou o jornal *O Globo* e começou a trabalhar no que viria a ser, no ano seguinte, em 2015 portanto, o embrião da Agência Lupa, que se transformou no que a gente vê hoje.

O nosso modelo de negócios é bastante simples. Ele se baseia em três linhas de receita, e é importante falar aqui para os senhores sobre isso porque, assim como acontece com o Aos Fatos, a Lupa também é alvo de muitos questionamentos e de alguma desinformação com relação a isso.

A primeira das nossas linhas de receita é a venda de checagens para outros meios de comunicação. Por isso, as nossas publicações aparecem ou já apareceram na *Folha de S.Paulo*, no UOL, na revista *Piauí*, no portal Yahoo, na revista *Época*, no Metrópoles, que é daqui de Brasília, na Rádio CBN, e em muitos outros veículos regionais. Desde que a Lupa foi fundada, a Lupa fornece conteúdo para outros meios de comunicação, e, por isso, alguns dos senhores talvez já tenham visto os nossos conteúdos nesse tipo de publicação.

A nossa segunda linha de financiamento é o LupaEducação, desde 2017. Nós ensinamos outras pessoas a fazerem o *fact-checking*. Nós já estivemos em escolas, em universidades, em empresas e, neste exato momento, neste ano e no próximo, estamos treinando servidores da Justiça Eleitoral em todo o Brasil, já visando à eleição do próximo ano.

A terceira linha de receita da Lupa são os projetos com plataformas como o Facebook, o WhatsApp e o Google e também com embaixadas, consulados e outras empresas. Esses projetos variam de treinamento em *media readers*, ou seja, na leitura da mídia, até a construção de uma rede mais ampla de checadores também em vários Estados, já que a Lupa é uma empresa com atuação nacional e com atuação local muito pontualmente.

A Lupa, portanto, é uma sociedade anônima, que não recebe valores de fundos internacionais e nem tem em sua direção membros de qualquer outra empresa. É muito comum dizerem que a Lupa é da *Piauí,* da *Folha*, do UOL, que recebe dinheiro de fundos internacionais ou de financiadores como George Soros, por exemplo. Eu espero que fique claro que nada disso é verdadeiro.

Também aproveito para ressaltar que a Lupa, assim como o Aos Fatos, é membro verificado e auditado da *International Fact-Checking Network*, a IFCN, desde o seu surgimento. Todas as auditorias pelas quais a Lupa passa estão disponíveis tanto no *site* da agência, quanto no *site* da IFCN para leitura, podem ser lidas pelos senhores acessando esses dois *sites*.

Dito isso, gostaria de falar um pouco sobre o trabalho que a Agência Lupa faz diariamente. O *fact-checking* ou a checagem de fatos não é uma atividade jornalística que surgiu com as plataformas de checagem brasileiras. Ela, na verdade, é uma técnica aplicada à reportagem há muitos anos e que se transformou em um gênero jornalístico no início dos anos 90 nos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Desde lá, surgiram muitas plataformas desse tipo, não só nos Estados Unidos, mas em outras partes do mundo, com destaque para iniciativas em países asiáticos e, claro, também nos Estados Unidos. Aqui na América Latina, a principal referência em *fact-checking* é certamente a plataforma Chequeado, da Argentina, em que a Lupa inspira bastante o seu trabalho e que faz um trabalho muito parecido com o que a gente faz por aqui também.

O *fact-checking* se constitui, então, na verificação do discurso de agentes públicos e atores políticos. Isso significa conferir, com base em dados públicos, se o que dizem essas pessoas é verdadeiro ou falso ou quaisquer etiquetas que sejam definidas pela plataforma que está fazendo a checagem.

Cada plataforma tem a sua própria metodologia. A da Lupa se baseia, primeiramente, em selecionar a frase a ser conferida, observando quem fala, o que está falando e qual impacto que essa fala tem na sociedade ou no debate público.

Para que algo seja verificável ou seja checável, é necessário que se trate de dados históricos, dados ou fatos, de estatísticas, de comparações, ou de afirmações, ou de questões legais, ligadas à legislação, à Constituição.

Não faz parte da metodologia da Lupa checar opiniões, conceitos muito amplos ou tendências e futuro, porque, obviamente, coisas que ainda não aconteceram não podem ser checadas.

A Lupa utiliza dados públicos, como qualquer plataforma de checagem, porque são esses mesmos dados que baseiam as políticas públicas ou que esperamos que baseiem as políticas públicas dentro do nosso País.

A Lupa também usa estudos, pesquisas e organizações renomadas, dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação e consultas feitas a especialistas para construir as suas checagens.

Todas as informações usadas para construir uma verificação são disponibilizadas no texto publicado. Então, quando nós atribuímos uma determinada etiqueta a uma informação, toda a construção dessa atribuição está disponível no nosso *site*. Esse princípio de transparência permite que o leitor refaça o caminho feito pela agência, e a gente entende que, dessa forma, a própria sociedade pode conferir o trabalho que a gente está fazendo. Quem checa, o checador é o leitor, são os senhores, as senhoras e todos que nos ouvem.

A Lupa nasceu fazendo *fact-checking* e jamais deixará de fazê-lo, pois temos a convicção de que, quanto mais informação as pessoas têm, maior é o seu poder de decisão e mais qualificado e também mais transparente se torna o debate público.

Desde maio de 2018, a Lupa usa as técnicas do *fact-checking* para também contribuir com o esclarecimento de boatos e informações inverídicas que circulam em redes sociais, principalmente no Facebook. Há um ano e meio, o Facebook trouxe para o Brasil o projeto de verificação de notícias conhecido, em inglês, como Third Party Fact-Checking Project ou 3PFC.

O funcionamento desse projeto no Brasil repete o que já acontece em mais de 50 países ao redor do mundo. Os usuários do Facebook reportam à plataforma algo que consideram falso, que contenha algum tipo de desinformação, e o Facebook, então, envia para os checadores essas peças para que nós façamos a análise seguindo a nossa metodologia e possamos devolver ao Facebook um *link* com essa análise e uma classificação de que essa informação é verdadeira ou falsa, ou é parcialmente falsa, ou se trata de uma sátira, de uma paródia, ou de outras classificações possíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que acontece a partir daí? A partir do momento em que nós entregamos essa classificação do Facebook, são decisões do Facebook sobre as quais os checadores não têm qualquer poder de intervenção. Se o conteúdo for falso, são enviados alertas à pessoa e à página que publicou essa informação, que pode ser uma foto, pode ser um texto, pode ser um vídeo, e notificações aos usuários que anteriormente tenham também compartilhado aquela postagem.

Segundo o Facebook, esse *post* também passa a ser entregue a menos pessoas. Os próprios *fact-checkers*, nós e todos os que fazem parte desse programa ao redor do mundo gostaríamos de ter mais dados e dados mais detalhados sobre esse impacto e também sobre a parte tecnológica desse programa, mas ainda não temos. E eu peço, inclusive, que dúvidas relacionadas a esse tipo de prática do Facebook sejam endereçadas ao próprio Facebook e não a nós checadores.

Para elucidar o que é feito nesse programa, eu trouxe alguns dados que são públicos, que nós compilamos a partir da produção da Lupa dentro do 3PFC e que eu gostaria de compartilhar com os senhores e as senhoras. Em um ano e meio desse programa, ou seja, desde maio do ano passado, a Lupa publicou 655 checagens sobre boatos que circulam na internet. Essas checagens aparecem, no nosso *site*, sinalizadas com a palavra "verificamos" nos títulos. Talvez alguns dos senhores e senhoras já tenham lido algum conteúdo dessa natureza. Esses conteúdos são selecionados a partir de ferramentas de monitoramento de redes sociais e uma delas é disponibilizada pelo próprio Facebook.

A Lupa confere, em média, 40 desses boatos por mês, ou seja, mais de um por dia. Cerca de 70% deles envolvem questões políticas, versam sobre política; 20% dizem respeito ao que nós chamamos de cidades, ou seja, questões relacionadas à segurança, à educação e a outros assuntos semelhantes a esses; em terceiro lugar, aparecem os conteúdos relacionados à saúde, o que também nos preocupa muito.

Para detectar a falsidade das informações, a Lupa utiliza as mesmas técnicas usadas no *fact-checking*, recorre a bases de dados públicos, por exemplo, e conta também com ferramentas de detecção de manipulação de fotos, de vídeos e de outros tipos de imagens, inclusive áudios. Como eu já disse, assim que a Lupa identifica o grau de vericidade do conteúdo, ela informa ao Facebook e todas as consequências a partir de então são determinadas pela própria plataforma e não pelos checadores.

Nesse um ano e meio, a checagem de notícias falsas cresceu muito no Brasil e obviamente também dentro da Lupa. Em 2015, os boatos, como esses que eu descrevi, esses que fazem parte desse programa em que atuamos junto com o Facebook respondiam por entre 20% e 30% da nossa produção; atualmente, giram em torno de 70% do conteúdo mensal produzido pela agência. O resto é o que a gente chama de checagem clássica, das frases ditas, então, por pessoas conhecidas e que tenham impacto no debate público.

O interesse da audiência mostra que esse trabalho que nós fazemos atualmente de desmentir esse tipo de informação que circula em redes sociais é muito importante. O número de visualizações desse tipo de conteúdo no *site* da Lupa mostra uma curva ascendente desde o início, com um pico obviamente na eleição do ano passado, em outubro de 2018. Naquele mês, a Lupa fez 46 verificações – apenas em outubro – e somadas elas tiveram mais de 2,2 milhões *page views* ou visualizações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A gente também fez uma análise do conteúdo dessas verificações que são feitas. Então, das cinco expressões mais frequentes nos títulos dos desmentidos que nós publicamos, dois são nomes de políticos do PT, o ex-Presidente Lula e também o ex-candidato à Presidência pelo partido e ex-ministro da Educação Fernando Haddad; dois são membros do atual Governo, o próprio Presidente Jair Bolsonaro, que lidera o *ranking,* e também o Ministro da Justiça e Segurança Pública, o ex-Juiz Sergio Moro. Para encerrar a lista, entre as cinco expressões mais frequentes nas notícias falsas que nós verificamos aparece também o Supremo Tribunal Federal (STF), alvo constante de dados equivocados.

Isso, senhores e senhoras, mostra quem, ao longo desse um ano e meio de trabalho com o Facebook, tem sido mais alvo de notícias falsas e também evidencia o equilíbrio entre os nomes de Governo e oposição nesse sentido. São levantamentos como esse que a Lupa apresenta à IFCN para mostrar o seu compromisso com o código de ética da entidade e também com a busca pelo apartidarismo.

Com relação ao que nós convencionamos chamar de *fake news* e que aqui todos já destacaram – que a gente, na verdade, prefere falar de desinformação –, antes de mais nada, eu gostaria de parabenizar a Comissão por manter essa questão em pauta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATÁLIA LEVIEN LEAL (Para expor.) – Nós que trabalhamos com a checagem de fatos acreditamos que o termo mais adequado é desinformação, mas entendemos que esse termo *fake news* se popularizou. A gente entende que se trata de uma contradição porque algo que é falso não pode ser noticioso de acordo com todas as teorias do jornalismo de que a gente tem conhecimento até agora. Por isso, a gente adota esse conceito de desinformação.

É muito claro para quem tem trabalhado com esse tema que ele ganha mais força a partir da polarização política no País, mas também precisamos lembrar que temos, em outros âmbitos, como na área da saúde, um grande impacto desse tipo de coisa, com tratamentos sendo abandonados e também com a constante diminuição da cobertura vacinal no Brasil e em outros países do mundo. Nós também sabemos de casos muito extremos em que houve mortes ocasionadas por boatos sendo espalhados. A gente tem um caso conhecido no interior de São Paulo, ocorrido em 2014; há casos de linchamento na Índia também. Portanto, eu gostaria de enfatizar que a desinformação não é uma questão ligada apenas à política e que ela precisa ser observada sob os mais diferentes aspectos e também a partir do impacto que isso causa na sociedade.

Também aproveito esta oportunidade para dizer que há checadores não só no Brasil, mas também em outras partes do mundo que sofrem constantes ameaças e que também são alvo de ódio digital, simplesmente por fazerem o seu trabalho. E eu conto com a colaboração dos senhores e senhoras desde já na luta pela manutenção de um diálogo não violento no mundo virtual e também fora dele.

Por fim, eu e a equipe de diretores da Lupa, a equipe de jornalistas que trabalham na Lupa acreditamos fortemente que a solução para lidarmos com esse fenômeno passa muito mais pela educação do que pela criminalização do que nós convencionamos chamar de *fake news.* A Lupa tem um farto material educativo e, como eu já disse antes, oferece treinamentos sobre checagem de fatos e sobre desinformação. Nós entendemos que precisamos de mais checadores em várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

partes do País e que qualquer um pode fazer checagem; não é necessário ser jornalista para verificar um conteúdo recebido em canais de comunicação.

Gostaria de encerrar minha fala dizendo que a Lupa está disposta a trabalhar nesse sentido. Desde 2017 nós buscamos acesso a escolas e universidades para oferecer o *fact-checking* como uma matéria curricular, porque nós temos convicção de que algo assim poderia render muito mais frutos da sociedade se estivesse presente nos planos de ensino neste País desde os primeiros momentos do aprendizado, desde os primeiros anos escolares. Eu acredito que esta vinda à CPI também seja um espaço adequado para manifestar esse desejo de cooperação com as mais diferentes esferas públicas nesse sentido.

Fico à disposição para perguntas. Agradeço mais uma vez a oportunidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao representante do serviço Fato ou Fake do portal G1, Thiago Reis. O Fato ou Fake é o serviço de checagem do portal G1, lançado em 2018. A iniciativa reúne uma equipe de profissionais dos diversos veículos do grupo Globo, como CBN, GloboNews, *Extra*, *Época,* jornal *O Globo* e TV Globo.

O jornalista Thiago Reis é o editor do Fato ou Fake. Formado pela PUC de São Paulo em Jornalismo, tem também pós-graduação em Cinema Documentário pela Fundação Getúlio Vargas. Foi o repórter, chefe de reportagem e editor-assistente do jornal *Folha de S.Paulo.*

O requerimento convidando o jornalista Thiago Reis foi apresentado pelo Deputado Dr. Leonardo do Solidariedade, do Estado do Mato Grosso.

Concedo a palavra ao Sr. Thiago Reis.

O SR. THIAGO REIS (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Uma boa tarde para as Sras. e os Srs. Deputados, para as Sras. e os Srs. Senadores!

Quero cumprimentar aqui a Relatora, a Deputada Lídice da Mata; o Presidente, o Senador Angelo Coronel; e também agradecer o convite do Deputado Dr. Leonardo para estarmos aqui.

Vou explicar – vou ser um pouco mais breve que meus colegas aqui – como funciona o Fato ou Fake, cujo método de trabalho é muito similar ao das agências de checagem. O Fato ou Fake foi colocado no ar no dia 30 de julho do ano passado – completará agora um ano e meio. Não é um serviço apenas do G1; é um serviço composto por oito veículos do grupo Globo. Inclusive, foi algo pioneiro feito no grupo. Enfim, acho que era a primeira vez em que todos os veículos se uniam para um projeto como esse, de um tamanho desses. Então, é envolvido pelo G1, como o senhor já disse, represento o G1, jornal *O Globo,* jornal *Extra*, jornal *Valor Econômico,* pela TV Globo, GloboNews, rádio CBN e revista *Época.*

Meses antes de a gente colocar esse projeto no ar, foram feitas várias reuniões e encontros para a gente decidir como seria o método de trabalho, como seria a comunicação entre os participantes para definir os selos que a gente utilizaria na checagem. A gente utiliza hoje basicamente três selos, que são: "Fato", quando aquela informação é comprovadamente verdadeira, seja por datas, seja por dados, seja por depoimentos e outras evidências; "Não é bem assim", quando uma informação é parcialmente verdadeira, ou seja, imprecisa, depende de uma contextualização; e "Fake", quando é flagrantemente falsa, também facilmente verificável por datas, dados e outras evidências.

No momento em que a gente colocou o Fato ou Fake no ar, a gente já tinha, tanto o G1 quanto o jornal *O Globo,* dois serviços de checagem, que estavam completando um ano: o G1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

tinha o É ou não é?; e o jornal *O Globo* tinha o É isso mesmo?. O É ou não é? era basicamente focado na questão de checagem de boatos, no que a gente chama de *debunking.* A gente tinha uma *expertise* na questão de checagem de boatos; e *O Globo* estava muito mais focado na checagem de declarações de políticos, no chamado *fact-checking* tradicional. Então, foi bom unir essas duas equipes aos outros seis veículos para comporem um grupo já com um *know-how* de trabalho de checagem de fatos.

A equipe do Fato ou Fake é composta por mais ou menos 70 jornalistas envolvidos de 5 praças, de 5 Estados – Distrito Federal mais quatro Estados, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas –, que é onde a gente tem as praças da TV Globo. Esses jornalistas atuaram principalmente no período eleitoral, em que a gente sabe que houve uma avalanche de boatos e mensagens falsas circulando. Depois eu vou mostrar alguns números para vocês, e vocês vão ver que houve realmente um volume maior de checagens no ano passado, durante o período eleitoral. E a gente tem agora um desafio, porque a gente tem em 2020 eleições municipais, nos 5.568 Municípios do Brasil. Então, a gente já prevê que a gente terá que treinar algumas equipes de afiliados do G1 e da TV Globo para fazer também esse trabalho.

Como basicamente a gente desenvolve esse trabalho? De forma muito objetiva, a gente apura fatos – como a Natália já disse, a gente não apura opiniões ou previsões de acontecimentos futuros –, tudo muito focado na questão da viralização. Então, a gente tem algumas métricas e algumas ferramentas que a gente utiliza para verificar o que está viralizando, o que está bombando na internet. A gente tem algumas ferramentas internas por meio das quais a gente consegue visualizar o que está viralizando tanto no Facebook, no Instagram, como em outras redes sociais.

Na questão do WhatsApp, a gente sabe como é difícil verificar o que está viralizando dentro das ferramentas, as mensagens são criptografadas, a gente não consegue estar dentro de todos os grupos. Mas a gente tem uma ferramenta interna, que é um número que está dentro de vários grupos, por meio do qual a gente consegue ter uma noção, uma acurácia um pouco mais precisa de como aquela mensagem está circulando. Então, se a gente sabe que alguma coisa começa a circular e viralizar, a gente consegue fazer uma busca, ver quantas vezes aquela mensagem está circulando ali dentro e ver se a gente parte para fazer uma checagem, porque a gente nunca quer fazer uma checagem de algo que não esteja viralizando, com o risco de fazer efeito inverso, não dar sentido para aquilo e a gente viralizar aquela mensagem falsa.

Durante o ano passado, a gente fez exatas 1.001 checagens, durante todo esse ano, então de 30 de julho até o dia 31 de dezembro, a gente produziu 1.001 checagens. Essas checagens estão divididas entre 759 declarações checadas e 242 boatos. O que é que são essas 759 declarações? Basicamente, declarações feitas durante entrevistas, debates, por candidatos a Presidente e Vice-Presidente, e candidatos aos governos daqueles Estados que eu mencionei, onde a gente já tem equipes formadas de jornalistas para fazer essa checagem.

A gente teve uma audiência de mais de 30 milhões de *page views*, só no ano passado, e nesse ano a gente já fez 256 checagens até ontem – esse é o dado mais atualizado –, sendo, dessas 256, 242 boatos. Ou seja, durante todo esse ano a gente checou o mesmo número de boatos que a gente checou de 30 de julho do ano passado a 31 de dezembro. Então vocês já conseguem ver a dimensão e como essas notícias, essas mensagens falsas, circularam nesse período no final do ano passado, principalmente por causa do período eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

A gente tem um banco de boatos, que a gente chamava, uma ferramenta que a gente disponibiliza, com todas as mensagens que a gente já checou. Isso porque a gente sabe que essas mensagens voltam a circular, muitas vezes com algum termo diferente. Então, a gente tem muitos boatos de saúde, por exemplo, que é o que a Tainã já falou, que é também uma das grandes preocupações nossas, porque são boatos que, enfim, podem ser realmente prejudiciais à população. As pessoas recebem esses boatos e, às vezes, veem ali que há uma cura milagrosa para um tipo de câncer, e isso pode acarretar vários problemas: a pessoa pode parar um tratamento sério que é comprovado cientificamente por acreditar naquela mensagem. Então, a gente tem várias mensagens checadas nesse banco que podem ser consultadas, e que, às vezes, mudam um termo ou outro, um nome de um medicamento ou outro, enfim, e acho que é muito importante ter esse banco ali presente, para as pessoas poderem fazer essas consultas.

Eu acho que eu vou encerrar e deixar os senhores à vontade para fazerem perguntas, mas eu reforço, me referindo à fala da Natália, que é muito importante essa questão da educação hoje em dia, e não partir para esse lado da criminalização, que se constitui em um grave risco para a liberdade de imprensa e para a liberdade de expressão como um todo. Então, eu acho que é muito importante essa questão no andamento aqui da Comissão.

Obrigado, é isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata, para iniciar os seus questionamentos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares e senhores convidados, eu quero agradecer a presença de todos e o alto nível, a alta qualidade de informações ou depoimentos que foram feitos. Muitas das perguntas que eu iria fazer, inclusive, comecei a riscar, porque nós tivemos uma primeira Mesa de empresas de checagem num outro momento, depois houve até acusações ao funcionamento das empresas de checagem, e acho que as senhoras e os senhores já vieram preparados para responder a essas acusações, e isso permite, portanto, uma diminuição dessas perguntas, embora algumas delas sejam importantes manter, para que a gente possa, digamos assim, dar uma linha à discussão que aqui se desenvolve.

Essa discussão de *fake news* – aproveitando a presença aqui da ABI e da Federação de Jornalistas –, no início, quando iniciamos esse debate, se tentou muito caracterizar se tratar de apenas algumas notícias mal dadas, malfeitas dos meios de comunicação chamados mais influentes do País. Portanto, eu gostaria que os senhores, qualquer um dos senhores que quiserem falar, não sei se os senhores podem identificar um que possa falar mais sobre isso, ou mesmo todos os que quiserem falar sobre qual mesmo é a diferença entre uma informação, digamos assim, não realizada devidamente por um meio de comunicação e uma *fake news*? Recentemente saiu, inclusive, houve um fato muito importante divulgado amplamente sobre a posição do Presidente Bolsonaro e, logo depois, esta CPI foi aqui bombardeada de que se tratava de *fake news* de um dos grandes meios de comunicação do País. Então, que diferença é possível fazer entre *fake news* e uma notícia apenas mal checada?

Vou passar para o Presidente da ABI...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É, pode ser aqui o Dr. Arnaldo.

O SR. ARNALDO CESAR RICCI JACOB (Para expor. *Fora do microfone*.) – Eu vou falar rapidamente, e vocês completam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mundo das redações existe uma expressão chamada...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Está sem som.

O SR. ARNALDO CESAR RICCI JACOB (Para expor.) – No mundo das redações, existe uma expressão que se chama barriga. Barriga é quando você dá uma informação errada, entende? Normalmente, os grandes veículos, quando se convencem de que aquilo que eles informaram estava errado, publicam uma correção, uma errata. Então, isso não é *fake news*.

Nós temos um Deputado aqui que foi jornalista e entende exatamente como é o mundo de dentro de uma redação: o Rui Falcão sabe como é que é a velocidade que você tem para apurar um fato, para escrever um fato, para editar um fato e publicar. Especialmente quem trabalha em veículos eletrônicos, que tem que fazer vários boletins por dia, às vezes, comete erros na apuração, mas isso não pode ser caracterizado como *fake news*.

No meu entendimento, e vamos ouvir a opinião dos outros, *fake news* é uma informação deturpada, é uma informação maliciosa ou é uma informação realmente falsa. O que ele está falando não aconteceu, é diferente de um erro. E o objetivo de *fake news*, na minha opinião, sempre é obter um resultado qualquer na formação da opinião pública, no convencimento de quem está lendo aquilo. Quando o sujeito publica uma informação falsa sobre o tratamento do câncer, é porque quer que aquela pessoa que leu aquela notícia se convença de que o que ele está falando é verdade, quando aquilo não é verdade.

Então, Deputada, a distinção que a gente faz é isso, e nas redações a gente tem isso muito claro: o que é uma barriga e o que é *fake news*.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Também mantendo a mesma linha ainda da questão jornalística, sabe-se que *fake news* impactam as rotinas de trabalho do jornalismo, seja pela perda de credibilidade do jornalismo, seja pela demanda de mais tempo na checagem de informações. Esse é um novo fenômeno, porque antigamente se costumava se referir ao jornalismo como uma produção... Uma premissa básica da tarefa jornalística era a checagem do fato. Hoje em dia nós precisamos de empresas, como aqui está visto, para checar os fatos.

Na opinião de V. Sas., como o jornalismo pode superar *fake news* sem que haja perda de qualidade e do imediatismo das publicações? Há uma possibilidade de isso acontecer? Essa criação de *fake news* tem algo a ver com uma certa desregulamentação da atividade jornalística ou nada tem a ver com isso?

O SR. THIAGO REIS (Para expor.) – Deputada, primeiro, eu acho que a credibilidade dos veículos jornalísticos...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Nós vamos ter que registrar presença na sessão do Congresso e voltaremos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sugiro que a gente possa fazer isso pouco a pouco. Não sei se os Senadores já fizeram. E os Deputados vão saindo pouco a pouco e voltando para que não interrompa a nossa atividade e possa terminar a tempo de votar.

O SR. THIAGO REIS (Para expor.) – Deputada, como eu ponderei, eu acho que a credibilidade das empresas jornalísticas no Brasil passa também pela sua própria estrutura. Um dos fatos, por exemplo, é que só existem dois jornais no País em que existem um sistema de ouvidoria, que é a *Folha de S. Paulo* e o jornal *O Povo*, do Ceará. Os demais jornais sequer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refletem sobre o seu próprio o fazer. Então, quando a gente fala, por exemplo, de a mídia falar da mídia, a gente vê uma total ausência. Há um projeto inovador, como o Observatório da Imprensa, tradicional, que hoje sofre com falta de recursos. Inclusive, uma das primeiras medidas do Governo Temer foi acabar com o Observatório da Imprensa dentro da TV Brasil, com ataques frontais à própria discussão sobre a própria mídia naquele momento. É um programa que teve o Alberto Dines à frente durante décadas, pioneiro na relação de crítica de mídia no País. Então, a gente acha que falta muito a mídia debater a sua própria função. Se você vai às redações hoje, vê um enxugamento brutal das redações, um corte dos postos de trabalho, o que leva, sim, à falta de qualidade jornalística.

O que a senhora ponderou, Deputada, mostra um pouco da produção do oficialismo, do jornalismo declaratório muito presente nas redações. Falei sobre a EBC, por exemplo, um caso, o Presidente Bolsonaro citou umas dez vezes que a EBC tinha um custo de R$1 bilhão por ano. E ninguém contestou isso. O orçamento da EBC nunca chegou a R$600 milhões. Se tivesse chegado a R$1 bilhão, a gente teria um sistema público muito mais consolidado. Infelizmente, nenhum veículo refutou isso; inclusive, porque a intenção dos veículos é destruir o sistema público de comunicação. Sempre foram contra desde a Constituinte até a aprovação da lei que criou a EBC, por exemplo, dando uma justificativa.

Então, há uma falta de diversidade que eu acho que contribui para o processo de desinformação, mas eu acho que há uma diferença, claro, entre uma matéria mal checada, mal repercutida e uma ação deliberada, intencional de desinformar a população. Então, não podemos nivelar as coisas no mesmo sentido. Eu acho que a intencionalidade é uma questão importante aqui para a gente fazer esse debate.

E eu acho que o que a Federação vem defendendo é investir na formação do jornalista, a gente sempre defendeu isso. Com o revés que ocorreu no Supremo Tribunal, a gente acha que foi uma grande perda quanto à questão de se investir na garantia do diploma de jornalista para o exercício profissional, mas também, num aprofundamento sobre a questão da mídia, inclusive historicamente, a gente defende o estudo da crítica e da mídia não só nas universidades, como também nas escolas, indo além a ideia de checagem, mas para a população propriamente compreender as nuanças dos sistemas de mídia e dos fluxos informacionais no País.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Uma pergunta que vale para todos, qualquer um que queira responder. Existem duas coisas que têm sido muito colocadas aqui por todos os representantes da área de comunicação e, às vezes, alguns da área jurídica, que é a necessidade de não criminalização das redes e que isto poderia implicar uma ameaça à liberdade de expressão. No entanto, já não vivemos numa situação em que há uma ameaça clara à liberdade de expressão com o nível de desinformação que está sendo colocado para o povo brasileiro, para as pessoas em geral, sobre os mais diversos temas? E não me refiro apenas aos temas da política ou do debate político, mas àquilo que é o depoimento dos senhores mesmos, porque, depois do tema da política, a segurança pública, a educação, a saúde são temas de ataque, da desinformação. É possível existir um ambiente de liberdade total de expressão? E eu sou uma defensora da liberdade de expressão, sempre fui. Fui Constituinte e pude fazê-lo objetivamente. Porém, de que maneira nós podemos ter uma experiência exitosa no combate à *fake news* e, ao mesmo tempo, garantir a liberdade de expressão? É o que todos nós desejamos e para o que gostaríamos que os senhores pudessem contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, mais duas perguntas. Uma é: o papel das plataformas nisto, que é outro desafio pelo que eu tenho sentido aqui de tudo que se falou e que se praticou em relação... É possível continuar sem que as plataformas assumam nenhum compromisso, não tenham nenhuma responsabilidade com aquilo que elas veiculam, inclusive, mantendo os seus sistemas de registro fora do próprio País, sem que nós possamos ter acesso aos dados?

E última questão: sobre a liberdade, a privacidade dos dados como um direito do cidadão, temos que avançar nessa discussão da manutenção da privacidade dos dados como um direito do cidadão constitucionalmente garantido? E, finalmente, para as empresas de checagem, virou um, a senhora, principalmente a Lupa, fez questão de responder, até porque sofreu um ataque direto nesta Comissão de ser uma representante, de ser financiada por um metamilionário, como se costuma dizer, metarrico agora, é a expressão, metamilionário, que é quase igual ao comunista de antigamente. É impressionante como as coisas são "coerentes" neste momento que vivemos, "coerentes" entre aspas.

E essa questão do financiamento das empresas de checagem. Elas precisam ter um papel de transparência muito claro para que nós não tenhamos esse tipo de acusação. É sempre uma oportunidade para que os senhores possam colocar claramente o processo de financiamento de cada um. Alguns o fizeram, e é preciso que isso fique claro e que se explique claramente se George Soros tem essa influência na vida política da notícia no Brasil e na organização da sociedade brasileira.

Eu acho que são essas as perguntas, até porque eu acho que os senhores se complementaram um na fala do outro, o que ajuda bastante.

Um texto de minuta de resolução sobre propaganda eleitoral recentemente disponibilizado pelo TSE determina que os candidatos utilizem fontes de notória credibilidade na elaboração de sua propaganda eleitoral. Na opinião dos senhores, é possível definir em texto legal o que são as fontes de notória credibilidade? Como é que podemos fazer isso? É o esforço do TSE em buscar contribuir com essa agonia que vive a política em nosso País com a disseminação dos conteúdos de desinformação.

Quais as técnicas estabelecidas para que nós possamos superar a disseminação de conteúdos de desinformação?

Quando a sociedade não conseguir mais distinguir o que é verdadeiro, estará esvaziada por completo a função social do jornalismo de relatar fatos reais. Na opinião de V. Sas. a sociedade brasileira ruma nesse caminho?

Por fim, gostaria de saber o que este Parlamento pode fazer – já perguntei isto – para que não cheguemos ao ponto de a sociedade brasileira preferir acreditar no que é dito a acreditar no que é escrito, comunicado pelos meios de comunicação. Esse é o grande dilema que nós vivemos neste momento de pós-verdade. Que tipo de contribuição os senhores e as senhoras entendem que pode ser dado por este Parlamento para que nós possamos superar essas dificuldades, inclusive do ponto de vista legislativo, para a próxima eleição? Para a próxima, de 2020, nós não poderemos mais fazer isso. Por isso, o TSE está tomando essas medidas de abrir a audiência pública. Mas, para 2022, como nós poderemos nos prevenir quanto a isso ou devemos imaginar que não há mais nada a ser feito, além das agências de checagem?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra as agências de checagem. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TAINÃ NALON XAVIER (Para expor.) – Eu falo apenas pelo Aos Fatos, mas é possível que meus colegas compartilhem um pouco dessa avaliação. E, repito, eu não tenho resposta para metade das perguntas. (*Risos.*)

Mas eu queria trazer, na verdade, duas problemáticas aqui com relação a soluções, talvez agressivas ou exageradas, e outros meios pelos quais nós podemos, se não resolver, porque eu não acredito pessoalmente que seja um problema resolvível... Geralmente eu faço uma analogia em relação à desinformação com vírus no computador. Vinte anos atrás, quando todos nós estávamos criando nossos respectivos *e-mails*, começamos a receber *e-mails* desconhecidos, de origem desconhecida, com arquivos de origem desconhecida, e abríamos esses arquivos, e esses arquivos continham vírus que afetavam o funcionamento do nosso computador. E, por vezes, inutilizavam-no. Só que com o tempo, foram criados dispositivos para que nós conseguíssemos talvez barrar um pouco desses vírus. Mas também fomos ensinados a não abrir qualquer coisa que chega aos nossos *e-mails*.

Eu acredito que a desinformação seja algo mais ou menos no mesmo caminho, no sentido de uma educação e mesmo da convivência e da familiarização com o ambiente informativo que nós temos hoje. O ambiente informativo de hoje é muito diferente do ambiente informativo de dez anos atrás. Hoje existem muito mais veículos, hoje existem muito mais formas de a gente chegar às informações, e essas formas tendem a se multiplicar ainda mais. Então, não acredito que a desinformação vá embora.

Agora, quais são os mecanismos que nós podemos criar para que combatamos e consigamos conviver com isso da melhor maneira possível? Da mesma maneira que a Natália falou e da mesma maneira que o Thiago falou, não acredito que a solução seja a criminalização de quem: um, produz; dois, publica; três, compartilha. Nós temos pelo menos três atores dentro desse problema, que nós não sabemos de intenções, não sabemos da origem dos recursos para produzir esse tipo de conteúdo e, sobretudo, não sabemos se quem compartilha por acreditar, se compartilha com a intenção de enganar, ou se compartilha simplesmente, porque compartilha daqueles valores.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas há, constatada aqui nas apresentações todas, uma clara participação de um ambiente de robôs.

A SRA. TAINÃ NALON XAVIER (Para expor.) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Então, a utilização de robôs não se dá com o compartilhamento espontâneo, de adesão.

A SRA. TAINÃ NALON XAVIER (Para expor.) – Exato. Mas existem robôs, por exemplo... Partimos do Twitter, por exemplo, que é uma rede social que é bastante popular entre políticos, jornalistas e os principais formadores de opinião hoje, mas que é pouco representativo da grande parcela da população que consome informação hoje no Brasil. Então, a presença de robôs no Twitter é muito mais relevante, muito mais influente do que em outros lugares, como o Facebook ou o Instagram. Não estou dizendo que não exista, mas é muito mais prevalente em plataformas, e, quanto mais abertas forem as plataformas, maior a presença delas. Mas é necessário se ter uma dimensão de qual é o nível de engajamento e de intencionalidade de quem está compartilhando uma determinada desinformação, e isso, não sou advogada, mas acredito que seja muito complexo para identificar, e, na ponta, decidir pela criminalização desse tipo de disseminação de conteúdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o arcabouço jurídico que a gente tem hoje no Brasil já dá conta de lidar com questões como crime contra a honra, a exigência de direito de resposta, enfim, toda sorte de dispositivos a que a imprensa também sempre respondeu e esteve sujeita.

Hoje eu acredito que um dos grandes problemas – não sei se foi comentado aqui, mas eu acredito que possa ser uma solução – é a efetiva adoção, pelas empresas de telecomunicação, de políticas de neutralidade na rede. Hoje pessoas se informam basicamente por WhatsApp e Facebook, porque as empresas telefônicas fornecem acesso gratuito, e os planos de dados móveis hoje no Brasil ainda são muito caros para grande parcela da população.

Então, não adianta nada você receber um *link* com uma notícia que foi feita por um jornalista profissional e que traga fatos checados e corretos, se a pessoa não tem dinheiro ou acesso para clicar naquele *link* e acessar um *site* com informação fidedigna.

A gente precisa que as empresas de telefonia também contribuam e participem desse debate, dando às pessoas mais acesso à informação qualificada, tornando mais populares os planos de acesso ao jornalismo profissional, de modo que a internet não seja para as pessoas apenas o que está no WhatsApp e no Facebook. Eu acho que isso é imperativo e isso faz parte do debate de desinformação, de como se informar diante desse nível precário de acesso que o brasileiro ainda tem às informações na internet, e sobretudo, na internet móvel.

A SRA. NATÁLIA LEVIEN LEAL (Para expor.) – Deputada, eu gostaria de complementar com algumas considerações.

Em primeiro lugar, corroboro o que a Tainã acabou de falar sobre o arcabouço jurídico brasileiro. Eu acho que já temos leis o suficiente, tipos penais suficientes, nos quais quaisquer das práticas observadas na disseminação de desinformação ou de *fake news* podem ser encaixadas. Então acho que a gente não tem a necessidade de criar um novo tipo penal, principalmente porque não temos consenso nem na sociedade, nem nesta Casa e nem em muitas esferas da sociedade do que é exatamente *fake news.* Eu acho que antes a gente precisa ter esse consenso, a gente precisa chegar a um entendimento comum, para que a partir de então possa dar esse passo em qualquer sentido de criminalização.

Eu particularmente acredito muito na solução educacional, em termos uma mudança na educação do País, em contemplarmos esse tema desde os primeiros anos escolares. É óbvio que isso vai demorar uma geração, pelo menos, para fazer efeito; mas eu acho que nós não podemos aplicar nenhuma solução temporária sem levar em consideração que nós precisamos discutir a forma como as pessoas se informam, como as pessoas buscam a informação e com o que elas se confrontam nessa busca por informação. Portanto, para mim, a principal saída passa pelo sistema educacional, como eu já tinha mencionado anteriormente na minha fala.

Eu acho que a regulação das plataformas é uma vacina. Acho que é uma forma de a gente trazer para as discussões e também colocar essa responsabilidade que hoje, muitas vezes, é aplicada ao jornalismo, às plataformas de checagem, a nós individualmente, como jornalistas; ela deveria ser estendida às plataformas, às pessoas jurídicas que estão envolvidas também nesse processo. Além disso, a colaboração jornalística me parece fundamental neste momento. É claro que a imprensa brasileira tem um comportamento predatório, um comportamento de rivalidade e de concorrência muito forte, que deve ser levado em consideração quando a gente fala sobre colaboração jornalística, mas ninguém vai sair desse lugar sozinho. Então, me parece que essa também é uma questão a ser levada em consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARNALDO CESAR RICCI JACOB (Para expor.) – Na sua última colocação, Deputada, a senhora fez um leque de perguntas. Eu gostaria de pegar um ponto que a senhora colocou ali, que é um ponto muito importante para todos nós, jornalistas, que é a questão da liberdade de imprensa.

A senhora falou em liberdade de imprensa plena. Eu diria à senhora – e eu sou um jornalista que trabalha nessa profissão há mais de 50 anos – que a questão de *fake news* é um mal menor. Aqui no Brasil, a questão da liberdade de imprensa é tosca. Eu acho que o meu colega da Fenaj poderá dar melhores números, mas o Brasil está entre os cinco países do mundo onde mais se matam jornalistas no exercício da profissão. Não é jornalista que sofreu um acidente quando estava fazendo uma reportagem, não é nada disso; são jornalistas que são perseguidos e são mortos. Nós temos casos nessas estatísticas macabras de pessoas que são mortas e decapitadas. A decapitação é uma prática da Idade Média, em que você quer sinalizar para toda a população que está em torno daquele caso o que acontece com as pessoas que se atrevem a fazer um jornalismo investigativo ou a fazer uma denúncia jornalística.

Então, Deputada, eu queria dizer à senhora que *fake news* é uma coisa até sofisticada diante do que a gente tem hoje e de como essas práticas são feitas para você impedir que a informação chegue aos leitores, telespectadores, radiouvintes ou mesmo os internautas. Nós vivemos neste País, infelizmente, Deputada, uma situação ainda de barbárie com relação a isso. Eu diria à senhora que a partir do processo eleitoral de 2018 isso se acelerou muito neste País.

Nós temos lá no Rio de Janeiro uma cidade onde em menos de 20 dias foram assassinados dois jornalistas. Na mesma cidade, dois jornalistas foram assassinados porque estavam fazendo denúncias contra um processo imobiliário, coisas desse tipo, ou denúncias contra a Prefeitura daquela cidade. Não é só a questão dos assassinatos; é a questão também das ameaças, das chantagens. Isso é feito de forma quase que rotineira. Há casos, por exemplos, em que militantes políticos que não gostam de militantes políticos que não gostam do que um jornalista publicou cercam a casa dele, constrangem o jornalista. Quando eu contei aquela história que está acontecendo nos Estados Unidos, no Governo Trump, o objetivo é exatamente esse. É uma forma até mais grotesca de você controlar o fluxo da informação e o fluxo das opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Thiago, quer fazer alguma colocação a respeito das perguntas da nossa Relatora?

O SR. THIAGO REIS (Para expor.) – Pode ser.

Só vou corroborar o que a Tainã e a Natália falaram sobre a questão de ainda haver uma confusão muito grande sobre o que é *fake news* e o que é uma notícia da mídia tradicional, profissional. Então, a gente vê, quando a gente fala em ameaça à liberdade de expressão e de imprensa, essa questão desse risco de judicialização, de um juiz, sob o pretexto de tachar de *fake news* uma notícia de um meio de comunicação que o desagrade, e aquilo começar a virar um risco de judicialização de notícias.

A gente sabe que, por exemplo, no próprio Grupo Globo a gente tem a correção. A gente tem os princípios editoriais, e a correção é um dos pilares desses princípios. A gente sabe que a correção é o que dá credibilidade ao trabalho jornalístico. Então, é muito importante. Acho que a questão é ser muito transparente quando há um erro, e a gente corrige e deixa claro quando há uma correção. Então, há uma diferença muito grande entre esse jornalismo profissional e esses conteúdos fabricados, esses conteúdos duvidosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acho que é muito difícil apontar caminhos. Acho que a questão da educação, como a Natália falou, leva tempo. Já há institutos fazendo inclusive cursos de educação midiática. Há o Instituto Palavra Aberta, acho que já foi falado aqui nesta comissão, inclusive pelo Sérgio, do Comprova. Há dificuldade em pensar em saídas para as pessoas mais velhas, que não estão mais na escola. Como lidar com esse tipo de público? Então, há alguns outros desafios para os quais a gente não tem a resposta, não é tão fácil atingir, mas eu acho que a criminalização não é o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou passar a palavra agora para o autor do requerimento, o Deputado Dr. Leonardo, do Solidariedade do Mato Grosso.

O SR. DR. LEONARDO (SOLIDARIEDADE - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Angelo Coronel, minhas saudações. Saúdo todos os Senadores presentes, a nossa Deputada Lídice da Mata, Relatora desta CPMI, que brilhantemente conduziu as perguntas. Praticamente me senti contemplado com todos os questionamentos da nossa querida Relatora. Saúdo também os representantes que foram convidados aqui: o Sr. Arnaldo César, representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); a representante da Agência Lupa, Sra. Natália; a Diretora-Executiva do portal Aos Fatos, Tainã Nalon; representante do serviço Fato ou Fake, do Portal G1, Sr. Thiago Reis; o Vice-Presidente da Regional Centro-Oeste da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sr. Gésio Passos.

Destino agora esta primeira intervenção à ABI e à Fenaj. Quero começar minha participação na CPMI apresentando mais uma contribuição sobre o significado de *fake news*. Tem um artigo agora, de 2018, que fala: "Hiperjornalismo: uma visada sobre *fake news* a partir da autoridade jornalística", de Roxo e Melo, que sublinha algumas das definições utilizadas para o termo *fake news*. Em primeiro lugar, ele diz que *fake news* são entendidas como fatos reais que não mereciam tanta atenção quanto receberam. Uma outra definição é a expressão também entendida como sinônimo de propaganda política, sendo uma mistura de discurso verdadeiro, enganoso e falso que é projetado explicitamente para fortalecer um lado e enfraquecer outro. E a terceira definição relacionada ao termo é uma forma de poluir os meios de comunicação e gerar suspeitas em relação à confiabilidade das empresas de comunicação em geral. Acho perfeito também. A expressão também pode ser definida como notícias intencionalmente falsas, cuja falsidade pode ser comprovada, destinadas a enganar o leitor.

Então, a divulgação de histórias falsas pode ter consequências reais, como causar prejuízos financeiros, profissionais, eleitorais, injúrias, constrangimento, difamação de pessoas, empresas e organizações. Isso a gente vem ilustrando aqui no nosso dia a dia em cada encontro e podendo mostrar isso para todo mundo para que a sociedade enxergue esses fatos e os impactos de *fake news* são tão grandes que demandam os esforços legislativos, senão nós não precisaríamos estar aqui discutindo isso, ser preciso o Senado e a Câmara Federal estarem unidos.

Então, mais uma vez, eu agradeço a participação de todos os senhores e senhoras que são ligados à comunicação social. É muito importante a gente debater esse tema para tentar coibir de um lado e de certa forma e também ouvir os profissionais da área que estão no dia a dia, isso porque nossas ações precisam estar conectadas com a realidade. Então, para o Congresso representar uma legislação ou propostas, não poderia deixar de ouvir os senhores e as senhoras. Então, mais uma vez, muito obrigado por estarem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente fala um pouco de pesquisas que estão ilustrando o enfraquecimento do pacto credibilidade da notícia e da imprensa jornalística. O que legitima o jornalismo é o compromisso com a história de servir o cidadão, garantir sua liberdade de expressão. No entanto, é preciso pensar a profissão como uma prática de redes que envolvem uma variedade de atores. Com a nova lógica que se formou com a internet – e todos passaram a ser fotógrafos, repórteres, cinegrafistas, editores e produtores, enfim, de conteúdo; todo mundo passou a ser esse profissional, entre aspas – e com a lógica das mídias sociais, o ambiente ficou mais confuso. Uma pesquisa de 2017 aponta que 54% dos usuários de 36 países afirmaram utilizar as mídias sociais como fonte de informação. E daí o que a Tainã falou foi muito importante: se as pessoas usam no Brasil o WhatsApp e o Facebook e não têm recurso financeiro para abrir, acessar *sites* de segurança e ter fonte jornalística fidedigna, aquilo vai ficar como verdade.

Então, nós temos a questão de educação que precisa ser difundida. Não tem como ter segurança num país se não tiver o eixo desenvolvimento socioeconômico. O desenvolvimento socioeconômico inclui educação e outros direitos do cidadão, mas isso não vai poder impedir que a gente não faça nada. É uma situação que precisa ter educação e nós vamos vencer só com educação, mas é uma geração. Enquanto isso, nós temos que achar, para a proteção do cidadão e do próprio meio jornalístico, credibilidade.

Então, eu pergunto às entidades de classe que estão lidando com esse fenômeno que não é só brasileiro, é um fenômeno mundial: como é que as entidades de classe estão lidando com esse novo fenômeno? Ouvi bem a opinião de vocês, o dia a dia de vocês, e há um evidente debate entre liberdade de expressão e de informação com a proteção da dignidade da pessoa humana e dos direitos de personalidade no ambiente digital. Então, queria saber qual a posição de vocês quanto a não aplicações de leis como a Lei de Direito de Resposta nas mídias sociais. Opinião própria de vocês e das associações.

E também a gente sabe que... Conversando com alguns especialistas da área jurídica do Direito, eles acham muito difícil ter uma intervenção jurídica, mas a gente tem o Marco Civil da Internet, que dá às redes sociais exclusiva responsabilidade da exclusão do conteúdo no ar. Mas os usuários, sendo produtores de informação, deveriam ser submetidos ao controle via Judiciário da propagação do discurso de ódio – fica bem claro aqui, de ódio –, assim como os veículos de comunicação também são? Quando o veículo de comunicação produz uma barrigada, ele faz uma errata e corrige. E jamais jornalista sério vai colocar um discurso de ódio que faz as pessoas se suicidarem ou se mutilarem, claro, mas na rede social a gente vê isso. Então, se tem esse discurso de atentado à vida, de ódio, incitando a violência ou a automutilação, se isso também não deveria ter um controle judiciário, na opinião de vocês.

E a segunda etapa é as empresas de checagem. A nossa Relatora Lídice, como eu disse, contemplou a maioria das perguntas, mas eu gostaria que... Só ficou algo que ela falou, que é importante para aqueles que nos acompanham; a acusação é muito grave – e eu sei que não é real – das empresas que checam os fatos, do financiamento. É bom deixar claro para todo mundo que não existe essa acusação que falaram. As empresas estão aqui é para checar mesmo, são pessoas que têm um trabalho para trazer a verdade. E deixar claro para que vocês falassem e divulgassem que não há esses megamilionários ou outras grandes corporações que querem usar vocês, querem utilizar para colocar uma verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas, assim, para os *fact-checkings,* a gente tem uma situação que é muito complexa. Hoje eu disse que todo cidadão é produtor, ele é fotógrafo, ele é, enfim... Então, a informação e a opinião acabam sendo confundidas, não é? Então, eu até deixei aqui: o que é opinião dentro de um veículo de comunicação acaba sendo tomado com uma verdade, isso num ambiente de *fact-checking*. Na avaliação de vocês, quando opinião que não expressa necessariamente a verdade passa a ser disseminada, essa informação pode ser considerada *fake news*? Qual o limite da responsabilização dos autores de uma opinião que vira notícia falsa? As ferramentas de checagem também ajudam a coibir casos como esses? No caso de opinião e viram depois como se fosse uma informação.

Era só isso, Presidente, por enquanto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, quem se escala primeiro para começar? É a Tainã?

Eu gostaria até que os nossos Parlamentares até citassem da Mesa quem é que eles querem que respondam às perguntas.

O SR. DR. LEONARDO (SOLIDARIEDADE - MT) – Sr. Presidente, eu dividi em duas etapas: a primeira eu fiz para as associações e federação, e essa última de opinião é para as *fact-checkings*.

O SR. ARNALDO CESAR RICCI JACOB (Para expor.) – Na primeira etapa, o Deputado Dr. Leonardo colocou uma preocupação de como é que se define o que é *fake news*.

Há um instituto de bibliotecários que tem 200 anos e que funciona, a sede dele é em Edimburgo, que é a capital da Escócia. Esse instituto vem estudando esse assunto já há muito tempo. Eles divulgam, eles fazem um trabalho muito parecido com o que as empresas de checagem que falaram aqui vêm fazendo na área de educação para ensinar os internautas como é que eles identificam uma notícia falsa, o que é uma notícia falsa, como eles fazem para se protegerem, onde eles devem ir buscar informação para checar aquilo. Então, eu diria ao senhor que já existe mais ou menos uma definição do que que é isso. Então, eu diria ao senhor que já existe mais ou menos uma definição do que que é isso. Normalmente, isso é muito usado na Europa; usa-se esse trabalho que é feito por esse Instituto dos Bibliotecários, o Instituto internacional dos Bibliotecários – o nome é em inglês, e eu o estou traduzido literalmente para o português.

A outra questão que eu queria falar para o senhor é com relação ao direito de resposta, que o senhor colocou. O que acontece? O Brasil tinha uma lei de imprensa, e essa lei durou até 2009. Essa lei foi revogada pelo Supremo Tribunal. A partir daí, os conflitos que existem com as informações, com as pessoas que se sentem prejudicadas pelo que foi publicado, com as pessoas que se sentem invadidas pelo que foi publicado – eu estou falando aqui dos veículos convencionais de informação –, isso tudo hoje é regulamentado pelo Código Civil. O que aconteceu? No momento em que não se tinha mais nenhum tipo de regulamentação, e essa regulamentação, o direito de resposta, se eu não me engano, foi uma das regulamentações feitas no Governo Dilma – já no final do Governo Dilma foi feita essa regulamentação do direito de resposta –, isso criou no Brasil a indústria do direito de resposta, a indústria dos danos morais. Porque existe... A Constituição de 1988 criou esse mecanismo dos danos morais. Então, qualquer pessoa que se sente de alguma forma prejudicada pelo que foi publicado, seja por um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

veículo eletrônico, seja por um veículo impresso, seja por um veículo digital, pode recorrer à Justiça e pedir uma indenização pecuniária. Ela pode pedir o direito de resposta e pode pedir também uma reparação em dinheiro pelo que ela foi prejudicada.

Não sei se os senhores sabem disso, mas alguns veículos tiveram que fazer uma espécie de uma previsão orçamentária para poder pagar esse tipo de indenização. Eu fui editor executivo do jornal *O Dia*, no Rio. O jornal *O Dia* era um negócio da ordem de R$100 milhões por ano. Ele tinha que fazer uma previsão de R$4 milhões para poder pagar indenizações por causa de danos morais. E há casos ali absurdos. Por exemplo, uma nota que publicaram numa coluna de jornal motivou 36 mil processos por danos morais da corporação da Polícia Militar. O Deputado Paulo Ramos é dessa área lá no Rio; ele deve estar recordado de como foi isso.

Então, isso, Deputado, também é uma coisa que afeta a liberdade de expressão no País, porque esse volume de danos morais e de pedidos de direito de resposta acabam tirando das empresas o vigor que as empresas têm, o vigor econômico. Aí começa um processo de autocensura, o que é muito ruim.

Então, Deputado, eu peguei esses dois pontos da sua colocação. Não sei se atendi, mas eu acho que o meu colega da Fenaj deve completar o que o senhor perguntou.

O SR. THIAGO REIS (Para expor.) – Deputado Dr. Leonardo, eu acho que só para complementar a fala do colega da ABI... Houve uma lei aprovada de direito de resposta em 2015 aqui, por esta Casa, de autoria do Senador Requião, que veio em cima de um vazio. A lei poderia ser melhor? Eu acho que poderia ser bem melhor, inclusive prever o direito de resposta coletivo. Já tive casos de pedido de direito de resposta pelo sindicato em que alguns jornais simplesmente negaram. Não acionando a Justiça para garantir o direito, mas pedindo em cima dessa legislação.

Então, eu acho que tem esses dois lados. Tem um lado também da dificuldade de a imprensa ceder a resposta. Talvez o mecanismo devesse ser mais, os próprios grandes veículos de mídia deveriam ser mais abertos à resposta do que uma errata em pé de página ou na parte de leitores. Eu acho que essa discussão do direito de resposta é uma discussão importante. Também sou contra a criminalização, contra a indústria da multa, do dano. Acho que muitas vezes o Judiciário é desproporcional. Tivemos o caso de um ex-dirigente da Fenaj, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Sergipe que foi condenado na esfera, chegou ao STF, criminal, em valores absurdos de multa por causa de uma crônica em que um desembargador em Sergipe se sentiu afetado por uma crônica ficcional; e gerou um dano muito grande para ele, para o Cristian Góes, nosso companheiro.

Mas, falando dessa questão da liberdade, que você ponderou, eu acho que você tem que ter... Muitos veículos gostam de ressaltar posições extremamente liberais, há o absolutismo da liberdade de expressão. Acho que todas as liberdades têm seu limite, e isso está previsto na própria Constituição: a liberdade manifestação tem seu limite, a liberdade de expressão também tem seu limite, como o senhor próprio ressaltou. A questão da propagação do discurso de ódio no Brasil, na programação dos policialescos ficou uma coisa absurda e ninguém faz nada, porque a regulamentação brasileira da radiodifusão, por exemplo, é de 1962. Existe uma regulamentação. Quando falarem que a gente precisa de uma nova regulamentação é porque já existe uma – e já existiram várias. Desde o final do Império existe uma regulamentação prevista para o meio de comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Então, ao se falar que regulamentação é censura, a gente tem que combater esse discurso, porque os países democráticos regulamentam, a Inglaterra regulamenta inclusive o equilíbrio do jornalismo dentro dos jornais na Inglaterra. É uma monarquia, mas tem sua perspectiva democrática também nesse país. Você mede o equilíbrio das fontes de informação.

Então, temos mecanismos e no Brasil é negado esse debate, negado, inclusive, como eu falei, para os meios de comunicação, o que este Parlamento tem o dever de fazer.

Então, os movimentos sociais, a Fenaj e a FNDC vêm lutando nesse debate há décadas e não conseguem avançar em hora nenhuma. E nesse momento político é ainda mais difícil.

A gente está vivendo, os jornalistas... O próprio processo de *fake news* gerou, por exemplo, no ano passado, um forte ataque aos jornalistas.

O relatório da Fenaj... A Fenaj só contabiliza jornalistas; outras entidades contabilizam comunicadores, como radialistas, que também são muito perseguidos no interior deste País. Mas a Fenaj trabalha com jornalistas, e houve uma morte, o assassinato de um jornalista; mas nós tivemos mais de 135 ocorrências de violência, principalmente no âmbito eleitoral. Linchamentos virtuais ocorreram ano passado e ocorrem; eles estão cada vez mais presentes na vida dos jornalistas que assinam matérias, que são colunistas, que buscam furos. Então, a violência contra os jornalistas e contra os comunicadores hoje é uma questão sensível para a categoria. E muitas vezes a gente não tem o mesmo respaldo da proteção desses profissionais.

E o maior ente violador, que mais assassina jornalistas normalmente é do poderio do Estado. São forças policiais principalmente, agentes do Estado e agentes políticos que perseguem comunicadores e jornalistas, levando à morte, à execução desses profissionais no País. É importante a gente destacar isso. E esse Parlamento tem a responsabilidade de refletir sobre essa questão.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos tem um grupo específico de trabalho sobre comunicadores, sobre violência contra comunicadores, em que a gente vem debatendo tentativas de medidas de proteção e até programas de proteção de jornalistas perseguidos, como protetor de direitos humanos.

Aqui no DF, inclusive, este ano foi incluída a proteção a jornalistas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Então, a gente tem de fazer a reflexão sobre isso.

Eu só queria completar uma questão. Acho que outras Mesas fizeram este debate do papel das empresas de telecomunicações na violação do princípio da neutralidade de rede no País. O princípio da neutralidade de rede foi uma conquista do Marco Civil da Internet que impediria inclusive a degradação de acesso das operadoras de telecomunicação. É ilegal o que eles fazem ao vender pacotes em que só se acessa Facebook e WhatsApp. Isso é ilegal pela lei aprovada neste Parlamento, e ninguém faz nada. A Anatel se finge de boba, e a população fica com acesso restringido neste País. Temos de responsabilizar essas empresas, e o papel do Parlamento é fiscalizar a agência reguladora de telecomunicação nessa sua omissão contra a neutralidade de rede, que é um princípio central para a gente garantir a privacidade dos brasileiros dentro da internet e o acesso à informação.

Então, temos de avançar nisso também. E acho que hoje o debate sobre a liberdade de expressão, o debate sobre a privacidade e sobre os dados pessoais é central, porque os grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conglomerados de mídia internacionais se utilizam dos dados da população como capital central nas suas relações comerciais. Então, temos de fazer esse debate.

Há propostas mundiais, inclusive, de quebra de criptografia inclusive de mensageiros eletrônicos, como o WhatsApp. Há países que já aprovaram essa quebra e que permitem, como falei, a quebra de todos os dados das pessoas. Não é o *hacker* do Telegram, mas o acesso diretamente do Estado a dados pessoais, como foi o caso do escândalo da NSA, em que dados inclusive da ex-Presidenta Dilma foram quebrados pelo Governo dos Estados Unidos. Então, é um caso. Eu acho que foi o ápice, que levou, inclusive, à aprovação do Marco Civil da Internet pelo Congresso Nacional, que eu acho que a gente vai acabando por esquecer, como o tempo vai passando, mas eu acho que a gente tem que voltar a refletir sobre esses pontos importantes.

Desculpa o tempo.

A SRA. NATÁLIA LEVIEN LEAL (Para expor.) – Obrigada, Deputado, pelas perguntas.

Eu queria falar, primeiramente, sobre o financiamento. Acho que é um ponto que sempre gera dúvida. Embora eu já tenha mencionado, na minha fala inicial, a Lupa é uma empresa, uma sociedade anônima, uma empresa cuja sócia majoritária é a sua fundadora, a jornalista Cristina Tardáguila. A Lupa recebeu um aporte inicial ligado à Editora Alvinegra. É a editora que edita a revista *Piauí;* porém, não há nenhuma relação de subordinação na administração ou na linha editorial da Lupa com relação à revista *Piauí*. Há uma questão tecnológica sobre a qual nós somos constantemente questionados, sobre o fato de que o *site* da Lupa está hospedado dentro do *site* da *Piauí*. Isso é uma questão meramente tecnológica, que não se desdobra em nenhuma subordinação editorial ou administrativa, como eu já mencionei.

A Lupa não recebe dinheiro, como a Deputada disse, de metamilionários nem de investidores nesse sentido. A Lupa é uma empresa que faz parcerias com empresas. Uma das nossas linhas de financiamento é o setor educacional. Eu já mencionei aqui: desde 2017, nós treinamos em *fact-checking* mais de 4 mil pessoas, não só no Brasil, mas também na Espanha e também em Portugal. Então, esse é um braço de receita muito importante para nós, com o qual nós fazemos um trabalho, no qual nós acreditamos muito. A gente também tem parcerias com plataformas de tecnologia, e isso não nos impede de olharmos criticamente para o papel delas dentro do nosso ambiente de desinformação, como eu também já citei aqui, da forma que nós enxergamos a necessidade da regulamentação e regulação das plataformas aqui, no Brasil, o que não é feito atualmente.

Por último, a venda de conteúdos. Também já citei que os nossos conteúdos são veiculados por diferentes meios, diferentes veículos de comunicação, e isso também gera renda para a Lupa. A Lupa, portanto, é uma empresa, uma sociedade anônima que emprega, atualmente, dez pessoas, totalmente de acordo com as leis trabalhistas brasileiras.

Com relação à opinião, de que forma a gente enxerga que uma opinião possa ser classificada ou não como *fake news*, eu acredito que toda opinião que distorce um dado real para influenciar no debate público pode, de alguma forma, ser caracterizada como desinformação.

Eu também falei, mencionei na minha fala inicial que, de acordo com a metodologia do *fact-checking*, nós não checamos opinião, ou seja, se eu digo que penso que uma coisa é melhor do que outra, ou que eu acredito que uma coisa seja melhor do que outra, ou acho que determinada coisa não aconteceu, o *fact-checking*, por sua metodologia principal, não alcança esse tipo de verificação. Porém, quando dados equivocados, dados que podem ser comprovados através de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

dados públicos, através de informações checáveis, passam a embasar uma determinada opinião, nós entendemos – nós, *fact-checkers* – que é possível verificar esses dados e apenas eles. Então, nunca um *fact-checker* vai dizer que a sua opinião está errada, ela é falsa ou é verdadeira, mas entendemos que podemos expor se o dado utilizado para embasar essa opinião tem âncora na realidade ou não.

A SRA. TAINÃ NALON XAVIER (Para expor.) – Acho que a Natália não podia ser mais clara com relação à questão da opinião. O Aos Fatos tem uma metodologia que é bastante semelhante à metodologia da Lupa, à metodologia do Fato ou Fake, que é não checar opinião a não ser que efetivamente ela seja embasada por dados falsos, como, por exemplo, há quem acredite, tenha a opinião de que a Terra é plana. No entanto, os fatos comprovam que não é. Essa pessoa tem direito a ter essa opinião, é claro. Isso não significa que isso esteja factualmente correto.

Eu queria trazer para a discussão a questão do nosso financiamento, porque o Aos Fatos é uma microempresa jornalística basicamente de fundo de quintal, porque foi criada, em meados de 2015, em julho de 2015, com um capital não financeiro de R$20 mil. Então, nós crescemos desde então progressivamente fazendo parcerias editoriais, ou seja, vendas de conteúdos jornalísticos para parceiros, como UOL, Nova Escola, BuzzFeed, conforme eu mencionei anteriormente, e lançamos dois outros verticais de financiamento ao longo da nossa história. Um de financiamento pelo público, então, nós temos uma vertical de apoiadores, através de uma política de membros, em que esses membros, através de R$20 mensais ou doações sem sazonalidade, têm acesso a uma série de benefícios como *newsletters* exclusivas, acesso a *lives* com os nossos jornalistas e uma série de produtos que ainda estamos desenvolvendo e que vamos oferecer no futuro.

Paralelamente a isso, nós temos uma vertical chamada Aos Fatos Lab, que é nossa vertical de desenvolvimento de tecnologia e consultoria em *fact-checking*. Isso significa o quê? Os nossos projetos de desenvolvimento de *chatbots, bots* e ferramentas de monitoramento de desinformação, que são patrocinadas também por empresas de tecnologia e por *grants* nacionais e internacionais, também fazem parte de um componente bastante relevante do nosso faturamento.

Na página do Aos Fatos, no *site* do Aos Fatos, se qualquer um clicar em aosfatos.org/nossos-parceiros, vai ver como funciona o nosso financiamento. Nós temos todos os valores desde 2015 elencados lá. Por exemplo, no ano de 2018, o Aos Fatos faturou cerca de 580 mil durante todo o ano, através de *grants*, parcerias de cobertura em tempo real para as eleições e prestação de serviços na área de tecnologia, por meio do Aos Fatos Lab. Então, todo o nosso financiamento é publicado de maneira transparente, até porque isso é exigido pela International Fact-Checking Network, que exige padrões de transparência e confiabilidade para que a gente desempenhe o trabalho que a gente desempenha.

Eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria dar a sugestão aos Parlamentares, como nós estamos em plena sessão do Congresso Nacional, que ia ser pela manhã, mas foi adiada para agora à tarde, de todos fazerem as perguntas e, em seguida, a Mesa responder. (*Pausa.*)

Com a palavra a autora do requerimento, Deputada Luizianne Lins, do PT, do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois estão inscritos aqui o Deputado Paulo Ramos, o Senador Humberto Costa, o Deputado Túlio Gadêlha e o Deputado Rui Falcão. Isso foi o que chegou até agora de inscrição para falar.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer ao Arnaldo, à Natália, à Tainã, ao Thiago, ao Gésio, porque eu acho que nós aqui diante – eu sempre tenho falado sobre isso aqui – do que poderíamos considerar uma epidemia, ou seja, a propagação de uma doença de forma rápida e em demasia num determinado local e numa determinada época. Então, eu poderia comparar o que nós estamos chamando hoje de *fake news* de uma epidemia mundial, que pode impactar em muito o futuro da humanidade, do Planeta Terra em todos os seus aspectos.

Por isso mesmo, eu acho que a gente precisa de uma nova profissão, de uma nova atividade. A ocupação do jornalista será fatalmente essa questão da checagem. Então, eu quero parabenizar o Aos Fatos, a Agência Lupa, o Fato ou Fake, e eu sempre coloco isso, sou jornalista e faço questão de registrar que todo jornalista não aceita, se é fato, não é *fake;* se é *fake,* não é fato, porque a gente não gosta de trabalhar com essa expressão notícia falsa, porque não deveria haver notícia falsa. Se é notícia falsa, não é notícia, é mentira. O nome é esse. Tem que dar o nome do jeito que as coisas são.

Eu tenho acompanhado o trabalho, por exemplo, da Lupa e estava vendo aqui que, em outubro do ano passado, o Departamento de Ciências da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais, juntamente com a USP, que teve a checagem feita pela Lupa, fez um trabalho, naquele momento, de acompanhamento de 347 grupos de WhatsApp, em que eles pegaram de lá as 50 matérias, 50 *fake news,* mais compartilhadas. E a gente vem observando o movimento delas e como elas vem tratando. Elas começam... Primeiro, elas não se dirigem... Até para ganhar a credibilidade daqueles para quem elas estão enviando as matérias, elas não estavam se posicionando sobre candidato A, B, C ou D, elas se posicionavam ideologicamente sobre a vida. Isso daí, claro que foi só um passo para chegar até começar a ver a guerra eleitoral transposta aí. E muitos veículos de comunicação falaram sobre isso, é porque nós estávamos num momento em que não estávamos sabendo direito o que estava acontecendo no Brasil.

E aí eu vou citar aqui que, dentro das imagens falsas mais compartilhadas, que, inclusive, tiveram a checagem da Lupa na época, estava a da Dilma com Fidel Castro, por exemplo. Essa imagem foi compartilhada – isso foi checado posteriormente – 78 vezes nesses grupos que foram monitorados. Isso em grupos que têm a capacidade de compartilhar, porque nós temos que dividir aqui o que nós estamos estudando na parte da produção de *fake news*... É parecido com o que a gente falava do cinema. O cinema, se você produz e não tem como distribuir, também morre. Essa sempre foi uma luta dos cineastas. No caso de *fake news,* tem quem produz, quem distribui... E nós vamos chegar a eles porque isso daí é um processo mecânico e industrial. Eu não tenho a menor dúvida. Isso foi falado. Eu vou já ler aqui uma matéria da Agência Brasil que já dizia isso. E o compartilhamento pode se dar por robôs ou por aquele que acredita no que está vendo, até porque foi muito colocado aqui o fato de que as pessoas, por exemplo, que não podem pagar uma conta de celular... Às vezes não é nem só para ter acesso à internet. Às vezes é para ligar mesmo. Se não tiver *chip* no seu celular e você entrar no WhatsApp, você vai conseguir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ligar, de graça. Isso a gente não pode desconsiderar, em um País onde nós temos uma população que tem muita dificuldade financeira.

Uma outra coisa que eu queria alertar é que matéria da *Folha de S.Paulo* disse que particularmente em 2018, as redes sociais foram os principais meios de informações nas eleições do ano passado. Ou seja, 60% se informaram pelas redes sociais, enquanto a TV correspondeu a 53% desses dados. Isso foi uma mudança de paradigma absolutamente impressionante, porque sempre era assim: quem normalmente tinha mais tempo de TV normalmente se comunicava mais e normalmente conseguia ganhar a opinião pública. É claro que isso não é uma coisa objetiva, não é uma conta matemática, mas em geral você tinha isso. Por isso, a luta dos partidos políticos para fazerem as coligações que possibilitassem mais tempo de exposição no rádio e na TV. Isso mudou, tendo em vista que nós temos um Presidente eleito que tinhas 12 segundos. Nenhum partido quis se coligar com ele, dado o que imaginavam que ia acontecer, e que está acontecendo no Brasil hoje. Então, ele foi sozinho para o processo eleitoral e o partido tinha 12 segundos de tempo.

Outra coisa que eu queria alertar é que, dentro dessas redes, diferentemente do Trump, que teve através da Cambridge Analytica os dados – primeiro, 300 mil comprados, depois 80 milhões de dados usados contra os eleitores americanos –, que funcionava lá em Londres... Diferentemente, aqui no Brasil, foi o WhatsApp o responsável. É a rede social mais popular no Brasil: 65%. Isso foi a *Folha de S.Paulo* em 2018. Quando ela fez a pesquisa eleitoral, ela também dedicou uma parte para saber como os eleitores estavam se comportando em relação a isso. Em outubro de 2018, 65% tinham WhatsApp; Facebook, 57%; o Instagram, 36%; e o Twitter, 14% – embora, como você falou, Tainã, é uma rede de formadores de opinião. O Twitter pauta jornal, pauta televisão, etc.

Queria também levantar uma outra informação que eu considero importante. Foi vetada pelo atual Presidente da República uma lei que responsabilizava quem compartilhasse *fake news*. A Câmara e o Senado derrubaram, através de uma sessão do Congresso Nacional. Agora não está claro como isso vai acontecer.

Por outro lado, eu também gostaria de chamar a atenção. É que aqui – eu estou muito impressionada com isso – as pessoas vêm e não sabem nem direito o que vão falar aqui – aqui mesmo, Deputados, Parlamentares, Senadores – porque eles querem a todo momento continuar, digamos assim, transformando a opinião pública numa coisa... Nós estamos vivendo um processo enganoso, onde a mentira e a verdade se misturam, e as pessoas querem dizer que o jornalista que faz uma matéria, com informações e com fatos, é a mesma coisa de ele estar emitindo opiniões pessoais dele. Isso não é assim. Para isso, tem uma coisa chamada artigo no jornal, tem uma coisa chamada editorial, em que o jornal está dando a sua opinião. A opinião da empresa, a opinião do jornalista, está muito clara ali, principalmente quando é jornalismo autoral, que é completamente diferente de você estar querendo dizer que está havendo cerceamento da liberdade de imprensa. É como eu perguntei aqui: liberdade para quê? Para mentir? Na vida real não é assim? Se eu estou falando mal de alguém e estou fazendo um linchamento de alguém verbal, eu posso responder por quê? Por calúnia, injúria e difamação. E no virtual eu posso?

Então, eu gostaria de colocar algumas questões – e, aí, aproveito também para saudar meus colegas de classe, o Gésio Passos, da Fenaj, e também, como eu falei aqui, o Arnaldo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cesar, que é da Associação Brasileira de Imprensa – e fazer algumas colocações que eu considero importantes.

No ano passado, a Agência Brasil, através do Thiago Tavares, que é Diretor da ONG SaferNet, disse o seguinte – esta matéria saiu no dia 6 de outubro de 2018 –: que a eleição estava marcada por uma avalanche de desinformação produzida em escala industrial – foi o termo usado por ele – para confundir o eleitor e prejudicar candidaturas e que as agências de comunicação tinham que ter punição porque elas estavam sendo usadas como verdadeiras fábricas de conteúdo fraudulento, que estavam sendo impulsionadas por fazendas de robôs e *chips* de celulares. Todo mundo sabe que o próprio WhatsApp... A operadora, quando começavam determinados tipos de disparo, queimava o *chip.* Aí foram milhões de *chips* usados por empresas que nunca prestaram conta, inclusive do caixa dois do Seu Jair Bolsonaro, porque isso é caixa dois. Essas empresas foram usadas para disparo em massa de forma ilegal, e elas vão ser chamadas aqui a depor, porque eu tenho dito aqui: as próprias operadoras já denunciaram essas empresas para poder dizer que o problema não era delas; era das empresas que fizeram... Isso nunca apareceu em nenhuma contabilidade do Sr. Bolsonaro. Isso se chama caixa dois. E foram milhões. Tudo indica que foram mais de R$36 milhões utilizados para isso.

Há uma outra matéria no jornal *Estado,* cuja manchete é "Fake News devem causar impacto nas eleições de 2018", que diz que foi feito um levantamento pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas da USP que constata o seguinte – olhe como é grave, nossa Relatora, Deputada Lídice:

> [...] 12 milhões de pessoas compartilharam *fake news* em junho [de 2018] [...]. O levantamento, que monitorou 500 páginas digitais de conteúdo político falso ou distorcido, indica que tais notícias têm potencial para alcançar grande parte da população [se você levar em conta, se você considerar] [...] 200 seguidores por usuário.

Então, você atinge praticamente quase toda a população brasileira.

Por fim, a Carta Capital de 30 de outubro de 2019 fala que o Facebook disse que foi "hackeado", foram roubados os dados de 400 mil usuários – o que não é brincadeira, é quase meio milhão de pessoas –, e os *hackers* tiveram informações de 30 milhões de pessoas, vítimas, entre elas: 29 milhões tiveram descoberto o número de telefone, o *e-mail;* da metade, conseguiram o nome da pessoa, o gênero sexual, o idioma, estado civil, religião, cidade natal, data de nascimento. Conseguiram também, ainda dentro dessa guerrilha virtual, saber as 15 últimas pesquisas que cada um de nós fizemos na internet. As últimas 15 coisas que eu pesquisei na internet também estavam à mercê dessas pessoas. Daí, criam-se, através dos algoritmos, os nossos perfis e mandam para nós, às vezes – e isso é mais agressivo ainda –, o que queremos ouvir, a partir das coisas que nós gostamos.

Então, é um problema muito grave, e acho que cada vez mais as agências de checagem vão ter a responsabilidade sobre isso, porque nós não podemos viver em um mundo onde você não sabe mais o que é verdade e o que é mentira. Hoje em dia, quando alguém pergunta "vocês viram que isso aconteceu?", aí você responde assim: "Mas é verdade ou não é, ou é *fake news?".* É assim que nós estamos vivendo. Como é que vai ser a vida desses jovens que estão se formando nesse momento?

Estão se formando, eu estou dizendo, como gente, como ser humano; que estão crescendo neste mundo. Porque a pós-verdade não é uma coisa que vem depois da verdade, não. Isso aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

é uma loucura! A pós-verdade é quando eu quero acreditar mais na tradição, mais na ignorância do que eu quero acreditar na ciência, nos fatos. Eu vou fazer que nem o Lula disse para o atual Presidente Bolsonaro: você não tem um Ministro que foi à Lua, que é astronauta? Pode perguntar a ele se ele não viu a Lua e se ele não viu que era redonda! Mande o Ministro dizer para ele, porque tem que dizer. Já que ele não acredita, alguém tem que dizer. Que seja o próprio Ministro que está no Governo hoje.

Eu termino dizendo para vocês o seguinte, principalmente para os nossos companheiros aí de classe: a Medida Provisória 905, de 2019, que foi editada pelo atual Presidente, prejudica duplamente a nossa categoria. Em primeiro lugar, porque ela tira a obrigatoriedade do registro profissional de jornalista na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, que hoje é ligada ao Ministério da Economia. Em segundo, ela também tira a preservação da nossa jornada de cinco horas, que está prevista na CLT. Ambos os direitos foram revogados pela medida provisória do Bolsonaro.

Nós fizemos, o nosso mandato fez duas emendas a essa medida provisória, uma estabelecendo a nossa carga horária e outra garantindo a fiscalização do cumprimento da jornada especial prevista no art. 34 da CLT. Essas emendas foram conversadas, foram articuladas e organizadas junto conosco pelo Sindicato dos Jornalistas do Ceará. E essa Medida Provisória 905, de 2019, vai ser votada, porque o Congresso tem 120 dias corridos para votar. É votação em único turno na Casa, por maioria simples, e a tramitação vai começar pela Câmara. Então, nós vamos ter que ficar de olho nisso, porque, se havia algum grau de regulamentação... Não está prejudicando só jornalista, não: 13 categorias profissionais estão sendo prejudicadas por essa medida provisória, em que sequer você precisa se registrar na Superintendência do Trabalho. Aí todo mundo quer ser jornalista! Agora, para dizer mentira? Para poder fazer uma figura e tirar gente e botar gente que queira para fazer, como eu digo bem no meu "cearensês", para fazer marmota e enganar a opinião pública? Você cria uma bolha.

E aí eu finalizo dizendo o seguinte: acho que nesta CPI a nossa Relatora tem sido muito profissional nisso; ela vai ter que dar uma orientação, um norte do que vai ser o futuro. Porque os dados, gente, os dados são como se fossem o petróleo um tempo atrás; no século XXI, os dados são como se fossem o petróleo do século passado. Hoje, você passar dados, você transmitir dados, você cruzar os dados para identificar as pessoas é hoje a moeda que o capitalismo, em especial, e agora a política está usando. E por isso mesmo a gente tem que estar muito atenta a isso.

E aí eu gostaria que a gente tivesse e fizesse um esforço enorme para que a gente pudesse – e aí eu faço a última colocação, que é uma pergunta também... Nós precisamos, além do jornalismo, ter aqui presentes cada vez mais os analistas de dados, pessoas que sabem mexer com a tecnologia, para podermos saber de onde estão acontecendo os disparos em massa, principalmente a distribuição, antes do próprio compartilhamento. Como é que está se dando essa distribuição? Através de robô! Foi dito também pela *Folha*. A jornalista Patrícia Mello e o jornalista Rubens Valente fizeram várias matérias, inclusive com foto de onde fica o celular, ligado diretamente a um computador, e é programado para disparar várias vezes o mesmo conteúdo mentiroso. E aí nós temos que chegar a alguma conclusão. A polícia não é tão eficaz para algumas coisas – a Polícia Federal, a Polícia Civil, etc. e tal? Por que aqui nós até agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

partimos do zero, embora várias matérias jornalísticas tenham descoberto coisas sobre as quais a Polícia Civil ou a Polícia Federal ainda não chegaram à conclusão?

Então, eu gostaria de me colocar à disposição dessa discussão toda que está acontecendo e perguntar a vocês o seguinte: o que é, do ponto de vista hoje de vocês, algo que ficaria entre a possibilidade de a gente fiscalizar, de a gente evitar *fake news,* e a gente manter a liberdade de imprensa tal como está pensada pela Fenaj, pela ACI, pela ABI, como está pensada... Porque eu defendo a liberdade de expressão radical, mas eu também defendo a punição radical de quem quer enganar a opinião pública. Porque as pessoas não querem enganar de graça. Um monte de gente veio para cá... Eles não vêm ver esse debate. Muito pouco aparece aqui, muito pouco bolsonarista aparece aqui, um ou outro, para ouvir, porque não querem nem ouvir, querem continuar nas suas páginas de rede social fazendo *fake news* da forma mais descarada possível. Por isso não querem que a gente fiscalize e nem querem ouvir como acontece para poderem não saber, não querer dizer, porque não têm compromisso com o que está acontecendo aqui nesta Comissão.

Então, era isso, Sr. Presidente.

Eu agradeço a atenção de todos e, na medida do possível, porque eu sei que não é uma pergunta fácil, que vocês possam colaborar conosco.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Sr. Presidente, para uma pequena intervenção pelo Governo, para falar pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero parabenizar a nossa Deputada que acabou discursando aqui. Ela falou que alguns bolsonaristas geralmente aparecem. Eu sou um deles, que geralmente apareço aqui.

Primeiro, para agradecer aos expoentes que aqui vieram, e pedir... *Data maxima venia,* eu não pude estar aqui para ouvi-los, mas eu vou, assim que terminar a CPI de hoje, conseguir aqui, através do pessoal de comunicação, uma cópia para eu assistir na minha casa.

Todavia, Sr. Presidente, eu queria dar aqui seguimento à minha manifestação da última semana, porque na última semana, quando aqui me manifestei, um Senador do PT que estava do meu lado me fez uma ameaça, só que ele fez a ameaça fora do microfone, inclusive, ameaçou sair comigo nas vias de fato caso eu voltasse ao assunto. E como eu não fujo da raia, quero continuar o assunto da semana passada.

Lembrando aqui, Sr. Presidente, a esta CPI, que não é apenas um viés que deve ser investigado, todos devem ser investigados, inclusive o PT, porque o PT foi quem trouxe *fake news* para a política brasileira. Queria, inclusive, aqui mostrar algumas reportagens que falam por si mesmas.

O PT é ao mesmo tempo, Sr. Presidente, pai e mãe da *fake news* brasileira. Quando era oposição, montou um esquema de denunciação caluniosa na produção de dossiês falsos para destruir a reputação de adversários. E quando foi governo, aprimorou esse esquema criminoso usando do aparato policial do Estado e das gordas verbas publicitárias da Secom para destruir diversos políticos, seus adversários políticos, para mentir, mentir e mentir.

As reportagens que eu trago agora provam que, graças aos mais de 100 milhões de dinheiro público de verbas de publicidade distribuídos para os jornais e blogueiros amigos, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

milícia digital petista funciona até os dias de hoje. Não apenas porque já foram pagos antecipadamente pelo serviço, como porque essas milícias digitais são verdadeiras viúvas do PT. A milícia digital petista, a horda blogueira, não consegue esquecer a delícia de mamar nas tetas das gordas verbas publicitárias oficiais do Governo Federal e por isso dispara dia e noite *fake news* contra o Governo. Eles sabem que esse Governo não dará dinheiro algum a eles.

Vejamos por exemplo o caso do dito jornalista Kennedy Alencar, que bate diariamente no Presidente Bolsonaro usando suas redes sociais e os veículos em que trabalha para espalhar *fake news* contra o Governo. Segundo esta reportagem aqui, Presidente, da revista *Veja...* A matéria é: "Tesoureiro de Dilma repassou 16 milhões a gráfica fantasma de dois irmãos de Kennedy Alencar". Baseada em uma primorosa apuração do *site* O Antagonista, o tesoureiro da campanha de Dilma e futuro Ministro da Secom, que era o Edinho Silva, repassou R$16 milhões a uma gráfica fantasma de propriedade de dois irmãos de Kennedy Alencar. Foram publicados inclusive os comprovantes da transferência. Eu tenho aqui o comprovante dos depósitos feitos em nome da gráfica que era falsa.

Aliás, Sr. Presidente, este é mais um motivo pelo qual nós requeremos aqui a convocação de Edinho Silva para depor nesta CPMI, caso assim entenda o Colegiado. Eu já apresentei inclusive o requerimento aqui.

Ao checar as despesas com gráficas de campanha eleitoral de Dilma Rousseff através de dados apresentados ao TSE pelo PT, Sr. Presidente, o que chamou a atenção foi a quantia exorbitante de mais de R$16 milhões recebida pela gráfica VTPB Ltda.

A VTPB estava registrada na rua Atílio Piffer, 29, Casa Verde, São Paulo, no entanto, no endereço foi encontrado apenas um pequeno galpão deserto. Eu tenho a foto do galpão onde funcionava supostamente a gráfica que recebeu R$16 milhões do PT. Segundo o vizinho da gráfica, nunca houve uma gráfica ali, e a porta estava fechada há anos.

O Antagonista verificou o histórico da gráfica VTPB na Junta Comercial de São Paulo. Ela foi aberta em 21 de junho de 2008, tendo como objetivo social uma banca de jornais. Uma banca de jornais, transformada, através de maneiras escusas, em uma gráfica que nunca teve um objeto de ser lá dentro.

Mas pouco antes do início da segunda campanha de Dilma Rousseff, em 25 de julho de 2015, houve uma alteração na atividade econômica da empresa, no objeto social, e a VTPB passou, então, a incluir sede para impressão de material para uso publicitário, edição integrada e impressão de cadastros, listas etc. Ou seja, o nome popular disso é campanha eleitoral, material para campanha eleitoral. Ou seja, o objeto social da VTPB foi mudado no período eleitoral, a fim de poder emitir notas fiscais de serviço de impressão de folhetos e afins.

Eu leio aqui, Sr. Presidente, a conclusão do O Antagonista: "'Em campanha eleitoral, lavar dinheiro com gráficas é fácil. Elas podem imprimir alguns milhares de panfletos (ou nem mesmo unzinho, se a gráfica for só um nome na junta comercial) e emitir notas fiscais registrando que foram impressos milhões. Quem vai controlar? É o Lava Gráfica".

Diante disso, Sr. Presidente, o dito jornalista Kennedy Alencar ainda teve a desfaçatez de processar O Antagonista. O resultado: o Judiciário concluiu que o *site* apenas tinha falado a verdade. Está aqui a reportagem: "Justiça absolve *Veja* e Felipe Moura Brasil em processo movido Kennedy Alencar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Além disso, há centenas de reportagens mostrando o *modus operandi* da milícia digital petista, assim como o uso de dezenas de milhões de reais em dinheiro público para sustentar esse esquema. Eu poderia aqui ler – e vou ler porque ainda tenho um minuto –: "Temer suspende patrocínio de 11 milhões para *blogs* políticos"; "Planalto corta pelo menos oito milhões de *sites* simpáticos ao PT"; "PT decide profissionalizar os 'Camisas Negras" que patrulham internet" – isso está na *Veja*. *Folha de S.Paulo*: "PT treina 'patrulha virtual' para atuar em rede sociais". "E as *fake news* do PT no WhatsApp?"– isso foi dado pelo R7. *O Globo*: "Vítima de *fake news,* PT 'experimenta agora o veneno que espalhou', dizem os adversários". Último segundo: "PT se recusou a assinar documento contra o compartilhamento de *fake news".* G1: "Investigação revela como *blog* defendia Dilma com rede de *fake news* em 2010".

Sr. Presidente, o material é muito farto.

E eu termino aqui dizendo aquilo que eu disse na última semana, finalizo lembrando o que disse aqui na semana passada: o PT não tem moral para investigar ninguém. O PT, na CPMI da Fake News, digo, repito, é como aquele batedor de carteiras que, após furtar um desavisado, sai correndo na rua, gritando: "Pega ladrão!".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Está aqui o coro dito pelo próprio Deputado do PT.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados, mantenham a calma.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – O próprio Deputado do PT disse o jargão. Isso vai virar um meme muito bonito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mantenham a calma, Srs. Deputados! Mantenham a calma!

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Então, Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está garantida ao Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... a CPMI da Fake News funciona desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. terá a sua vez, Deputado Rui Falcão, para contestação.

Com a palavra o Deputado...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Sr. Presidente, eu não ataquei o Rui Falcão, até porque a gente sempre conversa numa boa, mas ele não suporta ouvir a verdade – ele não suporta ouvir a verdade. A verdade é esta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Sim, pago. Eu o desafio a dizer onde é que está o crime nisso. Se há crime, por que é que eu não estou processado? O senhor também usa das mesmas prerrogativas que eu, o senhor e todos os Deputados e Senadores usam da mesma prerrogativa que eu.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Em algum momento, V. Exa. perguntou o que foi que eu fiz? Então, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados... Srs. Deputados...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... o PT...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... o assunto aqui é o debate da *fake news*.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Sr. Presidente, eu termino.

O PT, na CPMI da Fake News, age como aquele batedor de carteira que rouba e sai gritando: "Pega ladrão!".

Esta *fake news* só faz sentido se todos forem investigados. Querem investigar do outro lado, que se investigue também o PT.

Eu apresentei os requerimentos e não vejo a hora de o senhor colocar em votação para nós aqui darmos o norte certo à CPMI da Fake News.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Paulo Ramos, PDT, Rio de Janeiro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Obrigado, Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone*.) – ... e me pede desculpas depois, no privado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone*.) – Não te peço desculpa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone*.) – Pediu, pediu, sim.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Não pelo que eu falei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone*.) – Pediu!

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. *Fora do microfone*.) – Outra *fake news!*

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone*.) – O senhor é um desqualificado, amigo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone*.) – Não mereço nem te dar resposta. Você que é desqualificado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone*.) – *Shut up!*

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Paulo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro cumprimento todos os expositores convidados, dizendo que a cada dia eu fico mais assustado não só com as informações trazidas, mas com as dificuldades em relação ao Estado democrático de direito, em como nós vamos garantir a legitimidade da representação a partir da influência que as novas tecnologias possibilitam para manipular a vontade do cidadão ou da cidadã, eleitor e eleitora. Mas quando...

Eu quero cumprimentar o Arnaldo Cesar, de longa trajetória e que conheço.

Eu estava lembrando aqui, sobre *fake*, uma coisa antiga que dizem que a Coca-Cola, quando quis se instalar no Brasil, divulgou: que o mate era brochante, porque o consumo de mate era muito grande no Brasil e a forma de substituir foi influenciar – dizem que o latino sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

é muito *caliente* –, então, a forma de influenciar foi atribuir ao mate essa característica. Dá para ver que são os interesses em jogo muito grandes.

Mas eu quero, aproveitando que o Arnaldo Cesar – eu falo Arnaldo Cesar com essa intimidade porque eu sei que é possível – falava do nosso Barbosa Lima Sobrinho, ou da ABI na campanha O Petróleo é Nosso, dizer que o Barbosa Lima Sobrinho também, na época da Assembleia Nacional Constituinte, de saudosa memória – a Deputada Lídice da Mata, nossa Relatora, compartilhou também a elaboração da Constituição de 5 de outubro de 1988 e me liderava aqui –, criou o Movimento em Defesa da Economia Nacional, o Barbosa Lima Sobrinho atuou permanentemente para que a nossa Constituição consagrasse a soberania para, a partir da soberania, ser possível ter um projeto nacional para alcançar a tão almejada justiça social, mas, quando a sofisticação... E o Arnaldo Cesar ainda deixa uma dúvida em relação ao próximo pleito: o que é que nós poderemos esperar com o avanço tecnológico a partir do próximo pleito; e o Gésio, falando da democratização da informação.

A Deputada Lídice da Mata vai lembrar quando, na Assembleia Nacional Constituinte, 31 anos atrás, nós discutíamos as mídias locais, as rádios comunitárias. Olha a ilusão que perpassou pela nossa alma: as rádios comunitárias!

Quero até mandar um abraço para o Ismael Lopes, que está em Queimados, Rio de Janeiro. Onda Livre era o título do grupo que se organizou para lutar pela democratização da informação.

Eu não acredito mais na possibilidade de controle, porque a velocidade da informação é muito grande e a sofisticação a cada dia aumenta. Antigamente tinha a mala direta. A mala direta era uma preciosidade nas campanhas eleitorais, era a forma de alcançar o eleitor. A mala direta já trazia determinadas informações que vinham à própria categoria profissional.

Hoje nós sabemos que não só em relação ao processo democrático, à escolha, à legitimação nos pleitos eleitorais, nós temos a influência positiva ou negativa na vida da sociedade sob diversos aspectos.

O Gésio falou na ética. A ética já está sepultada irreversivelmente. Não é mais possível recuperar a ética, considerando os conflitos sociais e os interesses em jogo.

O Evo Morales, que está no México, exilado, disse assim: "Ou morre o capitalismo ou morre a Terra". Eu percebo e avalio que não há salvação, porque o ser humano vem se desumanizando e vem se distanciando dos valores mais preciosos para a própria convivência. Aqui mesmo vivemos um protagonismo assim: a dificuldade da convivência respeitosa. Então... A checagem. As checagens feitas até hoje. Elas checaram, as empresas, somente para esclarecer o que é *fake* e o que não é *fake*. Essas checagens alcançaram também aqueles que difundiam a notícia falsa. A notícia falsa era uma notícia falsa que alcançava a honra das pessoas? Causava um prejuízo à sociedade? Identificou o autor? Porque a grande questão não é só a liberdade de expressão, na Constituição, vedado o anonimato. Porque não basta a liberdade; é assumir a responsabilidade pelo ato que pratica, por aquilo que divulga.

A Luizianne aqui falou na Polícia Federal. Aliás, foi um requerimento que eu fiz. Não encaminhei por escrito. A Polícia Federal já concluiu algum inquérito? Já tem algum concluído com indiciamento feito, identificado o autor? Porque encaminhou para cá, e o nosso Presidente comunicou. Nós temos aqui uma relação muito grande de inquéritos; mas inquéritos concluídos ou ainda em andamento? Quantos foram? Na eleição de 2018, houve a identificação? O Gen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Santos Cruz esteve aqui e é uma figura insuspeita. Disse que não é no Palácio do Planalto, genericamente falando, que tem uma estrutura montada para difusão de informação. Ele disse que é no gabinete do Presidente da República. Os profissionais foram citados também por outra figura que eu considero insuspeita para trazer esse tipo de informação, o Deputado Alexandre Frota, que conviveu intimamente nesse meio, deu os nomes.

Então, a grande questão: Natália, Tainã – tem que falar tudo junto, né? –, a checagem é necessária, é um instrumento de controle, mas a profusão é tão grande que haverá ou há a necessidade de ter nem sei quantos mecanismos de checagem, porque não é possível checar tudo que é difundido.

Então, eu estava aqui com muita coisa anotada, e queria aproveitar a oportunidade para agradecer ao G1, porque na campanha de 2018, o G1 captou uma *fake* que me alcançava. Foi a primeira demonstração se era fato ou se era *fake*. Um Senador que não se reelegeu, nessa *fake* que ele postou, que me causava dificuldades, e era *fake*, teve mais de 1,2 milhão de visualizações. No Rio de Janeiro, teve um cantor gospel que teve mais de 300 mil visualizações com uma mentira, com uma *fake*.

Então, o que eu quero saber é o seguinte: preservar a privacidade, o respeito à honra das pessoas. Estamos aí com a mensagem, não é? O pacote anticrime que veio do Governo, através do Ministro Sergio Moro, está prevendo a instalação de escuta espacial nas residências, sem autorização judicial. E, mesmo com autorização judicial, a casa não pode ser violada dessa maneira.

Então, quando nós estamos aqui tratando dessas questões que são instrumentos que podem ser utilizados para o bem, mas que vêm sendo utilizados para o mais descarado fascismo, como é que nós vamos enfrentar liberdade de expressão sem responsabilização? É possível pelo menos na campanha eleitoral? Não há como fiscalizar, não há como acompanhar. É possível proibir? Nós temos países onde a liberdade de expressão é minimamente ou, às vezes, maximamente controlada, mas, numa situação da impossibilidade de controle, a proibição seria o caminho porque as empresas não assumem? Tem que responsabilizar também a empresa. Como é que uma empresa tem o poder de preservar a fonte que planta uma notícia falsa? Então, é a responsabilização da empresa. E a indagação que eu faço é se a proibição, em determinados momentos, para evitar a utilização, porque não é liberdade de expressão, não é liberdade de divulgação, é utilização de uma mentira, é possível.

Aproveitamos, já que falaram em jornalistas assassinados, que são muitos, para mandar a minha solidariedade ao Julian Assange, que está aí num caso mundial, sendo perseguido exatamente porque difundiu e demonstrou claramente – e também ao Edward Snowden – o que é capaz de fazer um império para realizar, afirmar seus interesses.

Então, a indagação que eu deixo é sobre a questão do que significa liberdade para alcançar objetivos que, num processo democrático, contrariam os interesses maiores do Estado democrático de direito, se a proibição seria minimamente razoável, considerando que esse avanço tecnológico possibilita a conquista do poder através do uso desses mecanismos, obviamente com muito dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Túlio Gadêlha, do PDT, de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Presidente Senador Angelo Coronel, demais convidados, primeiramente, quero parabenizá-los pela exposição aqui, pela clareza com que trouxeram esses temas, que são tão importantes para a gente discutir aqui.

Eu acho que meu objetivo aqui é mais fazer algumas provocações para a gente poder desmistificar todo esse cenário que vivemos hoje de *fake news* e tentar encontrar soluções.

Primeiramente, quero fazer uma reflexão sobre a nossa própria sociedade. A sociedade é dinâmica e, por isso, o processo legislativo também deve ser dinâmico e acompanhar a sociedade.

Assim como vocês – aí eu falo em relação à Natália e à Tainã –, também me preocupo muito com qualquer medida legislativa por parte desta Casa que venha pura e simplesmente criminalizar os que produzem, os que publicam, os que compartilham notícias falsas. Essa é uma preocupação. Mas precisamos também encontrar um caminho. Não adianta só não criminalizar. Lógico, a criminalização abre portas para o cerceamento da liberdade de expressão. Mas qual seria, então, o caminho? Porque, veja, nós não sabemos ainda quem paga pelo dano causado. Quem paga pelo dano causado?

Eu recentemente fui vítima de uma *fake news,* porque fui Relator de um projeto do Deputado Orlando Silva que tratava do Estatuto da Família do século XXI, em resposta ao Estatuto da Família feito e concebido ali no seio da bancada evangélica, que entendia o casamento e a família como uma união entre um homem e uma mulher. E nesse projeto do Estatuto da Família do século XXI, o Deputado Orlando Silva compreendia, Deputada Lídice, uma forma mais ampla de família: que não só um homem e uma mulher poderiam compor, fazer parte de uma família, ser uma família, mas dois homens, como já estabelece o Código Civil; duas mulheres, como já temos jurisprudências; ou até mesmo uma avó e seus netos; uma mãe solo; um pai solo. E na relatoria desse projeto encaminhamos, sem defender a relatoria, nosso parecer favorável. Mas aí surgiu – pelo fato de a gente estar legislando e compreendendo uma família mais ampla com dois homens, duas mulheres –, no seio do bolsonarismo e da bancada evangélica, uma resistência e uma disseminação da *fake news* de que eu estava legislando para conceber, legalizar o casamento entre um pai e uma filha ou o incesto.

Ora, eu acho importante trazer esse exemplo aqui, porque, no fim de semana sequente, Presidente, Senador Angelo, em minha residência, assim que fui para a garagem do meu prédio, encontrei a minha vizinha, e ela me olhou – uma senhorinha – de baixo para cima, com uma cara de decepção e disse: "Deputado, Túlio, a gente votou em você. Como é que você está fazendo uma lei que vai permitir o casamento entre um pai e uma filha?". E eu disse para ela: "Olhe, isso é *fake news.* Isso que a senhora leu ou viu não sei onde não é verdade". E ela pegou, na minha frente, abriu o WhatsApp, me mostrou e disse: "Olhe, quem me mandou essa matéria foi a minha irmã e a minha filha. Olhe aqui. Você está dizendo que elas estão mentindo para mim? É isso que você está dizendo?". E eu disse: "Não, estou dizendo que elas talvez não tenham se informado". Mas, sendo muito franco, naquele menos de um minuto de conversa, não ficou claro para aquela senhora o que era *fake news.* E assim que cheguei à saída do portão do prédio, meu porteiro me para e fala: "Oh, Túlio" – Marcelino o nome dele –, "que história é essa, rapaz, casamento entre pai e filha?". E eu disse: "Marcelino, essa notícia não é verdadeira". E ele disse: "Oh, rapaz, ontem foi o pastor da minha igreja, no culto todo, descendo a lenha em você". Aí, eu pergunto: quem repara esse dano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Se eu estivesse passando na frente de uma igreja, com um culto desses – e há cultos com milhares de pessoas –, não tenho dúvida de que eu seria ali linchado, se me vissem ali. Quem responde por isso? Essas *fake news* estão... Inclusive, a própria Agência Lupa foi muito clara e transparente quando disse que a informação era falsa, que o art. 1.521 do Código Civil estabelece que é proibido o casamento dos ascendentes com descendentes, seja o parentesco natural ou civil, e que para isso eu teria, é lógico, de apresentar uma emenda supressiva desse artigo para que isso fizesse sentido. Agora, a quantas pessoas chegou a notícia de que aquilo era *fake news*? A quantas pessoas chegou essa notícia? Eu recebi mais de três mil ataques nas redes sociais; eram três mil pessoas me atacando. Então, se não é criminalizar os que produzem a desinformação, qual seria a solução? Essa é uma pergunta.

Eu não acho que temos um arcabouço jurídico, como foi dito aqui, que contempla essas deficiências legislativas. Processei oito Deputados. Nada ainda foi resolvido. Isso já faz alguns meses, e não há nenhuma resposta ainda. Está tudo sendo analisado, com o processo legal, com ampla defesa – beleza! Mas o direito de resposta não é suficiente. A minha resposta não chega a essas pessoas, não chega – estou sendo muito franco aqui com vocês – a 1% dessas pessoas.

É isso de que a gente precisa falar. Esse caso me afeta, mas vamos falar do que afeta o povo brasileiro. Esse caso específico afeta – e aí vamos colocar a devida importância – uma classe política ou artística, algumas figuras públicas aqui e ali. Mas vamos falar do povo brasileiro.

O Presidente Bolsonaro senta-se ao lado do Secretário de Pesca do Governo Federal, e o Secretário, que tem *status* de Ministro, fala que o peixe é um animal inteligente e foge das manchas de óleo, que podem consumir os produtos do mar, que podem consumir os peixes, contrariando estudos científicos, contrariando a comunidade acadêmica, contrariando pesquisadores, contrariando provas materiais de que aqueles animais estavam contaminados por aquele material de alta toxidade que foi vazado nas praias do Nordeste. E aí, quando conversamos com os pescadores, com a associação de pescadores das comunidades tradicionais do Nordeste, eles não conseguem mais vender aquele produto. Existe nos mercados em geral uma queda de mais de 50% do produto que eles retiram do mar. E, quando eles não conseguem apurar aquele dinheiro, o que eles fazem? Eles consomem o peixe; eles o consomem porque ali há um secretário falando que eles podem consumir. Olhem que absurdo!

Esta foi a fala do Secretário:

> Nós já fizemos diversos testes, nenhum peixe contaminado, nenhuma notificação do Ministério da Saúde por contaminação do óleo. [...] Então, podem consumir o pescado. Está 100% avaliado pelo Ministério da Agricultura. E lembro que o peixe é um bicho inteligente; quando ele vê uma manta de óleo, ele foge, ele tem medo. Pode consumir seu peixinho, lagosta, camarão, sem problema nenhum.

Foi o que afirmou o Secretário da Pesca do Governo Federal, um irresponsável.

E o Presidente, ao lado, reafirmou tudo que ele havia dito naquela *live*. Toda quinta-feira, há uma *live*, aproveitando e fazendo propaganda, essa coisa que nem deveria fazer!

Um especialista da Universidade Federal da Bahia, o Prof. Francisco Kelmo, fala:

> Os animais filtram a água para retirar oxigênio ou alimentação. Com a contaminação da água, o óleo é absorvido pelo organismo durante esses processos naturais. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

necessariamente esses animais morrerão por conta disso. As substâncias podem [inclusive] se alojar em seu corpo e ficar ali por anos. Com isso, eles contaminam toda a cadeia alimentar.

Eu falo isso, Presidente, porque esta é uma provocação. Será que não criminalizar aqueles que disseminam notícias falsas, aqueles que desinformam, é uma solução? Nós podemos chegar a um nível de loucura na sociedade. E, quando eu falo de loucura, não me refiro àquele pescador que assistiu ao vídeo do Presidente, em que ele afirma que poderia ser comido o peixe, e que comeu o peixe. Eu falo de loucura porque, recentemente, quando estive em Nova York, pude conversar com um porto-riquenho que estava dirigindo o Uber, e, nessa conversa, nesse diálogo que tive com ele, ele perguntou para onde eu ia, e eu disse que estava representando o Congresso em uma missão oficial na ONU, na Assembleia Geral da ONU. Ele disse: "Ah, então você sabe a verdade". E eu disse: "Mas que verdade?" "Que o Presidente de vocês é de outro Planeta." Eu dei uma risada e disse: "Não, realmente, ele fala coisas que não são deste Planeta". Mas o porto-riquenho me disse: "Não, eu estou falando sério. O Bolsonaro é um extraterrestre, e eu tenho como provar isso". Aí eu peguei o telefone, comecei a filmar e disse: "Quero ver você provar isso agora". Ele abriu um vídeo no YouTube, mostrou uma mancha no céu, no Estado de Goiás, e disse: "Está vendo essa mancha? Foi o disco voador que deixou o Bolsonaro no Brasil". Olha, isso é assustador, Senador Angelo, porque, para aquela pessoa, essa é a mais pura verdade. E, por mais maluco que seja esse Presidente, ele não é um alienígena. Infelizmente, ele não o é, não é, Rui?

Mas eu estou falando isso porque, se a gente não discute aqui com seriedade a contenção dessas notícias falsas, descobre como elas se disseminam e discute meios para a gente poder intervir e apaziguar todos esses fatos absurdos que são disseminados, a sociedade pode colapsar, a verdade vai colapsar aqui.

Por fim, eu queria fazer uma reflexão. Eu acho que cabe também a esta Comissão fazer essa discussão mais aprofundada. Primeiro, reitero a importância das agências de verificação e de checagem de fatos, o quanto elas são importantes neste momento que vivemos hoje em nosso País.

A nossa equipe, no nosso mandato, fez um estudo recente que a gente chama de *fake checking* – e existe o *fact-checking* –, que são as agências de checagem que manipulam a forma como a notícia é colocada. Falando sobre esse assunto rapidamente, o que a gente quer trazer para a reflexão – e acho que cabe a esta Comissão, Relatora Lídice da Mata, contemplar isso nesse relatório – são algumas medidas com as quais possamos, de certa forma, parametrizar algumas formas de contestação de informações ou de anúncio de informações falsas. Por que eu estou falando isso? Porque, muitas vezes, a checagem é utilizada para prejudicar o investigado.

Por que eu venho trazer esta reflexão? Não está aqui a agência que eu gostaria de interpelar, a Agência Pública, que também é uma agência muito séria. Mas fizemos a análise de uma checagem feita no período eleitoral sobre algumas frases, algumas falas dos ex-presidenciáveis Geraldo Alckmin e Ciro Gomes. A Agência Pública verificou oito frases do candidato Geraldo Alckmin, e cinco eram verdadeiras, duas eram falsas, e uma era exagerada. E também fez a mesma coisa com o candidato Ciro Gomes, e, das oito frases verificadas, cinco eram falsas, uma era exagerada, uma era impossível de ser provada, e uma era discutível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Por que estou falando isso? Porque, muitas vezes, em um debate em que o candidato fica por horas, ele faz diversas afirmações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – E as agências, muitas vezes, pela sua orientação política ou não ou por tendência, tende a pinçar – e isto é muito sério – aquelas frases que mais bem interpretam, que mais bem afirmam aquilo que ela gostaria de dizer.

Vejam que o título da matéria com relação ao presidenciável Ciro Gomes foi esta: "Ao falar do Brasil, Ciro Gomes usa dados falsos e exagerados". E aí me vem a reflexão. Vamos ver quais foram as frases ditas por Ciro Gomes que foram consideradas falsas. Das oito, pincei três aqui. E tenho a nossa avaliação das oito, caso alguém precise.

A primeira frase de Ciro dizia que, no Brasil, houve 64,7 mil homicídios nos últimos 12 meses. A agência diz que é impossível provar isso e que, no ano de 2017, ao qual Ciro se referia, foram 61.238 homicídios, ou seja, Ciro errou num percentual aproximado de 5,3%. Ela considerou isso impossível de ser provado porque Ciro falou "nos últimos 12 meses", e essa pesquisa, esse debate dele foi feito em abril de 2018.

Outra frase afirmada pelo candidato Ciro Gomes foi: "A escalada do crime organizado e das facções criminosas produz uma impunidade de quase 92%; só 8% dos homicídios são esclarecidos". A agência diz que ela é falsa e que, segundo as referências da Estratégia Nacional de Segurança Pública, esse número deveria ser de 10% a 15%, ou seja, não é de 8%. A resposta certa é de que seria de 10% a 15%. Por isso, é falsa essa afirmação dele.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Para concluir, digo mais uma frase, a última que eu queria trazer como exemplo, do presidenciável Ciro Gomes: "O Brasil tem a mais perversa distribuição de renda de todas as sociedades organizadas que eu me dei a observar. Olha o número: cinco pessoas têm fortuna equivalente a cem milhões de nacionais, que vem a ser a metade da nossa população". A agência considerou essa notícia falsa, porque não são cinco pessoas, mas são seis. Por isso, essa notícia é falsa.

E vejam só, nesses 90 minutos de fala, em que as agências fizeram a checagem dos fatos, o candidato Ciro Gomes falou de 46 temas – tenho todos anotados aqui –, que vão desde o movimento Fora FHC até o poder de compra no Governo Lula, os 80 processos respondidos por danos morais, a PEC do Teto, a negação da Constituição. Desses 46 assuntos – e, em cada assunto, há uma dezena de frases –, foram pinçadas oito frases para identificar cinco frases falsas. Quanto ao candidato Geraldo Alckmin, das oito frases, cinco foram verdadeiras.

Acho que caberia também a esta Comissão, no relatório, Deputada Lídice da Mata, a gente discutir maneiras de formalizar as classificações. Por exemplo, entre as classificações de "falso", "exagerado", "discutível", "impossível de provar", "verdadeiro", poderíamos ter outras classificações padronizadas caso as agências viessem a classificar o discurso. E também poderíamos estabelecer, quem sabe, um percentual de verdades devidamente checadas diante de todas as afirmações. Se o candidato Geraldo Alckmin, por exemplo, nos seus 90 minutos de debate ou de interpelação por jornalistas, colocou 650 frases, dessas frases qual percentual de afirmação estaria devidamente checado e seria verdadeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seriam algumas sugestões que eu acho que padronizariam... E aí essas agências – digo isto para concluir, Senador Angelo – teriam a incumbência de responder a esses padrões que a legislação poderia estabelecer.

Eu acho que é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Rui Falcão.

Em seguida, falará o último orador inscrito, o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar os palestrantes e as palestrantes e dizer que estou muito feliz por haver aqui vários jornalistas.

Eu sou jornalista aposentado, mas sindicalizado. Votei, na última eleição da ABI, na Diretoria que o jornalista Arnaldo César integra.

Antes de tudo – sei que vocês estão cansados, e não vou me estender muito –, eu queria, primeiro, me explicar sobre esse episódio recente aqui.

Todos vocês me conhecem, sabem da minha sobriedade, da minha educação, mas sabem também que eu não admito provocações sem resposta, e há provocadores contumazes que só entendem esse tipo de linguagem aqui. Aliás, ele repetiu esse episódio na última sessão da CPMI e, como sempre, faz o ataque e foge. Durante o depoimento do Gen. Santos Cruz, quando nós lemos quatro tuítes falsos que ele produziu contra o Gen. Santos Cruz, ele já tinha fugido. Então, é um fujão contumaz, é um detrator e vem aqui para fazer espetáculo, porque sabe que a TV Câmara, a TV Senado e as redes sociais vão lhe dar aquela projeção que ele procura encontrar.

Então, lamento que vocês tenham assistido a esse espetáculo numa sessão que transcorria tão bem, com informações valiosas que nós temos recebido. Mas ele é sempre assim: ele faz parte dessa bancada que dissemina o ódio, que propaga notícias falsas e que mantém o povo numa certa ignorância, prometendo o futuro na Terra, numa prosperidade que não vem.

Então, eu queria fazer esta explicação inicial e dizer que, se há alguma coisa positiva em *fake news,* se é que a gente pode encontrar isso, é que elas abriram outro mercado de trabalho para os jornalistas, uma profissão que estava sendo tão depreciada, tão perseguida, inclusive com essa MP 905, a que, a exemplo da Deputada Luizianne, nós também fizemos emendas supressivas, para que não se cometa mais esse despautério a várias profissões, principalmente aos jornalistas, aos radialistas, àqueles que trabalham com comunicação social.

Eu queria dizer também, queria me solidarizar, sobre os ataques à liberdade de informação de imprensa que vêm ocorrendo nos últimos tempos. Foram citados aqui alguns episódios, mas há dois que partem diretamente do Presidente da República. Um deles é a ameaça de cassar a concessão da Rede Globo. Todos sabem das críticas que nós temos à Rede Globo, à manipulação do debate de 1989, mas, em nenhum momento, sob os nossos Governos, houve qualquer ameaça às emissoras e ao jornal e qualquer ameaça de cassação da concessão da Globo.

Da mesma maneira, comete uma atitude ilegal, não de não querer assinar a *Folha*, que é um direito dele, mas de não permitir que a *Folha* participasse de uma licitação oficial. Então, são ameaças reais – não é *fake news* – à liberdade de informação, à liberdade de imprensa no País.

Eu queria também dizer que muitas "barrigas", Arnaldo, muitas dificuldades, ocorrem hoje pelo ritmo de trabalho que vem sendo imposto aos jornalistas. Ao contrário de os novos meios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de propagação e de automação permitirem até uma redução da jornada de trabalho, uma checagem mais bem-feita, impõe-se hoje um ritmo terrível, de tal forma que o erro frequentemente ocorre não por desídia, mas por excesso de trabalho.

Vi recentemente um livro do jornalista Seymour Hersh, que acho que todos conhecem, um jornalista premiado, que ganhou o Pulitzer pela denúncia do massacre de My Lai, na Guerra do Vietnã, em 1969, e que também, mais recentemente, fez uma matéria dizendo que Osama Bin Laden já estava preso há anos e, num acordo com o Afeganistão, foi depois assassinado, e não jogado ao mar, mas jogado numa cordilheira, para favorecer as campanhas do Governo Obama. Matérias desse tipo ele diz que jamais teria condições de fazer hoje, pelos recursos que isso requer para o jornalismo investigativo. Então, cada vez mais, os jornalistas e as jornalistas vão sendo sacrificados por um ritmo em que é muito difícil propagar uma informação correta.

Quero me referir aqui agora a uma questão sobre a qual eu gostaria que vocês opinassem, que é o jornalismo declaratório, que, cada vez mais, cresce aqui no País.

Então, quando uma pessoa diz aqui... Está aqui o Presidente da Funarte, que diz que os Beatles foram invenção socialista para fazer garotas abortarem. O jornalista reproduz essa informação, ele ouviu isso. Diz-se que o Leonardo DiCaprio foi responsável pelo incêndio de setores da Floresta Amazônica. O jornalista reproduz o que foi dito, como quando se diz que alguém é ladrão. Antigamente, quando havia o tempo da checagem, se alguém dissesse que fulano de tal era ladrão, o jornalista ia ver se havia algum inquérito, se havia alguma coisa, antes de publicar. Hoje, há o outro lado. "Fulano de tal é ladrão." E aí o outro lado diz: "Não, fulano de tal diz que não é ladrão". Havia aquele jornalismo antigo do direito de resposta, no interior de Pernambuco, em que um jornal publicava "fulano de tal é um canalha", e, no direito de resposta, vinha: "Fulano de tal não é um canalha". Então são aspectos da profissão hoje que não constituem *fake news*, mas que acabam dando curso a esse tipo de notícia fantasiosa, que é reproduzida porque a pessoa disse aquilo.

Então, para encerrar, eu valorizo muito esse trabalho das agências de checagem. Em nenhum momento, acredito nessas coisas de financiamento, que estejam atreladas a qualquer tipo de interesse que não seja o de buscar a veracidade de uma informação.

Eu queria que o Arnaldo Cesar me explicasse melhor qual é esse sistema que a ABI está desenvolvendo. Você falou rapidamente, e eu queria entender melhor, porque quem sabe a gente possa também utilizá-lo, não é?

E, para finalizar, Senador, nós aqui temos defendido uma ideia, uma tese, que, em certo sentido, o Gen. Santos Cruz não desmentiu, nos seus silêncios, provavelmente depois de ter passado por algum setor do Exército antes de vir para cá. Mas existe uma organização criminosa, cujo comando político está no interior do gabinete do Presidente da República. Essa organização criminosa tem esse núcleo político que produz informações falsas. Para disseminar essas informações, depois, há uma rede de distribuidores e de influenciadores, e há uma rede de financiadores também dessas informações.

Um dos objetivos desta CPI – espero que a gente possa chegar até ele –, entre os outros objetivos que a CPI tem, de combater a cultura de ódio, de interferir para que essas notícias sobre saúde e sobre rejeição à vacina e tal não prosperem, é que nós queremos desbaratar essa organização criminosa. Essas organizações corroem a democracia, ameaçam a democracia brasileira e são o ovo da serpente do fascismo, que começa dessa maneira e se estende País

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afora. E, se a gente silencia, se a gente não repele os provocadores e os disseminadores desse tipo de coisa, mais tarde não haverá como fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o último Parlamentar inscrito, Deputado Delegado Éder Mauro, do PSD, do Pará.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente Angelo Coronel.

Cumprimento a Sra. Relatora Lídice da Mata.

Senhores convidados, sejam bem-vindos!

Eu ouvi atentamente e, diferentemente do que alguns Deputados colocaram ainda há pouco aqui, que os Deputados que defendem o Governo, que defendem Bolsonaro, falando até mesmo sobre a questão religiosa... Eu não sou da ala evangélica, eu sou da ala católica, embora tenha uma mulher evangélica. Aqui não quero colocar a questão religiosa em questão de maneira nenhuma, porque respeito todas as religiões e não vejo por que criminalizar agora, inclusive, a ala evangélica, como alguns muitas vezes querem criminalizar outros tipos de religiões.

Eu ainda, senhores, fico curioso em saber como vai se produzir o resultado desta CPI. Eu, sinceramente, quero que o tempo que vocês e outras pessoas que vieram aqui com a maior boa vontade para trazerem contribuições, para que se possa chegar a um denominador comum, até porque o inimigo é abstrato... Como chegar a isso? Em quem chegar? Vez ou outra, sai uma veia: "Não, porque é *fake news*, e tem de se verificar a questão de vacina, a questão de saúde, qualquer outro tipo de questão". Mas todos nós sabemos, o Brasil todo que acompanha esta CPI sabe que esta CPI é eminentemente política – é eminentemente política! – e que ela, inclusive, tem uma direção só. Todos sabem disso. Não só os que estão aqui dentro como o Brasil todo está sabendo disso; não tenho a menor dúvida!

Mas eu quero agradecer a contribuição de cada um de vocês, principalmente a da Natália e a da Tainã. A Natália deu um *show*.

Parabéns, Natália! Você foi muito bem nas suas colocações, diferentemente até de muitas pessoas.

Eu ouvi, minha gente – e não vou usar o tempo todo, porque sei que vocês também estão cansados –, de tudo aqui. Vi, inclusive, ataques de pessoas que se dizem tolerantes e educadas e que não deixam Deputados falarem para depois falar. E olhe que eles fazem exatamente o contrário do que eles exigem. Isso é comum na esquerda. Vi Deputados atacarem aqui o Governo, vi Deputados aqui falarem de *fake news* do Governo, como se todos nós não tivéssemos feito parte das eleições de 2018, ou como candidato ou como eleitor. *Fake news* estava em todo lugar. Eu não vi nenhum Deputado de esquerda aqui falar o quanto o atual Presidente da República e então Deputado Federal à época foi atacado com *fake news.* Eu não vi nenhum Deputado da esquerda falar absolutamente nada. Eles se omitem nisso. É impressionante como todos ficam calados. Ou será que esta é uma demonstração clara de que *fake news* só tem um norte, que é exatamente o Palácio do Governo? Chegam ao absurdo de dizer que existe, dentro do gabinete do Presidente, um laboratório de *fake news.* Isso aí é uma brincadeira muito grande! Ou como se pode dizer?

Eu acho que seria muito mais fácil vocês, Deputados de esquerda, dizerem que o que o Presidente da República, desde a época em que Deputado era, com mais de 20 anos como Deputado, tem de muito forte, pelas posições que sempre defendeu, são as redes sociais e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

ele, quando começou a falar em ser candidato a Presidente da República e começou a ser atacado, nunca teve nenhuma emissora de TV e nenhum jornal ou revista ao seu lado. Pelo contrário, todos o atacavam porque tinham medo do que ele pregava, do que ele sempre colocava, pelas suas opiniões e valores, inclusive, de família, que essa esquerda destruiu durante esses últimos 15 anos.

Então, eu não em vi nenhum momento esses Deputados de esquerda falarem que ele foi atacado. Ele foi mais do que atacado em redes sociais pela esquerda. Ou vocês vão me dizer que não foi pela esquerda? Pelo menos quem tentou matá-lo, o executor – porque eu ainda queria poder ver quem foi o mandante – era de esquerda. Ou ele não é mais de esquerda? Já o desfiliaram? Porque ele frequentava inclusive gabinetes de Deputados de esquerda aqui dentro desta Casa. E ninguém fala absolutamente nada.

As agências checadoras, acho de suma importância, como eu gostaria que fosse também – e espero que seja – o próprio Facebook; que ele fosse uma ferramenta aberta a todo o público sem ideologia, sem partido, sem lado. Todos neste País sabem que nas eleições passadas o Facebook tirou "n" vezes páginas de candidatos e de pessoas de direita de grande vulto dentro da rede que defendiam a direita, mas ninguém fala nisso aqui; todos ficam calados. Inclusive a minha página, Sr. Presidente. Inclusive. Não era muito, mas eram quase 400 mil pessoas que me seguiam. E hoje isso está na Justiça. Tirou sob a alegação de que eu coloquei conteúdo violento na página. É brincadeira... Simplesmente porque um cidadão foi ser assaltado, e o cidadão que foi assaltado era um policial, que estava dentro do carro, reagiu e matou bandido, e eu parabenizei a ação do policial. Será que eu tinha que parabenizar o bandido? Aí é brincadeira! Aí é correr como a esquerda corre: na contramão do que o povo brasileiro pensa e quer. Isso eu não vou fazer.

Aí, minha gente, eu vejo pessoas falarem aqui da questão da família. Com todo o respeito ao Deputado Orlando, que eu considero, inclusive, colega, muito, quando falam do projeto dele – se não estou enganado, 3369 –, que colocam que é *fake news*... Pelo amor de Deus! Eu tenho parte aqui da publicação. Pelo texto, "o Poder Público [...] [fará o] reconhecimento formal e garantirá todos os direitos [...] [a todas as formas de família]". Esta é conceituada como a "união entre duas ou mais pessoas [...] que se baseiem no amor, na socioafetividade, independentemente de consanguinidade [...]". O que é isso?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. *Fora do microfone*.) – Adoção.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O que é isso?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. *Fora do microfone*.) – Adoção!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Pelo amor de Deus, adoção tem a ver com consanguinidade? Pelo amor de Deus, meu amigo Deputado! Não me diga uma coisa dessa! É você querer casar pai com filha, irmão com irmão... Isso aí é brincadeira!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. *Fora do microfone*.) – É adoção. Leia de novo.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não, não, não! Não me venha dizer... Isso aí é destruição de família pura e simples. O seu porteiro tem toda a razão.

Aí é muito fácil chegar aqui, Deputada Lídice da Mata, e atacar quem está trabalhando.

Hoje, aliás... E vez ou outra, com raras exceções, a gente abre o jornal da Globo e vê notícias favoráveis ao Governo. Claro! Mas hoje pela manhã, ao sair de casa, eu vi uma notícia interessante dada pela Globo. Nos últimos 15 anos – nos últimos 15 anos –, pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

internacional mostra que a educação foi péssima em relação a todos os outros demais países do mundo, com exceção deste ano, que teve um acréscimo, principalmente em Português e Matemática. Será que isso quer dizer alguma coisa? Sabe por quê? Eu fiz uma avaliação rápida, eu acho que qualquer leigo faz, qualquer pai de família e mãe de família séria que quer valores corretos para seus filhos sabe perfeitamente: a esquerda, nesses últimos 15 anos, só ensinou sexo, ideologia de gênero e bagunça nas nossas escolas, pura e simplesmente, só isso. E agora, as coisas estão mudando e, com certeza, os valores agora são para aprender coisas corretas. Então, por isso que começou a mudar este ano e lamento pelos últimos 15 anos.

Então, senhores, fico satisfeito de vê-los aqui. Que vocês possam estar contribuindo. E que possam estar contribuindo de forma... Sem lado, sem ideologia, sem absolutamente nenhuma intenção de dar uma direção única. Mas que possamos estar todos aqui realmente para defender e achar um caminho, diferente de pessoas que chegam aqui – como a Deputada que ainda há pouco falou – para dizer que a Polícia Federal nada faz. Ou será que a Polícia Federal já não demonstrou para todos os brasileiros do quanto ela é capaz e o quanto ela fez em nome desse povo brasileiro e a favor do povo brasileiro de bem, que fica jogado – falo isso sempre – nos corredores dos hospitais porque não teve atendimento nesses governos que passaram? Porque nossas crianças, como no meu Estado, tinham como merenda água com farinha e por aí afora vai, simplesmente porque o dinheiro era roubado por essa esquerda, e a Polícia Federal, através da Operação Lava Jato, colocou "n" bandidos na cadeia, dentre eles, minha gente – que agora não é mais Lula Livre! –, o maior bandido deste País, que é o Lula. O caminho dele correto seria estar na cadeia, porque politicamente, eu já disse, não importa ele estar preso ou não; ele está morto, ele não consegue colocar o nariz dele na rua. Ele está um solto preso: ele não consegue nem dentre os dele não levar vaia; ele não consegue entrar num restaurante, entrar num ônibus, ele não consegue ir a lugar nenhum deste País. Eu o desafio a entrar num avião, a ir a um restaurante, a andar numa praia e a ir a um *shopping* . Eu o desafio. E o povo brasileiro vai mostrar quem é ele.

Obrigado, Senador.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela Liderança.) – Presidente, pela Liderança do PDT. Quero somente sugerir ao Deputado que ele seja mais preciso e procure ouvir o Deputado Alexandre Frota. Não me consta que o Deputado Alexandre Frota integre o que se convencionou chamar de esquerda. O Deputado Alexandre Frota foi o primeiro depoente nesta CPI. Trouxe os nomes dos assessores do Presidente da República, assessores nomeados por escolha exclusiva do Presidente da República. O Gen. Santos Cruz esteve aqui e, indagado sobre quem indicou e quem nomeou, disse claramente que não passou pelo crivo da secretaria que ele dirigia; que era uma escolha exclusiva do Presidente da República; e que trabalhavam no Gabinete do Presidente da República. Então, o Deputado Alexandre Frota trouxe os nomes. E o Deputado Alexandre Frota não me consta que tenha qualquer vinculação com o campo chamado de esquerda.

Eu sugiro, então, àqueles que têm dúvidas quanto a essas afirmações, que procurem conversar com o Deputado Alexandre Frota e com o Gen. Santos Cruz, porque o Deputado Alexandre Frota trouxe os nomes, denunciou, e o Gen. Santos Cruz, que teve, obviamente, alguns cuidados que eu considerei relevantes, éticos, reiterou que aquelas pessoas tinham sido da escolha, nomeadas, que trabalhavam no gabinete do Presidente da República e que lá – e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Alexandre Frota está aí – foi montada uma central para difusão de *fakes*. Então, eu vou propor inclusive ao Deputado – vamos ver se amanhã o Deputado Alexandre Frota vem à reunião da CPI – que ele possa fazer a pergunta ao Deputado Alexandre Frota, que conhece, que é de lá.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente, só para contrapor a questão do colega, primeiro, eu quero me dirigir até a V. Exa., porque, quando o Deputado Alexandre Frota veio depor na qualidade de testemunha, nesta CPI, eu entrei com requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como convidado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Ele foi como convidado?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como convidado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Mas como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – A forma de como ele chegar aqui foi como convidado, mas o depoimento dele foi como testemunha. E eu, naquela ocasião, coloquei um requerimento oral solicitando a desqualificação do Deputado Alexandre de testemunha, apenas como informante, por um simples fato, colega Deputado: ele se declarou aqui, em viva voz – e está gravado –, inimigo do Presidente da República. Precisa de mais alguma coisa?

Obrigado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não. Quer saber se é verdade o que ele disse? Os servidores (*Fora do microfone.*) estão lá, trabalhando até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dando sequência, a nobre Relatora quer fazer somente algumas considerações antes de passarmos aqui para os nossos convidados.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Nós temos necessidade de já ir fechando os trabalhos em função do trabalho do Congresso, e eu quero apenas, como sempre faço um resumo... Acho que não será necessário, mas quero chamar a atenção dos nossos debatedores. Eu compreendo a dificuldade de discutirmos a questão da liberdade de expressão, especialmente com a ABI, com a Federação Nacional dos Jornalistas, com as entidades de checagem, que têm uma relação intrínseca com o surgimento das plataformas de rede social, apesar de independentes, mas eu gostaria de chamar atenção para uma coisa que nós estamos tratando no geral. Primeiro, eu não sou daquelas que acredita na neutralidade absoluta da imprensa. Toda imprensa tem um ponto de vista. Nós não vamos aqui agora enganar a todos nós. E acho que até devia assumir mais os seus pontos de vista abertamente, para que pudesse nortear a opinião pública a respeito disso. Mas, independentemente dessa questão, nós precisamos avançar na discussão sobre as plataformas, a regulamentação das plataformas, além da lei já existente no Brasil, porque eu creio que nós estamos vivendo um novo momento.

Nós colocamos aqui, já foi colocado outras vezes, o malefício da *fake news*. E cita-se sempre como exemplo a morte de uma mulher por linchamento em São Paulo. E isso parece que não é importante porque é só uma mulher. Também tivemos a conclusão óbvia da campanha feita contra a vacinação de sarampo no Brasil, que levou o País, que já tinha quase superado a doença, a uma epidemia no ano passado, com dezenas de mortes em São Paulo, em Brasília, onde se apresentaram diversos casos de sarampo em adultos, com mortes, com letalidade. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

quero chamar atenção para a última notícia de ontem: em relatório independente, o Facebook admite ter tido influência no genocídio em Myanmar. O Facebook foi crucial para limpeza étnica no século XXI em Myanmar, um episódio em que os militares islamofóbicos fazem uma campanha na rede social, no Facebook, e levam finalmente ao genocídio de uma população inteira.

Quando é que nós vamos parar? O Facebook foi criado por *nerds*, jovens que visavam a uma plataforma de encontros, de compartilhamento social. Hoje é uma empresa multinacional, com ações na bolsa, e tem que ter responsabilidade sobre os fatos que acontecem a partir de sua plataforma. Que tipo de responsabilização? Não pode ser proibida, etc., mas é preciso que pensemos, que queimemos o nosso cérebro para encontrar uma solução mais adequada, que permita a convivência das redes sociais em nosso País, livres, independentes, mas com responsabilidade sobre aquilo que tem uma ação deletéria e letal na vida das pessoas, como já está acontecendo em outros países e também no nosso. Então, é preciso pensar junto.

Eu queria tranquilizar o Deputado Delegado, que falou por último. Esta CPI e este relatório não têm compromisso aqui com um lado só. Aliás, nenhum desses senhores que falaram, inclusive, aqui tem lado político assumido ou coisa do gênero. Nós temos compromisso em buscar. Pode ser que não encontremos, que não tenhamos instrumentos para chegar. Gostaríamos de poder chegar em quem produz, em quem distribui, de que forma distribui, em quem financia. Se não chegarmos a isso, mas chegarmos a buscar de forma articulada, acordada com os diversos segmentos da sociedade, um projeto – já foi chamada à atenção aqui, por alguns juristas, a possibilidade de fazer isso, sem grandes transtornos e sem agredir a liberdade de expressão –, uma regulamentação mais ampla da ação das ferramentas das plataformas da rede em nosso País e até mesmo também – nós vamos ouvir aqui – das empresas de telefonia... Já foi chamado à atenção isto aqui hoje: é preciso que as empresas de telefonia possam assumir também as suas responsabilidades nessa questão. E voltar a discutir proteção de dados no Brasil, que está se transformando em... Caso de polícia já é há muito tempo: são vendidos na rua os dados de imposto de renda das pessoas, e ninguém acha que isso é nada de mais; os idosos agora têm assédio financeiro, violência financeira sobre suas vidas – no dia em que se aposentam, imediatamente todas as financeiras do Brasil e bancos vão assediá-los. Então, são "n" exemplos de como a privacidade das pessoas está sendo invadida.

Eu não ia nem citar, coronel, mas me estimula aqui uma questão. Quando eu fui Prefeita de Salvador, uma vez eu ia participar de um evento fora da cidade de Salvador, uma cidade ao norte, de uma campanha presidencial. No entanto, choveu muito naquele dia na cidade e, portanto, preocupada com as chuvas e como elas se desenvolviam, eu cancelei a minha viagem. Retirei da minha agenda aquele compromisso e refiz a agenda. E fui a uma reunião na Defesa Civil. Voltando da Defesa Civil, entrei na Prefeitura, liguei a televisão. Estava acabando de dar a notícia de que a Prefeita abandonava a cidade, em plena chuva, para ir atrás do seu candidato que lançava campanha na Bahia, ao norte do Estado. Eu liguei para o diretor da televisão e disse: "Eu estou ouvindo a notícia. Você tem duas chances: ou corrige no ar agora ou amanhã vai ter que me dar o espaço do direito de resposta". É claro que isso é uma notícia que não é uma *fake news*; é claramente uma notícia que não foi checada, um descuido, uma barrigada, que tinha a intenção, pelo grupo administrador da televisão, de fazer uma oposição aberta ao meu Governo. A intenção era clara. Porém, eu reconheço que foi uma barrigada, e eu não os processei porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

acordamos que eu teria o direito de resposta no dia seguinte, o que efetivamente pude realizar. Mas, se fosse hoje, e se fosse uma notícia espalhada pela rede, como é que eu poderia exercer o meu direito de resposta se aquilo fosse propagado imediatamente, viralizado e se transformado em uma notícia? Até que chegasse às empresas de checagem, o estrago já estaria feito. É o que V. Exa. diz: quem vai pagar o preço disso? Como é que nós vamos corrigir esses episódios? Eu não sei ainda, não sou mais sabida do que ninguém, mas é claro que isso se coloca hoje como uma necessidade.

A rede pode encontrar o seu próprio caminho? Pode ser, mas, se nós não insistirmos que é necessário que haja um outro caminho, uma nova forma... Eu acho que algumas plataformas estão buscando – o Twitter já está suspendendo a possibilidade de anúncio político durante campanha eleitoral, o Facebook tem demonstrado ter interesse nessa discussão, com mais outras plataformas –, mas que é preciso haver um debate político, de defesa da democracia, disso eu não tenho dúvida. E esse não é um problema do Brasil, é um problema do mundo. O mundo inteiro está buscando esse tipo de intervenção, de preocupação e de solução do problema.

Muito obrigada.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente, o senhor me dá um aparte rapidinho, em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu também quero...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Só um minuto.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone*.) – Eu vou falar também, porque está havendo votação nominal lá na Câmara.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Um minuto, para que a colega possa falar logo.

Só para alertar o colega que está na relatoria, porque ainda há muito tempo, e eu espero que ele não retorne com esse projeto.

"Consanguinidade. Substantivo feminino. Qualidade ou condição"...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Presidente, eu também vou precisar de um minuto.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – ... "do que é consanguíneo. Parentesco entre os que [...] [descendem] de um mesmo pai" – laço de sangue, colega –, em termo jurídico, "parentesco por linha paterna". Por extensão: "Qualquer parentesco [...] [de sangue], seja por [...] [linha paterna ou materna] – por extensão. Não existe adoção aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – Colega Éder Mauro, eu gostaria de pedir que V. Exa. ouvisse, pelo menos, a resposta antes de se retirar da sala, porque eu acho muito importante, já que me fez um questionamento.

V. Exa. leu apenas a definição do termo consanguinidade, mas V. Exa., em momento algum, leu o artigo, o que significa o artigo, o conteúdo do artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone*.) – Do projeto?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Justamente, o art. 2º do projeto.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone*.) – O projeto está muito claro, colega.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não, eu queria que V. Exa. lesse para poder explicar, justificar justamente o que V. Exa. colocou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senhores, o assunto aqui é sobre *fake news*. O projeto vamos discutir no Plenário da Câmara.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Mas é isso! Nós temos um exemplo claro aqui, Presidente. Está consolidada aqui essa discussão sobre *fake news*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Eu gostaria de pedir ao Deputado o respeito à fala do orador, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Eu gostaria de pedir respeito à fala do orador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Éder...

Pois não, Deputado Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Veja, o Deputado Éder Mauro é o exemplo da *fake news* em si quando vem aqui falar esses absurdos, quando vem dar uma notícia partida, quando vem para a definição de uma palavra que nada tem a ver com artigo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E o Túlio definiu o que é *fake news*.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – E logo mais V. Exa. irá compartilhar isso nas redes sociais e vai dar a sua narrativa novamente. As agências já haviam se posicionado com relação a esse determinado assunto, em que o artigo... Eu não entro com emenda supressiva no Código Civil. Não faz sentido o que ele fala. Isso é muito grave porque a gente precisa, Presidente, discutir aqui a prática da *fake news,* inclusive por Parlamentares desta Comissão.

E aí voltando, Deputada Lídice, como V. Exa. bem colocou, num caso como esse que V. Exa. não viajou pelo interior e o noticiário chegou a noticiar, se isso fosse pelas redes sociais, quem cobraria, quem pagaria pela disseminação? Sabe quem eu responsabilizo? Eu responsabilizo os Parlamentares federais que compartilharam esse tipo de notícia. A mim, restaram as pessoas que compartilham. Eu sei que muitos deles nem sequer foram os criadores dessa notícia, mas o fato de disseminarem nas redes sociais contraria a responsabilidade que eles devem ter com a verdade quando assumem esse mandato e fazem o juramento à Constituição Federal. Por isso, essa talvez seja uma saída.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Gadêlha.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone*.) – Presidente... Também quero falar, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um minutinho para a senhora também, Deputada?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, é só para dizer o seguinte: o Deputado que falou há pouco...

Quarta-feira, o senhor publicou na sua rede social, em que coloca...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone*.) – Obrigado por me seguir, Deputada!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não; acabaram de mandar para mim. Normalmente eu não sigo ninguém, porque nem tenho tempo, Deputado. Eu trabalho tanto...

Aqui ele botou: "Vagabundos!" – ponto de exclamação – "Ongueiros desmamados tocaram fogo na Amazônia".

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone*.) – E isso é mentira?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Isso é verdade?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone*.) – Isso é pura verdade.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Onde foi que o senhor leu isso?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone*.) – Onde eu li? Eu moro no Estado do Pará. Eu sei o que acontece lá.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O senhor viu os "ongueiros" tocando fogo?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone*.) – A sua emissora de TV que tenta desqualificar o que aconteceu lá para dar outro entendimento...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Que o Leonardo DiCaprio junto...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. *Fora do microfone*.) – Ah, você ainda quer...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Que os "ongueiros" e Leonardo DiCaprio tocaram fogo na Amazônia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Olha, se o senhor for gritar, eu grito também.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Meus senhores e minhas senhoras! Srs. Deputados, Sras. Deputadas...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É por isso que eles não querem a apuração. Como, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sra. Deputada, Sr. Deputado...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu queria só dizer uma coisa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O Presidente... Eles inventaram que o Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter a calma, Srs. Deputados!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não escuta. É porque, na verdade, eles recortam...

Eu vou finalizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles recortam a realidade de acordo com o que eles querem para defender o indefensável. Então, enquanto estiverem aqui, chegam, berram, esperneiam, gritam e depois vão embora. Então, é assim.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está o.k., Deputada.

Aos senhores da Mesa eu peço até desculpas pela exacerbação de algum membro aqui da Comissão, mas faz parte do Parlamento.

Eu queria também só deixar duas perguntinhas para os senhores para depois os senhores concluírem.

Quando houve o anúncio da parceria entre as agências de checagem e os representantes do Face, disseram que viram uma surpresa, uma reação negativa em relação a essa checagem, a essa parceria de checagem no Brasil. Como é que isso chegou a vocês? E a que vocês atribuem essa reação?

E a outra pergunta, para encerrar a minha participação. Os críticos das agências de checagem colocam a seguinte questão: quem checam os checadores, ou seja, quem afere se as checagens são verdadeiras? Como vocês respondem a esse questionamento?

Muito obrigado.

O nosso jornalista Arnaldo vai ter que se retirar. Ele tem uma audiência agora às 5h30. A nossa...

Deixe-o fazer as considerações finais para sair. Pode falar.

O SR. ARNALDO CESAR RICCI JACOB (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer mais uma vez o convite. Gostaria de pedir desculpas aos senhores, mas eu tenho uma audiência marcada agora no Tribunal Superior Eleitoral, a que eu não posso faltar, e eu tenho que voltar ainda hoje para o Rio.

Agradeço muito, eu aprendi muito nesse debate e espero que os senhores também tenham recebido informações necessárias para conduzir esse trabalho na busca de uma solução para um problema que nós estamos vendo que é muito complicado.

Boa noite!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Arnaldo, pela sua presença.

Então, passo a palavra agora para os nossos checadores; depois, o encerramento.

Então, com a palavra o Thiago Reis do portal G1, do Fato ou Fake.

O SR. THIAGO REIS (Para expor.) – Deixe-me só fazer algumas considerações finais sobre o que os Deputados perguntaram.

Primeiro ao Deputado Túlio Gadêlha. O senhor fez uma colocação sobre a questão da padronização dos selos nas agências de checagem. Eu acho isso muito complicado porque cada agência, enfim, tem sua independência para criar os seus selos. Eu até disse na minha fala inicial que a gente decidiu ter lá no Fato ou Fake apenas três selos porque a gente achou que seria de mais fácil compreensão, inclusive, para os leitores, apenas: "Fato", "Não é bem assim" e "Fake".

Mas eu entendo completamente a opção das outras agências, inclusive da Aos Fatos, da Lupa, de terem alguns selos a mais, porque há uma complexidade na questão da checagem de declarações. E aí eu acho que há uma diferença entre a checagem de declarações propriamente e a questão de que a gente está falando, de *fake news*, que são realmente os boatos que estão se espalhando na internet. A gente tem que deixar isso um pouco claro, a gente até tenta deixar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso de forma bem clara, porque uma coisa é o *debunking* que a gente faz, que é a questão de checar os boatos por si só e a questão de checagem de declaração, que aí é um trabalho à parte.

Sobre a questão de – acho que até a Deputada Luizianne falou – evitar *fake news,* eu acho muito difícil este termo "evitar". Eu acho que a gente dificilmente ia conseguir evitar, acho que é praticamente impossível. Evitar eu acho que é um termo muito forte. A checagem é apenas uma das formas. É claro que a gente faz um trabalho de checagem e acha que o trabalho não se encerra ali. A gente tenta, inclusive, lá no Fato ou Fake, dar instrumentos para as pessoas poderem fazer essa checagem também. Então, a gente já publicou mais de uma reportagem dando dicas para as pessoas fazerem essa checagem. Checar se uma foto é real, checar se um tuíte foi feito ou não, chegar um *post* no Facebook. Porque boa parte das checagens não são tão complicadas de serem feitas. Basta a pessoa fazer uma busca, uma busca reversa na imagem, entrar no Facebook daquela pessoa, enfim, quando está circulando um *print* de que aquela pessoa postou alguma coisa. Então, a gente tem que dar instrumentos para as pessoas poderem fazer também essa checagem por si só. Acho que essa é uma questão difícil.

A gente tem tentado, e, no fim de cada uma das checagens, a gente coloca um vídeo feito pelos checadores do Fato ou Fake, dando dicas de como fazer algumas dessas checagens. Então, eu acho que essa questão, como a gente já falou, passa muito pela educação, de tentar dar instrumentos para que essas pessoas também consigam fazer esse trabalho por si só, e não só as agências abarcando essa responsabilidade de conseguir fazer esse trabalho, porque a gente sabe que há muitos boatos. Os senhores já disseram que é praticamente impossível checar tudo que está circulando na internet. Então, a gente acha que essa responsabilidade tem que ser compartilhada, inclusive, pelos leitores e pela população em geral.

É isso.

Obrigado.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Senador Angelo, com relação à votação que está havendo, porque nós todos estamos com problemas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sei. Eu estou aqui com ...

Eu vou pedir aos nossos apresentadores que deem até uma certa agilidade nas respostas e pedir desculpas antecipadamente.

Nossa querida Natália.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Tem que explicar, Senador, que além da responsabilidade de votar, agora cortam o dia. Nós estamos aqui com um ponto biométrico. (*Risos.*)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, só uma coisa para que as respostas fiquem mais direcionadas, com relação às pinçadas, há um levantamento que fizemos aqui das três agências, e aí a coisa de verdadeiro, falso, exagerado, não é bem assim, impreciso, verdadeiro, mas contraditório. Ainda é cedo para dizer, todas essas classificações, em cada agência existe uma pinçada. Eu queria saber também como é definida a quantidade de frases pinçadas de cada um dos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vai começar, a Natália ou a Tainã?

A SRA. TAINÃ NALON XAVIER (Para expor.) – Serei bastante breve. Na verdade, com relação a soluções e ainda voltando à questão de criminalizar ou não e ser contra a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminalização, só queria reiterar que isso não significa que eu sou contra a regulamentação de algumas práticas. Eu acredito que a forma talvez mais eficiente seja de fato trazer as plataformas. Não sei se as plataformas já vieram a esta CPMI e se já se posicionaram acerca disso, mas são regulações que vão desde o controle de coleta de dados. E eu falo isso, de controle de coleta de dados, não só do ponto de vista da privacidade, mas da mercantilização do comportamento dos usuários nas plataformas.

O problema da desinformação surge a partir do momento em que existe uma ação organizada e coordenada dentro da internet que torna impossível você verificar se a informação é verdadeira ou não.

Hoje, se você consome algum tipo de conteúdo, se você curte determinado conteúdo no Facebook ou no Instagram ou onde for, isso é coletado de tal forma que, se você vai fazer uma busca no Google, por exemplo, o Google vai trazer uma busca personalizada de acordo com as suas afinidades. Então, às vezes, checar uma informação não é tão trivial assim.

Então, a regulamentação das plataformas e sobre como elas ranqueiam, sobre qual é a qualidade do conteúdo ali e sobre como elas coletam informações para trazer informação sob demanda, isso creio que seja imperativo ser feito de fato, isso passa bastante distante de qualquer tipo de criminalização.

Com relação a buscar a origem da desinformação, eu acredito que isso seja, lógico, uma missão para o jornalismo, e nós tentamos ativamente, quando fazemos as nossas checagens e as nossas investigações, checar, checar e chegar à fonte do problema, chegar aos atores ou aos possíveis responsáveis, mas o nosso próprio sistema de Justiça ainda é muito carente de profissionais que consigam trabalhar com esse tipo de problema. É um problema muito recente.

Então, por exemplo, a gente... Eu mencionei durante a minha apresentação reportagens feitas sobre os perfis falsos que publicavam no Jornal da Cidade Online. E a gente conseguiu a confirmação disso a partir de advogados que tinham entrado na Justiça contra os autores daquelas matérias e não conseguiram localizar os autores basicamente porque eles não existiam.

Então, esse tipo de regulação também é possível fazer, esse tipo de controle sobre padrões de publicação inautênticos nas redes é possível fazer. Não no sentido de criminalizar a produção, mas a coordenação desse tipo de comportamento, isso precisa ser regulado de fato.

Com relação à metodologia de checagem e ao que é selecionado na hora é jornalismo. E jornalismo não é uma ciência exata, jornalismo tem a sua subjetividade. E uma das premissas básicas do jornalismo é a relevância. Então, se um político está concorrendo a um cargo de Presidente da República, por exemplo, e se ele demonstra ter conhecimento em assuntos na área de economia ou na área de segurança pública, é normal que nessas áreas eles sejam mais escrutinados do que em outras áreas que não sejam do interesse dele. Isso não significa que ele esteja sendo perseguido ou que ele esteja sendo desfavorecido em detrimento a um outro candidato, isso apenas significa que a fala dele é relevante de ser checada, e apenas isso.

Eu queria agradecer à Comissão e aos Parlamentares pelo convite.

Muito obrigada.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Só... Não quero ser insistente, mas é porque não consegui ser respondido ainda, não fui respondido.

Deixa eu só mostrar uma planilha que fizemos com relação... Pegamos o exemplo do presidenciável Ciro Gomes. No programa Central de Eleições, a Agência Lupa disse que três das frases dele eram verdadeiras, duas falsas e três exageradas.

No Jornal Nacional, 30 minutos de fala do presidenciável Ciro Gomes. A Agência Lupa disse que duas frases eram verdadeiras, duas falsas, duas eram verdadeiras mais e duas eram contraditórias. O Aos Fatos indagou que, na checagem, duas eram verdadeiras, uma era falsa e uma não era bem assim.

No Jornal das Dez, a entrevista de Ciro Gomes durou 30 minutos. A Agência Lupa disse que três eram verdadeiras e duas eram falsas. Por que cito esses exemplos? – e tenho muitos outros aqui. Porque comparamos as afirmações do candidato Alckmin, e foi colocado que cinco das oito frases ditas por ele eram verdadeiras, enquanto que, do presidenciável Ciro Gomes, das oito afirmações, cinco foram consideradas falsas ou exageradas.

Eu estou trazendo este tema porque eu quero saber qual o critério de pinçar a frase, porque um presidenciável, quando vai a uma entrevista, fala centenas de afirmações, de frases que podem ser pinçadas. Nesse discurso aqui que estamos tendo, eu poderia pinçar, já que tudo foi gravado, frases de V. Exas. que estão aqui em que deve haver elementos falsos também. E posso dizer que, das dez frases selecionadas, por exemplo, da Sra. Natália, dez frases não correspondem à realidade, são falsas. E como provar isso? É lógico que isso é impossível, né? Mas...

A SRA. NATÁLIA LEVIEN LEAL (Para expor.) – Acho bem difícil.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Eu também acho.

Mas, Natália – permita-me chamá-la assim –, o que define esse critério de pinçar de acordo com cada candidato?

A SRA. NATÁLIA LEVIEN LEAL (Para expor.) – Bom, vou tentar ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Sa. vai ser breve, respondendo às perguntas anteriores e à dele.

A SRA. NATÁLIA LEVIEN LEAL (Para expor.) – Pois é. Vou começar por essa e depois eu faço algumas considerações. Eu anotei várias coisas aqui para responder, mas vou começar por essa.

Deputado, a metodologia – a Tai falou também com bastante propriedade –, a metodologia do *fact-checking* é baseada no jornalismo. O jornalismo não é uma ciência exata, não é uma ciência em que a gente pode obter resultados como uma engenharia ou uma matemática, mas ele tem as suas peculiaridades, as suas características.

Cada agência de checagem, cada plataforma de checagem define a sua metodologia, que muitas vezes é inspirada em metodologias de outros lugares, de outras plataformas que já fazem isso há mais tempo, e daí vem a grande diferença no número de etiquetas, pois algumas adotam um percentual aceitável para o que é verdadeiro, para o que é considerado falso. No caso da Lupa, a gente também tem essa banda, como a gente chama, uma tolerância do que é falado para que a gente possa considerar subestimado, exagerado, verdadeiro ou falso. Enfim, tudo isso está lá no nosso *site*. Por exigência da IFCN, a gente tem um princípio de transparência. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

fact checking é baseado em transparência. Então, tudo está explicado, como a gente faz as nossas escolhas e porque a gente escolhe está no nosso *site*.

Eu só gostaria de fazer uma consideração sobre isso. Quando a gente compara discursos de dois políticos, e eu acho que o senhor, oportunamente, trouxe a comparação entre o Ciro Gomes e o Geraldo Alckmin. Um discurso, independentemente de quem o tenha proferido, jamais vai ser cem por cento checável, porque as pessoas, principalmente durante uma campanha eleitoral, expressam suas opiniões, expressam seus valores, fazem considerações que não contêm os quatro elementos que nós consideramos na metodologia que são passíveis de checagem, como dados históricos, fatos históricos, estatísticas, comparações e legislações, que eu já havia mencionado antes.

Então, quando a gente fala, por exemplo, de conceitos muito amplos ou de coisas que poderão acontecer, "se eu for eleito, farei tal coisa", que, por mais que possa parecer impossível de ser feito, é uma indicação de futuro ou de tendência, isso não está contemplado pela metodologia do *fact-checking*. E aí, nesse caso específico entre o Geraldo Alckmin e o Ciro Gomes, normalmente os discursos têm uma diferença entre o que é possível ser checado e o que não é pela quantidade de frases.

Então, nem sempre é uma questão de pinçar, simplesmente, determinadas frases. Essa não é uma escolha subjetiva. Além disso, a gente tem uma questão que é bastante complicada, que é a transparência de dados no Brasil. Há muitas informações que são proferidas que são impossíveis de serem comprovadas, porque a gente não tem a transparência necessária, a gente não tem estudos que possam basear a colocação de uma etiqueta naquela frase, e isso nos atinge diretamente, isso prejudica diretamente o nosso trabalho. Todo checador milita por uma maior transparência nesse tipo de informação. Só isso tornaria o nosso trabalho mais, talvez mais, ainda mais equilibrado do que nós tentamos fazer.

Espero ter respondido.

Gostaria de fazer uma outra consideração, desculpa, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente.

Posso pedir uma pequenininha, pequeniníssima interrupção?

A SRA. NATÁLIA LEVIEN LEAL – Sim, por favor.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu estou sendo convocado lá pelo meu Líder para votar, mas só queria solicitar a V. Exa., eu conversei com o representante do G1, Thiago, porque eles têm lá todas as *fakes* que eles constataram durante o período eleitoral de 2018; têm arquivadas.

Se puder, mande um ofício solicitando que envie para a CPI para que nós possamos ter uma avaliação a partir da visão do G1.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O.k.

Espero que a Secretaria da Mesa tenha entendido e faça a solicitação.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Desculpe, querida, desculpe-me.

A SRA. NATÁLIA LEVIEN LEAL – Imagina.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.

Então, agora, para encerrar, o Gésio Passos.

O SR. GÉSIO PASSOS (Para expor.) – Primeiro, queria agradecer nessa rodada final às Deputadas, Deputados, Senadores presentes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Acho que o microfone, Gésio, está desligado.

E eu gostaria de pedir desculpa ao Gésio, porque está encerrando a votação e eu precisarei votar.

O SR. GÉSIO PASSOS – Tudo bem.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Mas agradeço, Gésio.

O SR. GÉSIO PASSOS – Então, só para encerrar...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Eu vou assistir sua intervenção logo mais.

Muito obrigado.

O SR. GÉSIO PASSOS – Só, então, acho que essa regulação das plataformas tem que ser feita, precisa ser feito o debate, recuperar o debate todo que foi feito no Marco Civil da Internet. Eu acompanhei as votações, a difícil negociação, inclusive com o ex-Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para permitir que isso fosse votado, esse instrumento que é bastante importante para a sociedade brasileira. Claro que não é perfeito – imagina, em uma negociação com o Cunha sairia alguma coisa perfeita? – e eu acho que é um momento de trazer esse debate, talvez, à tona, para aprimorar, para evitar um estado punitivista. Acho que a gente tem que ter isso em mente.

Já falei outra vez no tamanho dos presídios brasileiros, na população carcerária brasileira. Eu acho que a gente tem mecanismos de crimes contra a honra, mas que podem ser aprimorados, devem ser aprimorados.

Reforço o que eu havia falado. Eu acho que as agências de checagem são importantes, mas não podem ser absolutizadas.

O jornalismo, a academia de debate de jornalismo quis reforçar isso há mais de 30 anos, porque o jornalismo não é independente, não é neutro, todo mundo sabe disso, como a Deputada ponderou aqui, mas os veículos brasileiros insistem em falar que eles são. Esse é um grande problema.

Então, assim, todos têm sua linha editorial, todos têm os seus compromissos comerciais, que deviam ficar mais claros para a população brasileira.

E, só para encerrar, eu acho que a gente viveu aqui um momento muito difícil. Acho que a sociedade está vivendo um revisionismo histórico, negacionismo e autoritarismo que os nobres Deputados e Senadores têm que enfrentar, e eu acho que o papel central dos jornalistas frente a tudo isso, como está previsto no nosso Código de Ética, é defender os direitos humanos, é defender a democracia, com que a gente se preocupa muito, está em risco nesse momento, pelo atual contexto político que a gente vai vivendo.

Eu agradeço, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria agradecer a todos os nossos convidados, que foram de suma importância para abrilhantar mais ainda a nossa Comissão Mista de Inquérito. Sei que vocês contribuíram com a parte técnica e também a parte até política, e sei que com isso a nossa Relatora vai ter mais dados para copilar o seu relatório final.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Coloco em votação as Atas da 12ª e 13ª Reunião, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. As Atas estão aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se amanhã às 13 horas, com o depoimento da Deputada Joice Hasselmann.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 56 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e quarenta e dois minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Walter Alves, Márcio Jerry, Juarez Costa, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Carla Zambelli, Carlos Jordy, Delegado Éder Mauro, Márcio Labre, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Silvio Costa Filho, Alexandre Frota, Pedro Lupion, Túlio Gadêlha, Paulo Ramos, Pr. Marco Feliciano, José Medeiros, Dr. Leonardo, Aureo Ribeiro, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Diego Garcia, Dário Berger, Marcos do Val, Diego Andrade, Rodrigo Cunha, Luis Miranda, Lucas Barreto, Coronel Tadeu, Izalci Lucas, Júnior Bozzella, Delegado Pablo, Hugo Motta, Bia Kicis e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Ricardo Barros, Celso Russomanno e Arthur Oliveira Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva decorrente do Requerimento nº 240/2019. Oitiva da Joice Cristina Hasselmann, Deputada Federal, em atendimento ao requerimento 240/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e três horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/04

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, invocando a proteção de Deus, nosso Criador, declaro aberta a 15º Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre o usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à oitiva decorrente do Requerimento nº 240, de 2019 – CPMI Fake News, de autoria do Senador Rogério Carvalho, que convida a Deputada Joice Hasselmann para prestar depoimento a esta Comissão.

Concedo a palavra à nobre Parlamentar Deputada Joice Hasselmann para a sua exposição.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Só uma questão de ordem, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputada.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de saber se a convidada, apesar de ter sido convidada e não intimada, poderia prometer dizer a verdade, nada mais que a verdade, como se intimada estivesse.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Começou a palhaçada!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, a Deputada é convidada. Se ela quiser jurar, não sou eu que irei obrigá-la, entendeu? Ela é convidada e convidada tem essa prerrogativa de jurar ou não.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – V. Exa. poderia questionar se ela poderia fazer o juramento?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, essa questão de ordem é baseada em qual artigo do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, como houve duas questões de ordem, eu gostaria de saber se V. Exa. pretende fazer algum juramento ou não. Isso cabe a V. Exa. decidir.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ela veio aqui para contar história, desenho animado pra gente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Faço questão. Faço questão...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – De fazer o juramento?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... de fazer o juramento:

Juro falar a verdade, somente a verdade e nada mais que a verdade.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Questão de ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado Alexandre Frota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela ordem.) – A Deputada que interpelou a nossa convidada de hoje está por qual partido?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – É sério isso? Viramos criança agora?

Vamos voltar para o Jardim de Infância?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – PSL, qual é o partido?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Deputada poderia responder por acaso?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu estou como Vice-Líder do PSL.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Isso não é questão de ordem, Sr. Presidente!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu acho que isso é notório, todo mundo sabe. E eu não precisaria estar dizendo isso.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. ainda está filiada ao PSL.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Eu estou, mas não foi para mim a pergunta, não.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas a pergunta não foi para a convidada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, já está respondido.

Então, com a palavra a Deputada Joice Hasselmann.

Agora eu gostaria que todos os senhores e as senhores mantivessem a calma, a tranquilidade. Nós estamos aqui no meio de Parlamentares novos, velhos, de primeiro mandato, de mais de talvez oito, nove mandatos. Estamos aí com a grande mídia televisionando esta reunião. O povo brasileiro está ansioso para ouvir também esta oitiva.

Então, eu espero que todos mantenham a calma, a tranquilidade porque o que queremos aqui é chegar às verdades, ao esclarecimento daquelas dúvidas que por um acaso os Srs. Parlamentares tenham a questionar depois à nobre Deputada Joice.

Então, com a palavra a Deputada Joice.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Boa tarde a todos os senhores.

Eu quero aqui deixar, antes de iniciar a minha apresentação, algumas informações e ponderações a todos.

Eu até cheguei um pouco atrasada. Meu telefone não parou de tocar até o último momento, com pessoas pedindo que eu não viesse, que eu não viesse trazer esta exposição, que isso poderia gerar algum desgaste, além do que já existe, para o Governo, ou mesmo para o próprio Presidente da República.

Então, eu vou deixar bem claro a todos os senhores que a minha missão aqui não é arranhar a imagem da instituição Presidência da República. Eu ajudei a eleger esse Presidente, como todos sabem – e isso é público e notório, basta um Google. E, aliás, não ajudei a eleger só esse Presidente; ajudei a eleger parte da Bancada do PSL que hoje está na Câmara dos Deputados.

Fiz vídeo, chamadas para vários – inclusive, para os três que estão aqui.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone*.) – Para mim, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Fiz. Fiz, Filipe!

Não, não. Depois, eu fiz para você. Eu não fiz pessoalmente; fiz para você.

Então, senhores, o que eu vou mostrar aqui é fruto de uma investigação que eu comecei a fazer com muito mais intensidade depois que eu virei o alvo de ataques coordenados na internet.

Todos vocês vão entender, porque esses ataques são coordenados, que há, infelizmente, dinheiro público por trás disso, que a instituição Presidência da República, com a minha explanação, estará preservada por conta do nosso País, pelo que nós precisamos para o nosso País, mas que a organização criminosa – porque é criminosa – que se organiza na internet precisa ser exposta. Crime não deixa de ser crime porque é virtual. Código Civil e Código Penal continuam valendo quando os crimes são na internet.

Então, nós não estamos aqui falando das tias do WhatsApp. Eu recebi várias montagenzinhas: "Joice está contra as tias do WhatsApp". Não, não estou contra as tias do WhatsApp. Eu acho que as tias do WhatsApp ajudaram muitos de nós também a fazer campanha. Eu estou contra uma organização criminosa, que funciona de maneira coordenada. Alguns fazem com dolo; outros fazem simplesmente pelo efeito manada. Todos vocês sabem o que é efeito manada e eu não preciso nem explicar.

Eu vou fazer aqui uma apresentação breve. Há muito mais coisa, mas é impossível, numa única reunião e numa apresentação de meia hora, 40 minutos, dar conta de tudo isso. E por isso eu imagino que a CPI esteja funcionando, para que possa investigar, já que a CPI tem poder de polícia. Que possa investigar, com o poder que tem de polícia, alguns dos fatos que vou mostrar aqui e, se necessário for, me coloco à disposição para voltar. Já deixo isso bastante claro, tá?

Então, como vocês estão vendo, nós estamos falando de crime.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Dá licença aí, amigo?

Obrigado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Caluniar, difamar e injuriar são crimes previstos no Código Penal. Nós não estamos falando aqui de fofoquinha de WhatsApp.

Como é que funciona, como é que se comporta o trânsito de informações? A partir de uma teia. Essa teia foi feita. Para qualquer um que entenda um pouquinho de tecnologia da informação, há *softwares* que leem essas teias, como elas funcionam nas redes sociais. E, depois, se alguém quiser alguma informação mais específica com o perito que acompanhou esse levantamento, ele está à disposição. Inclusive, os laudos apresentados estão assinados por perito renomado. Vocês terão acesso aos laudos.

Como é que funciona? Como é que se comporta esse trânsito de informação?

Volte um pouquinho. Volte um pouquinho, por favor, à anterior, ali.

Vamos pegar aqui o caso do Leonardo DiCaprio, que virou o alvo da vez esta semana. Foi, inclusive, agredido verbalmente, aí devolveu, a confusão que vocês viram na internet. A partir de uma informação e de um alvo da vez, há a disseminação dentro de uma bolha na internet.

Passe para o próximo, por favor.

Vocês estão vendo aqui alguns dos Parlamentares que retuítam, que repassam informações ou fazem tuítes. Aqui, prestem atenção, não necessariamente trata-se de *fake news.* Estou falando só do trânsito da informação, de como é que a bolha se desenha. Não estou acusando, ainda, nenhum desses de *fake news*, apesar de que alguns produziram, e bastante, *fake news.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Então, nós temos ali o alvo da vez, o DiCaprio. Aí há os perfis oficiais ligados ao Presidente, ao filho do Presidente e aos perfis de alguns Parlamentares em alguns *sites*, como o Terça Livre, que tem o Allan dos Santos. Tem o Leandro, que é muito ativo nas redes sociais; tem o Olavo, que é muito ativo, e alguns desses políticos que estão ali nominados, como o Eduardo, o Jair, o Abraham, a Deputada Carla, o Deputado Daniel Silveira e esses influenciadores. E há, na sequência, os publicadores. Isso forma a teia para fazer a disseminação dentro de uma bolha. Há uma bolha criada e há, depois, o método de expansão para o mundo real. Essa é uma bolha. Estima-se, ali, que tenha, no total, envolvendo das tias do WhatsApp àqueles que fazem as *fake news,* que tenha no total, no máximo, 8 milhões de pessoas e muitos robôs. Só que dentro dessas 8 milhões de pessoas há um grupo bem menor que é o grupo que dissemina as informações para destruir reputações. E vocês vão entender como isso é combinado na sequência, aqui, da minha apresentação.

Pode passar, por favor. Não, volta um pouquinho.

Políticos são os aliados incondicionais do Presidente. Eu tuitei muita coisa e publiquei muita coisa do Presidente, mas nunca *fake news* nem nada disso. Vocês vão entender por que não fiz parte desse clã nem antes, nem durante, nem agora. Nem antes da campanha, nem durante, nem agora.

As instruções são passadas por um grupo. São vários deles, mas um eu vou abrir aqui para vocês. É um grupo do gabinete do ódio que tantos dizem que não existe, que não existe. Vocês vão ver *prints* das conversas desse grupo do gabinete do ódio. As instruções são passadas, principalmente, pelo Eduardo e por assessores ligados a eles. O Carlos também teve muita atividade, mas agora ele está um pouco mais, assim, com o freio de mão puxado. Mas as instruções são passadas basicamente por esse grupo ligado ao Deputado Eduardo Bolsonaro. Eles ativam a militância política. Então, passam para os perfis oficiais. A grande mídia acaba divulgando alguma coisa, por essa bolha que vocês estão vendo ali à esquerda.

Pode passar.

Os influenciadores, normalmente, os discípulos do Prof. Olavo de Carvalho. Digo a vocês que até me surpreendi com o Olavo porque Olavo é uma pessoa com a qual eu tinha um relacionamento muito bom. E sei que ele é desbocado, fala palavrão para caramba, mas eu me surpreendi com a guinada entre a teoria e a prática. Na prática, o Prof. Olavo – por quem, eu repito, eu tenho uma grande estima, de quem eu gosto muito – faz tudo diferente do que me ensinou na teoria.

Então, acabou que nós ficamos, nesse caso aí, um pouco afastados, tá?

Pode passar, por favor.

Os publicadores.

Os publicadores são pautados e influenciados por políticos, e os influenciadores participam desse movimento de manada. E muitos perfis, sim, são *fakes*, são perfis falsos para dificultar a responsabilização desses conteúdos, porque, de novo, é crime, está lá no Código Penal. Então, para que não haja a imputação de crime, ou o acionamento da Justiça, ou o pedido de indenização, muitos perfis são falsos.

Vocês estão vendo um corte ali entre o que é a bolha e o que é a vida real. Então, quem faz essa conexão são essas figuras todas liderados, nesse caso, pelos assessores e pelo próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Eduardo Bolsonaro. E essa expansão para a vida real que nós chamamos é feita por robôs.

Vocês vão ver isso tecnicamente. Eu não estou aqui falando do que eu acho, porque seria leviano. Eu estou aqui falando tecnicamente. Vocês terão laudos, terão comprovação do que eu estou dizendo. Até por isso eu não estive aqui na semana passada porque tudo isso é muito demorado. A perícia é demorada, o acionamento de polícia é demorado, porque a polícia já está nesses casos. Inclusive, alguns pedidos de quebra de IP já foram encaminhados e determinados já pela Justiça. E, por óbvio, eu não vou dizer o nome dessas pessoas porque há gente que já jogou computador fora. Eu fiquei sabendo que há gente que furou *drive* de computador com furadeira, dessa de parede. Então, a destruição de provas é muito complicada. Por isso que alguns nomes, apesar de a gente já ter acionado na Justiça, permanecem em sigilo.

Agora, há uma coisa que quem destruiu provas de ataques não levou em consideração: mais de 90% de todos os dados estão protegidos na nuvem. Então, com um pedido da Justiça ou da CPI, é possível resgatar todos esses dados, todos, ou pelo menos 90%, o que nos dá aí uma boa amostragem do que acontece e como funciona.

Nesse caso do Leonardo DiCaprio aqui – eu estou nesse tema porque é o tema mais atual, mas funciona igualzinho para todo mundo, tá? –, houve 30 mil interações em 24 horas – 30 mil interações. Essas interações, de novo, são feitas por gente de verdade e por robôs. Há gente que até apareceu aí: "Não, olha, eu existo. Eu existo!". Sim, mas é uma pessoa por trás de robôs. E isso custa. Isso custa. Em média, para fazer um disparo – um disparo – por robôs, para fazer essa movimentação, um disparo, uma *hashtag,* gasta-se R$20 mil. Vocês imaginem quantos disparos, quantas *hashtags*, quantas informações!

Eu estou falando só do disparo do robô. Eu fiquei sabendo desse valor hoje. Achei impressionante. Vocês imaginem o que está por trás: a produção, o pensamento, enfim.

Pode passar.

Esse Botometer é uma metodologia desenvolvida por cientistas da Universidade de Indiana para identificar robôs. Então, eles têm uma série de características que foram listadas durante quatro anos e eles reuniram essas características: são mais de mil características que diferenciam gente de robô. É simples. Isso é científico. Isso aqui também não é um achismo. E está à disposição para quem quiser entrar em contato com a Universidade de Indiana para ter mais informações.

Então, basicamente, aqui são só algumas das informações para vocês entenderem. O perfil geralmente não tem muita personalização, não tem a foto, tem um avatar diferente, só para constar ali no perfil. No padrão social não há conteúdo original ou há pouco conteúdo original e os retuítes são o que movimentam – quando falam: "Todo mundo está falando na internet disso!", são os robôs que estão retuitando o tempo todo, retuitando o tempo todo, retuitando o tempo todo. Na atividade é o mesmo padrão e atua-se em conjunto – é sempre em conjunto.

Então, vocês vão entender, ao final aqui da minha apresentação, que se escolhe um alvo, o alvo é escolhido, combina-se o ataque – e há, inclusive, um calendário de quem ataca e quando – e, aí, quando esse alvo está escolhido, entram as pessoas de verdade e entram os robôs. É por isso que, em questões de minutos, cinco, dez minutos às vezes, a gente tem uma informação espalhada para o Brasil inteiro. Parece realmente que o Brasil inteiro está discutindo aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

informação. É uma sensação – isso também é *fake* – que é passada para que muitos fiquem atemorizados ou aterrorizados com o levante da internet.

Pode passar aqui. Próximo. (*Pausa.*)

Encrespou aí, travou?

Enquanto destrava, eu vou trazer uma outra informação. Uma coisa importante é que muitas dessas páginas e perfis que postam conteúdos nem sempre *fakes* – alguns são *fakes*, outros são difamatórios; alguns são completamente *fakes*. Vou mostrar dois para vocês aqui que são bem interessantes assim, absolutamente malucos. Muitos são de agressão. Eles postam em algumas páginas; aí, uma hora depois, por exemplo, deletam. Só que, depois que foi deletado, já está circulando nas redes e nos grupos de WhatsApp. Então, não tem mais como você segurar a informação nem como fazer uma errata.

Aqui há um aplicativo – de novo, quem quiser, por favor, é a Universidade de Indiana – que foi desenvolvido justamente para que a gente possa verificar se há robô ou não nas redes, como é que é, como é que não é, como é que funciona, como é que não funciona. E as minhas redes estão à disposição, tá? Eu nunca usei robôs. Então, as minhas redes estão absolutamente à disposição para quem quiser: redes, meus telefones, o que vocês quiserem está tudo à disposição.

Eu analisei dois perfis, por óbvio, os dois perfis mais importantes, o do Presidente da República e o do Eduardo Bolsonaro.

Ali é a análise que foi feita por esse *software,* e dos 5,4 milhões de seguidores, no caso do Presidente da República, 1,4 milhão são robôs. No caso do Eduardo, 468.775 são robôs. Também está tudo disponível para os senhores, com laudos e tudo o que os senhores quiserem.

Ou seja, nós temos quase dois milhões de robôs em apenas duas contas de Twitter. Eu não vou dizer para vocês... Eu quero crer que o Presidente não sabe disso. Eu quero crer. Agora, pelo que vocês vão ver nas conversas do grupo do gabinete do ódio, o Deputado Eduardo Bolsonaro está amplamente envolvido e é um dos líderes desse grupo que nós chamamos de milícia digital.

Pode ser que esse número seja um pouco maior de robôs, porque como eles pegam características, a gente usou como parâmetro aquilo que tem mais de 50% de característica de robô, para não ter risco de erro, para não cometer o erro da injustiça. Mas pode ser que aquele que tenha característica de 45%, 49%, 48% também seja robô. Mas a gente excluiu isso para termos uma margem realmente confiável para apresentar.

Pode passar.

A atuação. Eu já disse para vocês que cada atuação de robô custa em média, cada disparo, R$20 mil, em média. Se a gente está falando desses robôs todos, quem paga por isso? De onde sai esse dinheiro? Talvez o principal foco desta Comissão Parlamentar seja seguir o rastro do dinheiro, porque é algo, realmente, que chama atenção. Eu fiquei surpresa com os valores e com os números apresentados.

Então, se o ataque é em grupo e se isso é feito em perfis de todos os cantos, de onde vem esse dinheiro? Nós não estamos falando aqui de trocados, nós estamos falando de milhões. Vamos lá.

Murilo Defanti. Esse é um tipo de perfil que claramente é usado por robô. Claro que amanhã pode aparecer o Murilo, a Murila, alguém dizendo: "Não! É meu o perfil". Mas é um robô, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

pessoa por trás de um robô. É um robô que está operando, é um robô que está fazendo os disparos.

Para vocês terem uma ideia, eles trabalham com retuíte, basicamente retuíte. E robôs também seguem robôs, tá, gente? Só para vocês saberem. Então, aquela coisa de ter só um seguidor e por isso é robô, e o outro tem bastante seguidor e não é robô, não é bem assim. Geralmente... Claro, se a pessoa está seguindo zilhões de pessoas e tem um seguidor, é uma característica de ser robô. Mas robôs também seguem robôs.

Então, nesse caso por exemplo, não há nenhum conteúdo original e 88 mil retuítes em um ano. Oitenta e oito mil retuítes em um ano! Isso foi pego de forma aleatória. Aquela bolha que eu mostrei para vocês, aquele mapinha cheio de pontinhos que estará à disposição de vocês, quando, na internet, vocês clicam num pontinho daquele, vai aparecer qual é a página. Então, naquele mapa colorido onde eu destaquei só o caso do Leonardo DiCaprio e do Eduardo Bolsonaro, vocês podem clicar, podem correr ali o *mouse*, o cursor, e ele vai mostrar qual é a página, qual é a pessoa. Então, isso foi aleatório. Um que foi pego.

No caso daquela campanha do fora Gilmar Mendes, foram 1.123 *hashtags* desse perfil em um único dia. Então, é humanamente impossível. É impossível! É juntar lé com cré. É simples assim. E está lá. O Murilo Defanti está na rede do Deputado Eduardo Bolsonaro. Vocês pegam isso. Depois, quem tiver interesse nesse mapa digital, todos esses pontinhos verdinhos estão interconectados, interligados, com o disparo, nesse caso, que saiu do Eduardo Bolsonaro. E ali uma *hashtag* também contra o Davi Alcolumbre: #AlcolumbreMaquiavelico. E dali saem aqueles memes que ultrapassam e muito o que nós chamamos de uma zoação, fazer uma graça. Não. São ataques verdadeiros às reputações das pessoas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Deputada, eu não posso perder a oportunidade. Aqueles pontinhos ali são muito parecidos com o rabo de um pavão.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Chegaremos no pavão. Chegaremos no pavão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É. Chegaremos no pavão.

Agora, um dado interessante para vocês. O Botometer também fez uma análise no Twitter do Aliança. O Aliança pelo Brasil, que é o que se propõe a ser um partido. Não sei. É uma ideia que se propõe a ser um partido depois de coleta de assinatura, e que causou inclusive, no meio dessa confusão... Nasceu por uma dissidência do PSL, Partido que abrigou o Presidente da República quando outros não acreditavam na viabilidade do Presidente como um candidato que pudesse ganhar a eleição.

São 164 mil seguidores... Deve estar um pouco desatualizado, porque foi feito há uns três dias. Então, já deve ter aumentado os seguidores e também o número de robôs. Só para vocês não entrarem lá e verem um número diferente. Desses 164 mil, 26 mil são robôs. Então, é um número muito grande. E robôs conseguem fazer um barulho, por óbvio, muito maior do que gente, porque nós temos mais o que fazer, nós trabalhamos, e nós temos uma limitação humana e de tempo. Não é o caso dos robôs, que são programados só para isso.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa importante para que eu queria chamar atenção de vocês. Nós vimos ontem uma decisão do TSE para aceitar os certificados digitais, no caso de criação de novos partidos. As certificadoras digitais – e para isso, quem me alertou foram os peritos que me ajudaram a fazer esses levantamentos – são muitas vezes pequenas empresas privadas quase sem nenhuma fiscalização, ou sem nenhuma. Há lá numa salinha a certificadora digital. Se nós temos esse volume de robôs atuando nas redes sociais...

Qualquer um pode ser alvo, tá, gente? O alvo da vez fui eu, mas pode ser qualquer um, qualquer um. Não existe uma proteção. Pode ser de esquerda, de direita, do centro. Não interessa. Essa pancadaria, esse crime acontece com todos. Mas se há esse volume de robôs nas redes, o que não haverá com as certificadoras?

Então, é claro que o TSE... Eu vi ontem. Foi apertado, foi quatro a três. Nós sabemos que alguns dos Ministros têm intenções de irem para o Supremo, para o STJ. Eu não coloco ninguém aqui em suspeição. Mas acho que na regulamentação disso há de se ter muito cuidado, para que nós não tenhamos uma fraude. E isso eu não estou dizendo aqui porque o partido nasce por uma dissidência do meu partido, porque todo mundo sabe que eu sou contra a criação de novos partidos. Sempre fui. Basta dar um Google aí no meu nome que vocês verão. Eu sou a favor do enxugamento dos partidos, não de criação de mais partidos. Mas esse dado é bastante importante.

Traz mais água para mim, por favor, e um café.

O mecanismo. Como é que funciona o mecanismo da coisa. Vamos pegar de novo... Eu estou usando a rede do Eduardo porque é uma das redes que mais influenciam nesse processo. Há outras. Eu só peguei... Não dá para fazer tudo, não é? Eu peguei um pelo número de seguidores e tudo. Então, Eduardo determina o alvo. Perfis ligados ou de assessores, ou ligados a assessores parlamentares, de agora, do passado recente, gente que está nas assembleias. Tem assembleia, tá, gente? Assessores de Deputados estaduais espalhados no Brasil inteiro fazendo isso. Não é só Deputado Federal, não. E aqui na Câmara também há Deputados Federais que têm assessores ligados, indicados pelo grupo, pelo Eduardo, pelo Carlos, para ficarem o tempo todo trabalhando com essas *fakes* ou assassinato de reputações.

Aí tem uma coordenação de ataques. Eu vi que tentaram desdizer, até em tom de sarcasmo, a existência do gabinete do ódio. Eu confesso que achava que o nome era gabinete da maldade, porque era assim que alguns Ministros se referiram ao tal gabinete quando foram atacados. Eu me lembro de um Ministro que falou para mim: "Poxa vida, o que eu faço com o gabinete da maldade, Joice?" Mas é aquela coisa de conversa de palácio. Não era uma coisa assim: olha, está acontecendo isso, isso ou aquilo. Mas eu descobri que realmente é gabinete do ódio. Está ali. Secreto2 G.O. Eles escolhem quem será o alvo da vez. Nesse caso é um *print* para vocês. Foi o caso do Julian Lemos. Eles escolhem uma pessoa e essa pessoa é massacrada. Massacrada!

Esse grupo não é WhatsApp. Não é WhatsApp. Eles não conversam esse tipo de informação pelo WhatsApp. É um grupo fechado, que tem senha dentro do Instagram. Então, nós já pedimos a preservação do grupo porque, por óbvio, vão deletar. Mas os *prints* estão aí, e com os laudos, para que vocês saibam que é verdadeiro.

Aí nós temos alguns perfis falsos ali identificados. Falsos ou alguém que se esconde atrás de um perfil. O Ódio do Bem, o Isentões, o Left Dex. Enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É Ódio do Bem. O Ódio do Bem orientou recentemente o ataque à Lava Jato – vocês verão a conversa – para proteger o Senador Flávio. Isso está num *print* ali para vocês.

Aí, olha lá: "Temos que pegar pesado com os traidores". E eu fico me perguntando o que são traidores? Traidores do quê? Pessoas que trabalharam dia e noite para ajudar a eleger um Presidente da República? Pessoas que trabalhavam muito antes de haver viabilidade de o atual Presidente ser um candidato que tivesse realmente musculatura para ganhar a eleição? Traidores por quê? Porque não entramos no jogo de atacar pessoas dessa forma? Porque não fazemos dessa forma? Ou por que discordamos minimamente de qualquer coisa que seja?

Ali. São os perfis, esses: Bolsofeios; Bolsolindas; Blosoneas; Carlos Opressor; Presidente Bolsonaro BR e Snapnaro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Existe o perfil.

E aí, para se ter uma ideia, o Bolsofeios é do assessor do Eduardo, o Dudu Guimarães. E aí a gente vai descobrir quem são eles com os pedidos judiciais.

Ali: viralizar; amanhã é o Julian; canalhas; sim, viralizar, e tal. Aí, crescimento artificial, por robôs também, dessas *hashtags*: #AlcolumbreMaquiavelico; A *hashtag* que foi feita contra mim: #DeixeDeSeguirAPepa, a *hashtag* #ForaGilmarMendes, e qualquer uma que vocês queiram.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O Snapnaro também é dele.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim. O Snapnaro. Sim, sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Snapnaro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Snapnaro. É.

Pode passar, por favor.

Movimentos. Esse grupo coordenado na internet acaba pautando movimentos, e alguns movimentos fazem uma retroalimentação com esses grupos. O movimento conservador é o que está dentro da questão do gabinete da maldade, de espalhar *fakes* e dos crimes de improbidade que vocês verão, porque há uso de assessores que ganham dinheiro público para isso. É um dos que está mais envolvido. Aí tem Direita São Paulo, Avança Brasil...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Esse é o ex-Direita São Paulo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É.

Pode passar.

Como é a organização da milícia? Vamos lá.

Ali vocês estão vendo o gabinete do ódio, o Coringa, o Carlos e o Eduardo, que são os cabeças, os mentores. Ali alguns Parlamentares que, por óbvio, replicam informações. E, de novo, não necessariamente, nesse caso, informações *fakes*, mas muita coisa para destruir reputação; e coisas *fakes*. Não estou dizendo que tudo é *fake*. Tem coisa que é, tem coisa que não é. Tem gente que publica e depois foi pego no *fake*, foi pego na fakelândia. Aí apaga: "Não, não. Ó, descobri... Ah, desculpem aí!". Então, assim...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Foi sem querer, não é?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É. Foi sem querer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Aí tem os assessores... Os publicadores, assessores de alguns desses Parlamentares, publicadores e movimentos, e os próprios Parlamentares, por óbvio, que repassam algumas informações.

Pode passar.

O gabinete do ódio. Já foi dito aqui, mas fica bem claro como é feita essa formatação do gabinete do ódio. De maneira – digamos assim – legal, comprovável imediatamente, praticamente meio milhão de reais de dinheiro público é destinado para perseguir desafetos. Essa é a função do gabinete do ódio: perseguir desafetos. E de novo, para quem quiser falar que não, não é bem assim, os *prints* das conversas do gabinete do ódio estão ali. E eu espero que alguém me pergunte, quando começarem as perguntas, como é que eu consegui esse *print*.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Já estão falando aqui que você vai ter que provar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aham. Aham.

Vamos lá: Filipe Martins, o Carlos... É, o Carlos ia muito ao Palácio, mas, depois que saiu muito na imprensa, ficou meio chata a coisa, e ele deixou de frequentar o Palácio com muita frequência.

E nós temos ali o Tercio, o Zé Matheus e o Mateus Diniz.

O Olavo, de novo, está ali. Isso me parte o coração, porque eu tenho um carinho pelo Olavo muito grande, mas essas pessoas todas foram alunas do Olavo. Então, ele ajuda a disseminar e ajuda, obviamente, a fazer a militância atacar pessoas.

De novo: os ataques que têm nome e sobrenome e cara – em que a pessoa se mostra –, aí a Justiça está aí, para reparar.

Eu já fiz *posts* muito agressivos, brigando com partido político, brigando com ministro, dizendo "não concordo"... Vocês sabem disso. Agora, estava lá minha carinha. Minha cara, há lá o meu nome, meu sobrenome, meu CPF, e, caso houvesse uma infração à lei, qualquer um poderia me acionar por isso. Mas nunca perdi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não perdi não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, não: não perdi não. O do Lula eu ganhei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, não: é verdade. Estou recorrendo. É verdade. Era uma homônima.

Pode passar.

Aí, gente, dá uma olhada nisto: "Senador detona jornalista do Mato Grosso que chamou Joice de garota de programa". "Rodrigo indicado à Sudeco, mas áudio contra Joice deve miná-lo".

Eu estive recentemente no Mato Grosso, para receber o título de Cidadã Honorária de Cuiabá e do Mato Grosso de uma única vez. Foi superbacana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Na minha infância, eu morei em Cuiabá. Cheguei com seis anos, tá, gente? E olha aí.

Na terça-feira após essa conversa, apareceu um maluco na internet, que eu não sei quem é – por óbvio, já está sendo processado –, usando imagens minhas de agora, com o meu carro, aqui em Brasília... Que é meu. Não é nem público, não é alugado não: é meu, é meu carro particular. Com o meu carro, aqui em Brasília, andando para cá, andando para lá, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê, aí, com aqueles efeitos de internet... E aí ele fala assim: "A Joice, eu sei que a Joice foi garota de programa, lá-lá...", aquela coisa toda.

Aí, eu comecei a rir, mandei para o meu marido... Falei: "Olha, amor; olha a nova deles". E, aí, eu recebo esse *print*.

Eu quero só aqui fazer justiça ao Senador Eduardo Gomes, porque eu conversei com ele, pela boa relação que tenho com ele, e ele me disse: "Usaram meu nome, Joice. Pode me levar de testemunha no processo". Porque eu estou processando esse vagabundo aí, que eu não sei nem quem é esse maluco. Eu sei que, na época em que eu era Líder, parece que ele queria um cargo e, por algum motivo, ele achava que eu estava atrapalhando – devia ter ficha suja ou coisa assim.

Então, aqui eles usam o nome do Eduardo Gomes... Ligaram do Palácio – do Palácio –, passou para o Eduardo – o Zero Dois, o Bolsonaro –, para ir na terça, com o dossiê da Joice. Graças ao Muvuca, virei *best friend* dos homens: Joice, Inimiga nº 1. As voltas que o mundo dá, não é?

Aí, o fulano manda uma foto com o Eduardo, e o Eduardo... Falei com ele e repito: ele disse: "Olha, eu não tenho nada com esse cara. Conheço ele, mas ele está usando meu nome. Vou de testemunha a seu favor, contra esse picareta".

Aí, ele se tornou Líder do Governo no Congresso. Melhorou muito para arrumar um cargo lá.

Isso foi uma conversa. O *print* também está à disposição dos senhores.

Na terça-feira, data marcada, aparece o tal vídeo, que, claro, já foi deletado. Porque o que que eles fazem? Atacam a reputação, não têm prova de absolutamente nada, destroem, e aí eles deletam! Somem com o vídeo! Desaparecem com isso.

Agora, vocês fiquem imaginando o tamanho do estrago que uma informação falsa como essa pode causar. Claro, talvez fosse uma coisa mais leve, e as pessoas até acreditassem. Uma coisinha assim, "ah, tá, sei lá...". Como é uma coisa muito pesada, as pessoas olham e falam assim: "Não... Tá na cara que é *fake*". Mas eu sou mãe, eu sou esposa, eu tenho família... A minha mãe mora lá no interior do Paraná, recebendo ameaça pelo computador...

Então, esse tipo de gente destrói vidas.

Há gente que não aguenta: há casos de suicídio, por conta desse tipo de gente – criminosa.

Pode passar.

Vamos lá.

Vamos à "central de boatos".

Os membros do gabinete do "grupo do ódio" acabaram de dizer no grupo, agora: "Fomos descobertos".

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Foram. Foram descobertos. De fato, foram.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Poderia declinar qual o grupo, Deputada?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Do gabinete do ódio. O grupo do... Aquele que eu botei o *print* ali.

Aqui... Pode colocar o áudio, por favor? Eu acho que vai ter que voltar e aumentar o ódio... Aumentar o volume do ódio, ali, do nosso...

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aqui, gente, esse...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deputada, perdão: isso foi o quê? Foi um evento, foi um *stand-up*... O que que foi?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Foi um evento conservador, dito conversador, que foi feito em São Paulo, e...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ah, com dinheiro do PSL.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Com dinheiro do PSL.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Entendi.

Obrigado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu acho que isso tinha que estar bem publicizado.

Por que que eu mostrei esse vídeo para vocês?

Claro que esse meme do Guga Chacra é um meme bobo, é uma provocaçãozinha, mas o *modus operandi* é exatamente esse, e, aí, os níveis de agressão vão aumentando, a depender de quem são as vítimas do momento. E há até essas palavras de ordem, não é? "Sentiu, Galvão", "faz meme" e tal, aquela coisa.

O Julian Lemos, que foi fiel escudeiro do Presidente Bolsonaro no Nordeste, quando ninguém queria estender a mão para o Presidente, andou com ele pelo Nordeste, foi à minha casa, com o Presidente, para me convidarem para disputar uma eleição. Isso está gravado. Eu tenho isso gravado. Foi à minha casa, tomaram café na minha casa, o Presidente, ainda um candidato não muito viável, e hoje achincalhado – por nada. Eu acho que é porque ele discordou do Carlos por alguma coisa, e aí começou a confusão. Basta discordar. Achincalhado.

Isso aqui foi um ataque coordenado contra o Julian. Pelo mesmo grupo, tá? Gabinete do ódio, "ta-na-na-na-na-ná".... E, aí, qualquer pessoa que eventualmente discorde entra como inimigo da milícia. Então... Agora, por exemplo, Dayane Pimentel, atacada ali: "Professora, conte-nos o segredo mágico do seu marido, morador de Feira de Santana que, após a sua eleição, virou secretário (...) Vendeu a legenda do PSL em Salvador? Em Feira? Ou o ACM Neto sempre gostou de vocês? Essa é a sua nova política?"

Atacando a Profa. Dayane, que também, da Bahia, do Nordeste, fez campanha, como mulher – nós sabemos como não foi fácil quando começamos, como mulher, a fazer campanha. O quanto nós ouvíamos "não voto: nesse homem eu não voto"...

E a gente foi trabalhando, trabalhando, trabalhando, achincalhada pelo Eduardo Bolsonaro. Por quê? Por nada. Por nada! A resposta é: por nada. Por nada. Talvez a resposta ali, Deputada, fosse: "Porque meu marido tem competência. Pode dar uma olhada no que ele está fazendo, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

administração dele. Olhe o currículo". Não é? "E tenho boas relações com a política, diferente de vocês, que têm destruído pontes no Congresso Nacional".

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E não fritava hambúrguer, não é?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É. Mas imagine a Palmirinha – não é? –, tem que ser embaixadora do mundo, então.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ô, Deputada... O senhor me permite, Presidente? Só um minutinho. Só um minuto. Só um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. está inscrito, vai falar...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, sim, eu só queria lembrar que o Julian... Todas as vezes que o Presidente foi à Paraíba, ficou hospedado na casa do Julian, e não foi uma vez só não: foram cinco vezes.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Continue, nobre Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ali há... Volte um pouquinho, por favor.

Ali foi quando eu dei uma declaração, dizendo publicamente o que eu já dizia para o Presidente.

As pessoas acham que pontos de tensão acontecem agora. Não: eu sempre tive uma relação franca com o Presidente, para dizer para ele quando ele estava errado, na minha avaliação. Eu tenho isso tudo... Até as reuniões, depois, eu mandava uma ata para ele: "Conforme a reunião, conversamos isso, isso e isso". Até para que ele pudesse ler e refletir.

Então, eu dizia muitas vezes a ele: Não faça dessa forma, Presidente. Não se deixam aliados pelo meio do caminho. Não traia seus aliados de primeira hora, porque o recado que se passa para o Congresso, onde nós – e eu liderava no Congresso –precisamos de aliados, é muito ruim.

Então, nós tivemos vários diálogos, e eu, por óbvio, por ser uma coisa privada, não vou mostrar, mas está à disposição. Não vou apresentar aqui.

Então, Julian, achincalhado da vez.

Poder ir.

Os ataques coordenados, aí, do nosso baralho.

Gabinete do ódio. De novo.

Vejam que interessante: eles têm uma tabela, para que, cada dia, um produza o meme ou a frase ou a *hashtag* para destruir alguma reputação. Então, eles vão escolhendo ali, ó: cada perfil com seu dia, para fazer esses ataques coordenados.

Olhem lá: "Quem é hoje? Vou postar daqui a pouco...".

Aí, lá, ó: "Posto o meu hoje"; "está diferente, mudou...";"coloquei o novo também"; "putz, é mesmo..."; "é seu, Bolsofeios"...

Ali é um meme... Eles começaram esse trabalho muito com narrativa, assim, a construção de uma narrativa mentirosa, desse gabinete do ódio, mas eles vão construindo a narrativa.

Então, todo mundo sabe que eu fiz campanha para o Presidente e também ajudei o Doria em São Paulo. Por óbvio: era uma candidatura mais alinhada à direita, eu sou de direita, e havia uma candidatura mais aliada à esquerda. Uma questão ideológica. Ajudei o João Doria, em São Paulo – com a autorização do Presidente, tá? A autorização do Presidente. Isso está no meu celular: "Vai de cabeça. Vai de cabeça. Eu não vou me meter, porque vai que o outro ganha... Mas vai de cabeça". Tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, logo que a campanha passou, eles começaram a pegar fotos minhas, antigas... Por exemplo, essa foto aqui, em que eu estou com o João Doria, foi de uma entrevista que eu fiz com ele.

Eu entrevistei zilhões de pessoas, da esquerda, da direita, do centro, gente da política, gente da economia... Os meus programas na Veja, ou mesmo no meu canal do YouTube... Então...

E pegaram uma foto minha com o Presidente, recente, da campanha... Do segundo turno. Eu já tinha sido eleita ali, se eu não me engano, e eu o estava ajudando. Não lembro se foi primeiro ou segundo turno, mas era uma foto recente. E, aí, colocaram como um contraponto: "Como que esta Joice está do lado do Doria e contra o Bolsonaro?"

É uma loucura isso! É uma loucura! Pegam um imagem antiga, para tentar construir a narrativa de traidora. É uma tentativa de narrativa. Então, eles vão, eles vão, eles vão mais um pouquinho, até que passa da linha do que é minimamente respeitável, e, aí, eles vão diretamente para a agressão, para o crime mesmo, propriamente dito: o crime virtual.

Então, esse é o modelo, e aqui eles estão combinando, no gabinete do ódio, como é que vão me sacanear em todos os lugares.

E imaginem se as pessoas vão ter a informação do que acontece no meio da política... Elas não sabem! Elas recebem um negócio desses, no WhatsApp... Às vezes me encaminham: "Joice, isso é verdade?" Eu falo: Gente, pelo amor de Deus! Olha aí a foto. É antiga...

E por que eu ser amiga do João Doria significa trair o Bolsonaro? É uma estupidez, é uma idiotice isso. Mas é assim que eles trabalham. Desta forma.

Pode passar.

Esses perfis todos eu vou entregar para a CPI, todos esses perfis lá atrás, com o calendário, para que, por óbvio, a gente possa chegar aos responsáveis por cada perfil.

Ó, outro de novo, o Julian de novo. O Julian, coitado... Esse apanhou.

Ah, lá, ó: "Temos que pegar pesado com os traidores". Grupo do ódio. O Snapnaro falando.

Aí, o Bolsofeios: "Amanhã é o Julian. Tá na tabela".

Você também já foi alvo, viu, Frota?

Aí, o Snapnaro: "Canalha. Sim, viralizaram".

E ali há uma lista – vocês estão vendo? Aquela lista... Está ruim a imagem, mas de pertinho vocês conseguem ver.

Há uma lista de quem vai ser atacado e em que dia. Eu estou no nº 25 na lista de ataques. Então, ali tem de tudo: tem Parlamentar, tem político, Governador, Ministro, Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre... O Rodrigo passou por uma campanha super pesada de difamação também, fazendo imagens pornográficas... É o *modus operandi*, como fizeram comigo.

Ali a orientação: "Apague as fotos em redes sociais com os traidores ou potenciais traidores". Isso é repassado para todo mundo, e o mutirão é feito.

Pode passar.

É bom lembrar que eles, depois de fazerem isso, distribuem para os multiplicadores pelo WhatsApp. Aí a coisa fica sem controle, sem controle nenhum.

Depois daquela orientação para me atacar, eles começaram a fazer essas montagens, e há coisas muito mais pesadas, gente, mas eu acho que todo mundo já viu... Colocando o meu rosto num corpo de prostituta em cenas de orgia, coisas que foram parar no telefone do meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

filho, que foi o que me motivou a de fato entrar nessa investigação, porque não dá. Passou de todos os limites do bom senso. A liberdade de expressão tem um caminho, mas o que deveria ser uma linha tênue para separar a liberdade de expressão das agressões criminosas não é linha tênue mais, é um abismo, é um abismo! Então, as agressões acabam sendo... Enquadra-se esse grupo na liberdade de expressão, mas a gente sabe que não é liberdade de expressão.

E ali eles combinam, tenho os *prints* deles combinando...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Deputada, permita-me perguntar: qual é a idade dos seus filhos?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O que recebeu, 11; e a menina tem 19.

Ali eles combinam como fazer. "Peguem a Joice, montem um meme com ela o mais gorda possível. Escrache, bote roupa de prostituta e tal..." Então, eles combinam como fazer e disparam os memes.

Pode passar.

Olha lá: essa *hashtag* me ofendendo no dia em que eu deixei a Liderança... Fui comunicada pela internet, mas eu já sabia porque o Senador Eduardo Gomes, muito gentilmente, tinha conversado comigo... Ele foi o lorde nessa história e disse: "Olha, minha amiga, o que você acha?" Eu falei: "Vá com fé". Porque ele era alguém que me ajudava muito inclusive na Liderança do Governo no Senado e no Congresso, como um todo. Ele tinha me avisado.

Essa *hashtag* – numa tarde de sábado, em que a atividade é muito baixinha na internet – teve 30 mil interações... Se não me engano... A gente tem esse dado aí. Volte lá.

Vocês estão vendo lá o #deixedeseguirapeppa pelos Parlamentares, 32 mil interações, num sábado à tarde, nessa campanha que foi feita para tentar me esculhambar.

E aí há os de sempre, não é, gente? Vocês já vão ver a participação do Douglas Garcia e do Gil Diniz. Isso merece uma boa operação da Polícia. Vocês vão ver a participação deles.

Eles fazem esses ataques, e a coisa vai crescendo. Inclusive, eu levei o Deputado ao Conselho de Ética porque há limites. Se a gente não aplicar a legislação, isso aqui vai virar uma anarquia, uma terra sem lei.

Pode passar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Oi?

Volte lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Onde?

Ah! Não, não é 17 de outubro. É outubro de 2019, agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah! Mas nós temos o *print* dele. Se ele... É... Nós temos o *print* disso. Isso inclusive foi na rede social de uma Parlamentar.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá... De novo aqui. Como eles agem? Dudu Guimarães, assessor do Eduardo Bolsonaro, está na função de Secretário Parlamentar, organizando esses ataques, a narrativa para construir uma imagem de ligação. Ali coloca o Frota...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu estou bem, ali.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Você está novinho, não é, Frota?

Volte, volte...

O Frota, eu e o João Doria, com pé de palhaço e tal...

Volte, por favor. Deixe aí. Não mexa. Não mexa aí.

A gente já vai ouvir um áudio ali.

Eu quero mostrar para vocês que começa assim, começa com essa narrativa e vai aumentando o tom, e vai aumentando o tom. O Bolsofeios é do Dudu, e há um áudio dele quando parte do grupo disse: "Olha, acho que a gente tem que conversar, compor, vocês precisam de votos e tal...". Aí ele orienta.

Conseguem colocar o áudio?

Também do gabinete do ódio.

Olha lá, olha as *fakes* ali.

Veja se consegue tocar o áudio.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O áudio é importante.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Consegue ou não consegue?

Então, enquanto acham o áudio, eu vou passando para vocês.

(Procede-se à execução de áudio.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Esse é só um exemplo, está?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Do Eduardo Guimarães.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É o Dudu Guimarães, que, dentro do Grupo do Ódio, vai passando as orientações, inclusive para que haja um afastamento dessas pessoas que tanto ajudaram e continuam ajudando o Brasil. Ele nomina ali Nicoletti, até com um jeito de desdém... São pessoas que têm votos, chegaram aqui democraticamente e ajudam o País, votando por aquilo que é bom para o País.

Aí começam, como eu falei para vocês, como vai aumentando a graduação.

Passe para a próxima.

Ali. "Joice é acusada de usar dinheiro público para financiar ataques aos filhos do Bolsonaro". Piada, não é?

Volte, volte, pode voltar. O Senador pediu, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É, foi.

Senador Randolfe, Senador Randolfe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Bolsofeios, Dudu Guimarães. Bolsofeios. É este aí, é ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Aí começa uma narrativa e acaba lá: "Joice é acusada de usar dinheiro público...". E olhem o tipo de perfil que posta. São coisas assim.. Tem lá um *site* Clickcozinha... O que tem a ver Clickcozinha com política? Mas eles usam para disseminar as informações falsas. Eles usam esses *sites* laranjas... Posso chamar isso de *site* laranja? Esse Jornal316... São esses perfis.

Aí veja lá que esse tal Tiago dos Santos já mudou a página dele para Aliança pelo Brasil, e alguns já estão usando até o símbolo. Então, eles estão todos interligados, não é?

Ao mesmo tempo em que se detonam aqueles que se consideram inimigos, ficam jogando para cima aqueles que consideram amigos. Então, quando aconteceu a questão do pedido de suspensão do Eduardo, eles... "Ah! Com que moral?" Você vai lá... Aquele moço lá é de um grupo de apoio também a esta tropa aí, e a documentação está à disposição de vocês. Esse grupo de apoio é do Sul. Para vocês verem que há coisas do Nordeste, do Sul, de São Paulo, é no Brasil inteiro, não é uma coisa pontual, é no Brasil inteiro. Então, aqui há *prints* de gente do Brasil inteiro, trabalhando interligadamente.

Algumas das pessoas que fazem parte da esculhambação. Olha lá... Estão vendo aquele perfil Pátria Amada? Ele já mudou o símbolo também para Aliança. Olha lá. E ali, de novo, os memes... Do Rodrigo, eu peguei até uns mais leves porque não quis escandalizar, gente. Há coisas... Vocês já viram. Enfim, até para não expor mais as pessoas.

Pode passar.

Todos aqueles que eventualmente discordaram de alguma coisa... Olha lá... Snapnaro, também de assessor. Essa montagem do Delegado Valdir... É sempre para tentar deixar a imagem cada vez mais pesada.

Pode passar.

O Pavão Misterioso. Isso aqui é um vídeo que ele postou – e, por óbvio, também está sendo acionado – de uma porca andando. "Deputada é flagrada deixando a Liderança do Governo.". Então, de novo, a intensidade... Começa com a Peppinha, não sei o quê, é de criancinha... Aí vai aumentando a intensidade. Daqui a pouco, é porca, xingam de todos os nomes... Vocês entendem? É uma crescente, é uma crescente. Vão acostumando e vão atacando.

O Pavão Misterioso tem vários perfis até porque, conforme vão tirando do ar ou conforme fazem alguma coisa mais pesada, eles usam outros perfis.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – V. Exa. pode explicar por que o nome do Luiz Philippe foi citado ali, por favor? Porque a senhora coloca ali sobre o Luiz Philippe, como se ele tivesse alguma coisa a ver com o nome Acorda Brasil.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah! Não, coincidentemente, o Luiz Philippe é o príncipe...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Porque Acorda Brasil é um nome que nunca é utilizado para nada, não é? Entendi.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... e o príncipe está lá... Coincidentemente está no fundo do Pavão Misterioso também, Acorda Brasil. Eu só quis mostrar a coincidência.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muita coincidência.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É coincidência, é coincidência.

Vamos lá, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Esse moço aí se mostrou porque ele foi citado. "Não! Sou eu, sou eu!" Esse moço é um assessor do Bolsonéas ligado a uma Deputada Estadual – o Leonardo Rodrigues – do Rio de Janeiro. Ela se define a Estadual do Bolsonaro e faz parte do grupo do Gabinete do Ódio.

Dinheiro público pago para essa gente fazer esse tipo de ataque. Está vendo lá? Eles pegam coisas assim... Pegam uma foto do Witzel conversando com o Doria e transformam isso num escândalo: "Maia é traidor da Pátria". Aí sobem a *hashtag*: #maiatraidordapatria.

Pode passar.

Aqui há alguns dos perfis também para vocês verem...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Só uma dúvida: aquele anterior...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Presidente, eu queria terminar a explanação, porque...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Ah! Quando é o Frota lhe perguntando, pode?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados e Sras. Deputadas, V. Exas. terão prazo, nas inscrições, para falarem.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Entendi, quando é alguma pergunta que possa ofender, ela não responde. Entendi.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Uh! Deletaram o Grupo do Ódio! Mas o Instagram grava tudo na nuvem – só para avisar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Continue, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu vou continuar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deletaram, mas não se preocupem porque o Instagram guarda tudo na nuvem, e a gente já fez os pedidos também... Fique bem...

Vamos lá.

Ali, gente, para vocês verem, o Nando Moura... O Nando é outro que ajudou muito, fez campanha, se expôs, não é candidato e nunca foi candidato a nada, nem gosta de nada ligado à política, mas foi esculhambado porque fez uma crítica ou outra e virou inimigo da Nação. Virou Judas... E aí eles todos, de novo, de maneira coordenada... O Kim Kataguiri... E assim vai.

Pode passar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sempre os mesmos, sempre os mesmos.

O Ódio do Bem ali tuitando a perda de seguidores na campanha que eles fizeram...

O Rodrigo Maia... É o Ódio do Bem. Depois do Pixuleco, vem o Nhonholeco, que é uma maneira de achincalhar as pessoas...

"Vice-Presidente Hamilton Mourão recebe título de cidadania piauiense em Teresina". Ataques ao Mourão. O Mourão foi uma das pessoas que mais foi atacada dentro do Governo, vocês se lembram... O Santos Cruz foi; o Bebianno foi; o Mourão, como Vice-Presidente da República, foi. Então, tentaram de todas as formas denegrir a imagem do Vice-Presidente da República, que é um homem correto. Eu não conheço nada que o desabone, absolutamente nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também a perícia está sendo feita em cima desses *prints*, e o alvo da vez, orientado pelo Ódio do Bem aí, é a Lava Jato. E ali fica bem claro: "É importante que travem a Lava Jato neste momento. Outra coisa: o Deltan deve cair da Lava Jato. Certamente o Augusto Aras assumirá a PGR, como também o Mendonça assumirá o STF." Lá embaixo: "Tem como blindar o Flávio". Ele está falando do Toffoli, o *print* é longo, e vocês podem, depois, ler à vontade. "Lembrando que Moro não é um cara malvado, mas é um progressista louco por poder". Progressista é a maneira de eles chamarem alguém que eles consideram mais à esquerda, mas que não querem chamar de esquerda. Daí vira progressista. Então, alguns ataques também... Houve um processo de "fritura" do Sergio Moro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aqui, o...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, vamos deixar a Deputada concluir e depois V. Exas. terão tempo suficiente para fazerem as perguntas.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Vamos lá.

Aqui tem o levantamento dos ataques virtuais com o Mourão. Olha, olha... Vice-Presidente da República. Está aqui.

A mobilização e como ela acontece envolvendo alguns movimentos. Vamos no Movimento Conservador.

Pode soltar. (*Pausa.*)

Está um pouquinho lenta a internet, não é?

Vocês vejam que esse movimento é recente, foi criado oficialmente – pode trazer mais um café – em 15 de dezembro de 2018. Vocês vão entender quem são as pessoas que estão aí: Edson Salomão, Douglas Garcia e esse Jorge Luiz Saldanha, que são os fundadores do Movimento Conservador.

Se não conseguir o vídeo, passa para frente, depois a gente passa...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Vamos lá, vocês viram a ata – não é? – ali da fundação do movimento. O Edson Salomão, Presidente; Douglas Garcia, Vice-Presidente; e o Jorge, 2º Vice-Presidente. Aí ele faz uma graça ali e tal, porque começou aquela coisa de falar muito em milícia virtual, faz um tuitezinho bobo...

Passa para frente.

E aí começa a coisa a ficar um pouco mais pesada. Essas imagens aí, uma boa parte faz parte desse grupo de ataques. Aí, passa lá: "Joice canalha paga militância virtual e acusa Bolsonaro de fazê-la!". Então, é um negócio maluco, é um negócio maluco! Tiram as coisas da cartola e vão passando para frente.

Aí, ali: "Atenção, milícia digital, operação Peppa Pig ativar; repito, Peppa Pig ativar!". E aí coloca lá: "A porca foi pro brejo". E aí eles começam as intensificar as ofensas.

Pode passar.

E as vítimas todas, sempre...

O Ted Martins também já está acionado, estou comunicando a ele. Ted você está acionado. E não adianta apagar as coisas, porque a gente já conseguiu a preservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pode passar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aí, eu coloquei só alguns exemplos para vocês. Está lá o Eduardo detonando o Bozzella. E aí começam os ataques. Faz um primeiro, aí vem todo mundo atacando, vem todo mundo atacando! Tentam transformar a vida da criatura num inferno.

O Felipe Moura Brasil, que é um dos poucos jornalistas que assumiu que estava do lado do Governo e aquela coisa toda... Eu já tive até algumas diferenças com o Felipe, trabalhei com ele, mas não dá para dizer que ele não ajudou o Governo; ele ajudou na campanha, e muito. Hoje está sendo escrachado, também fez um questionamento bobo lá. O Danilo Gentili, a mesma coisa. E os rostos ali... O Heitor Freire também é alvo terrível dessa milícia. Lá em cima pegaram uma imagem, é o Bolsonaro chutando um pixuleco, uma coisa assim, e colocaram ali a imagem da Peppa.

Enfim, vai passando.

Narrativa sendo construída. Olha lá o Rodrigo Maia. Sempre as fotos são as piores, não é? Porque também a imagem diz muita coisa.

Ali: "Joice se a linha PSOL e PSB contra os interesses dos militares". Que louco! E as pessoas não checam, elas vão passando para frente. Aí, eu tive que colocar um carimbo de *fake* lá.

Pode passar.

Gil Diniz, fiel escudeiro, foi assessor do clã, e hoje é Deputado Estadual. Quem é Gil Diniz? É o menino que está acusado de rachadinha, é o *modus operandi*. Já está acusado, já está denunciado por rachadinha. Esse moço do meio, de camisa azul.

Pode passar.

"Deputado do PSL montou central de dossiês e ataques apócrifos na Assembleia Legislativa [...]". Ali há alguns *prints*. Ele sabe que é crime o que está fazendo, porque há dinheiro público, é improbidade, não pode. Então, ele orienta: "Nada que identifique que saiu do nosso gabinete". Então, a gente não está falando de alguém que faz alguma coisa sem dolo. "Não, eu não sei". A pessoa pode ser ignorante. "Eu não sei, não sei que não pode fazer". Então, por ignorância, a pessoa faz. Mas isso? Isso mostra que não há ignorância. Ele sabe o que está fazendo.

E ali começa, está vendo? Aquela nota que foi o Eduardo que publicou, e aí todo mundo atacando, que foi no dia em que eu saí da Liderança.

"Bivar e Bozzella covardes!". Os ataques se intensificam.

Pode passar.

Por ano, quase R$1,4 milhão de dinheiro público para essa turma atacar pessoas, dinheiro público! Está aí a remuneração, quem quiser, Portal da Transparência. Tudo que eu estou falando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Todos do Direita São Paulo, atual conservador.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Todos!

Edson Salomão, remuneração, 24 mil. Está bem pago para fazer meme e atacar pessoas. Está no gabinete do Deputado Douglas Garcia. Olha lá, Edson Salomão coordenando um dos ataques. Ali, coordenando também ataques contra o Waldir, o Heitor, a Dayane, enfim.

Pode passar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E tudo assessor de gabinete.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Há mais gente. Vamos ver.

O Jorge Saldanha...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tradução simultânea, Alexandre Frota.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... também no do Douglas Garcia. O Douglas é uma célula importante nisso aí, e os dados mostram isso. Remuneração, R$18.204. Olha lá o horário da postagem, 1h19 da tarde, 10h32 da manhã. Então, não dá para dizer: "Não, foi o horário aqui, em que estava em casa descansando". Não!

Pode passar.

Próximo, Alexandre da Silva, também no Movimento Conservador, também fez parte dos ataques. Olha de novo a construção da narrativa: pegam fotos, cliques assim. Eu fui cumprimentar o Davi, o Davi é meu amigo, todo mundo sabe. Pegam aquela foto para passar uma imagem sempre de denegrir a reputação. Quase R$10 mil.

Pode passar para frente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ó lá, André Petros, também Movimento Conservador, quase R$10 mil.

Ali o Bivar e o Waldir sendo achincalhados, absolutamente achincalhados!

Aquela imagem que fizeram das hienas, vocês se lembram, havia até um STF no meio. E, aí, por conta de dar um estresse maior entre os Poderes, o Carlos se desculpou por ter postado o vídeo; o próprio Presidente passou esse vídeo para frente.

"Pronto. Em definitivo, ela mostrou quem sempre foi. Uma roliça canalha e infiltrada". De novo, foram construindo a narrativa, construindo a narrativa, construindo a narrativa... E está lá a fotinho dos moços.

Pode passar.

Mais um, olhem quanto dinheiro público há aí, hein? Movimento Conservador, Douglas Garcia. Mesma coisa, mesmo *modus operandi*, os mesmos ataques de sempre.

Pode passar.

Mais um, Dylan Dantas, R$7.338. Dinheiro público para? Atacar! Vocês vejam que esse assessor postou de Sorocaba. É até interessante saber o que ele estava fazendo em Sorocaba. Ele é assessor do Douglas Garcia na capital paulista.

Ali, de novo, Doria, Frota, Joice... Daqui a pouco, chega mais gente, outros serão incluídos na lista.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Mais um, Jhonatan Valencio. Olha lá o horário, 2h14; olha lá o horário, 16h09. Sempre os ataques. Essa foto é uma montagem do Waldir, por óbvio; fizeram uma montagem para arranhar a imagem, ridicularizar. Eles gostam muito de fazer isso.

Pode passar.

Mais uma, Lilian Goulart – pode passar –, gerencia o Movimento Conservador, tá, gente?

Pode passar.

Lucas Reis, mais um, quase R$12 mil. Olha lá a postagem.

Oi?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Foi o gabinete inteiro?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O gabinete inteiro.

Pode passar.

Incitação ao crime de terrorismo ali, explodindo ali o PSL.

Maicon Tropiano, remuneração, quase R$7 mil, está ali, fazendo uma jogada com um daqueles perfis, Left Dex, são sempre os mesmos.

Pode passar.

Matheus Galdino, Movimento Conservador, quase R$7 mil. A mesma imagem, essa imagem vocês devem ter visto na internet: "O PAO não para de crescer. PAO, Partido dos Amigos da Onça". E aí eles vão colocando. Inseriram o Felipe Francischini ali; o Lobão, que nos ajudou muito na campanha, foi muito correto durante a campanha conosco, mas hoje também está sendo achincalhado.

Ali também ridicularizando o Rodrigo Maia nesse *modus operandi*.

Pode passar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É, com o dinheiro público, né?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E dividindo por dois.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É.

Aí, eu quero voltar aqui nas consequências desse crime. Em duas postagens eu fui chamada de prostituta, drogada e débil – prostituta, drogada... Eu fico pensando assim, a criatividade dessa gente é grande. E vocês estão vendo que são sempre sitezinhos.

Esse Serei Deboche é um perfil, inclusive, que de vez em quando ataca gente ligada a nós, ao Presidente e tal... Então, eles pegam uma informação que foi criada por aliados e espalham isso para a oposição. Aí, ninguém segura mais, ou para quem nos ataca... A oposição que eu estou dizendo virtual; não estou falando de questão partidária tá, gente?

O Major Olimpo também ali foi bastante esculhambado.

Pode passar.

Aí, alguns dos ataques mais a reputações aí.

Pode passar.

Algumas consequências reais. Eu acho que é bom lembrar que *fake news* não é piadinha, liberdade de expressão, piadinha, aquela zuadinha; isso é uma coisa, *fake news* é outra coisa, é crime e tem consequência. "Mulher espancada após [...] [*fake news*] em rede social morre no Guarujá". "Polícia investiga grupos [...] suspeitos de incitar suicídio de jovens no Brasil". "Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as *fakes* [...] levaram um povoado a linchar e queimar dois homens inocentes". Então, a gente está falando de coisas que têm consequências.

Pode passar.

Hoje, o que esses grupos ligados a esses movimentos...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Movimento Conservador atacando a imprensa.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – E é engraçado que o repórter da Jovem Pan sofreu a mesma coisa num movimento que foi feito da esquerda e que nós – e eu digo nós, porque eu estava ali do lado – tanto criticamos naquela época, dizendo: "Olha, respeito à liberdade de expressão! Os movimentos de esquerda não podem agredir pessoas!". Agora, os movimentos que se dizem de direita fazem exatamente a mesma coisa que criticavam.

Essas referências, "sapão", "isentão", eles criam para pegar a narrativa.

Pode colocar lá. Prestem atenção nesse vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Olha a camisa!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É interessante notar que há um menor, uma criança ali junto com o grupo, e por óbvio a gente borrou a imagem da criança para proteger, o que aquelas figuras não fizeram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É, está usando, está usando...

É interessante encaminhar um ofício ao STF, porque vejam, de novo, crítica é uma coisa. Talvez eu tenha sido uma das maiores críticas do Ministro Gilmar Mendes, muitas vezes fiz críticas. Agora, isso? Isso não é uma crítica; isso é uma clara ameaça, uma incitação ao crime e um crime propriamente dito.

Aqui, algumas das pessoas que entraram na lista de...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Isso extrapola todos os limites, Deputada, é lamentável. Esta CPI precisa rapidamente se movimentar em relação a esse assunto, isso é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Já estou quase concluindo, gente. Eu peço até desculpa aí por ser longo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, pode ficar aqui até amanhã, está bom.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Mas, como é técnico, eu quero mostrar para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aqui algumas das pessoas que foram consideradas os principais da República, do Presidente e tal, e vão entrando na lista. A lista já está maior. Esta semana já entraram outras pessoas. O Olavo sempre botando uma pilha, o André Guedes está ali também na lista.

Pode passar.

E aqui... Está escrito ali mais de 100 páginas; são 174 páginas que foram autenticadas por um perito, estão assinadas por um dos maiores no Brasil sobre o assunto. Por que esse material foi encaminhado para a perícia? Justamente para não correr o risco de haver montagens que possam desvirtuar esse material e porque, obviamente, muita coisa já foi apagada. Não é que vai ser, muita coisa já foi apagada, mas está resguardado pela perícia técnica. Então, todo esse material também vai ser entregue para vocês com a confirmação de que cada um desses *prints* é verdadeiro, assinado por uma perícia técnica.

Pode passar.

E aí o que eu sugiro à CPI? Lamentavelmente, eu não sou membro, mas nós encaminhamos aqui ao Twitter as informações todas do Murilo Defanti e ao Facebook também de toda essa tropa. Também à empresa Twitter Brasil as informações desses dois perfis, o Left Dex e Ódio do Bem. Ao Twitter e ao Facebook para que apresentem informações de toda essa tropa aí usando dinheiro público para atacar pessoas.

Pode passar.

E aqui essa imagem, que é uma das que mais dói no meu coração, porque todos que estão aqui – direita, esquerda, centro – sabem o quanto eu trabalhei pela eleição do Presidente. Essa imagem aqui foi disseminada, acho, pela Deputada Bia Kicis. Quem olha o meu histórico e vê desde quando eu estou nas ruas lutando contra a corrupção, muito antes de Bolsonaro ou de qualquer pessoa, e olha isso aqui... Olha aqui a lista: Delegado Waldir, Joice, Filipe, Olimpio, Dayane, Heitor, Julian, Delegado Pablo, Júnior, Daniel, Marcelo Freitas, Coronel Tadeu. É sério? É sério isso que alguém acredita e dissemina uma coisa dessa?

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Famoso fogo amigo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não. É muito mais do que isso, porque aqui, quando mostra a imagem do nosso Presidente da República com uma facada, essa imagem aqui nos compara a um homem que tentou matar uma pessoa. Exatamente nos compara ao homem que tentou matar uma pessoa, que hoje é Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não fui eu que disseminei esta imagem, viu, Deputada Joice Hasselmann? Essa imagem com esses nomes eu não disseminei. Isso é *fake news.*

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não. Eu falei talvez, Bia. Não... Mas eu tenho uma imagem...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas nesse talvez...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu tenho uma imagem sua com o meu nome e com uma imagem colocada, tá?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas é bem diferente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos seguir, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não, não, não! É bem diferente, e que já quero esclarecer, porque as pessoas estão assistindo e fica esse talvez, lançando a dúvida. Não fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada, para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Essa imagem você disseminou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Essa imagem com a facada do Bolsonaro você disseminou. Está no seu Twitter.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, você apagou, mas eu tenho o *print*.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não apaguei. Não é essa imagem. Posso concluir?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Publica e depois me culpa.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A pior facada de todas...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria que os Srs. Parlamentares aguardassem o final da exposição da nobre Deputada. V. Exas. terão tempo para questioná-la.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, eu quero só que vocês prestem atenção nessa imagem e nesta imagem.

Pode passar.

Isso foi o que nós fizemos para ajudar a eleger o Presidente. Isso foi o que nós fizemos em todo o Brasil. Eu não fiz campanha só em São Paulo; eu rodei esse Brasil fazendo campanha para um homem chamado Jair Messias Bolsonaro.

Eu não sei se o Presidente tem consciência do tamanho da loucura que este gabinete do ódio – e eu mostrei para vocês aqui – produz. Eu não sei. Eu quero crer que não. Agora, é preciso colocar um freio nisso, porque são pessoas – olhem lá – que foram para as ruas, são pessoas que defenderam essa bandeira. Nós prometemos ao Brasil um País decente, mais justo, um país liberal de verdade, conservador nos costumes. Então, há uma trajetória de pessoas que ajudaram, e hoje há toda uma construção de destruição de imagem. Para quê? Por quê?

Então, senhores, eu acho que nós, que nos elegemos com essa bandeira de realmente ajudar o Brasil, temos muito trabalho pela frente. Nós temos de entregar ao País o que nós prometemos, porque nós não entregamos. Me dói no coração quando eu vejo que confunde-se nacionalismo, militarismo com liberalismo. Confunde-se ser conservador com ser reacionário. São coisas diferentes. Liberal é liberal; nacionalista-militarista é outra coisa. Conservador é uma coisa, reacionário é outra coisa. Então, está tudo sendo misturado, e pessoas que têm lutado e que têm histórico de luta pelo Brasil, lamentavelmente, são achincalhadas.

Agora, vocês imaginem se eu não tivesse uma história. Vocês imaginem se eu não tivesse o tamanho das redes que eu tenho, se as pessoas não me conhecem pela minha história. Quantas pessoas já passaram por isso e não tiveram musculatura para reagir, para poderem pelo menos se defender em um espaço para dizerem: "Hei, está errado! Mentira!" Isso é mentira! Eu sempre ajudei, estou aqui do lado"? Então, isso é muito... É grave, mas é triste. É grave, mas é triste, é de causar tristeza ver essas pessoas todas que estão se passando... Estão tentando colar faixa de traidores nessas pessoas que são pessoas que pegaram essa campanha, o Presidente e os próprios filhos pela mão para ajudar, para trabalhar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O Presidente sabe disso, porque foi ele que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada. Concluindo, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Senhores, eu só quero agradecer a paciência de todos. As sugestões de requerimento estão aí...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu já pedi sete requerimentos.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Imagino que seja algo que interessa a todos a aprovação desses requerimentos, até porque, como eu falei, houve algumas contestações. Eu acho que a verdade interessa a todos. Então, imagino que quem quer comprovar a verdade vote pela aprovação desses requerimentos, para que nós possamos botar um ponto final nessa questão do gabinete do ódio e do dinheiro público sendo usado para isso, e para que nós possamos de fato nos concentrar no que interessa, que é tocar o Brasil para frente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos dar sequência à nossa reunião.

Convido agora para fazer uso da palavra, para seus questionamentos, a nobre Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deputada Joice, eu queria, em primeiro lugar, solicitar que a senhora confirme que põe à disposição da CPMI toda a documentação que aqui apresentou, além de outros documentos que a senhora disse que detém no seu celular, *prints* outros. Que possa colocar, mesmo não tendo colocado publicamente aqui, à disposição da CPMI aquilo que considera que tem de ser sob sigilo. Sob sigilo ficará, como outro processo que temos aqui sob sigilo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu só peço, Deputada, a preservação de conversas privadas com o Presidente pelo respeito à instituição Presidência da República, a instituição. Mas todo documento que tenho e todo o resto que eu tiver será entregue de bom grado, porque foi feito um trabalho bastante minucioso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Toda conversa com o Presidente pode ser colocada sob sigilo, decisão desta CPMI. O Presidente desta Comissão assim determina.

A partir daqui, nós teremos que tomar algumas decisões, Sr. Presidente, que serão incorporadas na nossa documentação. Mas as declarações da Deputada foram realmente muito fortes e muito graves.

A senhora confirma aqui inclusive a existência do chamado gabinete do ódio, que já havia sido denunciado pela revista *Crusoé*, a que o Gen. Santos Cruz se referiu aqui como pessoas que trabalhavam com o Presidente da República, indicadas pelo Presidente da República e contratadas por ele. Ele não queria nominar, mas reconheceu aqui os mesmos nomes que a senhora apontou aqui. Mais do que isso, apenas disse que não queria afirmar nomenclatura sobre esse gabinete, etc. Mas a senhora confirmou aqui, portanto, a existência de um grupo de pessoas que, atuando no Gabinete da Presidência da República e recebendo recursos públicos, recebendo salários, têm a função específica de disseminar campanhas de ódio contra adversários e fazer *fake news*, jogar *fake news* na rede. A senhora confirma, portanto, aquilo que falou aqui agora?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu mostrei, não é?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mostrou.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Os *prints* ficam claros ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Exatamente.

Eu queria começar, portanto, apenas...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu só quero deixar claro, Deputada, que essas informações foram passadas a mim. Eu, por óbvio, vou preservar a fonte, mas são informações que... Nós estávamos até agora acompanhando o grupo do ódio; eu não faço parte desse grupo, não estive dentro desse grupo. Demorei para conseguir essas informações, porque é tudo muito sigiloso. Mas até aquelas pessoas que fazem parte entendem – algumas delas – que os limites foram todos estourados. Então, ajudaram nisso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – É só para saber o nome da pessoa que acompanha a Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Nome da pessoa quê?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Da pessoa que acompanha a senhora.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Tony Chalita.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, nobre Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deputada, apenas para conceituar, porque isso faz parte do nosso relatório, o que para V. Exa. é *fake news*?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – *Fake news* é uma notícia falsa. É uma notícia falsa manipulada propositalmente para denegrir uma reputação. Nesse caso é disso que estamos falando. É claro que se pode fazer e se faz *fake news* por vários motivos, mas nesse caso estamos falando de questões políticas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, às vezes, pega-se um pontinho de verdade, distorce-se toda informação e cria-se uma narrativa para denegrir uma reputação, como fizeram naquele caso daquele *print.*

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Para prejudicar e denegrir.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu e o Presidente, eu e o João Doria, tentando criar essa narrativa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu fiz aqui uma série de perguntas, Presidente, mas confesso que vou ter de abandonar diversas porque a própria Deputada revelou aqui muito do que nós queríamos lhe perguntar.

Mas eu queria lhe perguntar:

Durante seu período de Líder do Governo, V. Exa. participou de diversas reuniões, discutindo estratégias. Nessas reuniões foram definidas formas de atuação na rede, campanha digital, estratégia de disseminação de informação por meio de disparo em massa? Em alguma delas a senhora participou?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, desde o início da campanha, lá atrás, sempre houve dois núcleos separados. Todo mundo sabe, isso é público, já foi manchete de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

jornal, que eu não tenho lá uma relação muito boa com os filhos do Presidente justamente pela forma como se posicionam. Então, isso é público, isso não é uma coisa de agora. E, como isso é comandado também por eles, principalmente por eles, eu nunca participei disso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pelo Deputado Eduardo Bolsonaro e pelo Vereador Carlos Bolsonaro?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eduardo, Carlos e assessores. Vai havendo uma ramificação, não é?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deputados Estaduais contratam assessores no Brasil inteiro, e isso vai se ramificando. E gente, obviamente. Nem todo mundo é pago.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Claro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tem muita gente que é levada nessa onda.

Agora, na campanha, por exemplo, havia uma mídia... O PSL fazia a mídia normal, e tinha a mídia paralela, que sempre foi o Carlos que controlou, porque as senhas das redes sociais à época do candidato Bolsonaro sempre ficaram de posse do Carlos. E eu estive com o Carlos duas vezes na vida. Uma das vezes, eu levei a Viviane Senna para conhecer o Presidente; eu a havia indicado para ser Ministra da Educação. Então, foi uma das vezes em que eu vi o Carlos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu ia perguntar isso.

Nesse período, como foi sua relação com o Fabio Wajngarten, que é da Secom, e com o Carlos Bolsonaro?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Com o Carlos eu não tinha relação. Eu sempre soube que eles assim me olhavam... Tinha um certo ciúme ali, porque eu sempre tive um contato muito direto com o Presidente e tenho esse problema de dar o nome que as coisas têm. Então, eu não fico passando pano. Então, muitas vezes eu, sim, puxava a orelha na época da campanha, dizia: "Não faça assim. Está errado". Podia até não me ouvir, mas assim foi – e também na Liderança.

O Fabio Wajngarten eu conheci, se eu não me engano, no apartamento do Meyer Nigri, em São Paulo. Ele não tinha absolutamente nada ainda a ver... Era época de campanha, não tinha nada a ver com o Governo, mas era alguém que estava trabalhando pela campanha. Assim, pela relação que eu vi do Fabio Wajngarten antes de entrar no Governo, eu não sei de nada que o desabone. Parece-me que é uma pessoa correta.

Então, eu não tenho informações que desabonem o Fabio Wajngarten.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – De acordo com diversas matérias jornalísticas, no entanto, Fabio Wajngarten e Filipe Martins, assessor internacional do Presidente, têm uma importante capacidade de influência nas decisões do Governo, seja em ações de publicidade, seja em ações políticas. V. Exa. reconhece... Essas pessoas eventualmente são também influenciadas por Olavo de Carvalho? Têm alguma relação?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Fabio eu não sei se tem uma relação com Olavo. Só se foi agora, porque num passado recente ele até dizia "Ô, ele é doido, está falando bobagem". Então, só se foi a partir de agora. O Filipe, sim. O Filipe tem uma relação muito próxima com Olavo, foi aluno do Olavo, enfim, dizem que foi uma indicação também do Olavo. Disso também eu não sei. Não sei, porque, com essa área, eu nunca me envolvi muito. O meu negócio era despachar com Casa Civil, na época em que o Santos Cruz estava lá, com o Santos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cruz, com os ministros mais ativos. Essa coisa de ficar fazendo a maldade ali por debaixo do pano, eu não tinha nem tempo para isso. Então, ninguém nunca me propôs nada nesse sentido.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mas o Filipe...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tem muita ascendência, sim, sobre o Presidente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Tem muita ascendência nas decisões do Governo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tem, tem. Nos discursos mais ideológicos, não é? Algumas vezes eu aconselhei até o Presidente: "Presidente, não puxe tanto para o lado ideológico em questões internacionais, pode dar problema para o Brasil". E essa turma ficava dizendo exatamente o oposto: "Não, tem... Não pode convidar embaixador para a posse que não seja de país aliado", aquela coisa toda que é ruim para o País. Então, eu era uma voz discordante ali no meio. O Filipe tem grande ascendência.

O Fabio Wajngarten, no início, não tinha. Mas tem estado muito próximo do Presidente agora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

Eu ia lhe perguntar sobre a gangue virtual, mas a senhora já destrinchou tanto sobre ela que eu vou passar adiante.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Um pedaço, não é? A gente tem que investigar mais. Aí é só um pontinho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

Em relação aos linchamentos do Deputado Frota, do Gen. Santos Cruz, do Presidente Rodrigo Maia, de outros Parlamentares, há uma série de indícios de que essas ações são orquestradas.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Qual foi a sua percepção sobre estes ataques?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Exatamente o que a senhora disse, Deputada: é orquestrado. E orquestrado de forma a viralizar o mais rápido possível, usando essas pessoas que produzem, têm um calendário de produção de ataques, e usando os robôs, numa repetição sem fim; e depois disso alguns apagam os *posts*, porque isso pode ser de alguma forma rastreado, mas aí já circula pelo WhatsApp, e aí é uma coisa incontrolável. Mas sempre é orquestrado, sempre tem uma palavra de ordem, sempre tem uma orientação. Eles combinam lá no grupo do ódio, não é? Como vocês viram: "Hoje é o Julian. Hoje é a Joice. Hoje é o Governador do Rio de Janeiro". Então, sempre tem alguém dando a ordem, e aí a coisa fica incontrolável.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A mídia reportou muito sobre os ataques ao Gen. Santos Cruz, que terminaram com a sua demissão, e também foi feita uma exploração de opinião de que haveria sido um grupo com intenção de querer verbas da Secom. A senhora acredita que há alguma ligação e que esses grupos, essas gangues virtuais também tinham essa intenção de obterem mais verbas?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Olha, eu seria leviana se eu falasse sobre a obtenção de mais ou menos verba. Havia uma reclamação... O Santos Cruz sempre segurou muito o que ele considerava algo imoral ou eventualmente até ilegal, então ele sempre foi muito correto nisso. Eu acompanhei o desenrolar da atuação do Santos Cruz. E claro que essa turma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

que fica o dia inteiro fazendo isso não faz de graça. Essa turma que fica o dia inteiro fazendo isso, vocês viram, alguns recebem, e por óbvio que tem gente circulando ali, mais gente em torno do dinheiro público. Talvez o ideal fosse pedir todos os contratos de publicidade, mas não só os diretos. Quem as agências contratadas...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – As agências.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... subcontratam.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Porque talvez aí a gente siga o rastro do dinheiro, porque, na contratação direta, a gente não vai, por óbvio, ter essa informação, mas numa subcontratação... Eu acho que a gente consegue fazer isso pela CPI, e nós conseguiríamos aí ter a verdade sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a senhora falou que o custo de um disparo é em torno de R$20 mil. Tem suspeita de quem banca essa despesa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone*.) – E quantas mil pessoas? Vinte mil para quantas mil?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Para quantas mil, para...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É porque é depende do número de robôs que você tem, mas é de 15 a 20 mil, a depender...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por robô?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por disparo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por disparo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por disparo. Então, uma *hashtag* paga 20 mil, aí tem o primeiro disparo, e depois vêm os retuítes, os robôs ficam retuitando o tempo todo para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para mil disparos, nós estamos falando na ordem de R$20 milhões? A senhora suspeita de algum empresário que financia isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, mas veja... Não é... Um robô é capaz de disparar milhares de mensagens, um único robô é capaz...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone*.) – É uma *hashtag*.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É uma *hashtag*, mensagem...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E o custo desse robô é R$20 mil? Aproximadamente isso.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O custo desse robô... É.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu quero novamente lhe perguntar: a senhora tem suspeita, já que a senhora conviveu muito tempo junto ao grupo do Presidente, de quem financia isso? Quem financiou no passado e quem financia no presente?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, eu não sei quem financia, mas acho que nós temos que seguir o rastro do dinheiro para saber, até, realmente, quem são todas as pessoas envolvidas, quem são as pessoas inocentes ou que não têm dolo no meio do processo e quem são as que têm dolo. Nessa investigação e nessa peneirada, a gente vai encontrar muita gente que entrou de gaiato, não é? Foi repassando informação, nem sabia o que estava fazendo direito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas a gente vai encontrar, como eu mostrei para vocês ali, os cérebros de um grupo. Veja que eu tive acesso a um grupo. Eles são organizados, esses grupos, por tamanhos de página, então: Grupo X, quem tem até 50 mil seguidores, aí eles se organizam num grupo. Grupo Y, de 50 a 100 mil. Grupo H, até mais de 1 milhão de seguidores. Então, eles se organizam dessa forma. Eu tive acesso a um grupo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A senhora saberia dizer qual a relação da empresa AM4, maior fornecedora da campanha de Bolsonaro, na produção desse esquema?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Que eu saiba, não tinha, porque era... Eu acompanhei alguns estresses na campanha com esse grupo mais fechado ligado ao Carlos Bolsonaro, ao Vereador Carlos Bolsonaro, e ao Marcos... Eu não me lembro do sobrenome, se não me engano era o Marcos o representante da AM4, não vou me recordar do sobrenome dele. Então, eu não me metia muito, mas acompanhei alguns períodos de tensão porque um queria fazer de um jeito, outro queria fazer de outro. Não acredito que eles tenham feito de forma coordenada. O Marcos ficava mais com a campanha tradicional, via PSL, aquela coisa de fazer os vídeos, dar o ar de vitória. Dessa outra parte dos ataques, que eu saiba, o Marcos não participou.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O empresário Paulo Marinho afirmou publicamente que cedeu sua mansão no nobre bairro do Jardim Botânico, na Zona Sul do Rio, para ser um dos quartéis-generais da campanha de Bolsonaro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É verdade. Eu estive lá uma vez. Também é público. Foi quando estive no segundo turno com o Governador João Doria, e o Presidente me autorizou a publicamente ajudá-lo na campanha.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Estava eu, Paulo Guedes, Bebianno, nesse dia, João Doria, o Julian, o Paulo Marinho, e havia um estúdio onde o Presidente gravava na casa do Paulo Marinho, fazia os vídeos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo.

Essa turma, essa gangue virtual, como V. Exa. denominou, eles participavam também lá na casa, eles tinham algum espaço de trabalho na casa ou atuavam fora da casa?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – De novo, eu estive lá uma única vez. mas, à época da campanha, na produção de conteúdo, o Carlos era muito presente, até mais que o Eduardo, depois que o Eduardo acabou meio que assumindo essa liderança de espalhar informações, enfim. O Carlos era mais ativo, o Carlos acompanhava muito o Jair lá, mas isso eu sei de ouvir da boca do Paulo Marinho, da boca do Bebianno, que depois virou Ministro, enfim, não de ter visto o Carlos lá, porque eu estive uma única vez... E também a gente nunca teve essa relação de proximidade. A minha relação era com o Presidente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim.

A senhora, portanto, provavelmente não conseguiria identificar as pessoas que frequentavam a mansão, se estão hoje lotadas no Governo Bolsonaro, no gabinete do Governo, essas coisas, não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não consigo, mas eu acho que o Paulo Marinho consegue.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo. Ele também está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Agora, por exemplo, o Tércio e o Matheus, é sabido que eles vieram da campanha. Se eu não me engano os dois são do Ceará. Eu sei que são do Nordeste.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – São dois Matheus, é, mas o Tércio e o Matheus são do Ceará. Eles já faziam campanha, então eles saíram da campanha para assumir essa posição no Planalto, de assessor, sei lá... Além dessa questão do gabinete, eu não sei o que mais eles assessoram ali. Então, por óbvio que acompanharam o Presidente, porque estavam na campanha.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A senhora fez uma afirmação *en passant* de que o Vereador Carlos Bolsonaro despachava lá...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – No Palácio.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... no gabinete do Presidente, no Palácio.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Se referindo a quê, esse despacho? Ele tomava decisões sobre a comunicação, ia mais além disso? Não é uma coisa estranha alguém que não é contratado despachar no gabinete?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja: a ligação do Carlos com o Filipe e os três ali, os dois Matheus e o Tércio, é uma ligação que todo mundo sabia dentro do Palácio que existia, é uma coisa que não é uma novidade, todo mundo sabia que existia. Então, no começo sim, o Carlos esteve muito ali dentro do Palácio, conversando com o Filipe, despachando com o Filipe. Aquele menino Léo Índio também, várias vezes, chegou até um cantinho ali, onde ele ficava com o computador. Em uma das vezes, eu entrei na sala, e ele estava lá.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Essa informação da Deputada é gravíssima. Significa que o filho do Presidente, sem ser funcionário, sendo Vereador no Estado do Rio de Janeiro, despachava no Palácio do Planalto. Essa não é uma informação para ser jogada ao vento. É informação gravíssima.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso é usurpação.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Só para botar aqui as coisas em seus devidos lugares: o que eu estou dizendo é que o Carlos tinha uma ligação muito grande com o Filipe, uma ligação ideológica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, mas ele é filho do Presidente. Então, eu não o vi despachar. O que eu estou dizendo é que todos ali sabem da ligação e da indicação. O próprio Filipe e os três meninos foram indicados pelo Carlos, se aproximaram através desses grupos de campanha na internet e tal. Agora... "Ah, o Carlos tinha um gabinete". Eu nunca vi. Eu vi, em um momento, na sala do Santini, o Léo Índio num canto despachando, e até comentou comigo: "Ah, eu estou sem sala", mas não sei se ele estava fazendo coisa particular, coisa sobre a Presidência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aliás, o Léo Índio estava aqui dentro agora há pouco.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Estava?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E sumiu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu acho que agora é do Senado, acho que agora é assessor de um Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Deputada, a senhora...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Quer dizer, não sei, não é? De repente até pode ter sido, mas eu não sei.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... afirmou aqui algo que nós, aqui na CPMI, já tínhamos tratado como organização criminosa, e a senhora usou essa mesma expressão.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Essa milícia digital que atacou a senhora compõe uma organização criminosa, no sentido jurídico da palavra, composta por diversos núcleos. O núcleo político, formado principalmente por altos funcionários do próprio Governo, pelo que ficou aqui dito, pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, pelo Carlos Bolsonaro, que são dois Parlamentares, filhos do Presidente da República, e pelo Filipe Martins, que participa desse núcleo político, decisório, que define quem vai atacar, quando vai atacar, aquele cronograma, calendário que a senhora colocou. Esses três participam?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, eles estão ativamente...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Ligados.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... ligados aos grupos criados no Instagram para fazer essas orientações, não é?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E, como foi aqui demonstrado, tem um núcleo operacional, com assessores de segundo escalão, de Deputados Estaduais, Federais; um núcleo distribuidor também, que envolve também alguns *sites* normais, blogues etc.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E um núcleo econômico. Todos queremos identificar quem participa desse núcleo econômico.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Uma parte a gente já sabe – não é? –, que é dinheiro público que vem de Deputados para pagar assessores que trabalham, que são indicados para isso, especificamente para isso; os assessores entram para isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Inclusive aquele Deputado Douglas tem... A senhora nomeou ali...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O gabinete inteiro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... quase que o gabinete inteiro, mais de dez pessoas, o que significa que nós precisamos ter a presença desse Deputado aqui para que possa explicar essa sua posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a senhora recomendaria à CPMI a partir de agora como possibilidade para que nós pudéssemos vir a desmontar este círculo vicioso, criminoso, essa organização criminosa, e pudéssemos também chegar a essa questão que ainda está nebulosa, digamos assim, que é o núcleo financiador? O núcleo financiador. Porque nós agora devemos fazer o caminho do dinheiro para chegar até isso.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Os requerimentos que eu sugeri vão nos ajudar a ter mais informações dessas pessoas que ativamente estavam dentro, estão dentro desse grupo todo. E certamente... Como eu disse para a senhora, eu iniciei um processo de investigação. Tem muito mais para se investigar. Não tem braço para tudo, mas nós descobrimos células no Rio Grande do Sul, no Nordeste, em várias regiões do Nordeste, além dessas de São Paulo, no Rio de Janeiro, aqui em Brasília. Então, tem muito para ser investigado. Acho que ouvir essas pessoas...

Acho importante também ouvir o ex-Ministro Bebianno, que acompanhou muito de perto o *modus operandi* que se desenrolava ali dentro desse núcleo de comunicação. Inclusive, ele me deu uma informação – e eu estou dizendo essa informação aqui para vocês porque ele falou claramente com testemunha e disse que confirmaria aqui à CPI – de que houve uma tentativa no início, que o Carlos tentou montar uma Abin paralela para que houvesse grampo de celular, dossiês feitos, e isso teria causado um atrito. E o nome foi este: uma Abin paralela. Isso teria causado um grande atrito entre eles. Aí é que a confusão ficou mais pesada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O que eu gostaria também...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Acho que o Carlos também é um nome importante.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Claro.

O que eu gostaria também é de ressaltar a importância desta informação: alguém de fora do Governo tenta formar uma equipe de informação sobre membros do Governo, sobre pessoas, sobre Deputados, enfim, uma Abin no Governo quer dizer isto: uma agência de informação sobre pessoas do País, algo absolutamente inconstitucional, ilegal e criminoso, um grampo, o que é também uma atividade criminosa. Era isso que eu queria destacar.

Os requerimentos que V. Exa. encaminhou... Nós devemos também definir junto com o Presidente, obviamente, qual o melhor momento de convocarmos esta CPMI para uma decisão administrativa para que nós possamos aprová-los, porque o que foi dito aqui hoje é de extrema gravidade. No que diz respeito a Parlamentares, deve significar inclusive a denúncia desses Parlamentares à Comissão de Ética da Casa, porque o que foi dito aqui é algo de extrema gravidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para o autor do requerimento, Senador Rogério Carvalho, do PT, do Estado de Sergipe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Queria cumprimentar o Presidente, Senador Angelo Coronel; cumprimentar a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata; cumprimentar a convidada, que aceitou estar aqui, a Deputada Joice Hasselmann.

Primeiro, eu quero parabenizá-la pelo trabalho que fez, que me lembra a época em que eu trabalhava em hospitais, quando a gente tomava um caso, um óbito para fazer o que a gente chama de fluxograma analisador do funcionamento do hospital e por que aquele óbito evitável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

aconteceu, caso sentinela, como a gente chama. E a senhora foi o próprio caso sentinela, ou seja, a senhora tomou a sua situação, as agressões que a senhora recebeu ao deixar a Liderança do Governo por discordâncias internas dentro do partido e a senhora fez tipo um fluxograma analisador de como funciona uma organização que existe para produzir notícias falsas, para denegrir imagens de pessoas e de instituições, para disseminar o ódio, para dividir a sociedade, uma organização fascista – na sua essência, uma organização fascista, uma organização que vai além de denegrir a imagem de alguém, de inventar uma narrativa sobre alguma instituição, uma organização que se propõe a dividir a sociedade e criar falsas diferenças, o que é a base da cultura e do trabalho de construção de uma ideologia fascista. Então, é muito grave. Nós estamos diante de uma situação gravíssima, porque o que a senhora apresentou, tomando como referência o seu caso, mostra uma organização criminosa com essas finalidades, primeiro ponto, o que é uma constatação.

Segundo ponto: várias perguntas que eu teria a fazer não faz sentido trazer porque V. Exa. foi se colocando no lugar, analisando, revelando nomes, e revelando o modo operacional com que essa organização criminosa, ou essa milícia digital, ou esses milicianos operaram ou operaram ao longo deste período, não especificamente no caso da senhora, mas em relação a qualquer um que passe no seu caminho.

Em terceiro lugar, fica claro que o excludente de ilicitude, que é um projeto defendido pelo Sergio Moro, que é defendido pelo Presidente Jair Bolsonaro, que é autorizar policiais a matar e, com isso, não serem punidos, a gente pode chamar de excludência da ilicitude. Em outras palavras, nós estamos vendo o que é um Governo que anda na ilicitude, ou seja, tudo tem a ver com ter autorização para matar. Então, se é o adversário, ele quer ter... E constrói um instrumento não para divergir, não para contra-argumentar, mas ele monta um instrumento para destruir, para aniquilar o seu opositor. Se é a juventude negra, pobre, da periferia, ele monta a polícia para matar. Se é em qualquer tema da ordem e do funcionamento do País, a ordem é eliminar, Sr. Presidente, e eliminar com *fake news*, com mentira, com comunicação dirigida. Tudo tem essa finalidade.

Eu queria aproveitar para perguntar à Deputada algumas questões complementares. A senhora falou do Meyer Nigri. A senhora sabe dizer se o Meyer tem alguma relação com o financiamento do período eleitoral ou financiamento, como pessoa física, dentro da lei, mas, neste caso aqui, se ele continuou financiando a atividade desses grupos? Essa é uma pergunta.

A segunda pergunta: a Sra. Taiza Krueder Brawn, de quem eu tive informações que reuniu um grupo, aquele grupo, talvez aquele grupo que a senhora apresentou ali naquela foto, essa senhora era a responsável pela captação de recursos para financiar essa milícia digital na pré-eleição e posterior? É uma pergunta. A Sra. Taiza Krueder Brawn.

A senhora poderia me dizer se a Carla Zambelli tem assessor que participa da distribuição ou que faz parte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sim, não importa. Pode estar aqui, pode estar onde estiver...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Sou eu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Pois é, não tem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se tem assessor que trabalha para fazer divulgação de *fake news*.

Se o Deputado Filipe Barros tem assessor que trabalha para distribuir ou faz parte desse grupo.

Se a Deputada Carolina de Toni também tem pessoas no seu gabinete pagas com dinheiro público e que integram este grupo para distribuição de notícias falsas e material que denigre, que constrói narrativas equivocadas sobre as pessoas.

A senhora pode informar os nomes, se souber, dos assessores que trabalham no gabinete da Sra. Carla Zambelli?

A senhora pode me dizer se o príncipe, o autointitulado príncipe Luiz Philippe faz parte da rede de agressores virtuais que a senhora afirma existir?

Os demais, o Gil Diniz, a senhora já apresentou os nomes, o Douglas Mansur, a senhora já apresentou o nome...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Douglas Garcia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Douglas Garcia... Aqui é Douglas Mansur, Douglas Mansur Garcia... Se faz parte dessa dessa... A senhora já afirmou.

Então, as minhas perguntas são no sentido de saber se o Rogério Chequer... Eu obtive informações, que é do Vem pra Rua, se não estou enganado...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, do Vem pra Rua.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... recebeu doação de US$10 milhões para organizar esse movimento de organismos internacionais, se a senhora tem alguma informação a esse respeito.

Nessa reunião em que estava a Sra. Taiza Krueder Brawn, o Rogério Chequer estava, e mais umas 15 ou 20 pessoas, o Ba Assunção, que é um roteirista... Essas pessoas... Segundo informações, a Sra. Taiza Krueder Brawn disse que dinheiro não era problema e ofereceu 10 milhões entre o primeiro e o segundo turno para financiar esse tipo de atividade e as notícias falsas que seriam veiculadas nesse período. Eu queria saber se a senhora tem informações, se a senhora conhece essas pessoas e se a senhora tem alguma orientação a dar à CPI da Fake News em relação a essas questões. Porque eu imagino que o esquema... Apesar de o Santos Cruz aqui não ter tido a mesma disposição de revelar nomes, de apresentar... E ele poderia tê-lo feito, poderia ter dado uma contribuição maior para a democracia, porque isso aqui destrói qualquer democracia, isso daqui constrói uma divisão artificial na sociedade, isso aqui patrocina o fascismo, isso daqui dissemina o ódio, como eles mesmos se autointitulam, como disseminadores do ódio... Ele poderia ter dado uma contribuição muito maior e não deu. Portanto, a senhora veio, fez uma descrição...

Então, do ponto de vista do funcionamento e de pessoas que precisam ser indiciadas, Sra. Relatora, Sr. Presidente, porque aqui, diante do que foi dito, há materialidade para o indiciamento ou a solicitação de indiciamento de pelo menos duas dezenas de pessoas, Comissão de Ética e solicitação de indiciamento de mais de duas dezenas de pessoas de imediato, pelo que a senhora falou aqui... Agora, falta o que a nossa Relatora apresentou como questão que é: quem financia? Se é R$20 mil para colocar uma *hashtag* no topo, e não deve ser menos, porque para você atingir o País inteiro, com a quantidade de robôs, com tudo isso... Então, imagine que eu recebo pelo menos três ou quatro por dia diferentes, e cada uma deve ter custado R$20 mil para chegar aqui. Eu estou falando de temas distintos, não é o mesmo tema, são narrativas sobre determinado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

assunto que é distinto. Portanto, é um esquema milionário que está por trás para dividir a sociedade, para criar uma cultura do ódio, do fascismo, coisas de que a gente se protegeu e se libertou. Há quase 80 anos, a gente se libertou dessas iniciativas, e a gente ia muito bem. E agora a gente volta a resvalar nessa questão.

Por fim, como toda ausência produz uma interação usada, eu quero dizer a todos que, na reunião passada desta Comissão, eu disse que não tinha processo criminal, e não tenho. Tenho processos administrativos por improbidade, porque fui gestor ao longo de oito anos, mas nenhum por desvio de dinheiro, malversação de dinheiro ou por enriquecimento ilícito, natural de quem é gestor público. Agora, eu queria dizer que uma *fake news* foi produzida aqui depois da minha declaração dizendo que eu era processado, aí caracterizando como pessoa processada por ação penal, quando eu não tenho nenhuma ação penal, nunca tive e não tenho, certo? Queria deixar isso claro para poder em todo o Brasil que está ouvindo não pairar a dúvida que é plantada de forma intencional, desrespeitosa, o que é a prática de quem construiu esse caminho de destruição da nossa democracia e do funcionamento das instituições democráticas, porque a agressão é contra pessoas, contra as instituições democráticas, contra a política. Portanto, se é contra a política, é contra a possibilidade da representação popular. Se é contra a representação popular, é porque o povo não precisa participar. Como foi dito por um dos que foi elencado aqui como chefe desse esquema, é mais importante uma pessoa do que uma instituição, do que um Estado. Portanto, há aqui apologia ao autoritarismo e à atividade individual, ao exercício do Poder como sendo algo divino.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para a nobre Deputada Joice.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Só para deixar bem claro, Senador, eu sou contra qualquer autoritarismo, seja de esquerda ou de direita. Eu, como disse no começo, permaneço 100% liberal, conservadora nos costumes, e sou de direita. Ser de direita é uma coisa; ser autoritário ao extremo é outra coisa. E quero só deixar bem claro que eu também sou a favor do excludente de ilicitude, com regras, obviamente, mas sou a favor, Senador.

Em relação ao Meyer, eu não tenho conhecimento se ele financiou alguma atividade. O que eu sei é que o Meyer fez alguns jantares em casa, recebeu o Presidente durante a campanha, mas nada que tenha publicidade ou que tenha a ver com financiamento.

Em relação a essa Taiza, eu acho que eu não a conheço. Eu não me lembro dela, mas ouvir falar alguma coisa que ela seria ligada a um hotel. Eu ouvi falar alguma coisa a esse respeito. Mas aí também fica... Eu não tenho nenhuma prova sobre isso. Eu ouvi falar. Dessa história que o senhor ouviu, eu também ouvi falar. Se eu não me engano, essa moça é ligada a um hotel. Mas eu estou dizendo tudo em hipótese, porque eu não me lembro, eu não tenho relacionamento com ela. Pode ser que eu a tenha visto em algum momento.

Em relação aos Parlamentares que o senhor citou, o Filipe, a Carol, o Príncipe, a Carla Zambelli, e aos nomes dos assessores, eu acho que a gente tem que esperar a quebra do IPs, a gente tem de chegar aos IPs. Aí a gente vai saber exatamente de onde isso saiu, quem está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

fazendo isso e a que horas isso foi feito. É o mais natural a se fazer. Que há uma coordenação, uma disseminação de material de ataque por esse grupo, isso é óbvio, é público. É só olhar, é público!

Inclusive, eu achei aqui o meme que foi feito pela Deputada Bia. Realmente, não há a facada; há a imagem do Adélio. Está lá a imagem do Adélio e a minha imagem, comparando-me a essa pessoa. Ele está aí, já foi passado aqui para vocês.

Então, eu acho que o caminho mais racional é a gente buscar a verdade através das quebras e chegar a esses IPs. Se a gente chega ao IP... É claro que, como eu disse para vocês, muita coisa foi deletada. Até saiu uma notícia agora, recentemente, de que o Carlos teria se desfeito de um computador. Não sei se isso é verdade ou se não é verdade, porque também a gente não pode acreditar em tudo que falam em tudo que é lado, não é? Mas que pessoas começaram a destruir provas é público e notório, tanto que eu preservei as páginas com o perito. Senão, o que ia acontecer? Eles iam dizer: "Não! É *fake news*. Isso aqui não aconteceu, não! Isso aqui não existe". Então está tudo preservadinho.

Sobre o Vem Pra Rua, é isso, eu conheço o Chequer, fui a alguns movimentos, a algumas manifestações que foram promovidas naquela época em que os movimentos estavam nas ruas. Aliás, fui a vários movimentos, mas desconheço essa doação, se houve ou se não houve, apesar de ter ouvido falar. Mas, se ouvi falar sem alguma prova, aí eu não posso afirmar.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, eu gostaria de usar da palavra por um minutinho, como eu fui citada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É pela ordem, Deputada?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone*.) – Tem de se inscrever.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, tem de se inscrever.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu estou inscrita, mas vou ter que ir a uma reunião.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não! Está todo mundo inscrito.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Há uma ordem de inscrição, Presidente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está todo mundo inscrito, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, quero falar sobre a citação que foi feita.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pela ordem, Presidente!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu quero fazer um esclarecimento.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos respeitar a inscrição!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ela foi citada.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos respeitar a inscrição!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu estou inscrita!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu quero falar sobre essa citação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a nobre Deputada foi citada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esta é uma regra: quando a pessoa é citada, ela tem que ter o direito de resposta. Isso é normal.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para explicação pessoal.) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a esse *post* que a Deputada Joice citou, eu fico aqui pensando.

Considero que é uma questão de inteligência, Deputada, conseguir compreender o que é uma figura de linguagem, uma metáfora. Veja bem: o que eu usei...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, por favor, assegure a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a sua palavra está assegurada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só não posso fechar a boca dos seus colegas. (*Risos.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, mas retornar o meu tempo o senhor pode.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, a senhora não perdeu o tempo. Estou lhe concedendo um tempo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Então, o que eu postei foi uma capa de uma revista – não sei se foi a *Exame*, não sei qual foi – com uma declaração do Deputado Bozzella, amigo da Deputada Joice, que afirmou que o PSL estava pensando em lançar a Deputada Joice candidata à Presidência, para concorrer com o Presidente Bolsonaro em 2022. Foi uma declaração do Deputado Bozzella em uma revista oficial. Eu peguei a capa da revista onde aparecia a figura da Deputada Joice, botei o rosto do Adélio e falei: "E nós pensávamos que a maior facada que Bolsonaro receberia nas costas seria a do Adélio!" A maior facada seria a do Adélio.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Que comparação, hem?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – A comparação, para quem tem um mínimo de inteligência... Quando eu falo em facada, eu...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, por favor, por gentileza... Se as pessoas que aqui estão presentes, algumas delas têm um pensamento linear e não conseguem compreender facada como traição...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, responda...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não compreendem traição como facada! O que eu quis dizer é bem claro. Qualquer pessoa com um mínimo de inteligência entende que facada significa traição, que facada nas costas é traição. Eu juntei a figura do Adélio, que deu uma facada horrorosa, num atentado... Em nenhum momento, eu me dirigi à Deputada Joice como homicida, como assassina. Ela fez esse tipo de mi-mi-mi e falou: "Ah, me comparou com um assassino!".

Não, Deputada Joice! Eu espero que a sua inteligência seja suficiente para entender que facada significa traição.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – E, se V. Exa. não está feliz de ser chamada de traíra, de traidora, espere para ver as redes sociais hoje...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Já usou o tempo, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não é V. Exa. que diz isso.
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Estão agora...
A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, há uma ordem de inscrição.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Peço que conclua, Deputada.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – As redes sociais estão chamando...
O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Isso é ameaça de *fake news*.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... a Deputada Joice de traíra...
O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Está ameaçando...
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... de traidora e...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, V. Exa. pediu um minuto porque foi citada.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. pediu um minuto porque foi citada, Deputada.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone*.) – Mas eu não consigo ser ouvida!
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu já lhe concedi quatro minutos, Deputada.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu quero falar, Presidente!
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora pediu um minuto porque foi citada.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu quero dizer o seguinte...
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Peço para concluir, por favor.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, quero dizer que quem está escrevendo "traidora" nas redes agora não são robôs, são pessoas privadas, indivíduos. E, se a Deputada não gosta disso, paciência! Mas é o que o público acha dela!
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Alexandre Frota.
O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Presidente, muito obrigado.
Cumprimento a Deputada Joice e a nossa Relatora Lídice.
Primeiro, quero lhe dar os parabéns pela construção e pela explanação da verdade, porque nós estamos aqui falando a verdade. E eu sou testemunha – sou sua testemunha – da maioria das coisas que ali você colocou.
Inclusive, eu trago, para deixar à disposição... Eu gostaria que o pessoal, os técnicos da CPMI viessem aqui buscar, por gentileza. Trago aqui documentos para corroborar tudo que a Deputada Joice falou. Está aqui! Por favor! O técnico está ali conversando... Por gentileza, amigo, tenho aqui um material para o senhor pegar.
Deputada Joice, eu vou relembrar aqui... Apesar de a senhora ter sido elegante e não querer relembrar, eu vou relembrar aqui: onde ficou todo aquele seu trabalho desde a campanha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e pré-campanha? Eu a acompanhei, sou testemunha. Muitas vezes, eu estava lá ao seu lado. Onde ficou o seu trabalho?

Numa terça-feira, a senhora foi dispensada pelo Presidente Bolsonaro. A senhora era a Líder do Governo. E aí, na quarta-feira, a senhora amanheceu como? Eu anotei aqui. Desculpem-me as mulheres presentes, mas eu vou falar. A senhora amanheceu como amante, prostituta, traidora, vagabunda, mentirosa, pilantra – "aproveite o seu primeiro mandato, que será o último" –, gorda, porca, sem noção, pretensiosa, falsa, interesseira, oportunista, leviana. Mas antes não o era!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Antes? O senhor a chamou de vagabunda uma vez.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Antes, não o era.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – O senhor a chamou de vagabunda...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Antes, não o era!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – ... neste ano!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Por favor, eu estou com a palavra!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Ele mesmo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Estou com a palavra aqui, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O nobre Deputado está com a palavra, Deputada.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Estou com a palavra aqui, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. está inscrita para falar no seu momento.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Então, a senhora, da noite para o dia, se tornou esse personagem, por fazer o contraditório, por não aceitar participar desse processo infeliz por que muitos Deputados, aqui dentro, já passaram, inclusive eu.

Deputada, alguns Deputados da ala extremista, da base de Bolsonaro, vivem aparecendo nesta CPMI aqui para dizer que ela não deveria acontecer. Isso é estranho, é curioso, pois a investigação sobre manipulação dos debates nas redes é um tema mundial. Ontem mesmo, tivemos a presença de representantes das agências de checagem, mostrando a importância do tema. E, aqui, fortes pessoas ligadas diretamente ao Presidente estão trabalhando em cima da manipulação e do debate político. Aliás, a coisa é grave ao quadrado, pois, além da manipulação do debate, temos um excesso de perfis falsos e um grupo seletivo, sectário, atuando nessa manipulação. Sendo assim, há gente que diz que esta CPMI não deveria acontecer.

Então, é importante dizer algumas palavras sobre as cinco estratégias que podem ser observadas na manipulação do debate que vemos no Brasil. Acredito que, se ficarmos focados nessas cinco estratégias, conseguiremos entender como essas milícias virtuais atuam. Há perfis falsos organizados, como a senhora bem mostrou ali, comportamento sectário, linchamentos virtuais, mídia amadora, levantamento artificial de temas. Então, nós temos aí à conclusão de que isso realmente existe.

O Gen. Santos Cruz esteve aí sentado no seu lugar. Ele afirmou para todos aqui que quem contratou o Gabinete do Ódio, a pedido do Presidente Bolsonaro, foi exatamente ele. Isso passou pelas mãos dele. Ele contratou aqueles três elementos lá. Ficou bem claro isso aqui. Nós ouvimos da boca dele, não ouvimos da boca de ninguém!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Aqui ninguém traiu! Aqui nós estamos lutando e não aceitamos essa vagabundagem que estão fazendo! Essa é a verdade! É vagabundagem!

Então, quero perguntar para a senhora: sim ou não? Existe dentro do Governo Bolsonaro a milícia digital?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Dentro do Governo? O Gabinete do Ódio existe.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito obrigado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, existe.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito obrigado.

Há alguém aqui, dentro desta sala, que a senhora suspeita que faça parte também desse grupo? Sim ou não? Não precisa dar nomes. Sim ou não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone*.) – Tem de dar nomes.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim ou não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, eu não quero que ela dê nomes. É um problema... Eu não quero.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas tem de dar nomes.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, eu não quero!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Vamos descobrir nos IPs.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim ou não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É sim ou não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito bem, muito bem!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone*.) – Eu quero saber quem é...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu quero saber se o Presidente usa o celular para a lista de transmissão dele? Eu quero saber isso. Sim ou não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito bem, muito bem!

A senhora sabe quem é Douglas Garcia e Edson Salomão? A senhora apresentou todos eles ali. Fazem parte do Direita São Paulo, que agora está fantasiado de Movimento Conservador, lançado naquele *stand-up comedy* do Eduardo Bolsonaro, pago pelo PSL por R$800 mil, mais ou menos. A senhora conhece estas pessoas, Douglas Garcia e Edson Salomão?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pessoalmente, não. Pode ser que eu os tenha encontrado em algum movimento de rua ou alguma coisa assim, mas não tenho nenhuma relação, não sei o telefone, nada. Eu conheço o Gil.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A senhora apresentou ali?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É. O Gil, eu o conheço.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E a senhora me fale uma coisa: o Movimento Direita São Paulo, a senhora já tinha ouvido falar nele?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – No Direita São Paulo?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Já sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito bem. E no Movimento Conservador também?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deputada, eu tenho recebido muitos questionamentos de pessoas que não entendem por que V. Exa. se afastou do Presidente. Além disso, perguntam também por que foi chamada de traidora em algumas matérias e também nas redes sociais. Há relatos seus dizendo que não traiu ninguém. Se V. Exa. não traiu, deve ter discordado do Presidente, em algum momento, em alguma coisa. Eu gostaria que, neste momento, a senhora falasse para a gente do que a senhora discordou.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aconteceu uma movimentação dentro do nosso Partido, o PSL, para que houvesse uma troca de Liderança. Todos vocês sabem que o Delegado Waldir era o Líder até há pouco tempo. E, à época em que o Delegado Waldir foi indicado pelo Eduardo Bolsonaro – porque foi o Eduardo que o indicou –, essa reunião aconteceu na presença do Presidente, eu fui contra e pedi eleição. E havia outras pessoas contra: eu me lembro de que o Filipe Barros era contra, o Girão foi contra... A gente se organizou porque queria eleição. Houve um processo de convencimento: "É bom deixar o Waldir, porque ele tem mandato...". Eu recuei. Eu nem conhecia o Waldir pessoalmente. Eu recuei, e nós demos a palavra – e, veja, quem indicou foi o Eduardo – de que ele ficaria este ano como Líder e tal.

Como houve a movimentação do partido, e eu acompanhei ministros ligando, chamando Deputado lá – "Ó, tem uma lista aqui, ó! Você pode assinar. Se não quiser assinar, também não tem problema" –, eu falei com o Presidente: "Presidente, vai dividir o partido. Está errado. Vai dividir o partido". Falei com o Ramos também, o Gen. Ramos. Escrevi: "Isso vai dar uma caca enorme" – eu usei outra expressão. "Isso vai dar uma caca enorme...". Essas conversas estão meu celular. Justamente porque era óbvio e notório que ia dividir o único partido cem por cento aliado com o Presidente. A minha função como Líder é conseguir mais gente para a base, e não dividir a base. E a única base que tinha era o PSL, a única que votava cem por cento com o Presidente e continuava votando nas coisas que são boas para o Brasil, mas, de uma certa forma, esse grupo de Deputados ganhou uma liberdade de opinião maior em temas que nós acreditamos que são contra o Brasil, como aquela flexibilização na reforma da Previdência, que foi uma orientação do Palácio. Eu fui contra. Na CCJ, consegui segurar, depois não teve como – você acompanhou bastante, Deputado. Então, foi por isto, especificamente por isto: porque eu não assinei a lista do Eduardo.

Eu até tive uma conversa com o Presidente pelo WhatsApp e tal. Estava... Ele mandou um comentário numa lista de transmissão, eu não gostei, falei "pô, o que que é isso?" e tal. Ele falou: "Não, não fui eu". Eu falei: "Foi sim, porque eu estou aqui com o *print*" e tal. Aí eu disse para ele: "Isso vai dar problema. Você vai perder os seus maiores aliados. Você precisa segurar esses meninos. Segure esses meninos, porque você vai perder os seus maiores aliados". E aí aconteceu isso. Isso foi num dia; no outro dia, o Senador Eduardo Gomes me ligou. Na verdade, ligou para um amigo meu e falou: "Olha, a conversa com a Joice, eu achei até uma sacanagem o que fizeram, porque me chamaram aqui no Palácio e"...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Senadora, essa mensagem que o Presidente encaminhou era verdadeira ou era *fake news*?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Era um texto, que eu não sei quem escreveu, mas um texto muito pesado, xingando vários Parlamentares. Era uma opinião, sei lá o quê, mas um texto muito agressivo mesmo e que, por óbvio, poderia causar um problema aqui dentro, não é? Um texto muito pesado. E por isso que eu chamei a atenção dele.

Como eu sempre tive uma relação muito franca, eu ainda falei: "Presidente, conte comigo para o que for, agora não conte comigo para fazer aquilo que vai prejudicar o Brasil e nem para ficar alisando esses meninos". Isso eu digo desde a época da campanha. E aí, no outro dia, já se começou lá com a *hashtag* "traidora" e tal, criando essa narrativa.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito bem. Eu vou aproveitar este momento aqui – restam 2m40 – que os personagens estão dentro desta sala. Vou aproveitar o Deputado Abou Anni, que está do meu lado...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Só para concluir, Frota...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pois não.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu nunca, nunca traí ninguém. Se se fizer um histórico de toda a minha atuação, do que eu fiz como Líder do Governo no Congresso, das vitórias que eu entreguei...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... para o Presidente, trabalhando e muito, às vezes convencendo até gente do meu partido, que "Ah...", a oposição votando conosco às vezes. Então, nunca houve isso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu sou testemunha.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Se há alguém traído na história, esse alguém sou eu.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu sou testemunha.

Quero aproveitar os personagens aqui dentro: o Deputado Abou Anni, que se encontra aqui do meu lado, do PSL; a senhora também. Nós tivemos uma reunião – eu, a senhora, o Abou Anni, o Luciano Bivar, Presidente do PSL, e o Eduardo Bolsonaro –, para discutirmos a sua possível candidatura a Prefeita do Estado de São Paulo, da cidade de São Paulo.

Nessa ocasião, à mesa sentados eu, o Abou Anni, a senhora e o Eduardo Bolsonaro, ele me questionou algumas coisas, principalmente por eu ter falado que era hora de colocar fogo no parquinho. E aí ele menciona ali, naquele momento, e eu achei até que em tom de ameaça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... "Basta uma tuitada minha, e você será detonado no Twitter". Estávamos eu, o Abou Anni, a senhora e o Luciano Bivar. Ele falou ali na minha cara isso.

A senhora acredita que ele e o filho e o irmão, o Carlos Bolsonaro, realmente participam e comandam essa operação, como a senhora mostrou ali? A senhora afirma aqui?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pelo menos essa parte da operação sim. Isso é claro e notório.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, quero agradecer. Muito obrigado.

Parabéns pela sua explanação. Não se sinta intimidada aqui dentro, continue com essa força. E muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Passo a palavra para a Deputada...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente. É que eu fui citado – Deputado Bozzella – e queria um minuto só para esclarecer.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedida, Deputado. V. Exa. foi citado anteriormente à pergunta do Deputado Frota.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP. Para explicação pessoal.) – Só para a gente esclarecer como funciona o *modus operandi*... Eu queria até questionar, Deputada Joice, se, em algum momento, V. Exa. disse que seria candidata...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É para responder ou questionar, Presidente?

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – ... à Presidência da República.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – "Se em algum momento..." – desculpa...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Houve um pronunciamento oficial seu de que seria candidata à Presidência da República.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, claro que não.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Nenhum? Zero? Então, a senhora não é traidora, para deixar claro.

Houve uma manifestação minha...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Escuta, mas vamos supor que fosse verdade. E daí? A gente está numa democracia!

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Perfeito. Perfeito. E o...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tantas quantas pessoas eventualmente quiserem disputar a Presidência da República podem disputar. Isso não faz de alguém mais ou menos traidor ou não traidor. A eleição é em 2022. A gente fez uma eleição agora, para trocar de Presidente, e trocamos: está aí o Presidente. Vai haver uma eleição em 2022. E é democracia: é legítimo que, quem quiser... Ainda que eu não tenha, em nenhum momento, dito nada a esse respeito.

Acho que foi até o senhor, Deputado, que fez um comentário, por conta da minha votação em São Paulo.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Então não houve uma manifestação oficial por parte da Deputada nem do partido...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, pessoal.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – ... mas uma manifestação da minha parte, de que ela seria um nome. Então, a *fake news* está mais do que clara e ratificada pela Deputada, porque ela disseminou essa informação de forma equivocada, comparando a foto da Joice com a do Adélio. Então, isso induz as pessoas a entenderem que ela seja traidora, porque o Adélio deu a facada no Bolsonaro. Então, esse é o *modus operandi* que é preciso deixar claro, para que a gente possa tomar as devidas providências.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Olha, eu não uso *modus operandi* de ninguém não. Eu fiz o meu *post*...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Natália Bonavides, do Rio Grande do Norte.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... e não vou aceitar aqui ficar me colocando como *modus operandi* de ninguém, não.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ai... É difícil, não é, Senador?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, só um minuto. Eu trouxe aqui um bolo, porque a gente tem que comemorar um ano do caso do Queiroz. Está certo?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Natália... A Deputada Natália estava tão sisuda... Com o bolo, até abriu um sorriso!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Podemos restabelecer a ordem, para a gente começar?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Deputada Natália.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu vou aguardar o Plenário silenciar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senhores que estão no plenário, por favor. Há uma oradora...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixe o Frota só tirar a foto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... usando a palavra.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ele está tumultuando a sessão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pronto: tirou a foto do bolo, filmaram, tudo bem.

Com a palavra a Deputada Natália.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Deputada Joice, esta Comissão agradece a sua disponibilidade de estar aqui colaborando com os trabalhos desta CPMI. Inclusive, a senhora traz investigações que mostram descobertas muito semelhantes às que esta CPMI vinha identificando. Eu queria registrar que esse depoimento está sendo de enorme importância para os trabalhos da Comissão, e a senhora vem aqui trazendo provas contundentes sobre essa organização criminosa que está em curso no Brasil.

A senhora fala aqui de quase 2 milhões de robôs operando esse esquema de manipulação operado pelo clã Bolsonaro e pelo gabinete do ódio. Aliás, gabinete do ódio que, segundo a senhora informa aqui, durante a Comissão, teve o grupo deletado. E eu já deixo registrado, Presidente, que nós vamos requerer a quebra do sigilo desse grupo, através do acesso ao seu histórico, e também o IP dos membros desse grupo que a Deputada mencionou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E realmente a senhora traz o retrato do que está acontecendo hoje no Brasil, que é extremamente grave. Um Brasil em que opera uma organização criminosa, que, semana passada, a gente já delimitava aqui e que a Relatora, Deputada Lídice, muito bem definiu: organização criminosa no sentido jurídico, de ter inclusive núcleos organizados – um núcleo político, um núcleo operacional, um núcleo distribuidor e um núcleo econômico.

E a senhora foi chamada de alguns termos bastante pesados – alguns o Deputado Alexandre Frota já aqui mencionou –, e eu peço até licença e escusas, mas chamada de canalha, de cretina, de porca, de prostituta de esquina, de ordinária... Isso está acontecendo agora, inclusive. Nós estávamos verificando as redes sociais durante o acontecimento desta reunião, e isso se repete agora, novamente, contra a senhora. Não posso nem imaginar o que é ter um filho vendo esse tipo de coisa. E a nós, da CPMI, sempre pareceu, e a investigação da senhora também vem corroborar, que eram ataques orquestrados, não só para ofender, não só para difamar, mas também para espalhar notícias falsas.

E a senhora já vinha falando na imprensa sobre a participação dos Srs. Carlos e Eduardo Bolsonaro e, hoje, confirmou essa participação dos dois na milícia virtual, e eu queria que a senhora se aprofundasse um pouco nisso. A senhora fala que essa milícia envolve assessores formais desses Parlamentares, inclusive pagos com dinheiro público. A senhora chegou a mencionar um assessor chamado Dudu Guimarães, aqui da Câmara. Eu queria saber se identificou outros assessores aqui da Câmara, não de Assembleias Legislativas, que pudesse nominar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Há outros assessores em alguns gabinetes, mas é importante, para que a gente tenha essa informação sem nenhum risco de cometer uma injustiça, fazer a quebra desse IP. Por quê? Porque uma coisa é: o gabinete do ódio comenta, o outro diz "não, é o assessor do Flávio que está no Rio", "não, é o assessor do Eduardo", "é o assessor do Carlos", "ah, é a ex-namorada que tem um grupo"... Isso é uma coisa. Isso é dizer. O que eu estou falando é do que eu tenho prova. Então, vocês ouviram o áudio do assessor do Eduardo... É só olhar e pronto.

Agora, que eles comentam entre eles que há indicação de assessores para isso há, só que eu não posso afirmar, porque o que eles produzem de bobagem pode também, eventualmente, comprometer alguém que seja inocente. Aí, o problema é você... Mesmo que seja só um inocente, no meio de um monte de gente, fazendo isso, eu não posso cometer esse...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Perfeito.

E de assessores, digamos assim, informais, Deputada? A senhora tem conhecimento?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Assessores informais...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Por exemplo: é público e notório que existe uma investigação contra o Senador Flávio Bolsonaro sobre um esquema de "rachadinhas", que confiscava o salário dos funcionários, e em que o próprio Queiroz, o braço direito da família Bolsonaro, afirma que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... usava esse dinheiro para contratar assessores informais. Eu queria saber se a senhora tem conhecimento de se assessores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

informais, dessa forma, atuavam nessa milícia virtual – dessa forma como os assessores que o Queiroz selecionava para o Senador Flávio.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja: eu não conheço. Eu não os conheço. Não sei. Então, é uma pergunta que tem que ser feita para o Queiroz mesmo, porque não é uma coisa que eu possa responder. Até acho...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Faz um ano – não é? – que nós estamos...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Até identificar quem é assessor ou não assessor... Eu não... Assim, quem acompanha o Deputado A, B ou C? O que está no Portal da Transparência a gente consegue, o que tem informação a gente consegue, mas tem há gente aí que...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O Vereador Carlos Bolsonaro fez ou utilizou um desses perfis chamados Pavão Misterioso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Olha...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone*.) – É quem é o Pavão.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É quem é o Pavão? Essa é a pergunta, não é? Quem é o Pavão?

A gente pediu a quebra também do sigilo. Assim, o que... Olhando o *modus operandi* da atuação do Pavão Misterioso, eu, seguindo o rastro – e eu sou jornalista de investigação. Então, seguindo o rastro –, parece-me que não é uma única pessoa. O Carlos fez uns tuítes me agredindo, logo que eu saí daqui, e eu caí na besteira de respondê-lo no mesmo nível. Tanto que depois eu apaguei, porque, assim... Não dá, não é? Não dá.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora sabe se ele seria um dos...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu, eu... Eu fiz uma provocação no Twitter.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... do Pavão?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Falei assim: "Ah, pavão...". Mas, assim, pelo volume de informação que há ali e coisas que são sigilosas, documentos, há mais de uma pessoa, com certeza, operando o...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora acha que uma dessas pessoas – mais de uma pessoa – seria o Vereador Carlos?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não posso achar. Achar é para amador, não é? A gente tem que seguir o IP e chegar a essa pessoa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Perfeito.

A senhora mencionou que, no contexto dessa investigação, alguém, pessoas teriam destruído computadores. A senhora sabe identificar quem?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Saiu uma notícia, acho que no final de semana, de que o Carlos teria destruído um computador.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora mencionou também pessoas que teriam destruído HD. A senhora sabe identificar?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Quando a gente começou a fazer, eu comecei a fazer os levantamentos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... claro que as informações circulam – não é? –, e nós vimos páginas sendo apagadas, muitas sendo apagadas. E, aí, uma das minhas fontes nesse processo todo disse: "Olha, eles estão destruindo HDs. Já estão destruindo, já estão colocando furadeira...". E por isso mesmo que a gente pediu...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas a senhora tem capacidade de identificar quem estaria destruindo?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, não posso... Não posso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

Eu queria, Presidente, que se retificasse meu tempo. Eu acho que foi contado de forma equivocada. Eu acho que ainda tenho um tempinho.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não deu todo o tempo não.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Continuando, Deputada, a gente estava aqui falando a respeito dos núcleos dessa organização criminosa. A senhora mencionou os Srs. Tercio, José Matheus, Mateus Matos... A senhora chegou a conhecer pessoalmente os três?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não tive nenhum contato com eles. De vez em quando a gente se cruzava, ali pelo Palácio, mas vamos dizer que a patota deles é isolada ali. Eles trabalham fechados ali. Então, eu não tive nenhum contato próximo dos três.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Nessa organização, qual seria o papel deles? Eles que estariam nessa função de orientação? Seriam parte do núcleo político que dá o comando, que orienta?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Segundo as conversas que foram pegas ali no grupo do gabinete do ódio, além de orquestrar esses ataques, eles teriam a função ideológica, e isso é uma reclamação constante de alguns ministros, a função de sempre provocar o Presidente a reagir de maneira mais agressiva. Então, aquelas declarações mais duras, aquele quebra-queixo... E o próprio Ministro Ramos, algumas vezes, e os outros ministros que saíram reclamaram disto: "Olha, a gente precisa apaziguar, e os três ficam o tempo todo colocando mais lenha na fogueira e levando o Presidente a ficar mais agressivo, a, às vezes, atacar uma ou outra figura...". Então, o papel deles ali é isso, é esse.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Esse gabinete do ódio... A prioridade de atuação deles seria o Twitter, o Facebook ou o WhatsApp?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, a análise que eu fiz foi do Twitter. Por quê? Porque há *softwares* que conseguem identificar a atuação e os robôs. Dentro do gabinete do ódio, desse grupo específico, do *secret* ali, você vê que são 21 perfis de Instagram só nesse grupo, interligados, e esses perfis de Instagram distribuem para as páginas de Facebook. Então, todas as redes são usadas – o Twitter, com *hashtags* e tal... –, mas a produção desse conteúdo, de memes, é feita e distribuída do Instagram e passada para as páginas de Facebook.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E sobre o WhatsApp? A senhora...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Do WhatsApp, aí, aí é...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... tem conhecimento de quantos grupos, de quantos perfis, números?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – De quantos não, mas são muitos grupos. Muitos, muitos, muitos, porque, veja, os telefones vão sendo incluídos, né? Cada dia aparecem zilhões de grupos. Então, são muitos grupos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Teria impulsionamento através de WhatsApp? A senhora sabe por onde começa? Vai do WhatsApp para as outras redes? Das outras redes para o WhatsApp?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não. Primeiro, pelo que a gente levantou aqui, primeiro cria-se nas redes e, depois, até *posts* que são apagados circulam pelos grupos de WhatsApp.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E qual o papel do Sr. Filipe Martins nessa organização que comanda ataques e dissemina notícias falsas? Porque a senhora já traçou um perfil sobre o Sr. Filipe Martins, mas que papel ele exercia nessa organização? De coordenação? Ele que dá comandos?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, quando eu estou falando de uma organização criminosa, eu não estou me referindo especificamente ao Filipe, ao Tercio, ao fulano... Eu estou mostrando o *modus operandi*, eu estou mostrando gente ganhando dinheiro público para atacar pessoas, tá? Então, só para a gente... Para não ficar...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas ele faz parte do gabinete do ódio?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... para não ficar, para não ficar focado tudo em três pessoas. Não é isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas o Sr. Filipe faz parte?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, sim, o...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Ele que coordena os três, os outros três?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Filipe é muito próximo do Carlos. E, segundo o pessoal mais próximo ainda, os ministros ali, é ele quem influencia. Tanto que o Santos Cruz, isso acabou... É público entre os ministros que o Santos Cruz, certa vez, teve uma discussão muito pesada com ele, numa reunião ministerial. Chamou de moleque, foi uma confusão danada, justamente por conta dessa incitação sempre, de atacar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... tentando atacar pessoas e...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Então o gabinete do ódio efetivamente funciona dentro do Planalto?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eles estão lá, né?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Inclusive, a senhora até mencionou ministros que chamavam de outro nome, "gabinete da maldade"... Que ministros reconheciam a existência desse grupo?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Os que estão dentro do Palácio. Todos sabem.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Os que estão dentro. Então é notória, no Palácio, a existência desse grupo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Então o Presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, também sabe da existência desse grupo?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei se ele sabe dos detalhes, dessas combinações de grupos secretos...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O que que ele sabe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... de Instagram, sabe, essa coisa toda muito eficiente, no papel de denegrir.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Do que que ele saberia?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não... Eu imagino, por óbvio, que o Tercio e os dois Mateus que estão lá, o Presidente sabe que eles ficam produzindo material. Agora, o nível de organização disso eu não sei se o Presidente sabe.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora identificou alguém que orientou, ou determinou, ou sugeriu que o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, virasse alvo dessa organização criminosa?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, o gabinete do ódio, o tempo todo. O Davi também, o Davi Alcolumbre também...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Era a minha segunda pergunta: se identificou também a orientação...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... de ataques ao Presidente do Senado, Davi.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora identificou também orientações de ataques a Ministros do STF?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Alguns dos *prints* das conversas a que a senhora teve acesso e está protocolando na Comissão têm essas sugestões, essas menções aos Presidentes da Câmara, do Senado e a Ministro do STF?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tem nos levantamentos dos robôs.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E sobre o núcleo econômico, Deputada: quem financia? A senhora, aparentemente, nesse ponto, não teria tantas informações, mas quais informações a senhora tem? Além de muito dinheiro público, o que que mais financia essa organização?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei da onde vem o dinheiro, se os pagamentos de robôs são feitos individualmente por várias pessoas, por uma pessoa só, eu realmente não sei. Aí a importância para o País todo de que nós consigamos seguir o rastro, para entender se existe realmente um financiamento de uma pessoa com muito peso, mas eu não...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ou agência...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora falou de subir *hashtag* no Twitter. Era subido com patrocínio ou eram só robôs?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, são as duas coisas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – As duas coisas.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Há robôs e há gente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, o tempo.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E, sobre esses robôs, quem é que faz? Quem financia esses robôs...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Parou...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não, eu não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... quem são os desenvolvedores...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não consigo ouvir com todo mundo falando.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, garanta a minha fala, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Já estou concluindo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Já estou concluindo. Tanta gente falou sem estar inscrito, e eu peço essa tolerância.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso aí.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Deputada, sobre os robôs, quem faz os robôs? Quem desenvolve? Quem são os contatos, os desenvolvedores desses robôs?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, eu não sei. Eu não sei. Mas, assim, o que se comenta nos grupos é que os robôs não são daqui. São robôs de fora do Brasil...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Estrangeiros.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... que são...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Quem administra hoje as redes do Presidente, o Twitter do Presidente?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, tem que perguntar para ele, mas o Carlos já administrou.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sei.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Hoje já não sei se administra. Lá atrás administrou, mas acho que deu...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora tem conhecimento sobre um vídeo falso...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... que uma Deputada divulgou sobre as Farc?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, há 20 pessoas para falar.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Tem conhecimento sobre a origem desse vídeo?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A origem não, mas eu vi que foi um vídeo *fake*, não pegou muito bem, aí o vídeo foi deletado. Mas eu não sei quem passou.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E para finalizar, Deputada, porque já, o Presidente já está...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Finalize, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... já está encerrando o meu tempo, o que foi que eles fizeram no verão passado?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, tempo de Líder.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O Deputado Eduardo Bolsonaro havia tuitado uma imagem de uma cédula de R$3 com o rosto da senhora, e a senhora, em relação a isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tuitou e falou: "Não se esqueçam de que eu sei quem vocês são e o que vocês fizeram no verão passado". Quem são? E o que que eles fizeram no verão passado?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, o caráter...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora se refere a esse esquema criminoso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... o caráter, o caráter desses dois meninos...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É algo que já acontecia no passado?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... tanto do Carlos quanto do Eduardo, foi muitas vezes questionado por mim, isso não é novidade. E, quando eu percebi que pessoas próximas, pessoas leais, eram alvos de ataques, como o próprio Vice-Presidente da República, como ministros, as minhas orelhas começaram a ficar mais em pé. Porque, no princípio, ficava aquela coisa de *fake news* para cá, direita fala, esquerda fala... Eu falei: Isso é conversa fiada da esquerda, que está falando de *fake news, fake news, fake news*... Vamos seguir a campanha. Toquei a campanha.

Quando a coisa chegou, primeiro no Bebiano, aí no Santos Cruz e no Mourão, "alguma coisa está errada aí". E aí foi só puxando o novelo, e as informações estão aí.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É algo, então, desde o passado da campanha.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Agradeço a tolerância, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Louisiane Lins, do Ceará.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Dê-me o tempo de Líder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, tempo de Líder à Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela Liderança.) – Pelo tempo de Líder do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sabendo V. Exa. que não poderá fazer perguntas à nossa convidada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não posso fazer pergunta por quê?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Porque é tempo de Líder. Vá ler o Regimento.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Ah, é o tempo de Líder. O.k.

No tempo de Líder, porque eu também estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Marquem o tempo, por favor, nobres operadores.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por favor, marcar o tempo de Líder.

Eu posso somar com o meu tempo, Presidente? No meu tempo, eu faço as perguntas que eu quiser. (*Fora do microfone.*)

O.k.

Pois bem...

O som está baixo.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Aumentem o microfone da Deputada.

Alô, mesa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – A Deputada Joice fala em *fake news*, mas citou o caso de um homem que foi linchado, que isso deveria ser objeto de *fake news*. Aí era o caso de um crime. Mas esses dias a Deputada Joice também soltou um vídeo, publicou um vídeo do Pantanal, com jacarés, mostrando como fazendeiros do Pantanal maltratavam os jacarés. Essa postagem dela foi bastante repudiada por quem entende, por quem é do Pantanal, por quem trata da questão rural.

Então, eu quero dizer que, em primeiro lugar, nem tudo o que é postado e que não corresponde à verdade pode ser *fake news*. Às vezes, pode ser um engano da pessoa que recebeu uma notícia, postou, mas quando a pessoa...O que importa é o que é. Não está claro que é essa história de *fake news*, porque o que eu vi aqui, até agora, foi a Deputada Joice tratar esta CPI como se fosse a CPMI do não falem de mim, a CPMI do não façam memes, porque tudo o que ela falou, para mim, não tem nada de *fake news.*

Ela falou de injúria, possivelmente de alguma calúnia, de alguma injúria, e todos nós somos sujeitos a isso. É claro que, se crime for cometido, existe o fórum próprio para tratar disso, que a Justiça. Então, quando alguém fizer uma abordagem de calúnia, de injúria, e a Deputada Joice...Tudo o que ela mostrou que falaram dela, os memes, os desenhinhos, os *posts*...

Isso aqui está se tornando a CPMI do não façam memes, não falem de mim, não me chamem de traidora, mas a Deputada Joice não vai conseguir controlar as redes, porque as redes são utilizadas por pessoas. Não são robôs, não são assessores... Porque assessores...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senhores do Plenário, por favor. Há uma oradora na tribuna.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – É impressionante como aquelas pessoas que se dizem da direita, mas que vão se juntando à narrativa da esquerda, tentam censurar. Caem na mesma historinha de tentar calar. Porque o que nós estamos fazendo aqui e correndo o risco de censurar a internet, que é um palco livre, para que todos possam se expressar. Porque crime, até agora, eu não vi nenhum.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por favor, Presidente. Não é possível! Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sua palavra está mantida, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas eu quero silêncio, para poder falar, para que as pessoas possam me ouvir.

Então, é muito impressionante isso.

Então, o eu que tenho visto aqui é isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Aqui não há ninguém cometendo crime não. Aqui há uma Parlamentar no uso da sua palavra, sendo provocada...

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu não posso fechar a boca de ninguém, nobre Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas V. Exa. pode botar ordem na Casa! V. Exa. pode botar ordem na Casa, isso sim!

Eu quero saber...

A Deputada Joice fez um documentário em que ela afirmava, nas redes, para quem quisesse ouvir, que, ao final do seu documentário, que ela filmou nos Estados Unidos, ela traria revelações bombásticas que acabariam ou abalariam o Governo – o Governo anterior, no caso. Ela iria fazer revelações terríveis, que iriam abalar... Então, era para que todos assistissem ao documentário, e essas revelações nunca vieram, assim como as revelações bombásticas que ela prometeu para hoje também não vieram. Então, interessante: parece-me que a Deputada pode ser, sim, uma propagadora de *fake news.*

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – E eu quero perguntar à Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Perguntar não, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... usando o meu tempo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não pode perguntar nada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O.k.. No tempo de Líder, aqui, eu vou concluir com uma indagação que não é feita à Deputada, mas é uma indagação feita ao universo, a todos que nos ouvem: se eu perguntasse à Deputada Joice Hasselmann quanto tempo falta para ela gritar "Lula livre", isso seria uma *fake news*, isso seria uma indagação Ou isso seria o meu direito de liberdade de expressão? É isso que eu gostaria de perguntar ao universo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne Lins, do Ceará.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixa só eu fazer um comentário aqui.

Vocês percebem que é exatamente o *modus operandi* da narrativa, né? Quer dizer, você pega alguém que não concorda com um ponto específico, aí você já cola um selo: "É de esquerda! Está contra mim! Está contra o Governo!". É exatamente como a Deputada fala. Ela acaba de confessar, de ratificar o que eles fazem: criam uma narrativa que, inclusive nós, Deputados da direita, sempre criticamos. Quando na oposição, hoje, no pessoal mais radical do PT, a gente sempre criticou isso. Então, é exatamente isso. Quer dizer.... Veja: eu, Joice Hasselmann, que processei o Lula, que o Lula me processou! A gente brigou na Justiça, e todo mundo sabe – direita, esquerda, centro. Eu ganhei, graças a Deus!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eles estão copiando a esquerda.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – E, aí, vem com essa conversinha fiada.

Em relação ao meu documentário que foi citado pela Deputada, não precisou, porque o Pezão foi preso. E lá eu digo: "O Pezão foi preso". Era exatamente envolvendo o caso do Pezão.

Em relação ao vídeo do jacaré, eu faço questão aqui: não havia nenhum comentário, era só um vídeo que foi postado, e aí, estranhamente, um canal rural – eu até preciso pedir informações, para ver de onde está vindo o dinheiro – fez um editorial deste tamanho, enorme, ficou uns 15 minutos falando que eu desconhecia... Era um produtor que estava dirigindo um trator e filmando jacarés. Não fazia comentário. Quem fez comentário foram os seguidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Só perguntar para o... (*Fora do microfone.*) ... Nabhan.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu tenho as minhas suspeitas.

Aí, fez um editorial gigantesco sobre aquilo, com perguntas, assim, das mais imbecis, do tipo: "Onde estava a Deputada Joice Hasselmann quando houve seca no Mato Grosso?" Umas coisas, sabe? "Onde estava a Deputada Joice Hasselmann, eleita por São Paulo, quando houve queimadas no Mato Grosso?" Dá para ver que foi induzido. E, infelizmente, aqui eu vou ter falar isto porque, como foi na lista de transmissão para outra pessoa, eu me sinto livre para falar – as minhas conversas privadas com o Presidente eu prefiro reservar –: o Presidente passou, do celular dele, esse vídeo. Passou esse *link* do celular dele, e eu tenho o *print* disso.

Então, é um tipo de coisa muito ruim. A gente tem que cuidar do País, gente. Isso aí é brincadeira de mau gosto.

Mas a Deputada referenda exatamente aquilo que eu disse. Daqui a pouco, eles vão fazer isto mesmo, começar a criar memes dizendo "Lula livre", e, obviamente, eu vou processar todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Luizianne Lins.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, demais membros desta CPMI, em especial à Deputada Joice Hasselmann: queria dizer que tenho divergências com V. Exa. na política – sou de esquerda –, sou jornalista e tenho divergências também profissionais, mas quero me solidarizar com V. Exa., por ser mulher, por ser mãe, e, como V. Exa., também sou atrevida – imagine o que nós não sofremos e o que o machismo não faz para poder nos colocar numa situação de subordinação sempre. Acho que uma boa parte, inclusive, teve um cunho machista muito grave.

Mas quero dizer que tenho que admirar a coragem de V. Exa. de vir aqui dizer o que disse e com provas. V. Exa. não veio contar uma historinha. Se alguém está achando que isso que foi apresentado aqui não é algo muito grave, gravíssimo, de uma organização criminosa, aí realmente não sabe o que é democracia, não sabe o que é política.

Então, eu gostaria de fazer alguns questionamentos e já dizer que, pela minha experiência política – já fui Vereadora, Deputada Estadual, Prefeita de Fortaleza, Deputada Federal agora –, eu nunca vi algo parecido, até porque eu estudo esses fenômenos na internet e eles me apavoram, porque nós temos filhos. Eu tenho um filho, assim como V. Exa., que tem 19 anos, e a gente fica imaginando que mundo que a gente está construindo para eles e que exemplo nós estamos dando para eles. Porque é assim que a gente quer: nossos filhos vivendo num mundo muito melhor.

E eu acho que esta CPMI tem uma função fundamental de a gente desvendar essa organização criminosa, para que nunca mais ela faça o Brasil de refém ou as pessoas que aqui estão. E eu quero dizer até para os colegas aí bolsonaristas: isso se vira contra qualquer um; é só uma questão de tempo e é só uma questão de oportunidade. Por isso, é muito importante que as pessoas estejam conscientes disso.

Aí, eu gostaria de perguntar, Deputada Joice... Em primeiro lugar, se a senhora está disposta a ceder, porque, no histórico que V. Exa. apresenta, além dos números, eles também são eivados – porque nós também estamos entrando nessa investigação – de metadados. Esses metadados vão dizer quem participa dos grupos e quando os grupos foram criados, além de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras características que estarão certamente nas suas investigações. Eu gostaria de saber se a senhora vai ceder para esta CPMI esses metadados?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Eu preciso conversar com o meu advogado a respeito, até porque, no meu celular, por exemplo, há fontes que me passaram essas informações e que precisam ser preservadas. Eu sei o que eu estou aguentando: tem que ser muito forte para aguentar isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Imagino.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, assim, da covardia eu não sofro, não é? Mas, por óbvio, eu preciso preservar essas fontes, porque receber ameaça de morte, minha mãe receber ameaça de morte... Isso não é qualquer um que aguenta.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não tenho a menor dúvida. Inclusive, na vida pública eu já fui linchada várias vezes, talvez não com essa virulência, porque não existia ainda o fenômeno da internet. Porém, hoje a gente vive isso.

Gostaria de saber – primeiro quero me preservar, não é? – quais são os nomes que V. Exa. disse que são do meu Estado, o Estado do Ceará, até porque certamente serei vítima, no próximo ano ou nos anos seguintes ou em qualquer momento, como tenho sido vítima. Então, quem, desse gabinete do ódio, desse esquema criminoso, é do meu Estado, o Estado do Ceará?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Tercio e um dos Mateus.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O.k.

Gostaria também de perguntar para V. Exa. o seguinte: a senhora disse que uma *hashtag* na rede pode custar até R$20 mil.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não é *hashtag*, é o disparo do robô.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O.k.

Ou seja: como V. Exa. disse, isso custa muito caro.

Eu gostaria de perguntar: a senhora tem conhecimento de arrecadações promovidas pelo Sr. Luciano Hang, o dono da Havan, para impulsionamento de *fake news* ou de mensagens de ódio?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ele arrecadando dinheiro? Não tenho.

Eu conheço o Luciano. Conheço muito. Todo mundo conhece. Ele tem um jeito bem *sui generis*. Eu me dou muito bem com ele.

Isso que V. Exa. está falando também é aquela coisa de "ah, ouvi falar, ouvi falar...", mas eu não tenho informação nenhuma em relação a isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E V. Exa. sabe se ele também é um disparador de *fake news* ou de mensagens de ódio pela suas próprias redes?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Para mim ele nunca mandou – para mim. Porque ele me manda algumas mensagens, manda WhatsApp, mas para mim nunca mandou.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – A senhora falou de um estúdio na casa de Paulo Marinho, durante as eleições. A senhora poderia falar um pouco mais sobre isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, eu estive uma vez só na casa do Paulo, antes da campanha, antes da eleição, que foi exatamente nessa coisa entre primeiro e segundo turno, e o que eu sei é o que o próprio Ministro Bebianno havia comentado: o Presidente, uma das vezes, estava gravando... Deixe-me lembrar a data que foi... Vou me recordar já a data. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

o Presidente usava o estúdio de gravação e fazia alguns vídeos ali. O filho do Paulo Marinho é um menino artista. Ele entende de redes...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Como é o nome dele, Deputada?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Como é o nome do filho do Paulo? O André.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É, André Marinho.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Inclusive, hoje ele está no Pânico.

Então, ele ajudou a criar algumas das peças para o Presidente, à época.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Gostaria também de saber... A senhora disse que o Presidente falou para o Deputado Alexandre Frota, pessoalmente: "Encaminha algumas mensagens que são duras." Não necessariamente seriam *fake news*, mas que são duras.

A senhora já recebeu ou conhece alguém que recebeu mensagens eventualmente falsas que foram enviadas pelo próprio Presidente, ainda que ele tenha enviado por engano, sem saber que eram notícias falsas ou *fake news*?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não vi... Na minha linha de transmissão, que eu recebi, eu não vi *fake news*. Eu vi, nessa lista, realmente ataques a pessoas, de maneira bastante dura. Tanto, que eu não repassava; mandava uma carinha, um "kkk", às vezes um puxãozinho de orelha: Olha, não faz isso, vai dar problema, tal... Mas, assim, os ataques... Isso sim.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E o que que V. Exa. acha disso na pessoa de um Presidente da República que, se... Inclusive, já acho muito grave só o fato de ele não checar, porque o Presidente da República não é qualquer cidadão comum, que pode estar usando as suas redes de forma irresponsável. Mas o que que V. Exa. acha desse comportamento de você passar mensagens duras a, inclusive, aliados, como foi feito algumas vezes, imagino, pelo próprio Presidente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – No caso de uma das mensagens, algumas Deputadas foram chamadas de prostitutas.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pelo próprio Presidente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não sei quem fez o texto. Foi reencaminhado.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Por ele.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É. E, aí, eu o repreendi. Eu falei: "Não se faz isso. Não pode fazer uma coisa dessa. Você acha que esse negócio não vai vazar?" Houve uma repreensão, ali, em relação a isso. Por óbvio que eu não acho um comportamento adequado. Se achasse um comportamento adequado, eu permaneceria de orelhas baixas. Eu acho um comportamento inadequado, tanto que estou aqui. E sempre disse ao Presidente: Não é um comportamento adequado. E uma das vezes – isso está num áudio – eu disse: Pelo amor Deus, me ajuda a te ajudar! Me ajuda a te ajudar, porque, se você continuar agindo assim, eu não vou conseguir dar conta de aprovar nada no Congresso – era a época da previdência. Então, por óbvio que eu não acho adequado.

Agora, o Presidente também tem o jeitão dele, todo mundo sabe, mas a instituição Presidente da República tem que ser preservada pelo homem que ocupa a Presidência da República. Então, absolutamente inadequado o comportamento.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deputada Joice, só por uma curiosidade: essas Deputadas chamadas de prostitutas eram da oposição ou eram apoiadoras do Bolsonaro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Gente, deixem-na responder. Vocês não foram chamados de prostitutas ainda.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A lista é grande. A lista é grande.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu posso até ceder para vocês depois o *print*, mas eu preciso... Porque não foi passado para mim.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas V. Exa. tomou conhecimento?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não... Imediatamente. Foi encaminhado para mim. Não veio na minha lista de transmissão. Então, eu me sinto à vontade, porque, uma vez que já foi passado para outras pessoas, eu posso entregar depois o *print* para a Comissão.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – V. Exa., depois, também, se quiser mais informações, nós também estamos tendo um processo de investigação, e nossa assessoria, na CPMI, fez uma leitura, uma análise de dados também sobre, particularmente, a situação em que V. Exa. deixa de apoiar o Governo e passa a ser tudo o que mostrou para nós, inclusive. É muito grave.

E o que eu acho mais grave, em especial, são mulheres, como nós, que promovem xingamentos, Deputadas aqui. Eu não vou citar nomes, só para não ter direito de resposta, mas estão aqui na sala e se comportaram com V. Exa. como nenhuma de nós, da oposição, faria.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Isso é verdade.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Porque se existe uma coisa que a gente aprendeu foi a respeitar a condição da mulher e lutar, acima de tudo, contra esse machismo, porque eu acho que, por trás desse discurso de ódio que o Presidente exala, chamando mulheres de prostitutas, as mulheres deveriam ter vergonha de defender um homem desse, um homem que, simplesmente, não tendo argumento, não tendo cultura, não tendo nenhum tipo de habilidade, de inteligência emocional, xinga as mulheres de prostituta. E elas vêm agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não estou falando com a senhora, porque a senhora não escuta ninguém, a senhora fala e vai embora.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – A senhora fala e vai embora. Então, não me dirija a palavra. Não me dirija a palavra.

E, por fim, eu gostaria de perguntar à Deputada Joice: Deputada Joice, V. Exa. é jornalista e, como colocou aqui, investigativa – coloca-se nessa posição profissional. Como jornalista investigativa, V. Exa. sabe que um esquema dessa magnitude que V. Exa. apresentou aqui não começou ontem. Eu gostaria de saber o que que V. Exa. acha sobre a participação desse esquema, dessa organização criminosa, no processo eleitoral de 2018, porque é exatamente um dos vieses...

Porque aqui nós vimos quase tudo o que nós estamos investigando: nós vimos *ciberbullying*, nós vimos crimes de ódio, e eu gostaria de saber o que que V. Exa. acha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Porque eu acredito no que V. Exa. está dizendo, porque jurou e disse que iria falar a verdade, como eu também acredito no que o Deputado Alexandre Frota, que se colocou para vir também aqui, disse, que vocês não foram usuários dessa organização criminosa. E se elegeram. Talvez até muitos nem acreditassem nisso, e foram vitoriosos com milhares... Milhões de votos, no seu caso.

Eu gostaria de saber o que que a senhora teria para dizer. A senhora acredita que esse esquema... Qual foi o peso desse esquema criminoso, de organização criminosa, no processo eleitoral de 2018, que elegeu o Sr. Jair Messias Bolsonaro? É a minha última pergunta.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, eu não tenho como precisar isso. O que é preciso fazer, no meio desse processo – e aí eu acho que vale para todo mundo, para candidato A, B ou C –, para a coisa ser democrática, é uma análise de quantos robôs havia durante a campanha para "x" candidatos.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas qual é a sua opinião sobre isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, eu, Joice Hasselmann, nunca usei robô, não impulsionei... As minhas redes são orgânicas. Eu não uso esses artifícios do impulsionamento. Pode haver robô que me siga para monitorar? Eventualmente, até pode. Agora, eu nunca usei robô. Ponto. Acho isso absolutamente uma trapaça. É uma trapaça. Agora, não dá para a gente dizer que um fulano fez e o outro não fez. Eu acho que tem que haver uma investigação, para a gente saber que peso teve esse...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, mas eu posso generalizar a pergunta. Eu quero saber o seguinte...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... volume de robôs na indução de pessoas. Então, acho que é esse o caminho. Ou, muitas vezes, no terrorismo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu digo terrorismo digital: colocar medo em outras pessoas, aquela coisa toda.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Além do crime de falsidade ideológica, que é você usar robô por você, como se você estivesse representando alguém ou um cidadão brasileiro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Estou satisfeita, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra agora ao Deputado Marcio Jerry, do PCdoB, do Maranhão.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixe-me só corrigir uma coisa aqui, Deputada: o Tercio é da Paraíba; o Mateus que é do Ceará.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Vou estar de olho no Mateus, certamente.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria começar, Deputada Joice Hasselmann, cumprimentando a senhora. Não vou reiterar divergências que temos, que são naturais e já até manifestas em outros momentos, mas saudar sua coragem, porque a senhora traz aqui, hoje, um conjunto de informações muito importantes para o trabalho desta CPMI e para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu começo essas considerações com uma frase bíblica, que está lá em João e que o Presidente da República gosta de repetir, muito embora não faça jus a ela: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará". E a senhora traz aqui, agora, para nós um conjunto de informações que mostra que o esquema Bolsonaro de poder é um esquema assentado na mentira. Portanto, todos os dias também o Presidente da República professa algo com que não tem menor relação.

Por segundo, a senhora disse que iria preservar a instituição Presidência da República. Por tudo que aqui exposto foi, a senhora não acha que o Presidente da República mostra-se indigno da instituição Presidência da República, porque é um conjunto muito grave de ocorrências?

Durante a sua exposição, a senhora nos traz, Deputada Joice Hasselmann... Eu acho que o momento é de se dar uma espécie de F5 até aqui, na Comissão, porque a senhora traz muitas informações bem concatenadas, com começo, meio e fim, que nos apresentam um roteiro de providências imediatas em várias áreas, algumas aqui, inclusive, já mencionadas, que vão até o indiciamento – investigações, indiciamentos, oitivas que precisam ser feitas aqui, para contrapor as informações que a senhora trouxe –, especialmente, de dois personagens centrais nessa teia de *fake news*, de mentiras, de utilização de dinheiro público para atacar adversários, que são os dois filhos aqui pronunciados, o Eduardo Bolsonaro, Deputado aqui nesta Casa, e o Carlos Bolsonaro, suspeito de muitas coisas, inclusive de ser talvez, quem sabe, esse famoso e criminoso Pavão Misterioso.

Esses fatos de tal forma vão sendo trazido, que a gente fica estupefato com a forma natural como vimos ali, no quadro de exposição, uma Deputada Federal se pronunciar num grupo e dizer: "Alô, milicianos". Ou seja: é a naturalização do crime. É a naturalização de uma atitude realmente bastante grave, como aqui foi manifestado.

A senhora mostrou também o quanto tem sido utilizado de dinheiro ilícito, porque não se sabe claramente quem é que financia isso tudo, muito embora já haja uma parte identificada como recursos públicos de mandatos parlamentares.

Então, o conjunto de situações que a senhora nos trouxe aqui, hoje, de fato nos faz tirar algumas conclusões importantes.

E a senhora fala com uma autoridade singularíssima, que é a autoridade de quem viveu as entranhas desse sistema de poder. A senhora estava na campanha, com um papel de muito protagonismo; a senhora estava no comando do Governo, como Líder do Governo no Congresso Nacional – portanto, numa posição também de muita liderança. A senhora, portanto, traz ao nosso conhecimento esses fatos todos, que atestam que nós vivemos sob uma grave anormalidade, porque não é normal, não é correto, não é aceitável que se estruture a política, que se ganhe uma eleição presidencial e que se governe assentado em mentiras, sustentando mentiras, agredindo, com mentiras, adversários.

O que aqui se configura hoje são sinais muito graves, Deputado Ivan Valente, de estado de exceção, porque numa correlação muito forte com o núcleo de Governo da República.

A senhora disse, e a imprensa já tinha dito, que o Carlos Bolsonaro despacha do gabinete presidencial, em muitos momentos. Em muitos momentos, coadjuvado com o misterioso Léo Índio, seu amigo e principal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aliás, ele voltou. Está aqui dentro. A gente pode até perguntar algumas coisas para ele.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Pois não.

De outro modo também, o Deputado Eduardo Bolsonaro, que tem um papel de comando muito forte na governança da República.

Então vejam, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro que nos assiste agora, que aqui são trazidas informações que colocam a imperativa necessidade de nós aprofundarmos muito, e no curso prazo, as investigações que aqui estão sendo feitas, Sr. Presidente, porque, olhando sob a ótica de um regime democrático na sua normalidade, o que se expõe aqui hoje traz um vício insanável na origem, no meio e agora de quem ocupa o Palácio do Planalto.

Não se pode dizer que o Sr. Bolsonaro, o Jair, não saiba das ações do outro Bolsonaro, o Eduardo, nem do outro Bolsonaro, o Carlos, nem do outro Bolsonaro, o Flávio, nem de seus outros irmãos, os Queiroz da vida, enfim, os amigos lá daquele condomínio.

Então, eu acho que a gente está aqui hoje diante de um fato de muita gravidade, que terá certamente muita repercussão no trabalho desta Comissão.

E eu queria, por fim, ouvir da senhora a caracterização disso que eu falei como a minha segunda menção: a senhora não acha que tudo o que está aqui narrado, com os nomes dados e os sobrenomes também, que não há nisso um envolvimento claro do Presidente da República, do Sr. Jair Messias Bolsonaro? A senhora não acha – e argumentando com o seu argumento – que ele se mostra, a partir disso tudo, indigno do exercício da Presidência da República?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Vamos lá, Deputado.

Há de se tomar muito cuidado, de novo, com a criação da narrativa. Eu jamais, os senhores sabem, levantaria, por exemplo, uma bandeira de esquerda, como a Deputada que aqui saiu agora há pouco, que acabou de mandar uma mensagem, e as redes já estão trabalhando nisso. Então, é interessante o pessoal dizendo: "Joice é aliada do PT". Eu sou muito mais à direita que o próprio Presidente, porque eu sou de uma direita liberal de verdade, não nacionalista estatista. É diferente! Então, só para deixar a coisa bem pontuada.

As nossas divergências ideológicas, Deputado, por óbvio, permanecem, e eu mantenho a minha posição, porque o foco é a verdade, o foco é o País. Vão tentar desviar o foco, e isso já está acontecendo nas redes.

Falar que o Presidente da República é indigno seria uma leviandade. Eu acho que o comportamento dele, em alguns momentos, é incorreto. Para eu dizer que o Presidente é indigno, teria que haver uma prova cabal de que ele sabe ou alimenta ou coisa nesse sentido. Então, o que eu estou mostrando são pessoas que têm relações: um é ex-assessor, o outro era assessor, o outro era da cozinha, o outro... Então, são pessoas que têm relações há muito tempo, relações próximas, relações de amizade, que viajam juntos, que viraram assessores e que fazem parte de uma milícia para atacar pessoas. E que têm um relacionamento próximo à família do Presidente. Então, eu não posso dizer isso. Por quê? Porque lutei, Deputado, justamente contra aquilo que eu considerava que assaltou o nosso País. Lutei contra a esquerda. Fui...Então, transformar isso tudo na figura do Presidente é leviano neste momento. Nós precisamos investigar. Investigar.

Eu quero crer que, com esses *prints* todos aí, do gabinete do ódio – posso até eu mesma mandar para o Presidente –, isso tenha um fim. Porque censura... Eles usam muito essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

narrativa: "É censura, é censura!". Não, não é censura. Código Civil e Código Penal não deixam de existir porque o crime acontece nas redes, na internet. Só que se criou, de novo, essa narrativa. Esticou-se tanto a corda, que as pessoas foram ficando complacentes. "Está tudo bem". É um ataquezinho aqui, um outro ataquezinho ali... E foi-se esticando a corda. Hoje parece absolutamente normal, para um grupo de pessoas do País, você denegrir absolutamente alguém, atacar uma reputação e destruir reputações.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Mas veja, a gente está tratando aqui de milícias digitais...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – ... com tudo de danoso que elas realizam, com todas as ilegalidades que elas cometem.

O próprio filho do Presidente da República, o Sr. Carlos Bolsonaro, confessou, teve que fazê-lo, que usa a conta do pai, que é a conta do Presidente da República, que ocupa a Presidência da República, por óbvio, como a senhora gosta de repetir. Então, é por isso que eu fiz essa anotação, que a senhora não precisa afirmar, mas o que a senhora falou aqui permite a todos que nos assistem agora concluir que, de fato, esse caso mostra que o Presidente da República está indigno da instituição que a senhora quer preservar, que é a Presidência da República.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu sempre fui contra, Deputado, o Carlos Bolsonaro ter as senhas do Presidente e tuitar. Isso foi, inclusive... Algumas conversas mais tensas entre nós foram nesse sentido, porque eu sempre orientei a ele ter alguém profissional controlando isso, para que não houvesse desgastes, em especial entre as instituições.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Para terminar, Presidente e Senador Angelo, queria lembrar e sublinhar um fato que acho, aquele que é carregado, talvez, de mais gravidade institucional. Milícia é muito grave, tem que ser apurado. Nós temos que trazer, para explicar aqui, o Sr. Eduardo Bolsonaro. Ele deve ao País uma explicação. O Sr. Carlos Bolsonaro tem que vir aqui. Ele deve uma explicação ao País. Não podem ser preservados por serem filhos do Presidente da República. Ao contrário, devem vir até por essa condição que têm, como convocados

A senhora trouxe aqui uma informação, Deputada Lídice da Mata, que precisa reverberar para o Brasil. Como é que se admite que o filho do Presidente da República, Vereador lá no Rio de Janeiro, portanto, sem nenhuma função da República, no comando da República, tenha ousado ter o desplante, a arrogância, a estupidez autoritária de querer desenha uma Abin paralela no coração do Governo, Deputado Rui Falcão? Isso é um absurdo, tem que ser apurado, tem que ser, primeiro, denunciado. Esta CPMI precisa ir a fundo nisso, porque esse é um dos fatos mais graves aqui trazido hoje: essa suspeita grave de que ele tentou montar...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sugiro que chamem o ex-Ministro Bebianno para dar detalhes sobre isso.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – ... e com o depoimento do ex-Ministro Bebianno, que vai também vir aqui.

Queria, Presidente, Relatora, agradecer o espaço, parabenizar uma vez mais a Deputada e manifestar essa minha reiterada perplexidade com o conjunto de ações criminosas realizadas nessa novela triste de milícias digitais. Também é importante, eu me lembrei agora, que fiquei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

assustado quando vi naquela tela ali a simulação do assassinato do membro do Supremo Tribunal Federal. Não se pode rir disso, isso não é pequeno, isso não meme. Isso tem um efeito simbólico demolidor, devastador, de incitação ao crime, ao crime físico e ao crime institucional. Foi mostrado ali. Confesso à senhora, aos senhores, que fui tomado até de perplexidade, de choque. Eu disse: a que ponto chegam!

Então, é preciso que a gente recupere a civilidade, as boas práticas das políticas, o respeito às instituições e que a gente diga não, veementemente, a quaisquer tipos de milícias, sejam aquelas lá que o Queiroz conhece bem, sejam essas que o Eduardo Bolsonaro e o Carlos Bolsonaro tão bem, infelizmente, manejam, coadjuvados por muita gente, inclusive por Parlamentares que estão aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A nossa nobre convidada precisa de um intervalo para ir ao toalete.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Dois minutos. Já volto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, vamos dar esse intervalo a ele. É o tempo que, se os senhores e as senhores desejarem também, aproveitem o embalo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O próximo inscrito é o Deputado Rui Falcão. Depois, temos o Senador Humberto Costa; depois, o Deputado Paulo Ramos; o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por enquanto, esses três aí.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, enquanto a Deputada vai ao banheiro... Eu vi uma caneca colocada ali. Não sei de quem é. Olhe ali: gabinete do ódio. É para intimidar a Deputada? Esse gabinete do ódio parece uma provocação. É sua, com o gabinete do ódio?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É a comprovação de que existe.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – De que existe, de que existe um gabinete do ódio?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Convoquem-me, por favor; convoquem-me para que eu possa dar explicações!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Estou pedindo, convoquem-me!

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Brincar? Foi brincar na torcida do Fluminense.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se V. Exa. quiser trocar pérolas, pode à vontade, a sessão está suspensa, até a nobre convidada retornar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – O senso de proporções aqui é uma coisa impressionante, cara! É impressionante a falta de senso de proporções.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É verdade.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Vocês se assustam com uma caneca, com uma declaração debochada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

(*Interrupção do som.*)

(*Suspensa às 17 horas e 10 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 14 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Declaro reaberta a nossa reunião. Estamos aqui ouvindo a nossa convidada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Espere mais uns três minutinhos; há muita gente fora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu estou reabrindo a reunião. Daqui a pouco o povo chega.

Reabrindo aqui a nossa sessão, onde estamos ouvindo a nossa convidada, Deputada Joice Hasselmann.

Os próximos oradores inscritos: Deputado Rui Falcão, depois o Senador Humberto Costa e o Deputado Paulo Ramos. São os três próximos a fazerem perguntas à nossa nobre Deputada.

Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Enquanto ele volta, para adiantar. Com a palavra o Senador Humberto Costa, do Estado de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sra. Deputada, eu quero dizer, em primeiro lugar, que a vinda de V. Exa. hoje, aqui, além do aspecto positivo de ter sido por sua livre e espontânea vontade, V. Exa. trouxe informações, trouxe opiniões que, certamente, vão marcar, durante muito tempo, a história deste Congresso Nacional.

E eu começo já por uma coisa positiva. V. Exa. comentou a decisão de ontem do Tribunal Superior Eleitoral, que resolveu permitir, desde que haja uma regulamentação, a realização de assinaturas digitais para registrarem partidos. Chamo a atenção para a necessidade de que os demais partidos políticos, o mais urgentemente possível, possam impugnar essa decisão do TSE, porque, de fato, não há confiabilidade de que o processo de certificação digital vá ser feito sem qualquer tipo de distorção.

Segundo, as informações que V. Exa. traz dão muitas luzes aqui, para a CPMI. A primeira delas, muito importante, é de que há aqui – possivelmente, se forem verdadeiras todas as questões que forem levantadas, não somente aqui, no Congresso Nacional, mas, em assembleias legislativas, talvez até em câmaras de vereadores – o processo muito claro da corrupção dos mandatos parlamentares. Entre as destinações, entre as responsabilidades constitucionais que o Parlamentar tem, estão lá apresentar projetos, aprovar leis, fiscalizar o Poder Executivo, mas, em nenhum momento, existe a previsão de que o Parlamentar possa contratar pessoas cujo objetivo principal seja realizar crimes, atacando pessoas, destruindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reputações, e isso é muito relevante; significa que este Congresso, pelo menos na parte que lhe cabe, precisa apurar com profundidade a atuação desses Parlamentares, os vínculos que eles têm com essas pessoas. É uma espécie de rachadinha digital. Não é aquela rachadinha em que o Parlamentar fica com o dinheiro do funcionário, mas é uma rachadinha, porque o dinheiro do funcionário está sendo utilizado para uma atividade ilegal, criminosa, para atender o interesse de um projeto político com o qual o Parlamentar se identifica.

A outra coisa relevante é que nós estamos diante de um grande problema. Veja, ou o Presidente da República sabe da existência dessa rede e apoia a existência dessa rede e o que ela faz, ou o Presidente da República não tem conhecimento da existência dessa rede, e aí quem tem que ser responsabilizado são os órgãos de inteligência que trabalham lá, na Presidência da República, que, ou são incompetentes a ponto de não saber que existe isso, ou não dizem ao Presidente da República que isso existe. Em qualquer das duas condições, é uma situação muito grave para o País: o Presidente ser inocente, ao ponto de não saber, ou o Presidente saber e respaldar esse tipo de ação.

Aliás, houve algumas demissões quando o Deputado Frota aqui falou de pessoas que estavam lá, no Palácio, que participavam disso – houve algumas demissões. E ele falou – outras pessoas reforçaram – sobre esse tal gabinete do ódio, e não houve demissão. Quer dizer, com toda a certeza o Presidente da República soube que se suspeita, pelo menos, da existência do gabinete do ódio, e não teve sequer a preocupação de mandar esse trio para casa, nem de demitir também o Sr. Filipe Martins.

E por que isso é mais grave ainda, Presidente? Porque o Deputado Frota e a Deputada Joice Hasselmann deixaram muito claro que, por trás de ataques que foram feitos ao Congresso Nacional, Câmara e Senado, ao Supremo Tribunal Federal, ao Vice-Presidente da República, estão essas pessoas. Ora, veja, qual a leitura que se pode ter desse tipo de coisa? Pessoas que geraram no Brasil crises institucionais da maior gravidade – da maior gravidade! O Supremo Tribunal Federal se viu obrigado a abrir um inquérito, um processo, que foi inclusive questionado se poderia ser aberto ou não. Este Senado e a Câmara dos Deputados foram vítimas de ataques violentíssimos, inclusive em atos público, que aconteceram por aí. E o Vice-Presidente da República, a segunda maior autoridade do País, foi envolvido numa intriga contra o Presidente da República.

Então, vejam, isso não é pouca coisa – não é pouca coisa. Esse gabinete do ódio, juntamente com o filósofo astrólogo da Virgínia, é dito, são responsáveis por crises institucionais da maior gravidade, que poderiam ter levado a Brasil a uma encruzilhada político-institucional da maior gravidade. Então, isso eu acho que é coisa extremamente relevante.

Eu queria fazer só quatro perguntas, bem rapidamente, e V. Exa. pode responder com tranquilidade. A primeira é que V. Exa. citou aqui vários assessores de Parlamentares. Esses assessores, em si, formam uma célula? Não vou chamar de organização criminosa, mas dessa organização, aqui, no Parlamento, existe uma célula dessa organização funcionando e disseminando, talvez até produzindo essas notícias falsas? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: o Gen. Santos Cruz esteve aqui, foi de uma lealdade enorme – não sei a quem, mas foi. Ao Presidente da República, com toda a certeza, mas ele evitou falar qualquer coisa que envolvesse aquilo que ele testemunhou lá, na Presidência da República. Mas houve alguns momentos em que a gente sentia que ele quase se traía. Uma dessas situações foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

quando ele foi exaustivamente perguntado sobre o Sr. Filipe Martins. Outra foi quando ele disse aqui que montaram uma intriga contra ele. Trouxe inclusive aqui os *prints* de WhatsApp falsos que foram levados ao Presidente da República. E, quando a gente perguntava: "Quem levou? Quem levou?", vinha na ponta da língua, e ele se controlava e não falava. Eu pergunto a V. Exa. se sabe que envolvimento teve esse Sr. Filipe Martins no processo de fritura e de saída do Gen. Santos Cruz e se V. Exa. sabe quem foi essa pessoa que não somente produziu, mas depois ainda levou para o Presidente da República o *print*, para dizer que era uma conversa que envolvia o general.

A minha terceira questão é: o Ministro da Educação, o Sr. Weintraub, é parte dessa estrutura que funciona da maneira como V. Exa. descreveu?

Por último, se V. Exa. pode emitir uma opinião de por que acha que o Vereador Carlos Bolsonaro resolveu apagar todas as suas redes, sair de todas as redes sociais? A senhora tem algum palpite sobre o que possa ter acontecido que o tenha levado a essa decisão.

Obrigado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Bom, Senador, em relação à primeira pergunta, se assessores foram uma célula, por óbvio que sim, tanto em alguns Estados e aqui dentro também tem. Até elenquei alguns Parlamentares e os assessores que disseminam, espalham as informações, criam e atacam. Agora, a gravidade e o nível disso tem que se ver caso a caso. Há alguns que mantêm algum princípio dentro da legalidade, mas outros não. Então, sim, há.

Santos Cruz. O que... Assim, o Santos Cruz, muitas vezes, reclamou, por óbvio, da influência ideológica do Filipe Martins em cima do Presidente. Então, os discursos mais pesados, aquela coisa de não convidar alguns Presidentes para a posse, de alguns países que têm governos aí que... Há um combate entre o Governo brasileiro, pelo menos ideológico. Então, há algumas orientações que o Presidente, segundo essa confusão com o Santos Cruz, seguia, e o Santos Cruz não concordava, como eu não concordava. Só que nós fazíamos o papel de bombeiro: "Presidente, freia, para, pensa, não responde!". E eles fazem o papel de incendiários. E o Santos Cruz nunca concordou com isso, tanto que, nessa reunião, os Ministros todos estão de prova, houve um bate-boca, e ele chegou a chamar o Felipe publicamente de moleque, enfim... E o Santos Cruz, quando está zangado, você imagina, um herói de guerra, um homem respeitado, um general, ele realmente saiu do momento centrado dele.

Poucos dias depois, o Santos Cruz foi demitido usando uma *fake news.* Então, olha que doido: teoricamente, alguém fotografou o Whatsapp dele, que estaria aberto, entregou esse *print* para os meninos e para o Presidente, e a confusão se deu. Não era verdadeiro, até porque – vamos aqui pela lógica –, fosse aquilo verdade, bastava o Gabinete de Segurança Institucional fazer uma perícia daquilo. Pronto. Faz uma perícia – ia dizer se é verdade ou mentira, mas foi usado como subterfúgio para que o Santos Cruz fosse colocado para fora do Governo. E claro que esse atrito com o Filipe e também as constantes conversas que o Santos Cruz tinha, assim como eu, com o Presidente, para que os filhos ficassem mais afastados do Governo, para que ele governasse, e não governasse com um puxadinho de casa dentro do Palácio, isso foi gerando alguns atritos ali, isso é notório.

Quando houve, por exemplo, a demissão do Ministro Bebianno – isso também é público, está na imprensa –, eu entrei em campo, justamente pelo recado que estava sendo passado. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Bebianno era um aliado de primeira hora. Largou tudo para ficar do lado do Presidente, viajou o Brasil inteiro com ele, fazia de tudo, de campanha a segurança. De repente, também por um atrito ali com os meninos, ele começou a ser frito, começou o processo de fritura. Sempre a construção de narrativa: primeiro, desgasta-se a imagem da pessoa, e aí frita. Essa é a lógica.

Eu estive com o Presidente, com o Ministro Onix e com o Santos Cruz. O Santos Cruz tinha chegado, estava há pouco tempo ali. E disse para o Presidente: "Presidente, o recado é muito ruim. Não se pode fazer isso de novo com um aliado de primeira hora. A gente está construindo uma base, o recado para o Congresso é muito ruim. Há de se ter lealdade, ainda mais nesse processo de fritura. Chame o Bebianno, converse. Se você não o quer aqui, ele pode estar em outro lugar".

Então, eu tentei, e nós fomos até o Palácio da Alvorada, tivemos essa conversa com o Presidente, o Onix estava ali, e eu disse a eles: "É um problema esse tratamento, porque vocês estão transformando vários aliados em inimigos gratuitamente". Isso é uma loucura do ponto de vista até institucional, para que a gente tenha um pouco de tranquilidade para tocar o País. Mas aí, deu no que deu: fui voto vencido. Até o Presidente, acordado, falou: "Olha, de fato, você tem razão...". Mas, enquanto eu peguei o voo de Brasília para São Paulo, ele foi demitido pela TV. Acho que foi o SBT o primeiro que deu, ou a Record. Acho que foi o SBT. Foi demitido pela TV. E à tarde ele já estava readmitido.

Então, esses desgastes todos o Santos Cruz acompanhou, e ele sempre foi contra, assim como eu e um grupo muito pequeno do Palácio. O Floriano, Gen. Floriano, também era contra esse excesso de raiva, esse excesso de ódio e de ataques. Por conta disso, quem venceu a queda de braço ali entre a ponderação, tocar a agenda econômica do País, que é a primeira coisa que estava na nossa mão – vamos gerar emprego, vamos tocar agenda econômica –, e as provocações e os tuítes para desestabilizar a harmonia entre os poderes, foi o grupo do ódio, que saiu vencedor.

Próxima.

Weintraub, parte da estrutura. O Weintraub tuíta muita coisa, é provocador, é o jeito dele, vocês sabem bem, mas eu não tenho conhecimento de que ele faça parte do gabinete do ódio.

Por que o Carlos resolveu apagar as redes sociais? Para mim, me parece claro que há algum problema que ele não quer que seja descoberto, por óbvio. Ninguém apaga uma rede social com milhões de seguidores do dia para a noite, em perfeito juízo. Então, por que apagar? Para tentar o quê? Esconder o quê? Então, de fato, eu fiquei absolutamente surpresa com essa decisão do Carlos de apagar as suas redes sociais. É algo que é o óbvio, que está claro que alguma coisa ali poderia eventualmente constrangê-lo minimamente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso é uma coisa muito íntima. O Léo Índio podia responder.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu prefiro não entrar na seara da intimidade.

Acho que eu respondi tudo. Não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, concedo a palavra agora ao nosso Deputado de São Paulo Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Relatora, Deputada Joice Hasselmann, obrigado pelo comparecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria antes, Presidente, fazer dois requerimentos verbais, e transformarei por escrito depois. O primeiro é que a gente comunique ao Presidente da República o teor de pelo menos parte do depoimento da Deputada Joice Hasselmann, dando a ele o princípio da presunção... Dando a ele o benefício da dúvida.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Como eu estou fazendo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Ela coloca que quer preservá-lo, que acha que ele não sabia, embora eu ache que é muito difícil ele não saber. Demos-lhe o conhecimento do que a Deputada relatou aqui.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Para que tome uma atitude. Não é?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pedindo a ele providências para desmontar esse gabinete do ódio, que é o núcleo de uma organização criminosa, como foi dito por ela e pelo Gen. Santos Cruz, e como foi reiterado em entrevista ao UOL pelo Gen. Maynard Santa Rosa, que diz o seguinte: "O Presidente se cercou de um grupo de garotos que tem entre 25 e 32 anos, que fazem uma espécie de cordão magnético em torno dele e filtram o acesso". Quem são os garotos que filtram o acesso? É o Filipe Martins. E é essa turminha que controla as redes sociais. Há outros. Eles não alegam nada. Simplesmente protegem, e não chega à agenda do Presidente.

Então, faço este requerimento aqui formal, para comunicar ao Presidente da República oficialmente, pela CPI, de que ele está cercado por esse pessoal e que ele precisa tomar uma providência, sob o risco de prevaricar no cargo. Segundo requerimento, Presidente, é que a Deputada Joice Hasselmann disponibilize para a CPMI não tudo que ela já disponibilizou, mas o restante que ela diz ter sob sigilo, para que a CPMI possa acompanhar, inclusive, esses requerimentos dela, para identificação de IPs, que seja... Em terceiro, que ela possa prestar depoimento ao senhor e à Deputada Lídice, sob segredo de justiça, sobre os fatos que ela conhece, sobre pessoas que ela conhece, e não quer mencionar, invocando o sigilo das fontes, para que a CPI possa avançar, na linha do que ela também quer, porque foi citado aqui o provérbio de João: "Conhecereis a verdade, e ela vos libertará", e eu acho que a Deputada Joice Hasselmann está fazendo um ato de liberdade, de, ao conhecer a verdade, que ela não conhecia até então, ela aqui se libertar, com esse depoimento.

Mas eu queria, depois desses requerimentos, fazer algumas perguntas. Quais foram as pessoas que pediram para que a senhora não viesse aqui testemunhar? Algumas pelo menos, uma ou duas.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, eu coloco, com essa resposta, Ministros numa situação muito constrangedora, e veja que o alvo sou eu, amanhã pode ser um Ministro. Então...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Ah, foram Ministros que pediram, então?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, eu tive... Me procuraram alguns Ministros, quatro, e cada um com um argumento diferente. Alguns dizendo: "Olha, acho melhor você não ir, você tem o hábito...".

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas não foi tão ameaçador, não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu recebi ameaças por *e-mail*.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas não dos Ministros?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Já registrei... E por WhatsApp, e já registrei na polícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, mas esses que pediram, os Ministros...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, não, não, de maneira nenhuma. O tom ameaçador foi na época, com alguns Parlamentares, da troca de Liderança.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Os Ministros foram só de dissuasão?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Também um Vice-Líder me procurou e um Líder aqui procurou um amigo nosso em comum, pedindo para que, eventualmente, eu não viesse. Agora, uma coisa que para mim é muito clara, Deputado Rui Falcão, é que a verdade tem um som diferente. Então, eu vim aqui para falar a verdade, e disse isso às pessoas que me procuraram.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não estou aqui para perseguir absolutamente ninguém. Eu estou aqui para que nós possamos fazer algo absolutamente decente, legal e moral.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Já entendi.

O que que a senhora quis dizer com arranhar a imagem do Bolsonaro, que a senhora não queria arranhar a imagem do Bolsonaro? É porque certas revelações da senhora poderiam arranhar a imagem do Presidente?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Óbvio que, quando você vê que há um filho Deputado, o outro Vereador, que já causaram muita confusão política no Brasil, e eu não preciso aqui elencar, pode ser por ordem alfabética muitas delas, e a gente vê que, de fato, há comprovação de que eles estão por trás, pelo menos, de parte desse grupo, estimulando, por óbvio que acaba, mesmo que indiretamente, mesmo que o Presidente não saiba, batendo na porta do Presidente. Então, a minha preocupação é preservar a instituição Presidência da República, mas os fatos estão aí: o Gil Diniz, por exemplo. O Gil Diniz era assessor dos Bolsonaro, foi o candidato a Deputado Estadual da família. A pessoa que contrata um dos perfis, eu já vou me lembrar deles, no Rio de Janeiro, é a Deputada Estadual do Presidente. Então, essas pessoas...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso já arranha a imagem naturalmente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Naturalmente, não é?

Alana, Alana! Deputada Alana.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Veja, a senhora disse que cumpriu um papel de moderação quando era Líder do Governo. Diziam até...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A duras penas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A senhora usou uma expressão aqui: "A fulana era da cozinha". Eu não vou usar essa expressão em relação à senhora, para não reforçar o machismo, mas vou usar outra expressão: que a senhora tinha uma espécie de chave do gabinete do Presidente. Entrava e saía, como Líder do Governo. Pela ascendência, pelo prestígio, pelas relações anteriores, entrava e saía. Pois bem, cumprindo esse papel moderador, de por exemplo não deixar de convidar presidentes, o Gen. Santos Cruz também cumpria esse papel.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Também.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O Gen. Santa Rosa também.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Também. O Bebianno também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O Bebianno também. Não parece que, diante de pessoas que exerciam, mesmo pela direita, com suas convicções, um papel moderador, a organização criminosa está levando vantagem? Porque um a um, vocês foram ou exonerados – como disse o Gen. Santos Cruz, demitidos de forma não ética. A senhora também, sendo leal, como disse a senhora aqui, não se deixam aliados pelo meio do caminho. Parece que esse núcleo, essa organização criminosa, está levando vantagem.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Está levando vantagem dentro da bolha. Eu mostrei para vocês claramente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, não, mas nas atitudes de Governo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, mas dentro da bolha e dentro do coração do Governo. Veja que...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, mas as atitudes concretas se materializam.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O conselho que a senhora deu não foi ouvido. Ele não chamou o Presidente...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, muitas vezes ele ouviu. Durante oito meses eu consegui, ali, manter um pouco de tranquilidade em alguns temas, apagar incêndios com o Presidente da Câmara e do Senado – vocês acompanharam – com algumas bancadas. Mas é óbvio que o desgaste de dizer: "Não faça, não faça", isso acaba acontecendo.

Quando aconteceu a demissão do Santos Cruz, eu conversava muito com o Presidente pelo Whatsapp. Mesmo com reuniões pessoais, eu mandava o resumo da reunião, justamente para ele não ser envenenado por esse grupo do ódio, então para ele ler, refletir, ler de novo, para ter uma prova do que a gente conversou para ele. E eu disse a ele: "Como é que você faz isso com o Santos Cruz?". Ele ficou zangado e falou: "Eu não preciso da tua autorização para demitir ninguém". Eu falei: "É verdade, não precisa, mas eu preciso me preparar para o rojão". Então, eu fui tentando ponderar durante esse tempo que eu estava lá, mas, de fato, na queda de braço, quem incendeia é mais ouvido, tem mais espaço nos ouvidos ali do coração do Palácio do que quem quer apaziguar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A senhora usou uma expressão: havia um puxadinho dentro do Palácio. O que é esse puxadinho dentro do Palácio?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Os filhos do Presidente! Os filhos do Presidente!

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, a senhora tinha dito que eles despachavam lá dentro do Palácio. Então é esse puxadinho?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, eu não disse que eles despacharam. Eu disse que encontrei o Carlos muitas vezes.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, a senhora disse depois...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu vi o Léo Índio num gabinete...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Tem a gravação.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Léo Índio no gabinete e ali...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A senhora retificou, mas tem a gravação.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – E ali dentro do Palácio se comentava isso, que o Carlos tinha uma ascendência muito grande, que estava tomando algumas decisões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, e isso é meio que o comentário geral ali dentro. O Eduardo me parecia, lá atrás, que não tinha tanto essa ascendência, em especial na época da campanha, em que a ascendência era maior do Carlos, mas ele acabou ganhando uma ascendência maior depois que o Presidente quis colocá-lo como Embaixador dos Estados Unidos.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas o que é o puxadinho, afinal?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – São os filhos do Presidente interferindo nas decisões do Presidente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Dentro das decisões do Palácio.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – De alguma forma, muitas vezes até, na minha avaliação, levando o Presidente a cometer erros. É claro que...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Dê um exemplo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... quando você se põe no papel de pai, você entende. Pai é pai. Agora, no papel de Presidente, aí não. Então, essas provocações, esse turbinar o Presidente, que já é uma pessoa...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Turbinada?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É... Não, ele já é uma pessoa explosiva. Então, você colocar mais desgaste nisso é o que eu chamei de puxadinho.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu queria também, Deputada, que a senhora disponibilizasse esse *print* em que o Presidente chama as Deputadas de prostitutas. Eu queria que a senhora disponibilizasse isso para a CPMI. Está bom? Pode ser?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, tem que se disponibilizar, claro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pode ser, pode ser, sim, desde que, obviamente, a fonte seja protegida.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Claro, sem dúvida.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A outra coisa é: a senhora disse também que...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem.) – Só um minuto, pela ordem. É só para avisar aos Deputados que está havendo outra votação. Quem quiser ir lá e votar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Vou acabar aqui e vou correr lá para não perder.

A senhora disse também que na campanha havia um núcleo de informação com o ex-Ministro Bebianno e que tinha uma mídia paralela. Quem era essa mídia paralela?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A mídia oficial que eu disse é a oficial mesmo. Era o pessoal da agência, se eu não me engano, AM4 – se eu não me engano. Eu conhecia o Marcos e ele fazia o trabalho normal de campanha, o trabalho natural de campanha.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas a senhora chama de paralelo isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, o paralelo que eu disse era o que os meninos e os assessores faziam...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Na campanha.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... em paralelo. É. Espalhando os memes e os ataques. Isso não era via PSL, ou via AM4, pelo menos não que eu saiba, mas havia essa separação.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E eles trabalhavam voluntariamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eles quem?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Esses meninos que faziam a campanha.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Porque, se tem algum custo, isso precisa ser declarado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei. Eu acho que deve ter algum custo de agência declarado na prestação de contas do Presidente. Eu imagino que sim. Eu imagino que sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Defina melhor para a gente o que era essa Abin paralela que o Vereador Carlos Bolsonaro queria criar, ou criou. Eu não consegui entender bem.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Nem eu consegui entender bem, mas a informação exata que eu recebi e sobre o que o ex-Ministro Bebianno se colocou à disposição para vir aqui falar...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, a senhora recebeu a informação do Bebianno?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – De outros tantos, mas, segundo as informações, o Bebianno saberia, o Heleno saberia, e o Bebianno atuou...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O Gen. Heleno sabia disso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Foi a informação que foi passada, que o Carlos atuou e o Bebianno à época impediu na criação dessa Abin paralela. E aí eu perguntei: "Para quê? Grampos, dossiês...". E até a informação que me foi passada é que a indicação do atual comandante da Abin é do Carlos. Então, essa é uma informação que foi-me passada e eu acho que é natural que as pessoas envolvidas – não sou eu que ouvi alguém me dizer, mas que ouviu e viu a informação de fato – sejam convidadas a prestar esclarecimentos.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Se eu ouvi bem, a senhora disse que o Carlos passou a comandar a Abin?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, eu disse que a indicação é dele. Foi isso que eu disse, que a indicação do comandante da Abin...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É do Carlos Bolsonaro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Seria do Carlos Bolsonaro. É a informação que eu ouvi desses envolvidos.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente e Relatora, eu peço que se envie um requerimento de informações ao Gen. Heleno para que ele confirme ou não que teria conhecimento de que o Carlos Bolsonaro queria criar uma Abin paralela e, ao mesmo tempo, se ele informe que o Presidente da Abin é uma indicação do Carlos Bolsonaro. Solicito que a gente envie um requerimento de informações ao Ministro, dentro das normas da lei, com prazo para responder e tudo mais.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por uma questão de justiça, Deputado, o Gen. Heleno era uma das pessoas que tentavam sempre apaziguar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Está durando ainda.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, ele está muito mais, eu acho que ele desistiu, assim, porque ele tentava muito, naquele jeito dele de amizade: "Não, está falando bobagem". Ele tentava muito apaziguar. Agora ele está mais quieto, mas ele era um dos que tinham juízo ali dentro, entre esse gabinete que fica estimulando e o resto que tentava segurar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A senhora disse que esteve na casa ou no apartamento do Meyer Nigri alguma vez...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu conheço o Meyer, conheci na época da campanha. Eu estive mais de uma vez, duas ou três vezes.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Por acaso a senhora sabe se além do Meyer Nigri e do Luciano Hang, se o Eli Horn também participou, ajudou a campanha do Bolsonaro? E o Otávio Facuri também.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Dr. Eli Horn eu conheci depois que conheci o Meyer. Que eu saiba, é um dos maiores filantropos do País. Eu sei que ele, na comunidade judaica, queria a eleição do Presidente Bolsonaro, mas é um homem muito correto, um filantropo de primeira hora que inclusive já deixou em contrato que os seus bens sejam doados para caridade pós-morte. Então, é um homem muito correto. A gente tem que tomar cuidado porque, acho que, eventualmente, se o Dr. Eli tivesse colocado qualquer coisa ou pago qualquer coisa, ele não saberia o que estava fazendo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Ele podia contribuir legalmente para a campanha.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Dr. Eli é um bom judeu, é um grande homem.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E o Otávio Facuri.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Otávio Facuri conheço também, conheço de muito antes da campanha, na época em que a gente saiu pelas ruas, o Fora Dilma. Vocês lembram que nós rodamos o Brasil inteiro. É um bolsonarista convicto, como eu também era, e espero muito em breve voltar a ser.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Era, era?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Convicta não, eu sou brasileira convicta e quero que o Presidente entregue aquilo que ele prometeu na campanha, é isso que eu quero.

Um bolsonarista convicto. Que eu saiba, ele ajudou, sim, na campanha de muita gente, mas que eu saiba também foi de forma legal. É um empresário bem-sucedido, não teria por que fazer qualquer tipo de malandragem, entendeu? É isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Por último, a senhora participou, foi ativista de dezenas de manifestações...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Centenas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... centenas, com toda liberdade de expressão que aquele período lhe assegurou. A senhora acha que, se eventualmente a população resolver se manifestar, por exemplo, contra a alta do preço da carne, contra a reforma da previdência, que a população mereceria ser reprimida por um novo AI-5 ou pela GLO com excludente de ilicitude, a sua opinião?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deputado, eu já disse e vou repetir: eu sou a favor do excludente de ilicitude para que a polícia possa trabalhar sem ser – não estou dizendo que sou a favor de matança, não é isso –, eu sou a favor que, entre polícia e bandido, nós fiquemos do lado da polícia. Esse é um ponto.

Qual a outra pergunta, Deputado? Desculpa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Se a senhora acha que seria necessário um AI-5?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Um AI-5. Eu fui claramente crítica dessa frase do Eduardo Bolsonaro. Não é a primeira vez, de um jeito ou de outro, a mesma coisa é dita. Então, fui claramente contra, fui nas minhas redes sociais contra, fui alvo da tropa também por conta disso, até porque...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A senhora é de direita, mas é democrática, é isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Brasil precisa de mais democracia, não de menos democracia, não é? Mais democracia, não menos. Absolutamente, para mim, é um repúdio a essa frase.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deputada...

Presidente, como Relatora, eu posso intervir a qualquer hora. Peço ao Deputado Paulo que não se preocupe, vai ser uma coisa rapidíssima.

Pela fala dos diversos especialistas, já temos clareza de que é possível também as plataformas darem uma contribuição grande a essa discussão, para resolverem, para identificarem, para abrirem IPs. Agora, ninguém falou aqui, a senhora não falou aqui sobre o Telegram.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – O Telegram?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A senhora participa de algum grupo, tem acesso a alguma prática no Telegram desse tipo de *fake news?*

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu usei bastante Telegram na época da campanha, porque é uma ferramenta em que a gente consegue mandar vídeos de qualquer tamanho, o que o WhatsApp não permite. Mas o meu Telegram foi "hackeado" junto com o do Moro, do Paulo Guedes. Naquela época, eu fiz um boletim de ocorrência, mandei o caso para o Ministério da Justiça também e deixei de usar o Telegram. Mas, que eu saiba, eles usam dois programas para se comunicar: o Instagram, esse grupo do Instagram, e outro programa que se chama Signal, que é um programa em que você conversa e escolhe em quanto tempo a mensagem vai ser apagada. Por exemplo, todas as mensagens se autoapagam em 30 segundos, em dois dias, em um dia. Enfim, o dono da conta escolhe. Esse programa também é usado para comunicação, porque é um programa, segundo os integrantes do gabinete do ódio, é um programa mais seguro para conversar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E ele não fica nem na nuvem?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Tecnologia russa, nossa Relatora.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei se fica na nuvem, eu acho que não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado Paulo Ramos, na ausência do Deputado Zarattini.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Meu caro Presidente, minha querida Relatora, meu Senador Angelo Coronel – Angelo Coronel já tem autoridade maior –, minha querida Deputada Lídice da Mata, Relatora, vou me referir a V. Exa. ao final da minha manifestação.

Mas eu quero primeiro alertar a Deputada Joice de que ela não precisa se preocupar em afirmar que não migrará para o campo político oposto àquele que ocupa hoje. A história está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cheia de migrações. Carlos Lacerda chegou a ser comunista e virou um grande quadro da direita. O nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso disse: "Rasguem tudo o que eu escrevi". Se nós pegarmos o golpe de 1964, nós temos várias figuras que participaram do golpe, iniciaram contribuindo para a ditadura e depois se distanciaram. Quem é que não se lembra da figura do Menestrel das Alagoas? Então, não precisa se preocupar, não. Não diga dessa água...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – É porque é *fake news. Fake news* estão rolando soltas na internet, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não diga dessa água não beberei, porque V. Exa. é muito jovem e pode ser que o futuro reserve, possa reservar-lhe algumas transformações. O próprio Olavo de Carvalho é uma ave migratória. Então, não precisa se preocupar em se manifestar com tanta convicção, com tanta firmeza, porque o futuro ninguém pode adivinhar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Cem por cento de direita, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas eu quero... Quando a Deputada Luizianne Lins teve a participação dela com as indagações, V. Exa. tratou do ataque às mulheres. Mas V. Exa. conhece, tem a prova de outros ataques e não apenas em relação às mulheres, ataques perpetrados pelo Presidente da República?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Bom, eu pedi aqui já desculpas antecipadas para que eu não revele as conversas privativas minhas com o Presidente da República.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não! Eu não estou dizendo isso.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – No caso dessa lista de transmissão...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu estou dizendo da utilização da rede. Não estou falando de conversas. Aliás, quero até elogiar. Se alguém chegar aqui para explicitar conversas reservadas, perderá completamente o respeito, na minha avaliação. Quando eu digo a utilização da rede...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Em relação a esse texto específico, isso foi passado por uma lista de transmissão e aí a pessoa, uma das pessoas que recebeu fez o *print* e me mandou. Como outras pessoas receberam também, isso circulou e eu me senti à vontade para falar em relação a esse.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas V. Exa conhece outros ataques?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Se eu conheço o quê?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Outras mensagens do Presidente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas ataques agressivos, não só ofensas, ameaças?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não! Ameaças, não. Pelo menos eu não recebi nada. Ameaça, não. Nunca houve o Presidente eventualmente me passando alguma coisa que fosse ameaçadora aos outros. Até porque eu tinha sempre o hábito de eventualmente dizer: "Não faça. Controle a onda aí. Puxe o freio de mão. Vá mais devagar". Então, ele já sabia o meu posicionamento, que é mais moderado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Existe uma indagação que permanece no ar sobre o custo, o financiamento. De onde vêm os recursos? Não estou tratando da contratação de servidor, de cargo, não. Eu estou dizendo de recursos para bancar essa rede toda. Então, ficou uma dúvida aqui e não há ainda uma clareza...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não há.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... da origem do recurso.

Nós sabemos que o Ministro Paulo Guedes é um homem ligado ao mundo das finanças. Alguma vez V. Exa. tomou conhecimento de o Ministro Paulo Guedes estar mobilizando recursos para financiar a campanha ou financiar esse departamento, essa rede?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, Deputado, não. E duvido muito que o Paulo Guedes o faria. O Paulo é uma figura que tem os seus posicionamentos, inclusive, dentro do Palácio, por vezes duros. Quando, por exemplo, houve a tentativa de flexibilizar, e foi flexibilizada, a reforma da previdência, o Paulo foi contra, e o Governo a favor. Então, nunca, nunca o Paulo Guedes... Eu acho que nem Twitter ele deve ter. Nunca vi o Paulo Guedes fazer nenhuma menção em relação a isso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – V. Exa. já foi ouvida por algum órgão de investigação, mesmo que sigilosamente?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sobre isso?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sobre essas *fakes*, sobre esses crimes.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Fiz algumas denúncias, tanto à Polícia Federal quanto à Polícia Civil.

E em relação a essas....

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Vocês fizeram denúncias verbais ou por escrito?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por escrito, por conta das ameaças.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – V. Exa. poderia encaminhar cópia...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Claro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então, Presidente, para encaminhar cópia...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Inclusive uma dessas ameaças veio por WhatsApp.

Então, assim, o negócio é tão maluco que a pessoa às vezes nem tenta se esconder, porque pelo WhatsApp é possível rastrear, de alguma forma.

Então isso já está registrado, tanto aqui na Depol quanto na Polícia Civil e na Polícia Federal.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Se puder trazer cópia, seria relevante.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sem problemas.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Deixa eu fazer agora uma observação, antes de fazer a pergunta.

Não só o Deputado Alexandre Frota, como também o General Santos Cruz, como agora V. Exa., mesmo com qualquer preocupação em relação a inconfidências ou qualquer ato que pudesse de alguma forma comprometer conversas reservadas ou qualquer coisa mais reservada que tenha sido objeto da convivência com o Presidente da República, não há nenhuma dúvida de que os três depoimentos, mesmo o do General Santos Cruz, que em vários momentos ele próprio reconheceu as contratações feitas diretamente pelo Presidente da República, quem está trabalhando no gabinete da Presidência da República... Então, não há dúvidas quanto a isso.

A grande questão, meu querido presidente: há aqueles que lutaram contra a ditadura – a Deputada Lídice da Mata está aqui sendo Relatora desta CPI –, há aqueles que conviveram com as vítimas da ditadura, há aqueles que sabem o que foi a ditadura. E é preciso que assumamos a compreensão de que o Presidente da República, embora tenha chegado à Presidência pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

via democrática, ele não tem compromisso com o Estado democrático de direito. Nós estamos diante de uma política pública: a institucionalização e a utilização desses mecanismos para ameaçar, para constranger, para humilhar. Que não haja nenhuma dúvida quanto a isso.

E isso está acontecendo, aconteceu e muitos não se aperceberam.

Para dar uma chance à paz, o entorno do Presidente silenciou. Silenciou! Eu não vou dizer, não vou tratar de omissão. Silenciou, mas progressivamente foi compreendendo que o Presidente da República está organizando uma rede; não é uma Agência Brasileira de Informação, é algo semelhante ao Serviço Nacional de Informações, ao SNI. Ele está estruturando isso. E aí eu não sei se o que resta ainda, no entorno do Presidente da República, se capacitou a compreender o que está acontecendo.

E eu quero citar o Gen. Heleno, porque é o Gabinete de Segurança Institucional. O Gabinete de Segurança Institucional tem o dever, ou tinha o dever, de saber o que acontecia no Palácio do Planalto, no Gabinete da Presidência da República. O Presidente da República não está sendo enganado; ele está chefiando essa estrutura. E a cada dia, com os depoimentos que vão sendo prestados aqui, vai ficando confirmado: o Presidente da República proclama apoio a ditadura. Quando o filho ou o Ministro Paulo Guedes falam em AI-5, eles têm compromisso com a ditadura, e não com o Estado democrático de direito, e nós temos que tomar cuidado.

Por isso que o depoimento de V. Exa. hoje aqui, como foi o depoimento do Deputado Alexandre Frota e do Gen. Santa Cruz, são depoimentos que nos advertem, que afirmam a nossa convicção. O Estado democrático de direito está correndo risco, e não sabemos, na estrutura militar, nas Forças Armadas, se está havendo já a estruturação de um movimento, porque um Presidente da República não aceitaria, do próprio Palácio do Planalto, do seu gabinete, numa estrutura ali montada, ameaças a Parlamentares, a Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Então, meu querido Presidente, a importância desta CPI é que esta CPI coloca luz nos riscos que a democracia está correndo no nosso País.

Então, quando o Presidente, cinicamente, nega e diz que tem compromisso com o Estado democrático de direito, ele está mentindo. Vamos ver se as forças verdadeiramente democráticas vão estar em condições de resistir e de impedir. Espero que, progressivamente, o Presidente Jair Bolsonaro fique isolado, porque os que compreenderam se afastaram ou foram afastados, mas há aqueles que ainda lá estão, e nós não podemos admitir nem aceitar que as Forças Armadas, que ficaram tão comprometidas ao longo do período pós-64 com tudo o que aconteceu e que foi patrocinado nos porões da ditadura, agora, em que o Estado democrático de direito já caminhava com alguma sustentação, que as nossas Forças Armadas se acumpliciem a tudo isso que está acontecendo.

Então, eu queria saber se V. Exa. tem essa percepção; qual é a percepção de V. Exa. em relação ao Estado democrático de direito e àqueles que ainda estão em torno do Presidente da República e que ainda não se aperceberam do que está acontecendo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, depois eu quero o tempo de Líder. Depois eu quero o tempo de Líder, após a fala da Deputada.

(*Soa a campainha.*) **A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN** – Bom, por óbvio que esses flertes com o autoritarismo me preocupam. Preocupam qualquer um que defenda mais democracia. Nós fomos eleitos – eu repito – como uma direita liberal na economia e conservadora nos costumes; não uma direita nacionalista/militarista e reacionária. São coisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

absolutamente diferentes. Então, esses flertes com o autoritarismo preocupam qualquer pessoa que queiram mais democracia e uma democracia mais madura.

Agora, o que eu espero, Deputado, é que haja correção de rota; que o Presidente corrija essa rota; que realmente cuide do País como nós prometemos cuidar. E não que eventualmente flexibilize por conta da influência de alguém que está querendo cada vez deixá-lo mais irritado, às vezes até mais inconsequente no que diz. Então, eu espero uma correção de rota. Eu espero que o Governo seja tocado pelo Presidente, não pelos filhos do Presidente. Eles não foram eleitos para isso; foram eleitos para outra coisa. Então, esse flerte com o autoritarismo é algo que preocupa não só a mim. Reservadamente, dentro do Palácio, alguns Ministros, vira e mexe, comentam, mas aí a gente vai lá, acalma um pouquinho: "Hoje ele está mais nervoso, menos nervoso", e trabalhando para tentar ajustar a rota. Acho que é possível ajustar a rota. Quero que este País dê certo. Acho que todos nós queremos. Ninguém aqui quer que o País pare, ninguém aqui quer que o desemprego continue, ninguém aqui quer...

Eu me lembro, Deputado, que quando o Presidente foi à minha casa, lá no Piauí – eu sou casada com um nordestino – nós sentamos no sofá – e isso eu também tenho tranquilidade em falar, porque está gravado – e eu comecei a falar para ele sobre a importância das privatizações, porque é claro que a cabeça nacionalista, mais estatista... Ele tinha muita restrição: "Não, não pode, Petrobras, Eletrobras", aquela coisa. Eu fui conversando, falando: "Olha, o Brasil precisa, de fato, de uma onda liberal, a gente tem que enxugar esse Estado." E aí a gente foi trabalhando. O Paulo Guedes é muito responsável por isso, por trabalhar a cabeça do Presidente para um liberalismo econômico.

Então, o que eu espero é que dê certo. O que eu espero é que se corrija a rota. O que eu espero é que o nosso Presidente assuma de fato o poder que tem no sentido de ser um representante maior da Nação, que não se apequene por coisas, para tentar fazer, como eu já disse, o *lobby* para eleger filho líder ou para botar o filho na embaixada. Não. O papel do Presidente é cuidar do nosso País e eu ainda acredito que é possível.

Deus nos ajude.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Amém!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Filipe Barros.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A lista é o Filipe agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Então eu prefiro falar após ele, como Líder. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Obrigado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Nobre Presidente Senador Angelo Coronel, demais Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, a CPI tem se transformado, na minha visão, em um tribunal leninista, que pode ser resumido numa única frase: "Xingue-os do que você é e acuse-os do que você faz". E digo isso com propriedade, porque a vida profissional de Joice Cristina Hasselmann foi marcada por *fake news* e plágio. E o que eu direi agora são fatos: "Livro de Joice Hasselmann é alvo de processo". Depois, a imprensa divulgou conversas de WhatsApp que comprovam que o livro *Delatores* foi plágio; foi uma outra pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que escreveu. Inclusive, uma informação constante nesse livro é falsa, é *fake*, e foi objeto de processo, o qual a Deputada Joice perdeu. Está aqui a notícia: "Joice Hasselmann é condenada a pagar danos morais por causa de livro da Lava Jato", porque escreveu sem apresentar provas e a pessoa que a processou disse que era mentira.

"Conselho de Ética" – segundo a notícia dos jornalistas – "comprova plágio praticado pela jornalista Joice Hasselmann". Foram 65 reportagens escritas por 42 profissionais diferentes – números, inclusive, lá da *Gazeta do Povo*, jornal da minha terra, do Paraná, terra da Joice Hasselmann também.

E aí, recentemente, quando Joice Hasselmann esteve no programa Roda Viva, Joice disse um *fake news* ao vivo no programa, porque disse que havia sido inocentada no processo, o que não é verdade. Eu estou aqui com a sentença, e o que aconteceu naquele processo em específico foi uma anulação do processo administrativo pelo sindicato, pedido pela própria Joice Hasselmann, ou seja o processo administrativo foi anulado por um erro formal, e não um erro material, tanto é que entrei no Projudi, sistema dos processos, e aqui estou com o andamento do processo, que segue e que, ao que me parece – já fica inclusive a pergunta para a Joice Hasselmann –, no dia 08/09/2019, foi julgada procedente a ação, então foi condenada em primeiro grau por plágio.

Outra notícia: "Joice Hasselmann terá que indenizar *Veja* por uso indevido da marca". Saiu da *Veja*, daí criou o "Veja Joice", ou algo assim, notícia inclusive deste ano – recente, novembro de 2019.

Então, Sr. Presidente, o que nós vimos e estamos vendo nesta tarde e início de noite, na data de hoje, nada mais é do que uma repetição da própria história profissional de Joice Cristina Hasselmann.

Então, uma próxima pergunta que tenho para ela é se o Power Point aqui apresentado é de autoria de V. Exa. mesma ou também foi plagiado, como as notícias que a senhora costuma divulgar no seu blogue, à época que estava no Paraná.

Mas também, Sr. Presidente, é importante a gente dizer aqui, como disse no começo, que a vida profissional de Joice Cristina Hasselmann foi marcada por *fake news* e por plágio. Eu comentei alguns plágios. Agora vamos para as *fake news*.

Joice Hasselmann disse nesta tarde que @snapnaro pertence a assessor de Eduardo Bolsonaro – mentira. Disse que não conhecia o Tércio – mentira, almoçou com o Tércio e com o Presidente Jair Bolsonaro quando era Líder do Governo. Tércio é do Ceará – foi desmentido, foi corrigido pela própria Joice Cristina Hasselmann. Mostrou na sua apresentação um perfil *fake* do Olavo. Assim como o Deputado Frota, colocou aqui na sua apresentação o Olavo Opressor, dando como se fosse aquela frase do Prof. Olavo. Não é o perfil do Prof. Olavo. O perfil do Prof. Olavo é verificado. Então, assim como Frota, Joice também, nesta Comissão, comete *fake news*, divulga *fake news*.

E daí há umas outras tantas informações divulgadas por Joice Cristina Hasselmann, e ela não apresenta fonte. Aí fica muito fácil: "Olha fiquei sabendo da informação, Jordy", "Me disseram", "Olha, me contaram". Cadê a fonte? Cadê a fonte? Cadê as informações, a perícia que a senhora diz que fez? Não falou o nome do perito, não falou nada. Disse, na sua apresentação: "Eduardo Bolsonaro determina o alvo". Cadê? Cadê as conversas de Eduardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro determinando o alvo a ser atacado. Cadê o perfil dos assessores comprovando tudo isso?

Então, falar, Presidente, é fácil, até papagaio fala.

Agora, a da vez é a questão da Abin: "Ah, quer criar uma Abin paralela". Quem conviveu com Joice Cristina Hasselmann como eu sabe que Joice Cristina Hasselmann tem o hábito de gravar conversas. Isso é fato público e notório. Grava tudo. Para quê? Com qual objetivo? Para depois produzir dossiês.

Aliás, um integrante do intitulado PSL "raiz", me disse que, ao que parece, foi V. Exa. que divulgou o áudio em que o Presidente falava com o Deputado Heitor Freire. V. Exa. estava com o gravador naquele momento e divulgou para a imprensa. Um integrante do grupo de vocês, do grupo interno dentro do PSL.

Então, se há alguém aqui que produz dossiês, que faz gravações é V. Exa., é a senhora.

Mas eu disse também que esta Comissão, Relatora Lídice da Mata e convidada Joice Cristina Hasselmann, havia se transformado numa lavação de roupa suja. Então, veja: além de ter se transformado num tribunal leninista, xinga o que você é e acusa o que você faz, também é uma lavação de roupa soja, porque o Santos Cruz foi demitido e veio aqui prestar depoimento, não falou nada; o Frota queria ser Ministro da Cultura, depois queria emplacar seus cargos na Secretaria Especial da Cultura, também não foi – Ancine etc.; a Joice, que era Líder do Governo, não é mais Líder do Governo. Agora, certamente vão trazer o Bebianno, tenho certeza de que vão trazer o Bebianno aqui.

Então, veja: todas as pessoas que foram demitidas, que foram exoneradas, que perderam os seus cargos estão vindo aqui e estão construindo a narrativa de que o Presidente é um descontrolado e que esse grupo que foi exonerado, que foi demitido, sim, é o salvador da Pátria. É essa a narrativa que está tentando ser construída.

Não à toa, no começo do ano, a Deputada Joice Hasselmann disse, numa entrevista, que ela se considerava mais filha que os próprios filhos em relação ao Presidente Bolsonaro, o que comprova aqui, Presidente, Senador Angelo Coronel, aquilo que eu já disse nesta Comissão. Sabe o que está acontecendo? É o seguinte: inúmeras pessoas, Deputado Rui Falcão, querem disputar as eleições do ano que vem, as eleições municipais, só que essas pessoas que decepcionaram, traíram o seu eleitor não estão aguentando a pressão advinda das redes sociais, a cobrança do eleitor e agora vêm com esse papo furado de milícias digitais, de organização criminosa, de tudo isso que a gente está vendo. Chegam aqui, bostejam inúmeras informações, sem comprovar absolutamente nada. É o que está acontecendo nesta tarde, neste início de noite.

Joice Cristina Hasselmann queria ser candidata a Prefeita apoiada por Bolsonaro, não será apoiada pelo Bolsonaro. Foi tirada da Liderança do Governo, está magoada com o Presidente Bolsonaro. Está sendo cobrada pelo seu eleitor em São Paulo. E, assim como Joice Cristina Hasselmann, outros tantos: uma fala que ia dar o abraço imaginário em quem divulgou o áudio do Presidente Bolsonaro para o Deputado Heitor Freire e não aguenta a pressão, não aguenta a cobrança do eleitor, porque a internet, Srs. Deputados, traz esta consequência para a gente: a internet coloca a população aqui para dentro todos os dias.

E, aí, falou-se em dinheiro público. Então, saiu a matéria aqui na *Folha de S.Paulo*: "Deputada Joice usa recurso público de gabinete da Câmara em guerra digital". Está aqui a matéria da *Folha de S.Paulo*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

E a pergunta: Joice Cristina Hasselmann, você usou esses contratos para solicitar que criassem robôs, perfis falsos e/ou disseminação de *fake news* através desses contratos? E você ficaria surpresa com a exposição de áudios seus fazendo esse tipo de solicitação a publicitários, especialistas em redes e/ou pessoas que prestavam consultoria na área?

Duas perguntas, quero saber a resposta.

Joice Cristina Hasselmann, você conhece Roberto Bertoldo? Porque recentemente, antes do racha interno do PSL, a senhora me convidou para um jantar numa casa e disse que a casa era do seu irmão. Eu fui à casa do seu suposto irmão e depois fiquei sabendo que essa casa, Senador Angelo Coronel, uma mansão muito bonita – não sei quantos milhões que vale aquela mansão –, pertence ao Sr. Roberto Bertoldo, ex-Conselheiro da Itaipu, que foi acusado de fazer tráfico de influência dentro do Judiciário, comprando e vendendo sentença. Então, queria saber se essa informação que eu fiquei sabendo procede, Joice Cristina Hasselmann, e qual a sua relação com o Sr. Roberto Bertoldo.

Próxima pergunta: você chegou a marcar reuniões com o Denatran ou outras entidades do Governo Federal para falar sobre um capacete, e, com esse capacete, a moto só liga depois que o motorista estiver com o capacete? Você chegou a marcar esse tipo de reunião com entidades aqui do Governo Federal?

Ponto cinco: o que você fez, Joice Cristina Hasselmann, na madrugada de 16 para 17 de outubro? E digo que foi fato público, noticiado pela mídia, que a senhora estaria passando em apartamentos funcionais nessa madrugada pedindo para as pessoas retirarem a assinatura da lista do Eduardo Bolsonaro para a Liderança e para colocar a assinatura no nome do Delegado Waldir na Liderança do PSL. Isso mesmo depois de o Delegado Waldir chamar o Presidente de vagabundo. Então, eu queria saber se essa informação é verídica ou não e se a senhora também ficaria surpresa caso aparecessem imagens da senhora de madrugada em apartamentos funcionais pedindo Deputados tirarem as suas assinaturas.

Por último, foi dito muito aqui sobre xingamento, sobre uma suposta conversa do Presidente Bolsonaro chamando não sei quem de prostituta, etc. Eu queria saber sobre este áudio aqui:

(*Procede-se à execução de áudio:*

Eu não sei se eu vou querer ser candidata para essa putaria toda. Não sei!
Se o Datena também for candidato ao Senado, aí eu não saio, porque... Mas aí eu estimulo o Major Olimpio a sair, porque daí ele perde o mandato, sai da vida pública e para de encher o saco.
Acho que se o Datena sair, eu saio a Deputada ou no Senado... Eu estou meio de saco cheio, sabe, desse bando de filho da puta.
É muita sujeira.)

Quem eram os filhos da puta a quem V. Exa. se referia?

E era esse o seu desejo em relação ao Major Olimpio?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Finalizo aqui dizendo que a Sra. Joice Cristina Hasselmann...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Não está difícil de saber quem são.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Finalizo aqui dizendo que a senhora produzia manchetes bem mais interessantes quando se limitava a apenas plagiar jornalistas.

Obrigado.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN (Para expor.) – Bom, concluído o *show*, o showzinho... É divertido, não é? Porque a gente sabe exatamente quem é quem e quem faz o quê, não é?

Então, vamos lá.

Eu vou por partes.

Xingue-os do que você é e acuse-os do que você é ou do que você faz. É exatamente o que esses senhores, integrantes dessa milícia digital, fazem. Exatamente. Ponto. Então, usar isso para tentar imputar a mim qualquer coisa semelhante ao que eles fazem, me desculpa, é uma narrativa no mínimo babaca.

Fake news e plágio. O Deputado que me antecedeu deveria ter um pouco de cuidado e ler as notícias na íntegra em relação ao processo que foi movido por um sindicato filiado à CUT, que todos, todos, todos sabem tenho uma histórica briga com esse sindicato; uma briga com esse sindicato desde que eu, como acadêmica de jornalismo, assumi a direção da CBN em Ponta Grossa.

Na região – eu não sei se em Brasília é assim –, os ditos estagiários não podem receber, o sindicato proibia, poderiam trabalhar de graça. Eu já era diretora da Rádio, entrei com um processo, e a nossa briga é histórica – histórica.

Depois que eu saí de Curitiba, fui a São Paulo; depois que eu criei a TV Veja, que estava bombando na eleição, de repente eu estava em Brasília fazendo até uma rodada de entrevistas com Ministros tanto do Governo quanto do Supremo, Senadores, eu gravava várias em uma semana, e me aparece a notícia: "Jornalistas processam Joice por plágio". Eu dei risada!

A moça da *Gazeta*, inclusive advogada, me ligou, me falou: "Joice, é aquele pessoal que não gosta de você e tal. Como é que fica? E como é que não fica?"

Está bom, vamos para a briga.

Primeiro, fiquei muito zangada, por óbvio, porque era óbvio e claro que aquilo era uma tentativa de retaliação para pegar uma caroninha num sucesso que eu estava fazendo claramente na internet, nas redes e tal. Briga ideológica. Ponto.

O processo foi anulado por um erro formal? É verdade, foi anulado por um erro formal. Ponto. Eu sequer sabia dessa história antes da notícia explodir.

Em relação ao livro, o meu livro *Delatores* – quem quiser está à disposição – é um livro que foi escrito por mim, com decupagens que foram feitas inclusive de muitos vídeos meus. Os dois foram assim, porque eu fui contando a história, cobrindo movimentos, como jornalista, em vários vídeos que eu fiz e, por óbvio, eu tenho mais o que fazer do que decupar os meus próprios vídeos.

Um desses malucos aí que foi chamado de delator, que se apresentou até para a equipe da própria editora como delator, pediu para mudar o nome para colaborador. E isso foi feito. Só que foi feito depois que o *release* já tinha saído e, por conta disso, por conta de delator, colaborador, que ele está incomodando. É um cidadão que está querendo arrancar dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Veja Joice. É verdade, eu tenho essa briga com a *Veja* desde que eu saí por uma questão muito simples. Eu criei a TV Veja, eu saí da TV Veja, veja é uma palavra... Podia ser Olha Joice? Daí podia. E eu coloquei o nome para que a minha audiência viesse comigo. A audiência deles fica lá, e a minha audiência veio para cá. A gente está brigando na Justiça, e vamos brigar na Justiça – acabou – até o final. Eu nunca usei a marca da *Veja*!

Em relação ao Sr. Roberto Bertoldo.... Realmente, eu disse... Assim, o Deputado foi um pouco desleal no que disse, mas vamos lá. Eu fiz realmente um churrasco com a Bancada do PSL e, quando me foi perguntado onde, eu disse: "Na casa de um irmão meu, um irmão meu". Oh, meu irmão! Mas tudo bem. Eu sei que, assim, Deus só limitou a inteligência. Então, a gente precisa ter isto assim de maneira muito clara: a burrice realmente é ilimitada.

Em relação ao Denatran ou entidade do Governo para capacete, é verdade. Aliás, por conta de *lobbies* e pressões é que uma solução, que é excepcional para o Brasil, excepcional para desafogar a saúde pública, para salvar vidas, não foi implantada. E essa solução, essa solução é uma solução que estava para ser implantada desde a época do Governo do Michel Temer, que é uma coisa muito simples: o capacete transformado em cinto de segurança; a moto só liga com o capacete.

Eu não sei qual é exatamente o problema. Inclusive eu, à época, comentei com a Deputada Bia Kicis e falei: "Olha, Bia, tem um trabalho excepcional que eu descobri, até porque o meu marido é neurocirurgião, e ele tem a maior pesquisa sobre trauma de crânio por acidente de moto". Justamente porque, além de hospital privado, ele atende em hospital público e, por conta disso, por ter esses dados, esses dados foram cedidos. São dados públicos, que foram cedidos para que nós pudéssemos mostrar para a população qual era o tamanho do rombo. Porque enquanto o bonitão que anda sem capacete e tem 30 anos de idade, ele vai para a UTI, fica 30 dias na UTI, a velhinha que chega com aneurisma morre, a criança que chega com problema de insuficiência cardíaca morre. E aí nós apresentamos isso, eu achei excepcional. Deveria até ser um projeto de lei isso porque salva vidas – salva vidas. O problema é que, por óbvio, há corporações que atrapalham o processo com interesses próprios.

O que mais? Ah, sobre o Tércio, se o Tércio almoçou ou não almoçou comigo. Eu não sabia a cara que o Tércio tinha, se ele estava nesse almoço, não sabia a cara que o Tércio tinha.

Esse almoço foi um almoço em que, eu me lembro muito bem... Quando o Deputado Presidente da Câmara Rodrigo Maia e o nosso Ministro Sérgio Moro – que, aliás, é um dos pilares desse Governo, esse Governo é Moro e Guedes, um dos pilares de sustentação –, houve uma rusga pública, vocês se lembram, por conta do pacote anticrime, e lá vai eu atuar como bombeira.

Eu marquei um café da manhã entre eles, entre o Moro e o Rodrigo Maia, e aí se decidiu criar o grupo de trabalho para que andasse o pacote anticrime aqui na Câmara dos Deputados. E o Presidente me ligou no meu celular e falou assim: "Bom, quer almoçar aqui, Joice?" Eu falei: "Tá, estou indo". Fui lá e almocei. Imagino que, como citou aí o Deputado, o tal do Tércio devia estar lá. Eu nunca conversei com ele. Quem eu me lembro de que estava na mesa era eu, o Presidente da República, se eu não me engano, Nabhan Garcia, o Flávio Bolsonaro chegou depois, mas também sentou ali, e aquele pessoal que fica ali no gabinete de segurança, que sempre está por ali. Ah, e também estava o Célio; se eu não me engano, o Célio que cuida da agenda do Presidente, essas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão de divulgar áudio ou gravação do Presidente, o que o Deputado de maneira inconsequente e irresponsável faz é muito grave. Primeiro, porque ele acusa um colega, o Heitor, de ter gravado o Presidente. Isso é gravíssimo!

Essa é uma acusação... O senhor fique quieto agora que eu estou falando.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu acusei você, não acusei o Heitor.

Acusei você.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Não, não, fique quieto que eu estou falando.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Acusei você!

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Então, ele fala que o Heitor Freire gravou e que eu divulguei.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, você gravou e você divulgou porque você anda com um gravador.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Olha, Deputado, realmente, a sua estupidez é marcante.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Precisa provar, não é?

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – É marcante. É marcante.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Eu achei que era CPI de *Fake News*, não dos esquizofrênicos.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Não, não, não, eu vou acionar, esquece.

O Deputado...

E em relação a esse áudio que ele mostrou, qualquer bípede, que tenha pelo menos dois neurônios e não tenha penas, sabe do que se trata. Qualquer bípede que tenha pelo menos dois neurônios e tenha acompanhado a política sabe, provavelmente, que eu devo ter passado esse áudio em conversas para a minha ex-amiga Carla Zambelli, nós conversamos muito, e esse, certamente, esse áudio, foi passado de maneira... Eu estou aqui de maneira ética cuidando das conversas privadas com o Presidente e à época em que essa senhora queria ser candidata, pensava em ir para outro partido, já estava negociada com o Podemos, e eu insisti bastante, inclusive, para que viesse para o PSL para fazer a filiação, tenho, obviamente, tudo para comprovar e, certamente, foi isso que aconteceu.

Houve uma briga pública entre mim e o Major Olimpio. Todos sabem! A briga foi pública – foi pública. Ele brigando comigo, e eu brigando com ele, porque o Presidente da República me convidou para ser candidata ao Senado! Esse foi o convite e escolheu o meu suplente. Ele escolheu o meu suplente, caro Filipe Barros. Ele me ligou e disse: "Pode ser o Marcos Pontes, Joice?" Eu falei: "Você que manda, capitão". Está tudo certo. E ele me disse: "O Olimpio se lançou candidato, mas não vai vingar. Eu acho que ele está ganhando o nome, depois sai para Deputado e garante o mandato".

E saímos nós dois pré-candidatos ao Senado, e aí deu-se a confusão. Deu-se a confusão e, inclusive, houve um pedido de... O Olimpio, à época, pediu a expulsão do partido alegando infidelidade partidária porque um dia, num evento em que eu fiz, fui palestrar para haver arrecadação da campanha para a Carla Zambelli, o Doria passou por lá. Eu fiz alguns eventos para ajudar na campanha, o Doria passou por lá, deu uma passadinha e eu brinquei: "Esse aqui é meu candidato, meu Governador e coisa assim". É engraçado, né? Então, a briga é pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Eu e o Major Olimpio ficamos por meses com essa rusga, e hoje está tudo muito bem, porque somos adultos, somos maduros.

E uma briga, caro Filipe Barros, político-eleitoral é uma briga que passa. As nossas divergências, meu caro, não eram ideológicas. As nossas divergências não eram de valores ou princípios. O que havia era uma disputa de espaço. Quando eu vi que o Olimpio realmente estava reagindo nas pesquisas... E o Presidente tirou o pé, não se meteu até aquele momento, houve aquele silenciamento. Ele me liga – isso acho que um ou dois dias antes do prazo legal para fazer a transferência do título – e diz: "Pô, Joice, vamos parar com essa briga", aquele jeitão do Presidente. Ele ainda brincou comigo: "Não se bate em homem com a mão aberta". E eu disse a ele mais de uma vez, mas naquela ocasião: "Presidente, comigo bateu, levou. Eu não tenho medo de marmanjo de botina". Claro, os ânimos estavam muito exaltados ali.

O Olimpio saiu candidato, e o Presidente disse para mim: "Quer ser Governadora?" Um grupo do interior de São Paulo fez um evento e falou: "Ah, vai ser a nossa Governadora..." Isso aí deu uma confusão danada. Eu falei: "Presidente, agora, a "x" meses da eleição? Sem dinheiro, sem tempo de TV, sozinha?" Aí ele falou: "Não, se é para ir para o sacrifício, então venha Deputada". E aí, a contragosto à época, eu saí candidata a Deputada.

Já vou concluir, Presidente. Só para que a gente restaure um pouco da sanidade mental.

Muito bem. Saí candidata, o resultado vocês sabem. Esse áudio, por óbvio, se refere àquela confusão danada em que a gente só não estava se chamando de santa, uma conversa privada com alguém muito mau-caráter que está divulgando essa conversa privada. Por óbvio, eu estava me referindo àqueles que tentavam me expulsar do partido, depois de ser convidada pelo Presidente da República. Simples assim.

Em relação a gravar, caro Filipe, eu sei que há muitos Deputados que têm esse hábito de gravar pessoas. Esse não é o meu hábito. De pessoas que me deram entrevistas ou pessoas que eu investiguei enquanto jornalista, por óbvio, há gravações a respeito, agora, eu não seria canalha de gravar os meus colegas, muito menos de envolver um colega, como você está dizendo, o Heitor Freire, numa safadeza dessas. O Deputado Heitor Freire, que duvideodó – duvideodó – que tenha sido eventualmente ele ou qualquer um daquele grupo que tenha feito essa malandragem. Duvido! Que eu saiba, e isso foi confirmado por vários Parlamentares, o grupo de vocês ligou do Palácio, do celular, para passar ao Presidente fazendo *lobby* para o Eduardo Bolsonaro ser líder. E isso o grupo de vocês comenta abertamente, claro e transparente. Então, meu caro, se é para fazer uma acusação pela lógica, a lógica me diz que quem ligou gravou, com toda certeza.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, eu fui citado e gostaria do direito de resposta e, na sequência, o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Certo, Deputado, mas eu queria anunciar aqui os próximos Parlamentares inscritos, para se prepararem: Deputado Carlos Jordy, Deputado Márcio Labre, Deputado Carla Zambelli e o Deputado Túlio Gadelha são os próximos quatro inscritos.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deputado Alexandre Frota, deixa só eu mostrar um pequeno exemplo do que está acontecendo agora nas redes sociais?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O.k., a gente já viu aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Para vocês entenderem como é que funcionam os robôs e a máquina de tuítes e retuítes. Eles subiram dois tuítes me atacando e, em questão de três minutos, olha o que acontece. Agora, agora. Está à disposição também da CPI. Põe de novo, só para que não haja dúvidas. Agora, em três minutos, o meu nome Joice estava como o primeiro do Twitter. Aí eles criaram a *hashtag*, subiram de volta a *hashtag* #DeixeDeSeguirAPepa e *hashtag* #JoiceTraidora, que é a narrativa que eles estão tentando construir na milícia. E aqui o monitoramento pega. Olha só que maravilha!

Só falta mais uma coisa em relação ao perito que assina os laudos. Ele se chama Onias Tavares Aguiar, perito do Estado de São Paulo por 26 anos. Foi perito criminal da Polícia Civil de São Paulo, homem extremamente ilibado. Então, de novo, para quem quiser a informação correta, caro Deputado: Onias Tavares Aguiar. Mas os laudos estarão assinados, Deputado, então, vocês terão acesso às informações todas. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para explicação pessoal.) – Primeiro, eu fui citado pelo Deputado sem partido, mentiroso, totalmente mentiroso. E vai ouvir agora, senhor, que é o seguinte: eu jamais pedi ao Bolsonaro para ser Ministro da Cultura e gostaria que ele provasse isso, e ele não vai conseguir provar. Quem me chamou para ajudar a montar aquela secretaria foi o próprio Bolsonaro, que não gostava desse insosso, sem sal, Osmar Terra, que está aí, que estrangulou a cultura. Foi colocado lá pelo Sr. Onyx Lorenzoni, por um acordo dele com o Temer, era a fatia do MDB. E como o Sr. Filipe Barros mentiu aqui, eu vou mostrar a gravação, que já foi publicada inclusive nas redes sociais, mostrando o próprio Bolsonaro me pedindo auxílio para montar a secretaria. Então, vamos ouvir, já que ele gosta de gravação:

(*Procede-se à execução de áudio:*

> *Pode ter certeza de que ficar como está não vai. Agora, você está ajudando bastante nessa questão. Joga pesado com o Osmar Terra, esses dois nomes aí, para ver se ele se manca em alguma coisa. Eu acho que ele não quer problema nessa área, até porque a área dele é completamente diferente, é outra. Agora, qualquer nome que você indicar para mim para lá a gente assina embaixo. Está o.k.?*

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está vendo aí, Filipe Barros.

Bom, fora isso, quando eu falei de Ancine com o Bolsonaro, acreditem, o Presidente Bolsonaro me disse que não sabia o que era Ancine. A cultura dele, a cultura dele... Não sabia o que era Ancine. Eu expliquei para ele o que era Ancine. Talvez ele achasse que a Ancine estivesse passando só os meus filmes. (*Risos.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aliás, ele é fã. Então, é o seguinte: eu estou desmentindo o senhor com essa cara de pau, com essa cara lavada que o senhor tem. Estou desmentindo o senhor aqui para todo o Brasil para o senhor saber que o senhor veio aqui mentir, seu mentiroso! O senhor é um mentiroso! Está aqui provado, e eu já tinha provado isso.

E não acabou não.

Agora eu vou falar o meu tempo de Líder.

Pois é, se prepara.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Calma rapaz!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu quero mostrar aqui e provar aqui... Quero mostrar aqui e provar aqui...

Meu tempo de líder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado, assegurado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos lá. Quero mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tanto ao senhor como a qualquer outro Líder.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela Liderança.) – Quero mostrar aqui como essas milícias agiam.

Muito bem, em fevereiro, Ministro da Educação defende universidade só para elite intelectual" – a milícia apoiou.

"Damares diz que holandeses indicam masturbação de bebês a partir dos sete anos" – a milícia incentivou.

"Michelle Bolsonaro vira alvo de investigação por receber cheque de Queiroz" – eles tentaram desmentir.

Aí a gente vai para fevereiro. Em fevereiro:

"Sem diploma, Damares já se apresentou como mestre em educação e Direito"– eles apoiaram, tentaram transformar isso em verdade.

"Após postar vídeo com pornografia, Bolsonaro pergunta o que é *golden shower"* – eles aplaudiram.

Em março:

"Bolsonaro elogia o ditador paraguaio Alfredo Stroessner em público" – eles apoiaram.

"MEC envia carta às escolas pedindo que crianças sejam filmadas durante a execução do Hino Nacional" – eles apoiaram em massa, isso é apoio em massa.

"Ministro do turismo criou candidatos laranjas para desviar recursos" – eles tentaram desmontar.

Aí nós vamos passar para abril. Vamos para abril.

"Presidente Jair Bolsonaro censura campanha do Banco do Brasil focado na adversidade" – isso porque ele disse que ia governar para todos, sem viés ideológico; eles aprovaram.

Dia 14: "Após dizer que é possível perdoar o holocausto, Bolsonaro tenta se retratar" – todos também tentaram se retratar.

Abril: "Não houve ditadura", disse Bolsonaro sobre o golpe de 64" – eles apoiaram.

Junho: Bolsonaro sobre estudantes que protestam: são uns idiotas [...], são uns imbecis" – eles apoiaram.

Dia 5: "Bolsonaro quer o fim da multa a quem transportar criança sem cadeirinha" – a milícia apoiou em massa.

Em julho:

"Bebianno sai da toca e acusa Bolsonaro de terceirizar laranjal". Eles: "Vamos queimá-lo". Em massa.

Dia 26: "Militar da Aeronáutica, que levava cocaína em avião da FAB, é preso pela polícia da Espanha" – eles entraram para defender o militar, a cocaína e o avião.

Agosto. Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

"Governo brasileiro se prepara para negar aquecimento global" – disse que não existia e todos eles disseram também que não existia.

Dia 27: "Questão ambiental só importa aos veganos que comem só vegetais". – eles apoiaram.

"Passar fome no Brasil é uma grande mentira", disse o Presidente Bolsonaro – eles apoiaram.

"Daqueles governadores de 'paraíba', o pior é do Maranhão", disse Bolsonaro – eles apoiaram.

Setembro:

"Fazer cocô dia sim, dia não vai melhorar o meio ambiente"– eles apoiaram.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – "Bolsonaro disse que poderia nomear Eduardo Ministro [esta foi a piada do ano] – se ele não fosse eleito embaixador". O Eduardo está melhor do que o Whindersson Nunes. Ele virou um comediante sensacional. O *stand up* dele deve estar valendo uma fortuna.

Aí tem outubro, tem novembro, aí vem a questão de quem jogou o óleo no mar, Leonardo DiCaprio queimou a Amazônia e mais tudo isso que vocês já viram aí. Então, é assim... E aqui está provado isso. Isso aqui não é loucura. Isso aqui está documentado. Nós temos aí a documentação de todos os ataques. Então, é uma mentira quando vem um Deputado com a cara lavada que nem mais neste momento tem partido, porque não sabe qual é o partido...

Inclusive, ainda, uma senhora agora chamada... Coloca aqui. Uma senhora acabou de fazer uma publicação aqui agredindo a Joice. Aí, a gente vai no perfil da Sra. Leila Cordeiro Justin e vê que ela é uma senhora dona de casa, que tem uma vida pacata, mas, quando a gente clica em cima, cai naquele...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Como é o nome? Lambança... Como é o nome do partido?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aliança o quê?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Lambança pelo Brasil.

Então, eu queria deixar isso muito claro que aqui é para falar a verdade. Fale a verdade, Filipe! Fale a verdade! Você sabe que eu nunca, nunca pedi ao Bolsonaro para ser Ministro. Nunca pedi ao Bolsonaro para ser Ministro da Cultura. Está certo? Então, quando você quiser falar, fale a verdade! Está certo?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

Passo a palavra ao próximo Deputado inscrito, Deputado Carlos Jordy, do PSL, do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Carlos Jordy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Jordy. Desculpe-me.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputados, Relatora, Deputada Joice.

Deputada, é com grande pesar que venho aqui hoje para falar a respeito de toda essa situação que V. Exa. traz sobre *fake news*, gabinete de ódio. V. Exa. sabe muito bem que eu tinha uma grande admiração por V. Exa. Contudo, no momento em que nós vemos que o Governo está sendo atacado, em que tantas mentiras estão sendo propagadas, e V. Exa., com alguns Deputados do PSL, com o Frota, com Deputados de oposição se unindo – aquele ditado "ninguém solta a mão de ninguém" –, contra o Governo, não dá para deixar isso passar batido. E já que o Frota falou que é *fake news* o que meu amigo Filipe Barros disse, eu queria saber se isso aqui também é *fake news*: "Rachel Sheherazade processa Alexandre Frota por ter sido comparada a prostituta pelo Deputado". Está no Diário do Centro do Mundo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Quer que eu responda agora?

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Não, depois V. Exa...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu respondo.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Não, vai ter direito de resposta.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está bem.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Está no Diário do Centro do Mundo. Pode ser que seja *fake news*. Aí a gente convoca aqui. A gente convoca, porque, inclusive, eu já sofri *fake news* por parte do Diário do Centro do Mundo. Mas estou olhando o que está aqui na imprensa. É *fake news*? Então, depois ele prova isso.

Foi dito aqui por um Senador, se não me engano o Rogério Carvalho, que o que está sendo arquitetado aqui pelo Governo, por esses milicianos, é uma organização fascista. Aí foi citado ali todo o PowerPoint da Joice.

Engraçado que... Aí ele disse aquela coisa do linchamento virtual, perfis *fake*, mas engraçado é que o que está sendo até meio criticado pelos Parlamentares de oposição, falando que o que há dentro do Planalto é uma milícia virtual que caça seus opositores, caça aqueles que não concordam com sua opinião política, é o que era feito pelo PT em outros Governos.

Aqui a *Folha de S.Paulo*, 2011: "PT treina 'patrulha virtual' para atuar em redes sociais". "Militantes usarão rede para rebater reportagens 'negativas' contra o partido". "Sigla vai editar 'manual do tuiteiro petista' para ensinar filiados a fazer propaganda e espalhar mensagens na internet".

Aqui fala até de guerrilha virtual. O PT fazia isso e pagava com recursos públicos. Engraçado que houve até o mensalinho do Twitter. E naquela época não houve aqui esse teatro de CPMI de Fake News em que só querem atacar o Governo, e, lamentavelmente, pessoas que fizeram parte agora se juntam à oposição.

A Deputada Lídice da Mata disse que o que foi dito aqui hoje é de extrema gravidade. Não só ela, mas também outros Parlamentares disseram que o que foi dito aqui hoje é de extrema gravidade. Realmente, é de extrema gravidade. É de extrema gravidade se não houver provas para o que foi dito. Lamentavelmente, a Deputada não veio como convocada, mas como convidada, porque tudo que ela trouxe aqui hoje, muitas coisas, na verdade, não remetem a *fake news*. Mas essa questão da Abin e do Carlos Bolsonaro são questões que devem ser investigadas, e, caso não tenham lastro, não tenha provas, isso deve ter o seu destino legal, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

destino judicial, até porque a Deputada aqui não está como Deputada, mas como convidada da CPMI.

E é curioso como todo ataque agora é apontado como de robô, né? A gente está numa CPI de Fake News, só que a gente não vê aqui nada com relação a *fake news*. Uma ou outra que é levantada aqui, mas o cerne principal são ataques virtuais, ataques virtuais que ocorrem tanto da oposição quanto daqueles que são adeptos do Governo. É o tempo inteiro falando de ataques virtuais. E, obviamente, existem ataques virtuais que devem ser coibidos, reprimidos, porque aí já partem para a calúnia, para a difamação, para a injúria, para crimes contra a honra, e isso deve ser responsabilizado penalmente – por isso há esses tipos legais no Código Penal –, mas também há aqueles que nada mais são do que a liberdade de expressão, a liberdade de associação de pessoas que se mobilizam numa democracia em que a internet acabou democratizando efetivamente a política e cobram dos agentes públicos, dos agentes políticos, fazendo críticas, fazendo memes.

E qual o problema de fazer memes? Ou nós vamos, agora, partir para o campo da esquerda, o campo do Lula, e querer regulamentar as redes sociais? O meme... Todos já passamos por isso, somos figuras públicas e estamos submetidos a isso. Não vejo problema algum. É óbvio que os excessos com relação a questões de ofensas criminais, questões de calúnia, difamação, aí, sim, devem ser responsabilizados judicialmente.

Mas é curioso que todo mundo agora virou robô. Tem tuíte da Deputada que bate 17 mil curtidas. Por exemplo, tem um aqui: "A esquerda raivosa e os bonecos de ventríloquos estão em polvorosa por causa da decisão do Governo Jair Bolsonaro de autorizar as comemorações devidas ao março de 1964. Podem berrar, o choro é livre, e, graças aos militares, o Brasil também é". Dezessete mil e cem curtidas! Quantos robôs, né? Quantos robôs! Se vocês olharem agora as redes sociais, o tuíte dela dá 700, 800 curtidas. Será que os robôs, então, trocaram de lado? Será que não são pessoas que gostavam da posição política da Deputada, por ela ser alguém que levantava a bandeira do Governo Bolsonaro, alguém que levantava a bandeira Bolsonaro, e agora, por ter trocado de lado, agora perdeu seus seguidores, perdeu a quantidade de curtidas?

E aí também... Bom, eu também, recentemente, fui atacado. Já que todos falam aqui dos ataques nas redes sociais e que são grupos organizados que começam a fazer disparos em massa e começam a atacar... Eu, recentemente, fui atacado. Passo o tempo inteiro com relação a isso. Passei mais de 40 libertários me atacando no meu tuíte. A única coisa que eu fiz foi bloqueá-los, bloquear. Resolveu o problema. Só que, hoje, como a Deputada quer atacar o Governo, quer arrumar uma justificativa por ter pulado do barco, pulado de lado, agora tem que judicializar, tem que vir fazer essa participação na CPMI, que é uma demonstração de traição ao Governo. Os ataques que ultrapassam as legalidades, sim, devem ser coibidos na lei. Devem ser coibidos na lei. Sou solidário quando V. Exa. recebe algum ataque como alguns que foram demonstrados ali, que não são *fake news*, mas são ataques, ataques contra a honra, ataques que começam a atacar sua honra, e, obviamente, como uma mulher, uma mãe, tem realmente algo que não poderia ser atingido, porque seus filhos estão vendo isso e sofrem da mesma forma.

E, da mesma forma, eu me solidarizo por conta de um apelido que tenho certeza de que V. Exa. não gosta que é Pepa Pig. Eu tenho certeza de que V. Exa. não sabe quem colocou esse apelido em V. Exa. Quem colocou foi um blogue chamado Jacaré de Tanga. E a senhora sabe de quem é esse blogue? É de alguém que está aqui conosco e hoje é seu amigo solidário, fala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

tanto que está do seu lado e a parabeniza pela sua atuação. Foi essa pessoa que hoje é seu aliado e lhe colocou esse apelido.

Falaram também do dinheiro público, o dinheiro público que é utilizado para financiar a milícia digital e atacar os aliados, aqueles que são contrários aos aliados do Presidente. Falaram que parece que existem cargos que são utilizados exclusivamente para fazer ataques, como se houvesse alguém a que você paga lá um subsídio mensal, cujo único trabalho é fazer ataques e *fake news* na internet, esquecendo-se de que esses que são os nossos cargos comissionados também têm uma vida. Eles têm uma vida, eles têm perfis e eles têm todo o direito de fazer perfis também de memes. Isso não é nenhum crime ou, a partir de agora, todos aqueles que forem assessores de Deputados não podem ter mais redes sociais?

Mas, já que foram para esse lado do dinheiro público, o Frota recentemente fez um ataque num tuíte, numa enquete, em que ele questionava se o Adélio, na tentativa de assassinato do Presidente Jair Bolsonaro – naquela época, Deputado e candidato à Presidência –, tinha sido incompetente ou distraído. Bom, isso é dinheiro público para fazer ataques à honra do Presidente da República, incitando apologia ao crime.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ataque?

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Aí pode? Nesse caso pode?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Ataque?

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – É ataque, fazendo apologia ao crime. E aí? Deve ser muito tranquilo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – É uma enquete.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Pois é, uma enquete. V. Exa. tem toda razão, V. Exa. sempre tem a razão em tudo que faz, faz ataques...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Eu não vou responder a V. Exa., não. Depois faz o seu direito de resposta, mas eu não falo com pessoas que mudam de lado como mudam de camisa não.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está bom.

(*Interrupção do som.*)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Essa enquete fazia essa associação, querendo comparar o Adélio como se fosse uma pessoa que cometeu um erro ao não matar o Presidente da República. E mais: se quer falar de dinheiro público, a Deputada não respondeu à pergunta sobre a *Folha de S.Paulo*, que diz que a "Deputada Joice usa recurso público de gabinete da Câmara em guerra digital. Ex-líder gasta verba parlamentar com empresa que gerencia redes com ataques a adversários", Fábio Zanini. Se for *fake news*, vamos convocá-lo, então.

Para concluir, Deputada, eu digo que eu realmente fico muito triste em estar aqui, porque tinha uma admiração muito grande por V. Exa., sempre deixei isso muito claro. Não a conhecia pessoalmente antes da eleição. Muitas pessoas até me questionavam, eu via muitas pessoas criticando V. Exa. – alguns até que hoje aqui são solidários e que dão as mãos para V. Exa. como se fossem seus maiores aliados a criticavam, falavam do seu ego, falavam da sua soberba –, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu nunca critiquei, sempre disse que tinha uma dívida de gratidão, porque, diferentemente de V. Exa., eu sou uma pessoa que leva sempre lealdade e gratidão dentro do meu coração.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Em nome de Jesus.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Eu fui e sou muito grato por você ter pedido votos para mim como Deputada Federal, não sem me conhecer, no Rio de Janeiro, mas V. Exa. está sendo muito ingrata com o Governo, muito ingrata com o Presidente Jair Bolsonaro, e eu tenho certeza de que o futuro mostrará quem é quem, as urnas vão lhe mostrar quem é quem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Eu tenho certeza de que a sua eleição pode não estar comprometida, porque tem milhares, milhões de seguidores, mas, quanto ao seu prestígio do lado daqueles que estão do lado de Jair Bolsonaro, que pensam pela fidelidade, pela lealdade, não pensarão boas questões a seu respeito. E pode ter certeza de que a política perdoa até a traição, mas não perdoa o traidor.

Eu queria muito poder não estar aqui falando contigo. Eu relutei demais para um dia vir falar com V. Exa. – sempre disse isso –, mas a traição que V. Exa. e outros Deputados estão fazendo com o Jair Bolsonaro, com o Governo é imperdoável.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, tenho direito de resposta, fui citado três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se V. Exa. foi citado, o direito será concedido, como a qualquer um que for citado aqui neste Plenário.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para explicação pessoal.) – Muito obrigado.

Presidente, depois de assistir aqui ao Deputado que me antecedeu, inclusive com final melancólico, emocionante – parecia até que estava no Fala Que Eu te Escuto –, primeiro, o caso da Rachel Sheherazade foi arquivado, para que ele possa saber, não houve condenação. Então, que fique claro aqui para ele.

Mas, já que ele gosta de falar de processos, no dia 15 de abril: "Humorista obtém vitória judicial contra Carlos Jordy", o humorista Felipe Neto, porque ele havia dito que o Felipe Neto estava ensinando os jovens a entrar na *deep web*. É verdade ou não é? O senhor foi condenado e foi obrigado a tirar o Twitter do ar. Então, o senhor pode rir agora, mas, se há alguém condenado aqui, é o senhor, que, aliás, na homenagem que nós fizemos ao Flamengo, que é o meu time de coração e o seu também, fez uma revelação bombástica de que o senhor, quando me conheceu, sentou no meu colo. Eu fiquei impressionado, porque eu não sabia, eu não sabia que eu já tinha ido aí. Desculpe-me.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Sr. Presidente, direito de resposta.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aí eles falam que eu fiz uma enquete em que eu não emiti nenhuma opinião. Eu apenas fiz uma enquete com uma ferramenta do Twitter, que me dá esse direito de fazer uma enquete, e simplesmente não emiti nenhuma opinião sobre o atentado do Presidente Bolsonaro. Mas eles falam no AI-5, eles falam em fechar o STF, eles falam no jipe com cabo. Não sou eu que falo. Estou vendo aí o trio calafrio falando tanto: "Olha só, cometeu crime". Olha bem. Quem falou em AI-5? Quem falou em fechar o STF? Um atentado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à democracia, tanto é que nós, eu e o Deputado Molon, somos autores para mudar o dia 13 de dezembro para ser o dia da democracia.

E, para terminar, já que falam tanto, eles vão buscar tantas coisas na internet, minha vida é um livro aberto – todo mundo sabe o que eu fiz, o que eu não fiz –, então, para mim, não há problema nenhum.

Londrina, terra de quem? MP apura suposta compra de votos do Vereador eleito. Como a gente vê, não é só... Nós temos que saber que vento que venta lá venta cá. Parece até que são os paladinos da pureza, parece que são todos puros, que nunca cometeram absolutamente nada.

Então, são ataques levianos, que chegam aqui para querer tentar desconstruir, porque o assunto aqui é a CPMI da Fake News. Acho que nós somos, Deputada Joice, maiores de idade e não precisamos de conselho de ninguém para dizer se a gente está seguindo certo ou errado, é um problema nosso. A vida é feita de escolhas, cada um escolhe o que quer e qual o caminho a seguir. Isso tem que ficar muito claro para todos aqui dentro.

E o quanto falarem a meu respeito, eu tenho munição aqui, eu não tenho problema nenhum.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Posso ficar até sábado, domingo, não tenho problema nenhum, mas as coisas têm que ser faladas na realidade.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Já que ele está falando que sentei no colo dele no jogo, na verdade, eu entrei com ele no Maracanã. Em 1992, eu tinha dez anos, mas beleza.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, o senhor é quem falou lá. Está gravado lá.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Como é que eu vou sentar no colo dele se ele admitiu que teve que fazer uma prótese para implantar um pênis?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está gravado lá.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, vamos respeitar o povo brasileiro, que está nos assistindo aí. Pelo amor de Deus!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas esse foi mais...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tem que respeitar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, o problema é que eles ficam excitados com essas coisas a meu respeito.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pela ordem, Presidente, vamos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria que os Srs. Parlamentares...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... não baixassem o nível.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas não está baixando o nível, é porque está se falando aqui... Só um minuto, Deputado Paulo. É porque está se falando aqui, e isso é mais uma *fake news*. Mas não há problema nenhum, a gente está no jogo para jogar, vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, não vamos permitir esse desvio de foco.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu falei aqui, Deputado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É quebra de decoro, não é? Eu acho que a gente tem que...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Fica uma provocação...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas tem que falar a verdade.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Fica uma provocação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Fica uma provocação...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. tem razão, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... recíproca, e nós não podemos perder a perspectiva da seriedade de uma CPI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza.

Com a palavra o nobre Deputado Márcio Labre, do...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aliás, não, desculpa, Deputada. A Deputada Joice ainda vai responder ao Deputado Carlos Jordy.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Vamos lá.

De fato, Deputado Carlos Jordy, eu pedi voto para o senhor no Rio de Janeiro, como eu pedi voto para tanta gente. Quantos são os Deputados hoje do PSL que me pediam vídeo: "Posta nas suas redes, me ajuda", e eu ajudava. E eu disse no seu caso, inclusive na véspera da eleição, que, se eu votasse no Rio, teria votado no senhor. Lamentavelmente eu me arrependo, não pela sua característica de atuação como Parlamentar ou por qualquer conduta ética e moral que possa ser reprovada, mas porque o senhor sabe exatamente o que está falando, o senhor sabe exatamente o que está acontecendo e o senhor vem aqui e desvirtua todo o discurso, fala em lealdade.

Desculpe-me, caro Deputado, mas nós temos lealdade é com o País. Pessoas que fazem o que é correto merecem o nosso apoio. Pessoas que fazem o que é errado merecem que nós assumamos a responsabilidade porque estamos aqui para ajudar a conduzir o País.

Lealdade incondicional no erro, caro Deputado? Isso é de uma estupidez acachapante. Será mesmo que todo mundo com que o Deputado disse que está magoado, que saiu do Governo... Será que todo mundo está errado? Será que todas essas pessoas que ajudaram a fazer campanha e foram leais... Será que todo mundo está errado? Parem para pensar, é um atrás do outro.

E aí, com a maior cara de que não está entendendo nada, eu tenho que ouvir um discurso desse, mas o senhor sabe o que está acontecendo, o senhor falou de *fake news*, o senhor foi condenado. O Twitter apagou a sua publicação, um negócio pesado – um negócio pesado.

Então, essa falta de responsabilidade que está sendo levantada como bandeira chamada de lealdade, mas é uma pseudolealdade, é uma irresponsabilidade com o País. Ninguém aqui pode defender crime – ninguém, ninguém.

O Deputado também falou sobre os assessores. "Ah, mas os assessores têm suas redes sociais, têm que ter as redes sociais." Nós temos aí – Deputado, acho que é bom o senhor anotar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

– os atos de improbidade administrativa, art. 9º e art. 10. A lei é longa, não vou lê-la toda, mas diz que "utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades" é improbidade.

Apenas para que fique muito claro, porque, senão, fica parecendo uma conversa de maluco. A gente fala uma coisa e fica reverberando um outro discurso como se a gente não estivesse mostrando o que está acontecendo. Pelo amor de Deus, em relação a provas, peguem o que está aqui, investiguem, não tem problema nenhum.

Eu sempre fui leal às minhas bandeiras. Quem conhece a minha história sabe que eu sempre fui leal às minhas bandeiras. Agora, eu não posso passar a mão na cabeça de quem tem distorcido a lei sob esse manto de pseudolealdade. Isso é uma fraude, pelo amor de Deus. Pelo amor de Deus, cadê a responsabilidade com o País?

Não venham me dizer: "Ah, não se pode mais fazer meme". Quando se compara um Parlamentar ou uma lista de Parlamentares a um assassino, o Adélio, quando se compara a essa criatura, isso é um meme, isso é uma expressão? Não, isso é crime. Isso é crime. É de uma irresponsabilidade acachapante.

Aí o Deputado Jordy diz: "Olha, é uma organização que foi citada aqui, mas o PT fazia da mesma forma". E nós criticávamos. Nós criticávamos ou não? Quantas vezes nós não fomos para as redes sociais criticar exatamente essa atuação? Aí porque o nosso vizinho está fazendo é bonito? "Ah, não, com esse aqui não pode." Mas com o nosso vizinho pode? É isso?

Exatamente, o próprio Deputado se responde. Exatamente, nós mostrávamos que havia ataques coordenados e criticávamos isso. Mensalinho no Twitter. Por que não houve uma CPI antes? Olha, Deputado, eu não era Deputada. Mas eu acho que deveria ter havido. Aí é um problema da oposição no passado que não investigou e da própria situação.

Abin, a informação sobre a tentativa de uma Abin paralela. Acho também que tem que investigar isso de forma absolutamente séria e chamar essas pessoas que eu já nominei aqui.

Outra pergunta, todo mundo virou robô? Não, claro que não. Eu mostrei aqui o percentual com um programa confiável. Mostrei aqui o percentual. O robô vai onde a tropa direciona, simples assim. E essa narrativa constante de dizer: traição, traição com o Governo, traição com o Governo, traição com o Governo. Eu desafio qualquer um, qualquer um a me dizer qual foi a traição com o Governo. Por que eu não assinei a listinha, que vocês estavam pressionando, usando ministros e fazendo o Presidente da República se apequenar para fazer *lobby* para o filho? O Presidente da República é a entidade máxima deste País, é um homem que tem que saber o tamanho que tem. E isso é traição? Quem viajou o Brasil inteiro na caravana da Presidência fui eu. Quem aconselhava muitas vezes o próprio Presidente... Eu dizia: "Presidente, fica quieto, por favor, porque está dando problema. A gente está querendo R$1 trilhão do Guedes, e aí o Senhor faz uma *live* e diz que R$600 bilhões está bom. Não fala. Ajuda". Fui eu. Quem segurou as ondas aqui fui eu. Quem conseguiu aprovar, com um acordo republicano, decente, com a situação e a oposição, o PLN de R$248 bilhões fui eu, por unanimidade, Deputado. Por quê? Ah, houve o toma lá, dá cá? Não. Houve a garantia de liberação para dinheiro para o Minha Casa, Minha Vida, para atender as pessoas mais pobres. Houve a garantia de liberação de custeio para a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí vem um moleque e fala para mim: "Isso é traição". Isso é traição? Eu já o desafiei na tribuna e o desafio de novo. Se houver uma única pessoa, desses que estavam aqui na frente e que agora viraram tietes, mas nem todo mundo estava nessa mesma onda, se houver um ministro que tenha trabalhado por este Governo metade do que eu trabalhei, eu renuncio ao meu mandato. Durante a previdência, foram 20 horas ininterruptas de trabalho todos os dias, todo santo dia, com o reconhecimento, inclusive, desses que hoje me atacam.

Então, caros, não há como colar no povo brasileiro que pensa essa narrativa de traição. Parem para pensar: todo mundo? Todos esses Parlamentares realmente traíram o Governo do dia para a noite, todos esses ministros? Pelo amor de Deus, não é preciso ser muito inteligente! Uma criança de sete anos entende o que está acontecendo. E eu via o constrangimento do Deputado. Ele não conseguia olhar no meu olho, constrangido, porque ele está cumprindo uma missão, um serviço. Eu via o constrangimento do Deputado Felipe. Ele não conseguia olhar no meu olho. Eu disse aqui para ele baixinho, sussurrei, falei: "Você está mentindo". E ele baixou os olhos.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Cabeça baixa, os dois.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Gente, isso é vergonhoso, isso é vergonhoso!

Não se pode acadelar um Parlamentar, desculpem-me pela expressão forte. Não se pode fazer uma coisa dessas. Não interessa que governo seja. E eu só estou falando de Governo agora, porque eles citaram Governo. Vocês são testemunhas de que o tempo todo eu estava mostrando o que acontece nas redes, o tempo todo. Quem falou em Governo e em traição foram esses dois Parlamentares que aqui estavam. É o óbvio o que está acontecendo.

Sobre a *Folha de S.Paulo*, o que o Deputado perguntou. É *fake news*? É. Está aqui: conversa com o Fábio Zanini, da *Folha*. Eu posso disponibilizar também para a CPMI, só para matar a curiosidade dos colegas. Ele foi atrás de uma assessora que é contratada PJ, via PJ, que ganha R$2,5 mil, para filtrar as demandas que chegam. Ou alguém acha que eu consigo filtrar as demandas que chegam não só de São Paulo, mas também de todo o Brasil? Agenda... "Ah, muito obrigada". A equipe da Joice Hasselmann responde, manda coraçãozinho. É muito diferente de chamar pessoas de prostitutas, de porcas, de traidoras, de assassinas, ou não? Todos os Parlamentares aqui que têm redes sociais têm assessor para cuidar das redes sociais, não de massacres orquestrados. Isso é crime.

Então, mais uma citação aqui: a esquerda raivosa. Ele falou das curtidas no tuíte. Eu fiz esse tuíte. Eu sempre dou a cara para bater. É verdade. Porque houve uma briga ideológica quando se aventou que houvesse uma espécie de comemoração, de lembrar o regime de 1964. E eu fiz esse tuíte. E acho realmente que naquele momento os militares tinham que intervir, porque ou você tinha o que se chama de ditadura de um lado ou de outro. Qual foi o problema na minha visão? Isso é público. Está nos meus vídeos. O tempo que ficaram. Era uma intervenção. Era para chegar, limpar a bagunça, segurar um golpe de qualquer lado e depois promover eleições democráticas. E pronto! Nunca escondi isso. Agora, isso não significa que eu estou defendendo o AI-5, como uns idiotas aí que agora – desculpem a expressão –, idiotas mesmo que se intitulam agora 100% Governo, parará, tentam... A própria Deputada aqui fez uma montagem pegou meu tuíte, Joice falou: "Que legal! Vamos lembrar o dia do regime, o março de 1964, que iniciou o regime". Aí coloca eu falando do AI-5. O que tem uma coisa a ver com a outra? O fato de eu apoiar a rememoração da história não significa, num momento como esse,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

que é totalmente diferente, em que o Brasil precisa de mais democracia, apoiar o AI-5. Isso é estupidez. Nem a pessoa com mais mal caratismo realmente acredita nisso. Então, entendam de novo, trata-se de narrativa.

Acho que que eu respondi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao nobre Deputado Márcio Labre, do PSL do Rio de Janeiro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Gente, só um pouquinho. Está havendo a votação da urgência do pacote anticrime. Eu gostaria de votar. Se for possível suspender por cinco minutos, eu vou e volto. Vamos lá. É o tempo de ir e voltar.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Vamos lá votar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fica suspensa a reunião pelo prazo de dez minutos.

Srs. Parlamentares que desejarem votar, nós vamos suspender a sessão por dez minutos.

(*Suspensa às 19 horas e 22 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 34 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Reaberta a presente reunião.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Sr. Presidente, eu fui citado nominalmente enquanto estava indo votar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado. Eu já disse a V. Exas. que concederei a todos que forem citados, mesmo não estando no Regimento, que só permite a duas pessoas que forem citadas responderem, mas esta Presidência está sendo muito condescendente, já que o debate está muito rico.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – É verdade, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas já que V. Exa. foi citado, será o primeiro a fazer uso da palavra, antes do Deputado Labre, do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É só porque ele foi citado. Ele tem um minuto porque foi citado.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para explicação pessoal.) – Eu tive que sair por conta da votação nominal. Tenho as minhas responsabilidades como Deputado. Corri e voltei.

Mas, nesse meio-tempo, fiquei sabendo que a Deputada disse que eu estava acadelado e que eu não estava olhando no olho dela. Isso é uma grande mentira. Isso é uma grande mentira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Bom, todos aqui me informaram isso. Todas... As redes sociais informaram isso...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então o senhor está mal-informado mais uma vez, porque eu disse que Parlamentares não podem se acadelar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Jordy, se ela está falando que não falou, eu acredito que...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, está aí.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Bom, disseram que eu estava acadelado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos confiar na palavra de uma Parlamentar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O senhor está mal-informado.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Então, todos estão mentindo e, como sempre, ela está correta. Eu não tenho problema algum de olhar no seu olho.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, veja o áudio. Veja o áudio!

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – A Deputada...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja o áudio!

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Tudo bem.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Para não falar besteira mais do que já falou.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Tudo bem. A senhora só fala besteira!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por favor! Pelo amor de Deus!

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Além de trair o Governo, fala muita besteira. Não tenho problema nenhum em olhar no seu olho, não tenho problema em olhar em olho de traidores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Márcio Labre, PSL, Rio de Janeiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente! Sr. Presidente, só, como Líder aqui, eu queria passar uma...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – ... informação aqui, chegou agora pelo *O Globo*, o posicionamento do Presidente da República sobre esta sessão aqui, dizendo:

> Tem um idiota prestando depoimento a esta hora lá", diz Bolsonaro sobre a CPI das Fake News.
>
> Sem citar o nome da deputada Joice Hasselmann, o presidente negou que exista "o gabinete do ódio" [no Palácio do Planalto] para coordenar ataques em redes sociais.
>
> Enquanto a deputada [...] prestava esclarecimentos [...], o presidente [...], durante uma visita à feira popular em Brasília, disse [...] [isso:] [...] havia "um idiota prestando depoimento a esta hora [...]", sem citar nominalmente a parlamentar.
>
> O presidente disse não temer nenhuma reação no Congresso com o inquérito que apura a existência do "gabinete do ódio", supostamente formado por assessores do Palácio do Planalto e ligados à família Bolsonaro, que seriam encarregados de coordenar ataques virtuais e disseminação de notícias falsas nas redes sociais.
>
> [Ele disse:] "Chance zero. O gabinete do ódio inventaram, e alguns idiotas acreditaram. Outros idiotas vão até prestar depoimento, como tem um [...] [agora] prestando [...] a esta hora lá [...] O presidente ficou cerca de 30 minutos no local.

Pronto.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Só uma referência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – O padrão do Presidente, essas palavras do Presidente em público, sempre quando há qualquer tensionamento, são muito pesadas. Mesmo com tamanha grosseria, deslealdade e falta de gratidão com quem sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhou com ele, e continua trabalhando no que for bom para o Brasil, eu ainda dou o benefício da dúvida, porque, se o Presidente não sabe da existência, nós estamos fazendo realmente um trabalho excepcional de informá-lo que existe, com as provas, para que se tome alguma providência em relação a isso.

E, para que todos saibam, eu estou acompanhando, mesmo aqui, o que está acontecendo nas redes, a atuação dos robôs, então nada fica em oculto. A gente consegue fazer o rastreamento, as pessoas que já apagaram perfis, isso também já está na nuvem, até porque nós sabíamos os perfis antes, então, só essa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Labre.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Agora vai, hein?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora vai! Eu sei que V. Exa. está ansioso para fazer uso da palavra.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Não, eu estou calmo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está calmo? Então...

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Eu estou plácido. Tendo o senhor como comandante, o senhor faz lembrar o meu avô, o senhor é gente boa demais, pela calma e pela tranquilidade.

Bom, boa noite a todos. Vou abrir aqui essa... Quanto tempo que eu tenho, doutor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Labre, só queria que V. Exa. fizesse uma retificação: o senhor me acha com idade de ser seu avô? Não é possível! (*Risos.*)

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Não, mas o senhor me lembra muito o meu avô. Lembra muito. O jeito do senhor lembra.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, se é a lembrança, está desculpado.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – É porque lembra mesmo. Não é pela idade, não. É pelo jeitão.

O meu avô já foi embora já, está tudo certo.

Se o senhor quiser ocupar o lugar dele, está tudo bem também.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu espero demorar muito ainda, ouviu, Deputado?

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ. Para interpelar.) – Não, não, o senhor vai longe ainda.

Então, é o seguinte: eu vou abrir aqui essa conversa de hoje, aproveitando esse tempo que eu tenho. Depois, todo mundo vai entender o porquê. Eu vou abrir, falando de um assunto que aparentemente não tem nada a ver, mas, depois, vai tudo se encaixar.

Existe um transtorno que atinge mais ou menos três em cada dez pessoas no mundo, que é diagnosticado como transtorno narcisista. Isso atinge mais ou menos 30% da população mundial. Basicamente, as características desse transtorno são: pessoas cuja motivação existencial é se cercarem de serem servidas por outras pessoas. Elas não vivem pela motivação coletiva, elas não vivem pela motivação de comunidade. Elas vivem para atender aos seus projetos pessoais, existenciais e, para isso, elas desenvolvem algumas habilidades, que são a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

capacidade de sedução, a capacidade de manipulação, e isso faz com que elas consigam ter em torno delas uma série de pessoas e aí elas conseguem conduzi-las.

Geralmente, são líderes, são manipuladores, são narcisistas, mas o que é importante dizer aqui é o seguinte: essa capacidade, esse transtorno faz com que as pessoas tenham uma motivação, sempre, no final de tudo, de benefício próprio, pessoal.

Portanto, eu vi uma declaração – depois, eu vou encaixar isso no final –, eu vi uma declaração da depoente se defendendo, dizendo que ela trabalha bastante e, mais uma vez, eu percebo que isso se repete frequentemente aqui, ela se defende do que não está sendo atacada e ataca o que não está sendo defendido.

Nunca ninguém, de todas as pessoas que eu conheço, ninguém nunca negou que a depoente, de fato, é uma pessoa muito dedicada, trabalha bastante, sempre foi, até, de certo modo, tem uma grande competência naquilo que faz, entretanto, a motivação não é exatamente, não é exatamente o bem do Presidente, o bem do Governo. É, no final das contas, uma projeção pessoal e política, o que não chega a ser um crime, mas também desmonta essa ideia de que "eu estou preocupado com o País", "eu estou preocupado com que as coisas deem certo". Não, "eu estou preocupado com que o meu projeto dê certo".

Sobre um amigo, não o que me antecedeu, mas o que fez várias intervenções, eu não vou citar o nome para não dar o direito de resposta, que tentou, de alguma forma aí, mencionar o Presidente da República por não saber o que é a Ancine, eu gostaria de lembrar ao amigo que, obviamente, na estrutura do Estado é muito difícil que você tenha um gestor público que conheça todos os órgãos, isso é normal; Parlamentares que conheçam todas as leis, conheçam todas as legislações, dominem o Regimento Interno; é normal e é natural que as pessoas não saibam.

Então, por exemplo, esse amigo, quando esteve aqui na reforma da previdência, por várias vezes, me chamou no canto e falou: "Meu amigo, o que é BPC?". E era uma pessoa que estava coordenando o trabalho de combate na reforma da previdência e não sabia o que era BPC.

Então, beleza, isso é normal. Não saber não é crime.

Então, isso é só para ficar registrado.

Agora, em relação ao que eu vi na apresentação da depoente, da convidada, eu gostaria de deixar agora algumas perguntas para serem respondidas.

A primeira: no finalzinho do ano passado, pouco antes da eleição, a senhora fez uma declaração pública em suas redes sociais de que uma grande revista teria recebido R$600 milhões para arrebentar com Jair Bolsonaro na campanha, para, enfim, assassinar a reputação dele. A senhora fez essa declaração textualmente nos seus vídeos nas suas redes e disse que, inclusive, isso seria revelado posteriormente.

Esse assunto morreu, nunca mais foi tratado, não tivemos nenhuma evidência de que esse assunto teve prosseguimento. Então, eu gostaria de saber da senhora – a primeira pergunta – se, de fato, aconteceu isso, se isso se transformou em um inquérito policial, se sim ou não, se ele se transformou, se a senhora poderia nos informar se esse inquérito, qual é o *status* desse inquérito no momento.

Segunda questão: a senhora também, dois dias antes da eleição, fez uma peça, fez uma chamada jornalística bombástica, praticamente aterrorizando a população brasileira e os eleitores – inclusive isso resvalou nas minhas redes, eu tive que fazer uma contenção –, dizendo que havia um *hacker* que ia contar tudo e que já tinha garantido que as eleições seriam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fraudadas. E aquilo foi: "Bomba! Bomba! Bomba! Eu conheço o *hacker.* Esse *hacker* vai mostrar que ele vai fraudar as eleições, e eu vou mostrar para vocês quem é o *hacker*".

E a única coisa que aquilo produziu foram *likes* e ampliação dos seus seguidores, porque, no final das contas, as eleições passaram, esse *hacker* não foi apresentado, e nós não sabemos até hoje o número desse inquérito, para que lado isso foi parar.

Então, são duas situações que a gente pode chamar, poderíamos chamar hoje, já que nós não temos um resultado disso, podemos chamar de *fake news*, porque nada se comprovou – nada se comprovou. Então, sim, podemos já dizer que a senhora já praticou duas *fake news*.

Quando a senhora começou a sua apresentação, a senhora tratou de mostrar alguns gráficos. O primeiro foi uma grande, foi uma simulação do globo terrestre, uma série de pontos, aqueles gráficos de uma bolha, como uma tentativa de tentar enriquecer o argumento, como se aquilo fosse uma comprovação cabal de que existe uma estrutura montada para atacar pessoas. Aquilo ali é um mapeamento de rede. Vários *softwares* e *apps* na internet demonstram aquilo. Aquilo são *softwares* de rastreamento e que mostram estatísticas de forma gráfica.

Então, assim, eu posso dizer para todos vocês aqui como alguém que sabe razoavelmente do que está falando que aquilo não quer dizer nada. Aquilo não quer dizer nada. É só encheção de linguiça.

Uma outra pergunta: como a senhora e as pessoas, que afirmam aqui, insistentemente, que existem robôs – e eu estou procurando esses tais desses robôs –, por que vocês conseguem afirmar que existem robôs, e as empresas, o Twitter, o Facebook, o YouTube, seja lá quem for, todas essas empresas, que têm algoritmos ultracomplexos, que têm gerentes, que têm coordenadores, têm administradores de todo o sistema de TI deles, de fluxo de informação de dados, Ph.D., os caras do mais alto nível de inteligência, os caras com QI acima de 130, que controlam essas redes, eles, que são eles, não conseguem conter esses robôs, não conseguem identificá-los? Mas, aqui, os peritos que vocês apresentam conseguem, assim, por achismo, por analogia, por ligação de dados subjetivos, montar uma ideia de que existem robôs.

Então, eu gostaria de saber baseado em que, tecnicamente e materialmente, vocês conseguem enxergar robôs e, se vocês que não são de dentro da estrutura da administração dessas redes sociais conseguem enxergar, por que as redes sociais e os seus administradores não conseguem enxergá-los e derrubá-los imediatamente? Por que os algoritmos não conseguem fazer isso, mas vocês aqui, nós da política conseguimos?

Então, para mim, essas afirmações de que nós temos um monte de robôs não passam de ilações, porque, na verdade, a gente desconfia de que algumas rotinas – rotinas – são feitas por programadores. Mas aí você dizer que existe uma estrutura de robôs montada... Até agora não vi uma evidência aqui, técnica, que diga assim: "É assim, a linha de instrução é essa, o programa é descarregado desse jeito, ele entra com esse fluxo". Se botar um técnico aqui, provando isso, a gente pode reavaliar.

A pergunta que eu faço também para a depoente, que eu gostaria que a senhora anotasse e respondesse depois, e aí vale o juramento: a senhora nunca, em toda a sua vida, nas redes sociais, nunca usou uma ferramenta – é uma pergunta –, nenhuma ferramenta de impulsionamento, nenhuma ferramenta de alavancagem, nenhuma ferramenta – porque está disponível no mercado, legalmente, existem várias –, a senhora nunca usou nada disso? Tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

que a senhora tem hoje de seguidores foi 100% orgânico? A senhora pode afirmar e provar isso se nós precisarmos levantar essa informação?

Então, anota essa pergunta. Eu quero que a senhora responda, é uma pergunta binária, é sim ou não: é 100% orgânico? Beleza?

Como a senhora pode provar, depoente, que um disparo de robô custa R$20 mil? Como eu posso ter certeza de que a senhora está me falando a verdade? Que materialidade a senhora tem? A senhora tem fontes? A senhora perguntou? A senhora gravou alguma transação? A senhora acompanhou alguma transação financeira? A senhora viu alguém recebendo um boleto? A senhora viu uma transferência sendo feita? A senhora transacionou alguma coisa que prove que alguém paga R$20 mil e recebe um disparo de robôs?

Então, se isso não conseguir ter materialidade aqui para ser demonstrado, também é só ilação.

Então, fica aí a pergunta para ver se a senhora consegue demonstrar isso.

Mais uma pergunta que eu acho importante: baseado em que, com que dados técnicos – técnicos –, linha de instrução, precisa estar demonstrado – demonstrado –, se consegue comprovar que existem 1,4 milhão de robôs na rede do Aliança, na rede do Presidente Jair Bolsonaro? Dizer que existem 1,4 milhão porque o perito da Universidade de Cambridge estudou, isso não quer dizer nada. Eu quero uma prova cabal, material, de que existem 1,4 milhão de robôs. Então, gostaria de saber qual é a prova. Estudo de achismo não vale.

A senhora critica, dona depoente, as certificadoras digitais, mas isso passou a ser uma preocupação para a senhora a partir do momento em que o Aliança conseguiu obter a possibilidade de fazer coletas de assinaturas biométricas.

Então, agora, as certificadoras digitais passaram a ser suspeitas, mas ontem elas não eram. Eu gostaria de saber por que agora elas são, uma vez que elas têm fé pública, todos os critérios que são exigidos para que uma certificadora digital possa operar são cumpridos, então, estão dentro da lei, e aí, mesmo sem saber como vai ser a maneira de coletar, a senhora já se antecipou em dizer que as certificadoras são suspeitas.

Então, eu quero perguntar à senhora: isso é uma tentativa de enfraquecer a campanha que será feita para a criação do novo partido? Sim ou não?

Mais uma pergunta: com base em qual evidência técnica a senhora afirma que o Aliança já tem 40 mil robôs?

Mais uma pergunta: a senhora declarou aqui que a página Ódio do bem é um perfil falso e a página Isentões é um perfil falso. Eu não reconheço como perfil falso. É um perfil de sátira, é um perfil que pode até ser que cometa calúnia e difamação como vários outros que a senhora demonstrou aqui.

Todos os que cometem calúnia e difamação, já há amparo jurídico para ser resolvido. É bom que eu abra parêntese de novo, Presidente, sabe por quê? Porque isto é uma CPI para apurar notícia falsa, não é CPI para apurar calúnia, injúria e difamação. Dessa CPI não se precisa. E o que eu ouvi da demonstração da depoente foi demonstração legítima, em muitos casos, porque é inadmissível atacar a pessoa dela, a questão pessoal. Inadmissível. Por mais que eu tenha todos os problemas com ela, jamais eu reproduziria um apelido de animal como aquele que foi utilizado para ela.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Agora, o que a senhora demonstrou aqui foi apenas calúnia, difamação e injúria. Eu não vi nada, nada de *fake news*.

Então, o Ódio do Bem e Isentões são páginas de sátiras, que eventualmente podem cometer crimes e têm que pagar pelos crimes.

Mais uma coisa para finalizar. A senhora, em muitos momentos, aplicando-se o que falei lá no início sobre a questão do transtorno narcisista, ele se revela nesses momentos. Uma característica fundamental é a pessoa que sempre, sempre, sempre, em 100% dos casos, conjuga o verbo na primeira pessoa do singular: eu fiz, eu resolvi, eu falei, eu chamei. E várias vezes, nesse caso da saída do Governo, e também quando disse que praticamente foi ela que deu a eleição para o Jair, porque ela chegou e apoiou.

Eu queria apenas dizer o seguinte: infelizmente é um caso do transtorno que eu falei, e acho que a solução é muito difícil – vou encerrar em 30 segundinhos –, é uma solução difícil. Gostaria, porque ela tem competência, mas, infelizmente, a conduta a levou a essa condição. Hoje ela está aqui como convidada, mas de fato a maior parte dos problemas que a depoente, que essa senhora está passando é por conta do seu comportamento, não é por conta de perseguição. As pessoas perceberam isso, o eleitorado percebeu, e nunca é tarde para mudar quando se quer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria aproveitar, nobre Deputada, antes de V. Exa. responder ao Deputado Labre: V. Exa. fez um juramento no início da sua oitiva, o que não havia necessidade, porque a senhora aqui está como convidada. A partir do momento em que a senhora fez um juramento – eu não estou dizendo que a senhora vai mentir –, aconselho que só fale a verdade, para evitar que haja um processo por quebra de decoro parlamentar por faltar à verdade.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Não precisa, Presidente. Eu estou imbuída em falar a verdade.

Só uma informação aqui para que vocês saibam: a *hashtag* que foi criada enquanto eu estava aqui na CPI, #JoiceTraidora, os robôs estão disparando de 0 a 600 tuítes por minuto. Então, a cada minuto, eles disparam 600 tuítes, a cada minuto, e retuítam. Então, o levantamento está sendo feito também.

Vamos lá. É interessante que a gente tem até terapia, diagnóstico de terapeuta aqui na CPI. Achei interessante. Eu não vou responder a essa bobagem toda de transtorno de sei lá das quantas. Vamos aos fatos.

Em relação à informação dita, à primeira pergunta: "no final do ano passado, uma grande revista ganhou 600 milhões". Primeiro, não foi uma grande revista, eu disse que foi um grupo de comunicação. Houve uma reunião... Eu falo tim-tim por tim-tim nos vídeos que eu fiz que houve uma reunião em São Paulo com um grupo de pessoas, gente ligada a partidos políticos, e que houve essa proposta para que esse grupo de comunicação ficasse na linha de ataque. O valor seria esse; e o pagamento, um pouco em espécie, e o restante, como é muito dinheiro, em bitcoin, que é também mais complicado de rastrear. Por óbvio, eu deixei muito claro e me coloquei à disposição de qualquer um que quisesse eventualmente tomar o meu depoimento. Aventou-se um monte de coisa, que foi revista A, B ou C. E o negócio, por óbvio também, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

desfeito, porque correu como rastilho de pólvora. Eu, como responsável pela notícia e por uma informação tão grave quanto esta, não podia ficar calada. Ponto.

Segunda pergunta: "Dias antes da eleição, a senhora disse que tinha um *hacker*, que conhece o *hacker*, e o *hacker* não foi apresentado". O Deputado tinha que fazer a lição de casa um pouquinho melhor, porque o *hacker* foi apresentado no outro dia. E o senhor pode ver o vídeo. O vídeo está aí, claro, obviamente, sob a condição de sigilo. E mais do que dizer que poderia haver uma mudança de rotina nos servidores no caso das urnas... Todo mundo se lembra de que a gente estava num período de muito ebulição. "Alteração de rotina", ele disse, "eu sei quem faz, eu sei onde está". Eu cheguei a falar sobre isso com o Presidente da República, à época. Até ele falou: "Ah, mas a gente está aqui em primeiro lugar. Será que se você divulgar essa a informação não vai ter problema, não vão questionar a minha eleição?". Eu falei: "É uma informação muito grave. Então, eu tenho que divulgar". E eu divulguei e entrevistei esse *hacker*. Inclusive, à época, no dia da eleição, alguns técnicos... Segundo me informaram o próprio Deputado Celso Russomanno e pessoas do Palácio, alguns técnicos em TI acompanharam toda a operação dentro do TSE para garantir a lisura das eleições. Então, pode perguntar ao Deputado Celso Russomanno, que tem peritos que trabalham com ele nessa área também.

"Como o Twitter e outras empresas não conseguem identificar?" Qualquer um de vocês que converse com qualquer perito da área digital ou qualquer *hacker* ou qualquer um que entenda disso aqui sabe que existem robôs, por óbvio. O papel do Twitter e de outras plataformas não é necessariamente ficar investigando isso. Se fosse uma coisa feita por amadores, nós não teríamos tantos robôs nas redes sociais. É óbvio que isso é feito...

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – O algoritmo trabalha automaticamente. É só botar no algoritmo que ele trabalha automaticamente e derruba...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por favor, Deputado.

É óbvio que isso é feito de maneira muito profissional, e não de maneira amadora. E creio eu que um dos papeis desta Comissão é justamente chegar à verdade. É para isso que estamos aqui.

"Ferramentas de impulsionamento, já usou?" As minhas redes... Eu sou da época do Orkut ainda. Eu tinha Orkut, tinha o blogue. Aí veio o Facebook, eu fiz o Facebook. Na época da campanha, foram feitos alguns poucos impulsionamentos declarados à Justiça Eleitoral. E, depois que eu tinha mais de um milhão e tanto de seguidores já no Facebook, nós testamos algumas vezes fazer – três ou quatro vezes, eu não vou me recordar de quantas vezes – o impulsionamento, mas não dá resultado para mim, porque o meu seguidor é orgânico. Então, é uma idiotice gastar dinheiro com isso. É simples assim, é matemático. "Quantas vezes foram feitas?" Sei lá, meia dúzia, três, quatro, não sei, mas nunca foi um hábito, porque eu já tinha um número grande de seguidores. Eu acredito que o impulsionamento possa ser feito só no Facebook, eu não sei se pode ser feito em outras ferramentas, mas especificamente no Facebook... Veja, eu tenho mais de um milhão de seguidores no Youtube, aí tem o Facebook, aí tem o Instagram e tem o Twitter. Então, é isso, Deputado. Mas eu também coloco à disposição. Se quiser vasculhar as minhas redes... Inclusive para a CPI, está à absoluta disposição.

"Como saber que a transação custa R$20 mil?" Pura e simplesmente porque esses técnicos, esses peritos, combatem exatamente isso. Eles sabem das informações. É gente que foi da polícia, que faz esse tipo de perícia técnica. Esse não é um número que se tira do além.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

"Por que a certificadora é suspeita?" Eu não disse que é, eu disse que é um risco; que, pelo volume de robôs que nós estamos monitorando, nós temos que ter um compromisso claro com o processo democrático, para que nós possamos... Crie-se partido A, B, ou C, pouco me importa, mas que seja dentro das regras legais. Existe lei eleitoral, ela tem que ser cumprida. E o TSE deu uma autorização, mas não regulamentou. Então eu acredito, Deputado, que o senhor também não gostaria que houvesse qualquer tipo de fraude na criação de qualquer partido, seja o que o senhor vai migrar, seja de outra ideologia. Nós queremos que a coisa seja feita com luzes sobre ela. Não vejo problema em que se monitore isso de maneira absolutamente legal.

Aí o Deputado disse: "ela disse que ela deu a eleição para o Jair". Eu não disse isso, Deputado. O que eu disse é que eu trabalhei, e muito. O senhor falou até que eu falo que trabalho muito. Eu trabalho muito mesmo. É um problema. Eu preciso até aprender a trabalhar menos. Eu nunca disse que eu dei a eleição ao Jair. O que eu já disse algumas vezes – isso é fato – é que, quando eu entrei na campanha dele como mulher, nós tínhamos levantamentos, caros Deputados e Senadores, de qual era a visão que as mulheres tinham em relação ao Presidente, e a visão era muito pesada. Chegou ao ponto de, em algumas regiões do Nordeste, a rejeição ser de 78%. Essas são informações de monitoramentos que a própria campanha fazia. Então, eu tentei concentrar muito a campanha com mulheres. Fiz campanha em tudo que é canto. Vocês vão ver viagem minha... Depois que aconteceu aquela fatalidade do maluco lá, do Adélio, eu viajei com o Mourão, a gente tocou a campanha no Paraná, porque eu nasci no Paraná. Então, eu nunca disse que eu dei a eleição ao Presidente. Isso é uma falácia. Quem deu a eleição ao Presidente foi o povo brasileiro, e todos nós, mais ou menos – alguns mais, outros menos – ajudamos nesse processo. Alguns foram mais ajudados, outros ajudaram mais. Eu concorri em um Estado em que eu disputei o voto com o filho do Presidente da República, Deputado Márcio Labre. E eu fiz campanha ininterruptamente para o Presidente, isso é público. Isso está claro e notório. Por óbvio, o Presidente conta com o meu respeito – eu sei – e eu conto com o respeito dele, apesar dessas rusgas. Eu me engajei de corpo e alma. Eu posso lhe passar vídeos em Minas, no Nordeste, no Sul do País, em São Paulo. O que eu estou dizendo não são ilações; são fatos, simples fatos. Então, é isso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente... Só uma pequena questão de ordem, Sr. Presidente. Pequena.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Ivan Valente, pelo PSOL.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu acho que eu respondi tudo, Deputado. Se houver mais alguma dúvida, eu posso responder depois pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Ivan.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sabendo V. Exa. que não pode fazer nenhuma pergunta à nossa convidada.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela Liderança.) – Articularei o discurso de forma que a Deputada Joice faça uma boa interpretação da minha fala. Obrigado.

Deputada Lídice da Mata, Relatora; Deputada Joice, eu, como Líder de bancada... Estão lá votando inclusive o pacote anticrime, e eu tenho que ir para lá, mas eu fiz questão de vir aqui ver, fiz questão de ficar um tempo razoável aqui hoje. O que eu vi foi um circo de horrores. Eu convivi 20 anos aqui como Deputado com o Jair Bolsonaro. Ele foi Deputado 28 anos, não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

nenhum neófilo. E digo mais: V. Exa., num dos seus pronunciamentos, colocou que ele era "um fofo". Eu quero discordar de V. Exa.: ele é um troglodita. E ele é um troglodita por várias razões, é só ver as declarações dele e pegar a listagem que o Deputado Frota, que também apoiou a campanha, listou ali das questões. Então, ele apoia tortura, ditadura, AI-5, é homofóbico, é racista, é machista, e ele é explícito mesmo. Ninguém pode negar isso, porque são frases textuais.

Então, eu queria dizer a V. Exa.: V. Exa. se colocou como uma democrata de qualquer forma – de direita, mas democrata.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Isto aqui não é democrático: apoiar o AI-5. E queria até depois... Se V. Exa. comentasse eu acharia ótimo. Apoiar tortura é democrático? Não é. Então, eu acho que é melhor rever esses conceitos, porque ele agrediu as mulheres e V. Exa. também. V. Exa. foi duramente agredida, e nisso eu me solidarizo, porque eu faço política em cima de ideias e há mais de 45 anos, não só como Parlamentar – em cima de ideias. O que está havendo neste País é a era da mentira. Por isso que esta CPI se chama CPI da Fake News.

Então, queria dizer o seguinte: esse depoimento que V. Exa. deu foi um dos mais importantes. Sim, é grave, é gravíssimo o que foi colocado aqui. Isso eu não vou desqualificar, não; vou qualificar o seu depoimento. Independentemente dos seus motivos, eu vou qualificar, ele é qualificado. E a Deputada Lídice vai usar, como Relatora, a peritagem. Tudo que foi colocado são questões graves, porque, na verdade, não é só o Presidente: o Carlos Bolsonaro, o Flávio Bolsonaro são líderes de uma rede especializada em campanhas de difamação de notícias falsas usando aplicativos. Isso é muito grave. Sabe quem é o chefe deles todos? Jair Bolsonaro. Não há como separar.

E aí eu quero falar do tal Gabinete do Ódio. Eu tenho pouco tempo aqui. Deputada Joice, eu mandei dois requerimentos de informação que eu vou agregar ao relatório aqui da CPI, perguntando quem é o Gabinete do Ódio – não usei esse termo –, quem são estas pessoas: Filipe Martins, José Matheus Sales Gomes, Tércio Arnaud e o outro Mateus? A resposta deles é um *show* de hipocrisia e cinismo. E, em vez de falar logo que eles são milicianos digitais mesmo, vão falar que eles são servidores que ocupam cargos de assessor chefe, adjunto da Assessoria Especial da Presidência da República. O dia inteiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – ... tuitando aí, fazendo toda essa questão.

Então, eu acho que esse documento aqui, o requerimento de informações, quando é enviado para a Câmara, assinado pela Presidência da República, que vem do Gabinete da Presidência, ele tem que ter um caráter... Não se pode mentir, sob pena de crime de responsabilidade, Deputada Lídice. Segundo o requerimento, eu fiz sete perguntas, e o último perguntava exatamente isto: quem são as pessoas que administram as redes sociais pessoais do Presidente da República para a divulgação da sua comunicação oficial? Olhe a resposta, Deputada Joice: "o Senhor Presidente da República, é ele mesmo que administra suas redes pessoais e pessoalmente seleciona os conteúdos a serem postados", ou seja, o Presidente não faz, não governa, só fica fazendo *fake news* o dia todo. A equipe, o gabinete da maldade ou do ódio, o que for, isso aqui é uma mentira, que o Presidente mesmo... Até porque o Carlos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bolsonaro tem a senha. Está certo? Então, essa resposta, Deputada Lídice, é uma grande mentira.

Eu vou deixar esses dois requerimentos para a CPI para que elas sejam usadas como comprovação de mentiras, porque, em todos os artigos do Regimento Interno da Câmara e da Constituição, mentir ou deixar de responder em um mês os requerimentos é crime de responsabilidade. Então, eu peço que, Deputada Joice, neste momento... Esse depoimento e o depoimento do Deputado Frota também são depoimentos que foram feitos de forma que a gente aproveite o máximo, sem desqualificar, independentemente das intenções de V. Exa., independentemente do que aconteceu com V. Exa. V. Exa. foi vítima de agressões porque a agressão é generalizada, a mentira é generalizada.

Eu termino com isto: na verdade, as *fake news* começaram antes da eleição – antes da eleição.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – As *fake new*s são de antes. Então, essa eleição foi fraudada por Jair Bolsonaro, que só aceitaria o resultado se tivesse o voto impresso, mas, como ele ganhou, ele esqueceu o voto impresso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela Liderança do PT, o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu acho que os trabalhos estão se estendendo em demasia e provavelmente daqui a pouco o chamamento lá na Câmara vai nos tirar aqui do seguimento, mas acho que o que já foi dito é suficiente, embora tenham dito, tentado colocar até um Lula Livre...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Era só o que me faltava.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... na boca da nossa Deputada, o que evidentemente é uma provocação, porque todos sabemos as convicções dela. É uma tentativa de desqualificação. E, na verdade, a Deputada, sem ser obrigada a isso, porque era uma convidada, fez um juramento de dizer a verdade; mais que isso, veio aqui depor após ter recebido, como ela disse, muitas ameaças pela internet. E quatro ministros – declarado por ela –, se não a ameaçaram, procuraram...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não ameaçaram.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... que não a ameaçaram, procuraram dissuadi-la de vir aqui.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aconselharam.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pouco importa. Foi uma tentativa de que a senhora não viesse ou, se viesse, não falasse nada. Como, aliás, deve ter acontecido com o Gen. Santos Cruz, que, por lealdade às Forças Armadas, disse algumas coisas que... Nós, na verdade, as dissemos, e ele confirmou.

Pois bem, são revelações gravíssimas. Eu quero ressaltar isso, porque nós entramos aqui numa fase em que um xinga o outro, um fala do outro... Bom, eu não vou entrar no mérito, porque houve, como se diz na linguagem popular, muita baixaria, cenas hilárias também, que servem para desqualificar a seriedade desta CPMI e a gravidade dos fatos que foram aqui relatados. Não são poucos: a tentativa de criação de uma Abin paralela e a indicação do diretor-chefe da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abin pelo filho do Presidente da República Carlos Bolsonaro; a existência de um puxadinho dentro do Palácio do Planalto – na verdade, são os filhos do Presidente e um grupo que, segundo o Gen. Santos Rosa, cerca o Presidente e impede até que as pessoas tenham acesso a ele –; e mais, denúncia de robôs, denúncia de utilização de dinheiro público em vários gabinetes, não porque as pessoas estão lá como assessoras de imprensa, que podem ter suas redes, mas durante o horário de expediente estão propagando notícias falsas e derrubando reputações. Então, essa gravidade em nenhum momento pode ser minimizada aqui. E nós vamos ter que indiciar pessoas. Já há razões para isso.

E a tentativa final de desqualificar o depoimento foi quando o Presidente da República, supostamente, numa informação, chama a depoente de idiota, que é uma maneira também de desqualificá-la, logo aquela que trabalhou tanto pela eleição dele.

Eu queria ressaltar isso aqui. Vou ter que me retirar para para ir lá votar e participar da discussão sobre o projeto anticrime, mas não queria que o depoimento da Deputada fosse aqui esvaziado, desmerecido, independentemente das razões dela. Houve aqui uma tentativa de dizer que ela mentiu, que ela é vaidosa, que ela tem um transtorno de narcisismo e tal. Isso pouco importa, não é isso que está em discussão na CPMI. Vamos aos fatos, vamos à denúncia que ela fez, que está documentada, tem perícia, e nós vamos investigar mais fundo, inclusive com as propostas que fizemos aqui de que ela possa ter um depoimento sob sigilo prestado ao senhor e à Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado.

Passo a palavra agora à Deputada Carla Zambelli, do PSL, do Estado de São Paulo.

Antes, porém, informo os três próximos oradores inscritos: Deputado Túlio Gadelha, Senador Randolfe Rodrigues e Deputado Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se eu posso falar pela Liderança do Governo, abrindo mão da minha última fala.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode ser.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Posso falar agora? V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, Relatora, Joice, confesso que não estou nada confortável de estar aqui neste momento. Eu assisti a boa parte da transmissão do seu depoimento aqui pela internet e precisei vir aqui só pontuar algumas coisas que eu ouvi.

Antes de falar o que de fato eu preciso falar aqui, eu só queria dizer que, assim como você narrou aqui vários fatos ilícitos, me ficou a questão: por que você não falou isso antes? Talvez a resposta seja porque você foi aqui convidada; se não tivesse sido convidada, não teria falado – mas só ficou isso aqui na minha cabeça.

E segundo ponto, Sr. Presidente: eu queria pontuar aqui sobre a nossa Relatora, Deputada Lídice, a quem eu peço atenção neste momento, para que V. Exa. possa continuar sendo aqui a Relatora desse caso, a senhora tem que se mostrar menos parcial. Pela televisão, eu estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

assistindo, e a senhora afirmou que aqui há uma quadrilha, que aqui há uma organização criminosa para disseminação de *fake news*, envolvendo, inclusive, Deputados Federais. Isso torna a senhora alguém suspeita para estar aqui à frente da relatoria, porque, quando a senhora afirma que há uma organização criminosa, claramente antecipa o seu relatório, antecipando o seu julgamento, mostrando a sua parcialidade. E qualquer Deputado sabe que uma CPI tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e que estamos aqui processando um inquérito. Logo, temos que ter os cuidados no devido processo legal, afinal, como processar um inquérito, uma investigação se a Relatora já sabe de antemão o resultado final da mesma? Ou será que todos nós é que somos bobos, estamos fingindo aqui que estamos investigando algo, mas na realidade tudo isso aqui se trata de um jogo de cartas marcadas, uma encenação, para dar a aparência de legitimidade a uma câmara de gás montada para aniquilar o Presidente Bolsonaro e todos aqueles que são seus aliados? A CPI de Fake News não foi feita para investigar a direita, e sim todo tipo de *fake news*, seja ele de qual for, mas não parece que esse é o direcionamento da investigação atualmente.

A Deputada Joice falou aqui de *fake news* que supostamente os apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro espalharam. Ela disse que... chamou até de organização criminosa.

Joice, até dois meses atrás, para você organização criminosa era o PT. Se eu pudesse fazer uma pergunta – o que eu não posso agora, porque estou falando como Líder –, eu perguntaria se você ainda acha que o PT é uma organização criminosa.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não mudo minhas posições, caro Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Ótimo. Não, mas eu não posso fazer perguntas, e você não pode nem responder, não é?

Pois bem. Mas, neste momento, aqui na CPI, a senhora se alia à quadrilha que simplesmente tenta de qualquer maneira derrubar o nosso Presidente. Ver você aqui fazer uma dobradinha com Rui Falcão, que não está mais presente, que foi Presidente do PT, fiel escudeiro do condenado Lula – aliás, ao que parece, você pode até ter esquecido que fez um culto ecumênico no seu gabinete exorcizando de lá aquele pessoal do PT que ocupava o cargo.

Afinal de contas, por tudo o que disse até aqui, me parece que você seja uma *expert* em *fake news*. Aliás, eu gostaria de lembrar aqui do *site* Intercept, que denunciou você como sendo uma das maiores propagadoras de *fake news* na última eleição. Se você não fosse do Governo, eu acho que você não estaria aí como convidada; estaria aí como convocada, e pelo pessoal do outro lado com que agora você faz coro. É muito triste ver isso.

Eu fico, de fato, intrigado, porque declarou algum tempo atrás, Joice, que você queria ser o Bolsonaro de saias. Então, estar aliada aqui neste momento ao que você chamou de quadrilha e esquecer de como denunciou que o PT era o maior disseminador de *fake news* das eleições no ano passado, isso me deixa, como eu disse, constrangido.

Como eu disse algum tempo atrás, para terminar, o PT é ao mesmo tempo o pai e a mãe de todas as *fake news* no nosso País. Quando era oposição, montou um esquema de produção de dossiês falsos para destruir os aniversários e, quando foi Governo, aprimorou o esquema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... criminoso usando do aparato policial do Estado e das gordas verbas publicitárias aí da Secom. As milícias digitais são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

verdadeiras, inclusive eu já requeri aqui à Secom todos os pagamentos de verbas publicitárias para a milícia digital petista e, assim que eu receber os documentos, eu vou requerer a juntada de todos os documentos nos autos que formam este inquérito aqui.

Finalizo aqui, Sr. Presidente, lembrando o que eu disse esses dias, e retorno a dizer, até porque fui ameaçado aqui por um Senador do PT, e sempre tentam me desqualificar aqui. Eu finalizo dizendo a minha frase que já virou uma alcunha pela internet: o PT não tem moral para investigar ninguém, principalmente aqui nesta CPI. O PT aqui nesta CPI é como aquele batedor de carteiras que, após furtar um desavisado, sai gritando "pega ladrão".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não. Eu preciso...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu não fiz...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, ele fez várias ilações. Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como V. Exa. citou a nossa convidada, ela terá o direito de resposta.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – O senhor fique vontade.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu quero responder também.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como também a nossa Relatora foi citada. As duas terão o direito de resposta.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para explicação pessoal.) – Exatamente, senão fica um samba do crioulo doido isso aqui.

Vamos lá.

Quanto à tentativa, Deputado Marco Feliciano – Deputado que eu levei para ser Vice-Líder do Governo no Congresso...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Por isso eu disse do meu constrangimento em estar aqui.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... que eu levei, e trabalhamos juntos para aprovação de várias matérias –, essa tentativa de me misturar com o PT, ela é natimorta.

Eu sei que o senhor é muito inteligente, nós somos amigos. Eu sei que o senhor está cumprindo o seu papel, o senhor está cumprindo o seu papel. Tudo bem, é do jogo democrático. Agora, jamais qualquer criatura em sã consciência me misturaria com o PT. Não teve jornalista que mais bateu no PT e denunciou o PT e saiu pelas ruas... colocando o meu pescoço, inclusive, a prêmio no meu emprego, no meu trabalho, porque eu sai pedindo o *impeachment* da Dilma com os movimentos democráticos da época.

Então, é assim... É até esquisito: "Ah, você está fazendo uma dobradinha com o Rui Falcão?". Por que? Porque ele está na CPI e falou alguma coisa? Porque ele fez um posicionamento ou porque eu estou aqui mostrando, por "a" mais "b", com informações técnicas, que existe realmente uma rede, uma milícia? E eu não atribui isso em nenhum momento ao Presidente da República. Qualquer um que falar isso está sendo canalha, mentiroso, desonesto, desleal. Durante toda a minha fala, toda a minha fala, eu disse aqui: acredito que o Presidente não sabe do peso, de como as coisas realmente funcionam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que que eu não falei antes? Porque eu, caro Deputado Marco Feliciano, achava que era uma lenda urbana: "Isso é *fake news* do PT esse negócio, tá doido?". Achei que era só briga ideológica: um falando mal do outro; o outro, falando mal do um. Porque era muito burburinho para pouca coisa. Chegamos a pensar, à época da campanha, que os próprios partidos de oposição faziam *fakes* contra si mesmos e espalhavam para culpar a gente. Sei lá!

As minhas orelhas ficaram em pé quando começaram a fritar o Bebianno e o Vice-Presidente da República Mourão. E aí, na sequência...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Mas nesse momento você já era Governo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, já era Governo.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – E por que você não denunciou isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Porque eu não tinha provas, meu caro. Falei com o Presidente mais de uma vez. Pergunte ao Presidente da República quem esteve com ele no Alvorada, conversando para que isso não se tornasse uma perseguição de aliados. Eu estive lá, eu falei com o Presidente, orientando para ele: "Calma, fique tranquilo". Eu não era nem Líder nessa época ainda, ainda não era Líder, depois que eu me transformei em Líder, fui nomeada Líder.

Então, "ah, por que não falou isso antes?". Porque essas informações não podem ser ditas de forma leviana, no achismo. Se você pegar e olhar no achismo, você vai dizer "não, está na cara que isso aqui é combinado", mas isso é achismo. Então, eu precisava...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Você só foi estudar...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixe eu só concluir.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Só para o meu raciocínio aqui: você só foi estudar isso depois que você foi demitida do cargo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não; deixe-me responder. Deixe-me responder. É porque essa é também uma narrativa interessante.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Responda, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É uma narrativa interessante. Eles ficam tentando plantar: "Tem mágoa, tem mágoa, tem mágoa...".

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Não, Excelência, eu não estou perguntando...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Meu caro... Não, não, deixe-me responder, Feliciano. Gente, uma coisa óbvia, uma coisa clara...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixe-os pararem de bater boca, e aí eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Vamos lá. É óbvio, porque, quando você imagina que é uma lenda urbana, por que eu me dedicaria a investigar o que eu considerava uma lenda urbana?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Quando eu vi e eu falei com o Vice-Presidente da República, prestei a minha solidariedade a ele, ele sendo atacado por um dos filhos, da maneira mais suja. Inclusive, o senhor sabe disto, quando o senhor atacou o Vice-Presidente num tuíte, eu entrei no nosso grupo de Liderança e disse: "Isso não pode acontecer. Não pode acontecer!". E você disse: "Não, estou exercendo meu direito de liberdade", blá-blá-blá-blá-blá. O nosso grupo está aí para comprovar isso. Eu saí em defesa do Vice-Presidente. Por quê? Porque ele também é uma instituição. E aí eu cheguei a cogitar com...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Só não defendeu o Santos Cruz.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Defendi. Defendi!

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, no grupo não, publicamente. Publicamente!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu defendi publicamente, claramente. Não, deixe-me só concluir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, deixe-me só concluir aqui, porque senão fica esse nhem-nhem-nhem, entendeu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por quê? Porque quando eu virei alvo... E, me desculpe Deputado, se você está no meio de uma guerra, e todos voltam as armas para você, o que é que você faz? Você tem que saber pelo menos de onde vem o tiro. Você tem que saber quem está atacando. E foi exatamente o que eu fiz.

Eu cheguei a conversar com o Presidente sobre o tuíte que o senhor fez contra o Mourão e, depois, contra o Santos Cruz também, porque achei inadequado e disse ao senhor isto: achei inadequado, para um Vice-Líder do Governo, atacar o Vice-Presidente da República. E disse ao Presidente: é preciso chamar o Feliciano e conversar com ele. O Presidente deu de ombros em relação a isso. Não sei se foi algo combinado entre vocês ou não. Tudo bem. Ele manda. Tudo bem.

Agora, que fique muito claro que os meus posicionamentos têm uma sequência lógica, uma sequência lógica. "Por que você foi investigar?" Porque eu virei alvo, por óbvio. Por óbvio, tentando destruir a reputação de quem criou, a duras penas, uma reputação, trabalhando, defendendo o que acha correto, acreditem ou não nas minhas teses da direita. Claro que a esquerda vai criticar, outro vai... Tudo bem. É do jogo democrático também, senão não é democracia, é ditadura, não é?

Essa conversa de "isto é uma câmara de gás para aniquilar o Presidente da República", o senhor pode até aplicar isso a algumas pessoas, não a mim. Durante esse tempo todo, eu estou aqui blindando e dando o benefício da dúvida. O que eu estou falando tem prova, tem prova, está aqui, tá?

"A senhora se alia à quadrilha do PT?" Eu já respondi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Quanto ao Intercept, eu acho engraçado, porque todos nós, governistas, sentamos a borduna no Intercept por não ser um *site* de confiança. Agora vem o senhor, governista, e pega o *site*, o perfil que é de alguém que ataca o Governo, ataca o Moro e diz que o *site* me atribui qualquer coisa em relação a *fake news*. Então, só para ficar claro, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Para concluir, Deputada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, já concluí, é isso mesmo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Se começar um debate paralelo aqui, nós não vamos terminar a reunião hoje.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aí não dá, aí não dá!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu não apoiei Intercept. Eu disse que o seu nome...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não; o senhor usou a informação.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Deixe-me terminar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O senhor usou a informação.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – O seu nome estava no Intercept. E eu disse: se você não estivesse agora nesta posição contra o Governo, você não estaria aqui...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não estou contra o Governo.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... sendo convidada. Você estaria...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não estou contra o Governo.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Deixa-me terminar, Joice.

Você estaria aqui sendo convocada pela turma a que agora você se une para falar as verdades ou as mentiras...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não me...

Olha, de novo, Presidente, isso é a tentativa da narrativa... Me desculpe, é uma malandragem.

De novo, eu não estou me unindo a ninguém. Eu não estou me unindo a ninguém de esquerda, eu estou aqui falando a verdade sob juramento porque eu quis, Marco Feliciano.

E o Intercept, que foi o *site* que atacou o Moro, que fez uma série de acusações sobre o Moro, contra o Presidente e contra tantos e que sempre foi visto por nós como um *site* absolutamente suspeito, pelas informações, agora é usado como fonte para tentar me imputar esse tipo de...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone*.) – Eu não disse nada ao contrário, Joice.

Eu não disse, não acusei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Carla Zambelli, do PSL, São Paulo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente, por favor. Não, Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aliás, Deputada, antes, porém... Porque a nossa Relatora foi citada pelo Deputado, então ela tem o seu direito também de resposta.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Não apenas como direito de resposta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqui eu já disse que a Presidência é literalmente imparcial.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Presidente, uma questão de ordem depois da Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mas não apenas como direito de resposta...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Relatora e, depois, o Senador.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... pelo Regimento, a relatoria pode interferir a qualquer tempo...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Interferir, sim, mas a senhora não pode tomar posição e a senhora não pode fazer juízo de valor.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor não está me deixando falar, isso é que é um absurdo!

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Não, a senhora não pode, a senhora é Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, deixa-a responder.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – A senhora é Relatora, está antecipando o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deixa ela responder, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Ao final vai ter tumulto?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Isso não é tumulto.

V. Exa. sabe, V. Exa. é regimentalista.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu não estou entendendo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria que a palavra fosse mantida aqui para...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu deixei apenas um conselho...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, não, não, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu não estou entendendo a posição de V. Exa.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – A senhora está entendendo muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Deputada Lídice da Mata.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu disse a V. Exa...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não, Presidente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu disse a V. Exa. que a título de...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com ela, Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... conselho que V. Exa. não tomasse posição...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, Presidente! Não pode fazer isso!

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... fosse menos parcial.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, não pode fazer isso.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – É claro que eu posso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não pode não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, dê a palavra para a Carla Zambelli.

Não, não, está vindo para tumultuar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, eu não me coloco na posição...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... de bater boca com ninguém aqui.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone*.) – Não é bater boca.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor não me deixou falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Continua não me deixando falar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora Lídice da Mata.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Sr. Presidente, só para terminar, então.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Está interrompendo a Relatora, Presidente. Não pode!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não vai deixar não. Não pode isso não, Deputado.

Não, Presidente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – V. Exa. vai receber o vídeo degravado com as falas da nossa Relatora...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não pode isso, não!

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... dizendo que há uma organização criminosa e que existem Deputados...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não pode não, Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... que estão misturados com isso.

Ela, na posição...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ele veio aqui para isso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Acabou, Presidente. Acabou!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não tiro a sua razão, mas V. Exa. já falou isso.

Já falou.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Acabou, Presidente, acabou.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Lídice da Mata, a Relatora.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. *Fora do microfone*.) – Deixe-a falar. V. Exa. é muito chato! (*Fora do microfone.*)

Toda hora está interrompendo a Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fale, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... o dever de fazer o relatório de uma investigação, de um inquérito que está aqui instalado. A CPMI é um inquérito.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone*.) – Sim, senhora, questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora!

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Realmente, eu não posso falar, me desculpe. O senhor está interrompendo. Não entendo o porquê dessa postura, sempre lhe respeito. Já é a segunda vez que V. Exa., ao se pronunciar, acusa a relatoria. Na reunião passada fez a mesma coisa, acusando a relatoria de parcialidade.

O Gen. Santos Cruz, em depoimento nesta Comissão e em diversas manifestações públicas, usou a expressão "milícia digital" – milícia. A milícia é algo não legalizado, não legal, neste País. Só alguns dão a função de legalidade. Ilegal.

A Deputada Joice usou a expressão "gangue virtual". A Deputada Joice, mais do que isso, deu um depoimento tratando de uma organização criminosa, usou essa expressão aqui ao apresentar, inclusive, o seu PowerPoint.

Eu lhe perguntei diretamente sobre a existência de uma organização criminosa, ao que ela respondeu que sim, e detalhei o que isso, do ponto de vista jurídico, representava.

"Há um núcleo político?" Respondeu que sim. "Formado por políticos? Quem coordena esse núcleo político de elaboração de ideias políticas?" Ela disse: Eduardo Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, Filipe Martins. Foram palavras ditas aqui, e eu posso... Basta pedir a degravação do que foi dito aqui durante o dia de hoje.

Portanto, como Relatora, eu repito o que foi dito aqui, mas, mais do que isso, senhores, como Relatora eu posso ter uma linha de investigação, sim, que possa indicar, num sentido de que há uma formação de organização criminosa e perguntar a quem eu quiser sobre isso aqui, porque é uma investigação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O que não está no Regimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não está bom, não. Eu tenho o direito de falar quanto tempo desejar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... pelo Regimento Interno da Casa.

E respeito V. Exa. aqui, tratando de briguinhas internas do seu partido. Não me pronuncio sobre isso. Não acho que serve à investigação, mas, se vocês querem usar o tempo de vocês para fazerem isso, é um problema de cada Deputado. Não me cabe censurar ninguém.

No entanto, o Regimento Interno desta Casa, naquilo em que ele alcança a investigação, é usado o Código Penal, o Código Penal, criminal. Aliás, eu já utilizei isso aqui quando V. Exas. tentaram me impedir de perguntar sobre a vida dos depoentes, porque o Código criminal determina que assim possa ser feito.

Portanto, diferentemente do que está sendo dito, eu posso, sim, desenvolver uma linha de raciocínio desta investigação que leve a afirmar determinadas questões que percebo com os depoimentos dos demais.

Portanto, eu quero absolutamente rechaçar esse tipo de fala que tenta desqualificar a relatoria, o que já fez e já tentou fazer com todos os depoentes que aqui falaram...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Vamos suspender por cinco minutos, Presidente?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Como tenta fazer agora com a depoente.

A depoente está sendo desqualificada pela tentativa de se estigmatizarem as razões de seu depoimento.

A mim não cabe julgar a razão de quem está aqui falando.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – As razões, não, mas a sistematização do que é dito, cabe.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Deputada Lídice... Pela ordem, vamos suspender por cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como está havendo sessão, votação nominal na Câmara, eu vou suspender a sessão por cinco minutos, e retornaremos logo após a briga de vocês.

E a palavra fica mantida com a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... que isso aqui é tribunal de exceção e câmara de gás, num desrespeito total ao que já aconteceu nas câmaras de gás no mundo, com os judeus.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mas são muito próximos disso.

(Suspensa às 20 horas e 34 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A reunião está reaberta.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Jean Paul, do Rio Grande do Norte.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria apenas colocar... Há algum tempo, quero fazer esta fala, pessoal. Eu preciso fazê-la hoje, Deputado Feliciano. Eu até conversei consigo agora. Eu preciso repudiar e deplorar essas menções ao Partido dos Trabalhadores como quadrilha. Isso já faz tempo! Parece até que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

a turma se acostumou, não é? Até nós mesmos, às vezes, já estamos encaixando esse tipo de golpe.

Mas eu queria apenas lembrar que nós somos mais de dois milhões de filiados. Dois milhões de filiados ao Partido dos Trabalhadores são ofendidos cada vez que alguém diz isso. Então, eu, de fato, enquanto ouvir isso ao vivo, transmitido em TV, independentemente do assunto que estiver em voga, vou pedir questão de ordem para lembrar... Eu, por exemplo, filiei-me em 2013. Comparar grupos como esses que a gente está investigando, tanto de um lado quanto de outro, e envolver ou generalizar e chamar todo mundo de um partido de quadrilha eu não admito, não vou deixar que aconteça isso na minha frente.

Então, se alguém acha que o Partido dos Trabalhadores é quadrilha como um todo, que processe o Partido dos Trabalhadores como um todo, como quadrilha.

Aqueles que cometeram mau passo, erros ou crimes estão sendo processados ou poderão ser processados e investigados. Os que não são, não é possível que eles sejam colocados no mesmo grupo. O Partido dos Trabalhadores é um partido honrado, o partido tem vários Deputados nesta Casa. Os Senadores, nós seis, temos atuado inclusive numa oposição ao Governo muito responsável e construtiva.

Eu mesmo estou acabando de relatar um projeto das ferrovias que vai destravar os investimentos em ferrovia no País, para o Governo de Bolsonaro, mas não para o Governo de Bolsonaro, para o Estado brasileiro contar com instrumentais novos para investimento nesse setor. Então, não posso me deixar chamar de quadrilha indiretamente.

Digo isso com todo o respeito, Pastor, Deputado. Inclusive, é um Pastor, um homem de Deus, da conciliação. Eu lhe peço, por favor, que cesse com esse tipo de colocação genérica. Acuse quem tiver que acusar diretamente, sem a prerrogativa parlamentar de fazer isso. Mas não acuse diretamente o Partido dos Trabalhadores, porque está me acusando também. Mal nos conhecemos, e isso gera um relacionamento que se inicia mal. O.k.?

Obrigado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – De novo?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Sim, mas agora é dentro do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É só pedir desculpa, para que V. Exa. respeite os membros do partido de que ele faz parte.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa., como homem de Deus, eu tenho certeza, vai acatar a solicitação do Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Se for para penitência, por favor, dê o direito!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter a harmonia.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Sr. Presidente, eu não sou homem de briga, sou homem de paz. Eu quero apenas dizer ao nobre Senador que suas palavras entram no meu coração e que eu vou ponderar e pensar. E explico o porquê. Em 2013, eu fui alvo do seu Partido, e apanharam minha filha, as duas, as três, a minha esposa e eu. E do microfone da Câmara...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Talvez de pessoas, não do partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu posso falar?

O Partido dos Trabalhadores, todos em conluio, dentro da Câmara dos Deputados – vocês têm uma reunião diária –, iam para o microfone e faziam de tudo para me desmoralizar. Então, ficou aqui um ranço. De repente, um pedido de perdão... Como cristão, liberarei o perdão a quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pronto! Está perdoado, Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Enquanto isso, como Deputado, nós vamos para o embate político.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Carla Zambelli, do PSL de São Paulo, está com a palavra.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria de corrigir uma questão que foi colocada no início da reunião. Nesta minha fala, quero separar bem... Peço a atenção da Relatora Lídice da Mata, porque a gente precisa separar bem o que é crime do que pode ser colocado aqui como uma possível *fake news* – isso pode gerar um processo – e também do que é sentimento, ataque político, embate político. A gente tem de separar as coisas.

Começando com essa correção do início da reunião, a Deputada Joice Hasselmann falou que ela ajudou os Deputados de São Paulo a serem eleitos. Sete Deputados não entraram. Nós, em São Paulo, conseguimos eleger 17 Deputados no PSL, mas sete ficaram de fora. Eles ficaram de fora porque não conseguiram os 30 mil votos necessários, o que seria o mínimo para se atingir a cadeira. Então, nós tínhamos voto suficiente para eleger 17 Deputados, mas sete não entraram porque não tiveram o mínimo.

Então, quando ela diz que os votos dela serviram para eleger os Deputados, na verdade, os 700 mil votos que sobraram da cadeira dela se perderam, com os 2,1 milhões de votos que se perderam nessas sete cadeiras vezes 300 mil votos. Isso é matemática, ou seja, deve-se corrigir isso.

As pessoas perguntam assim: por que os sete Deputados não entraram? Por que eles não tiveram 30 mil votos? Até foi solicitado, nas redes sociais, que eu falasse sobre isso aqui, porque houve uma construção de *fake news* durante a campanha, feita pela Deputada Joise Hasselmann, em que ela tentou acabar com as candidaturas de várias pessoas. Eu tenho aqui vídeos para provar. Eu posso até passar os vídeos depois, durante a minha fala, em que ela se dizia a única pessoa chancelada pelo Presidente Bolsonaro. E há o áudio do Presidente Bolsonaro dizendo que ele apoiava todos os Deputados de São Paulo.

Então, fica a minha pergunta: por que ela se dizia a única chancelada? Isso é uma *fake news,* já que o Presidente falou em seguida, em áudios, e mandou-os para ela várias vezes, dizendo que havia outros Deputados chancelados. Por que ela insistia em se dizer a única chancelada?

Ela tentou acabar com a minha candidatura, pessoalmente falando, com um dossiê que ela enviou para o Presidente Bolsonaro e para as pessoas que o cercavam, dizendo... Aí eu estou dizendo isso não porque é *fake news* e nós estamos numa CPMI, mas porque nós temos de separar o que é guerra política do que é crime. Então, aquilo ali, talvez, não tenha sido um crime porque não foi público. A senhora entende, Relatora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dossiê, ela dizia que eu era prostituta, abortista e traficante de drogas. O termo "prostituta" foi, inclusive, referendado pelo Bebianno. Então, quando ele vier aqui à CPMI, se ele vier eventualmente, ele vai poder dizer, porque eu conversei com ele pessoalmente sobre o incômodo que isso gerou durante a campanha, em que a Deputada Joice Hasselmann afirmou que eu teria sido prostituta e que eu usava drogas. Havia até um delegado da Polícia Federal ao lado, e eu pedi que ele fizesse busca e apreensão nos meus endereços conhecidos.

Essa questão de ela dizer que eu era abortista e que eu tinha abortado uma criança etc., isso não ficou só no dossiê privado que ela mandou para o Presidente. Ela também tornou isso público. Aí eu queria que os senhores tomassem atenção para o seguinte: quando a gente fala de embate político, de ódio, dessa questão de um ofender o outro... Até concordo com o Senador petista que disse que toda generalização é ruim, porque você não tem como dizer que todos são criminosos em determinado grupo. Sempre há aquela pessoa que é ruim, sempre há as pessoas que são boas, independentemente do local. Mas ela publicou isso nas redes sociais; isso está público.

"É oportunista. Foi eleita com os meus votos." Eu acabei de dizer que não, porque os 700 mil votos dela que sobraram foram perdidos nessas sete cadeiras que foram perdidas. "É incapaz de fazer uma cadeira na Câmara." "Arma contra o Presidente." Por que ela dizia que eu estava armando contra o Presidente? Porque, na época da MP 870, a Joice Hasselmann fez uma tratativa com os partidos de centro para recriar dois Ministérios – já havia até os nomes dos Ministros – e também para tirar o Coaf do Moro e para tirar os poderes dos auditores fiscais, porque eles não poderiam então reportar indícios de crimes não tributados. À época, eu fiz um questionamento público à Deputada, perguntando por que, como Líder do Governo, ela estava traindo tudo que o Governo defendia até então. Aí ela disse que eu era abortista: "Infelizmente, sou culpada pela filiação dessa abortista quando ninguém a queria". Na verdade, quem assinou minha filiação foi o Major Olimpio. Ele pode confirmar isso quando vier aqui. E realmente ninguém me queria, porque ela tinha mandado um dossiê para o Presidente dizendo que eu era abortista, prostituta e drogada. Na época da campanha, inclusive, eu fiz um teste toxicológico – imaginem uma Deputada ter de fazer teste toxicológico! – para provar que eu não era drogada. Consegui provar isso para as pessoas envolvidas.

Depois, em 20 de outubro, recentemente, ela disse: "Essa mulher é um lixo humano, abortista, cruel, golpista, um monstro".

Na época em que eu critiquei a questão da MP 870, ela disse que eu era burra e não sabia fazer contas, quando, na verdade, é ela que não sabe fazer contas, porque ela continua falando e ainda hoje repetiu que foi com os votos dela que eu fui eleita. Na verdade, quem me ajudou foi o Eduardo Bolsonaro, porque eu obtive 76 mil votos, e a diferença disso veio dos votos que sobraram do Deputado Eduardo Bolsonaro.

Em outro tuíte... Você vê que isto aqui, sim, é um gabinete do ódio, ao disparar essa quantidade de coisas! Aí me chamou de serpente: "A cobra ficou com ciúmes da homenagem". Na verdade, a homenagem foi um boneco... Ela combinou com alguns seguidores de fazer um boneco para ela mesma, dizendo que eu estava com inveja. Na verdade, não era inveja. Eu olhava para ela numa foto aqui, pensando: em que momento essa mulher será desmascarada e todo mundo vai perceber que ela não é amiga do Governo, não é amiga do Bolsonaro e nunca o foi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Mas, graças a Deus, as coisas vêm à tona. A verdade vem a tona. Então, se o Bebianno vier aqui, ele vai poder comprovar que houve, sim, um dossiê em que a Deputada dizia que eu era prostituta, drogada e abortista e que, inclusive, o Presidente ficou sem falar comigo durante um bom tempo, até que eu pude provar a minha inocência. Aí a história fala por si só.

Ela também falou do Deputado ator pornô. Ela falava o tempo todo: "Eu sou a única chancelada. Não votem em ator pornô! Não votem em abortista! Eu sou a única pessoa chancelada". E isso prejudicou sete pessoas. Eu consegui entrar porque fiz 76 mil votos, mas várias pessoas não conseguiram.

Só fechando essa questão, quando se fala sobre responsabilidade com o País, ela faltou com a responsabilidade com o País quando queria criar dois Ministérios a mais. E, na reunião com o Presidente Bolsonaro, ela falou: "Mas tem que ser assim, porque, se não for assim, eles não vão aprovar a MP 870". E, no final das contas, a MP 870 foi aprovada sem a criação dos dois Ministérios.

Em relação também a acabar com a campanha, aí é uma pergunta que eu faço à Deputada Joice Hasselmann. No primeiro dia de campanha, eu anunciei uma dobradinha com a Deputada Estadual Janaina Paschoal. Essa dobradinha seria uma dobradinha única: eu com ela, ela comigo. Eu não dobraria com mais nenhuma Deputada Estadual, e ela não dobraria com mais nenhuma Deputada Federal. A gente já tinha tirado fotos juntas etc., era uma combinação. No primeiro dia de campanha, a Deputada Joice Hasselmann publicou uma foto, dizendo que a dobradinha de São Paulo era de Joice Hasselmann e Janaina Paschoal.

A pergunta que eu faço é: a Deputada Joice Hasselmann combinou essa dobradinha com a Janaina Paschoal, ou foi publicada essa dobradinha sem nenhuma combinação e nenhum acordo prévio? Isso era uma *fake news* da época. Agora, não era uma *fake news* que fosse um crime. Não foi nenhum crime. A gente tem de separar o que é crime, o que é passível de...

Quando ela me chama de abortista, ela está me acusando de um crime. Eu fico até emocionada porque eu acabei de perder um bebê. Eu estava grávida há duas semanas e perdi um bebê. Eu tenho um filho de 11 anos. Meu filho mora comigo, e eu sou uma excelente mãe. Tento ter outro filho e acabei de perder um bebê. E sou acusada de ser abortista. Então, quando há uma imputação de um crime, mudam de figura as coisas.

Ela falou aqui sobre a questão de assessores não poderem ter rede social. Mas, dentro da assessoria dela, há uma pessoa que inclusive eu prezo muito, uma pessoa muito guerreira, mas que é assessora dela e que publicou e publica, nas redes sociais, durante o horário comercial, ataques à esquerda. Isso acontece! E não acho que seja um crime, porque também no PT há gente, na Liderança, que sobe a *hashtag* #EleNão, sobe *hashtag* contra o Governo. Isso acontece, isso é natural, é do jogo político! As pessoas que trabalham como assessores... A assessora dela está publicando #SomosTodosAugustoNunes, no dia em que o Augusto Nunes brigou com o Glenn Greenwald.

Então, isso está errado? A Deputada Joice Hasselmann está cometendo crime de improbidade porque uma funcionária dela está publicando e criando *hashtags* ou ajudando nas *hashtags* contra a esquerda? Isso não tem nada a ver, isso é guerra política, isso não é crime.

Agora, vamos separar o que é crime. Por exemplo, ela diz que escutou pessoas falando que queriam criar uma Abin paralela. A pessoa fala: "Ah, eu sou contra autoritarismo". Ela disse isso hoje. Se ela é contra autoritarismo, por que, quando ela era Líder do Governo e escutou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

isso, ela não denunciou que queriam criar uma Abin paralela? Por que só denuncia depois que sai do Governo? Então, é muito fácil: eu só denuncio depois que eu já saí e abandonei o barco. Mas, enquanto eu estou no barco, isso não é crime, não é errado? E como ela prova isso agora? Afirma coisas aqui, dizendo: "Eu escutei, eu falei...". Como é que prova?

Aí eu vou para a questão técnica. Quando a gente fala de robôs... A Joice Hasselmann até colocou ali que eu escrevi "alô, milicianos". A gente foi chamado de miliciano, de miliciano e de robô. Então, as pessoas até foram com plaquinhas para a rua: "Não sou robô, não sou miliciano". E há gente até que fez brincadeira com o gabinete do ódio: "Os milicianos do Jair Bolsonaro". Só que ela perdeu, então, 720 mil robôs?

Pode haver perfis *fake*? É lógico que eles existem!

Aí eu venho para a questão técnica e tenho como provar e posso deixar isso inclusive... Posso acostar isso nos autos da CPMI. Peço, inclusive, que isso seja acostado, porque ela publicou hoje aqui que 1,4 milhão de perfis na rede do Presidente Bolsonaro são *fakes.* E aí, para quem estiver escutando, para o telespectador que tiver escutando, eu peço muita atenção neste momento. Joice Hasselmann afirmou hoje que 38% dos perfis do Presidente Bolsonaro eram *fakes*, através de uma auditoria que ela fez. Só que eu convido os senhores, inclusive quem está ouvindo e as Sras. e Srs. Deputados e Senadores, a entrarem no twitteraudit.com. Esse é um *site* dentro do Twitter que o próprio Twitter oferece como ferramenta para auditar perfis *fakes*. E hoje eu puxei os perfis *fakes* que existem do Presidente Bolsonaro. Realmente, ele tem perfis *fakes*, só que não são da ordem de 38%, como afirmou a Joice, mas da ordem de 4%.

Também aproveitei para puxar os do Presidente Lula, para saber se todo mundo tem perfil *fake* ou não: 9%. E da Deputada Joice Hasselmann, quando eu puxei... Estou com os *prints* aqui, com as provas, e quero acostar essas provas para a senhora poder analisar. Há quatro anos, ela tinha 22% de perfis *fakes.*

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – E, hoje, na data de hoje, na rede social dela, 8% dos perfis dos seguidores são *fakes*. Pela ferramenta oficial do Twitter, 8% dos perfis que seguem Joice Hasselmann hoje são *fakes*. E 4% dos perfis que seguem o Presidente são *fakes*.

Isso acontece com todo mundo, porque há perfis *fakes* na esquerda e na direita. Acabei de provar com os números do Lula. E convido os senhores para entrarem em twitteraudit.com. E eu os tenho também! Aproveitei para puxar os meus também. Eu também tenho perfis *fakes* me seguindo. Eu não tenho culpa disso!

Então, existe uma hipocrisia. Essa hipocrisia, Presidente, a gente deve deixar de lado, porque aqui nós somos Deputados... Eu sou chamada de Ronald, Ronald McDonald, por causa do cabelo vermelho. Então, a esquerda me chama de Ronald nas redes. Eu acho isso bonitinho, legal.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone.*) – É fofo!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – É fofo, é engraçado.

A ela chamam Peppa, que é um desenho animado. É lógico que, quando ultrapassa o limite do razoável, aí é preciso investigar pessoa por pessoa que atingiu a... Assim como eu a estou processando na esfera cível, para ela provar que eu sou abortista, para ela, enfim, provar as acusações de imputação de crime que ela fez contra mim publicamente, eu acho que ela tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

que entrar contra todos os perfis que a atingiram e cometeram crimes, cometeram delitos. Isso deve ser apurado.

Agora, guerra ideológica, chamar de Peppa, de Ronald... Ela perdeu 720 mil seguidores. Não eram robôs. E *fake* por *fake*, ela tem 8% de perfis *fakes* a seguindo, que é o dobro da porcentagem que segue o Presidente Bolsonaro.

Aí eu gostaria de pedir que ela respondesse essas questões que eu fiz, poucas questões, mas, principalmente, a questão da Janaina Paschoal, porque isso eu sei que é mentira. E vai ser muito interessante...

Finalizando a minha fala, é muito interessante ver o PT, o PCdoB e o PSOL parabenizando a Deputada Joice Hasselmann hoje. E é por isso que ela está sendo chamada de traidora, não porque nós estamos eventualmente imputando alguma crítica a ela.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Joice...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, só quero informar que está em votação nominal novamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nominal...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – E precisaremos nos ausentar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É nominal. Pedi para...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Mas qual é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Vamos ter que ir, não é?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não dá tempo de a Deputada responder à colega?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu acho que dá. Eu acho que dá.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dá tempo!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Então, vamos lá!

Eu nunca vi um *show* de cinismo nesse nível da Deputada Carla Zambelli! Eu nunca vi nada parecido com isso! Não há uma informação aqui que seja 100% verdadeira, todas ou são mentiras ou são manipuladas. E eu vou pegar ponto a ponto.

Aliás, eu tenho que pedir perdão realmente ao povo de São Paulo por ter ajudado a eleger essa senhora.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – É matemática mesmo!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Você não conhece a lei. Você é burra, Carla. Desculpa! É isso. Coeficiente eleitoral é calculado pela cadeira...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Isso é ofensa pessoal!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sras. e Srs. Deputados...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Isso é ofensa pessoal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... vamos manter a tranquilidade.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Você não tem o mínimo de nível, Joice Hasselmann.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Somam-se os votos da legenda. Divide-se pelos mais votados da lista. Então, basta ver a lei eleitoral e pronto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às acusações... Eu vou começar pela que eu imputo mais grave, porque a Parlamentar, na sequência de mentiras, fala das minhas redes usando o Twitter Audit, que é claro que já foi pego. Inclusive, ela montou uma *fake news* no Twitter dela. Por quê? Esse *app* não é oficial do Twitter, não analisa as ações dos perfis, não analisa a interação, não diz se é robô, não tem referência de autenticidade, não tem parâmetro de verificação. E o robô interage.

Inclusive, esse aplicativo analisa a consistência da rede. E, quando ela está consistente, há um "joinha": "plim". E o "joinha" ela apagou da *fake* que ela está colocando. Então, isso é muito fácil, não é? O "botômetro" tem critério. Acabou!

Há outra tentativa de mistura – e aí eu não sei se é por uma questão realmente intelectual ou de caráter –, ao misturar robô e perfil *fake*. Robô é uma coisa, perfil *fake* é outra coisa. Não há como haver qualquer critério, como impedir que um perfil *fake* me siga. Por quê? A gente nem sabe, porque qualquer um chega lá, a não ser que você bloqueie aquele perfil. Descobre que é *fake* e bloqueia aquele perfil. A pessoa pode seguir. Robô é outra coisa.

Esse levantamento, de novo, está à disposição de todos aqui.

Em relação ao dossiê que a Deputada afirma que eu entreguei ao Presidente da República, essa é a mentira mais deslavada que eu já vi na minha vida!

Você mente, Carla Zambelli!

Já que entrou um pouquinho na seara pessoal... Eu vou tentar não ir muito, porque é feio. Eu quero tentar resguardar um pouco de sanidade aqui, com essas declarações. Quem me perguntou, textualmente, olhando no meu olho, na sala do Presidente, depois de eleito, se você tinha sido prostituta na Espanha foi o Presidente. Ele me perguntou. Pergunte a ele o que eu disse. Ele me perguntou!

Se o ex-Ministro Bebianno disse isso, que é um dossiê, desculpe-me, mas o ex-Ministro não fala a verdade, e não sei o porquê e com que intuito.

Em relação a você ficar magoada por eu ter feito um vídeo em que... De fato, eu perdi a paciência por outras questões e disse que havia dois Deputados chancelados pelo Bolsonaro, eu e o Eduardo, e ainda fiz uma brincadeira: "Eduardo, o nº 1; Joice, a nº 1". Isso aconteceu principalmente pelas insatisfações do Presidente.

Como a Deputada deve lembrar – e, se não lembrar, pode convocar a Janaina ou pedir explicações à Janaina –, numa viagem que fizemos ao interior do Estado, pelo interior de São Paulo, estávamos em um caminhão. E ela mentiu, nas redes dela, dizendo que eu mandei expulsá-la do caminhão. Estávamos em cima de um caminhão...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Você olhou na minha cara e mandou eu descer, Joice. Fale a verdade!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É claro, o Presidente mandou! O Presidente mandou. Então, escuta! Escuta!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – O Presidente mandou? Você é louca!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pergunte ao Presidente! Pergunte à Janaina, que ouviu, ou à irmã da Janaina, que estava lá em cima. Estávamos, em cima do caminhão, eu, o Presidente Jair Messias Bolsonaro, Janaina Paschoal, a irmã da Janaina Paschoal e Nabhan Garcia. O Presidente me chamou, fez uma cara feia e falou: "Só Joice e Janaina aqui!". Eu falei: "Presidente...". O Nabhan tentou botar panos quentes na coisa, porque tem uma relação muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

próxima com a Parlamentar. E eu falei para a Janaina: "E aí, Janaina?". Ela falou: "Se minha irmã descer, eu desço". Esta foi a frase que ela usou: "Se minha irmã...". A irmã dela estava lá, e ela ficou com medo, obviamente, que houvesse algum tipo de agressão ou qualquer coisa assim.

Foi o Presidente que pediu para que a Deputada Carla descesse. O Nabhan botou panos quentes, e ela ficou.

Nesse mesmo dia, houve um jantar pela região ali; não foi em Araçatuba, acho que foi em Rio Preto. Houve um jantar. Isso está gravado. Eu posso mostrar para vocês. E o Presidente começa a falar quem são os candidatos dele. Ele dá nomes: "Nós temos para o Senado o Major Olimpio; nós temos para a Câmara o Eduardo Bolsonaro; nós temos para a Câmara a Joice Hasselmann".

A Deputada Carla Zambelli ficava atrás – isso está gravado – e ficava sussurrando: "E Carla Zambelli! E Carla Zambelli!".

O Presidente olhou – isso está gravado –, fez uma cara muito ruim, tirou o microfone: "Cadê a Joice?". Eu estava conversando com o ex-Ministro Bebianno e com mais algumas pessoas, saí correndo e cheguei lá correndo.

Então, havia um desconforto muito grande à época.

Quando eu disse que eu filiei a Deputada Carla Zambelli, não é que eu peguei e assinei a ficha de filiação. Ela estava de malas prontas para o Podemos; e eu, para ser candidata ao Senado. E eu disse a ela: "Pense na sua campanha".

Por circunstâncias que são alheias à minha vontade, porque eu queria ser candidata ao Senado àquela época... E creio que teríamos sido eleitos eu e o Olimpio. Por circunstâncias outras, eu acabei indo para Deputada Federal, e a Deputada Carla Zambelli começou a orquestrar um ataque nas redes. A própria mãe dela mandou para mim mensagens, a Dona Rita – eu tenho as mensagens aqui –, para dizer que... "Por que você está fazendo comigo?" E eu falei: "Venha, que nós vamos elegê-la! Ou, se você se sentir mais confortável em grudar na Janaina, você pode sair candidata a Estadual". Ela me respondeu: "Minhas pautas são nacionais". Essa foi a resposta. Era uma conversa de amigas! Era uma amiga que dormia na minha casa! Quando ela estava em depressão, eu ligava, para tirá-la da depressão. Eu paguei as contas, muitas vezes, em restaurantes. Ela comeu na minha casa!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Conta em restaurante?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sua e do Alex, seu ex-namorado, que lhe deu conselhos para que você segurasse a onda nos seus impulsos, para que uma conservadora que se diz conservadora realmente pudesse ser respeitada como conservadora. E você sabe exatamente do que eu estou falando. Então...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Você é louca. Você é psicopata.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu tenho vários vídeos, se vocês quiserem, com a gente na minha casa, num churrasco, com a gente dançando, nós duas, dançando, brincando, dançando!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Queremos ver os vídeos.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Quando eu fui obrigada a sair candidata a Deputada, houve essa... Isso é público. Acho que está até no Instagram. Houve essa guinada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, de ataques, porque ela ficou insegura em não ser eleita. Ficou insegura em não ser eleita. O fato é esse.

Em relação...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Prove esse ataque!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Em relação a ser traficante de drogas, eu nunca disse isso. Isso é mentira.

A Deputada, como vocês bem sabem, eu imagino – pelo menos nós, dos movimentos –, foi casada, morou com Marcelo Reis, e o Marcelo Reis já confessou publicamente que tinha problemas com algum tipo de droga. Nunca eu falei nada sobre isso com ninguém. Isso é mentira.

Em relação a ser abortista, de fato eu escrevi isso no Twitter. Escrevi com a segurança de que uma pessoa que a maioria de vocês conhecem, a Sara Winter, que morou na casa dela – ela me contou –, que ficou com ela um tempo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ficou no seu apartamento, sim!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Um dia...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Você me contou. E me contou algumas barbaridades.

A Sara Winter fez um vídeo em que conta a história, a narrativa do aborto que a Carla Zambelli...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – A Sara Winter está sendo processada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu estou dizendo o que... Tudo bem! Prove na Justiça. Talvez, o Marcelo possa falar alguma coisa em relação a isso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Continue!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aí, é o seguinte... Só para retomar aqui, Deputado Alexandre Frota, a Sara Winter fez um vídeo em que ela conta, em que ela narra como era a parceria das duas no Femen. A Carla fez parte do Femen, que é um grupo que a gente sabe que é de extrema esquerda.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Nunca fiz parte do Femen! Pare de mentir!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ela, na Paulista – a Sara ainda postou isso –, com aquele colarzinho de flor que o pessoal do Femen usa...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Eu nunca fiz parte do Femen!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Estava lá. Estava lá!

E, segundo o que a Sara Winter conta... Não é uma coisa que foi tirada da cartola! Ela contou publicamente, gravou um vídeo e, depois, foi processada, ficou com medo. Mas as informações estão todas registradas na rede. Elas estão lá. A Sara Winter conta essa história. E, segundo a Sara Winter, houve uma manifestação, num domingo, em que a Deputada teria colocado dizeres fofos na barriga, e, na segunda, o aborto já estava marcado. Isso foi ela que falou. Não fui eu que falei. Não fui eu que falei. Está à disposição, na internet, de quem quiser.

Em relação à MP 870, é a mentira mais deslavada que eu já vi, e a Deputada Carla Zambelli sabe disso. Isso não é engano, é mau-caratismo mesmo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a essa MP 870 e à recriação de dois ministérios, isso foi decidido numa reunião de que eu não participei, em que estava o Presidente da República, o Rodrigo Maia, o Davi Alcolumbre e o Líder Fernando Bezerra. E quem quiser pergunte ao Líder Fernando Bezerra e aos Presidentes da Câmara e do Senado!

O Presidente, segundo o que me relataram – eu não estava nessa reunião –, teria sugerido, para acalmar os ânimos – havia uma insatisfação grande com o Ministro Canuto –, recriar o Ministério das Cidades. Segundo o que me disseram Davi Alcolumbre, Rodrigo Maia e o próprio Fernando Bezerra, essa foi uma sugestão do Presidente.

E retirar o Coaf do Moro, à época, também foi uma sugestão... O Líder subiu, depois, à tribuna e até disse: "Olha, eu tive que dizer que fui que inventei esse negócio, mas também era uma sugestão do Presidente, que nos orientou que, para não perder a MP toda, teríamos que abrir mão do Coaf". Era uma questão de lógica, de raciocínio.

Nunca houve qualquer reunião comigo para recriação de ministérios. É mentira! É uma mentira das mais absurdas!

Em relação à Janaina e a mim, se qualquer um de vocês tiver o cuidado de entrar nas minhas redes da época da campanha, vocês vão ver a Janaina viajando comigo. A gente fez uma viagem para o interior, para Suzano. A gente fez...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Responda à pergunta, Janaina!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Dá licença? Dá licença?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Responda à pergunta!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, a Deputada Janaina, que estava comigo lá, nas minhas redes – estava nas minhas redes –, estava comigo em Suzano.

Depois disso, a própria Deputada Janaina foi ao meu estúdio. Foi ao meu estúdio! E fez uma *live*, porque eu estava dizendo quais eram as pessoas que eu estava apoiando, aquela coisa toda, e a Janaina até esteve lá. Foi lá, pegou o carro, chegou lá, foi com a irmã, deu entrevista. A entrevista está na internet!

Então, qual é a lógica de você ter alguém que você está ajudando e que, obviamente, tinha uma imagem sensacional, que foi ao meu estúdio... Como eu poderia gravar uma entrevista e não divulgar? É uma coisa surreal! É surreal!

A Janaina, muitas vezes, que é uma mulher muito séria, muito correta – e nós agora vemos que ela falou muita coisa séria, muita verdade –, sempre dizia: "Joice...". Quando começou essa rusga por conta da candidatura, ela dizia: "Joice, perdoa! Ela é criança. Ela não sabe o que está fazendo. Ela é infantil. Perdoa!". E eu, depois de anos de amizade, disse francamente, com todas as letras: "Não, ela não é infantil. Ela é mentirosa, ela é manipuladora, é psicopata". Eu disse isso à Janaina e estou repetindo aqui claramente, porque todas as coisas que eu falo – e eu estou sob juramento – eu posso comprovar.

Se a Janaina jurou ser só sua dobrada, então ela não poderia estar no meu estúdio, fazendo gravação comigo. Eu não a amarrei, eu não a coagi, eu não botei uma arma na cabeça dela. Nós temos uma relação de respeito e mantemos essa relação de respeito.

Estou terminando, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Por que a Líder não denunciou a Abin paralela?" Porque eu não sabia! Essa informação eu consegui há dez dias, há dez dias! Como é que eu iria denunciar uma coisa que eu não sabia? Por óbvio, por óbvio...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Você disse que escutou ele falando, Joice.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Presidente pode convocar a pessoa que diz que, inclusive, confirma, porque quem me disse foi o ex-Ministro Bebianno. Foi o ex-Ministro Bebianno.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Vou votar na nominal, Presidente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – A senhora vai embora?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Vou votar na nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluiu, Deputada? Concluiu?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Só para concluir, Presidente, em relação a essa coisa de seguidores que mandaram fazer um boneco, isso é uma piada, não é? Isso é uma piada de mau gosto, que combina perfeitamente com a Deputada.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Frota, eu fiquei preocupado aqui, porque a Deputada Carla falava aqui "Presidente", e aí olhavam para mim! Eu digo: meu Deus, eu sou Presidente da CPMI!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A votação foi cancelada! Ela saiu porque quis! A votação foi cancelada!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não sou o Presidente da República. Pelo menos não o sou ainda, não é? Eu fiquei preocupado. Confesso a vocês.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A votação foi cancelada, só para vocês saberem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Frota.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu quero pedir desculpas a todos aqueles que tiveram que ouvir esse relato odioso, porque eu jamais entraria nessa seara se não tivesse sido alvo de uma série de mentiras e dissimulações. Eu jamais faria isso. Jamais faria isso!

Eu, de fato, perdi a paciência no Twitter, porque uma conservadora que faz campanha contra o aborto, como nós sempre fizemos, e que tem essa história por trás fica dissimulando e enganando pessoas e me atacando com mentiras! Eu perdi a paciência e realmente falei isso.

Já ouvi, como ela era muito próxima a mim, muitas histórias que nós fomos puxando e descobrimos que era mentira.

Em relação à assessora que ela diz que, em horário de trabalho, posta coisas *fakes* ou ataques, eu a desafio a provar que há um centavo de dinheiro público no bolso de qualquer assessor, que esteja sendo pago para atacar quem quer que seja. Quando eu quero ir para a briga, eu vou para a briga. Eu coloco meu rosto. Não há um único centavo. A minha equipe é extremamente enxuta. Estão aqui. E ponto final!

Resumindo, Presidente, foi uma sequência de mentiras, dignas de uma psicopata.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deputada, a senhora pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu imaginava, Deputado Frota, que, só no Nordeste, havia essas guerras.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas já vi que, em São Paulo, é pior ainda! (*Risos.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deputada, a senhora pode...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Depois de V. Exa., pela ordem, vai entrar o Senador Randolfe Rodrigues, que eu tenho certeza de que também deve estar aí abismado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Perfeito!

É muito rápido: a senhora pode continuar falando.

Nós estamos aqui. A comunidade espírita também está aqui na frente, como a senhora vê. (*Risos.*)

Já partiram, foram todos embora. Falaram, falaram e foram embora, mas nós vamos ficar aqui até o fim.

Agora é o Senador Randolfe, com muito prazer. Estou ansioso para ouvir a fala do Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador Randolfe...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Senhores, apenas para comprovar, está aqui a foto da Deputada Carla Zambelli com a camiseta do Femen, com a tiara do Femen, grávida, um dia antes de, segundo o que foi denunciado pela Sara, fazer o aborto, com os dizeres, na barriga, "quero nascer em casa". Isso foi uma manifestação na Avenida Paulista.

E, de novo, eu jamais traria isso à tona se não houvesse a série de mentiras...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Foram várias.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... de maneira descarada!

Então, eu preciso, minimamente, informar parte... Não vou entrar em outros detalhes que ela sabe – até por isso, ela saiu. Não vou entrar em outros detalhes, porque a população brasileira merece mais.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em nome da paz, tem a palavra o Senador Randolfe. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Não serei tão brilhante, tão importante e tão necessário para esta CPMI quanto o Deputado Alexandre Frota, Presidente.

Eu queria cumprimentar a Deputada Joice. Eu considero que é um dos mais contundentes depoimentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É importante e rico o fluxograma que V. Exa. traz aqui do funcionamento das redes do ódio.

Eu acho que o importante é... Nesta CPMI, a gente se apega somente, Presidente, ao nome dela: "Fake News". A questão não é só *fake news*, as mentiras que são espalhadas.

V. Exa. fez uma separação brilhante aqui sobre o que é *fake* seguidor de qualquer um de nós, seja em qualquer uma das redes sociais, e o que é robô que manipula resultados, que organiza ataques. E V. Exa. aqui, inclusive, declina números, diz quais são e dá nomes. Eu acho que essa é a importante contribuição que V. Exa. traz. Mas tão importante quanto isso é esta CPMI descobrir – e acho que V. Exa. trouxe uma contribuição importante para cá – as origens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

da linguagem de ódio e de ataque às instituições e à ordem democrática que está em curso no Brasil. Isso é o mais importante. Isso tem estado em curso, e nós sabemos as origens, de onde está em curso. E me parece que a ausência, como disse o Deputado Alexandre, de vários aqui me dá um sentimento de que a carapuça serviu, de que a carapuça está servindo.

Então, minha caríssima Joice, eu queria... Além disso, obviamente, eu sou, repetidas vezes, vítima e objeto desses ataques. Aliás, depois, vi que um dos eslaides apresentados por V. Exa...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Foi contra o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eu estou ali como vítima.

Da mesma forma, e não somente por isso, qualquer um que foi vítima disso tem o dever de dar a mão, em solidariedade ao outro. E assim eu fiz quando V. Exa., covardemente, foi atacada.

Acho que boa parte das perguntas aqui foi feita. Neste final de depoimento seu, do longo e importante depoimento seu, vou tentar ver se algum dos temas não foi abordado.

Em vários momentos aqui, tivemos perguntas sobre a participação do Presidente da República. Eu quero diretamente perguntar em relação ao Presidente da República: ele tem conhecimento da existência desse gabinete do ódio, de como ele funciona? Ele contrata ou contratou o funcionamento desse gabinete do ódio? Ele acredita nas chamadas *fake news*?

Eu falo isso, se ele acredita em *fake news*, porque notícias dão conta de que o Gen. Santos Cruz, um dos generais mais condecorados do Exército Brasileiro, foi exonerado do posto que ocupava na Presidência da República a partir de uma *fake news* que teria chegado ao Presidente da República.

Nesse sentido, ao perguntar a V. Exa., eu trago aqui uma entrevista, de hoje, do Gen. Santa Rosa, no UOL, em que ele diz o seguinte... Pergunta o repórter: "O senhor não teve acesso direto ao Presidente Bolsonaro?". Diz o Gen. Santa Rosa: "No início, sim. Depois, foi ficando mais difícil, porque o Presidente se cercou de um grupo de garotos, que têm entre 25 e 32 anos, que fazem uma espécie de 'cordão magnético' em torno e filtram o acesso. Então, começou a ficar difícil. Mas, como o Ministro Jorge é do círculo próximo ao Presidente, imaginamos que seria facilitado o nosso trabalho, porque, por meio dele, faríamos a interlocução, o que não aconteceu".

Mais adiante, ele retrata que o Filipe Martins é um desses garotos.

Aí eu pergunto a V. Exa... Talvez, nós pudéssemos dividir em dois grupos de publicadores, alguns que estão na lógica governamental. Eu faço a mesma pergunta que foi feita ao Gen. Santa Rosa para V. Exa.: quem são esses, abro aspas, "garotos", fecho aspas, declinados por ele? V. Exa. tem conhecimento do papel deles nesse dito gabinete do ódio? Poderíamos classificar o funcionamento dessa rede de *fake news*, de ódio e de tudo mais em dois grupos, publicadores e financiadores? Nesse grupo de publicadores, da parte não governamental, estariam o Sr. Allan dos Santos, do blogue Terça Livre, e os Srs. Paulo Eneas e Otávio Facolri, do Crítica Nacional?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Facuri.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – É Facuri. Obrigado, Alexandre.

Ali estão também o Sr. Flavio Morgenstern, do Senso Incomum, e o Sr. Bernardo Küster? Esses são alguns dos publicadores do gabinete do ódio e das mentiras?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na lista de financiadores, eu pergunto se se encontra o Sr. Luciano Hang, o Sr. Vitor Savates Meta, a Sra. Letícia Catelani, nome já dito algumas vezes nesta CPMI, e o Sr. João Bernardo Barbosa. Eu pergunto se V. Exa. tem informações a respeito destes.

Já foi perguntado aqui... Desculpe-me! Para facilitar para V. Exa., eu estou resolvendo fazer logo todas as perguntas. Inteligente como V. Exa. é, saberá captar todas aí, para respondê-las.

Foi dito aqui, no decorrer de seu depoimento, da criação da tal Abin paralela. Se já foi perguntado, desculpe-me! Mas qual a participação do Sr. Carlos Bolsonaro na indicação do atual diretor da Abin e no funcionamento dessa Abin paralela?

Ainda sobre essa Abin paralela, a senhora tem algum conhecimento da utilização da ferramenta Pegasus, uma ferramenta israelense? Alguns dão conta de que somente a Polícia Federal a tem no Brasil. A senhora tem conhecimento ou teve alguma informação sobre a utilização dela por parte desses gabinetes?

A senhora declinou aqui que são mais de 2,8 milhões de robôs.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – São 1,8 milhão só no Twitter, nesses dois tuítes. Essa ferramenta só analisa Twitter. Então, não dá para analisar o Instagram nem o Facebook com essa ferramenta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, é 1,8 robô.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Milhões!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – São 1,8 milhão de robôs. Perdão!

O Presidente da República está lançando um novo partido. Ontem, o Tribunal Superior Eleitoral, em uma decisão, aceitou, admitiu a assinatura eletrônica para o funcionamento desse partido. Eu considero uma incoerência atroz do Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Foi rápido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Rapidíssimo, numa incoerência atroz, Deputado Alexandre!

O meu partido, a Rede Sustentabilidade, buscou e reivindicou a assinatura eletrônica na eleição em 2013, antes das eleições de 2014. O Tribunal Superior Eleitoral não concedeu esse direito à Rede Sustentabilidade. E, em virtude, em decorrência disso, num primeiro momento, a candidata do meu partido na época, Marina Silva, teve que se filiar ao Partido Socialista Brasileiro para ser inicialmente candidata a Vice-Presidente de Eduardo Campos e, só depois, em virtude da tragédia que acometeu Eduardo Campos, foi candidata a Presidente.

Enfim, o meu partido deixou de existir por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral em 2014, tendo atrasado o seu registro em dois anos, com todos os prejuízos que vieram até por conta disso, inclusive o de não alcançar a cláusula de barreira na eleição última. E um partido político, rapidamente, em prazo recorde, reivindicado pelo Presidente da República, já obtém a autorização do Tribunal Superior Eleitoral!

E eu lhe pergunto porque isso diz respeito à democracia brasileira e ao nosso sistema político partidário: a senhora acredita que é possível a utilização dessas ferramentas que tem para termos assinaturas falsas para a obtenção do registro desse partido político, já que o Tribunal Superior Eleitoral assim o autorizou?

Eu lhe pergunto ainda o seguinte. Há 45 dias, há depoimentos, fotos e registros da senhora junto com o Sr. Allan dos Santos e, há poucos dias, ele tem hostilizado a senhora nas redes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

sociais. O que a senhora poderia declinar em relação a este senhor, que é importante para essas nossas investigações?

E, por fim, Deputada Joice, para concluir: em um dos eslaides expostos por V. Exa. aqui, o grupo chamado Ódio do Bem, que é um dos grupos disseminadores das correntes, tem um diálogo que eu vou reproduzir aqui, que diz o seguinte.

> Rejeitaram hoje o *plea bargain* do pacote do Moro, ou seja, tiraram a delação premiada. É um bom sinal em meio à guerra do STF. É importante que travem a Lava Jato neste momento.
>
> Outra coisa, Deltan deve cair da Lava Jato e certamente o Augusto Aras assumirá a PGR, como também o Mendonça assumirá o Supremo Tribunal Federal.
>
> [Mais adiante diz, num diálogo longo que não vou reproduzir todo, mas o que interessa, mais adiante diz:] O Guedes vai tocar o Presidente do Coaf. Assim, se Toffoli perder a liminar, tem como blindar o Flávio da perseguição esdrúxula por parte do Ministério Público Federal e do Coaf.

O Gabinete do Ódio, esse grupo Ódio do Bem, as redes do ódio, aí disseminadas, conspiraram, conspiram contra a Operação Lava Jato quando ela ameaça atingir os seus interesses?

São essas as perguntas, Sr. Presidente e Deputada Joice.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu vou começar de trás para frente aqui porque são muitas perguntas.

Em relação ao grupo Ódio do Bem – eu até entreguei esses *prints* também aqui para a CPI –, claro que há alguém, porque há produção de conteúdo, há um ser humano por trás desse perfil que quer se esconder com esse nome Ódio do Bem; é alguém que ataca pessoas e há combinações de ataques, como vocês viram, inclusive nos *prints*, nas conversas ali de WhatsApp.

O Deltan foi chamado, pelo grupo e pelo que a gente pode caracterizar de milícia, de esquerdista. O que acontece? Para qualquer um, como a gente teve uma polarização muito grande na eleição, qualquer um que seja contra uma vírgula que seja, Senador, eles tentam pregar imediatamente a pecha de esquerda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Opa, é para votar? Há nominal?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu posso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Gente, gente, eu queria também comunicar aos senhores que nós estamos no final...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, então, eu volto, eu volto, eu volto...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vai se encerrar a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu tenho que votar; pacote anticrime, não posso deixar de votar. Desculpe, mas eu venho, eu venho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, é um destaque?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. ainda vai fazer uso da palavra, Deputada?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, então, tudo bem, tudo bem, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque não estava, ainda vai fazer uso...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tudo bem, tudo bem. Não, já votei no mérito, já votei no mérito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Já votei no mérito, já votei no mérito.

Então, Senador, por óbvio...

Gente, eu queria só um pouquinho de silêncio aqui, porque, senão... É complicado o ti-ti-ti.

Esses grupos combinam ataques e fritaram... Tentaram fritar o Deltan de todo jeito nas redes sociais, que é um homem ilibado e que nós ovacionamos – nós, eu digo, o nosso grupo de direita, nós ovacionamos o Deltan. De repente, porque a investigação passa por quem o grupo A, B ou C não quer que passe, o Deltan vira inimigo número. Tentaram também – vocês se lembram, foi matéria de jornais aí – iniciar uma fritura até em relação ao Juiz Sergio Moro, o nosso Ministro Sergio Moro, que tem uma popularidade gigantesca, e essa popularidade manteve o freio desses ataques.

Em relação ao novo partido – eu já tinha até abordado esse tema, Senador –, eu acho que, com o volume que nós estamos vendo de robôs e como as certificadoras não têm exatamente uma fiscalização eficiente, eu temo que, eventualmente – não para a criação desse partido, não vamos nominar se é o Aliança, se não é o Aliança, porque é questão de qualquer partido –, possa haver algum tipo de fraude, e isso é muito ruim para a democracia brasileira. Eu particularmente sou a favor da redução de partidos, e não de aumentar o número de partidos, todo mundo sabe disso. Então, é uma coisa que realmente me preocupa e também é de se questionar essa posição tão rápida do TSE num momento como este.

Em relação aos financiadores e publicadores – o senhor citou alguns aí; Allan dos Santos, Paulo Enéas, Otávio, Bernardo. O Allan dos Santos, que realmente está me atacando aqui ou ali – eles até seguraram um pouco para me atacar –, o Allan tem uma maneira de apoiar o Governo, apoia cegamente qualquer coisa para a qual o Governo diga amém. Eu o conheço, de o Allan ficar no meu apartamento em São Paulo hospedado; eu o conheço bem, eu o conheço, conheço a esposa, conheço os filhos, gosto do Allan. Pessoalmente, ele é uma pessoa muito doce, é gostoso conversar com ele. O que a gente vê na internet não corresponde à convivência com ele. Vi que eles demoraram um pouco para começar a me atacar, porque todo mundo também sabe que eu tive uma boa relação com o Olavo de Carvalho, ainda que não concorde com algumas coisas, mas cada um no seu quadrado. Então, ele realmente influencia e republica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há algumas informações que, aí, é preciso que a gente cheque se há um acompanhamento do Presidente com esses blogueiros. O Allan já disse aqui que não há dinheiro público dentro do *site* dele, mas é uma questão de se investigar, porque são várias pessoas que estão ali dentro do *site*. Mas quero deixar claro que é uma pessoa que... Até dói o meu coração, porque é um amigo e, para mim, nunca ninguém passou *fake news* dele, ou, por exemplo, ele passar para eu passar para frente. Isso nunca aconteceu. Paulo Enéas. Que eu saiba, é o colunista do Crítica Nacional. O Crítica Nacional é um *site* muito alinhado também ao Presidente, às bandeiras de direita, e eu espero que continue sendo.

E o Otávio Facuri, que o senhor citou: conheço também o Otávio de antes da campanha, da época dos movimentos de rua, e o que eu sei do Otávio é que é um homem do mercado financeiro que tem uma postura firme em relação à esquerda, mas não há... Eu não tenho informação que o desabone. Eu sei que ele ajudou a campanha de muita gente, ajudou muita gente, de várias maneiras, mas fez isso de maneira legal, pelo que me consta.

Em relação ao Bernardo: eu não sei, mas você vê que o *modus operandi* é o mesmo e os grupos de influenciadores são os mesmos.

Em relação aos financiadores: sobre nenhuma dessas pessoas aqui eu tenho informação; eu estaria sendo leviana se dissesse que algum botou dinheiro para contratar robô.

Conheço bem o Luciano Hang.

Conheço o Vitor Meta.

Conheço a Letícia Catelani.

João Bernardo: eu acho que eu não o conheço; pode ser que eu tenha visto, mas não era da minha relação.

E aí, Senador, eu acho que a questão é seguir mesmo o rastro do dinheiro para a gente ter essas informações.

Está quase terminando, mas é que ele fez um monte de perguntas.

Em relação à consciência do Presidente do Gabinete do Ódio: acho, quero crer, que ele não tinha, mas, com essas informações todas, agora tem. Então, é preciso que se tome uma decisão.

Se ele acredita em *fake news*: as *fake news* têm um peso grande ali, as coisas de internet, *hashtags;* eles são muito pautados por isso e reagem de acordo com o movimento das redes. Então, às vezes, é criado um movimento e, às vezes, quando a rede está indo com um embalo, para não desgastar nas redes, a tropa muda o curso do posicionamento para não perder seguidores ou perder aliados nas redes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Nereu Crispim, já que o Deputado Gadêlha estava ausente no momento oportuno.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, estou aqui; Presidente, já estou aqui!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aí, V. Exa. agora passa...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Como V. Exa. determinar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a ser a voz do Deputado Nereu. (*Risos.*)

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS. Para interpelar.) – Boa noite, Senador Angelo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também a Mesa.

Venho aqui, nesta CPI de *fake news,* na realidade até para fazer um desabafo. Deixo bem claro sempre que eu nunca fui político ou ocupei cargo público algum, e tenho verdadeira vergonha do que acontece aqui no Congresso Nacional, porque, lá no Rio Grande do Sul... Vou rapidamente comentar o que acontece lá comigo e depois eu vou fazer uma pergunta para a convidada.

Eu, desde que eu fui eleito, eu sofro o efeito de *fake news*. E gostaria aqui, primeiramente, porque há várias pessoas assistindo e falam em *fake news...* Eu queria dar o conceito aqui de *fake news* rapidamente, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – *Fake news* são notícias falsas publicadas por veículos de comunicação como se fossem informações reais. Esse tipo de texto em sua maior parte é feito e divulgado com o objetivo de legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma pessoa ou grupo, geralmente figuras públicas. As *fake news* têm um grande poder viral, isto é, espalham-se rapidamente as informações falsas, apelam para o emocional do leitor, espectador, fazendo com que essas pessoas consumam sem confirmar a verdade de seu conteúdo.

Quero também aqui dizer o conceito de organização criminosa. Possuía os seguintes requisitos: associação de três ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, mediante a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a quatro anos.

Eu venho tipificar esses dois casos aqui porque eu tenho... E vou citar os nomes, até porque eu já entrei com 70 ações de dano moral, calúnia e difamação no Rio Grande do Sul. Existe uma parte desses *sites* aí que a convidada colocou ali na tela... São mais de 40, e há uma pessoa identificada já que coordena mais de 30. Em algumas delas há 300 mil pessoas, 200 mil pessoas aglutinadas nesses grupos, que chegam a fazer 500 a 600 mil compartilhamentos de qualquer notícia falsa – há o nome e o telefone da pessoa.

Eu, desde que fui eleito, sofro calúnia e difamação. A minha esposa é chamada de prostituta, eu sou chamado de corno, todos os dias, por pessoas de dentro do meu partido. O Deputado Sanderson tem assessores dentro do gabinete dele – há nomes e valores que são pagos –: Tenente Coronel Zucco, Deputado Estadual, veio do Exército, e não devia fazer esse tipo de coisa; Coordenador da Bancada Gaúcha, Coronel Andreuzza, também, e, inclusive, assediou a minha mulher através do WhatsApp para tentar me difamar. De todas essas coisas eu tenho provas. Há vários depoimentos de pessoas na Justiça já citando o nome desses Deputados, os seus organizadores, uma verdadeira organização criminosa, com intenção de difamar Deputados, difamar os seus mandatos. E esses *sites* que existem lá atualmente têm simplesmente como objetivo desmoralizar as instituições brasileiras: STF, Senado e Câmara de Deputados. Tenho tudo "printado", faço questão de entregar a esta CPI.

Mais ainda: tive o meu sigilo bancário quebrado por gente de dentro do partido, criminalmente; tive dois telefones roubados do meu gabinete, que foram entregues à Polícia Federal por um delegado da ativa sem-vergonha que faz ativismo político contra mim. Tenho tudo isso, e já foi denunciado à Polícia Federal. E é gasto o dinheiro público para investigar essas porcarias, essas baixarias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu costumo falar pouco no Plenário, mas eu não posso mais aceitar esse tipo de coisa, em que, às vezes, o Presidente Bolsonaro... É que eu gravei um vídeo dentro da casa dele, antes do segundo turno, em que ele falava que eu iria ser Deputado, eleito, iria ser companheiro dele, colega dele aqui em Brasília. E eu vim para cá ouvir essa baixaria, como dessa mentirosa dessa Deputada Bia Kicis, que estava aqui, que nos orientou numa votação do "fundão". E a gente dela e mais pessoas foram nos denegrir com *fake news* outro dia nas redes sociais, e continua até hoje. Eu gostaria que ela estivesse aqui para ouvir isso, porque ela é uma mentirosa; ela trocou no meio da sessão, em que a Deputada Dayane Pimentel aqui foi escrachada na internet, como outros colegas nossos... E ontem armaram uma outra cama de gato numa votação... Ela acabou de fazer uma *fake* hoje, está aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – Eu gostaria que ela estivesse aqui vendo isso. Denegriu a imagem de pessoas que têm família.

A minha filha hoje é tratada por psicólogo, tem 21 anos, deixou a faculdade; o meu filho teve que mudar de cidade por causa dessa quadrilha que existe lá no Rio Grande do Sul, que me difama até hoje. Isso aí é impossível, tem que acabar. Eu não estou para o mandato, é a primeira vez que eu me elejo, eu era simplesmente uma pessoa que era um empresário, um sofredor, eu tinha um CNPJ. E entrei para a política porque eu tive dois caminhões roubados, eu fui assaltado duas vezes em saidinha de banco, tenho seis pinos e uma haste na perna porque eu fui atropelado por vagabundos e resolvi tentar mudar o Brasil, com essa história de "muda Brasil, muda de verdade".

Só que o Presidente Bolsonaro ouve as pessoas erradas. Há pessoas aqui que deram a vida, deram seu tempo para essa eleição. Eu sou contra, tanto a esquerda quanto a direita extrema, fazer esse tipo de coisa. E hoje, inclusive, existe uma campanha, e eu acho que isso aí, inclusive, tinha que ter visto para ver onde é que se podem enquadrar essas pessoas. Eles só pregam AI-5 e intervenção. O povo não quer ouvir isso; o povo está preocupado é com a prestação do banco que está atrasada, e estão tirando o carro dele, como tantas outras pautas pelas quais as pessoas estão esperando na rua para acontecer alguma coisa. Nós não precisamos desse tipo de coisa.

Então, essa Deputada, que estava aqui, que fala que é um palco livre a internet... Eu quero ver o palco livre quando eu mostrar para ela o que a médica e a psicóloga falam da minha filha, como é tratada a minha filha agora; como o meu filho é tratado; como os filhos da minha esposa também são tratados, meus enteados, sob ameaça toda semana em grupos de WhatsApp. Foi criado um grupo de WhatsApp chamado Patriotas e Paraquedistas. Eu tenho todas as atas notariais disso, em que existe um grupo de pessoas, assessores desses Deputados que passam o dia gastando dinheiro público, acusando e difamando mandatos de Deputados; eles estão aí hoje. E eu entrei na Justiça, tenho todas essas confirmações, tenho declarações de pessoas que resolveram sair desses grupos e estão dispostas, sim, a vir dar depoimentos.

Eu tive meus telefones "hackeados". Houve gente do Exército, da ativa, que está lá dentro dos gabinetes deles e depois foram para... Saíram já do Exército, mas, inclusive, andavam dentro de reuniões do PSL. E havia mulher fazendo investigação, querendo saber quem é que estava lá dentro, se passando por esposa de pessoa que era filiada ao partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Eu não me elegi nem fui para a política para fazer esse tipo de coisa ou ouvir esse tipo de coisa. E eu digo: eu tirei foto antes de me eleger com a Joice; tirei com o Alexandre Frota; tirei com o Major Olimpio; tirei com o Delegado Francischini; tirei, inclusive, com o Presidente Bolsonaro – me elegi na onda do Presidente Bolsonaro, não era político, não era conhecido, entendeu? Mas é inadmissível que as pessoas venham para cá... Todos me perguntam lá, os eleitores – eu era um cidadão comum – me perguntam: "Como é que funciona lá?" Aquilo lá é uma baixaria! Há gente boa aqui dentro do Congresso, que está a fim de fazer alguma coisa pelo Brasil; há em todos os partidos, há na esquerda, há na direita. Conheço pessoas do PT, do PSDB, do PSB, de todos os outros partidos. Só que o extremismo está tomando conta, está tomando conta de uma maneira que as pessoas têm um ódio plantado hoje pelas ruas que parece que está dividindo o povo de novo, como estavam tentando dividir antes. Eu não estou acusando aqui partido nenhum, mas só que tem que se acabar com isso, criar legislação que penalize esses criminosos.

No meu caso lá, por exemplo: há gente condenada, eu continuo entrando com criminal, mas imaginem só quantos dias eu tenho que justificar que eu não venho aqui à Câmara para ir às audiências... Amanhã há 14 audiências; a cada 15 minutos há uma lá, exatamente chamando essas pessoas, e demoram a ser punidas. E a velocidade do dano...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputado.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – A velocidade do dano que eles causam para as famílias e para as pessoas... Demora muito para ser restituída!

Então, eu quero entregar, se senhor me permitir, nesta CPI, toda essa documentação. Que essas pessoas sejam chamadas. Eu não tenho medo de tomar posição. Eu já denunciei no Delegado-Geral da Polícia Federal, porque há servidores públicos, como esse delegado lá no Rio Grande do Sul, Luciano Ledur – vou dar o nome... Ele pegou os telefones e entregou na Polícia Federal, e me acusou de um monte de crime através de um ex-funcionário do meu gabinete, e outras coisas mais, como invasão de privacidade, os meus *e-mails*, os meus telefones e tantas coisas mais.

E eu, inclusive, tenho passado algumas coisas para a convidada aqui relacionadas a várias páginas que existem na internet, e páginas criminosas que estão aí para difamar tanto as pessoas da direita e da esquerda como as de centro. E eu não estou aqui por mandato, eu não tenho medo de falar isso, não tenho medo de tomar essa posição. O que vocês precisarem, eu trago aqui as informações.

E a Deputada Bia Kicis tinha que vir aqui ouvir esse tipo de coisa, porque, no dia da votação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – A senhora está aí?

A senhora orientou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – Não, primeiro, e depois mudou orientação. E hoje, até hoje, está aqui: neste momento eu estou sendo escrachado aqui, a favor do "fundão". A senhora tinha que ter habilidade de chamar o Deputado um dia, e nós não estarmos pagando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

conta até hoje, porque a senhora é uma mentirosa, e está aqui postando porcaria na internet, com fotos que um outro sem-vergonha ali tirou, me acusando, dizendo que eu sou uma vergonha, que eu sou um traidor do Presidente Bolsonaro. Eu não tenho nenhum patrimônio político, para a senhora me chamar disso. A senhora tenha vergonha e compostura! A senhora, que era do Ministério Público, não sei de onde era, tinha que pensar nisso. A senhora tem um filho que mora no exterior; os meus moram no Brasil e estão acompanhando tudo, estão passando vergonha, estão sendo tratados por psicólogos. Então, o seu está no exterior, não precisa acompanhar tudo isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu combinei aqui com a nossa convidada... Eu vou botar os que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... estão inscritos para falar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – Presidente, deixe eu fazer uma pergunta para ela rapidamente.

Como é que foi a reação dos seus filhos, convidada, em relação a esse monte de baixaria que é publicado na internet quando encontram os amigos e têm que comentar esse tipo de baixaria, como comentam com meus filhos no Rio Grande do Sul?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Presidente, o senhor quer que eu responda ou respondo depois em bloco?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, só uma pergunta...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Presidente me solicitou para responder...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. pode responder depois em bloco.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Depois em bloco.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, uma questão de ordem, uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou lhe conceder a palavra, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para questão de ordem.) – Não, eu só quero saber o seguinte. Estou inscrita; se estiver próximo, eu aguardo para falar de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, está próximo, estamos já praticamente no final da nossa sessão.

Vamos ouvir agora a Deputada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – Presidente, no dia de hoje, está rodando um vídeo na internet, uma foto minha, uma imagem, dizendo que eu estou pedindo *impeachment* do Presidente, porque simplesmente eu me neguei a fazer parte, saí do Governo no Rio Grande do Sul na sexta-feira. E eles, reacionários, essa turma lá do Rio Grande do Sul, estão publicando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

uma montagem, como já publicaram uma montagem nesses tempos, um áudio, dizendo que eu estava agredindo a minha esposa. Isso é para ver o nível baixo que essa gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k. Vamos ouvir a Deputada...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, eu solicitei inversão com o Senador Randolfe; eu acho que a minha vez passou em três Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, na verdade é o seguinte, Deputado. Eu tinha feito uma resposta a uma questão de ordem nas sessões anteriores no sentido de que, mesmo o Deputado ou o Senador se inscrevendo e saindo, se alguém estiver na frente, não vai ficar esperando o Deputado chegar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... porque aí é um sacrifício para quem está sentado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas agora é o Túlio.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Há uma solicitação formal na sua Mesa, Presidente. Gostaria apenas de conferir se isso... É inversão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, V. Exa. vai falar, com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Mas, Presidente, me permita, sem querer atropelar V. Exa.: se justifica a saída do Deputado, porque foi em decorrência da nominal lá na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sei, eu sei, vários saíram. Fique tranquilo que ele vai falar.

Vai falar agora a Professora Dayane; depois, o Deputado Gadêlha; temos o Deputado Rogério Correia; o Deputado Bozzella; e a Bia Kicis.

A SRA. PROFESSORA DAYANE PIMENTEL (PSL - BA. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Aproveito já para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vai, vai, vai. Ele vai, vai, com certeza.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Dayane Pimentel...

A SRA. PROFESSORA DAYANE PIMENTEL (PSL - BA. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... baiana de Feira de Santana.

A SRA. PROFESSORA DAYANE PIMENTEL (PSL - BA) – Isso!

Aproveito para cumprimentar toda a Mesa; cumprimentar V. Exa.; a Relatora Lídice; Joice Hasselmann, minha amiga, minha correligionária.

Joice, quando eu aceitei o convite do Presidente Bolsonaro para integrar o seu grupo e fazer não a campanha para ele, porque na época ele sequer imaginaria que um dia teria uma legenda, só para começar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Muitas pessoas nos acusam de surfar numa onda que nós mesmas e mesmos, já que também estamos com muitos homens, produzimos. Bolsonaro tinha ali uma expectativa de 2%, talvez, quando ele gostou de um discurso que eu fiz na internet com meu filho de cinco meses no colo e o defendendo, em um Estado onde as pessoas – e está aqui o Presidente da CPMI e a nossa nobre Relatora, que podem confirmar isso – são extremamente esquerdistas, onde há 75% de aprovação a um Governador que é de esquerda – me dói falar isso, mas é o dado.

Eu me levantei porque eu buscava, e busco ainda, para o meu filho um mundo conservador, um mundo onde a liberdade de expressão exista, mas a libertinagem seja podada. Que mal há nisso? Nenhum.

Eu sou uma mulher de direita que escolheu a direita depois de ter passado pela esquerda. E em um pronunciamento meu com meu filho de cinco meses no colo, que hoje tem quatro anos de idade, exaltando o então Deputado Bolsonaro, ele me convidou. Afinal, eu era uma mulher, uma nordestina, professora diplomada, pós-graduada, falando bem das suas posições políticas. É que as posições políticas do nosso Presidente são as mesmas posições políticas que eu defendo e que não são dele, são de um país, de um país que quis mudança.

Então, é importante salientar que difícil não é abandonar o barco agora, com a sua aprovação, como é o caso de Bolsonaro. Difícil é segurar na mão dele, com menos de 2%, e dizer que a gente ia construir um Brasil juntos. Mas, no meio da carruagem, a gente vê que as nossas posições não são ouvidas.

Isso é ser traidora? Então eu vou ser traidora. O que eu não vou trair é a minha Nação, as minhas pautas anticorrupção, minhas pautas de direita, minhas pautas de desaparelhamento de um Estado extremamente esquerdista, porque foi isso que eu prometi.

Não aceitei a lista deliberada pelo Presidente, imposta dentro do nosso Partido, porque eu tinha dado a minha palavra, e eu a cumpro, porque não a dou à toa. Eu penso antes de dá-la. Uma palavra que eu dei, inclusive, para o seu próprio filho, Eduardo Bolsonaro, que me pediu que apoiasse a liderança de Delegado Waldir. Por isso eu me tornei traidora?

Ficha limpa, mãe de família, bem casada, casada há anos, uma filha excelente, uma pessoa do bem. Quem me conhece, da Bahia, sabe: eu sou ficha limpa. Meu envolvimento é com gente decente, com a educação, com as pautas em que eu acredito.

Do que essa *fake news* hoje está me acusando, Joice? De ser solidária a você, mulher guerreira? Eu compro essa briga, porque eu também tenho filho pequeno dentro de casa, e ele pode achar que a mãe dele é qualquer coisa, menos frouxa. Eu não criei meu filho até agora – comecei, quando ele tinha cinco meses, a falar em Bolsonaro – para agora dizer para ele que o mesmo que eu exaltei dizendo que me deu o direito de exercer minhas prerrogativas iria agora me calar. Não vai. Não vai nem quando eu criticá-lo e não vai quando eu quiser elogiá-lo, porque continuarei defendendo as pautas governistas que forem positivas para a sociedade.

Não haverá *fake news* para me calar, e olha que eu sofro muitas! Mas quem não deve não teme, Relatora Lídice.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DAYANE PIMENTEL (PSL - BA) – Me abordaram outro dia no aeroporto para me chamar de quê? De ter opinião própria? Porque de corrupta não podem e nunca poderão me chamar. Sou uma pessoa consciente das coisas que eu faço. Não aprendi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

andar segurando a mão do meu pai e da minha mãe, que muito lutaram, porque são pobres, para me criar, para chegar aqui, soltar essas mãos e fazer o que há de errado. Repito: acusem-me de que quiserem, mas não podem me chamar de corrupta, porque isso eu não sou. Jamais irei trair a minha Pátria, porque eu não estou aqui por um projeto de poder familiar nem pessoal. Eu estou aqui porque acredito num projeto de Brasil. Caso não, não deixaria meu filho todas as semanas, porque eu não tenho uma falta e sou considerada a melhor congressista do Estado da Bahia pelo *ranking* dos políticos. Deixo meu filho em casa todos os dias, todas as semanas, e venho para cá lutar pelo que eu acredito.

Dói não poder dormir com seu filho de quatro anos todos os dias. Dói saber que precisa a avó estar fazendo a tarefa de casa, principalmente porque sou professora e sei o que é uma construção pedagógica. Dói chegar em casa triste, cheia de problemas que eu não causei – pelo contrário, são problemas que eu tento solucionar –, sem poder explicar a meu filho.

Outro dia fui buscá-lo na escola, numa oportunidade que quase nunca tenho, e um grupo de pais veio para me indagar que história era essa. Aproveitei para fazer uma palestra e saí aplaudida da escola de meu filho. Porque não há nada, Joice, não há *fake news*, Joice, que manche uma história ilibada, e a minha e a sua eu sei que são.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Presidente, deixe só eu fazer um comentário, porque não tenho como não reagir a esse depoimento da Deputada Dayane Pimentel.

Eu tenho acompanhado o quanto essa mulher foi alvo de massacres nas redes também, alguns, como eu mostrei aqui, coordenados. Eu conheço a história dela e sei que ela está, desde o princípio, lutando pelo Brasil, desde os 2%, 3%, lá atrás. Eu sei o quanto dói para todos nós ficar longe da família, longe dos filhos. Eu sei da história da Dayane Pimentel, alinhada com as pautas que nós prometemos ao Brasil – nós prometemos ao Brasil! Essas são pautas da maioria da Nação que foi às urnas. E nós temos que ser leais e fieis a esses eleitores, a essas pautas.

Então, é emocionante, porque eu também tenho filho pequeno, eu sei o que é ter meu filho ameaçado de morte, eu sei o que é ter que esconder o meu filho, eu sei o que é a minha filha não usar o sobrenome na universidade, usar no jaleco o outro sobrenome – ela faz Medicina.

Meu filho de 11 anos – já respondendo ao Deputado Nereu – foi que me motivou a ir para a tribuna, como vocês acompanharam aí, há alguns dias, e contar uma parte dessa história. Porque enquanto eu estava vindo com discurso pronto já, um discurso mais político, mostrando o que estava acontecendo, chega mais uma mensagem do meu filho me perguntando por que eu estava passando por isso – "você que ajudou tanto o tio Bolsonaro?", ele falou. Eu disse: não é o tio Bolsonaro, não é o tio Bolsonaro! Mas eu sei o quanto dói.

Eu sei o que sente a minha mãe. A minha mãe chora. Minha mãe é uma senhora idosa que trabalha num negócio pequenininho, uma padaria que eu ajudei a montar, onde minha família toda trabalha. Minha mãe é uma mulher reta. Minha mãe é uma guerreira. Eu contei até uma parte da história, vocês viram, o quanto foi difícil para a minha mãe criar os filhos. Chegamos a passar fome.

Sabe o que fizeram, Senador? Fizeram *fake news* e espalharam em todos os lugares quando eu disse: olha, eu vim de uma região de uma favela rural. Estava me referindo à minha casa. Disseram que eu chamei a minha cidade, o meu Município, de favela. Para quê? Para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocarem aquelas pessoas para atacar minha mãe! Eu não estou em Ponta Grossa, cidade que eu respeito; eu nasci lá, a minha filha nasceu lá, a minha mais velha é de lá. Meu Deus do céu! Então, são coisas absurdas.

Eu entendo a indignação. E, olha, Dayane, eu vou dizer para você: você é uma guerreira! Eu tenho orgulho de estar lutando pelo Brasil a seu lado.

Deputado Nereu, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Túlio Gadêlha, pernambucano.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Senador. Eu também estava inscrito e me ausentei. Deputado Felício Laterça.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Está na relação, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Só para falar: se vocês acham que aqui está quente, saibam que lá na Alesp saiu uma pancadaria de soco! (*Risos.*)

O pau comeu lá violentamente. Aqui está sessão da tarde. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Túlio.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Bem, Presidente, estamos aqui já há mais de oito horas ouvindo todos esses depoimentos, muitos deles até bastante emocionados. Bem, eu só acho que isto não deve fazer bem para a nossa saúde mental, oito horas aqui neste espaço ouvindo também muita lavagem de roupa suja.

Parabenizo a depoente pela exposição. Dali, de muita coisa teremos proveito aqui nesta Comissão das *fake news*, mas boa parte do tempo que utilizamos aqui foi para escutar as questões internas do PSL, e isso nada nos acrescenta.

Mas, Deputada, depois do seu depoimento – peço desculpas até pelo cansaço, são oito horas aqui –, nós já fizemos e protocolamos um requerimento, e o submetemos a esta CPMI, visando obter a quebra do sigilo de comunicação telegráfica da empresa mantenedora do Instagram para que tenhamos acesso ao conteúdo das mensagens trocadas num grupo intitulado Gabinete do Ódio, ou seja, nós queremos resgatar todo o histórico de mensagens desse grupo. Por isso pedimos que esse requerimento seja apreciado por esta Comissão, porque, sem dúvida, terá elementos materiais. Esse histórico de mensagens são elementos materiais que nos servirão de prova para, inclusive, a Relatora construir um relatório mais firme.

Deputada Joice, V. Exa. estar aqui é um gesto de coragem e é um gesto muito importante para todos nós. Coragem porque V. Exa. revelou esse sistema opressor que dissemina *fake news*, que estimula a divisão das pessoas pelo ódio, que utiliza robôs e pessoas que administram perfis falsos. Muitas dessas pessoas, inclusive, recebem recursos públicos para fazer isso, seja no gabinete de Parlamentares, seja com verba de assessoria parlamentar, seja com recurso de fundo partidário, seja com cargos no Governo. E olha que, como bem foi colocado aqui, muitas das publicações feitas em horário de expediente, que incitam ódio, nos dão a entender que aquelas pessoas ocupam aqueles espaços justamente para fazer isso. Isso é crime de improbidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Mas V. Exa. também está aqui hoje denunciando toda essa prática nefasta porque as milícias digitais apontaram o alvo para V. Exa.. E isso é importante ser dito, porque a verdade é que esses canhões de ódio e intolerância é que motivaram V. Exa. a estar aqui depondo.

A prática nefasta e obscura à qual me refiro não coloca V. Exa. do outro lado. E eu lamento profundamente, Deputada Joice, porque as imagens de pornografia com o seu rosto, como V. Exa. falou aqui, que foram disseminadas e circularam na internet, elas só reafirmam algo que vem acontecendo há alguns meses, desde a pré-campanha do atual Presidente Bolsonaro. Eu digo isso porque nós deixamos chegar até esse ponto. E V. Exa. fez parte dessa estrutura que disseminou *fake news* todo esse tempo. V. Exa. sabia como funcionava esse mecanismo de disseminação, de produção de conteúdo falso. E olhe que coisa: por que V. Exa. não anunciou isso antes?

Na pré-campanha do Presidente Bolsonaro, no início de 2018, muitas pessoas foram atacadas. Olhe que coisa: o depoimento do Deputado Nereu, que conheci agora há pouco, que me antecedeu... O Deputado foi atropelado, utiliza hastes e pinos nas pernas por conta dessa fatalidade que não foi fatalidade, foi um crime, como ele bem colocou, motivado pelo ódio. Porque o discurso de ódio, Presidente, Deputada Joice, o discurso de ódio toca aqueles corações que estão contaminados com o ódio, e isso é muito grave, porque toda essa cúpula governista trabalhou na disseminação desse material.

Para concluir: a prática de difamação e calúnia já se tornou regra no ambiente digital. E preciso dizer que V. Exa. tem grande participação em tudo isso, porque fez parte dessa rede, porque todo esse tempo fez parte desse sistema perverso que hoje critica.

Essa é a minha contribuição.

Obrigado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Eu vou responder.

Eu até entendo, porque o Deputado Túlio não acompanhou toda a minha apresentação, que o Deputado esteja...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Deputada, acompanhei oito horas de apresentação.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então o senhor não entendeu.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Entendi tudo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Se o senhor acompanhou, o senhor não entendeu, não compreendeu, e eu vou tentar ser um pouco mais didática para explicar, tá?

"A senhora está denunciando", o senhor disse, "porque as milícias apontaram o alvo para a senhora". Respondendo a um outro Parlamentar, cujo nome não me recordo, isso me foi perguntado duas ou três vezes... Ah, Marco Feliciano, lembrei! Respondendo ao Marco Feliciano, eu disse textualmente: eu achava que essa histeria em torno das *fake news* era só discurso de oposição.

Nesse nível. Nunca dei bola para isso. Por óbvio que, se eu sou jogada aos leões, o mínimo que eu tenho que fazer é puxar o fio para ver de onde vêm. E as minhas indignações, porém sem provas – eu não sou leviana –, começaram à época da fritura do Mourão e do Bebianno. Agora, eu não tinha provas. Algumas das provas foram apresentadas.

Quando o senhor diz: "A prática não coloca a senhora do outro lado", de estar aqui... De fato, eu não estou do outro lado, Deputado. Eu sou assumidamente de direita, eu sou liberal conservadora, eu não estou do outro lado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não é esse lado, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – E eu nunca, ao contrário...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – É o lado da ética.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ao contrário do que o senhor disse...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – É o lado da disseminação do ódio...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ao contrário do que o senhor disse...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – ... e o lado da ética.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixe-me concluir, Deputado, eu estou na minha vez de falar.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Mas está falando de forma errada, porque...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ao contrário do que o senhor disse, porque isso é mentira, eu nunca participei desse esquema, do Gabinete do Ódio ou do grupo de WhatsApp para orquestrar. E eu já coloquei os meus telefones à disposição! Para proteger fontes em sigilo? Não tem problema.

Então, eu quero só restabelecer a verdade, porque, se eventualmente eu tivesse participado disso, eu jamais colocaria os meus telefones à disposição. Aliás, um deles, um dos meus telefones é ainda da época da pré-campanha. Está à disposição. Nunca fiz parte desse grupo.

Então, há de se ter muita responsabilidade, porque o fato de eu ser muito firme com algumas coisas e combativa não pode ser misturado com *fake news*. Eu não uso robôs ou perfis *fakes*. Eu tenho o meu rostinho. Quando eu quero criticar alguém, eu vou, critico. Quando eu quero criticar um projeto, eu critico. Isso faz parte da democracia, Deputado. Criticar coisas, dentro da política, com que V. Exa. não concorde faz parte da democracia. Denegrir é outra coisa. O que eu trouxe aqui está dentro do Código Penal. E eu citei, inclusive, os artigos, não é?

Então, se o senhor prestou atenção, foi isso que eu disse. Logo, suas perguntas ficam meio sem sentido nesse miolo todo.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Deputada – ainda está no meu tempo, Presidente –, quando me refiro a estar desse lado, eu não estou falando aqui de esquerda ou direita, porque existem diversos olhares para a leitura, para a política hoje aqui no nosso País. E essa polarização, infelizmente, deixa o debate mais raso e menor.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu concordo.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – O que eu estou afirmando quando falo que não a coloca desse lado... É porque existem dois lados: o lado da ética e o lado da covardia e da disseminação de mentiras, de *fake news*. Assim como V. Exa. tem publicado, e temos aí um leque de publicações de inverdades feitas em sua rede durante o período eleitoral e até depois dele, não a coloca desse lado. O que eu estou falando é que V. Exa. vem aqui depor, e muito por estar blindada por esse campo, pelo campo que sempre a criticou, o campo da esquerda, e isso vem sendo feito de forma errada, porque V. Exa. participou desses esquemas que elegeram o Presidente. Se existiram robôs, eu não acredito que V. Exa. só ficou sabendo disso agora, depois que foi afastada da liderança do seu partido.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Mas aí é um problema do senhor, não é meu. Eu estou falando a verdade, e eu tenho peritos. Se o senhor acredita ou não é um problema do senhor, não é um problema meu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Independente, independente disso...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A questão de o senhor acreditar ou não não faz a menor diferença quando se apresentam as provas.

E quando o senhor insiste em inverdades no período eleitoral... Existe uma coisa, caro Deputado, chamada lei eleitoral, que é muito rígida em período eleitoral. Qualquer tipo de disseminação de *fakes* em quaisquer redes... Isso é punido pela lei eleitoral. Então, se houve disseminação de *fakes* nas minhas redes, o senhor que apresente, o senhor que apresente. Porque, de novo, ficam tentando fazer o jogo da narrativa. Eu estou aqui falando a mais absoluta verdade, colocando as informações e disponibilizando, inclusive, se necessário for, algumas informações do meu telefone celular.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Então me fale aqui, já que V. Exa. não difunde *fake news*, como bem colocou, me fale um pouco sobre o processo do Nassif, da filha do Nassif.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O processo da filha do Nassif foi um meme que foi feito num protesto contra o Moro...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Por quem? Por quem foi feito?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... contra o Moro por uma das pessoas que trabalham comigo, mas não no gabinete.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Olha... Certo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tá? Essa moça, um homônimo, a assessora...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Mas foi publicado, Deputada?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Foi publicado e depois apagado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Ah, então V. Exa. difundiu.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu posso... Eu posso concluir?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não, porque eu estou aqui justamente interrogando.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não... É que, assim, Deputado, se o senhor não deixa eu concluir, aí fica complicado...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Eu só a estou interrogando, Deputada, é meu papel também.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, você não está me interrogando. Eu sou convidada; não sou interrogada. O senhor está me questionando.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – É meu papel também perguntar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pergunte, mas deixe eu concluir a resposta.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Então foi publicado por V. Exa.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Foi publicado. Não foi publicado por mim esse meme específico...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Pelas redes de V. Exa..

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... foi publicado no Instagram, se não me engano. Eu, depois que vi que era um homônimo, inclusive me retratei. E conversei com a assessora, que claramente disse: "Fui eu mesma, pronto, acabou, está tudo certo". Não tenho absolutamente nada a ver com a questão de assessoria parlamentar. É uma pessoa que me acompanha desde lá da época da *Veja*, cuidando, me ajudando a cuidar das minhas redes pessoais. E, por óbvio, ninguém é infalível. Eu estou falando de uma coisa sem dolo. Eu jamais difundiria uma informação que não fosse verdadeira de forma dolosa. Jamais faria isso. Eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Mas fez.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu acho que o Deputado tem um problema de compreensão. De novo: a minha assessora fez. Imediatamente, quando houve a informação... Se eu não me engano, foi o próprio Nassif que conversou com uma pessoa que me conhece e disse: "Olha, é um homônimo". Eu liguei e disse: que porcaria é essa que você fez? "Ah..." Deletamos e imediatamente fizemos uma retratação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Isso significa um erro sem dolo, Deputado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Hum, hum.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Se não houver a compreensão da diferença entre uma milícia, um ataque, um crime com um erro doloso e um erro que não é doloso, que é culposo, aí a gente realmente... O debate fica bobo, não é? Porque são coisas absolutamente diferentes.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo, Deputada.

Só para concluir...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Se os *fakes*, se os *fakes* quiserem...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Ninguém, ninguém, Presidente...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... fazer retratação também, quiserem fazer como eu fiz...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – ... as pessoas, todos os depoentes, Presidente, que estiveram aqui nesta Comissão, e é importante falar isso, nunca disseram que disseminaram *fake news* com intenção. Isso é muito claro. Está aí o Allan Santos, do canal Terça Livre. Disseram que foi sem querer, que foi a equipe...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Como é que alguém monta uma, uma...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Deputada, eu estou tentando concluir.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... um meme como prostituta e isso não é com intenção? Por favor!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Eu estou tentando concluir.

O que eu estou querendo dizer, Presidente, é que a gente precisa investigar isso a fundo, porque informação disseminada de forma irresponsável, que desinforma as pessoas, causa o que aconteceu com o Deputado Nereu: dissemina ódio, toca o coração daquelas pessoas que guardam ódio no coração. E isso nós não podemos tolerar aqui dentro. Ou seja, é preciso combater esse sistema descobrindo a fonte, mas também compreendendo os canais que disseminam essas informações que desinformam as pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado Rogério Correia, do PT de Minas Gerais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu não faço parte da CPI, mas a acho uma comissão parlamentar mista de inquérito fundamental.

E o depoimento da Deputada Joice Hasselmann é um depoimento bombástico e muito importante, porque muito esclarecedor e com muitos dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Deputada disse também que tem as provas, que está deixando, para que a própria Comissão Parlamentar possa averiguar.

Mas veja bem: um filho do Presidente fala em Abin paralela. Isso é gravíssimo. Imagina: substituir o Estado alguém, para perseguir os outros, seus adversários, podem ser de esquerda ou de direita, pelo visto, agora, através de uma Abin paralela.

Quase dois milhões de robôs só do Presidente e do filho Eduardo. Imaginem: dois milhões de robôs, R$500 mil por ano. E os filhos do Bolsonaro são cabeças desse processo de diversos *sites,* de robôs e de mídias virtuais, de milícias virtuais. Isso é o mínimo que eu escutei, e não escutei durante todo o processo. Isso é evidentemente gravíssimo, muito sério e coloca esta CPMI num outro patamar de informação.

Segundo, eu fiquei impressionado, Deputada, quando V. Exa. mostrou a velocidade de algo que aconteceu agora: em três minutos, o mapa ficou vermelho de insinuações contra V. Exa., dizendo que V. Exa. era traidora, com outras palavras de baixo calão...

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Exatamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... que V. Exa. não merece nem que sejam repetidas aqui. Em três minutos, envermelhou o mapa. Também, com 2 milhões de robôs! Ou seja, eles continuam ativos, porque, acontecendo isso naquele momento, é porque eles continuam ativos, ou seja, continuam cometendo crime.

Eu chamo a atenção para isso, porque isso é muito grave. O Deputado falou da família dele. Eu certa vez, fazendo campanha, quase fui atropelado por um carro que se arremeteu com ódio contra mim e contra uma Deputada que fazia campanha comigo e foi eleita em Minas Gerais também. Ele gritava contra mim como um louco: "Comunista", daí para baixo. Num ódio que era algo que eu nunca tinha visto em anos e anos em que fui Parlamentar. Nunca tinha visto um clima de ódio como esse.

É importante dizer isso, porque nós precisamos combater. Veja bem, e aí eu faço algumas indagações a V. Exa.: primeiro, parabenizo pela coragem. Não importa a posição de V. Exa. – e nós temos posições antagônicas, quase completamente, do ponto de vista político-ideológico –, mas tenho que enaltecer a coragem de V. Exa. vir aqui e dizer a verdade, seja lá em que momento for, porque realmente um ataque desse, seja contra direita, seja contra esquerda, é inadmissível, porque isso não é forma de fazer política. Isso, sim, dissemina o ódio na sociedade e a intolerância.

Veja bem, eu peguei aqui alguns pontos que eu queria saber se V. Exa. sabe se foram usados – ou se há como saber – pelo tal gabinete do ódio. Por exemplo, mamadeiras eróticas, que depois não foram distribuídas, em creches pelo PT – todo mundo se lembra das mamadeiras eróticas, para não dizer outro nome, que eram distribuídas em creches, depois foi desmentido. Avião do filho do Lula custou 50 milhões e também havia o avião... Eu tenho aqui as imagens.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Desculpa, Deputado. É que eles me chamaram a atenção e eu perdi a segunda pergunta. Pode repetir, por favor?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É a seguinte: eu dizia da disseminação do ódio, se, por algum acaso, V. Exa. pode nos ajudar a saber se outras mensagens – não apenas as que V. Exa. colocou, e já nos prestou um grande serviço ao demonstrar o que é esse gabinete do ódio...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... mas eu termino – que foram feitas durante a campanha e que colocaram o ódio contra outras pessoas ou contra a esquerda, nesse caso que eu vou citar aqui, e que foram feitas também através de *fake news* e disseminadas por milhões, provavelmente com esses dois milhões de robôs. Como nós podemos chegar a isso também? A essa checagem?

Uma forma poderia ser, como o Deputado Túlio Gadêlha diz e eu acho correto, saber o que esse gabinete do ódio andou disseminando, mas eu me lembro aqui das mamadeiras eróticas, que foi uma farsa, todo mundo sabe disso; ou do avião do filho do Lula, que custou R$50 milhões; ou da Presidenta Dilma de pernas abertas – lembro dessa cena tão horrorosa quanto as que foram feitas com V. Exa. –, com coisas de gasolina, como se estivesse entrando na vagina de uma Presidente da República, isso foi disseminado aos montes também por robôs; ou das fazendas falsas do filho do Lula; ou do *kit gay* em escolas.

Eu não estou fazendo isso para colocar nenhuma questão relativa a uma disputa aqui entre esquerda e direita, mas mostrando que este tipo de ação não pode continuar no Brasil. *Fake news* e robôs têm que terminar, porque senão nós não temos mais debate político, nós não vamos discutir conteúdo, se é preciso privatizar, qual é o papel do tamanho do Estado, que é o que nos separa, e nos separa no debate, e esse debate tem que ser feito, a sociedade precisa fazê-lo em alto nível, mas ele é substituído, infelizmente, por memes horrorosos contra V. Exa. agora, mas, no passado, contra, por exemplo, a Presidenta Dilma.

Então, eu queria parabenizá-la, mas queria também que nós pudéssemos ir a fundo nesse tipo de coisas que existiram no passado também, se desde lá, é a pergunta que eu faço, esse gabinete do ódio ou essas pessoas já estavam por trás da disseminação também de *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Deputada Joice me informou que vai à toalete. Isso é uma coisa realmente insubstituível.

Eu quero anunciar que após... Nós vamos ouvir agora o Deputado Júnior Bozzella, do PSL, de São Paulo, depois o Deputado Felício Laterça e, encerrando, a Deputada Bia Kicis, também do PSL, para encerrarmos esta reunião que já vai para nove horas de trabalho.

Inclusive, eu deixei a Deputada Bia Kicis por último, porque foi citada algumas vezes pelo Deputado Nereu. Eu acho que ela deve ter alguma resposta para dar ou não, não sei, vai ficar por sua conta.

Com a palavra o Deputado Júnior Bozzella, PSL, de São Paulo.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, nobre Deputada Joice Hasselmann, fiz questão de permanecer nesta Casa, apesar do avançado da hora, justamente para dar a minha cota de contribuição e parabenizar a Deputada Joice Hasselmann pelo valoroso trabalho prestado à sociedade brasileira na tarde de hoje, já noite.

Eu gostaria de me ater aos fatos da *fake news* e não errar aqui na minha reflexão no que diz respeito a brigas entre partidos, direita e esquerda, até porque, como a gente já tem acompanhado, Sr. Presidente, *fake news* hoje é considerada uma questão de saúde pública.

A gente viu a Deputada Joice Hasselmann apresentar, nos seus eslaides, o caso da menina do Guarujá, em 2014, que foi espancada e morta por causa de uma *fake news:* "Mulher espancada após boatos em rede social morre em Guarujá, São Paulo." Ela foi agredida após ser acusada de praticar magia negra com crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Então, depois dessa *fake news*, depois dessa postagem, o próprio advogado do caso disse que a maior responsável pelo assassinato dessa senhora, dessa moça – só peço um pouco de silêncio, Sr. Presidente, por favor –, foi justamente a rede social, foi o *site,* o Facebook. Enfim, tentando quebrar o IP para mostrar o quanto que, há 4 ou há 5 anos, nós já éramos reféns desse assassinato digital. Fomos sequestrados pela milícia digital.

Eu ouvi aqui alguns Deputados se pronunciando. Eu não quero cometer nenhum equívoco e, como disse um Deputado, "boostear". Vou tentar evitar citar o nome de alguns colegas. Uma vez viraram para mim e falaram assim: "Bozella, lá na Câmara é um teatro, mas eu nunca imaginei que fosse um circo, repleto de palhaços, imbuídos de mau-caratismo."

A partir do momento em que a Deputada Joice Hasselmann vem a esta Comissão para contribuir com a sociedade brasileira, eu vejo aqui algumas pessoas tentando inflamar e construir uma narrativa, uma falsa narrativa, para acuar a Deputada, na tentativa de contar uma mentira cem vezes para virar uma verdade.

Eu acho isso muito grave, Sr. Presidente, porque eu posso aqui dizer também que, na época das *fake news,* disseminadas quando alguns Deputados do PSL foram à China, eu vi a Deputada Carla Zambelli, o Deputado Bibo Nunes, o Deputado Daniel Silveira sendo vítimas de *fake news* desse próprio eslaide que a Deputada aqui tentou expor para todos nós, Deputados. E, a partir do momento em que se tornaram subservientes a esse mundo, a esse contexto, eles passaram a não mais ser atacados.

Então, eu até compreendo, às vezes, o posicionamento.

Até falei para o Marco Feliciano, e gostaria que ele estivesse aqui, que, quando ele sai da sala e abraça a Joice – eu testemunhei: "Joice, a gente é amigo, mas ali você sabe como é que é" –, eu não concordo com isso. Eu não sou obrigado a aceitar isso na posição de Parlamentar, porque eu represento alguns mil votos – eu tive quase 80 mil votos – e tenho responsabilidade para com essas pessoas que me escolheram.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – E eu falei: "Deputado, eu posso dizer também que eu ouvi dizer, que um passarinho me contou, que V. Exa. usou do expediente de ser amigo do filho do Presidente para fazer pressão na 2ª Vice–Presidência da Casa para pagar o seu tratamento dentário de R$150 mil com o dinheiro do povo. Um passarinho me contou isso; não sou eu que estou falando.

Então, tudo isso são narrativas, são fatos que se criam que podem agora, pela atmosfera, se alguém estiver ouvindo, disseminar nas redes sociais: "Olha, o Deputado Marco Feliciano usou dessa prerrogativa e desse expediente", mas ninguém sabe se é verdade ou se é mentira.

Eu vi lá. Abraçar faz parte do jogo político, mas nós temos que ter aqui responsabilidade com a sociedade brasileira e com o povo, porque o que a Deputada Joice nos trouxe são atos de flagrante crime de improbidade administrativa, em que assessores parlamentares lotados em gabinetes de Deputados Federais e estaduais estão usando dessa prerrogativa, desse expediente, de perfis falsos, *fakes*, para disseminar o ódio e a mentira, como aqui já foi colocado diversas vezes.

Chama a minha atenção a atitude de alguns Deputados que vêm aqui a esta sessão minimizar os memes. Nós não podemos aceitar isso, Presidente, na atual conjuntura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria ver a cara de algum Deputado que aqui estava se se falasse assim... E ter que se explicar lá para o filho, em casa, como a Deputada Joice teve que se explicar. Eu não estou aqui defendendo a Deputada Joice. Eu não tenho procuração para ser advogado da Deputada Joice. Eu tenho uma obrigação com a sociedade: eu tenho que prestar esclarecimentos sobre o que está acontecendo hoje no Brasil, que é uma questão de saúde pública. Os jovens hoje não leem jornal; eles se informam pela internet. E eles não conseguem mais diferenciar o que é *fake news* do que é verdade. Há um estudo que mostra que 50% dos jovens são informados pelas redes sociais e não sabem diferenciar o que é *fake news* do que é verdade.

Então, se você pegar esse Deputado que aqui estava e começar a proliferar memes: "Deputado abortista; Deputado nepotista; Deputado alcoólatra, viciado em cocaína; Deputado princesa; Deputada bruxa", como fizeram com a Carmem Lúcia no STF... Então, não dá para a gente achar que tudo pode e nada acontece e você usar desses expedientes, dessas improbidades administrativas com dinheiro do povo para disseminar e fomentar e potencializar ainda mais esses graves memes, que para eles não têm gravidade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Então, Presidente, para finalizar, eu gostaria muito que... Não sou membro desta Comissão, mas fiz questão de estar aqui hoje. Eu nem sabia que fui vítima de tantos memes na internet. Eu não tenho tempo para acompanhá-los, porque eu tenho tempo para trabalhar. E não coloco funcionário de gabinete para ficar proliferando o ódio.

Então, quanto ao que o Deputado Túlio falou, eu concordo que quanto mais você incita o ódio mais você percebe aquele grupo de movimentos conservadores com metralhadoras no carro – acho que são de *paintball*, não me interessa; eu acho que até já foram presos, segundo me informaram –, incitando ódio na sociedade e colocando a vida de pessoas do bem em risco.

Portanto, Deputado Federal, assessor de Deputado Federal e Deputado Estadual não pode cometer esse crime. Eu espero que muitos desses atores irresponsáveis possam sair de camburão aqui desta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Felício Laterça, PSL, Rio de Janeiro.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Marquem o tempo do Deputado, por favor, operadores do painel.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Angelo Coronel, parabéns pela condução dos trabalhos, antes de mais nada.

Eu vou iniciar a minha fala apresentando uma obra atualíssima, está até aqui no vídeo. E eu vou presentear com esta obra não só o Sr. Presidente, como a colaboradora, a Deputada Joice Hasselmann, e a nossa Relatora. Esta obra é algo atualíssimo: *Combate às Fake News*. E é uma coleção com a visão do delegado de polícia, então, foi gestada lá no Sindicato dos Delegados de Polícia Federal por um colega, que é o Dr. Clayton, um dos organizadores.

Eu fiz questão de estar aqui hoje não só para falar um pouquinho sobre *fake news*, mas para falar que nós estamos trazendo os remédios também e que vamos presentear os senhores que estão à Mesa com o conhecimento jurídico. Eu vou ler um trechinho da apresentação e dizer como fica:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

> Este décimo livro da coleção doutrina e prática a visão do delegado de polícia aborda questões atinentes a um dos grandes problemas da atualidade, as chamadas *fake news* e seu impacto na sociedade moderna e no mundo jurídico, com a visão de profissionais que trabalham com tema, quer sejam policiais, juízes, advogados ou pesquisadores.

Eu, na verdade, vou acrescentar aqui: vou botar uma vírgula e vou botar "ou Parlamentares". Então, vocês aqui também estão trabalhando.

Há uma pequena contribuição minha. São vários artigos, e eu também tenho um capítulo, em contribuição com o amigo, colega Delegado de Polícia Federal, Dr. Lorenzo Martins Pompílio da Hora, que é "*Fake news* – um dano social".

Tudo que nós vimos e falamos aqui é muito grave. Esta CPMI, acredito, vai entrar para a história do Brasil. Esta CPMI tem muito a contribuir.

Colega Deputada Joice Hasselmann, um belíssimo trabalho. Eu estive aqui mais cedo, participei da sua apresentação. E nós todos assistimos – eu acho que o Brasil assistiu, porque foi televisionado, está sendo ainda gravado – à gravidade de fazer *fake news* e como isso... O Deputado Bozzella falou aqui da questão de 50% hoje do conhecimento – eu acho que é mais do que isso, Deputado, é mais do que isso. E as pessoas ainda têm o péssimo hábito de não conferir nada. Receberam: "Ah, que bonitinho". E aí aquela dimensão atinge o mundo; em fração de segundos, vai para outro lado do mundo.

E aí eu vou fazer menção aqui a algo de que eu participei. Eu estava na viagem à China em janeiro deste ano. Fui carinhosamente apelidado como da bancada da China. Um senhor senil lá dos Estados Unidos, que eu sinceramente não conhecia e que não quero conhecer pessoalmente, fez uma matéria dizendo que nós fomos para a China, que o que estávamos pensando... Que estávamos deslumbrados. Ele soltou isso, dizendo que nós íamos conhecer uma empresa para trazer tecnologia para espionar não só os chineses que estavam no Brasil como os brasileiros, algo de botar no aeroporto, um negócio completamente fora de contexto. E isso tomou uma repercussão... Os robôs também entraram em ação. As pessoas, até pessoas do nosso partido, pessoas de direita, caíram de pau: "comunista" e por aí foi. Foi citado aqui pelo Deputado Bozzella. Estavam lá a Deputada Carla Zambelli, o Deputado Daniel Silveira... Todos eles sofreram muito com essa questão. Aliás, eu gostaria que a Deputada estivesse aqui, mas depois eu vou pegar a gravação e vou colocar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – ... para ela ouvir, porque eu fui um dos que lhe oferecerem um ombro amigo, que a acalentaram. Eu disse para ela suportar aquilo, porque isso não era verdade. Ela sabia do propósito da viagem, que foi de uma grandeza imensa, que foi uma experiência incrível. Depois, o Senador Flávio Bolsonaro foi lá, e ninguém falou; o Presidente foi lá, e ninguém fez comentário. Aliás, o nosso Presidente – eu continuo defendendo as suas pautas positivas e vou continuar assim, porque esta é a nossa linha: também sou conservador nos costumes e liberal na economia, frize-se – foi lá inclusive e visitou a empresa Huawei, em que nós tivemos.

Então, Deputada Joice, de fato, a senhora está trazendo uma grande contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou encerrar, eu sei que o senhor vai passar a palavra, vou terminar fazendo a entrega desse belíssimo exemplar, com a nossa contribuição aqui também.

Parabéns pela condução dos trabalhos, parabéns a todos pelo belíssimo trabalho que estão desempenhando.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, agradeço, antecipadamente, o livro. Vou ler e, enquanto não ler todo, vai ser o de cabeceira.

Vou passar agora a palavra à última oradora inscrita, a Deputada Bia Kicis, inclusive porque ela foi citada, repito, algumas vezes pelo Deputado Nereu, Deputado Nereu Crispim, e esta Comissão, esta Presidência já tomou por prática dar sempre às pessoas o direito ao contraditório.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu vou deixar o meu direito de resposta para o final da fala, porque prefiro começar tratando desta CPMI, do seu objetivo, do que eu estou vendo aqui.

Primeiramente, eu queria dizer que a Deputada, vamos falar aqui em *fake news*, a Deputada Joice postou nas suas redes que eu havia feito caixa dois na minha campanha, mas eu sei que ela sabe que isso não é verdade, que eu não fiz caixa dois. E ela se baseou numa denúncia de uma pessoa sem nenhuma qualificação, que foi ao ao Ministério Público, fez uma carta dizendo que era estranho, primeiro, dizendo que era meu amigo, que ele não tinha bandido de estimação... Só que essa pessoa nunca foi minha amiga. Foi um candidato, quer dizer, ele queria ser candidato, mas não conseguiu a legenda, porque é uma pessoa que responde a processo por Maria da Penha, uma pessoa complicada, sem nenhuma qualificação. E resolveu, como algumas pessoas resolveram, me atacar, dizer que eu gastei muito em gasolina, que eu tinha um local que eu usava, um apart-hotel, um apartamento do Octavio Fakhoury, que ali era o meu gabinete de campanha, o meu comitê. Só que tudo isso está declarado nas minhas contas eleitorais, foram aprovadas, e a Deputada Joice sabe disso, porque nós tínhamos um relacionamento, nós conversávamos, e ela também usou um imóvel do Octavio Fakhoury em São Paulo. E eu tinha um contrato de comodato. Então minhas contas foram aprovadas, mas sem nenhum apego...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Alugado, o meu. Alugado.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O meu foi emprestado. Comodato.

Não faz a menor diferença, Deputada, o que interessa...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, só para deixar claro para a Nação.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O que interessa para fins eleitorais, Deputada, é que foi devidamente comunicado, fez parte da prestação de contas e foi aprovado. Então filigranas, dizer se é alugado, isso não interessa. O que interessa é que eu fui acusada por V. Exa. de ter feito caixa dois e V. Exa. tinha plena noção de que isso não era verdade.

Bom, outra coisa: a Deputada Joice me colocou num painel que ela fez ali, umas cartinhas, um jogo de baralho, sei lá, de cartas, e me colocou como número dois ou três de Deputados que disseminam *fake news*, Parlamentares. Ela sabe que eu não faço isso. Ela sabe que eu não dissemino *fake news*, conhece o meu caráter, pode não gostar, entortar a boca agora, mas reconhece, sabe que eu não dissemino *fake news*, e que uma vez que eu postei um vídeo que recebi, achei que fosse verdadeiro, da história, sobre alguma coisa da Colômbia, das Farcs, tão logo me escreveram: "Bia, pode ser que esse vídeo... Parece que não é... ", eu imediatamente retirei. Assim como aconteceu com a assessora dela, o meu assessor também postou. E tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

logo eu soube, retirei. E ela disse aqui que isso não é fazer *fake news*, que não há dolo. Foi exatamente o que aconteceu comigo.

Eu não fico postando *fake news*, eu não fico tentando lacrar na internet, isso não é o meu estilo. As únicas vezes em que eu me dirigi à Deputada Joice na internet foi quando ela postou mentiras a respeito do Presidente Bolsonaro, dizendo que ele havia oferecido cargos para quem votasse na lista do Eduardo, porque ele queria fazer o filhinho dele Líder, sendo que eu participei desse processo. Eu liguei para o Eduardo: "Eduardo, nós precisamos mudar o Waldir porque ele está chamando o Presidente de vagabundo e está orientando contra o Governo na votação. Eu não aceito mais nem um dia o Waldir na Liderança por conta disso". E ela disse o seguinte: "Nós tínhamos um acordo no início do ano, eu tenho palavra, então vou ficar até o fim". Eu também tenho palavra, mas, diante da gravidade dos fatos, eu não aceitei mais o Waldir e pedi ao Eduardo, porque ele era o único que o nosso grupo aceitava para ter as 27 assinaturas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – E pedimos ao Presidente. Fomos falar com ele, dizer: "Presidente, precisa ser o Eduardo". Ele não queria. Ele falou: "Vai dar confusão, é meu filho, vão bater, vão falar". Eu falei: mas tem que ser ele, porque ele é o único que os 27 aceitam. Então, ele não ofereceu cargo. Ligou para alguns que ele considerava pessoas leais a ele: "Olha, assina a lista", porque realmente o Waldir não dava. E aí aconteceu tudo aquilo que todo mundo já sabe, não preciso repetir.

Eu me dirigi, pelas redes, fiz comentários nos *posts* da Joice, dizendo que ela estava mentindo pontualmente. Nunca te chamei de Peppa Pig ou de mentirosa. Eu falo pontualmente, Joice, não fico adjetivando, eu não faço *fake news.* Eu falei: "Você mentiu!". Joice mentiu. Nesse caso, o que aconteceu foi isso, isso e aquilo. E mentiu quando disse que eu fiz caixa dois também. E quando ficou dizendo que eu ficava indicando milhares de pessoas e eu botei as pessoas que eu indiquei para o Governo.

Bom, outra coisa: agora eu queria falar com relação à viagem da China, que foi um episódio... O que aconteceu foi o seguinte: eu também fui convidada, mas tive o cuidado de ligar para o Presidente e ver o que ele achava disso, e ele disse que não ficava muito... Que não achava interessante que Deputados do PSL começassem a sua carreira – nem ainda empossados estávamos – indo à China. Foi a opinião dele. Eu respeitei e não fui. Nunca bati em um colega que foi à China, embora pessoalmente eu achasse que não era nosso papel ir à China. Isso não é *fake news*, isso é um desagrado, o povo não gostou e falou mal.

Então, é isto: esta CPMI está se tornando local de as pessoas colocarem suas mágoas, suas dores: "Ah, não gosto, porque bateram em mim". Bateram. Nós somos pessoas públicas, nós vamos apanhar muitas vezes nessa vida. Quando os nossos eleitores discordarem do que fazemos, eles vão bater. E calar, procurar calar sob o argumento de que é *fake news*, isso é um caminho errado, Joice Hasselmann. Esse caminho foi tomado na Rússia, que agora tomou total controle das redes. E também pela Angela Merkel, você sabe disso, que fez um acordo com o Facebook para calar qualquer pessoa que falasse mal da sua política de migração.

Então, é para isso que nós estamos caminhando. E eu fico muito preocupada com esta CPMI das Fake News, que também está totalmente direcionada para um terceiro turno, querendo acusar o Presidente de ter usado robôs. Você está se prestando a esse papel, Joice Hasselmann!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Você não está fazendo revelações bombásticas, você está-se prestando a esse papel de dar munição àquelas pessoas que querem, sim, retirar o Presidente Bolsonaro, com base em *fake news*, com base em mentiras que essas pessoas estão produzindo. Porque, como já foi dito mais cedo aqui, a esquerda e o PT são os mestres de *fake news*, dos dossiês falsos. Você sabe disso. Você pode fazer o seu risinho torto, entortar a cara para lá e para cá, mas você sabe disso, Joice, e eu sei que você sabe, porque nós convivemos juntas muitas vezes. Então, não adianta querer tampar o sol com a peneira.

Agora, falando... É um perigo o que está acontecendo aqui. Eu fico preocupada com esta CPMI, sim, porque sei os rumos que ela pode tomar. Sei que não existe muito apreço à verdade por muitas pessoas que vão ficar repetindo uma historinha, assim como repetem "golpe, golpe, golpe". Vão ficar repetindo, vão ficar repetindo...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, o tempo. Está sem marcar o tempo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... que houve *fake news* e que há gabinete do ódio. Inclusive, ficam usando este nome "gabinete do ódio", cumprindo essa narrativa...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... criada por pessoas que você sabe muito bem que não têm apreço nenhum à verdade.

Para concluir, eu quero me reportar aqui à fala do Deputado Nereu, que começa falando... Eu não ouvi o início, mas ele me chamou de mentirosa, e eu não sei por que ele me chamou de mentirosa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O que ele falou no início ele repetiu na sua chegada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu cheguei, e ele estava me chamando de mentirosa. Aí ele falou que eu postei e que eu mudei uma orientação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não, não sou mentirosa. Estou aqui, como diz a Deputada Joice, mostrando a minha carinha. Eu também não me escondo através de anonimato.

Então, quero dizer o seguinte: uma vez eu mudei uma orientação, e ele ficou mordido, porque eu mudei a orientação. A orientação não estava realmente agradando, e, nos últimos minutos, todos os Deputados do PSL que estavam no Plenário – estavam ali mais de 20 – votaram contra a orientação do partido, e eu mudei a orientação. Ele não estava mais lá e foi prejudicado. Os colegas vieram falar comigo, como a Deputada Dayane, e eu gravei um vídeo explicando para as pessoas que não era culpa dela. Gravei para um Deputado do Rio Grande do Sul e para todos que me pediram. Agora, ele aguente as consequências. Se o eleitorado dele não gostou e está batendo nele, ele aguente as consequências.

E outro fato: talvez se ele tivesse vindo agora com o Presidente Bolsonaro, se estivesse no grupo daqueles que vieram com o Presidente Bolsonaro e que não aceitaram o Waldir chamar o Presidente de vagabundo, talvez o eleitorado dele já tivesse esquecido e até perdoado.

Agora, eu estou sofrendo as minhas consequências dos meus atos. Estou sendo perseguida pelo partido, punida num processo absurdo – um processo absurdo –, sendo suspensa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Presidente, se tivessem gravado todos os Deputados...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... sendo suspensa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Bom, eu não sei. Eu garanto que não.
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Para concluir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Para concluir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Para concluir, eu nunca...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Para concluir, eu nunca chamei. Posso falar de cara limpa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, por favor. Presidente, por favor, ponha ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, calma. Vamos manter a palavra da Deputada...
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Ponha ordem, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que está encerrando a fala dela.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu posso falar de cara limpíssima que nunca chamei o Presidente de vagabundo. Eu quero dizer o seguinte...
O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Isso é hipocrisia, Presidente.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Nunca chamei. Não sou hipócrita.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Vários não têm nome.
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, a palavra está com a Deputada Bia.
A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Vários...
O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. pode falar.
O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – O povo está assistindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Bom, vários... Meu nome é Beatriz, Deputada Bia Kicis. Meu nome não é "vários". Então, eu nunca chamei o Presidente de vagabundo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada. Encerrou.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Então, eu quero dizer o seguinte: eu também estou pagando pelas minhas escolhas. Estou sendo punida, estou sendo suspensa num processo absurdo, inclusive por colegas que eu sempre tratei com muita decência. Tratei com decência, sempre olhei nos olhos, e essas pessoas... Eu postei uma foto – a foto que ele citou –, que é uma foto...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Eu vi a Carla Zambelli chorar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... no partido, uma foto no partido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu não sou a Carla Zambelli. Eu sou a Bia Kicis.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Para concluir, a foto que o Deputado Nereu citou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... a foto que o Deputado...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Eu vi. Ninguém me contou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Deputado, estou tentando falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, eu nunca interrompo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Estou aqui ouvindo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mantenho a palavra à Deputada para ela encerrar, Deputado Bozella.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Deputado, eu não me chamo Carla Zambelli. Eu me chamo Bia Kicis. Estou falando só de mim aqui. Estou falando que o Deputado Nereu citou...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para encerrar, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... que eu postei uma foto e disse que eu sou mentirosa por isso, que eu sou isso, sou aquilo. Quero dizer o seguinte: eu postei uma foto que eu recebi das pessoas que estavam lá e que julgaram à unanimidade pela nossa suspensão, pessoas que eu considerava amigas e eu não entendo por que queriam me punir...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... foi essa foto que eu postei. Isso não é *fake news*. Eu não pratico *fake news*. E sinto muito, acho que as pessoas aqui infelizmente estão pegando um caminho do qual elas ainda, quem sabe um dia, possam se arrepender.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada.

Deputada, antes de passar ali para o Deputado Nereu, que foi citado, eu queria explicar a V. Exa. que esta CPMI foi aprovada via requerimento do Partido Democratas, que é o maior partido hoje que apoia o Presidente. Então, se esta CPI, como a senhora está falando, é para tirar o Presidente, então está nascendo do seio, do berço dos apoiadores do Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois é, mas o autor da CPMI até retirou o nome dele, porque ele disse que foi totalmente desvirtuada quando ele viu a forma como ela foi composta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora votou a favor da CPI?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu não, eu me recusei a assinar porque no início eu já via onde isso ia chegar. Me recusei a assinar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está certo.

Então, Deputado Nereu.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS. Para explicação pessoal.) – Respondendo à Deputada Bia Kicis, quando ela fala de escolha de lado, eu escolhi o lado do Brasil, de um discurso do Presidente Bolsonaro que unia este País, principalmente um Presidente que era rejeitado pelas mulheres. A nobre Deputada, há uns dias, publicou, parabenizando Augusto Nunes por bater em Greenwald, aquele senhor aí da internet que está no caso Moro. Inclusive, ela bota aqui. Em vídeo é possível ver a Deputada ao lado de Augusto Nunes, onde ela afirma que ele representa o povo brasileiro por agredir alguém. Então, essa é a política das mulheres, que ela quer para as mulheres brasileiras: agressão e ódio.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Vou ter que falar de novo, Presidente.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – Tá? Não, está aqui, está no Twitter da senhora. A senhora não... Ah, então, a senhora é uma mentirosa mesmo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Vou ter que falar de novo. Vou ter que falar de novo.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – A senhora é mentirosa. A senhora prega uma coisa e faz outra.

E, quanto à questão de lado, eu quero dizer para a senhora que eu continuo votando as pautas do Presidente Bolsonaro porque quem me elegeu foi ele. Eu não minto. E a senhora tinha que ter vergonha na cara porque está aqui, ó, a partir desse momento está aqui, ó: uma das páginas citadas ali está aqui a senhora publicando, agora, neste momento, está aqui. Vou mostrar aqui: "Bia Kicis enquadra Joice: quanto tempo falta para ela gritar 'Lula Livre'?". Está aqui numa das páginas daquela ali, na página da milícia criminosa...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Saiu no jornal. É verdade.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – ... de que a senhora faz parte. Está resolvido o seu problema.

O meu lado é o Brasil e o Presidente Bolsonaro, o da senhora é agressão, agressão inclusive para as mulheres.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está encerrada a oitiva da nobre Deputada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não. Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerrada a sua participação, Deputada. Deputada, eu dei réplica e dei tréplica. Então, vamos passar aqui até o dia de amanhã só réplica e tréplica, Deputada. Não dá, não é? A senhora teve o direito.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone*.) – Ele me citou novamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não dá, Deputado. A senhora teve o direito, como eu dei muitas vezes à senhora.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone*.) – ... novamente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas daí a senhora vai citar ele, e ele vai citar a senhora, e vai terminar que dia? Vai terminar quando, Deputada? A senhora sabe que eu sou bem condescendente. Eu não sou ditador aqui, na Presidência. A senhora já se defendeu.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone*.) – Só porque eu sou uma mulher?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Presidente, só fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Deputada Bia Kicis, a senhora fez um grupo Bancada a Cargos? Deputada Bia Kicis, a senhora por acaso fez um grupo de WhatsApp chamado Bancada a Cargos DF? É Bancada de Cargos. A senhora falou que o Presidente agiu, que conseguiu... O Eduardo Bolsonaro era unanimidade; e não era, não. Eu sei como foi conseguida a liderança do Eduardo, tá?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Exatamente.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Não foi assim. Então, foi, inclusive, destituindo cargos de pessoas que tinham a confiança do Presidente. Foram todos exonerados. Foram todos exonerados.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone*.) – Isso não é verdade.

A SRA. PROFESSORA DAYANE PIMENTEL (PSL - BA) – É verdade sim, Bia. O assessor foi, sim, exonerado.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Então, amanhã eu trago o *Diário Oficial* para a senhora. Vamos jogar a verdade aqui. Eu sou nova política. Por favor. Por favor.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – O meu partido verdadeiramente é o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerrada aqui a nossa sessão do dia de hoje.

A Deputada Joice vai fazer as suas considerações finais.

Em tempo, agradeço o convite e a sua vinda, essas nove horas aqui. Sei que está exausta. Já chorou bem, está vermelhinha, mas eu sei que ainda tem mais um minuto para concluir a sua participação.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Um minuto não, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um minuto e meio, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Um minuto e meio.

Bom, gente, eu vou tentar responder os três posicionamentos em uma única resposta.

O Bozzella fala da questão dos memes.

O Deputado Rogério Correia pergunta sobre *fakes*, se o Gabinete do Ódio fazia isso antes da campanha. Eu não sei. Eu não sei se havia alguma coisa exatamente como os *prints* que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mostrei aqui. E para quem está falando, a Deputada aí que me antecedeu: "Ah isso não existe, não existe". Gente, é simples: tem o *print* e isso está resguardado por um perito. Pronto. Então, é simplesmente investigar. Não se trata de: "Ah, eu acho isso, eu acho aquilo". Está ali. Estão ali os ataques orquestrados, o assessor do Deputado Eduardo Bolsonaro fazendo a orientação dos ataques, chamando vários Deputados, que ajudaram, e muito, de vagabundos e coisas assim. Então, eu não estou falando de um achismo, eu mostrei. Pronto. Qualquer um que tenha um mínimo de paciência para olhar vai entender que eu estou mostrando o que eu achei. Se isso aconteceu antes, eu não posso dizer porque eu estaria sendo leviana. Eu não posso dizer.

Em relação ao que o Bozzella e a Deputada Beatriz Kicis falaram sobre memes, o que é uma zoação e o que é realmente uma atitude criminosa, é importante fazer uma divisão entre o que se chama de meme. Porque parece uma coisa bobinha: "Ah é um meme, farmeme, #farmeme. Meme é uma coisa bobinha". Bobinha até que ponto? Um meme de ridicularização – o Bozzella citou o caso da Ministra Cármen Lúcia – tem uma gravidade; em alguns casos, isso está dentro da liberdade de expressão e em outros ultrapassa um pouquinho, pode ser injúria, calúnia. Algo que é montado e inventado com uma informação falsa transformada no inofensivo meme é uma outra coisa. São dois caminhos totalmente diferentes. Colocar tudo no mesmo balaio de gato é uma das coisas bem do cretinismo. Colocar tudo no mesmo balaio de gato, isso não existe. Falar que é um meme em que bota um assassino, o homem que tentou matar o Presidente da República, com a minha foto ao lado e dizer: "É isso aí, não tem nada a ver, não; isso aí foi só uma expressão". Desculpa. Desculpa. Qualquer um que tenha um mínimo de inteligência sabe que não é isso. São coisas totalmente diferentes. Fazer montagens com rosto de pessoas, eu tenho aqui.

E aí tem um *link* que depois vou passar para vocês, acho que esse eu não consegui colocar ali, por exemplo, explode: "Rodrigo Maia comandou um mega-assalto e foi denunciado". Está aqui compartilhado pelo grupo, esse grupo que o Nereu citou. Isso aqui é um meme? Isso aqui está dentro da liberdade de expressão? "Rodrigo Maia", está aqui, "na cadeia já! O mega-assalto de Maia deu ruim." Então, há de se ter uma diferenciação das coisas.

E aí a narrativa – eu já tinha avisado, Deputados – seria essa. Como eu estou me posicionando contra esse *modus operandi*: "Não, a Joice está aliada com a esquerda!". Com todo o respeito, Deputado Rogério Correia, não estou e nem nunca estarei, e o senhor sabe disso. Nossas posições são muito antagônicas. E, como eu disse já no começo, sou, e sempre disse isso, eu sou mais liberal que o próprio Presidente. Isso é público. Está em tudo que é jornal. É só procurar.

Em relação ao que a Deputada Bia falou – "a Joice postou *fake news*" –, isso aí foi matéria de jornal, e o Ministério Público é que está investigando, não sei se arquivou ou não arquivou. Foi uma matéria de jornal. Houve ataques pessoais a mim, mesmo depois de uma relação... Eu entendo, está cumprindo o papel, tudo bem, mas houve ataques. E aí, por óbvio, eu respondi com isso, como respondi até, na época, ao Silas Malafaia, que também entrou nessa. Eu só coloquei *links* de investigação por lavagem de dinheiro. Não foi nada, eu só coloquei os *links*. Só. É uma matéria de jornal.

Em relação a falar que é mentira, que eu pedi vários cargos, não é. Não é. Durante muito tempo, eu tive alguns pré-atritos ali com a Bia porque ela queria a lista dos cargos de segundo e terceiro escalão para ficar com alguns dos cargos. E essa lista só foi passada depois que eu tive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

autorização do Ministro Onyx, por quê? Porque foi feito um acordo de que os cargos – e eu não estou falando de ocupação imoral, ilegal, nada disso –, de que esses cargos de segundo e terceiro escalão seriam conversados, as indicações, com o líder das bancadas regionais, que aí conversariam com a bancada. E não havia Líder no DF ainda. Depois o Izalci acabou se tornando o coordenador da bancada. E eu estava relutando por isso. Até a Deputada Celina e a Deputada Flávia citaram que disseram "não" aos cargos. Na Liderança, a Bia me pediu cargos, e eu disse "não". Ela me pediu na Liderança do Governo no Congresso, e eu disse claramente, com jeito: "Não vou dar cargos. Esses cargos são da assessoria técnica, são cargos do Senado, não vou dar cargos". Eu não tinha um único cargo na Liderança do PSL. Eu não tinha um único cargo no Governo. E se os senhores quiserem confirmar, falem com o Deputado Herculano Passos, coordenador da bancada de São Paulo, porque quando veio a lista dos Deputados com os cargos e me perguntaram: "O que você vai querer, Joice?", eu peguei a lista da mão do Deputado, fiz um X em cima da minha foto e falei: "Eu não quero nada". Fui chamada de otária por alguns. Eu falei: "Não quero nada, não quero um cargo". Eu estou aqui para exercer o meu mandato. Vou fazer com decência e não vou fazer parte disso, pronto e acabou. Quem quiser, tudo bem, é legítimo.

Estou concluindo já, Presidente, é que foi muita coisa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Não precisa responder a tudo.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Não, mas eu quero. Eu quero, Presidente. Eu já fiquei aqui nove horas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Em relação a dizer que não houve uma tentativa de achaque de Deputados para fazer o Eduardo Bolsonaro Líder, gente, desculpa, isso é uma clara mentira. Deputados tiveram seus cargos exonerados. A Deputada Soraya Manato foi chamada pelo Ministro Luiz Eduardo Ramos. E ele disse: "Se você não votar na lista, nós vamos exonerar seus cargos". E ela ainda respondeu: "Que cargos? Eu tenho só um" – ela falou. Isso aconteceu, sim!

Eu já disse aqui e reitero que acho que aquela conversa que o Presidente teve com o celular de algum Parlamentar – disse a Deputada Carla, na imprensa, que foi com o celular dela –, eu imagino que ela tenha gravado, eventualmente. Eu não sei. Quem gravaria? Quem gravaria? E ali fica muito claro: na Liderança tem cargo para isso, cargo para aquilo.

De novo, eu não estou dizendo que isso é correto ou incorreto. Eu estou dizendo um fato que aconteceu. Eu estou relatando aqui para vocês, e eu tenho testemunhas, e eu tenho provas.

Entrar em um caminho sem volta é lutar contra o Brasil. Eu jamais faria isso. Eu sigo firme com os meus propósitos. Sigo firme. Sei exatamente... E a Bia sabe também. Ela sabe. Ela está cumprindo o papel dela, mas ela sabe também. A gente sabe exatamente isso. Em relação à bancada da China, tudo que aconteceu também, como é que foram orquestrados os ataques. O próprio Eduardo fez *posts* à época também. Eu fiquei meio em cima do muro e falei: "Ah, gente, se resolvam com quem foi para a China", porque eu fiquei naquele negócio, bate aqui, bate nos colegas. Eu fiquei meio em cima do muro naquele momento.

Então, esse é o resumo da ópera e essa é a mais pura verdade.

Eu avisei. Avisei ao Ministro Ramos. Eu tenho nossas conversas. Até acabou que ele mesmo vazou uma conversa para O Antagonista, não sei por quê. Eu tenho essas conversas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com o Ministro Ramos dizendo: "Não vai dar certo. Isso que vocês estão fazendo vai dividir o único partido que vota 100% com o Presidente". Se o Presidente falar: "Isso aqui amarelo é azul", o pessoal vota, inclusive nos desgastando, como foi o caso de desidratar a previdência.

O Felício sabe que eu briguei com todos os delegados. Não foi, Felício? Fomos para a briga com o Felício. Estava o Felício, estava o Nicoletti. O pau quebrou, porque eu falei: "Eu não vou desidratar a previdência". Mexemos os integrantes da CCJ na época, mas veio uma ordem do Palácio para isso. Nós assumimos o desgaste. O quanto eu não apanhei do povo brasileiro por pedir que o tiozinho de 65 anos, com a enxada, trabalhasse até os 65? Mas quem está lá, o delegado que vai aposentar já com 55, dez anos a menos, tem uma transição ainda maior: 52 e 53. Mas nós assumimos o desgaste. Tudo bem, vamos lá, vamos assumir o desgaste. Eu fiquei três dias sem dormir, porque a consciência pesou, ai como pesou.

Então, claro, a gente assume alguns desgastes, assumimos esse desgaste, e eu sabia, como todos nós sabíamos, que essa manobra que foi feita infelizmente para atender o Eduardo, ou o grupo de lá, ou o grupo de cá – chamem como quiser –, não ia dar certo, tanto que não deu.

É isso, senhores.

Muito obrigada.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Sra. Deputada, Sr. Presidente, só para concluir, eu queria encaminhar e pedir para V. Exa. que pudesse solicitar a esta CPI a quebra dos IPs dos computadores, enfim, dos Deputados e dos seus funcionários que estão usando perfis *fakes*. Não é o fato de o Deputado ou o assessor estar lá na sua vida normal, no seu dia a dia, disseminando, mas de *fakes* que eles operam para instigar o ódio e a violência e esses memes, que para eles não têm problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, formalize.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Eu vou formalizar. O.k.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Coloco em votação a Ata da 14ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Antes, porém, queria registrar a presença do Deputado Felipe Francischini, grande Presidente da CCJ da Câmara dos Deputados.

Agradeço a presença de todos e convidamos para a próxima reunião, a realizar-se-á no dia 10/12, às 13h. Em breve, publicaremos a pauta.

Agradeço também à Deputada Joice, que recebeu esse convite e veio aqui muito gentilmente; à Relatora, Lídice da Mata; aos Parlamentares que ficaram até este instante; aos assessores; à imprensa; à minha esposa, Eleusa, também presente. E agradeço a audiência do povo brasileiro, que eu sei que, nesta tarde noite, foi uma das grandes audiências do Congresso Nacional. Então, o povo brasileiro está aí firme e forte, ouvindo, esperando até ouvir mais, mas eu acho que teremos muito tempo, até o encerramento desta CPI, para esclarecer e sair daqui com legislações duras para proteger a sociedade brasileira, proteger as instituições, porque é importante.

E que tenhamos eleições cada dia mais limpas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma boa-noite e sigam com Deus, que é o nosso guia.

(*Iniciada às 13 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 23 horas e 7 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia dez de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Hiran Gonçalves, Ricardo Barros, Márcio Jerry, Juarez Costa, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Filipe Barros, Caroline de Toni, Carlos Jordy, Delegado Éder Mauro, Lídice da Mata, Paulo Ramos, Dr. Leonardo, Dário Berger, Marcos do Val, Luiz Pastore, Diego Andrade, Rodrigo Cunha, Beto Pereira, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Pedro Lupion, Ivan Valente, Arolde de Oliveira e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Eduardo Girão, Walter Alves, Marcelo Ramos, Celso Russomanno, Alexandre Frota, Arthur Oliveira Maia, Túlio Gadêlha e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva decorrente do Requerimento nº 218/2019. Oitiva do Paulo Marinho, em atendimento ao requerimento 218/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/10

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores bem como sobre agentes públicos e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à oitiva decorrente do Requerimento nº 218, de 2019, CPI da Fake News, de autoria da Deputada Natália Bonavides, do Rio Grande do Norte, em que convoca o Sr. Paulo Marinho a prestar depoimento a esta Comissão.

Portanto, solicito à Secretaria da Mesa que conduza o depoente para tomar seu espaço aqui à nossa esquerda. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra para o nosso depoente, queria registrar a presença do ex-Ministro do atual Governo Gustavo Bebianno, que inclusive há até um requerimento para a sua convocação. Acredito que venha fazer estágio nesta tarde de hoje.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Marinho, para as suas considerações iniciais.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente, só lembrando a prestação de juramento do convocado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É facultativo, porque o requerimento de V. Exa. não disse como testemunha ou como investigado, então é omisso. Aí, fica a critério do depoente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A Deputada Joice voluntariamente fez.

O SR. PAULO MARINHO – Sim, mas eu não tenho nenhuma dúvida, posso fazê-lo, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aí cabe ao nosso depoente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, faça.

O SR. PAULO MARINHO – Enfim, em que termos? É dizer que eu juro, me comprometo a falar...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sob as penas da lei.

O SR. PAULO MARINHO – Eu me comprometo a falar a verdade, sob as penas da lei. Faço isso com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, gostaria até de falar para os nossos colegas Parlamentares desta Comissão que, nos próximos requerimentos, coloquem, para evitar que haja questão de ordem nesse sentido.

Então, concedo a palavra ao Sr. Paulo Marinho.

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Presidente, muito obrigado; Deputada Lídice, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço à Deputada Natália – desculpe, Natália. Agradeço a V. Exa. pela convocação para fazer parte desta CPMI para prestar este depoimento sob juramento de dizer a verdade e acho que essa é, para mim, uma boa oportunidade para esclarecer muitas coisas que foram ditas na imprensa e que não correspondem à verdade. Por isso, então, renovo os meus agradecimentos por esta convocação.

É isso que eu tenho a dizer por enquanto.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Difícil aqui. Acendeu?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Acendeu.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Quero somente cumprimentar V. Exa., cumprimentar a nossa Relatora, Lídice da Mata, o Dr. Paulo Marinho e somente fazer um pequeno registro que acredito que seja importante, já que o depoente está sob juramento: não só falar a verdade, omitir a verdade também representa uma invasão daquilo que prevê a respeito de comissão parlamentar de inquérito. Se houver necessidade de o advogado esclarecer o Dr. Paulo Marinho, para que a gente possa caminhar aqui, tenho certeza de que a colaboração vai ser excepcional.

O SR. PAULO MARINHO – Posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

O SR. PAULO MARINHO – Eu queria agradecer a palavra do Deputado Paulo Ramos, que é um Deputado velho combatente no Rio de Janeiro pelas boas causas e, enfim, fico muito feliz por poder contar com sua presença aqui nesta Comissão e tranquilizá-lo com relação à questão da verdade, não só de dizer, como deixar de omitir qualquer fato que possa ajudar, enfim, esta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Neste momento, vamos iniciar a primeira fase das perguntas e passo a palavra para a Deputada Relatora, Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde a todos os Srs. Parlamentares, ao Sr. Paulo Roberto Franco Marinho, acompanhado de seu advogado.

Nossa CPMI, Presidente, trata especialmente da prática de *fake news* e como ela pode ter sido praticada nas diversas campanhas. O nome do Sr. Paulo Marinho surgiu, pelo que li do requerimento, em função de algumas entrevistas dele. Então, eu vou me utilizar dessas referências para fazer as suas perguntas.

Em entrevista para a Jornalista Andréia Sadi, na GloboNews, V. Sa. admitiu haver um QG de comunicação da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, onde foram enviadas mensagens de *fake news* para grupos de WhatsApp na sua casa. Nesse contexto, pergunta-se: como o senhor se aproximou da família Bolsonaro? Eles o procuraram devido às suas relações políticas ou foi de outra maneira? Ou foi o senhor que os procurou? Que serviços o senhor prestou durante esse período que justificaram sua posição posterior em relação à campanha de Jair Bolsonaro?

Antes, porém, eu queria perguntar como o senhor prefere.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pergunta, e o senhor...

O SR. PAULO MARINHO (*Fora do microfone.*) – Eu prefiro cada pergunta...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Cada pergunta. Pronto, assim o faremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, peço que a Secretaria forneça algumas folhas de papel para que, eventualmente, se o depoente sentir necessidade de anotar, se for como eu, que tenho que anotar tudo o que fala...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Secretaria está providenciando.

Então, eu passo a palavra para responder a essa primeira pergunta...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Como o senhor se aproxima da família Bolsonaro? Eles o procuraram devido às suas relações políticas ou o inverso?

O SR. PAULO MARINHO – Eu me aproximo da família Bolsonaro em novembro de 2017, quando fui procurado pelo meu amigo de longa data que está aqui presente, o advogado Dr. Gustavo Bebianno. O Dr. Gustavo Bebianno era na ocasião o coordenador-geral da campanha do Presidente Bolsonaro, me procurou, perguntando se eu poderia colaborar com a campanha já que ele era o coordenador. O Dr. Gustavo Bebianno é uma pessoa com quem eu mantenho relação de amizade há quatro décadas. Eu o conheci, ainda estagiário, no escritório de advocacia do Dr. Sergio Bermudes, e foi através dele que eu ingressei como apoiador e como simpatizante na campanha do então Capitão Bolsonaro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Que serviços o senhor prestou durante esse período que justificaram sua posição posterior em relação à campanha de Jair Bolsonaro?

O SR. PAULO MARINHO – Excelência, para lhe dizer a verdade, no primeiro momento do contato com o Capitão Bolsonaro, o que eu prestei de serviços que tiveram, na opinião talvez dele, algum valor foi de análises políticas do quadro que se desenhava no final de 2017 para a campanha presidencial. Naquela ocasião, o Capitão Bolsonaro tinha um núcleo duro que cabia numa Kombi, e metade da Kombi ficava vazia. E era motivo de piada a candidatura do Capitão Bolsonaro. E, de fato, eu acreditei que, dado o cenário político naquela ocasião, havia uma chance de que o Capitão Bolsonaro pudesse ser o interlocutor de uma parcela importante da população que estava insatisfeita com a situação política naquele momento. E resolvi, enfim, ajudar na campanha.

E foi por esse motivo que eu, enfim, entrei na campanha do Capitão Bolsonaro. Foi, num primeiro momento, por uma questão de acreditar que ele poderia, de fato, enfim, ser uma pessoa que poderia transformar aquele quadro, aquele cenário que se desenhava ali com as candidaturas que estavam postas ali em novembro de 2017. É isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Obrigada.

Sendo assim, a partir dessa relação, que função o senhor desenvolveu na campanha, apenas de emprestar a casa?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu fui, primeiro, um apoiador, um simpatizante da campanha, justamente no momento em que não existiam muitas pessoas dispostas a acreditar naquele projeto político. Num segundo momento, eu fui o anfitrião da campanha do Capitão Bolsonaro na minha residência por conta de que, como era uma campanha pobre, não havia nem espaço para que pudesse ter um estúdio de gravação dos programas de televisão, da questão das redes sociais, do PSL. E eu fui anfitrião desse momento, cedendo dois cômodos da minha casa, de um anexo da minha casa, que foram utilizados para, enfim, servirem de base de comunicação da campanha Bolsonaro. Mas isso ocorreu durante os últimos seis meses da campanha, digamos assim, no início, um pouco antes da campanha e até o final da campanha. É basicamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O.k.

O senhor, então, emprestou uma parte da sua casa – apenas, retomando – para que fossem realizadas essas atividades de comunicação, praticamente de estúdio de comunicação para a TV e para as redes sociais.

A casa é do senhor ou foi alugada? É sua.

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu resido nessa casa há muitos anos, enfim, há pouco mais de cinco anos. É uma casa que eu aluguei no Jardim Botânico, onde eu moro com a minha família, e essa casa tem um anexo, e esse anexo fica distante da casa principal. E até eu aceitei fazer essa generosidade, digamos assim, com a campanha em função de que aquele espaço da casa não iria conflitar com o meu dia a dia com a minha família. Então, enfim, é isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pelo que eu li e vi nas entrevistas que o senhor deu, o senhor desmontou uma academia de ginástica, não é isso...

O SR. PAULO MARINHO – É, inclusive fiquei um pouco...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... para que lá se preparassem as ilhas de edição, para que fossem lá instaladas?

O SR. PAULO MARINHO – Fiquei, inclusive, um pouco fora de forma nesse período, porque não pude fazer os exercícios que normalmente fazia lá na minha academia, mas, enfim, naquela ocasião, era por uma boa causa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mas o senhor, portanto, como um apoiador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Ele ressalta o que o senhor disse: que, naquele momento, era uma boa causa, não necessariamente agora?

O SR. PAULO MARINHO – Essa é uma pergunta?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

O SR. PAULO MARINHO – Não. Eu digo que era uma boa causa, porque, naquela ocasião, era uma campanha eleitoral; agora é um governo, enfim, é um governo que governa o Brasil, com erros e acertos, como todo governo tem. Mas, para mim, para a minha relação, para a minha questão de natureza pessoal, naquele momento era uma boa causa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo. Diante dessa situação, como apoiador, cedendo parte de sua propriedade, o senhor atua apenas como um apoiador que empresta um imóvel ou o senhor atua como coordenador político, operacional, de comunicação? Qual era o seu papel?

O SR. PAULO MARINHO – O meu papel, Deputada, era exclusivamente de anfitrião da campanha, e, por óbvio, eu convivi, como era na minha casa, e tive, aliás, o privilégio de viver essa experiência de ter uma campanha presidencial vitoriosa dentro da minha residência. Obviamente, a meu filho, que está aqui presente neste momento, até disse na ocasião: "Meu filho, você tem 24 anos de idade e está vivendo uma experiência única", um rapaz, com 24 anos, assistir a uma campanha presidencial dentro da sua casa e que, depois, foi uma campanha vitoriosa e uma campanha, enfim, completamente fora dos padrões da política de até então. Não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Então, essa atividade que funcionava, da campanha, o QG de comunicação que funcionava num anexo de sua casa... O senhor tinha ideia de como era o dia a dia de trabalho, do que acontecia nesse local?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu tinha os meus afazeres pessoais de trabalho, enfim, de vida. Eu não ficava o tempo inteiro na minha residência. As pessoas que lá trabalhavam faziam trabalho de comunicação, e eu não ficava ali o dia inteiro. Enfim, vez por outra, encontrava, na minha casa, com as pessoas que lá trabalhavam e conversávamos sobre a campanha, aquele momento da campanha, do futuro da campanha, mas que nada que eu possa me atribuir algum tipo de atuação profissional na campanha. Eu era simplesmente um apoiador.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Na entrevista em que o senhor revelou esse QG e a sua função como um apoiador da campanha e com essa contribuição, o senhor chega a dizer que era lá – se expressa desta maneira – que eram feitas as mensagens, eram distribuídas as imagens e mensagens da campanha. Se não me engano. Há uma pergunta que a jornalista lhe faz, perguntando se o senhor tinha conhecimento de que algumas daquelas mensagens poderiam ser mensagens falsas, ou desinformação, ou *fake news*, como popularmente é chamado. O senhor, então, sabia? O senhor acho que chega a dizer que, quando era uma coisa engraçada, os senhores passavam adiante. Em que medida isso acontecia, de que forma o senhor chegou a conhecer esse processo de organização dessas mensagens?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu vou lhe pedir a permissão de, antes de responder essa pergunta, fazer um pouquinho um histórico de como eu me coloco nesse mundo digital, porque eu acho que isso é importante para a compreensão do que nós estamos falando aqui.

Eu sou uma pessoa que você poderia classificar como analógica: eu não tenho Twitter, eu não tenho Facebook, e no único Instagram que eu tenho eu sigo os meus quatro filhos, porque, hoje em dia, é mais fácil saber da vida dos filhos através do Instagram do que no próprio convívio. Então, eu me considero uma pessoa absolutamente analógica. Então, eu não sou do mundo digital. Portanto, eu não tenho nenhum conhecimento.

Eu gostaria, inclusive, de fazer um reparo, que essa expressão que a senhora, que V. Exa. usou há pouco, de que a minha casa era o QG, essa expressão foi cunhada pela imprensa, que transformou a minha residência num QG, mas, enfim, existiam outros lugares em que se fazia a campanha também, enfim, porque tinha candidatos a Deputados, tinha candidatos a Deputados Estaduais do Rio de Janeiro, a Senadores. Quer dizer, o que transcorria na minha residência era exclusivamente a gestão da área de comunicação que envolvia a rede social do PSL e os programas de rádio e televisão.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Essa expressão "QG" para mim não tem grande importância; ela atuou como uma produtora, como um comitê eleitoral, se o senhor preferir essas expressões. O Quartel General é porque, justamente, as campanhas todas têm um pouco essa característica, não é?

O SR. PAULO MARINHO – Eu compreendo, eu apenas fiz esse reparo para não...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E, em se tratando de uma campanha de um militar, o capitão, então, QG pega mais fortemente.

O SR. PAULO MARINHO – É mais apropriado. Tem razão. (*Risos.*)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – É mais apropriado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Então, o senhor não sabe dizer se havia alguma orientação oficial ou extraoficial de como se deveria proceder mediante o recebimento de mensagens com conteúdo potencialmente falso? Se as mensagens recebidas, que vocês disseram que passavam adiante, que o senhor chega a dizer, elas algumas vezes foram checadas para ver se eram verdadeiras ou apenas eram retransmitidas, porque podiam prejudicar o adversário, como é que o senhor viu isso?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu vou esclarecer. Eu acho que eu fui convocado pela Deputada Natália, por V. Exa., apenas por uma questão de uma entrevista que eu dei à jornalista Andréia Sadi. Essa é a minha leitura, por conta de que, num dado momento da entrevista, eu menciono, quando ela me pergunta sobre *fake news*, que aquilo a gente recebia e repassava. O que eu quis dizer ali – e agora é a verdadeira oportunidade de um poder esclarecer isso de forma definitiva – é que, primeiro, dada a circunstância de que eu não sou uma pessoa do mundo digital, para mim, essa coisa da *fake news*, do meme, isso está na mesma vala. O que eu disse a ela é o seguinte: chegavam, durante a campanha, aqueles memes do capitão com óculos escuros, com aquela coisa da arminha e tal; quando essas coisas tinham graça, tanto de um lado quando do outro, eu repassava, eu, pessoalmente, para a minha rede de WhatsApp, que contém 15 pessoas, é o número de pessoas que eu tenho na minha rede de WhatsApp, de pessoas com quem eu falo com frequência. Então, não tem nenhuma consequência aquilo que eu falei. Agora, óbvio, eu usei, talvez, o momento errado, a expressão errada. Aliás, desculpa, quando eu assisti à entrevista, na mesma hora, eu me dei conta e disse: "Olha, isso aí vai me dar problema, alguém vai entender que isso tem uma conotação que não tem, que não é a verdadeira". Então, além do prazer de estar aqui, neste momento, eu acho que essa é a oportunidade de eu poder esclarecer isso definitivamente, porque vários veículos de imprensa repetiram isso à exaustão, me atribuindo coisas que jamais aconteceram na minha residência. É isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Essa pergunta eu faço a todos os que vêm aqui; portanto, o senhor fique tranquilo. Apenas para o senhor: o que é *fake news*? O senhor já ouviu falar? O que é uma *fake news*?

O SR. PAULO MARINHO – *Fake news*, para mim, é você criar uma mensagem na internet, mentirosa, desconstruindo, agredindo alguém, e repassar isso, e que essa coisa fique viralizada. Eu acho que isso é um atentado, enfim, à idoneidade das pessoas. Para mim, *fake news* é isso. Ou, então, você... *Fake news*, por exemplo, um artista famoso, atribuir que o artista faleceu de uma hora para a outra. Muita gente acredita, já aconteceu isso várias vezes. Eu entendo, como *fake news*, isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – É praxe aqui que os depoentes, sobretudo aqueles que são convocados, não utilizem o telefone celular durante o inquérito. Ele já está acompanhado do advogado, que é um direito. Eu acho que é praxe não utilizar o telefone celular.

Obrigado.

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, como eu não tinha essa informação, agradeço a sua lembrança, e não o utilizarei mais. Queria apenas constar que o Deputado que me acompanha, além de Deputado, Dr. Marlan Marinho, é membro do diretório estadual do PSDB,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu presido hoje, no Rio de Janeiro. E ele hoje está aqui na condição de meu colega também do PSDB. É só para esclarecer que...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, Deputado Rui, é importante que fique claro que não é nenhum impeditivo o depoente estar com o seu celular ao seu lado. Se no Regimento V. Exa. tiver algo contrário, eu dou minha mão à palmatória.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Ele já cedeu.

O SR. PAULO MARINHO – Não, já cedi, não tem problema nenhum. Com o maior prazer, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Retorno a palavra à Deputada Lídice da Mata.

O SR. PAULO MARINHO – Aliás, eu vou pedir, se o senhor me permitir, deixar o meu celular com o meu filho André. Por favor, André, dá uma monitorada aí de vez em quando.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Ainda sobre as atividades, como todos nós aqui fazemos campanha, conhecemos os ritmos de campanha, o senhor tendo um comitê eleitoral da comunicação tão próximo do senhor, certamente teria a oportunidade, mesmo com muito trabalho, de sempre passar por ele acompanhando uma campanha que, como o senhor disse, terminou sendo vitoriosa, portanto em crescimento. O senhor ouviu, nesse período, alguma orientação das equipes de comunicação, já que o senhor não estava na coordenação disso, para que não retransmitissem notícias falsas, que checassem essas notícias? Qual foi a orientação que o senhor recebeu sobre isso?

O SR. PAULO MARINHO – Eu não recebi nenhuma orientação, porque, como eu não tinha nenhuma participação ativa na campanha, enfim, não recebi nenhuma orientação. Eu responderia V. Exa. dizendo isso: eu não recebi orientação, porque eu não fazia parte do núcleo de comunicação. Eu não sou um *expert* nesse assunto. Como eu lhe falei há pouco, eu sou um sujeito completamente analógico, eu seria a última pessoa a colaborar com essa campanha que foi tão pautada pelas redes sociais.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor disse que o senhor tinha apenas 15 pessoas para quem repassava. Eu só quero dar um esclarecimento, que o fato de ter 15 ou 150 não faz diferença, porque essas 15 podem ser pessoas com influência tal e direcionamento que elas podem fazer o mesmo trabalho de distribuição de uma mensagem falta que 150 ou 250 pessoas. Apenas para esclarecer o que senhor falou, obviamente, sem contestação à sua informação. É apenas para esclarecer.

O SR. PAULO MARINHO – Obrigado, Deputada. Muito obrigado. Só para esclarecer também, Deputada, quando eu mencionei essas 15 pessoas, só para ficar também registrado aqui, eram pessoas da minha absoluta intimidade, meus quatro filhos, minha mulher, dois amigos. Não eram pessoas que tinham essa capacidade de transformar as informações, viralizar a informação.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor conhece o Sr. Marcos Aurélio Carvalho?

O SR. PAULO MARINHO – Conheço.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Tem alguma aproximação maior?

O SR. PAULO MARINHO – Tenho. Meu amigo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Ele também participou da campanha, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MARINHO – Ele foi o coordenador da área de comunicação dentro da minha residência.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Ele pertence, portanto, à empresa AM4.

O SR. PAULO MARINHO – Ele é dono da empresa AM4, junto com outros dois sócios. Essa empresa existe há 20 anos. Ele fundou essa empresa com 17 anos de idade. Hoje ele deve ter 34.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor conhece, portanto, o Sr. Magno Carvalho também?

O SR. PAULO MARINHO – Esse eu conheço menos. É o irmão dele. Mas esse eu estive uma vez com ele. Quem eu conheço de fato é o Marcos Carvalho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor conhece também o Sr. Alexandre José Martins?

O SR. PAULO MARINHO – É um outro sócio dele, se eu não me engano, mas também não tenho relação com ele, não. Estive uma vez com ele.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Todos os três – o senhor sabe, e todos acompanham, sabem também – compõem o quadro societário da agência de publicidade AM4.

O SR. PAULO MARINHO – Exatamente. O Magno é irmão do Marcos e o Alexandre é um amigo de 20 anos deles. Eles formaram essa empresa, como eu lhe falei, em Barra Mansa, no interior do Rio de Janeiro, 20 anos atrás.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor mantinha antes relação com essa empresa ou passou a manter a partir da campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu conheci o Marcos Carvalho na campanha e passei a ter por ele uma admiração imensa pelo trabalho que ele empreendeu. Eu acho que foi, talvez, o principal responsável pela eleição do Capitão Bolsonaro. O trabalho que ele fez nas redes sociais foi primoroso e eu fiquei tão impressionado com isso que eu cada dia ficava mais convivendo com ele, primeiro pela idade dele, que eu gosto de conviver com gente jovem, sobretudo com o conhecimento dele. Ele é uma pessoa extremamente dotada nessa área. Como é uma área que eu não conheço, como eu lhe falei, porque eu sou um analógico, eu sou um curioso para poder conhecer essas novas tecnologias. E ele é absolutamente um homem diferenciado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Imagino. Então, o senhor não foi quem levou essa empresa AM4 para a campanha. O senhor, mesmo tendo conhecido ele antes, apenas manteve contato durante a campanha eleitoral?

O SR. PAULO MARINHO – Durante a campanha eleitoral.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E assim, mantendo esse contato, o senhor decidiu ceder a casa a essa empresa?

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu cedi a casa à campanha.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – À campanha, diretamente?

O SR. PAULO MARINHO – Isso. Como a campanha tinha ele como principal articulador da área de comunicação, ele foi para dentro da minha casa com a equipe dele.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Essa cessão foi uma doação à campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Não. Nós tivemos o cuidado de fazer um contrato de aluguel para que tudo isso ficasse muito bem documentado. Isso está na prestação de contas do partido.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor pode informar os valores desse aluguel?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, se eu não me engano – se eu não me engano, eu não vou afirmar com absoluta segurança porque já faz mais de um ano, mas tem contrato de aluguel que está lá na prestação de conta dos tribunais – foi um valor de R$8 mil. Mas, de novo, faço a ressalva de que não tenho certeza se foi esse o valor.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor fez a devida declaração dos valores de sua contribuição, ou seja, do aluguel que recebeu, conforme exige a legislação eleitoral?

O SR. PAULO MARINHO – Excelência, essa residência está alugada em nome da minha esposa e foi ela que celebrou esse contrato com a campanha. Então, eu não tenho essa informação para lhe dar agora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Está certo. O senhor, depois da campanha, continua mantendo relação com a referida empresa?

O SR. PAULO MARINHO – Mantenho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Relação profissional ou apenas relação de amizade?

O SR. PAULO MARINHO – Eu tenho relação profissional e pessoal com o Sr. Marcos Carvalho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo.

O senhor disse que custou R$8 mil o aluguel e que foi declarado na prestação de contas.

Sr. Presidente, da minha parte, o que me interessava perguntar ao depoente era justamente isso, e essa situação da casa, que eu creio que precisa, certamente, ficar legalmente esclarecida. Espero que tenha toda a possibilidade de confirmar esses valores e este contrato de aluguel.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à Deputada Natália Bonavides, autora do requerimento, do PT do Rio Grande do Norte.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Boa tarde a todo mundo que nos acompanha, nossa Relatora também. Boa tarde, e obrigada pela presença, Sr. Paulo.

Eu queria me reportar a algo que o senhor mencionou há pouco, ainda sobre a utilização da casa pela campanha do então candidato Bolsonaro. O senhor mencionou que a casa foi usada por meses de campanha, vários meses de campanha. Eu fiquei... Chegou até a usar a expressão "seis". Foi desde quando, Sr. Paulo?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Deputada, eu vou lhe dar essa informação, mas vou ressaltar que eu não tenho nesse momento a precisão de datas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, pode ser uma estimativa, não há problema.

O SR. PAULO MARINHO – Então? Eu acho que a estimativa começa 15 dias antes da campanha de televisão, a campanha oficial, e termina exatamente três dias após o último, o segundo turno.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É que o senhor havia falado pelo menos seis meses de campanha. Esse período a que o senhor se refere chega...

O SR. PAULO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Últimos seis meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor havia falado sobre seis meses de campanha.

O SR. PAULO MARINHO – E esse período que eu estou falando se refere a quantos meses?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Ah, de agosto a outubro, aproximadamente.

O SR. PAULO MARINHO – Não, teve o segundo turno, não é?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sim.

O SR. PAULO MARINHO – Então?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Que é em outubro.

O SR. PAULO MARINHO – É, então é isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas a campanha começa em agosto. Então, antes de agosto, havia atividade de campanha na casa, é isso?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não havia atividade de campanha na casa. Atividade de campanha começa na campanha. Na pré-campanha, eu me reunia com o coordenador da campanha na minha residência, mas eram reuniões pessoais.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Então, o senhor está corrigindo a informação anterior de que por pelo menos seis meses de campanha...

O SR. PAULO MARINHO – É, eu estou corrigindo. Estou corrigindo.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só aqui é que ele percebeu que...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

O senhor corrige aquela, e não essa última?

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu corrijo aquela. Quer dizer, na realidade...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor retira que funcionou a campanha lá por seis meses?

O SR. PAULO MARINHO – É, eu digo o seguinte: uma atividade de campanha mesmo, com pessoas trabalhando, começa dez dias antes do primeiro turno, de o horário eleitoral começar.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Isso.

O SR. PAULO MARINHO – E termina após o segundo turno.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

O SR. PAULO MARINHO – É isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor disse que não atuava especificamente na comunicação da campanha, que ajudou mais na parte da estrutura que foi colocada à disposição dessa comunicação. O senhor também mencionou que não estava lá toda hora. Mas o senhor pode nos descrever um pouco, nos momentos em que o senhor estava, qual era o dia a dia de trabalho na casa?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu não sei lhe descrever com precisão o dia a dia da casa. Existiam pessoas, no primeiro turno, num grupo muito reduzido, porque a campanha no primeiro turno tinha apenas oito segundos de televisão, e no segundo turno passou a ter 35 minutos. Então, eram duas pessoas antes, durante o primeiro turno, e, após o segundo turno, aproximadamente umas 15.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor lembra o nome dessas pessoas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MARINHO – Não. Assim, nome e sobrenome não lembro.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Nem das duas do primeiro turno, por exemplo?

O SR. PAULO MARINHO – Não lembro.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Que iam a sua casa?

O SR. PAULO MARINHO – Hein?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Que iam a sua casa?

O SR. PAULO MARINHO – Que iam a minha casa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não lembra o nome?

O SR. PAULO MARINHO – Não, lembro... Um ou outro eu lembro. Mas, enfim, há um rapaz que tem o mesmo sobrenome que eu, Mário. Ele era um dos coordenadores da área de comunicação. Mas, enfim, esses nomes, com nome e sobrenome, eu não tenho, até porque eu não tinha convivência muito íntima nem passada nem durante o período da campanha.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendo.

O senhor já informou a nós que eram produzidos vídeos lá. Além de vídeos o que mais era produzido na área de comunicação de que o senhor tenha tido conhecimento? Esses memes a que o senhor se referiu há pouco, eles eram produzidos lá?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não, não. Não havia nada que fosse produzido lá que não fossem trabalhos de campanha eleitoral. Ou seja...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, mas memes, às vezes, foram.

O SR. PAULO MARINHO – Meme não era para ser utilizado... Eu estou falando...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Nem todo meme é uma coisa ruim, Sr. Paulo.

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu não estou dizendo que seja ruim, é até engraçado. Não é ruim, não. É até bom, diverte as pessoas.

O que eu estou dizendo é o seguinte: na ocasião, o que era feito lá era um trabalho de comunicação nas redes sociais do PSL e a produção de rádio e televisão do primeiro turno eram oito segundos e, no segundo turno, eram 35 minutos.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Pois bem, então. Então, nas redes sociais... Também havia produção de material para as redes sociais? Não eram só vídeos de televisão?

O SR. PAULO MARINHO – Claro. Inclusive, veiculavam nas redes sociais vídeos que eram feitos para a televisão que eram reproduzidos nas redes sociais.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E o senhor sabe informar quais eram essas redes sociais, cujo material produzido se deu na sua casa, WhatsApp?

O SR. PAULO MARINHO – Não, é PSL; nas redes sociais do PSL.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo. WhatsApp? Material para WhatsApp?

O SR. PAULO MARINHO – Não, isso eu não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Para YouTube?

O SR. PAULO MARINHO – Isso não sei, não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não sabe?

O SR. PAULO MARINHO – Não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Para Instagram, Twitter?

O SR. PAULO MARINHO – Não sei, não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

O senhor, como já a nossa Relatora tocou no assunto, o senhor chegou a dar algumas declarações. Em uma delas, dizendo que quando alguma coisa tinha um interesse eleitoral, alguma crítica, alguma graça, algum humor, mandavam *fake news*. Porque, enfim: "Como chegava a gente saía". O senhor mencionou época que isso era enviado para 200 ou 300 pessoas. Hoje o senhor está mencionando que isso seria enviado para 15 pessoas.

O SR. PAULO MARINHO – Não, não.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Se por acaso a CPMI quebrasse o sigilo telemático do senhor, iria encontrar essa média de envio desse tipo de material...

O SR. PAULO MARINHO – Iria.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... desse tipo de material, de *fake news* para 15 pessoas.

O SR. PAULO MARINHO – Iria, iria. E já lhe adianto que, se quiser quebrar esse sigilo, pode quebrar. Não tem problema nenhum.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

Então, o senhor... No caso, da informação anteriormente também dada em entrevista de que eram 200, 300 pessoas, o senhor volta atrás?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não. O que eu disse na ocasião não foi isso, não. Eu vou lhe recordar o que eu falei, está na entrevista, inclusive. O que eu disse é o seguinte: antigamente, antes da eleição, havia a possibilidade de você pegar uma determinada mensagem e reenviá-la para 200, 300 pessoas. Depois, o WhatsApp limitou aquilo em 20 pessoas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendo.

O SR. PAULO MARINHO – Foi isso o que eu quis dizer.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Então, isso se fazia lá na casa, esse envio para 200, 300 pessoas, na época em que era possível?

O SR. PAULO MARINHO – Durante a campanha, já havia essa limitação de 20 pessoas. Quando eu disse na entrevista que eram 200, 300, depois, um amigo meu me corrigiu, dizendo: "Olha, o que você disse na entrevista não é fato, porque já durante a campanha eleitoral – e foi por causa da própria campanha – o WhatsApp limitou em 20 pessoas o reenvio de mensagens".

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Além do senhor, o senhor sabe quem mais na casa repassava essas, para usar a expressão do senhor, essas *fake news* engraçadas?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não eram *fake news* engraçadas, porque, de novo, o que eu disse é o seguinte: o que eu repassava eram memes, coisas engraçadas, aquela coisa de... O que eu chamo de *fake news,* e eu já descrevi isso há pouco, é aquela coisa de produzir uma desconstrução da idoneidade de uma determinada pessoa e tentar viralizar. Isso para mim é *fake news*.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendo. Mas há informações, por exemplo, de que o senhor teria repassado, do próprio celular, ao menos três *fake news*, falando de *fake news* no sentido técnico do termo, e não como memes engraçadas. Por exemplo, a famigerada *fake news* da mamadeira de piroca, a famigerada *fake news* do *kit gay* e a famigerada *fake news* de uma senhora que foi agredida por ser eleitora de Bolsonaro. Há informações de que o senhor repassou mensagens com esses conteúdos do seu próprio celular. O senhor acha que elas são engraçadas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MARINHO – Não, não acho que elas são engraçadas e quero corrigir-lhe: eu não repassei absolutamente nada. A senhora está com a informação errada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor não repassou essas informações?

O SR. PAULO MARINHO – V. Exa. está com a informação errada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo. Então, o senhor, sob juramento, confirma que não repassou.

O SR. PAULO MARINHO (Pela Liderança.) – Sob juramento absoluto.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

O SR. PAULO MARINHO – Essa coisa que a senhora mencionou há pouco, de piroca, nem sei do que se trata.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não?

O SR. PAULO MARINHO – Não.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Então, não participou das eleições do ano passado.

Continuando, Sr. Paulo, qual era a estrutura que ficava na casa, computadores, câmeras, estúdio?

O SR. PAULO MARINHO – Era uma ou eram duas câmeras de gravação de vídeo e duas ou três mesas de edição. Era isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E quem foram os empresários que colaboraram para montar essa estrutura?

O SR. PAULO MARINHO – Empresários? Não, isso tudo foi pago pela própria campanha. Imagino que sim. Eu não tenho conhecimento. Eu não era da contabilidade da campanha. Eu era apenas, como já falei, anfitrião da campanha, cedendo a minha casa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor aqui mencionou que houve uma regularidade na cessão da casa, porque ela constou na prestação de contas do Partido. Isso é verdade, não é? Teria constado na do Partido, porque não constou na da campanha. Nós temos observado, na verdade, a cada dia, a cada semana, que a famosa campanha barata do candidato Bolsonaro se desmonta. A gente descobre, a cada dia, coisas que foram utilizadas estritamente para a campanha – como o senhor, desde o seu momento introdutório aqui na CPMI, afirma que a casa foi –, mas que não constaram na prestação de campanha, foram, enfim, maquiadas na prestação do Partido. O senhor tem conhecimento de outros casos em que isso aconteceu, além desse imóvel do senhor?

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tenho conhecimento.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendi.

O nome da senhora sua esposa, se me permite?

O SR. PAULO MARINHO – Adriana Marinho.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Somente pela menção que o senhor fez ao contrato.

O SR. PAULO MARINHO – Adriana Marinho.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor sabe como foi pago? Qual foi a origem do recurso que pagou pelo imóvel, pelo aluguel do imóvel?

O SR. PAULO MARINHO – Dinheiro do fundo partidário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Do fundo partidário.

O SR. PAULO MARINHO – Eu imagino que sim. Não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Ah, o senhor não sabe.

O SR. PAULO MARINHO – Eu não sei. Essa informação não estava ali. Eu não era da contabilidade.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O Sr. Queiroz chegou a frequentar a casa?

O SR. PAULO MARINHO – O Sr. Queiroz não frequentou a casa. Ele esteve na minha residência.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Chegou a visitar a casa? Corrijo-me.

O SR. PAULO MARINHO – É. Ele esteve na minha residência durante duas ou três vezes acompanhando o Senador Flávio Bolsonaro. Ele, na ocasião, servia o Senador Flávio Bolsonaro como motorista e, eventualmente, segurança. Não sei qual era o trabalho que fazia. Nas vezes em que o Senador Flávio Bolsonaro foi à minha residência, ele estava acompanhado do Queiroz.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor tire-me uma curiosidade. Em uma das entrevistas o senhor mencionou que ele fazia papel de dublê. Poderia explicar?

O SR. PAULO MARINHO – Como assim?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Dublê de Flávio.

O SR. PAULO MARINHO – Não entendi.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não?

O SR. PAULO MARINHO – Não entendi a sua pergunta.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Em uma entrevista o senhor mencionou que o Sr. Queiroz acompanhava Flávio e, por vezes, fazia o papel de dublê.

O SR. PAULO MARINHO – Com dublê o que eu quis dizer foi isso: ele era motorista e segurança.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E o senhor acha ou tem alguma informação sobre se os valores da rachadinha que o Queiroz diz ter promovido confiscando parte dos salários dos servidores do agora Senador Flávio Queiroz, se isso teria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É difícil, é difícil...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, fugiu do objeto, Sr. Presidente.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu não terminei a pergunta, Deputado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, por favor...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Tem, é claro que tem.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Imponha a sua autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Fugiu ao objeto, Sr. Presidente, e outra...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... deixa ela concluir a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – ... a colega já está falando há 15 minutos. Qual é o tempo que o senhor está colocando? Ou é tempo livre? Não, aquele tempo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ainda falta...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Entrou agora o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São 15 minutos para pergunta.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não tem tempo, é livre?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São 15 minutos.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Se for livre, me diga que eu vou passar a tarde toda fazendo pergunta.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Se o Presidente puder esclarecer para o Deputado que eu sou a propositora do requerimento e que, portanto, aquele tempo que aparece é o tempo que está correndo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ela é autora do requerimento de convocação.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Acho que tem que repor o tempo, inclusive.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Exato.

Posso continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sr. Paulo, como eu dizia, o senhor tem conhecimento se valores advindos desse esquema de rachadinha entre o Sr. Queiroz e o hoje Senador Flávio Bolsonaro se advinha daí o dinheiro, valor, enfim, para financiar alguma das áreas de comunicação da campanha do então candidato Bolsonaro?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu não tenho nenhum conhecimento dessa questão, mas queria aproveitar agora para, enfim, lhe dar a minha opinião pessoal sobre esse episódio.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu posso concluir as perguntas? Porque a sua opinião pessoal acho que o Presidente pode lhe ceder mais tempo, como o meu tempo é restrito e limitado...

O SR. PAULO MARINHO – Não, claro.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... mas imagino que o Presidente vá ter essa flexibilidade.

O SR. PAULO MARINHO – Mas V. Exa. não me deixou responder a pergunta.

Só para registrar...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, eu quero a pergunta, quero que responda.

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tenho esse conhecimento.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não tem, certo, obrigada.

Continuando as perguntas. Qual era o papel do Vereador Carlos Bolsonaro na comunicação da campanha, segundo o conhecimento que o senhor tem?

O SR. PAULO MARINHO – Durante todo o período da campanha, o Vereador Carlos Bolsonaro foi à minha residência por duas vezes e lá ficou por meia hora. Um dia acompanhando o pai na entrevista do Jornal Nacional. Como a minha residência fica ao lado da TV Globo, a gente resolveu fazer uma reunião antes do Jornal Nacional na minha residência e o Vereador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Bolsonaro estava presente nesse dia. E, depois, no segundo dia, ele esteve presente na minha residência, eu não me recordo qual foi o evento, mas eu estive com ele duas únicas vezes.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E o Vereador Carlos participava da comunicação? Nesse momento em que ele esteve, deu alguma orientação para quem trabalhava lá?

O SR. PAULO MARINHO – O Deputado...

O Vereador Flávio...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Carlos. Vereador Carlos.

O SR. PAULO MARINHO – O Vereador Carlos Bolsonaro não teve nenhuma participação, nenhuma, zero, no trabalho de comunicação da campanha, zero! Ele...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Na sua casa ou da campanha como um todo?

O SR. PAULO MARINHO – Não, isso que eu vou esclarecer.

Na minha residência, mal esteve lá por duas vezes e ficou por meia hora.

O que eu estou dizendo é o seguinte, se houve alguma participação do Vereador na campanha foi na gestão das redes sociais do pai, das quais ele detinha as senhas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E o senhor José Matheus? Ele frequentava a casa?

O SR. PAULO MARINHO – Esse eu não sei nem quem é.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mateus Diniz.

O SR. PAULO MARINHO – Esse eu não sei quem é.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Tercio Arnaud?

O SR. PAULO MARINHO – Tercio frequentava.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Frequentava? Então, ele era parte dessa equipe de comunicação?

O SR. PAULO MARINHO – Não. O Tercio...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Qual era o papel dele?

O SR. PAULO MARINHO – De novo, o Tercio era uma pessoa que acompanhava ora o Capitão Bolsonaro, ora acompanhava o Flávio Bolsonaro, e ele ficava basicamente, o que eu sabia na época, não estou atestando não...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Claro, só o que você sabe.

O SR. PAULO MARINHO – ... mas eu imagino que ele ficava na casa do Capitão Bolsonaro ou na casa do Vereador Carlos Bolsonaro, cuja casa é vizinha a do Capitão, então, eles ficavam na Barra e raramente eu via essas pessoas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E o Sr. Filipe Martins?

O SR. PAULO MARINHO – Não sei quem é, quer dizer, sei quem é, mas nunca vi.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor não conhece o Sr. Filipe Martins?

O SR. PAULO MARINHO – Pessoalmente nunca vi, não sei quem é.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

O SR. PAULO MARINHO – Aliás, assisti a uma entrevista dele no programa Pânico na semana passada, que ele deu, e eu só assisti essa entrevista, porque o meu filho André participa da bancada do Pânico.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Finalizando, já que o tempo está finalizando, só mais duas coisas. Na entrevista o senhor falou de Carlos Bolsonaro e disse que ele que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

relacionava com o que o senhor chamava de "os apoiadores de Bolsonaro nas redes". O senhor sabe identificar essa rede de apoiadores, os principais perfis?

O SR. PAULO MARINHO – Não.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E a última pergunta, Sr. Paulo, nossa equipe não está encontrando a prestação de contas do aluguel da casa que o senhor disse que aconteceu. Já sabia que não estava na prestação da campanha, mas não estamos encontrando nem mesmo na do partido. O senhor poderia enviar a esta CPMI?

O SR. PAULO MARINHO – Com certeza.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O recibo, ou o contrato...

O SR. PAULO MARINHO – Eu vou fazer o seguinte. Eu vou pedir isso ao partido. Está na prestação de contas.

Se a sua equipe não encontrou, eu vou tentar encontrar e lhe encaminhar.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Agradeço muito Sr. Paulo.

O SR. PAULO MARINHO – Com o maior prazer.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sr. Presidente, agradeço o tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, do PT, de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Srs. Deputados, ilustre depoente, na verdade, a minha percepção é de que nós vamos ter pouco substrato desse depoimento a julgar pelas informações que foram passadas até o presente momento. Mas mesmo assim eu quero fazer algumas perguntas ao Dr. Paulo Marinho. O senhor é proprietário de quantas empresas?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Eu tenho duas empresas, uma empresa de consultoria minha e uma outra empresa que acabei de constituir.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Essas empresas aqui, Carmo Consultoria Ltda.

O SR. PAULO MARINHO – É de minha propriedade. É uma delas.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – JP Consultoria Empresarial Ltda.

O SR. PAULO MARINHO – Essa empresa eu acho até que já dei baixa nela, se não me engano.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Lock Consultoria Empresarial Eireli.

O SR. PAULO MARINHO – Essa empresa existe, mas está parada.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Hara Empreendimentos e Participações Ltda.

O SR. PAULO MARINHO – Essa é uma empresa que eu tinha em sociedade com o Sr. Ricardo Amaral e que já foi desfeita a sociedade há um tempo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Porto do Rio Empreendimentos e Participações Ltda.

O SR. PAULO MARINHO – Essa eu nem me recordo. Eu não sei qual é, mas enfim...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – PFM Consultoria Ltda.

O SR. PAULO MARINHO – Essa foi dado baixa na junta comercial já faz tempo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Então ativas V. Sa. reconhece duas.

O SR. PAULO MARINHO – Duas, isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Bom, neste momento de crise econômica, como estão as suas empresas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MARINHO – Na realidade, Senador, essas empresas são empresas de consultoria. A minha vida profissional eu fiz toda na iniciativa privada. Eu fui durante muitos anos Diretor Executivo do maior grupo industrial de construção naval no Rio de Janeiro. Fui, inclusive, Presidente do Sindicato Nacional da Construção Naval. E depois eu vim, durante 17 anos ocupei essa função. Depois eu fui vice-Presidente do *Jornal do Brasil*, depois fui Vice-Presidente da *Gazeta Mercantil*, morei aqui em Brasília durante três anos. E eu hoje tenho 67 anos e estou numa fase um pouco já de me aposentar e meus filhos é que estão praticamente tocando as coisas que eu, enfim, tinha.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O.k. As duas empresas estão em funcionamento. E que tipo de serviço elas prestam hoje?

O SR. PAULO MARINHO – Serviços de consultoria comercial.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Alguma delas é prestadora de serviço ou faz consultoria para algum órgão federal?

O SR. PAULO MARINHO – Senador, além de eu nunca ter trabalhado em nenhuma função pública, eu também nunca fiz nenhum negócio com nenhum Governo, nem municipal, nem estadual, nem federal. Todo o meu trabalho foi feito exclusivamente na iniciativa privada.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Nem com nenhum órgão do Governo do Estado de São Paulo?

O SR. PAULO MARINHO – Nem com nenhum órgão do Governo do Estado de São Paulo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – E do Rio de Janeiro?

O SR. PAULO MARINHO – Também não.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Também não? Nenhum?

O SR. PAULO MARINHO – Também não.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Ainda que não seja a título contratual, V. Sa. recebe algum tipo de remuneração do Governo do Estado de São Paulo, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, tipo participação em conselhos de empresas públicas?

O SR. PAULO MARINHO – Como eu já lhe falei anteriormente – e vou reafirmar novamente –, eu nunca tive, não tenho e não terei nenhuma participação em nenhuma empresa pública.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O.k.

Nós tivemos aqui, na semana passada, a Deputada Joice Hasselmann e, dias antes, tivemos o Deputado Alexandre Frota, que aqui trouxeram várias informações relevantes. Dentre elas, a informação do que já é notório, já é do conhecimento público, pelo menos é a hipótese do que teria acontecido durante a campanha, da existência de uma espécie de núcleo econômico, que era composto por vários empresários e empresas, que havia agência ou terceiros que financiariam a distribuição dos conteúdos de notícias falsas ou conteúdo ofensivo, visando destruir reputações. Essas agências ou terceiros manteriam *sites* e blogues, inclusive por meio da monetização.

V. Sa., em algum momento, ouviu dizer da existência desse núcleo econômico ou tem informação de alguma empresa que tenha pago disparos de mensagens pelas redes sociais ou de alguma maneira tenham financiando de modo indireto a campanha presidencial do Sr. Jair Bolsonaro?

O SR. PAULO MARINHO – Não, Senador, eu não tenho conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Eu queria, só para reafirmar aqui, o senhor não conhece Filipe Martins, não conhece Tercio Tomaz...

O SR. PAULO MARINHO – Não, Tercio eu conheço, sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Conhece?

O SR. PAULO MARINHO – Conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – José Matheus Sales o senhor não conhece?

O SR. PAULO MARINHO – Não conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – E Mateus Matos Diniz também?

O SR. PAULO MARINHO – Não conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não conhece.

Conhece o Sr. Olavo de Carvalho?

O SR. PAULO MARINHO – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O.k.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado Paulo Ramos, do PDT, do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Estou aqui tendo a alegria de receber a sempre Deputada Raquel Cândido, Constituinte, que foi comigo e com a Deputada Lídice da Mata. E eu acabei me distraindo aqui, neste finalzinho, por um justo motivo.

Mas a pergunta que vou fazer, e algumas já foram feitas, é se o senhor chegou a colaborar, mobilizando recursos financeiros para ajudar na campanha do Presidente da República.

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Tem alguma informação sobre a mobilização de recursos, se alguém mobilizou, alguém do relacionamento mais próximo da campanha? Como é que a campanha mobilizava recursos?

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tenho essa informação.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não tem?

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tenho essa informação.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – O senhor chegou a conviver com o atual Ministro Paulo Guedes?

O SR. PAULO MARINHO – Eu estive algumas vezes com o Ministro Paulo Guedes, na minha residência, e outras vezes na residência do Capitão Bolsonaro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sabe dizer se o atual Ministro Paulo Guedes, pelo relacionamento que tinha, mobilizou recursos para a campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Não tenho essa informação.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – A Deputada Joice Hasselmann esteve aqui e disse que, para sustentar essa rede de *fakes*, era preciso a mobilização de recursos financeiros expressivos. O senhor tem ciência disso?

O SR. PAULO MARINHO – Não senhor, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não tem ciência.

Uma pergunta que é uma curiosidade: o senhor está fazendo questão de chamar o Presidente da República de Capitão, e não de Deputado. Qual a razão dessa...?

O SR. PAULO MARINHO – Não, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, de Presidente, não... Do tempo da campanha, do tempo da campanha.

O SR. PAULO MARINHO – Ah, sim, porque eu me habituei, durante o período da campanha, e foi tão somente no período da campanha que eu tive convívio com o Presidente Bolsonaro, e lá ele preferia ser chamado de Capitão a de Deputado. Então, eu passei, por uma deferência a ele, a chamá-lo de Capitão e fiquei com esse hábito. Só por esse motivo. Mas, se o senhor preferir, eu o posso chamá-lo de Presidente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – De repente, eu não sei se foi feita essa pergunta, porque eu tive que sair, correndo, para registrar a minha presença em outra Comissão, que dependia de quórum, para realizar a atividade, o senhor se transformou num desafeto do Presidente da República. Qual foi a razão disso?

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu não sou desafeto do Presidente da República, absolutamente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não?

O SR. PAULO MARINHO – Não. Eu, enfim, simplesmente, eu, durante a campanha, tive um relacionamento, enfim, de apoiador. Após a campanha, o Presidente foi Governar o Brasil e eu fui cuidar da minha vida. Eu nunca fiz parte do núcleo duro da campanha, eu não fazia parte do grupo da intimidade do Presidente e, portanto, quando o Presidente foi cuidar da vida dele, eu fui cuidar da minha. Não existe nenhum desafeto do Presidente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Quem integrava esse núcleo duro? Porque essa expressão...

O SR. PAULO MARINHO – Hein?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Esse núcleo duro quem era desse núcleo duro?

O SR. PAULO MARINHO – Basicamente, que eu me recordo, era Paulo Guedes, o Deputado Julian Lemos e o coordenador da campanha que está aqui presente, o advogado Gustavo Bebianno.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – O senhor passou, experimentou alguma desilusão, depois da eleição, com o Presidente da República?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não. Desilusão, não. Eu nunca tive ilusão, portanto, não tive nenhuma desilusão.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas não acreditou no projeto?

O SR. PAULO MARINHO – Claro que acreditei no projeto. O projeto é um projeto político sério. Está aí o Paulo Guedes, que está aí, trabalhando para o Brasil, está tentando encontrar um caminho. Agora, eu não tive, eu não tinha ilusão e, portanto, não tive desilusão. É isso que eu estou respondendo a sua pergunta.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, é porque o senhor figurou como primeiro suplente do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PAULO MARINHO – É, eu sou o primeiro suplente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então. Ser o primeiro suplente alimentou alguma esperança de assumir o mandato?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não. Aliás, quando eu fui convidado, aliás, é até bom esclarecer isso, eu fui convidado pelo Senador Flávio Bolsonaro para compor a chapa junto com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ele, acredito que ele tenha feito isso um pouco por inspiração do pai, porque eu tinha pouco relacionamento com o Senador Flávio Bolsonaro, e o pai achava que, pela minha história de vida, pela minha experiência, pela minha idade, eu poderia ser um bom conselheiro para ele e me indicou. Não havia muita gente também para fazer parte daquele grupo político e ele achou que eu poderia dar uma contribuição como conselheiro do filho. E o filho me telefonou, às vésperas da convenção, me perguntando se eu aceitaria o cargo de primeiro suplente da chapa dele. E eu, na ocasião, fiquei muito honrado com o convite e disse a ele que aceitava.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É claro que o senhor foi convidado, obviamente, pelo seu prestígio pessoal.

O SR. PAULO MARINHO – Sem dúvida. Não tenho a menor dúvida disso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – E obviamente que a sua presença na campanha, cedendo parte da sua residência, isso naturalmente tinha algum alcance político. O senhor deixou de receber qualquer retribuição que tenha sido alimentada durante a campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Retribuição?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É, retribuição.

O SR. PAULO MARINHO – Não. Eu não... Desculpa, eu, durante a campanha, convivi com o Capitão e, a partir daí, eu nunca alimentei... E aí eu volto a insistir: como eu nunca trabalhei em Governo, nunca fiz parte de conselho de empresa de Governo, nunca vendi para Governo, nunca comprei de Governo, eu não tinha nenhum interesse em fazer parte do futuro Governo Bolsonaro e, portanto, eu não alimentava ali nenhuma expectativa de poder, entendeu?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Nem uma manifestação de afeto?

O SR. PAULO MARINHO – Uma manifestação de afeto é perigosa, porque, quando o Presidente Bolsonaro faz qualquer manifestação de afeto, você se torna alvo do ódio dos filhos dele. Então, eu preferi que ele não fizesse nenhuma manifestação de afeto para mim; e, aliás, não fez.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Agora só uma curiosidade. O senhor disse que teve a atuação no setor empresarial da indústria naval?

O SR. PAULO MARINHO – Foi, durante 17 anos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – A indústria naval foi mobilizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com isenção fiscal, para construção, inclusive, de muitos navios. Lamentavelmente, isso foi perdido. Então, o senhor disse que nunca prestou serviço para...

O SR. PAULO MARINHO – Não, não, mas desculpa; eu sou da época que não tinha incentivo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Antes...

O SR. PAULO MARINHO – É, é. Quando eu trabalhei na indústria naval, nós sofríamos muito, porque a nossa concorrência era com os grandes construtores navais do mundo; nós não tínhamos nenhum incentivo. Não havia aquela proteção do conteúdo nacional, não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu estou citando isso como um dado positivo.

O SR. PAULO MARINHO – Aquilo veio para depois.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu estou citando como dado positivo: lamentavelmente não houve.

O SR. PAULO MARINHO – Hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu estou citando isso como algo positivo para a indústria naval brasileira.

O SR. PAULO MARINHO – Sem dúvida.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não estou citando como tendo sido algo negativo.

O SR. PAULO MARINHO – Não, não, mas eu queria também esclarecer que, durante o período em que eu trabalhei na construção naval, o nosso grupo industrial na época atravessou momentos muito difíceis, porque nós concorríamos com empresas altamente capitalizadas do exterior – da Coreia, do Japão, da Espanha, da China –, onde a mão de obra, enfim... Você sabe que a indústria naval tem uma intensa mão de obra. Então, quando a gente concorre com países cuja mão de obra é mais barata, a gente sofre isso. Depois que o Governo Lula assumiu, ele criou para a indústria naval o conteúdo nacional de proteção à indústria, que eu acho que foi uma medida extremamente positiva para a indústria. E acho que foi uma pena, inclusive, o atual Governo ter diminuído essa proteção.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Também concordo plenamente com isso.

Só reitero... Durante a campanha, porque já está... Vou usar a expressão... Já existe a comprovação de que a campanha se utilizou maciçamente de *fake*, até para alcançar reputações.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não sei...

Sr. Presidente, eu não estou entendendo: tem alguém assumindo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Alguém está assumindo... Não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Presidência não tem o poder ainda de chegar e colocar um tampão na boca de ninguém que está no Plenário.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É que o interventor... Seria bom que o interventor...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E também aqui na Presidência não tem nenhum botão para cortar o som, infelizmente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Seria bom que o interventor se identificasse, porque o interventor está ali agoniado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Bom, vou identificar: Delegado Éder Mauro. Está identificado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Que é o próximo orador inscrito.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente, é delegado ou é Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – É capitão. Serve capitão?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É porque as pessoas não se conformam, ficam... Já está comprovado isso aí. Depoimentos prestados aqui, já há documentos comprovando. Seria bom que os membros da Comissão se inteirassem daquilo que a Comissão já amealhou como provas documentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta que eu estou fazendo é se o depoente, à época, teve ciência de disparos de notícias falsas para influir negativamente na reputação de outras pessoas para conquistar votos para outros candidatos, não apenas para Presidente da República, para os candidatos do PSL. É isto que eu estou perguntando: se tinha ciência de que existia um núcleo integrando a campanha que disparava notícias falsas para angariar simpatias ou promover antipatias em relação a outras candidaturas e de que esse núcleo, depois, se instalou no Palácio do Planalto, no gabinete do Presidente da República; se o senhor tem ciência disso.

O SR. PAULO MARINHO – Não, Deputado, eu não tenho ciência disso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É isso, Presidente. Então, quero agradecer. Espero que os incontidos tenham a oportunidade agora de fazer as respectivas perguntas, não fiquem sofrendo com a pergunta alheia.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro, do PSD, do Pará.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O senhor está desperdiçando três minutos que lhe competem ainda, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Próximos oradores inscritos são a Deputada Caroline de Toni e o Deputado Rui Falcão.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Posso começar, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, obrigado.

Primeiro, seja bem-vindo, Sr. Paulo Marinho a esta Comissão.

O SR. PAULO MARINHO – Obrigado, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Eu fico assim estarrecido, tirando as exceções, com as perguntas que são feitas por uma grande maioria de Parlamentares aqui, que tinham que ter, pelo menos, conhecimento, ou se preparar, pelo menos, para vir aqui fazer perguntas que tivessem alguma coisa a ver com o que está sendo tratado aqui, porque sai cada pergunta... Sai do objeto de *fake news* para o Tribunal Superior Eleitoral, para a prestação de contas eleitoral, varia lá para o caso Marielle, e por aí vai. E, para ironizar, de certa forma, não vá se espantar com as minhas perguntas.

Já que a sua casa foi tão bem tratada aqui nesta CPI, eu lhe pergunto: o Haddad teve acesso à sua casa?

O SR. PAULO MARINHO – O candidato?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sim.

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Isso, só diga sim e não.

O Haddad montou um núcleo duro na sua casa, ou o PT, para disparar *fake news*?

O SR. PAULO MARINHO – Não, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O senhor alugou a sua casa para o PT, ou para o Haddad, ou para alguém da esquerda para fazer campanha e disparar *fake news*?

O SR. PAULO MARINHO – Não, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Frequentou a sua casa, por acaso, o Sr. Sérgio Sombra, que foi acusado de encomendar a morte do Prefeito Celso Daniel, de Santo André?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MARINHO – Não, Sr. Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não foi? O senhor tem certeza?

O SR. PAULO MARINHO – Absoluta.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Muito bem.

O Sr. Ronan Maria Pinto, que foi preso recentemente, envolvido na Lava Jato, e também empresário ligado àquele esquema de ônibus que, certamente, levaria o ex-Presidente a ser levado como um dos principais envolvidos na morte de Celso Daniel, ele frequentou a sua casa?

O SR. PAULO MARINHO – Não, Sr. Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O senhor está sentindo, assim, que as perguntas têm alguma coisa a ver com *fake news?*

O SR. PAULO MARINHO – Eu acho que não têm nada a ver com *fake news.*

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Pois é, mas é o que estão perguntando aqui, direto, do senhor. Só são perguntas sem nexo, que nada têm a ver com *fake news,* que estão sendo tratadas aqui. E completamente direcionadas a um único núcleo duro, e muito duro, que é o Sr. Presidente e Capitão Bolsonaro, é isso que está sendo tratado aqui. Então, não se espante de estar ouvindo esse tipo de perguntas, que de certa forma são direcionadas para tentar, de alguma maneira, levar a relatoria, levar a Comissão a uma única direção que, parece-me, a cada dia que eu participo dessas reuniões aqui, ficam mais claras, muito mais claras.

Eu lhe pergunto: em relação a *fake news,* o Sr. Capitão Bolsonaro, à época candidato à Presidência da República, já que o senhor participou da campanha, o senhor tomou conhecimento de ataques *fake* sobre a pessoa dele naquela ocasião?

O SR. PAULO MARINHO – Não, senhor.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Mas o senhor tomou conhecimento de muitos ataques que fizeram ao Presidente e que não eram verdades, como, por exemplo: "Bolsonaro não gostava de negros; Bolsonaro não gosta de mulher, Bolsonaro é homofóbico", o senhor ouviu muito isso na campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Ouvi, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Era verdade, o senhor que conviveu com o Capitão, Bolsonaro não gostava de mulher, Bolsonaro não gostava de negro, ele era homofóbico?

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, ele não era homofóbico, ele não era racista e, enfim, qual foi a outra questão que o senhor colocou?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Que não gostava de mulher.

O SR. PAULO MARINHO – Não, que não gostava de mulher não; que eu tenha lembrança disso, não. Ele gostava, de vez em quando, de fazer umas piadas meio *gays*, e tal, mas não sei se isso é homofóbico. Uma coisa divertida, né.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Pois é, agora o senhor já imaginou, se nós formos levar em consideração de que *fake news* é fazer piada, para o País, para o País completamente.

Mas o que é importante e que tem a ver com *fake news* é saber – e eu não vejo aqui o outro lado fazer nenhuma pergunta nesse sentido – se o Presidente, então Capitão e candidato à Presidência da República, recebia ataques de *fake news* como esses tipos que eu lhe passei agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MARINHO – Recebia; recebia.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Muito bem. Mas eu não vejo ninguém da esquerda perguntar absolutamente nada disso, parece que a coisa é altamente direcionada só para um lado. É como dizem no meu Estado: é um papagaio penso, que no Rio chamam de pipa. Parece que colocaram a porra de um pano e só vão para um lado essas perguntas de vocês, rapaz. E o que é pior, muitas das vezes perguntas que não têm nada a ver com *fake news,* o que é mais triste de a gente estar ouvindo aqui.

Então, Sr. Presidente, como nós temos ainda muito tempo, e eu vejo aí que o tempo é longo para as perguntas, e eu vejo aqui que o Sr. Paulo Marinho participou grandemente da campanha do Presidente Bolsonaro, e que ele, na intimidade que tinha, de relacionamento, chamava-o de Capitão, eu vou fazer uma pergunta que é clara e objetiva: o senhor fez ou tomou conhecimento de um ataque vindo do Presidente ou de pessoas que faziam parte da campanha do Presidente aos adversários políticos para denegrir a imagem que não fossem fatos verdadeiros, fossem *fake news*?

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu não tenho esse conhecimento.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Claro e objetivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado Márcio Jerry, do PCdoB do Maranhão.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Presidente, boa tarde; boa tarde à nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata, ao Presidente Angelo Coronel, a todos os que nos acompanham, ao depoente, Sr. Paulo Marinho, aos colegas Deputados e Senadores aqui presentes.

É absolutamente inevitável que ao início eu faça aqui duas considerações mais gerais, antes de agradar aqui ao meu colega Deputado delegado, colega da Bancada do Pará, que não quer que se fale em coisas genéricas, ele quer perguntas bem precisas, as farei, delegado. Fique tranquilo.

Mas, de início, duas questões bem emblemáticas, Deputada Lídice, desse momento que vivemos. Está aqui o Sr. Paulo Marinho. Foi do QG de campanha do ex-Capitão afastado por deslealdade e indisciplina do Exército Brasileiro, por desonrar a farda do glorioso Exército Brasileiro. Está aqui o ex-Ministro Gustavo Bebianno, a expressão mais aguda do descalabro político que é esse edifício liderado por Jair Bolsonaro. Esse QG montou esse tipo de política. Esse QG montou esta situação, em que V. Sas. aqui estão, menos de um ano depois, e todos... O senhor até citou o nome de um outro Deputado, Julian Lemos, também em desacordo hoje com o Presidente da República.

E V. Sa. inclusive, num dado momento, cita que a condição de gostar ou de ter afeto pelo Presidente da República é a mesma condição de ter o ódio dos filhos do Presidente da República. Já, já voltarei aí a essa questão, a esse tema.

Na semana passada, Sr. Paulo Marinho, a Deputada Joice Hasselmann, ex-Líder do Governo no Congresso Nacional, apresentou ao Brasil, através desta Comissão, ali naquela tela, uma exposição detalhada de uma organização criminosa, de uma milícia digital. Ora, V. Sa. afirma que hospedou o QG da campanha e nesse QG funcionava, sobretudo, comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Deputada Joice Hasselmann trouxe aqui todo um organograma de como se estruturou essa organização criminosa de milícia digital. Por um princípio elementar de lógica formal, eu afirmo e o senhor comenta. O seu QG, o QG que o senhor hospedou na sua casa, é o QG em que se gestou essa milícia digital?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – O que o senhor tem assim de mais convincente para atestar que não? O senhor tem segurança absoluta disso? Pelas pessoas que frequentavam...

O SR. PAULO MARINHO – Absoluta.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – E sobre a exposição da Deputada Joice Hasselmann acerca da milícia digital, qual é a sua apreciação dessa tão grave denúncia, já que vindo das entranhas do próprio sistema de poder de Bolsonaro? Qual a sua apreciação sobre essa afirmação da Deputada Joice Hasselmann?

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, a Deputada Joice é uma atuante contumaz das redes sociais. Ela é uma grande operadora. Ela inclusive conseguiu muitos votos pelo trabalho que fez na campanha nas redes sociais. Portanto, ela conhece esse assunto de uma forma profunda. Eu não conheço, como já falei aqui várias vezes. Então, eu não sei avaliar a opinião dela em relação à minha.

O que eu posso assegurar é o seguinte. No âmbito do setor de comunicação que atuou dentro da minha residência, não havia em nenhum momento nada que pudesse sugerir algum tipo de atuação de *fake news* ou de qualquer outro tipo de medida dessa forma, entendeu?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Tá. Com todo o respeito a V. Sa., é um pouco difícil compreender, acreditar, crer que quem está no QG de uma operação tão sofisticada como essa que foi montada, estando no coração dessa operação, não tenha mais informações sobre ela.

O senhor de fato não tem mais informações sobre *fake news*? Qual a segurança que o senhor tem de que da sua residência não foi montado um esquema para disparar *fake news* ao País?

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, eu falei anteriormente. Esse grupo...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Só que o senhor falou muito evasivamente, por isso eu estou voltando...

O SR. PAULO MARINHO – Não, mas eu falei o que eu sei. Eu não posso falar do que eu não sei. Eu estou lhe respondendo com toda a sinceridade, sob juramento, daquilo que eu sei. Agora, aquilo que eu não sei, eu não posso falar nem quero falar porque seria uma leviandade da minha parte.

O que eu posso lhe assegurar novamente é dizer o seguinte. Na minha residência, atuava um grupo, um núcleo de pessoas que cuidavam da comunicação. Essa comunicação era restrita à administração das redes sociais do PSL e dos programas de rádio e televisão do programa eleitoral. Ponto.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Muito bem. Então, na sua casa não tinha, o senhor afirma.

Mas o senhor acha, ou qual é a avaliação que o senhor tem sobre fora da sua casa. A campanha operou ou não operou com esquemas de *fake news*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

E acrescento uma questão concreta. Está aqui o ex-Ministro Gustavo Bebianno. Bastou ele se afastar do Governo e ele próprio foi vítima de ataques cibernéticos. Isso não é a prova concreta de que o que há agora era algo que já havia naquele tempo em que o senhor era membro desse comando de campanha, desse quartel-general, desse núcleo?

O SR. PAULO MARINHO – Espera aí, Deputado. Eu, comandante desse núcleo, não. Pelo amor de Deus. O que eu era, de novo, anfitrião de uma casa da qual eu cedi dois cômodos para que ali se instalasse um grupo de comunicação sério, gente da mais alta qualificação e que eu repito aqui: foram as verdadeiras pessoas responsáveis pelo trabalho de comunicação que elegeu o Capitão Bolsonaro.

Todo o resto que operava fora dali, primeiro, eu não tenho conhecimento. Aliás, tenho pela mídia e imagino, pelo tanto que falam, que deve existir. O que o senhor menciona em relação ao ex-Ministro Gustavo Bolsonaro, que está aqui...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Gustavo Bebianno.

O SR. PAULO MARINHO – Desculpa.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Eu acho que assim agora o senhor o ofende, chamando de...

O SR. PAULO MARINHO – Desculpa, desculpa. Uma falha horrível, mas enfim, do nosso Gustavo Bebianno aqui é o seguinte. Ele está aqui como um amigo meu, meu irmão, que está aqui prestando um carinho para mim. Então, é isso, não tem...

Agora, acho que, em relação a ele, o que foi feito depois da saída dele foi cruel. Eu não concordo em absolutamente nada, mas isso é a característica desse grupo dos bolsomínions. Isso existe. Todo mundo sabe disso. É isso.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Pela avaliação que o senhor tem, pelo nível de conhecimento privilegiado que o senhor tem, o senhor é uma pessoa que tem décadas já de convívio com núcleos importantes de poder no Brasil, no mundo empresarial, no mundo privado, no mundo de governo também, no *business* inclusive. Enfim, o senhor tem uma longa trajetória de muita relação com esses núcleos de poder formal ou informal do País.

Portanto, o senhor é um homem possuidor de uma inegável experiência. Sabe analisar o mundo, sabe olhar em sua volta. Olhando em sua volta, qual é o papel que o senhor acha que tem nesse jogo de milícias virtuais, que não poupa nem os amigos de ontem, quanto mais os adversários, essas milícias virtuais, que inventam *fake news* as mais absurdas possíveis. Qual é o papel que, na sua avaliação, tem aí o filho do Presidente Jair Bolsonaro, o Sr. Carlos Bolsonaro?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Eu acho que esses grupos de direita radical existem e eles atuam preferencialmente na internet. Isso todo mundo sabe. Enfim, desculpa. Não há...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Eu perguntei especificamente sobre Carlos Bolsonaro.

O SR. PAULO MARINHO – E eu vou chegar lá, mas eu estou respondendo a sua pergunta de uma forma mais completa, para lhe dizer o seguinte. Obviamente que tem esses grupos de direita. Aliás, esses grupos de direita entendem que ou você está a favor do Presidente Bolsonaro ou você está contra o Brasil. Para eles, não há nenhuma outra alternativa. E, portanto, são pessoas que são chamadas de radicais. Eu acho que é um pequeno grupo, que se beneficia da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

sua falta do que fazer e atua na internet. Porque, para atuar na internet, você precisa gastar tempo.

Eu, por exemplo, não atuo porque inclusive nem tenho tempo para isso. Você ficar... Quatrocentas pessoas na internet toda hora querendo saber o que está acontecendo. Deve gastar um tempo imenso. Então, é o seguinte. Eu acho que é um bando de desocupados, que ficam ali colocando as suas frustrações pessoais para xingar os outros na internet.

Eu, vira e mexe, sou taxado de traidor, do que o senhor imaginar, enfim. Mas, como eu não faço parte do mundo digital, essas coisas não me alcançam porque eu não leio. Eu não perco meu tempo lendo essas coisas.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Muito bem. Carlos Bolsonaro.

O SR. PAULO MARINHO – Eu não respondi sobre o Sr. Carlos Bolsonaro. Carlos Bolsonaro, pelo pouquíssimo que eu conheço o Vereador Carlos Bolsonaro, eu acho que precisaria ressuscitar o Dr. Freud lá em Viena, trazê-lo para cá, fazer um trabalho intensivo com o Vereador Carlos Bolsonaro para entender a psiquê dele. Eu acho que é uma pessoa perturbada. É isso.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Ou seja, o Brasil infelizmente, portanto, entrou numa imensa tragédia. Entregou o Governo, a Presidência da República para gente que precisa ir a Viena se tratar com Freud, que entre nós não mais está. Portanto, o atestado da gravidade da situação política que nós estamos vivendo.

O SR. PAULO MARINHO – Só um reparo, Deputado. Eu não sou psicanalista nem psicólogo. Isso é uma opinião, assim, pessoal, pelo que eu vejo e leio, enfim. E ele está sempre na mídia aí e sempre de uma maneira, enfim, fazendo um estardalhaço, então...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Já estamos encaminhando para o final, Sr. Paulo Marinho. Eu queria só uma pontuação importante. Esta CPMI não é uma CPMI contra A, B, C, ou D. Ela é para apurar um fenômeno contemporâneo que está arranhando as democracias no mundo inteiro, que é esse fenômeno de *fake news*.

Isso ocorre aqui, como ocorre alhures. Isso aconteceu nos Estados Unidos, aconteceu na Europa, aconteceu fortemente aqui no País. E está assim muito eloquentemente demostrado que as ocorrências de *fake news* em nosso País na última eleição alteraram profundamente o curso normal do processo democrático brasileiro.

Por fim, então, eu queria assim, com a sua experiência toda a que eu já aqui referi, que o senhor comentasse sobre este ponto. Sobre o dano que é, o que significa – e essa pergunta tem lógica com a seguinte –, o dano que representa para a democracia brasileira essa ocorrência tão frequente e, assim, até agora sem nenhuma punição de *fake news*. Qual a sua apreciação sobre isso?

Por que eu faço ao senhor essa pergunta, que parece tão ingênua? É porque o senhor estava no centro de um projeto político que se estruturou muito fortemente na disseminação de *fake news*.

O SR. PAULO MARINHO – A minha opinião sobre essa questão de *fake news,* eu acho que isso é um mal. É um mal que está presente, como o senhor falou, no mundo inteiro. As pessoas denigrem, é *bullying* com adolescentes, é o diabo. Isso aí é uma coisa que deve ser, enfim, banida, deve ser combatida energicamente para que isso não volte a acontecer ou pelo menos aconteça cada vez menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Eu acho isso um malefício para a sociedade brasileira, mas é um fenômeno mundial. Essas coisas acontecem. Há adolescentes que cometem suicídio por causa de *bullying* na internet, que são questões muito mais dramáticas e graves do que o que nós estamos falando aqui.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Obrigado, Sr. Paulo Marinho.

Presidente, em mais uma oitiva aqui, na Comissão, o que se acentua a cada uma delas – e olhe que estou na minha segunda como membro desta Comissão – é a corroboração, a confirmação factual, prática, mesmo quando não se afirma algo novo, mas, no conceito, no conjunto da obra, Deputado Rui Falcão, há a confirmação do grau de envolvimento dessas milícias digitais. O *bunker*, o quartel-general, o papel nocivo aqui reconhecido deste Sr. Carlos Bolsonaro e de outros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – ... tantos, os disparos contra os aliados de anteontem, essa guerra insana contra os adversários, tudo isso gera realmente um ambiente que atesta, de maneira peremptória, a esta Comissão Mista que é preciso que ela faça alguma coisa para pôr fim a esse tipo de prática, porque ela ajudou, entre outras coisas, a colocar no comando da República isso que o senhor, com uma palavra aqui, com outra acolá, classificou de maneira muito negativa que é esse sistema de poder sob o comando do ex-Capitão, que foi defenestrado do Exército Brasileiro, hoje Presidente da República, que tem uma mania muito grande de desconsiderar a importância institucional do que é a Presidência da República. Portanto, é mais um depoimento que se soma a outros tantos que mostram que é preciso termos uma ação muito forte e imediata para pôr fim a essa onda de ataques à democracia através de *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à Deputada Caroline de Toni, do PSL, de Santa Catarina.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, eu gostaria só do tempo de Liderança, primeiro, antes de falar. É só para fazer um desagravo a todos os Deputados que foram citados na reunião anterior. Então, eu só gostaria que, antes de computar este tempo, o pessoal ajustasse para o tempo de Liderança do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada. Pode falar, Deputada, eu concedo a prorrogação para V. Exa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela Liderança.) – Presidente, eu gostaria só de começar fazendo um desagravo a todos os Deputados que foram citados pela Deputada Joice Hasselmann na última reunião, porque ela classificou a mim e mais seis, salvo engano, outros Deputados como Deputados que fariam parte de uma milícia digital. Eu queria aqui fazer um desagravo a todos os Deputados, porque, primeiro, o que a gente vem demonstrando, desde o início desta CPMI, é que essa não só é uma narrativa criada pela oposição, pela esquerda que não aceita a vitória de Jair Messias Bolsonaro, mas também é uma narrativa que vem até de entidades internacionais que querem criar uma opinião pública global. Essas entidades vêm financiando certos checadores independentes mundo afora e estão tentando adentrar com esse discurso de democratização das redes, mas, em verdade, querem cercear a liberdade de expressão do povo, que agora viu nessa nova plataforma de redes sociais uma janela realmente democrática e um ambiente realmente de liberdade de expressão plena. Como todos aqueles que têm sede pelo poder não só no âmbito das nações, mas também internacionalmente, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

vêm criando essa narrativa, e essa narrativa adentrou no Brasil e agora está aqui. Estamos em plena CPMI que tem objetivo checar *fake news* ou também colocar em xeque a própria eleição do Presidente Bolsonaro, que foi maciçamente eleito pelo povo brasileiro.

Inclusive, como já salientamos também, pela primeira vez desde a Nova República, não foi o estamento burocrático dos partidos de centro-esquerda que impôs os candidatos a Presidente, mas o próprio povo por meio da liberdade nas redes é que pôde levantar do baixo clero do Congresso Nacional um Deputado com quem sentiu identidade e pôde alçá-lo, então, à Presidência da República. Foram 57 milhões de brasileiros que elegeram o nosso Presidente.

Infelizmente, muitas pessoas que embarcaram nessa onda, agora, por motivos "n"... E a gente não vai adentrar aqui em questões pessoais, até porque somos todos humanos, e desentendimentos podem acontecer e inimizades podem ser criadas ao longo de uma caminhada. Infelizmente, a Deputada Joice acabou entrando nessa narrativa, taxou a mim e taxou outros Deputados, inclusive que fazem parte desta Comissão, como milicianos. Como falamos aqui, todas as provas que foram trazidas são *prints* públicos que nada evidenciam.

Inclusive, uma das narrativas que foram trazidas pela referida Deputada foi que ela tentou apresentar um panorama dos seguidores do Twitter do Presidente Jair Bolsonaro e do Deputado Eduardo Bolsonaro. Segundo ela, seriam dados científicos advindos de um programa desenvolvido pela Universidade de Indiana. Em tese, esses dados que ela trouxe teriam sido guiados por um perito. O nome desse programa é Botometer. Na verdade, o que ele traz... Quando a gente vai averiguar o que seria esse programa, ele é um programa que, diariamente, tende a aprender padrões e comportamentos e, com base nisso, dá uma probabilidade de a conta ser ou não robô. É apenas isto: uma probabilidade. E por que ele não diz peremptoriamente se a conta é ou não robô? Ora, justamente porque isso só é possível sendo auditada individualmente cada conta. Então, este programa Botometer esclarece ainda que, como seus parâmetros são constantemente atualizados, a probabilidade que é exibida de uma conta ser robô ou não pode, inclusive, sofrer alterações.

Inclusive, eu queria aqui desagravar a pessoa que foi acusada de ser um perfil...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... robô, e aqui eu queria demonstrar isso, que é o Twitter do tal de Murilo Defanti. Essa pessoa foi exposta aqui como se fosse um perfil robô. E, logo na sequência, essa pessoa, que, inclusive, eu não conheço, foi lá no Twitter dele e publicou a própria identidade: Murilo Defanti Gomes Silva. Ou seja, a própria pessoa que, em tese, seria um robô veio e demonstrou ser uma pessoa, desmentindo, então, esse dado que foi trazido pela Deputada na reunião passada. Mais uma vez, estamos comprovando que isso nada mais é que narrativa e que não é verdade. Inclusive, o exemplo que ela trouxe é inverídico.

Ainda ela falou que cada *hashtag* subida artificialmente custaria em torno de R$20 mil. Ora, os robôs são algoritmos programados. Qualquer estudante de programação, se souber programar um algoritmo, pode criar quantos perfis de robôs ele quiser e o quanto o tempo livre dele permitir. Então, mesmo na hipótese da existência de robôs – e a gente não nega que existam robôs –, essa atividade não é necessariamente remunerada. Agora, nada foi trazido de prova ou evidência de que haveria essa remuneração, de como ela se daria. Nada foi trazido de provas concretas disso e quanto mais de que haveria dinheiro público envolvido. A gente sabe que, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

oposição, sim. Em governos passados, a Secom foi instrumentalizada muitas vezes para financiar blogueiros famosos. E por que a gente não investiga esse tipo de situação? Por que só o Governo Bolsonaro com base em narrativas sem evidências, sem provas?

Outra coisa interessante que eu queria até comentar, que não sei se é do conhecimento do público aqui – até o Deputado Filipe Barros, que está aqui ao lado, comentou –, foi que a Deputada Joice teria dado um jantar na casa de um amigo irmão, que ela disse que era irmão, depois ela falou aqui que era amigo irmão, que é um tal de Roberto Bertoldo. Para quem não sabe, Roberto Bertoldo, basta buscar aqui nas notícias pelo nome dele, teria grampeado o Juiz Federal Sergio Moro em 2003, 2004, inclusive teria sido preventivamente preso em 2015, por conta do grampo ilegal que fez ao Ministro Moro. Ora, também é muito estranho que a Deputada dê festas na casa de alguém, ainda mais sendo biógrafa do hoje Ministro Sergio Moro, uma das personalidades mais respeitadas do Brasil.

Ademais, outra coisa para que eu gostaria de chamar a atenção, só para a gente tentar manter um pouco da isenção desta Comissão, que já passou, extrapolou todo o limite, mas, por fim, no meu tempo de Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. está no tempo de pergunta. Eu já emendei, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... eu gostaria só de salientar o seguinte: a gente quer tentar manter a isenção, inclusive para fins do parecer final da Relatora, mas a Relatora, no dia 5 de dezembro, participou de um evento chamado Redes Cordiais. Neste evento quem estava era um dos convocados pela própria Relatora, o chamado Carlos Afonso, que a gente tanto fala aqui, que é um dos criadores dessa narrativa. O Carlos Afonso, hoje conhecido como Luciano Ayan, estava no mesmo evento com a Relatora. Até gostaria de perguntar à Relatora que mantivesse a isenção. Eu tenho aqui as fotos depois do evento. Ela mesmo o convocou dizendo que ele teria feito *fake news* com relação a Vereadora do PSOL e agora participa de eventos sobre *fake news* com um convocado. Então, para a gente tentar manter no relatório final a necessária imparcialidade eu gostaria também de ressaltar isso.

Muito bem. Agora eu gostaria que começasse o meu tempo de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Começou há quatro minutos, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Quero salientar aqui que muitas vezes esta Comissão, desde o início nós anunciamos que ela tem objeto indeterminado, que ela nem deveria existir porque não cumpriu os requisitos regimentais. Tentamos fazer ação judicial inclusive, mas, como ela já tomou uma proporção indevida, cabe aqui esclarecer ao povo brasileiro que tem acompanhado esta CPMI sobre uma verdadeira... Que vem naquela narrativa que eu trouxe no início da minha fala, no intuito de que o povo brasileiro, em várias consultas que já foram feitas, demonstra ser conservador. Só que, no entanto, como eu falei antes, infelizmente, os partidos que têm prevalecido são de centro-esquerda.

O próprio PSDB passou a campanha inteira dizendo que o radicalismo não ia vencer as eleições, PSDB esse que tem uma linha considerada por nós, que somos de direita, não extrema-direita, mas direita genuína, que até então estava sendo calada pelo Governo anterior, quando a gente tinha uma verdadeira hegemonia em escolas, universidades, em toda a narrativa pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de não poder passar uma visão de direita conservadora... E agora nós estamos tendo essa oportunidade. E o Bolsonaro, o Olavo de Carvalho, filósofo, meu professor inclusive há mais de dez anos, quebrou essa hegemonia de pensamento esquerdista vigente no Brasil. E hoje a gente está podendo falar livremente, e já estão querendo nos calar novamente.

Então, o próprio PSDB, de que estamos falando, passou dizendo que o radicalismo não ia vencer as eleições. Inclusive a grande parte da filosofia do PSDB é muitas vezes pró-droga, pró-ideologia de gênero, muitas vezes pró-aborto também. A gente identifica como mais alinhado à esquerda. Inclusive falaram que, quando começasse a propaganda na TV, o Bolsonaro iria decair. Agora, após uma campanha malsucedida, abraça uma narrativa de que Bolsonaro é uma onda passageira, um ponto fora da curva de uma polarização histórica entre eles e o PT. Já começam dizendo inclusive que o PT está ajudando o Bolsonaro porque dá eco à polarização com o Bolsonaro, o que mantém o País dividido. Eles conseguem ser... Verdade, pois o PT não quer o PSDB no jogo, pois julga acertadamente que o PSDB teria o apoio do eleitorado do Bolsonaro em um segundo turno contra eles, podendo vencer mais facilmente.

Ademais, o PSDB já começa a dizer também que o povo brasileiro não é assim e que esses dois partidos não representam a maioria pacífica e moderada da população. É uma tese que tem tudo para ser falsa, ainda mais considerando a definição deles do que seja moderado, como eu falei anteriormente de grande parte da filosofia do PSDB.

Então, junto do PSDB, que estou tomando como exemplo aqui só desta minha fala, tem a maior parte dos partidos de centro, que consideram que a onda Bolsonaro, que a gente chama que nada mais é do que um levante da direita brasileira que foi calada até então, até o advento da livre manifestação do pensamento por meio das redes, o pessoal acha que isso é uma onda passageira, mas eu, como conservadora, liberal conservadora, acredito que, por ser grande parte do povo brasileiro liberal conservador também, é interessante que a gente comece a respeitar a maciça maioria da população brasileira, que elegeu o Presidente Bolsonaro.

Considerando isso, agora eu vou me reportar, dar boa-tarde ao Sr. Paulo Marinho. Eu acho que a maioria das questões que o pessoal já levantou, a maior parte já meio que satisfez grande parte do que eu tinha para perguntar, que o senhor já explicou anteriormente, mas eu gostaria só de comentar com o senhor sobre uma entrevista que o senhor deu para o UOL, na qual... O senhor é suplente do Senador Flávio, correto?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Correto.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Aqui o senhor explica por quais motivos o senhor saiu do PSL. O senhor falou: "Me filiei ao PSL exclusivamente para poder disputar a eleição do Senado junto com o Flávio. E quando o Governador Doria depois da eleição me chamou para reconstruir o partido, eu só poderia fazer isso filiado ao PSDB. Não houve qualquer problema. Foi uma decisão política minha. Minha decisão foi o reencontro com meu projeto original". Confere essa resposta?

O SR. PAULO MARINHO – Confere.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Certo.

Então, o senhor saiu e hoje está filiado ao PSDB?

O SR. PAULO MARINHO – Eu sou Presidente do PSDB no Rio de Janeiro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – No Rio de Janeiro. O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, recentemente se filiou ao PSDB e é dirigente partidário no Rio de Janeiro, com a missão de organizar a legenda para o projeto... É uma missão também de reorganizar o PSDB para um futuro projeto presidencial do Governo Doria? Eu gostaria de perguntar ao Sr. Paulo Marinho.

O SR. PAULO MARINHO – Pois não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O senhor considera que agora o senhor está alinhado, Sr. Paulo Marinho, o senhor considera que agora, ao migrar para o PSDB e ser dirigente partidário, o senhor estaria mais vinculado a um projeto que teria mais a ver com o projeto Doria do que com o projeto Bolsonaro, no atual momento?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, na realidade, eu vou dar um passo atrás. Em 2016, quando se ensaiou a candidatura do então Prefeito João Doria à Presidência da República, eu tentei criar um apoio no Rio de Janeiro para que o então Prefeito João Doria pudesse se viabilizar internamente no PSDB para concorrer às eleições de 2018. E durante todo esse período de 2016 fizemos vários eventos no Rio de Janeiro em apoio à candidatura, à pré-candidatura do então Prefeito João Doria à Presidência da República.

No final de 2017, meio de 2017, o próprio Prefeito verificou que as condições internas do partido não iriam caminhar na direção da candidatura e decidiu disputar a eleição para o Governo de São Paulo. Nesse momento, pouco depois, eu fui procurado novamente – eu já relatei isso aqui – pelo meu amigo Gustavo Bebianno, me convidando para que ajudasse na candidatura do Capitão Bolsonaro. E aí tudo começou.

Quando terminou a eleição do Presidente Bolsonaro, ele já eleito, eu, como não tinha nenhuma identidade com o grupo político do... Eu estou falando aí do ponto de vista partidário, certo? Não é uma questão... A eleição presidencial foi uma outra coisa. Ali era quem estava a favor do PT e quem estava a favor de haver uma mudança no comando do País depois de tantos anos em que o PT governou. Enfim, eu achei que aquilo era o melhor caminho para o Brasil. E aí fui convidado, em janeiro ou em fevereiro deste ano, pelo Governador João Doria, para que eu ingressasse formalmente no PSDB e assumisse a presidência do partido no Rio de Janeiro, que é uma unidade do PSDB que tem muito pouca representação, a ponto de não ter elegido um único Deputado Federal. Talvez seja o único Estado do Brasil – deve haver outros –, dos grandes Estados do Brasil que não trouxe para a Câmara dos Deputados nenhum Deputado Federal eleito pelo PSDB. Então, o PSDB do Rio de Janeiro é uma legenda que sofre por ausência total de pessoas com valores político– eleitorais para comandar o partido. E ele me fez esse convite, e eu achei que esse convite era, enfim, o momento de eu retornar ao meu projeto originário, de apoiar o PSDB, o novo PSDB, como o Governador costuma chamar.

Obviamente, primeiro, o grande objetivo nosso é disputar as eleições para a prefeitura no ano que vem. O PSDB vai ter candidato e provavelmente vai eleger o próximo Prefeito do Rio de Janeiro. Nós vamos ganhar musculatura. Nós vamos subir para o andar de cima da política do Estado do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro precisa, com a máxima urgência, de uma salvação. A cidade do Rio de Janeiro não vai resistir a mais quatro anos de gestão como a de hoje. Então, eu estou nessa missão de reorganizar o partido e, por óbvio, essa organização e esse trabalho eleitoral do ano que vem vão propiciar, criar uma plataforma eleitoral para que, em 2022, vindo o Governador João Doria candidato à Presidência da República – o que seria, aliás, um processo natural –, eu tenha o Rio de Janeiro em condições de poder ajudar o próximo candidato do PSDB

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de forma como nunca aconteceu, porque de fato o Rio de Janeiro carece de valores dentro do PSDB. E eu estou fazendo esse esforço imenso, esse mutirão para trazer pessoas de fora da política para dentro do PSDB.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k.

O senhor tem consciência de que a Sra. Rebecca Félix, coordenadora de conteúdo de mídias sociais do PSL na campanha, que trabalhou na casa atribuída ao senhor, declarou em testemunho ao TSE que não presenciou...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... o envio de *fake news* a partir da sua casa?

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tive acesso ao depoimento dela.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tem uma notícia, notícias correndo sobre isso também.

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tive acesso ao depoimento dela, não conheço...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas o senhor a conheceu na campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Eu conheci, estive com ela umas duas vezes.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ela declarou que não teria qualquer *fake news* partido da sua casa durante a campanha.

O SR. PAULO MARINHO – Mas isso eu também já declarei hoje aqui.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k. Não, só para confirmar.

Inclusive o senhor não considera que ela seria a pessoa mais correta para declarar se houve ou não, já que ela é coordenadora de mídia, não seria mais interessante direcionar essas perguntas, mais que ao senhor, à própria Rebecca, que coordenou as mídias do PSL na campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Eu acho que sim, porque afinal de contas eu não tive nenhuma ingerência nessa área, então provavelmente ela teria muito mais autoridade para responder, e a resposta dela já foi dada nesse depoimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k.

Era isso, Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Deputado Rui Falcão, do PT, de São Paulo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Srs. Deputados, Deputadas, Senadores, Sr. Paulo Marinho, obrigado pelo comparecimento. O senhor tem tido uma postura aqui compreensível, porque é possível que o senhor não soubesse da maior parte das coisas que nós perguntamos, mas eu devo esclarecer que não há nenhuma intenção nossa de comprometê-lo com qualquer coisa. O senhor não está aqui como réu. O que nós queríamos era que o senhor colaborasse, na medida do possível, com algo que a Deputada Joice Hasselmann reconheceu aqui, que o senhor nos ajudasse a desbaratar o que ela chama de organização criminosa, ou bando, como ela também se referiu, dizendo que há uma organização cujo núcleo está hoje dentro do Palácio do Planalto. Deu nomes às pessoas, e algumas dessas pessoas – o senhor citou o nome de uma delas – já trabalhavam na campanha do Capitão Bolsonaro.

Está evidente também que o senhor, como também eu acho que o ex-Ministro Gustavo Bebianno, estão na lista daqueles que foram expelidos do projeto de governo que o senhor disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

que acreditava ser uma boa causa. Cito aqui: a Deputada Joice dizia que ela cumpria um papel de moderação junto ao Presidente, talvez por causa desse grupo de bolsomínions ou talvez desses dois filhos, de quem, como o senhor disse, por qualquer declaração de afeto, a pessoa pode se transformar em alvos deles. E um a um foi caindo como uma espécie de dominó: o General...

O SR. PAULO MARINHO – Santos Cruz.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... Santos Cruz, que cumpriu um papel moderador e foi demitido depois de mensagens falsas, entregues ao Presidente por um assessor que ele chamou de canalha, mas que não quis declinar o nome. Supomos que seja alguém ali do núcleo palaciano.

Depois o Gen. Santos Rosa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... Santa Rosa – Santos Cruz e Santa Rosa –, que disse que havia um grupo de meninos, de 29 a 32 anos – certamente não é o André, que não está lá –, que ficavam cercando o Presidente e produzindo essas notícias falsas.

Enfim, e a própria Deputada, que também sucumbiu e nos ajudou muito aqui fazendo revelações comprovadas.

Então, eu disse a ela o seguinte: Deputada, infelizmente, parece que a organização criminosa está levando vantagem – aliás, esqueci de citar o Ministro Bebianno, que foi dos primeiros – e mostra também uma deslealdade extrema com aqueles que ajudaram o Capitão. Diz o senhor aqui que era um pequeno núcleo, cabia numa Kombi e tal, que o ajudou a se eleger.

Então, a gente quer a colaboração dos senhores para desbaratar essa organização criminosa. Não se trata aqui de depor o Presidente da República, como os partidários dele imaginam. Nós queremos realmente reduzir o impacto dessa produção de desinformação, que não se dá só no plano político-eleitoral, dá-se no plano de estímulo ao suicídio, da cultura de ódio, de dizer que vacina faz mal. É uma desinformação em vários níveis que esta CPI aqui está procurando apurar. Inclusive, estava convidado aqui o Dr. Drauzio Varella, que denunciou muito essas campanhas contra a vacinação. Enfim, ela tem um escopo amplo.

Não fomos nós que propusemos esta CPMI, quem propôs a CPMI foi um Deputado do DEM.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Que depois pediu para sair dizendo que a CPI estava manipulada. Mas consta que na verdade ele pediu para sair porque não conseguiu ser Relator, como aliás deveria ter sido. É praxe que o proponente seja Presidente ou Relator. O fato é que ele – como diz no interior de São Paulo – se desacorçoou e foi embora. Mas a CPMI tem aqui seguido seu trabalho.

O PSL tem a sua representação, fala; e fala de todos os assuntos também. A Deputada aqui perguntou até da filiação partidária. Isso é natural. Não tem nada que determine que a gente tenha uma pauta fixa, para perguntar só aquilo que alguém imagina que se pergunte.

Mas o senhor, mesmo com todo cuidado nas suas declarações, reafirmando até sua filiação partidária, porque o PSDB é sempre muito cauteloso nas suas afirmações, deu alguns... Assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como o Gen. Santos Cruz... O Gen. Santos Cruz foi extremamente leal, provavelmente por apelo da corporação. E a Deputada Joice disse que recebeu apelo de quatro ministros para que não viesse depor. Recebeu inclusive muitas ameaças na rede. Mas além das ameaças, que podem ser sem identificação, quatro ministros, Sr. Paulo Marinho! Havia um temor do que ela pudesse falar aqui, pelo nível de participação que ela teve na campanha.

Então, já apuramos aqui como o senhor está falando a verdade. A sua esposa, que aliás consta o nome Adriana... Não consta Adriana Marinho. Qual era o nome de solteira dela? Adriana...

O SR. PAULO MARINHO – Bourguignon.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso. Ela tem lá a prestação de contas. Já verificamos. O senhor não tinha certeza e tal, nós fomos verificar, porque se não fosse isso, pelo menos nesse caso – não significa em outros – estaria configurada a existência de caixa dois. Embora a gente ache que tem caixa dois no disparo de mensagens e nós vamos, como sugeriu aqui a Deputada Joice Hasselmann, rastrear o dinheiro. Nós estamos rastreando, nós vamos ter meios técnicos para chegar ao dinheiro. Seguramente, é um dos objetivos desta CPMI.

Mas o senhor disse aqui coisas assim: que o Paulo Guedes está tentando encontrar um caminho. Depois de um ano, já era para conhecer o caminho. O caminho que ele está trilhando é muito ruim para o País. Está desmontando tudo o que foi construído aqui, inclusive a política de conteúdo nacional, que o senhor, com razão, elogiou. E o senhor teria sido convidado para ser suplente do Senador Flávio Bolsonaro, que foi pouco mencionado aqui, pela sua experiência, pelo seu traquejo, pelo seu passado e tal; pela sua idade, o senhor poderia ser um bom conselheiro. O senhor chegou a dar algum conselho para ele ou não?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Deputado, infelizmente eu, logo após a campanha...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, não, durante a campanha.

O SR. PAULO MARINHO – Ah, durante a campanha, não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não?

O SR. PAULO MARINHO – Durante a campanha, ele...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E depois?

O SR. PAULO MARINHO – Ele estava envolvido na campanha dele de Senador, ele estava na rua, e eu estava praticamente na minha residência, cuidando dos meus...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor deu algum conselho depois que mencionaram a história da rachadinha e tal? O senhor aconselhou como? O que ele deveria fazer e tal?

O SR. PAULO MARINHO – Uma vez ele me procurou, e eu dei a ele o conselho de que ele deveria procurar...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Um advogado.

O SR. PAULO MARINHO – Não, um advogado não. Que ele deveria procurar se apresentar na mídia, enfrentar a mídia. Eu acho que ele...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas não ouviu o seu conselho, não é? Ele se escondeu.

O SR. PAULO MARINHO – Não, não sei se ouviu, mas enfim... Aliás, eu queria até aproveitar esse episódio para dizer o seguinte: eu, pessoalmente, acredito na inocência do Senador Flávio Bolsonaro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, a gente deve sempre ter o princípio da presunção da inocência, não é?

O SR. PAULO MARINHO – Enfim, então...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Ele deve valer para todos.

O SR. PAULO MARINHO – Mas eu estou lhe falando isso aqui com toda a sinceridade, eu não estou querendo aqui fazer nenhum jogo de cena, não. Eu acredito de fato na inocência dele. Acho que ele foi traído, em algum momento, na confiança do seu assessor, mas enfim, voltando à questão, é o seguinte: eu não tenho nenhum contato com o Senador Flávio Bolsonaro...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não?

O SR. PAULO MARINHO – ... desde a eleição, então... Logo depois, estive com ele uma única vez, e, desde então, eu não tenho tido mais contato com ele.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Quem o senhor considera como grupo dos bolsomínions, quem são?

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, o senhor...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor mencionou aqui.

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu vou lhe dizer, eu vou lhe dizer. Como eu não frequento muito a internet, mas esses grupos...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É, mas o senhor utiliza um termo que é muito usado aí na internet...

O SR. PAULO MARINHO – Qual é?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor falou várias vezes de viralização, e tal.

O SR. PAULO MARINHO – É, não, porque a gente acaba aprendendo um pouquinho. Eu tenho quatro filhos em casa que operam isso diariamente. Então, eu sou uma pessoa curiosa, eu pergunto e tal, quero sempre me atualizar. Mas, enfim, no caso do... Qual era a pergunta mesmo?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Grupo dos bolsomínions, quem são?

O SR. PAULO MARINHO – Os grupos dos bolsomínions são esses grupos de direita que você... que vive... por vezes me atacam pessoalmente, porque me acham traidor, e aí... Bolsomínions são esses grupos de direita radicais que operam na internet... O que eu chamo de bolsomínions são esses, e que, na ampla maioria, são um bando de desocupados. É isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Aqui, sem entrar em nenhum tipo de acusação, o senhor falou dos seus filhos, tem o André Marinho. Consta que, numa entrevista dele no canal do MBL, ele admitiu ter produzido mensagens de áudio com a voz do então candidato, o Capitão Jair Bolsonaro, que foram disparadas via WhatsApp durante o período da campanha. Consta que o André atuava como se fosse o próprio candidato. O senhor confirma essa informação?

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, o André Marinho, que está aqui ao meu lado...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, mas é o senhor que...

O SR. PAULO MARINHO – Eu vou dizer, eu vou lhe responder com toda clareza.

O André Marinho é um verdadeiro talento.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, está até escrito aqui. O senhor tem um talentoso filho...

O SR. PAULO MARINHO – Mas ele é tão talentoso que após a campanha o grupo Jovem Pan fez um convite a ele para que ele se tornasse membro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, mas...

O SR. PAULO MARINHO – Deixe eu lhe explicar. Membro da bancada...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É que o meu tempo está correndo.

O SR. PAULO MARINHO – Mas eu ouvi... Membro da bancada do programa Pânico, onde...

Outro dia eu saí para almoçar com ele em São Paulo num restaurante. Dezenas de pessoas vinham fazer *self* com ele. Está aqui, estou dizendo ao senhor, a V. Exa. que ele é um talento...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim.

O SR. PAULO MARINHO – ... como imitador. Ele imita o Capitão Bolsonaro à perfeição.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, mas também nessa imitação ele teria gravado um áudio dirigido a garimpeiros de Serra Pelada, que, segundo ele, seria um reduto petista.

Ele chegou a forçar a voz se dizendo até abatido, porque foi depois da facada que o Presidente sofreu, o atentado, em que ele diria o seguinte: "Estamos aqui agradecendo as orações e para dizer que conto com vocês aí para o que der e vier. Vocês sabem que terão em mim um defensor implacável de agora em diante, está o.k.? Valeu pessoal!".

Isso aqui é propaganda eleitoral, propaganda eleitoral... Ele recebeu, inclusive, mensagens de garimpeiros chorando... "Eu devo ter virado uns 50 mil votos, eu não sei se isso é crime eleitoral ou não, mas eu estava correndo esse risco". Essas entrevistas estão todas disponíveis no YouTube.

Ninguém quer aqui incriminar o André, mas eu quero saber se isso ocorreu?

O SR. PAULO MARINHO – O que o senhor chama de... Como é que o senhor definiu essa menção dele?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Propaganda eleitoral.

O SR. PAULO MARINHO – O que o senhor diz... O que o senhor chama de propaganda eleitoral eu chamo de uma brincadeira. Isso foi uma brincadeira que alguém...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, mas o senhor admite que existiu?

O SR. PAULO MARINHO – Mas deixe eu lhe explicar no contexto, porque parece que nós estamos falando aqui de uma coisa relevante.

O André Marinho, essa figura maravilhosa, um filho espetacular, só me deu alegria e prazer...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – De todos os nossos filhos, a gente gosta muito e não tive o interesse de...

O SR. PAULO MARINHO – Mas tem filhos de que a gente gosta e que dão problema. Há outros de que a gente gosta e só dão prazer. Este é do tipo que só me dá alegria.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – No caso dos filhos do Capitão, o senhor acha que eles estão no segundo campo?

O SR. PAULO MARINHO – Não, esses... Eu eduquei melhor os meus filhos do que o Capitão, os dele. Mas, enfim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MARINHO – ... voltando à questão, o que o senhor chama de propaganda eleitoral eu chamo de uma brincadeira que foi feita...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Esses áudios...

O SR. PAULO MARINHO – Espera aí...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Foram na sua residência essas brincadeiras?

O SR. PAULO MARINHO – Foi, na minha... Aliás, vários apoiadores do então Capitão Bolsonaro pediam ao André para fazer... "Faz uma mensagem para a minha mulher de apoio, de gracinha, diz para ela que eu sou lindo, diz que é o Capitão que está falando".

Aí ele fazia essas imitações em uma coisa absolutamente ingênua, infantil...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim.

O SR. PAULO MARINHO – ... e de grande talento, enorme talento.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E o senhor acha que piada *gay*, por exemplo, não é homofobia?

O SR. PAULO MARINHO – Não, piada *gay* eu acho de mau gosto.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas é homofóbico.

O SR. PAULO MARINHO – Eu acho que é homofóbico, mas se você faz uma piada *gay* entre você e o seu amigo... Homofóbico é quando você está...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É o que Capitão, no caso, ele espalha isso.

O SR. PAULO MARINHO – Vira e mexe ele fazia aquela coisa, e os que estavam ali em torno achavam a maior graça. Eu não achava graça nenhuma, mas enfim...

Mas enfim, é isso. Cada um com a sua circunstância.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Bom, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluiu, Deputado?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu vou encerrar porque realmente o Sr. Paulo Marinho talvez tivesse mais o que dizer, mas eu compreendo que, se alguém de outra parte é desleal, não necessariamente o troco vem na mesma dimensão, apesar de grupos de bolsomínions, de extrema-direita, o qualificarem como traidor. Ele não quer sofrer esse estigma.

O SR. PAULO MARINHO – Desculpe-me, Deputado, só fazendo um comentário. Enfim, eu não tenho nenhum problema de trazer nenhuma verdade. Estou sob juramento. Tudo o que eu disse é verdade.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone*.) – Acho que o senhor não sabia muita coisa.

O SR. PAULO MARINHO – O que eu sei, declarei aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, do PT de Sergipe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, Deputada Lídice da Mata, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, queria chamar a atenção para um *site* chamado politicos.org.br. Na apresentação do General Santos Cruz ele mostrou qual é o esquema; apesar de não ter tido a disposição de falar o que realmente poderia falar e sabe, mostrou aqui como se produz e qual é o método de trabalho adotado no gabinete do ódio.

Na semana seguinte, a Deputada Joice Hasselmann falou como se define o gabinete do ódio, como trabalha o gabinete do ódio, como é a distribuição de tarefas do gabinete do ódio e quais são as tarefas. Não são só *fake news*, o linchamento político é também uma das ações e uma das atividades do gabinete do ódio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamou-me a atenção, no momento em que o País vive, com 13,5 milhões de pessoas na miséria, em que o Brasil caiu uma posição no IDH, no *ranking* global de desenvolvimento, em que o Brasil disputa com o Catar a maior concentração de riqueza do mundo, no momento em que o Brasil vive a concentração da riqueza, o aumento da inflação, promessas que foram feitas e que não se materializaram, como a reforma trabalhista significar mais empregos, como a reforma da previdência significar estabilidade econômica e mais empregos, como a venda das nossas estatais significar mais empregos, com a relação de subserviência com os Estados Unidos e vantagens comerciais... A gente está vendo que nada disso tem surtido efeito e que o País mergulha numa paralisia econômica, no aumento da miséria, na concentração de riquezas.

Estou falando tudo isso para mostrar que o *site* politicos.org divulgou uma pesquisa – vejam o nome: "pesquisa" – que ranqueia os melhores Parlamentares, mas não o faz, com a vênia necessária, estabelecendo, explicitando o critério. Poderiam dizer: "Nós somos um *site* de ultraneoliberais, de direita, que acredita..." E aí elencar no que acredita e dizer que é uma avaliação para avaliar aqueles que são ultraneoliberais e, quanto mais ultraneoliberais, excludentes e concentradores de riqueza, mais pontuam nessa pesquisa.

Mas, aí, faz uma pesquisa disfarçada, debaixo de um manto, dizendo que é uma instituição que tem zelo pela boa política, zelo pela informação, faz uma pesquisa e divulga um *ranking* no qual coloca o Deputado João Daniel, um exemplo, do meu Estado, que é um excelente Deputado do meu ponto de vista, ou do ponto de vista que ficou em ascensão de outros pontos de vista, de outras avaliações, como o pior Deputado do Brasil. Mas por quê? Porque o Deputado João Daniel é do MST, porque o Deputado João Daniel votou contra a reforma trabalhista, porque o Deputado João Daniel votou contra a reforma da previdência, porque o Deputado João Daniel... Ou seja, por ele ter uma posição política determinada, foi enquadrado como o pior Deputado. Mas eles deveriam explicitar...

E o que é pior: eu tive acesso a essa pesquisa por uma eleitora no interior do meu Estado que olhou lá e viu que, além disso, eles negligenciam a formação. Eles colocaram que eu não tinha nem graduação, então eu não pontuava porque eu não tinha graduação. Eu sou mestre, sou doutor, mas disseram que eu não tinha nem graduação.

Então, eu estou trazendo o caso deste *site*, politicos.org, porque, no conselho deste *site,* estão algumas pessoas que são suspeitas ou de receberem dinheiro, como o Rogerio Chequer, ou de financiarem ações da milícia digital, como a Sra. Taiza Krueder.

Então, Sr. Presidente, a minha fala aqui é no sentido de reforçar... Eu vou passar para a Presidência da Comissão os dados que eu levantei e que fiz questão de registrar, porque eu colhi o dado hoje e amanhã já não é o mesmo dado, porque eles mudam. Vou fazer questão de encaminhar para V. Exa. para que a gente possa, numa reunião administrativa, quando houver, solicitar a presença da Sra. Taiza Krueder, do Sr. Rogerio Chequer e de outros que eu vou elencar através de requerimentos, porque me parece que essas pessoas são aquelas – eu suspeito; eu não estou afirmando, mas eu suspeito – pessoas que receberam dinheiro para fazer ação da milícia digital para colocar em operação o gabinete do ódio ou que financiaram e continuam financiando o gabinete do ódio.

Então, eu fico por aqui, Sr. Presidente, e fica aqui registrado este *site*, politicos.org, que tem no seu conselho editorial pessoas cuja suspeição já foi aqui levantada, suspeição como quem executa, e quem executa porque recebeu dinheiro, são suspeitas de terem recebido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

dinheiro para executar as ações do gabinete do ódio e de arrecadar para financiar o gabinete do ódio, como já foi aqui apresentado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à última oradora inscrita, Deputada Luizianne Lins, do PT do Ceará.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um momentinho, Deputada, que o nosso convidado vai fazer uso do toalete. (*Pausa.*)

Dando sequência, concedo a palavra à Deputada Luizianne Lins, do PT do Ceará.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Boa tarde a todas! Boa tarde, Presidente, Sra. Relatora, Sr. Paulo Marinho, que está presente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Eu queria perguntar aqui ao Sr. Paulo Marinho, que claramente, embora não tenha um vínculo direto, é próximo... Se é suplente do Sr. Flávio Bolsonaro e se sua casa foi sublocada para a campanha do Sr. Jair Bolsonaro, certamente há uma relação política clara. Eu gostaria de saber se o senhor conhece ou se já ouviu falar de um empresário americano chamado Robert Mercer?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Não, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E do Steve Bannon, o senhor nunca ouviu falar?

O SR. PAULO MARINHO – Não, do Steve Bannon pelos jornais, mas, enfim...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O senhor nunca esteve com ele?

O SR. PAULO MARINHO – Não, nunca.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E, do Robert Mercer, nunca ouviu falar?

O SR. PAULO MARINHO – Nunca ouvi falar.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Bom, o fato é que... O senhor também falou que o Vereador Carlos Bolsonaro precisava de tratamento psiquiátrico. O senhor poderia dizer por quê?

O SR. PAULO MARINHO – Porque eu acho que ele é doido.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Certo. E o que exatamente leva o senhor a crer nisso?

O SR. PAULO MARINHO – Como é?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O que leva o senhor a crer que ele é doido?

O SR. PAULO MARINHO – A coleção de frases que ele tem dito nos últimos meses.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Coleção de frases?

O SR. PAULO MARINHO – É, de posturas, frases, enfim, essas coisas de internet que ele posta toda hora.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Inclusive podendo ser *fake news*?

O SR. PAULO MARINHO – Isso eu não sei, Deputada. Estou dizendo o seguinte: ele precisa de um tratamento, ele é doido. Fora isso...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Bom, eu queria fazer algumas colocações tendo em vista que o senhor se coloca como totalmente fora desse processo que levou o Presidente atual ao poder. Mas eu acho que, embora também tenha um filho talentoso, bom comediante etc., é importante que a gente diga aqui nesta CPMI que nós estamos diante de algo muito sério, porque nós temos aqui um linchamento de pessoas, um verdadeiro – expressão que foi usada aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

várias vezes – linchamento virtual, do qual várias pessoas foram vítimas, sentiram isso na sua vida.

Não é raro um Deputado ou uma Deputada ou um Senador ou uma Senadora vir aqui falar do que já passou, inclusive Deputados do PSL, partido ao qual o senhor já foi filiado. É muito impressionante como as pessoas ficam se sentindo impotentes diante disso. Isso é muito grave, isso não foi montado agora. Então, as pessoas podem até vir aqui tergiversar, dizer que o que a Joice disse foi loucura, mas nada vai passar impune a um analista de dados. É simples, é simples você detectar os robôs nas redes.

O senhor tem filhos, não sei se o senhor já tem netos, mas estou extremamente preocupada com este mundo que está sendo deixado para eles: é o mundo da mentira, da falsidade; o mundo onde as coisas sérias estão sendo tratadas como brincadeira; mundo onde a gente não sabe mais o que é verdade e o que é mentira, porque a capacidade de se propagar e de se construírem informações falsas é muito grande. Isso tem levado pessoas, primeiro, a um grau de ansiedade alto. Essa juventude nunca sofreu tanto com um processo de ansiedade, algo que as redes sociais têm provocado, inclusive porque, como não têm maturidade e inteligência emocional suficientes ainda, porque estão na sua fase de formação, essas pessoas ficam impactadas com o que passam e com o que sofrem.

Então, nós estamos perdendo aqui a oportunidade de desvendar um esquema muito maldoso, agressivo, grosseiro, não com político A, B, C ou D, mas com o mundo, com a vida, no caso específico, com o nosso Brasil. É tão sério isso que hoje saiu uma pesquisa, feita pelo Senado e pela Câmara, que ouviu milhares de entrevistados, segundo a qual 79% dos brasileiros admitem receber notícias por WhatsApp – é quase 80% da população, são 136 milhões de usuários no Brasil! É a plataforma mais popular, sem dúvida, já passando em muito o Facebook. Onde é que vai parar isso? Porque, assim, cada uma das ditas democracias no mundo estão sendo abaladas por uma rede social. Se a gente entender que a história dos BRICS e, posteriormente, a eleição do Trump foram feitas via Facebook...

Nós vimos, aqui no Brasil, o WhatsApp tomar... Inclusive porque a população pobre às vezes usa o WhatsApp para ligar, porque não tem dinheiro para poder pagar uma conta de telefone. Por isso mesmo se torna tão popular, a partir também da necessidade das pessoas e, o que é mais grave, elas estão sendo desinformadas e estão se achando muito informadas. Quando a verdade chega, elas agora acham que é *fake news*, e isso é muito grave para a democracia. Isso não é uma brincadeira e, se for, é uma de muito mau gosto, porque isso vitimou o Ministro Bebianno, Alexandre Frota, Joice, e vai vitimar qualquer um, mesmo que venha aqui dizer que não tem nada a ver com isso. Isso é cruel, porque, quando os robôs... A gente tem o mínimo de...

Pode até haver uma perversidade enrustida no humano, mas o robô não tem nem isso, robô não tem nem a capacidade de saber se está sendo perverso ou não, e eles estão sendo usados para disparar contra pessoas, contra dignidades, contra pessoas, muitas vezes, que têm honra. E esse linchamento virtual tem que acabar. É uma pena que o senhor não possa ajudar nisso, porque o senhor foi parte integrante... O senhor sabe que isso aí pode acabar com a democracia no Brasil e no mundo. É sério, é muito sério.

E principalmente a juventude – eu não sei qual é a idade de seus filhos –, que nasceu só com a internet, não teve um parâmetro de avaliação de qualquer coisa fora da conectividade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

que está sendo extremamente prejudicial, extremamente malévola e extremamente cruel com essa juventude.

Eu fico pensando aqui – o senhor fala dos valores que o senhor imagina de alguém para presidir o partido ou para governar o Rio de Janeiro – que, se o senhor imaginava isso com a atual política que está sendo desenvolvida hoje, o senhor se enganou profundamente, porque esses valores que o senhor reclama no Rio de Janeiro, com os quais eu até posso concordar, certamente não vão ser encontrados nessa quadrilha organizada. E não se organizou agora: esse processo de organização criminosa de que se fala hoje, e quem fala são as próprias pessoas do Governo, que são massacradas também quando começam a divergir de milícia digital, gabinete de ódio...

Aí vem aqui uma Deputada, que não fica para ouvir, dizer que isso aí é uma coisa que está sendo imaginada, que está sendo inventada. É grave! É mais grave ainda quando alguém diz que é discípula de Olavo de Carvalho, gente! O que ele tem para dizer além do terraplanismo mais insosso, mais inóspito, mais degenerado e mais mesquinho? Uma série de insanidades que está fazendo o Brasil voltar a andar para trás! A quem falava aqui dos governos do PT, do Governo do Presidente Lula: pelo menos nós tínhamos um povo que tinha a cabeça erguida, tinha mais dignidade, o Brasil era mais respeitado lá fora, inclusive perante a comunidade empresarial, da qual o senhor faz parte. Agora, quando a gente anda fora do Brasil, tem vergonha de ter um Presidente que diz tanta bobagem, vergonha de ouvir dizer que a Terra é plana e que os valores são os que a gente acredita e não os que a gente comprova ou que a ciência pode dizer. Está tudo muito ruim!

E se estivéssemos em plena vitalidade econômica... Nem isso! Nem com as maldades do Sr. Paulo Guedes com os trabalhadores brasileiros, que vão sentir na pele o que é não ter mais previdência, conseguiram tirar o País do buraco em que está, porque o País, além do problema econômico muito grave, está passando por uma crise moral muito séria, muito séria, uma crise moral que não começou, como querem dizer, no governo PT. Dizem que o PT fez isso, fez aquilo outro, fez esquerdismo de A, B, C ou D. A pergunta não é essa, a pergunta é: que Brasil que nós tínhamos e que Brasil que nós temos hoje? Um Brasil que acaba com a Amazônia, que aumenta em 30% a destruição da maior floresta do Planeta? Um Brasil que assassina índio diariamente, os líderes indígenas? Que nega o povo originário? Que volta de novo a fazer barbaridades?

O que a gente ouve agora é a política como ódio, a política está sendo pensada e realizada com ódio e, com ódio, nunca se vai construir nada. O primeiro passo para você não construir nada é começando com ódio. O ódio só serve para destruir.

Eu estou me lembrando de um jovem que foi quem denunciou à imprensa internacional o que a Cambridge Analytica tinha feito. Ele disse esse sistema que ele estava ajudando a construir – por isso ele estava fazendo a denúncia, ele não queria mais fazer parte disso, um jovem de 26 anos – tem por método destruir tudo o que está posto, porque, para ele começar a reconstruir em cima das suas bases, das suas crenças, em cima daquilo que o sistema quer fazer com que as pessoas pensem, ele precisa destruir o que está posto, e o que a gente vê é uma verdadeira destruição da civilização brasileira, agora, neste momento.

São três: o 01, o 02, o 03. Como o senhor mesmo falou, imagino que o senhor deva ter criado os seus filhos melhor do que o Presidente criou, porque a gente vê cada uma das pessoas que configuram o bolsonarismo... Ou seja, a gente pensou que elegeu um, mas o Brasil elegeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

quatro, cada um puxando para um lado, cada um dizendo a bobagem da vez, e todo mundo achando isso a coisa mais normal do mundo.

Há uma coisa que é importante dizer aqui. Dizem que a Deputada Joice trouxe, na reunião passada... Isso aí não foi só uma coisa que ela está fazendo, qualquer analista de dados detecta isso. Quem está negando aqui vai se dar mal, porque isso aí não é uma coisa que vai sumir na nuvem não. As empresas, todas elas, vão ser chamadas aqui. As principais redes sociais vão ser chamadas aqui. As operadoras de telefonia, que já denunciaram outras empresas que dispararam em massa, vão ser chamadas, já estão convocadas para cá, ou seja, eu imagino que a gente vai começar... A gente já está elaborando o quebra-cabeça, esse quebra-cabeça que é você ter um centro de pensamento.

Não vou dizer que é um centro físico não. Ilude-se quem acha que partiu de um canto só. Ninguém é bobo de fazer isso. Isso aí, na verdade, faz parte de um comando geral, quem é o da vez, quem é que vai ser defenestrado, ser humano, homem, mulher, basta não estar dentro da cartilha do Presidente e dos seus filhos.

Isso tudo é muito grave, e eu fico muito triste de o senhor não poder ajudar com nenhuma informação, porque é um mundo que a gente precisa reverter imediatamente e que está ceifando vidas, está tirando esperança de muitos jovens. Ninguém sabe como vai ser daqui para a frente.

Eu lamento as informações não contribuírem de forma objetiva para o que a gente está perseguindo, mas eu quero que o senhor pense sobre aquilo com que o senhor pode no futuro contribuir, porque eu acho que, como cidadão brasileiro, o senhor, como nós, quer um Brasil melhor economicamente, mas também com valores humanitários. Aqui está cheio de gente dizendo que é conservadora: "Ah, eu sou conservador. Ah, o Brasil é conservador. Ah, não sei o quê". Eu tenho dito: esse conservadorismo não faz parte do povo brasileiro, o povo brasileiro não tem conservadorismo hipócrita, esse conservadorismo vagabundo, esse conservadorismo que não diz nada a ninguém, que só fala em ódio. Para mim, isso não é conservadorismo, isso é maldade. Isso tem outro nome, isso é ignorância, só não é conservadorismo, porque eu nunca vi... Até comentei outro dia aqui: "Nunca vi conservadores aqui tão para frente como muitos que estão aqui". A gente só encontra histórias pitorescas aqui sobre os conservadores deste Congresso, é impressionante! Parece, assim, que se abriu a gaiola. É muito impressionante, e eu não estou falando de animais não, porque eu respeito profundamente os bichos, os animais. A gaiola que aberta foi de outra ordem, foram as trevas que emergiram para a esfera pública, e a gente não está sabendo nem lidar, nem entender direito como chegaram.

E outra coisa: chegaram de uma forma tão intempestiva que vão embora de forma intempestiva, porque os diálogos aqui, as relações, os xingamentos mútuos de pessoas do mesmo partido que chegaram aqui são uma destruição completa de tudo em que se possa acreditar, e não é esse...

Eu tenho um filho também, eu tenho um filho de 19 anos. Não é esse o Brasil que eu quero para os meus filhos, para os meus netos, não é esse o Brasil que eu quero para os brasileiros e para as brasileiras. Eu quero um Brasil num outro patamar e, certamente, não é esse Presidente da República, com esse tipo de comportamento, com essa coisa rasa de pensamento e de sentimento, que vai fazer com que o Brasil seja um país melhor.

Então, eu gostaria de deixar as minhas considerações aqui e dizer que, se o senhor tiver alguma coisa depois a acrescentar... O senhor reflita, porque o senhor pode ajudar a gente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

destruir uma milícia digital – já foi provado que é uma milícia digital – da qual o senhor no futuro pode até ser vítima se o senhor, por acaso, discordar da linha política de pensamento do Presidente da República e dos seus filhos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu... Presidente, o senhor me permite responder a Deputada?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

O SR. PAULO MARINHO – No futuro eu vir a ser vítima? Não, eu já sou vítima, eu já fui vítima. Aliás, aqui, neste Plenário hoje, está a maior vítima dessas patrulhas digitais, está aqui o ex-Ministro Gustavo Bebianno, que, durante a campanha eleitoral... Por duas vezes, o Capitão Bolsonaro chegou para mim, de mano, pessoalmente, apontou para o Gustavo Bebianno e disse para mim: "Eu só cheguei até aqui por causa dessa pessoa ali". Eu nunca conheci, em toda a minha vida, ninguém tão desambicioso quanto Gustavo Bebianno: nunca pediu para ser ministro, não queria nada. Ele ajudou porque acreditava naquele projeto. Ele foi atirado pela nuca; sofreu barbaridades, sofre até hoje, sem merecer absolutamente nenhuma das críticas, nenhuma das ofensas.

Então, com tudo o que a senhora está falando, Deputada, eu concordo, mas, infelizmente, eu não poderia dar nenhum depoimento aqui que não fosse a verdade. Eu não conheço os fatos que suscitaram a criação desta CPI, eu não participei dessa coisa.

Então, a minha preocupação... Eu tenho quatro filhos, um neto por vir. Então, eu tenho a mesma preocupação da senhora, de V. Exa., em relação ao futuro do Brasil. E, como lhe disse há pouco, já fui vítima e continuo sendo vítima. A única coisa, diferença em relação a mim: como eu não faço parte do mundo digital – felizmente eu sou analógico –, eu não fico na internet nem tenho tempo de ficar olhando pessoas que eu não conheço falando mal de mim. Eu não tenho essa curiosidade. Então, eu sofro menos por isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas o senhor sabe da possibilidade de serem, inclusive, robôs?

O SR. PAULO MARINHO – Eu acho que isso... Já me falaram que isso existe, até isso existe. Eu não sei se eu sou atacado por robôs ou se tem ali uma pessoa que não gosta de mim, que não me conhece e que me ofende, mas, enfim, o fato é o seguinte: isso é um mal que precisa ser energicamente tratado para nós acabarmos com isso, darmos um limite nessa coisa. Isso causa mal a adolescentes, a pessoas de bem. Enfim, eu concordo com muitas das coisas que a senhora acabou de falar aí, no seu discurso.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, na condição de Líder do PSOL, Deputado Ivan Valente, do Rio de Janeiro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – De São Paulo!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São Paulo?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – São Paulo, há muito tempo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, eu também quero depois usar o tempo de Líder.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Eu já morei no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Foi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Mas foi na clandestinidade, enfrentando a ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu imaginava que V. Exa., por ser carioca...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... ia interpelar menos aqui o nosso convidado.

Com a palavra o Deputado Ivan.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente. Sra. Relatora Deputada Lídice, Sr. Paulo Marinho, eu tenho pouco tempo e, formalmente, nem posso lhe fazer perguntas porque eu não sou membro, mas eu queria fazer um comentário, dois ou três comentários, e depois fazer um pedido ao Presidente.

Em primeiro lugar, acho que V. Exa. foi muito sucinto, pelo que eu ouvi aqui: classificou o Carlos Bolsonaro como doido. Não é fácil porque isso aí é uma... É falar que a pessoa está fora da casinha, está fora, uma pessoa que tem uma influência tão grande dentro do Governo e sobre o Presidente. Então, V. Exa. poderia depois comentar se o Presidente, que ouve tanto um doido, também é doido. É uma pergunta que cabe.

O senhor falou muito em filho talentoso, e os dois filhos mais ativos – há um Senador de quem o senhor é suplente também – são pessoas muito ativas na produção de *fake news,* eles é que são os principais responsáveis pela montagem das mentiras em série e comandam um espetáculo de que eu vou falar daqui a pouco, que está dentro dos gabinetes, dentro do Gabinete da Presidência da República. Eles comandam uma tropa, inclusive, de mentiras. Então, o senhor poderia também comentar se o Eduardo Bolsonaro, aquele que era para ser Embaixador, mas não foi, também é talentoso. E talentoso para quê? O senhor conheceu ele, certamente.

Em terceiro lugar, eu queria perguntar ao senhor o seguinte. Ao empresário, ao empresário quer fez parte do núcleo duro dos empresários que apoiaram o Presidente, eu queria colocar o seguinte. O senhor – certamente estava presente, porque foi na sua casa a festa da vitória – acha que as *fake news* do movimento que levou o Bolsonaro ao poder e agora continuam atacando, mentindo, provocando ódio e intolerância na sociedade, inclusive sobre os membros que foram do Governo, amigos do Governo, etc, não se produziram antes, durante a campanha? Será que foi só depois da campanha?

V. Sa. poderia me informar quais são os empresários que também frequentavam a sua casa? O senhor tem conhecimento de empresários que impulsionaram as redes sociais ilegalmente? E o senhor conhece o Sr. Luciano Hang pessoalmente... Então, se V. Exa. pudesse tocar nessas questões, agradeceria bastante. Que outros empresários participaram? O Sr. Luciano Hang é seu conhecido? Há impulsionadores?

O Sr. Tercio Arnaud Tomaz: o senhor o conhece, não é? Já me colocaram aqui, no balanço, que o senhor o conhece. E parece que o senhor não conhece o Sr. Filipe Martins, José Matheus Sales e outro Mateus. Mas o Sr. Tercio Arnaud, segundo requerimento de informações que nós mandamos à Presidência, responde como assessor especial da Presidência da República. Esse trio aqui, ou quarteto, parada dura, é acusado, inclusive pela Deputada Joice...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – ... e pelo Deputado Alexandre Frota, que vieram pessoalmente aqui dizer que ali está a central de *fake news*...

Eu quero finalizar, Presidente, colocando o seguinte. Eu conversei com a Deputada Lídice da Mata, eu dei entrada naquele dia mesmo em que recebi esse requerimento de informações vindo do gabinete da Presidência... Eles me forneceram que o Sr. Filipe Garcia Martins está de posse do computador registrado no seguinte patrimônio: 197.680 – eles responderam isso –; o Sr. José Matheus Sales Gomes, 197.588; e o Sr. Tercio Arnaud Tomaz: o número do patrimônio da posse que ele tem, do computador, é 197.656. Eles também usam um celular, que é adaptado ou adequado a emitir notícias etc.

O que eu pediria é o seguinte. Eu entrei com um requerimento para busca e apreensão desses aparelhos, baseado no depoimento da Deputada Joice Hasselmann aqui nesta Casa, que tem informação segura de que eles estão apagando as informações, Presidente. Eles estão apagando as informações. Só que nos informam que é possível resgatar todas as informações pelos meios tecnológicos, de tecnologia de informação, existentes.

Então, eu pediria que V. Exa., também a pedido da Relatora e dos demais Deputados que quiserem assinar, colocasse em votação na próxima reunião da CPI esse requerimento de busca e apreensão, dentro do Palácio do Planalto, desses patrimônios aqui e dos celulares também que são de uso dessas pessoas que trabalham no chamado gabinete do ódio, dentro da sala ao lado da do Presidente da República do Brasil. Então, eu pediria que V. Exa. pudesse botar em votação na próxima reunião.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Ivan, infelizmente tenho que comunicar a V. Exa. que, como o senhor não é membro da CPMI, não pode fazer requerimento. V. Exa. poderia utilizar-se de outro colega para fazer esse pedido.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Eu peço à Relatora e aos Deputados que quiserem assinar, que estão aqui presentes, a Deputada Luizianne, o Deputado Rui Falcão...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Eu assino simbolicamente como Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se derem entrada aqui...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – E o Deputado David Miranda, que é desta Comissão, também, porque ele não estava presente, estava com um problema de saúde quando eu entrei com o requerimento. Então...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, pelo tempo de Líder aqui, o Deputado Rui Falcão, do Estado de São Paulo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Informando que é o último orador inscrito, porque acho que começou a Ordem do Dia.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... primeiro, na linha dos requerimentos, acho que era bom o senhor saber, a título de informação: a Deputada Joice disse que o Carlos Bolsonaro tentou montar uma Abin paralela para investigar e grampear pessoas; deu a entender também que ele despacha no Palácio, o que é crime de usurpação de função, porque ele não é funcionário público, tampouco da Presidência. Ela acha que, talvez, o Presidente não saiba desses fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

Então, nós pedimos que todo o relato dela seja comunicado ao Presidente da República para que ele se manifeste. Pedimos também ao Gen. Heleno, que é o chefe do GSI, que informe se ele tem conhecimento dessa tentativa de uma Abin paralela e se é verdade que o presidente da Abin teria sido indicado pelo Carlos Bolsonaro também – foi outra afirmação dela. Esse gabinete do ódio a que o Deputado Ivan Valente faz menção também teve sua existência confirmada pela Deputada Joice Hasselmann e várias reportagens na mídia falam desse chamado gabinete do ódio também.

Para concluir, Sr. Presidente, duas coisas.

Uma é uma pergunta à Presidência. Nós pedimos ao Supremo Tribunal Federal acesso ao inquérito que corre lá sob a Presidência do Ministro Alexandre de Moraes. Parece que a resposta é que eles não podem dar acesso a esse inquérito porque há diligências em andamento que são sigilosas. Então, eu pediria que a gente reiterasse aquele pedido – para concluir – das diligências, para que a gente pudesse ter acesso, porque elas são fundamentais para os trabalhos desta CPMI.

Por fim, eu noto aqui a ausência hoje do Deputado Marcos Feliciano. É uma presença constante aqui e, inclusive, tem por hábito se inscrever no final para me provocar. Não é do meu estilo, o senhor sabe disso, sou uma pessoa muito ponderada, mas eu não admito ser chamado de ladrão. Então eu disse a ele que ladrão é ele, que ele é um desqualificado, e não adianta vir me pedir desculpas no privado depois. Eu esperava que ele estivesse aqui hoje, mas, pelo que eu vi na mídia, parece que ele está encontrando algumas dificuldades. Não pude confirmar, então falo aqui com ressalvas que li nos jornais que ele teria sido expulso do Podemos, o partido a que ele era filiado, sob acusação de ter feito um tratamento dentário de R$157 mil.

É direito dos Parlamentares receberem de volta tratamento médico ou dentário, mas eu indaguei para o meu dentista o que seria um tratamento de R$157 mil. Os senhores riem, mas é dinheiro público isso aí. Ele falou: "Olha, nem que tivesse importado todos os dentes da Alemanha", que é considerada o *top* dos implantes, "e feito com o Fábio Bibancos, esses dentistas aí que nem são chamados de dentistas, não chegaria a esse valor". Essa é uma acusação que precisa ser comprovada, mas é uma acusação de lavagem de dinheiro, e há uma que eu reputo da pior espécie, que é assédio sexual, mais de um assédio sexual. Isso o teria levado a ser expulso do Podemos. Como ele não está aqui, só menciono como notícia da imprensa, mas que ele venha aqui à CPI para novamente chamar os Deputados do PT de ladrões, sem provas, para que a gente possa questionar se essas notícias são verazes ou não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Rui, usando o mesmo *modus operandi* de outra reunião, gostaria que V. Exa. fizesse essas críticas com a presença do Deputado, porque na ausência não fica bem a pessoa acusar um colega.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu vou repetir: é que ele falou de mim na minha ausência.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – O empresário Marinho vai se pronunciar?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vai.

Então, encerrando os trabalhos dos nossos Parlamentares que fizeram perguntas, passo a palavra, para suas considerações finais, ao nosso convidado – e depois à nossa Relatora –, o Sr. Paulo Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – ... à Deputada pela convocação, porque essa convocação me propiciou a oportunidade de esclarecer algumas coisas que eram importantes para mim e que pairavam ainda como dúvidas. Então, enfim, quero agradecer à Deputada Lídice pela forma cordial com que me recebeu aqui, ao Presidente Senador Angelo também, enfim, agradecer a todos os que estiveram presentes aqui hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra, para suas considerações, à nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, vou direto ao assunto para não tomar mais o nosso tempo, já que começou a sessão.

Eu geralmente sistematizo algumas das coisas que a gente discute nas reuniões. Hoje, a primeira delas, para a qual eu quero chamar a atenção, é a tentativa permanente de um grupo de Deputados – que eu não posso caracterizar de que partido são, porque já não são do PSL, são da base do Governo do Presidente – de tentar desqualificar esta CPMI de duas formas. Uma é insistindo na criação de um *slogan* de que se trata de uma CPI para censurar as redes sociais – esse foi o primeiro movimento. Estou evitando a palavra "narrativa", que se tornou uma moda sociológica na política brasileira desse momento, tão repetida aqui pela Deputada desse grupamento.

Nesta reunião de hoje, eu quero registrar algumas coisas. Quando a gente pergunta nem sempre está numa pergunta direta sobre *fake news*, mas num contexto político que leva à caracterização da existência do fato e do objeto da nossa investigação, que é também o financiamento, a distribuição, e as perguntas por mim conduzidas vieram nessa direção. Essas pessoas estão insistindo em dois tipos de estratégias.

Uma, volto a dizer, é tentar dizer que a CPMI não visa à investigação de *fake news*. Tanto visa que esses Deputados, desde o início, têm se colocado de forma permanente contra a existência desta CPMI, certamente porque não querem que nós possamos descobrir, ou dar o caminho, de como isso acontece no Brasil. Talvez uma parte dessas pessoas, ou gente muito próxima a elas, possa estar envolvida nisso.

A segunda é a tentativa de criar um clima, Deputado Rui, de agressão entre os Deputados que estão nesta Comissão, com acusações bombásticas e xingamentos que tiram a audiência das pessoas sobre esta Comissão. É um comportamento realmente de gangue, de milícia, como aqui já foi registrado por outras pessoas. Eu não tenho esse comportamento, não é da minha formação. Eu já sou um pouco mais antiga na política, mais experiente, e não me fiz na política xingando ninguém – tenho mais de 30 anos de vida pública –, xingando, atacando, acabando com reputações. Não é isso.

Agora fui surpreendida por uma foto e um questionamento por eu ter participado de uma reunião na semana passada, da qual participaram diversos Parlamentares, jornalistas, influenciadores de mídias e *youtubers*, que tem o nome de Redes Cordiais e que busca exatamente debater o ambiente nefasto das redes sociais, que tanto tem trazido prejuízos à democracia em nosso País e à vida na sociedade. E, mesmo tendo sido divulgados os principais influenciadores que estavam colocados, não me neguei a ir, principalmente porque também não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

costumo deixar de ir a um lugar porque vou encontrar alguém de quem eu não goste. E quero dizer que foi uma experiência muito positiva.

Esse senhor a que a moça se referiu, e que eu nunca tinha visto antes, apresentou-se publicamente lá, o Luciano Ayan, e se disse arrependido de ter participado de ações na rede consideradas agressivas às pessoas e se autodeclarou, como hoje, uma pessoa que se afasta do movimento de extrema-direita para virar uma pessoa do centro.

Pouco me importa qual é a posição ideológica dele. Não tenho nenhuma relação com isso. Tenho relação, sim, com a obrigação que sinto, também como parte desta CPMI, de criar um novo ambiente na política brasileira e nas redes sociais, que são parte hoje dessa política, de civilidade, de respeito e de cordialidade entre as pessoas que vivem e devem viver aqui representadas, tendo o voto do povo brasileiro, para, em respeito a esse povo, defender da melhor maneira possível as suas convicções.

Nesta sessão de hoje, por exemplo, eu creio que duas coisas foram registradas e são importantes.

Primeiro: a afirmação aqui – e não tem nada de mais – de que o Sr. Queiroz esteve nesta Casa mais de uma vez e que ele era um acompanhante permanente do Senador Flávio Bolsonaro. É uma questão paralela à discussão da CPMI, mas que se transformou num episódio de investigação na política brasileira, que é importante e foi aqui reafirmada hoje.

A outra questão que foi esclarecida devidamente foi qual a relação da casa do Sr. Paulo Marinho com a campanha. Ele próprio diz que fez questão de fazer um contrato – na minha opinião, um contrato muito generoso, porque eu fui candidata a Governadora em 2014 e me lembro dos preços de uma casa onde se organizava a comunicação de toda a área; inclusive, em geral, as pessoas almoçavam na própria casa. Eu gostaria de ter tido um preço tão simplório, tão pequeno...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No Rio é mais barato, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... em relação a uma candidatura. Mas entendi como um gesto de V. Sa. de contribuição à campanha, fazendo colaboração à campanha. É claro que não era um mercado.

O SR. PAULO MARINHO – É claro, mas só um esclarecimento: esse aluguel não foi pela casa, o aluguel foi por dois cômodos da casa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim, entendi, entendi, mas ainda assim... Geralmente o espaço às vezes é até uma garagem de uma casa que se aluga para se colocar toda essa parafernália que caracteriza a comunicação. Mas entendi que o senhor fez por um preço módico em função de ser um apoiador e que está na prestação de contas do Presidente, ou na prestação de contas do partido. Já foi confirmado isso.

Eu também queria dar o meu apoiamento ao requerimento apresentado pelo Deputado Ivan Valente. Embora ele não seja sobre o número dos IPs, seja sobre o número dos aparelhos, e nem sempre as *fake news* são fabricadas em aparelhos institucionais, ainda assim acho que é uma boa medida que nós podemos tomar em relação a isso.

Finalmente, Presidente, quero dizer que, para o bom funcionamento desta Comissão, a minha expectativa... Nós temos amanhã a última reunião. E creio que nós avançamos muito aqui ouvindo especialistas, ouvindo pessoas da área jurídica, pessoas da área de tecnologia da informação, e agora começamos a ouvir pessoas na área da política. Isso tem incomodado muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

gente, porque, apesar de toda a roupa suja lavada aqui no final daquela reunião, o depoimento da Deputada Joice Hasselmann contribuiu, sem dúvida nenhuma, para o trabalho de investigação desta CPMI. Mas quero dizer que nós já aprovamos, com expectativa para logo no início de fevereiro, o convite para podermos ouvir aqui o Dr. Drauzio Varella.

Aliás, a Rede Globo está anunciando que amanhã fará uma grande matéria sobre as notícias falsas, a desinformação, como atinge a área da saúde. É extremamente importante para acender na cidadania, na sociedade brasileira, digamos assim, a luz vermelha, a atenção sobre a necessidade de combater esse tipo de prática.

Além disso, eu queria também dizer, Sr. Presidente, que, naquela reunião da semana passada, a Deputada Joice apresentou um vídeo no qual saem três pessoas, três homens armados, apresentando armas, com uma simulação de um sequestro do Ministro Gilmar Mendes, que era um boneco, e logo após, um atentado à sua vida. Obviamente isso não é uma caracterização de *fake news*, isso é uma caracterização de um vídeo que busca ameaçar, criar temor nas pessoas ou especialmente naquela autoridade. Eu quero dizer a V. Exa. que acho que nós devemos ter a iniciativa de apresentar esse vídeo, que foi entregue à CPMI, ao relator do processo que investiga esse tipo de ataque no Supremo Tribunal, o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Moraes.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... Ministro Alexandre de Moraes, e também ao Ministro Gilmar Mendes, porque acho que este vídeo é, sim, merecedor de uma investigação. Quem são essas pessoas? Por que elas estão armadas? Onde obtiveram aquelas armas? Por que fazem um vídeo ameaçando a vida de um membro do Supremo Tribunal no Brasil?

Na minha opinião, nós não podemos, volto a dizer, normalizar essas ações que parecem ser brincadeiras, mas não são brincadeiras nem de mau gosto: elas visam efetivamente criar um clima de caos, um clima de país sem lei, um clima em que se pode tudo, principalmente na agressão, na atemorização, na ameaça a qualquer pessoa, a qualquer autoridade, a qualquer pessoa destituída de autoridade formal, mas também a qualquer pessoa que tenha mandato ou que tenha uma autoridade efetiva, como os membros do Supremo Tribunal Federal. Portanto, eu creio que esta CPI está cumprindo a sua função.

Também quero registrar que, há quatro reuniões, há sempre um Deputado escalado para tentar descredenciar a relatoria desta CPMI. Não se preocupem que eu não tenho o menor abalo com esse tipo de manifestação. Portanto, prosseguimos na luta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu agradeço a presença do nosso convidado Paulo Marinho. Foi um depoimento de grande valia. Teve coragem de fazer o seu juramento, porque não havia nem essa necessidade. Mas ele teve essa delicadeza, mostrou coragem.

Agradeço a seu advogado Marlan Marinho, aqui presente, que praticamente não precisou atuar hoje em nada importante; agradeço a seus filhos André e Daniel; ao Cristiano; ao ex-Ministro Gustavo Bebianno, presente; à imprensa também, que se fez presente; aos assessores.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos convidando-os para a próxima reunião, a se realizar amanhã, às 13 horas, para ouvirmos os seguintes convidados: Leonel Azevedo de Aguiar, Diretor do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC); Requerimento 22 convocando o Sr. Diogo Rais Rodrigues Moreira, Doutor em Direito Constitucional da PUC São Paulo; Requerimento 46 convidando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rafael de Almeida Evangelista, representante da Labjor, da Universidade de Campinas, Unicamp. Os requerimentos são de autoria da Deputada Lídice da Mata.

Declaro encerrada a presente reunião.

Vamos com Deus, e que ele nos conceda discernimento e sabedoria para protegermos as famílias brasileiras deste monstro chamado *fake news.*

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 22 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 897, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Deputado Pedro Lupion, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019 com a presença dos Parlamentares Luis Carlos Heinze, Dário Berger, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Bohn Gass, Nelson Barbudo, Aline Sleutjes, Vermelho, Heitor Schuch, Domingos Sávio, Roberto Pessoa, Jose Mario Schreiner, Dagoberto Nogueira, Vinicius Poit, Jorginho Mello, Styvenson Valentim, Rodrigo Pacheco, Paulo Paim, Eliziane Gama, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Dr. Jaziel, Maria Rosas, Diego Garcia, Rose de Freitas e Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Weverton, Randolfe Rodrigues, Irajá, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Telmário Mota, Lasier Martins, Luisa Canziani, Laercio Oliveira, Vander Loubet, Darci de Matos, Bosco Costa, Benes Leocádio e José Medeiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Senador Luis Carlos Heinze, e designados Relator e Relatora-Revisora, respectivamente, o Deputado Pedro Lupion e a Senadora Soraya Thronicke. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Pedro Lupion

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Pedro Lupion. DEM - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 897, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece rodízio na direção das Comissões de medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a Relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador Luis Carlos Heinze, do PP, do Rio Grande do Sul.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente o Senador Luis Carlos Heinze.

Passo a Presidência imediatamente ao Presidente, Senador Heinze. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. PP - RS) – Obrigado, colegas Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores.

Proponho a aprovação da ata da presente...

Primeiro, designo como Relator o Deputado Pedro Lupion, também já por acordo entre os partidos, e designo como Relatora Revisora a Senadora Soraya Thronicke.

Se algum colega quiser usar a palavra... (*Pausa.*)

Deputado Bohn Gass, por favor.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só quero dizer, quanto ao acordo anunciado, que nós não fomos convidados para nenhum acordo. Então, deve ser um acordo feito pela cúpula do Governo, porque nós não fomos convidados, em nenhum momento, nem para conversar nem para sermos ouvidos. Então, quero só registrar que não é um acordo, que é um acordo de um lado só. Portanto, não pode ficar registrado como acordo. Quero apenas fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. PP - RS) – Vou registrar a sua fala.

Deputado Jose Mario.

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Luis Carlos Heinze, e Sr. Relator, Deputado Federal Pedro Lupion, a Medida Provisória 897, sobre a qual ora está sendo instalada a Comissão Especial, é uma medida provisória de alta relevância, haja vista que é uma medida provisória complementar ao Plano Safra, anunciado em junho pelo Governo Federal, que trata de assuntos extremamente importantes, como CPR lastreada em dólar e afetação de patrimônio, entre tantos outros assuntos.

Eu quero aqui desejar sucesso absoluto à Presidência, sob a tutela do Senador Luis Carlos Heinze, e também ao Relator, Deputado Pedro Lupion. Boa sorte!

Esta Comissão, sem dúvida alguma, trará grandes avanços ao setor do agro brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. PP - RS) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Relator, Deputado Pedro Lupion.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR. Como Relator.) – Presidente, Senador Heinze, obrigado pela confiança e por esta parceria de trabalho.

Deputado Bohn Gass, Deputado Jose Mario, todos da assessoria técnica da Casa aqui presentes, hoje nós estamos fazendo apenas a instalação da Comissão e a escolha dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

dirigentes desta Comissão e da relatoria, até porque nós temos um volume enorme de emendas já apresentadas. Foram 349 emendas apresentadas a esse projeto. É um projeto extremamente técnico e denso. São praticamente quatro tomos que compõem essa medida provisória.

Nós devemos marcar para começar um plano de trabalho, para esboçar um plano de trabalho e, principalmente, para aprovar esse plano de trabalho já nas próximas semanas. Temos um prazo bom para tratar dessa medida provisória nesta Comissão. Acho que é uma MP que depende muito da realização de audiências públicas, de reuniões temáticas e de reuniões técnicas, o que é necessário. Nós vamos trabalhar nesse sentido.

É a primeira vez que eu estou aqui ao lado do Presidente Heinze tratando de plano de trabalho, porque nós não tivemos tempo ainda de combinar os procedimentos da Comissão. Agora, já como Presidente e como Relator – cumprimento o Deputado Domingos Sávio, que aqui chega –, nós vamos elaborar e esboçar um plano de trabalho junto com assessoria para apresentar para V. Exas., para que a gente possa aprovar.

Nessa semana que entra, eu estarei em missão oficial com a Ministra da Agricultura na China para tratar sobre o mercado de carne brasileira. Então, provavelmente, na outra semana, a gente apresentará esse plano de trabalho, para ele poder ser debatido e aprovado pelos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. PP - RS) – O.k. Eu agradeço.

Cumprimento o Deputado Domingos Sávio, também presente, e o Deputado Vermelho.

As sugestões dos colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, também serão bem-vindas nessa questão do plano de trabalho. É uma matéria importante, que diz respeito à agricultura. Todos aqui são craques nessa questão. Se é pequena propriedade, média ou grande, Deputado Bohn Gass, não interessa. Nós temos que fazer alguma coisa, e esse é o nosso objetivo, o.k.?

Então, obrigado pela atenção e pela presença dos senhores.

O Deputado Domingos quer falar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, apenas quero cumprimentá-lo e cumprimentar o nosso Relator, o Deputado Pedro Lupion.

Quero aproveitar para fazer um registro. Nós estaremos agora, às 16h30, nos reunindo com a Ministra da Agricultura, quando vamos entregar um documento aprovado na Subcomissão do Leite e na Comissão de Agricultura em que propomos a criação de um Programa Nacional em Defesa da Pecuária Leiteira. Naturalmente, será também uma oportunidade, na análise e no debate dessa medida provisória do Plano Safra, para que a gente tenha um olhar para uma atividade que alcança todo o Brasil. É claro que o nosso olhar será direcionado para toda a produção agropecuária, como o Presidente bem acabou de dizer, do pequeno proprietário ao grande proprietário, pensando sempre que todos eles podem ser grandes produtores, não importa se estão em uma pequena propriedade ou em uma grande propriedade. Todos devem ser tratados com respeito e devem ser apoiados. Porém, no caso da pecuária leiteira no Brasil, ela chega a praticamente 100% dos Municípios brasileiros, envolve milhões de agricultores e trabalhadores, afeta diretamente a vida dos 210 milhões de brasileiros, porque esse é um alimento essencial, que precisa de um planejamento melhor, de linhas de financiamento mais adequadas e de uma política mais adequada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, tentaremos contribuir com V. Exa. e com o nosso Relator, ao lado dos demais colegas, para termos, sim, uma legislação adequada, para termos uma política agrícola adequada. Essa MP do Pano Safra abre as portas para a gente fortalecer uma boa política agrícola no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. PP - RS) – O.k.!

Não havendo mais quem queria se manifestar, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 897, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019 com a presença dos Parlamentares Dário Berger, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Leila Barros, Irajá, Zenaide Maia, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Luisa Canziani, Bohn Gass, Nelson Barbudo, Aline Sleutjes, Bosco Costa, Zé Vitor, Heitor Schuch, Benes Leocádio, Arnaldo Jardim, Domingos Sávio, Pedro Lupion, Jose Mario Schreiner, José Medeiros, Vinicius Poit, Bia Kicis, Diego Garcia, Rose de Freitas, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz e Eduardo Barbosa. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Weverton, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Laercio Oliveira, Vander Loubet, Darci de Matos e Dagoberto Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Eleito o Deputado Benes Leocádio para Vice-Presidente da Comissão. Aprovado o Requerimento nº 1 (Plano de Trabalho), do Deputado Pedro Lupion, com as alterações propostas e acatadas pelo Relator. Aprovado o Requerimento nº 2. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e zero minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Luis Carlos Heinze

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 897, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia seis de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019 com a presença dos Parlamentares Luiz do Carmo, Dário Berger, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Leila Barros, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Luisa Canziani, Bohn Gass, Aline Sleutjes, Heitor Schuch, Benes Leocádio, Arnaldo Jardim, Pedro Lupion, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Jarbas Vasconcelos, Paulo Paim, Eliziane Gama, Arolde de Oliveira, Marcos do Val, Marco Bertaiolli, Angelo Coronel e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Weverton, Randolfe Rodrigues, Irajá, Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Laercio Oliveira, Vander Loubet, Nelson Barbudo, Darci de Matos, Bosco Costa, Domingos Sávio, Dagoberto Nogueira e Vinicius Poit. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 897, de 2019. **Participantes:** Rogério Boueri, Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia; José Carlos Vaz, Ex-secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Camilo Augusto Amadio Guerrero, Membro da Subcomissão de Negócios Bancários da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); Marcelo Maziero, Sócio-fundador da Central de Recebíveis (CERC). Rodrigo de Oliveira Kaufmann, Assessor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Aprovados os Requerimentos nº 3, 5 e 6, para inclusão de convidados nas próximas audiências. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Luis Carlos Heinze

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 897, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e onze minutos do dia doze de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Luis Carlos Heinze e Benes Leocádio, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcio Bittar, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Telmário Mota, Bohn Gass, Darci de Matos, Denis Bezerra, Domingos Sávio, Pedro Lupion, Jose Mario Schreiner, Pr. Marco Feliciano, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga, Bia Kicis, David Soares, João Roma, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Delegado Pablo, Flávia Morais, Paulo Azi, Paulo Paim, Léo Moraes, Acir Gurgacz, Chico Rodrigues, Marcelo Ramos e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Luiz do Carmo, Weverton, Randolfe Rodrigues, Irajá, Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Luisa Canziani, Laercio Oliveira, Vander Loubet, Nelson Barbudo, Bosco Costa, Heitor Schuch, Dagoberto Nogueira, José Medeiros e Vinicius Poit. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 897, de 2019. **Participantes:** Arney Antonio Frasson, Diretor Presidente da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (ACEBRA); Fernanda Schwantes, Assessora Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Claudio Filgueiras Pacheco Moreira, Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro do Banco Central do Brasil; Alvaro Schwerz Tosetto, Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil; Caio Barbosa Alves de Araújo, Chefe do Departamento de Canais de Distribuição e Parcerias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Décio Lauri Sieb, Assessor de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG (representante de: Antoninho Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)); Andre Meloni Nassar, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE). Rogério Boueri, Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Luis Carlos Heinze

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 897, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia vinte de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Benes Leocádio, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019 com a presença dos Parlamentares Luiz do Carmo, Dário Berger, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Leila Barros, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Luisa Canziani, Alceu Moreira, Darci de Matos, Arnaldo Jardim, Domingos Sávio, Pedro Lupion, Jose Mario Schreiner, Vinicius Poit, Paulo Paim, Acir Gurgacz, José Nelto, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Juíza Selma, Eduardo Braga, Bia Kicis, Maria Rosas, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Luizianne Lins, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Pacheco, Neri Geller e Delegado Pablo. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Luis Carlos Heinze, Weverton, Randolfe Rodrigues, Irajá, Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Laercio Oliveira, Vander Loubet, Nelson Barbudo, Bosco Costa, Heitor Schuch, Dagoberto Nogueira e José Medeiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 897, de 2019. **Participantes:** Antônio Carlos de Oliveira Freitas, Coordenador do Comitê de Agronegócio do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial - IBRADEMP; Patricia André de Camargo Ferraz, Diretora de Registro de Imóveis na Confederação de Notários e Registradores – CNR.; Claudio Filgueiras Pacheco Moreira, Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro do Banco Central;; José Ângelo Mazzillo Junior, Secretário Adjunto de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- Mapa;; Thiago Rocha, Gerente de Política Agrícola da Associação dos Produtores de Soja do Brasil – APROSOJA;; Fernanda Schwantes, Assessora Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil- CNA;; Ademiro Vian, Consultor de Crédito Rural da Organização das Cooperativas do Brasil – OCB;; Rogério Boueri Miranda, Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia;; Fábio José de Almeida Zenaro, Diretor de Produtos Balcão, Commodities e Novos Negócios da B3;; Camilo Augusto Amadio Guerrero, Membro da Subcomissão de Negócios Bancários da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN;. Daniela Sanchez, Representante da Central de Recebíveis - CERC. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Luis Carlos Heinze

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 897, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 03 E 04 DE DEZEMBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e trinta minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Benes Leocádio, Soraya Thronicke e Domingos Sávio, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcio Bittar, Luis Carlos Heinze, Dário Berger, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Major Olimpio, Leila Barros, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Paulo Rocha, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Alvaro Dias, Luisa Canziani, Alceu Moreira, Bohn Gass, Nelson Barbudo, Darci de Matos, Bosco Costa, Zé Vitor, Heitor Schuch, Pedro Lupion, Jose Mario Schreiner, Dagoberto Nogueira, José Medeiros, Pr. Marco Feliciano, Vinicius Poit, Lucas Gonzalez, Carlos Jordy, Mecias de Jesus, Jorginho Mello, Oriovisto Guimarães, Maria do Carmo Alves, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira, Baleia Rossi, João Roma, Diego Garcia, Marcos do Val, Antonio Anastasia, Angelo Coronel, Diego Andrade, Rodrigo Cunha, Luis Miranda, Rodrigo Pacheco, Delegado Pablo, Marcelo Ramos, Flávio Bolsonaro, Túlio Gadêlha, Hugo Motta e Bia Kicis. Deixam de comparecer os Parlamentares Luiz do Carmo, Weverton, Randolfe Rodrigues, Irajá, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Laercio Oliveira e Vander Loubet. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Deputado Pedro Lupion faz a leitura de seu relatório. É concedida vista coletiva da matéria. Às quatorze horas e trinta e seis minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia quatro de dezembro de dois mil e dezenove. Às quinze horas e trinta e cinco minutos, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 897, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Fundo de Aval Fraterno, dispõe sobre o patrimônio de afetação de propriedades rurais, a Cédula Imobiliária Rural, a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas, e dá outras providências." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Pedro Lupion. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Deputado Pedro Lupion, que passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 897/2019, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas 2, 15, 21, 60, 70, 71, 72, 75, 76, 97, 101, 174, 195, 197, 215, 232, 249, 268, 276, 306, 307, 308, 309, 314, 330, 331 e 332; e pela não implicação nas despesas ou receitas da União das demais emendas. Conclui também pela constitucionalidade, juridicidade e admissibilidade; e pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência da Medida Provisória nº 897, de 2019. No mérito, conclui pela aprovação da Medida Provisória nº 897, de 2019, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado, tendo sido acolhidas, parcial ou integralmente, as emendas de nºs 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 19, 27, 28, 31 a 35, 38 a 54, 58 a 61, 66 a 69, 78 a 80, 83 a 86, 88, 89, 91, 93 a 96, 102 a 110, 112, 114, 117, 121 a 124, 126 a 129, 131 a 135, 137, 139 a 146, 149, 155, 157, 162, 165, 171, 172, 175 a 178, 183, 185, 188, 189, 198, 201 a 208, 210, 212, 213, 222, 233 a 235, 237 a 241, 243 a 246, 250 a 252, 255, 259 a 265, 267, 270 a 275, 283,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

284, 287 a 289, 291, 293, 297, 299 a 304, 312, 316 a 320, 323 a 327, 335, 336, 340 a 345, 348 e 349; e rejeitadas as demais emendas. A Presidência submete a dispensa de leitura e aprovação da Ata da presente reunião e de reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatorze minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Benes Leocádio

Vice-Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 897, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/03

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/04

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – Declaro reaberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a Emitir Parecer sobre a Medida Provisória 897, de 2019.

A Presidência comunica que, no dia 3 de dezembro, o Deputado Pedro Lupion, procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista da matéria, suspendendo-se em seguida a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Passo a palavra ao Relator, Pedro Lupion, para suas considerações, para que possamos prosseguir com a discussão e com a votação da matéria.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente em exercício Domingos Sávio, todos aqueles presentes aqui neste auditório, Parlamentares, eu concluo pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 897, na forma do projeto de lei de conversão ora apresentado; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas 2, 15, 21, 60, 70, 71, 72, 75, 76, 97, 101, 174, 195, 196, 215, 232, 249, 268, 276, 306, 307, 308, 309, 314, 330, 331, 332; pela não implicação nas despesas ou receitas da União das demais emendas.

Voto também pela constitucionalidade, judicialidade e admissibilidade e pelos atendimentos a pressupostos de relevância e urgência da Medida Provisória 897, de 2019.

No mérito, voto pela aprovação da Medida Provisória nº 897, nos termos do projeto de lei de conversão anexo, tendo sido acolhidas parcial ou integralmente as Emendas nºs 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 19, 27, 28, 31 a 35, 38 a 54, 58 a 61, 66 a 69, 78 a 80, 83 a 86, 88, 89 ,91, 93 a 96, 102 a 110, 112, 114, 117, 121 a 124, 126 a 129, 131 a 135, 137, 139 a 146, 149, 155, 157, 162, 165, 171, 172, 175 a 178, 183 a 185, 188, 189, 198, 201 a 208, 210, 212, 213, 214, 222, 233 a 235, 237 a 241, 243 a 246, 250 a 252, 255, 259 a 265, 267, 270 a 275, 283, 284, 287 a 289, 291, 293, 297, 299 a 304, 312, 316 a 320, 323 a 327, 335, 336, 340 a 345, 348 e 349; rejeitadas as demais emendas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar encerra-se a discussão.

Encerrada a discussão, passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

Antes de encerrar os trabalhos... (*Palmas.*)

... quero parabenizar o Deputado Pedro Lupion e a todos os colegas que muito contribuíram, as instituições e entidades do setor que participaram ativamente e, antes disso, solicito aos demais colegas a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Antes do encerramento, vou passar a palavra ao nobre colega Deputado Dagoberto e depois voltaremos ao Relator.

Com a palavra o Deputado Dagoberto.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Domingo Sávio, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo trabalho de V. Exa. ao presidir esta Comissão, mas especialmente também ao Relator Lupion, que foi sensível a essa questão dos cartórios e dos produtores.

E é importante que a Senadora Soraya esteja presente neste momento, porque o Lupion é um produtor bastante conhecido, e nós estávamos fazendo a besteira – e eu não estava entendendo o porquê de, na Comissão, a parte ligada ao agronegócio estar contra essa questão de os registros permanecerem da forma que estavam, e criando uma entidade para poder fazer isso enquanto a que já existe tinha um custo altíssimo para nós.

Eu tenho alguns dados aqui; são dois dados, é rápido. Para você requerer uma cópia do instrumento de garantia, que é da Cetip, lá de São Paulo, ela cobra R$1.292, enquanto no cartório, com todos os penduricalhos, ficava em R$50.

Temos aqui a certidão negativa, que é a CCI. Normalmente os cartórios também cobram algo em torno de R$50 – lá no nosso Estado é esse valor e em São Paulo também é isso –, e a Cetip estava cobrando R$969. E nós estamos querendo ir para isso? Quer dizer, nós estamos indo na contramão dos interesses do próprio agronegócio.

Então, eu queria cumprimentar a sensibilidade do Lupion, que atendeu a essa demanda. Não é só dos interesses do cartório, mas principalmente nossas, pecuaristas e agricultores.

Portanto, os meus cumprimentos e as minhas homenagens ao Lupion.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Sra. Presidenta, já falei isto em outra medida provisória, vou falar aqui de novo. Todos os Governos, todos, independentemente de posição política, resolvem alguns problemas, até dada a urgência das políticas que querem implementar, através das medidas provisórias. Sem problema. O problema é que, nos últimos tempos, aqui no Parlamento estão acrescentando outras coisas que não são tema da medida provisória principal.

É o caso aqui também, em que foi acrescentado um conjunto de outras iniciativas ou políticas de Governo, ou de interesse do setor, o que acaba trazendo problemas ao debate político, uma vez que o Relator se dedica muito, naturalmente faz o seu relatório, mas há que haver tempo para aprofundar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

discussão, para processar todo um debate em que outros tenham como contribuir também – ou uma possível correção no debate.

Nós não vamos – e aqui dialogando bem aberto com o Relator – entrar num processo de obstrução, ou de pedido de vista, ou de pedido de votação. É um processo natural do Regimento que me autoriza a fazer isso, mas eu queria, Relator, pedir a sua atenção. Eu queria combinar aqui que a gente, naturalmente, aprofunde mais – nossa assessoria vai se aprofundar mais seu relatório, processar isso, para a gente oportunizar. Já que a gente não teve tempo para isso, oportunizar para que algumas possíveis emendas que nós queremos disputar no seu relatório a gente tenha a oportunidade de fazer tanto no plenário da Câmara quanto no plenário do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Senador, desculpe-me interromper o senhor. O relatório já foi aprovado, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Oi?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Já foi aprovado. Já foi lido e já foi aprovado o relatório.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Não, eu sei.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Entendeu? Porque o senhor falou que o senhor ia...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Não, eu estou repetindo o que eu estou falando nas outras Comissões, porque isso tem sido...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Ah, tá. É porque estou dando atenção e estou achando que o senhor está requerendo alguma coisa.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Isso tem sido uma prática nas Comissões.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Ah, tá, então compreendo.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Então não dá tempo. Por exemplo, temas dessa natureza...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Tivemos quatro audiências públicas, foi bastante discutido, estava aberto.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – O problema...

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) – Senadora, só para contribuir com a sua fala...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Não, eu não quero fazer esse debate aqui, senão eu poderia... Não é isso. Eu estou dizendo o seguinte...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – É que eu estou lhe dando atenção e estou achando que o senhor não tinha compreendido. Perdoe-me. Eu estou lhe dando atenção e estou pensando que o senhor vai pedir vista, ou está falando ainda em obstrução, ou não, porque o senhor falou que não ia obstruir...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Não, não, eu sei.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Mas é que eu estou lhe dando atenção como se estivesse ainda votando.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Nós poderíamos ter feito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Ah, poderia.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – O que eu quero dizer é que poderíamos ter feito. Poderíamos ter feito, mas o que nós queremos é oportunizar, continuar o diálogo com o Relator, para a gente, no caso, ter oportunidade de dialogar as emendas e possível disputa de emendas nos plenários da Câmara e do Senado.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) – Senadora, eu posso contribuir...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Para registrar o processo.

Por mais que tenha havido audiências A, B e tal, mas nós achamos que ainda é... Principalmente temas dessa natureza, que mexem com terra, mexem com política agrícola, mexem com toda uma questão que tem aí, um tema que está polarizando de novo a nossa relação política.

A gente poderia ter mais tempo, é isso que eu estou dizendo, para a gente aprofundar, inclusive vista coletiva do relatório e etc., etc., etc.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Houve acordo com o PT. Vão apresentar emenda em Plenário.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) – Posso contribuir, Presidente, apenas...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Sim, pois não.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) – Senadora, o Deputado Bohn Gass, do PT, participou de todo o processo – ele não está aqui agora porque ele realmente disse que teria que ir para a CMO –, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

ele participou de todo o processo da medida provisória. Inclusive ele apresentaria destaques nesta Comissão, chegou a um acordo comigo de não apresentar destaques agora para apresentar destaques em Plenário nas discordâncias que ele tem em relação ao relatório. Inclusive o pedido de vista do relatório foi do Deputado Bohn Gass, que teve vista por 24 horas.

Então...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – O que estou falando aqui está combinado com o Bohn Gass.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) – Que bom.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Para o PT funciona bem assim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Muito obrigada, Senador.

Com a palavra o Deputado José Maria e, depois, nós vamos encerrar.

Jose Mario, perdão, Deputado.

O SR. JOSE MARIO SCHREINER (DEM - GO. Pela ordem.) – Senadora Soraya, que preside esta reunião, Relator Pedro Lupion, demais Senadores e Deputados aqui presentes, eu reputo esse momento, Senadora Soraya, como histórico.

Desde 1967... E quem conhece um pouco de política agrícola no Brasil, quem se preocupa em estudar um pouco, em se aprofundar um pouco nos assuntos, entende que esse é um momento histórico no qual nós temos a oportunidade de modernizar as práticas e, acima de tudo, os instrumentos de política agrícola no Brasil.

Vejam bem, 1967, são quase 50 anos ou mais de 50 anos que nós não víamos um momento como esse, no qual foi analisada a CPR, outros instrumentos de crédito rural, podendo ser emitidos em moeda estrangeira, algo por que o setor já vinha clamando há muito tempo, atraindo investimento internacional para o Brasil, tão necessário, o patrimônio de afetação que permite com que você possa dividir a sua propriedade, não necessariamente dando toda a sua propriedade, mas apenas a parte dela que compromete, o aval solidário, fazendo com que outros bancos e, principalmente... Aqui eu falo em nome dos pequenos produtores do Brasil que muitas vezes não têm uma agência bancária perto, mas apenas uma cooperativa de crédito que hoje tem funcionado muito bem no interior do nosso País, fazendo com que a subvenção dos juros possa também, não só do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, mas possa irrigar outras instituições financeiras do Brasil, principalmente as cooperativas de crédito que atendem aos produtores que têm mais dificuldade.

Então, eu reputo este momento histórico e não posso aqui deixar de reconhecer o trabalho realizado por esta Comissão, parabenizando a todos, mas eu faço um capítulo especial ao meu amigo, ao meu irmão Pedro Lupion, que não descansou um minuto, 24 horas por dia, sete dias por semana, trabalhando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ouvindo, fazendo reuniões com todos os setores. Eu não posso deixar aqui de parabenizá-lo por esse trabalho. É claro, com toda a equipe técnica que o assessorou, com todas as entidades também que contribuíram para que pudesse ser aperfeiçoado esse relatório.

Então, eu quero fazer... Faço questão de deixar esse registro aqui, deixando de público a nossa admiração por toda esta Comissão, pela senhora que preside esta Comissão, pelo Senador Luis Carlos Heinze, também pelo Deputado Benes Leocádio e pelo nosso querido Relator Pedro Lupion, por esse trabalho realizado.

É claro, não sai a perfeição. Nós sabemos que nós vivemos numa sociedade heterogênea, onde cada um busca os seus interesses. Mas agora nós temos os Plenários das duas Casas para apresentar os nossos destaques, para apresentar aquilo que não ficou exatamente o de cada um. E vamos para o voto.

Eu acho que esse é o processo democrático. Mas eu quero aqui, para finalizar, parabenizar todos e dizer que, nessa carreira classista e, agora, também como Parlamentar, eu me sinto muito feliz por poder estar vivendo este momento ímpar para o Brasil e para o agro brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Muito obrigada, Deputado José Mario.

Vou dar a palavra para o Deputado Pedro Lupion.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, também Relatora revisora nesta Comissão dessa medida provisória.

Cumprimento o Senador, Deputado Zé, amigo e parceiro Deputado Jose Mario. Em especial, agradeço a oportunidade de ser Relator deste tema. Um Deputado de primeiro mandato, novo na idade, já um pouco antigo na política, já no terceiro mandato eletivo, mas aqui, na Câmara dos Deputados, no primeiro mandato, assumi já com um desafio gigantesco na relatoria desse tema que, como bem colocou o Deputado Jose Mario, é um divisor de águas no setor agropecuário.

Nós estamos tratando de crédito agrícola, algo que não acontecia há muito tempo. Estamos desburocratizando o setor, diminuindo o custo e criando novas modalidades, como afetação de patrimônio e também um fundo garantidor solidário, que possibilita àqueles que não têm condições da garantia de acesso a crédito em operações financeiras poderem se organizar para ter esse acesso.

Isso não é uma obra do Deputado Pedro Lupion, não é da Senadora Soraya e muito menos de cada um dos Deputados e Senadores aqui presentes. É uma obra do coletivo da agropecuária brasileira.

Eu tive participação, Senadora, de todas as entidades que nos representam no cenário nacional, sejam as que representam os produtores, como também as que representam os trabalhadores da agricultura que participaram das audiências públicas, como também os grandes produtores e os menores e pequenos produtores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ou seja, a agricultura familiar participou desse debate. A CNA, a OCB e tantos outros setores nos auxiliaram demais nesse tema. Em especial, cito a presença aqui e agradeço a dedicação total e quase que exclusiva ao Dr. Rogério Roeri, do Ministério da Economia, que participou de todo esse debate e teve que ceder em diversos pontos, o que eu reconheço, nas negociações com os nossos representantes do agro. Também aqui o José Angelo, que representa a Secretaria de Política Agrícola, onde está ele e o Eduardo, e que participaram de todos esses debates, inclusive dos temas mais polêmicos, mais pesados, e tiveram... Em algum momento, Soraya, o enfrentamento deixávamos entre o José Angelo e o Rogério para eles se enfrentarem e entenderem, dentro do Governo, qual era o entendimento em relação a essa medida provisória.

Está ali quietinha, mas é um leão de brava e briguenta, a Dra. Fernanda, da CNA e, ao lado, o Dr. Rodrigo, que também defenderam os nossos produtores com unhas e dentes. O Dr. Célio Porto, da FPA, ali atrás, a Míriam lá da FPA; está aqui o Zé, que representa também a CNA. Vejo o pessoal da Abiove, dos cerealistas, também o pessoal dos cartórios aqui presentes. Foi a última e mais pesada briga que nós tivemos nesta relatoria. Hoje, para se ter ideia, Senadora, nós entramos em uma reunião às 9 horas da manhã e saímos há pouco mais de 40 minutos. Ou seja, foi um debate, um embate pesado.

Cumprimento o Deputado Bohn Gass, que acaba de entrar aqui no plenário e, em especial, os nossos assessores legislativos da Câmara dos Deputados, os nossos consultores Dr. Leonardo, Dr. Guilherme, Dr. Gustavo e a Dra. Alessandra, que participaram e foram eles que tiveram as noites sem sono para cumprirmos esse prazo que nos preocupava a todos. E aí eu não quero cometer injustiça nenhuma de não citar alguém, mas está aqui Febraban, está aqui Santander, estão aqui as mais diversas entidades representadas, OCB, que participaram da elaboração deste relatório.

Óbvio que a gente sabe que o texto final aprovado provavelmente não será esse. O Deputado Bohn Gass mesmo já adiantou que apresentará destaques em Plenário e que nós vamos debater outros temas que ficaram de fora do meu relatório. Óbvio, isso é democracia, representação é assim e a gente vai participar desse debate dessa maneira.

Agora, um abraço e um carinho muito especial ao Senador Luis Carlos Heinze, sempre Deputado Federal, gaúcho, extremamente lutador e aguerrido, hoje enfrenta uma dificuldade de saúde, por isso não está presente aqui conosco, mas a Kelen e todos aqueles que trabalham com ele todos os dias têm nos ajudado e empenhado a maior força possível para que a gente cumprisse esses prazos e apresentasse o relatório dessa medida provisória.

O Senador Heinze, sem dúvida alguma, é, dentro do Senado Federal, se não o, um dos maiores representantes do produtor rural brasileiro e merece as nossas homenagens por ser o Presidente desta Comissão, ausente de momento, mas a essência dele está nesse relatório, A Comissão hoje está muito bem presidida aqui pela Senadora Soraya, representante dos nossos produtores, assim como ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Obrigado a todos. Obrigado pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

Faltou só – senão vai me dar problema dentro do gabinete – agradecer especialmente ao Dr. Luis Fernando, que está ali. É novinho de idade, mas já foi da FTA, já trabalhou com três ou quatro Deputados, já trabalhou em diversas Comissões e foi quem conseguiu todos esses nomes que eu citei aqui, foi quem conseguiu juntar todo mundo para a gente chegar num texto. Então, merece as nossas homenagens também. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco/PSL - MS) – Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu quero, Senadora Soraya, que está presidindo neste momento, também desejar boa recuperação ao nosso Presidente, ao Senador Luis Carlos Heinze, e parabenizar o esforço do Relator Lupion – a gente tem conversado várias vezes sobre isso –, os colegas Senadores e Deputados, os assistentes, a assessoria, enfim.

Esse é um tema que nós precisamos continuar debatendo, e o relator já colocou muito claramente esse aspecto. Quando nós damos possibilidade de abrir mais linhas – digamos assim –, ter opções de financiamento da agricultura, da produção agrícola no País, nós precisamos ter o cuidado de, ao colocar mais possibilidades, não criarmos uma diminuição da presença do setor público hoje, principalmente dos nossos bancos. Esse é um registro que eu quero fazer porque, no momento em que nós criamos – e eu estou trabalhando exatamente as alterações que foram feitas agora, ainda hoje à tarde –, percebe-se que nós tivemos uma pressa para votar esse relatório ainda este ano – a votação final só será no ano que vem – e nós não conseguimos construir exatamente essa garantia de que não se diminua a presença dos bancos públicos. E eu fiz esse registro ontem.

Quando eu vi o Paulo Guedes, que é o superministro do Governo, dizer que quer privatizar, Deputados, Senadores e Paulo Rocha, o Banco do Brasil...

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR. *Fora do microfone.*) – O Presidente negou hoje.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Sim, aí o Presidente nega, e tem que negar mesmo, e parabéns se negou. Entendeu? Mas, quem na verdade comanda... No Bolsonaro não dá para acreditar, porque ele dizia que não podia mexer na aposentadoria. Aí o Guedes apresentou; ele obedeceu ao Guedes. Então, no Bolsonaro não dá para acreditar, porque tudo que ele falou, que não ia mexer com os pobres, mas ele está mexendo. Então, no Bolsonaro não dá para acreditar. Temos que acreditar no Paulo Guedes, porque o Paulo Guedes é quem manda, que faz o serviço dos banqueiros aqui. Então, o Paulo Guedes disse que quer vender o Banco do Brasil. Ele foi o grande assessor do Pinochet, da ditadura do Chile. E deu no que deu. Mas nem quero entrar nesse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu quero olhar a produção da agricultura brasileira,que hoje é tão forte e que todos nós elogiamos e queremos que seja mais forte. Mas, se ela está tão forte hoje, é porque há algumas coisas que deram certo. Esse é um aspecto que eu quero lembrar. Se a agricultura brasileira tem tanta presença no PIB, isso é porque muita coisa deu certo. E eu tenho certeza de que uma das coisas que deram certo é ter um Banco do Brasil e ter crédito para financiar a agricultura. E agora querer tirar do Banco do Brasil *know-how* que ele tem, a sua expertise, vamos dizer assim, não é possível! Então, eu quero, sim, debater esse tema para ver como é que a gente pode colocar salvaguardas, eu diria. E esse diálogo, eu já falei com o Relator, está superaberto para a gente conversar sobre isso para haver essas garantias.

Os fundos, por exemplo, constitucionais hoje são opcionais para repasse para outras entidades. Agora passa a ser obrigatório o percentual deles. Então, isso vai permitir que bancos privados, por exemplo, entrem nesse tema. Esse é o segundo aspecto.

O terceiro aspecto que quero registrar é que eu gostaria que todas as entidades, a própria CNA, a Contag, as entidades que são ligadas diretamente à agricultura olhassem esse aspecto, porque, nas exigibilidades bancárias, autoincluírem outros processos que não são, além da cédula rural... Ao incluir outras áreas, você diminui efetivamente o recurso da exigibilidade para o financiamento agrícola. Eu estou com essa preocupação. Então, esse é um tema também que a gente vai continuar debatendo aqui.

O outro tema que eu gostaria de destacar aqui para a gente refletir, porque acredito que está ainda em processo de construção, mesmo que já tenha sido votado aqui, é o processo da inclusão de cerealistas, de os cerealistas poderem pegar créditos. Eles podem pegar créditos hoje. Qual é a novidade? Nós vamos Senador Paulo Rocha, colocar subsídio, subvenção pública nas ações das cerealistas. Eu já falei isso em outra ocasião. Se for colocado o subsídio, o Governo Bolsonaro vai colocar mais subsídio, além do que há hoje, para os produtores, para as cooperativas? Vai colocar mais para as cerealistas, ou vai tirar dos produtores e das cooperativas para colocar nas cerealistas? Essa é questão. Eu não vou dizer aqui que sou contra que as cerealistas possam ter um subsídio, porque se elas forem expandir as suas atividades, perfeito. Nós queremos que elas possam se desenvolver. Mas se ela é para ganhar um subsídio cortando subsídio dos nossos produtores e das cooperativas que podem capitalizar... Quando, por exemplo, tu pegas um recurso para fazer um armazém numa cooperativa, ou um produtor, ele está fazendo o seu cálculo, Senador Paulo Rocha: quando ele vai armazenar um produto, se vai poder comercializá-lo no momento que for vantajoso para ele. Por isso é que ele vai construir um armazém, para ter essa segurança. Bom, nesse momento eu estarei, então, tirando dinheiro das cooperativas, dos produtores para colocar na mão de uma empresa privada, numa cerealista, para ela poder auferir mais lucros?

Então, esse é um debate que a gente tem que fazer, e eu também quero dialogar com V. Exas. para a gente poder trabalhar esse tema desta garantia.

E, por último, eu quero destacar aqui duas preocupações ainda: a primeira, que eu acho que é no art. 28, é de alertar sobre a execução, que é uma degola sumária – eu ia dizer o seguinte: uma degola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

sumária. O que é isso, para as pessoas entenderem? Hoje eu vou fazer o patrimônio afetado para pegar um financiamento. Então, eu não vou conseguir honrar esse compromisso, e aí eu vou entregar essa propriedade afetada, sem nenhuma chance de um recurso judicial. Ou seja, pode acontecer uma situação, sei lá, sinistralidade ou qualquer outra peripécia aí no caminho, em que a pessoa não pode honrar esse compromisso. Então, se eu fiz uma afetação na minha área de propriedade, primeira vez que eu não paguei a conta, transfere o patrimônio. Eu chamo isso de degola sumária. Então, eu estou alertando os produtores de que, se querem a degola sumária, que o Bolsonaro diga assim: "Tu vais perder cem por cento, sem nenhuma possibilidade de recurso, inclusive"... Então, esse é um detalhe... não é um detalhe, é um aspecto importante, para o qual eu quero chamar a atenção.

E o último mesmo, sem me estender, e agradecendo já a paciência dos colegas aqui – mas são tantos temas –, é o tema ambiental. Eu acredito, e aí eu participei bem do debate do Código Florestal, na seguinte questão – é um tema que eu quero levantar para dialogar com V. Exas., que é o seguinte: no momento em que eu faço a afetação, o patrimônio de afetação, eu preciso identificar uma área que esteja livre de todo o tema tributário, de todo o tema previdenciário e do tema ambiental. É assim que vem na origem. Por quê? Se eu vou entregar esta área futura parra um agente financiador, no momento em que ele não ficar com essa área e passar para outra pessoa, a outra pessoa que vai adquirir precisa ter a integralidade, não pode comprar uma situação com penduricalhos tributários ou previdenciários, ou mesmo ambientais.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR. *Fora do microfone*.) – Pendências.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Uma pendência, exatamente isso, Senador.

Então, nesse caso, como é que ficou a redação final? Vou dar um exemplo concreto: se ela só vincula ao CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural, o simples vínculo ao Cadastro Rural não exige que essa área afetada tenha, por exemplo, pela exigência da lei, 25% de reserva legal – porque na propriedade como um todo eu tenho que ter 25% de reserva legal, mas na área afetada, não necessariamente. Então, a exigência inicial era que tivesse todos os trâmites também ambientais. Agora fica no relatório vinculado que tem que estar cadastro no CAR. No CAR, eu cadastrei toda a propriedade, não necessariamente nesta área. As pessoas, no futuro, podem adquirir uma área que não tenha todas as exigências ambientais. Então, eu apenas estou levantando esta questão para a gente refletir e continuar dialogando sobre isso.

São muitas observações, eu fiz algumas, mas eu agradeço a atenção de V. Exas. aqui e me coloco à disposição para continuar dialogando sobre esse ponto, como fizemos até o momento. Obrigado.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) – Deputado Bohn Gass, bem, se a gente for debater as nossas divergências em relação ao texto final, a gente vai levar um grande tempo aqui debatendo, e nós vamos ter oportunidades para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Apenas três pontos que eu queria destacar da sua fala: primeiro, a subvenção financeira para cerealistas, de R$200 milhões, prevista no projeto, venceria agora em junho de 2020. Esse recurso, obviamente, como V. Exa. destaca, não é um recurso novo, é um recurso que deixa de ser aplicado no Plano Safra e havia necessidade, pela efetividade desse tema da medida provisória, dessa iniciativa, de ampliar esse prazo. A demanda dos cerealistas era ampliar esse prazo por dois anos. Obviamente que, ampliando esse prazo por dois anos, a gente teria que buscar mais recursos para cumprir esses 24 meses de prazo adicional.

Não é o entendimento do Ministério da Economia, tampouco o meu como Relator. Nós ampliamos um ano, utilizando o mesmo recurso que já está destacado por essa medida provisória justamente para a gente não ter que tirar isso de Planos Safras futuros.

Segundo ponto: a questão do art. 28, que antes era art. 24, é uma preocupação absoluta de todos nós; de todos nós. Foi um tema debatido, até queria cumprimentar a Fabíola da CNA, que está aí também, porque acabei deixando de citá-la, mas é a preocupação absoluta de todos nós produtores rurais ou que representamos os produtores rurais.

Tentei a negociação – tentei a negociação – com o Ministério da Economia até o último minuto, e está aqui o Rogério que não me deixar mentir, e havia a preocupação de que, para ter eficiência, para ter resultado prático a Cédula Imobiliária Rural, existia a necessidade da manutenção desse dispositivo. Perdi a briga. Tentei, sabe, e eu imagino que V. Exa. já tenha relatado medida provisória. A gente tem que avançar em alguns pontos, ceder em outros, tentar resolver de alguma maneira, e esse ponto é um ponto que, particularmente, está atravessado na minha garganta ainda, não consegui vencer esse desafio, sob o risco de o próprio Ministério da Economia me dizer que, se nós não tivéssemos esse tipo de dispositivo para deixar efetiva mesmo a Cédula Imobiliária Rural, a gente acabaria perdendo todo o capítulo da afetação de patrimônio, o que me preocupa bastante.

Na questão ambiental, essa sua preocupação não é a minha, eu não entendo dessa maneira, até porque, na hora da afetação de patrimônio, tem que ser respeitada a legislação ambiental e aquela propriedade tem que respeitar isso. Quando da execução dessa afetação de patrimônio, aí, sim, obviamente, eles vão ter que adaptar, essa execução vai ter que constituir a área de preservação ambiental, porque, a partir do momento em que ele passa a ser outra matrícula, a outra área vai ter que fazer a preservação ambiental, vai ter que se adaptar no programa de regularização ambiental, o que quer que seja, porque, senão, ele vai começar a ser multado pelos órgãos ambientais.

Então, acho que a gente está convergindo nos temas que nos deixam a preocupação.

Só voltando um pouquinho na questão do Banco do Brasil, todo produtor rural brasileiro tem como melhor amigo ou pior inimigo o seu gerente do Banco do Brasil – ponto. Nós todos dependemos do Banco Brasil, temos uma relação de interdependência e admiramos todo o trabalho que o Banco do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

fez. Ninguém aqui está dizendo, nesta medida provisória, que o Banco do Brasil deixa de ser o ator principal do financiamento de crédito agrícola brasileiro. Pelo contrário, nós estamos abrindo a possibilidade para que outras instituições, desde que autorizadas pelo Banco Central, possam também exercer a atividade de crédito agrícola.

Quem quiser continuar com o Banco do Brasil, provavelmente seja o meu caso, vou continuar com o Banco do Brasil.

Então, assim, é uma questão de a gente poder abrir mercado. Aí a gente vai entrar no tema de liberdade econômica, entrar no tema de livre iniciativa, de diminuição do Estado, em que a gente vai demorar muito debatendo isso, mas entendo que não há, nem por parte de grande parte da bancada do Governo um entendimento de prejudicar o Banco do Brasil ou de corroborar com o fato de privatização do banco. Pelo contrário, eu mesmo, particularmente, não defendo isso.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – V. Exa. me dá um aparte nesse...

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) – Claro, sem dúvida.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidenta, o problema não são divergências neste ou naquele ponto, porque, claro, vai haver divergências. A pluralidade da representação política é isso. Mas o central do debate foi esse ponto final que você abordou, que é a concepção em relação ao capital financeiro. Você disse que teve dificuldade. Quando foi mexer com algumas coisas no Ministério da Economia, essa concepção... Está errado o setor produtivo, e aí nós topamos – está aqui o Bohn Gass aqui, que é mais radical que eu dentro do PT –, topamos fazer uma aliança com vocês para enfrentar essa questão de pensar o País a partir do rentismo, a partir do capital financeiro. Entendeu? E quando vem a ideia de que "não, vamos dar liberdade para poder dar 30% para o capital financeiro privado vir subsidiar a agricultura"... O capital financeiro tem ganância, como todos os setores, pela questão do lucro, da lucratividade e dos juros. Se não for os bancos estatais para subsidiar, porque todo mundo sabe, vocês sabem até mais do que nós que, na questão da agricultura, tanto a grande quanto a pequena, ela tem que ser subsidiada. E nós temos autoridade. Como chegamos ao Governo, temos autoridade para dizer isso, porque nós saímos na época do Fernando Henrique Cardoso, subsidiando com a criação do Pronaf, saindo de R$2,6 bilhões, que, na época, era o que se financiava, para R$26 bilhões para a agricultura familiar. Mas nós também saímos de R$30 bilhões, ou R$28 bilhões, na época do Fernando Henrique, para R$180 bilhões para o agronegócio. Por quê? Por causa do entendimento de que é o banco estatal, no caso o Banco do Brasil, que se criam as condições de subsidiar a nossa agricultura, seja grande como o agronegócio, seja com o pequeno produtor.

É esse o centro do debate e da nossa divergência. Se for divergência, podemos resolver, mas é problema de concepção de pensamento. Entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Agradecemos a presença do Deputado Darci de Matos, agradecemos a presença de todos e, mais uma vez, parabenizamos o Deputado Pedro Lupion pelo excelente trabalho agradecemos ao Marcos, nosso Secretário. Realmente é um marco no nosso País, no agro. O Deputado...

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) – Posso dar uma palavrinha?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Sim.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem.) – Eu só quero... Eu não poderia deixar de registrar, Senadora, o excepcional trabalho desta Comissão, de todos, sobretudo do Relator, Pedro Lupion. Sempre com muita tranquilidade, serenidade, ouvindo os setores envolvidos, fez um relatório racional, muito bom para o País e, sobretudo, para o agronegócio, que segura a economia do nosso País, possibilitando mais créditos e, sobretudo, um crédito mais acessível.

Portanto, estas são as minhas palavras. Quero parabenizar e dizer que é mais uma ação que vai possibilitar a retomada do crescimento do País, sobretudo a geração de emprego e renda, que é o grande norte que todos nós estamos perseguindo no dia a dia no Parlamento, no Congresso Nacional.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) – Presidente, antes de encerrar, só quero agradecer também ao pessoal da Liderança do Governo. Se não, eles vão puxar minha orelha, porque eu os estou azucrinando todos os dias e não falei deles. Então, só quero também agradecer, além de ao Marcos, nosso Secretário aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. PSL - MS) – Bom, mais uma vez, obrigada por tantos agradecimentos.

E, se Deus quiser, o agro cada vez mais forte sempre.

Gente, muito obrigada.

Declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos e suspensa às 14 horas e 35 minutos do dia 3/12/ 2019, a reunião é reaberta às 15 horas e 34 minutos e encerrada às 16 horas e 13 minutos do dia 4/12/ 2019.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 898, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e quatro minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Camilo Capiberibe e Pedro Lupion, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 898, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Weverton, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Bia Kicis, Antonio Brito, Diego Andrade, Marcelo Ramos, Elias Vaz, Ronaldo Martins, Beto Pereira, André Figueiredo, Diego Garcia, Pr. Marco Feliciano, Toninho Wandscheer, Capitão Wagner, Rogério Peninha Mendonça, Luis Carlos Heinze, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Lucio Mosquini, Zequinha Marinho, Tadeu Alencar, Chico Rodrigues, José Nelto, Pastor Eurico, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Raimundo Costa, Claudio Cajado, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Luis Miranda e Irajá. Deixam de comparecer os Parlamentares Jarbas Vasconcelos, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Arolde de Oliveira, Zenaide Maia, Eduardo Girão, Arthur Lira, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, Gildenemyr e Carlos Sampaio. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e Eleição. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Camilo Capiberibe, e designado Relator o Senador Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Camilo Capiberibe

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 898, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Pedro Lupion. DEM - PR) – Peço que ocupem seus lugares.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 898, de 2019.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Lupion. DEM - PR) – De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico haver acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente desta Comissão o Deputado Camilo Capiberibe.

Consulto o Plenário se podemos fazer eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente o Deputado Camilo Capiberibe, a quem convidou para assumir os trabalhos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito boa tarde, senhoras e senhores.

Designo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, a quem eu convido para ocupar seu assento aqui na mesa.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Eu passo a palavra nesse momento ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Como Relator.) – Srs. Deputados, Srs. Congressistas, Sr. Presidente Camilo, eu acho que nós estamos dando um passo importante, a partir de vários entendimentos que tivemos aqui com as Lideranças do Governo. Há um compromisso assumido de que esta medida provisória terá sequência, está assegurado o pagamento do décimo terceiro do Bolsa Família para todos. A minha intenção é, na qualidade de Relator, designado pelo Sr. Presidente, de acordo com a vontade dos Srs. Líderes do Governo e da oposição no Congresso, em nosso relatório, estender o benefício do décimo terceiro também para as famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – É lógico que vamos pelo asserto, porque, pelo que nós conversamos com as senhoras e os senhores, com as Sras. Lideranças do Governo e com os demais Líderes partidários, nós vamos procurar encontrar a fonte de recursos dentro do Orçamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

União, abrir o diálogo necessário com a Secretaria de Governo, com o Ministério da Economia, buscar todos os meios possíveis para que isso seja estendido e que isso atenda os milhões de famílias do Brasil que necessitam e recebem o Benefício de Prestação Continuada.

Eu acho que é importante, Sr. Presidente, tranquilizar a todos de que o fundamental e importante deste momento, a partir do entendimento que aqui tivemos, é a instalação desta Comissão Mista, com a sua designação para a Presidência, com a nossa designação para a relatoria.

Este é um primeiro grande passo para a efetividade da implementação desse desejo de milhões de brasileiros que afligem hoje o drama da desigualdade. Nós somos hoje o segundo País mais desigual do mundo, e tanto o décimo terceiro para o Bolsa Família quanto o décimo terceiro do Benefício de Prestação Continuada são medidas mais do que necessárias e justas de contraponto à enorme brutal desigualdade que nós vivemos no País.

Eu queria aqui registrar e agradecer a disposição dos Líderes partidários. Não seria possível essa instalação, se não fosse o entendimento que tivemos aqui no diálogo entre todos os Líderes partidários e, primeiro, pela honra também de ter sido designado, Sr. Presidente, para esta relatoria.

Espero fazer – e tenho certeza de que procurarei fazer – cumprir essa missão de acordo com a percepção dos colegas com a responsabilidade fiscal, que compreendo que é necessária, mas, em especial, para buscar atender a sociedade brasileira, que compreende a indispensabilidade de garantir a extensão desses benefícios.

Então, comprometo-me aqui com os senhores a cumprir essa tarefa, como sempre procuro dizer, com amor, dedicação e, sobretudo, sem medo.

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Parabéns, Senador Randolfe, pelas suas palavras, mas também pela sua disposição de enfrentar o desafio de relatar essa tão importante matéria.

Eu quero passar neste momento a palavra para o Deputado Pedro Lupion, pelo Governo.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR. Pela Liderança.) – Presidente Camilo Capiberibe e Relator, Senador Randolfe, em nome da Liderança do Governo aqui no Congresso Nacional – e aqui comigo também os Vice-líderes Ricardo Barros, Bia Kicis e Claudio Cajado –, gostaria de agradecer a V. Exas. pelo entendimento que construímos, por essa possibilidade de avançar com esse tema dentro do Congresso Nacional, tema extremamente importante, justo, e nós nos comprometemos com V. Exas. de buscar a fonte de recurso para a inclusão do décimo terceiro do BPC.

É importante ressaltar que se iniciou o pagamento do décimo terceiro do Bolsa Família ontem, já estão sendo pagos, ou seja, o benefício já está sendo cumprido, e nós vamos trabalhar até o mês de fevereiro para que V. Exa. possa, assim, fazer constar no seu relatório a extensão para o BPC do décimo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

terceiro. Nós vamos trabalhar dentro do Governo para que haja alguma demonstração dessa fonte, a possibilidade de cumprirmos com isso.

Agradeço, em nome da Liderança do Governo, a compreensão de V. Exas., a quem parabenizo pelas eleições de Presidente e de Relator. Contem com nosso apoio nessa medida provisória!

O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) – Muito bem, Deputado Pedro Lupion.

Não havendo mais nenhum inscrito a falar, eu gostaria de me pronunciar.

Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar a sociedade civil, que se fez presente, que lutou muito para que esta Comissão Especial pudesse ser instalada. Isso aqui é um exemplo de que a organização popular surte efeitos aqui dentro desta Casa.

Eu queria agradecer aos Líderes partidários que promoveram a minha eleição para presidir essa importante medida provisória, esses debates que acontecerão. O nosso desejo, o meu desejo era de que, pelo tempo que levou para que esta Comissão fosse instalada, nós pudéssemos economizar tempo e fazer a leitura do relatório do Senador Randolfe, que já está pronto, mas sobre o qual não houve acordo nesse ponto. Então, para que nós não inviabilizássemos a instalação desta Comissão nós recuamos para que ela possa ser... E também, assim, a Comissão não foi instalada antes, o Governo, de fato, tem o direito de conhecer de maneira pormenorizada o relatório antes que ele seja votado – isso é importante, isso é democracia, dá transparência.

No entanto, o acordo que nós fizemos aqui me deixou tranquilo, porque a preocupação é – uma vez que a medida provisória já fez efeito para o ano de 2019 e apenas prevê o pagamento do abono natalino para 2019, não estendendo para os anos que virão – que houvesse um desinteresse, mas o Governo foi muito claro em dizer que pretende debater, buscar uma solução, apreciar aqui, na Comissão. E nós vamos lutar, então, para que esse benefício possa ser, eu diria, reconhecido na Justiça, porque os outros benefícios que são pagos com recursos da seguridade, inclusive o auxílio-reclusão, já têm, desde 1991, o direito ao décimo terceiro, e o BPC não tem esse direito.

Então, em nome das mães e dos pais de crianças que estão aqui, que têm algum tipo de deficiência, nós temos, então, essa árdua missão, Deputado Pedro, de enfrentar esse tema, levar ao Plenário, e aprovar, como política de Estado, o benefício natalino e o décimo terceiro do BPC.

Eu agradeço, então, a todos.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Antes de encerrar, eu já convoco a reunião desta Comissão especial para o dia 4 de fevereiro, para que o relatório possa ser lido e que nós possamos, então, iniciar os importantes debates em torno dessa matéria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 15 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 899, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e cinquenta e quatro minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Luiz Pastore e Marco Bertaiolli, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 899, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Leila Barros, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Rodrigo Pacheco, Fred Costa, Carlos Zarattini, Elias Vaz, Luizão Goulart, João Campos, Efraim Filho, Mauro Benevides Filho, Osires Damaso, Léo Moraes, Pedro Lupion, Arolde de Oliveira, Bosco Costa, Nelsinho Trad, Dário Berger, Bia Kicis, João Roma, Telmário Mota, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Luis Carlos Heinze e Paulo Azi. Deixam de comparecer os Parlamentares Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Omar Aziz, Jaques Wagner, Alvaro Dias, Mário Negromonte Jr., Hercílio Coelho Diniz, Eduardo Bolsonaro, Wellington Roberto, Tadeu Alencar, Carlos Sampaio, Alexandre Leite, Félix Mendonça Júnior, Pr. Marco Feliciano e Glaustin Fokus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Senador Luiz Pastore e designado Relator o Deputado Marco Bertaiolli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e oito minutos. É aprovada a Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Luiz Pastore

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 899, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Vamos dar início à instalação da Comissão Especial destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 899, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das Comissões de medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará a sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Havendo acordo de Lideranças para a eleição da Mesa e tendo sido indicado para Presidente desta Comissão Especial o ilustre Senador Luiz Pastore, consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito para Presidente da Comissão que emitirá parecer o nobre Senador Luiz Pastore, a quem passo a Presidência desta reunião. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Muito obrigado.

Quero agradecer, antes de mais nada, ao meu Líder, Eduardo Braga, que me conferiu este direito e o privilégio de ser Presidente da Comissão, e ao Deputado Marco, que vai ser o nosso Relator.

Acredito na importância desta medida provisória, que visa liberar para todos nós o desenvolvimento econômico do País.

Eu agradeço e considero aberta a reunião.

Designo como Relator o Deputado Marco Bertaiolli.

Proponho a aprovação da ata desta reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Relator.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (PSD - SP. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, quero neste momento agradecer a indicação do meu Partido, o PSD, e, na pessoa do nosso Líder, Deputado André de Paula, a confiança para que possamos trabalhar juntos na relatoria desta importante Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Agradeço também a todos os Deputados e Senadores presentes pela aclamação.

Muito obrigado e um bom trabalho a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Não havendo mais...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Pode falar, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – É bom, para ficar registrado em ata, anunciar a medida provisória não só pelo número, mas também o tema, o assunto de que trata.

Essa 899 trata de que questão?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – O senhor me desculpe. É a do contribuinte legal. É a Medida Provisória nº 899, do contribuinte legal.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Pastore. MDB - ES) – Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 900, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Sidney Leite e Elias Vaz, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 900, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcio Bittar, Eduardo Gomes, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Alessandro Vieira, Leila Barros, Zequinha Marinho, Baleia Rossi, Nilto Tatto, Airton Faleiro, Carlos Jordy, Diego Andrade, Zé Vitor, Carlos Gomes, Túlio Gadêlha, Angelo Coronel, Luis Miranda, Izalci Lucas, José Medeiros, Delegado Pablo, Paulo Paim, Eliziane Gama, Pedro Lupion, Chico Rodrigues, Lucas Vergilio, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Bia Kicis, Paulo Bengtson, Dário Berger, Nelsinho Trad, Marcos do Val e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Weverton, Sérgio Petecão, Carlos Viana, Paulo Rocha, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco, Alvaro Dias, Arthur Lira, Eduardo Bolsonaro, Tadeu Alencar, Carlos Sampaio, Jose Mario Schreiner, Pr. Marco Feliciano e Daniel Coelho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Sidney Leite e designado Relator o Senador Alessandro Vieira. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho e de Requerimentos. **Resultado:** Aprovados os Requerimentos nºs 1 a 5 e o Requerimento nº 6 (Plano de Trabalho). É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos.

Deputado Sidney Leite

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 900, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Elias Vaz. PSB - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 900, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição da Mesa, tendo sido indicado, para Presidente, o nobre Deputado Sidney Leite.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente o Deputado Sidney Leite.

Passo, neste momento, a presidência da Comissão ao Sr. Deputado Sidney Leite, Deputado desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Srs. Parlamentares, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Senadores, trabalhadores da imprensa, por um acordo também de que o Senado ficaria com a relatoria, designo, como Relator, o Senador Alessandro Vieira.

Com o objetivo de conferirmos celeridade aos trabalhos desta Comissão e, se não houver objeção por parte dos presentes, incluo como item extrapauta da reunião a apreciação do plano de trabalho e requerimentos.

Comunico que foram apresentados os seguintes requerimentos para a realização de audiência pública:

Requerimento nº 1, de autoria dos Deputados Nilto Tatto e Airton Faleiro.

Requerimento nº 2, de autoria do Senador Paulo Rocha.

Requerimento nº 3, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Requerimento nº 4, de autoria do Senador Jaques Wagner.

Requerimento nº 5, de autoria do Deputado Elias Vaz.

E, agora, eu passo a palavra ao nosso Relator, para que ele possa fazer a explanação de como nós conduziremos os trabalhos desta Comissão.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, agradeço-lhe pela confiança.

Srs. Parlamentares, senhores presentes, trata-se da Medida Provisória nº 900, de 2019, medida provisória importante que tem por objetivo fazer alterações relevantes na Lei nº 9.605, que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Encerrado o prazo regimental, contabilizamos a apresentação de 94 emendas à medida provisória de autoria dos Srs. Parlamentares. É, portanto, uma alteração importante e substancial, que demanda a adequada instrução por meio do trabalho desta Comissão.

Passo a apresentar o método e o cronograma de trabalho sugerido.

Para o bom desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão Mista, o Presidente da Comissão, Deputado Sidney Leite, e este Relator consideram importante, além das nossas reuniões deliberativas, a realização de audiências públicas com representantes do Governo Federal, especialistas em meio ambiente, juristas e demais representantes do segmento da sociedade, com a finalidade de colher o máximo de contribuições, sugestões e subsídios para a formação do convencimento dos nobres integrantes da Comissão.

Antecipo que os cinco requerimentos apresentados que serão apreciados pela Comissão também são proposições de realização de audiência pública.

A sugestão para o cronograma de trabalho é que se reservem duas datas para a realização de audiências públicas, datas consecutivas, a critério desta Comissão Mista, em virtude da possível indicação e já da concreta indicação de um número elevado de convidados e participantes.

Cronograma de trabalho sugerido. A primeira reunião, hoje, 4 de dezembro, para instalação, apresentação e aprovação deste plano de trabalho e apreciação de requerimentos; dias 10 e 11, sempre em horário a definir, a realização das audiências públicas, com os seguintes convidados: Ministro do Meio Ambiente; representante do Ministério da Economia; representante do Ibama; o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin; representante da sociedade civil e representante do Ministério Público Federal. Previsão de leitura e votação do relatório já na reunião do dia 11 perante esta Comissão, e, no retorno, no ano que vem, no dia 12 de fevereiro de 2020, discussão e votação do relatório perante esta Comissão Mista.

Acreditamos que este plano de trabalho atende perfeitamente à necessária instrução desta MP e qualifica o futuro projeto substitutivo.

Sem mais, Sr. Presidente, esse é o plano de trabalho apresentado, para o qual peço aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, se eu bem entendi, parece que a proposta do nobre Relator é que sejam apenas dois dias para se discutir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Como Relator.) – Duas audiências públicas. A discussão na Comissão pode ser feita...

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) – O senhor poderia repetir quais são as pessoas convidadas?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Como Relator.) – Só um segundo.

Na proposta do plano de trabalho, são: Ministro do Meio Ambiente; representante do Ministério da Economia; representante do Ibama; o Ministro do STJ Herman Benjamin; um representante da sociedade civil e um representante do MPF (Ministério Público Federal). Mas já antecipo que os cinco requerimentos nominam várias autoridades e personalidades do setor.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Mas esses cinco requerimentos seriam contemplados nessas audiências?

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) – É essa a questão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Sim.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) – Por exemplo, os nomes que eu sugeri, só para o senhor ter uma ideia, Presidente, seriam: Sra. Suely Araújo, ex-Presidente do Ibama; Sr. Fabio Feldmann, especialista em políticas ambientais; a Sra. Ana Beatriz de Oliveira, assessora da Presidência do Ibama; e um representante do WWF.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Como Relator.) – Eu antecipo que o parecer será pela aprovação completa dos requerimentos, convidando todos os indicados.

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO) – Todos então?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Como Relator.) – A maior parte dos requerimentos se cruzam. Há uma sobreposição de nomes, repetição de nomes, porque são realmente grandes especialistas. Todos serão aprovados e convidados. Nesse sentido, reitero o pedido de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Algum Parlamentar tem interesse em se manifestar? (*Pausa.*)

Não havendo interesse, em votação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. ELIAS VAZ (PSB - GO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só a questão dos requerimentos, eles ficam aprovados?

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Vamos votar?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Como Relator.) – Se o senhor me permitir, Sr. Presidente, farei uma brevíssima leitura.

Os cinco requerimentos são de indicação de especialistas:

1. Suely Araújo, Consultora Legislativa e ex-Presidente do Ibama; Ana Cristina Barros, da Climate Policy Initiative e ex-Secretária de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente; João de Deus Medeiros, da Rede de ONGs da Mata Atlântica; um representante do Instituto Socioambiental; o ex-Ministro Carlos Minc; Raul do Valle, Diretor de Justiça Socioambiental do WWF;

2. No mesmo sentido, o Ministro Herman Benjamin; um representante do Observatório do Clima; um representante da Rede Brasileira de Justiça Ambiental; representante do Ministério do Meio Ambiente; representante da OAB, especialmente da seccional que trata de Direito Ambiental;

3. Novamente Suely Araújo; Ana Cristina Barros; João de Deus Medeiros; representante do Instituto Socioambiental; ex-Ministro Carlos Minc; e o Sr. Raul do Valle;

4. Suely Araújo; Fabio Feldmann; Ana Beatriz de Oliveira; Raul Telles do Vale, novamente; e

5. Novamente, Suely Araújo; Fabio Feldmann; Ana Beatriz de Oliveira; e um representante do WWF.

Então, todos são contemplados.

O parecer é pela aprovação.

Evidentemente, a gente vai fazer a compatibilização para poder fazer a instrução. Todos os nomes são de altíssima relevância para a temática.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Alguém gostaria de se manifestar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Pela ordem.) – Em relação aos nomes, eu acho que está de bom tamanho. Nós temos aí grandes especialistas que podem discorrer sobre essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero apenas fazer um breve comentário. Eu acho essa matéria extremamente equivocada. Acho que o Governo está dando um tiro no pé no que diz respeito à aplicação dos recursos das multas ambientais.

Nós já temos um problema que vem sendo levantado aqui pelo Deputado Elias Vaz, um problema extremamente grave. A maior parte das multas, todas elas estão prescrevendo. Ao longo do tempo, buscou-se uma possibilidade de a gente ter uma aplicação mais rápida desses recursos. E foi criado esse fundo. Foi criada uma estratégia com uma legislação que foi amplamente debatida. De repente, o que estamos vendo com essa medida provisória é uma tentativa de internalizar esses recursos para o caixa do Governo. Isso vai ser terrível, porque, historicamente, o Ministério do Meio Ambiente é um dos ministérios que tem tido o seu orçamento quase que todo contingenciado. Vão contingenciar também esse recurso. Esse recurso poderia... O Governo não quer fazer nenhum contrato com nenhuma entidade da sociedade civil. Tudo bem! Que faça, então, contratos com os Estados, com os Municípios para que esse recurso seja aplicado na conservação ambiental, e não trazido para dentro do orçamento do Governo para fazer um superávit imaginário, quando, na verdade, nós estamos precisando de que esse recurso seja aplicado na ponta.

Então, eu, particularmente, acho que a gente vai poder, com essas audiências públicas, esclarecer esses pontos. Se for o caso, que a gente possa modernizar essa legislação, mas não aceitar da forma como isso está sendo colocado e simplesmente colocar esse recurso, que hoje é um recurso privado, de aplicação indireta, dentro do cofre do Governo. O Governo não tem hoje capacidade de aplicação para investimento na área.

Quero cumprimentar o Presidente e o Relator e me colocar à disposição para ajudar nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Agradeço a sua manifestação.

Nós temos visto, inclusive, a experiência de universidades e Institutos Federais de Educação. Quando prestam esse serviço e os recursos entram no caixa único do Tesouro, esses recursos se diluem, e a gente não consegue aplicá-los.

Eu entendo que esta Comissão Mista terá condições de melhorar esse projeto para que a gente possa atender ao objetivo. Entendo que os membros indicados tenham consenso na preocupação em relação ao meio ambiente e a uma política de conservação séria. Que se possa ser ágil, como V. Exa. coloca, mas também moderno!

Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero cumprimentar o Presidente e o Relator.

Nós vamos apreciar cada requerimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Deputado, a gente está apresentando em bloco, porque todas as pessoas que foram indicadas nos requerimentos estão sendo contempladas nas audiências – 100%.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – O Relator está contemplando a todos.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Eu apresentei também um requerimento junto com o Deputado Airton Faleiro e aqui também estou subscrevendo o requerimento apresentado pelos Senadores Paulo Rocha e Jaques Wagner.

Eu também tenho uma expectativa. Acho que esse é um desafio muito grande da relatoria, e quero me colocar à disposição para ajudar. É um desafio de todos nós aqui da Comissão, liderada pelo Presidente, darmos fim a um debate já antigo com relação à cobrança das multas e ao destino desses recursos.

Eu lembro que nós fizemos um debate, se não me engano, há dois anos sobre a proposição também de uma medida provisória que veio para cá liderada, ainda no Governo Temer, pelo então Ministro Zequinha Sarney. Nós tínhamos chegado a um bom encaminhamento de, primeiro, criar uma política para facilitar a cobrança e, depois, dar um destino a essas multas, com controle público, com controle social, na implementação, na aplicação dessas multas, sempre dentro de uma estratégia de restauração, de recuperação, destinando-as para fins ambientais.

Estava embutida, inclusive, naquela proposta, uma coisa que é urgente e com a qual a gente precisa deparar, que é a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Todos sabem que houve todo um plano, um debate – inclusive o Congresso Nacional se empenhou – e que foi feito um programa. Hoje, praticamente estão abandonados os programas de recuperação da Bacia do São Francisco.

O Governo Bolsonaro acaba com aquela política e manda uma medida provisória. Em relação a essa medida provisória, eu até tenho um entendimento diferente do que o Deputado Rodrigo Agostinho falou, apesar da nossa preocupação ser comum. Na verdade, ela se torna um recurso privado para uso privado, porque se pensa em criar um fundo sem controle público, sem controle social. Vai ficar a cargo e sob a responsabilidade única do Ministro do Meio Ambiente dizer para onde deve ir e em que deve ser aplicado esse recurso. Não há nenhuma garantia, da forma como está a medida provisória, de que esse recurso vai ser tratado como um recurso público e se vai haver controle social, se vai haver controle público. Nós não podemos deixar dessa forma, da forma como está aí. Ou a gente aprimora a política para que se cobre e para que se aplique dentro da área ambiental ou a gente ignora a medida provisória para ficar valendo a política existente. Nesse sentido, até para a gente aprofundar esse debate, apesar de pouca experiência da política atual, que tem menos de dois anos e, portanto, os projetos que iam ser implementados foram barrados e cancelados no início do Governo, logo no início do ano, então, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

não tem mecanismo ainda nem para avaliar se aquilo que nós decidimos dois anos atrás aqui tem sentido ou não tem sentido, se tem validade.

Então, a gente aprimorar esse debate, atualizar esse debate, nós estamos apresentando esse requerimento com os nomes de instituições que já foram relacionadas, de gente que conhece o campo e pode trazer competências diferentes dentro da área para aprimorar o debate e fazer com que a gente tenha e aprove um relatório e uma política boa para poder cobrar a multa e aplicá-la de forma correta.

Obrigado, Presidente, obrigado Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Deputado Airton.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA) – Obrigado, Presidente, nosso Relator, eu espero que tenhamos dias intensos e bons aqui de trabalho.

Bom, nosso requerimento busca a realização de audiência pública para debater os efeitos da medida provisória sobre a finalidade do Direito Ambiental e da proteção do meio ambiente e da qualidade de vida da coletividade.

Eu queria comentar aqui, todos sabem que o nosso mandato é um mandato muito ligado à questão socioambiental. Como eu estou vindo pela primeira vez aqui, há pessoas que não me conhecem. Sou lá do Estado do Pará, fui sindicalista por muitos anos, fiz quatro mandatos de Deputado Estadual e estou no meu primeiro mandato aqui de Deputado Federal e tratando dessa temática.

Eu me sinto assim um cidadão socioambientalista, nem aquele ambientalista puro e nem, em nome do social, prejudicial ao meio ambiente. Eu diria que, numa linguagem popular, eu acho que nós temos que fazer dessa medida provisória, como se diz, do limão uma limonada. Eu concordo aqui com o Deputado Rodrigo Agostinho, Nilto Tatto, que da forma como ela chega a esta Casa, ou seja, ao Congresso, ela é muito complexa, muito complicada para início de conversa. Eu acho que cabe a nós aqui do Parlamento ou fazermos uma alteração significativa para que essas multas e esse fundo tenham uma utilidade e um controle social ou então, como disse o Deputado Nilto Tatto, vamos trabalhar para dizer: "Olha, essa medida provisória não tem remédio.". Mas eu que quero apostar ainda no nosso esforço coletivo aqui de produzirmos resoluções aqui que aprimorem a nossa legislação e a nossa política socioambiental no Brasil e, em especial, lá na nossa Amazônia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sidney Leite. PSD - AM) – Obrigado, Deputado.

Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Não tendo mais quem queira fazer uso, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 900, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dezesseis horas e dezessete minutos do dia dez de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Sidney Leite, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 900, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcio Bittar, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Alessandro Vieira, Leila Barros, Carlos Viana, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Carlos Jordy, Diego Andrade, Elias Vaz, Beto Pereira, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Hiran Gonçalves, Marcos do Val, Luiz Pastore, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Pedro Lupion e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Plínio Valério, Weverton, Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Jaques Wagner, Lasier Martins, Arthur Lira, Baleia Rossi, Nilto Tatto, Eduardo Bolsonaro, Zé Vitor, Tadeu Alencar, Carlos Gomes, Bia Cavassa, Jose Mario Schreiner, Túlio Gadêlha, Pr. Marco Feliciano e Daniel Coelho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 900, de 2019. **Participantes:** Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e Daniel Azeredo, Procurador da República e Secretário-Executivo da 4ª Câmara de Revisão e Coordenação do MPF. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Sidney Leite

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 900, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 900, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Sidney Leite, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 900, de 2019 com a presença dos Parlamentares Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Lasier Martins, Elias Vaz, Efraim Filho, Bia Kicis, João Roma, Bosco Costa, Telmário Mota, Dário Berger, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Paulo Azi, Paulo Paim, Eliziane Gama, Carlos Zarattini, Fred Costa, Léo Moraes e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Marcio Bittar, Weverton, Sérgio Petecão, Carlos Viana, Paulo Rocha, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco, Arthur Lira, Baleia Rossi, Nilto Tatto, Eduardo Bolsonaro, Zé Vitor, Tadeu Alencar, Carlos Gomes, Bia Cavassa, Jose Mario Schreiner, Túlio Gadêlha, Pr. Marco Feliciano e Daniel Coelho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento MPV 900/2019, de autoria Presidência da República. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 900, de 2019. **Participantes:** Suely Araújo, Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados e ex-presidente do IBAMA; Raul do Valle, Diretor de Justiça Socioambiental da WWF-Brasil; Mauricio Guetta, Consultor Jurídico do Instituto Socioambiental. André Lima, Assessor Jurídico da Rede de ONGS da Mata Atlântica. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Sidney Leite

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 900, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 901, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e um minuto do dia vinte de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Lucas Barreto e Telmário Mota, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 901, de 2019 com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Dário Berger, Esperidião Amin, Rodrigo Cunha, Major Olimpio, Soraya Thronicke, Paulo Rocha, Oriovisto Guimarães, Hiran Gonçalves, Gutemberg Reis, Nilto Tatto, Bia Kicis, Carlos Jordy, Edio Lopes, Camilo Capiberibe, Jhonatan de Jesus, Luiz Carlos, Tito, Izalci Lucas, Maria do Carmo Alves, Delegado Pablo, Paulo Paim, Pedro Lupion, José Nelto, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Maria Rosas, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Weverton, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, André de Paula, Elmar Nascimento, André Figueiredo, Pr. Marco Feliciano e Leda Sadala. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e de Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Lucas Barreto e o Deputado Gutemberg Reis, e designados Relator e Relator-Revisor, respectivamente, o Deputado Edio Lopes e o Senador Mecias de Jesus. Aprovado o requerimento nº 1, de autoria do Deputado Nilto Tatto, propondo a realização de audiência pública, com a inclusão de um representante do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e do Diretor Presidente do Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá, Julhiano Cesar Avelar. É aprovada a Ata da presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e oito minutos. A Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lucas Barreto

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 901, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/11/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. PROS - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 901, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1/2002-CN, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado, para Presidente, o Senador Lucas Barreto e, para Vice-Presidente, o Senador Mecias de Jesus. (*Pausa.*)

Eu queria colocar perante os presentes que alguém se candidate para ser Vice-Presidente. É um Deputado.

O SR. GUTEMBERG REIS (MDB - RJ. *Fora do microfone.*) – Pode ser eu.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. PROS - RR) – Gutemberg Reis.

Então, ficaria na Presidência o Senador Lucas Barreto e, como Vice-Presidente, o Deputado Gutemberg Reis.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente o Senador Lucas Barreto e Vice-Presidente o Deputado Gutemberg.

Convido o Senador Lucas Barreto para conduzir o processo.

Palmas para o nosso Presidente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Srs. Senadores, Srs. Deputados, por acordo também, vamos designar, como Relator, o Deputado Edio Lopes e designar também, como Relator revisor, o Senador Mecias de Jesus, ambos do Estado de Roraima.

Quero convidar o Deputado Edio Lopes para compor a Mesa, como Relator... (*Palmas.*)

... e convidar também o Vice-Presidente, o nosso Deputado Gutemberg Reis, para compor a Mesa. (*Palmas.*)

O Sr. Relator quer usar da palavra? (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. EDIO LOPES (PL - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dialogar com a ilustre Comissão e com V. Exa., em especial, sobre a possibilidade, Sr. Presidente, de, já nesta primeira reunião, nós aqui deliberarmos sobre a necessidade de uma audiência pública no Estado de Roraima, que é o principal Estado envolvido nessa questão, além do Estado de V. Exa., o Estado do Amapá. Poderíamos marcar esse evento para quinta-feira da semana vindoura. Isso porque, Sr. Presidente, amanhã já se completam 30 dias que esta medida provisória foi publicada no *Diário Oficial*. Portanto, o prazo está correndo e, dada a importância dessa matéria para os nossos Estados, é necessário que nós possamos apresentar o relatório em tempo hábil para que as duas Casas possam apreciar a matéria. Nós não podemos, de maneira nenhuma, correr o risco de que esta medida provisória venha a caducar, mesmo porque, para aqueles que não são de Roraima, Roraima fora criado por Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 e era um Estado 100% virtual. Sequer o Palácio do Governo pertencia ao Estado. Tudo era da União. E quase tudo continua sendo do Governo Federal.

Então, nós precisamos pacificar essa questão para que Roraima tenha o que restou da sua base territorial, já que mais de 70% da base territorial do Estado de Roraima ou são terras indígenas, ou reservas ambientais, ou áreas de ocupação das Forças Armadas. Então, nós não podemos desperdiçar esta oportunidade em termos pacificada essa questão nos nossos dois Estados.

Fica aqui a nossa proposta. Eu sei que não é usual, na primeira reunião, aprovar-se requerimento, mas dada a exiguidade de tempo, eu ouso fazer isso a V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Deputado Camilo.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) – Muito obrigado.

Eu queria cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Lucas Barreto; cumprimentar o Relator, Deputado Edio, de Roraima; o Deputado Gutemberg, Vice-Presidente, e saudar a todos que fazem parte da Comissão.

Eu gostaria de sugerir... Eu conversava com o Senador Lucas, agora há pouco, antes de começar a reunião, e ele dizia que houve uma audiência pública anterior no Estado do Amapá para tratar da questão das terras, que foi antecedente à edição da medida provisória e à criação desta Comissão e a esse debate. Eu sugeri ao Senador que nós pudéssemos fazer – e dialogávamos aqui –, se fosse possível, evidentemente, dada a exiguidade de tempo... Nós temos visto várias medidas provisórias caducando. Inclusive, temos agora essa dos Mais Médicos, que é muito importante e está em vias de risco de caducar. Não queremos que isso aconteça.

Então, que nós pudéssemos fazer uma audiência pública, chamando todos os atores que são fundamentais para debater essa questão por todos os ângulos, no dia 2 de dezembro, segunda-feira, salvo engano. Acho que é isto: segunda-feira, 2 de dezembro. Então, seria, quinta-feira, em Roraima e, na segunda-feira, no Estado do Amapá. E, com isso, nós poderíamos – claro, sem prejuízo nenhum do que for necessário ser feito em termos de audiências públicas aqui mesmo no planejamento da Comissão – ter essa questão satisfeita.

Eu acho muito importante que esse debate volte para o Amapá, até porque nós já vimos, em diversas oportunidades, vários decretos de transferência de terras foram editados de 2005 para cá. Isso é um tema que vem desde esse período. O Amapá tem exatamente a mesma data de criação de Roraima e enfrenta – claro, com algumas diferenças – desafios que são bastante semelhantes. A gente sabe que existem particularidades. No entanto, a questão das terras é importante para o Estado do Amapá, que também, como Roraima, fica na Amazônia.

Eu queria fazer essa sugestão ao Relator e ao Senador. Se houver divergência quanto à data, nós poderíamos fazer em outra data, mas que seja feita essa audiência pública lá para que todos os atores envolvidos do Amapá possam ser escutados – o Governo do Estado é muito importante, os órgãos do Governo Federal, os movimentos sociais, a Pastoral da Terra, enfim, todo mundo. Senta na mesa, discute, debate, entende não só o texto principal, mas também as emendas que forem apresentadas para que se compreenda a dimensão não só do que veio para cá, mas do que pode ser apresentado e aprovado como relatório final aqui nesta Comissão e no Plenário para que nós tenhamos, então, essa questão resolvida definitivamente. Acho que esse é o desejo de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Vice-Presidente e todos. Quero cumprimentar o Deputado Luiz Carlos, que também é do Estado do Amapá e está presente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Quero aqui também cumprimentar o Senador Lucas e os Deputados Edio e Gutemberg. O Deputado Edio tem uma tarefa muito importante de preparar um bom relatório para a gente aprovar, quem sabe, até por unanimidade, no Plenário da Câmara e, depois, no Senado.

Mas aqui, evidentemente, como se trata de transferência de títulos da União para os Estados, é uma responsabilidade nossa, do conjunto da Câmara. Então, é fundamental. Eu queria endossar, primeiro, as propostas iniciais de fazer as audiências nos locais – Roraima e Amapá –, mas é fundamental que nós façamos também uma boa audiência aqui, até para poder ter um belo argumento aqui para, quem sabe, levarmos o relatório lá e aprovarmos por unanimidade da Casa, para que, de repente, não fique passando só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

um argumento, falando: "Ah, mas lá em Roraima, no Amapá, só há tanto de terra para esse tipo de atividade econômica", porque esse é um argumento que já pressupõe para que vai a terra, para que quer os títulos. E é importante que se debata com o conjunto. E que, nessas audiências nos locais, seja ampla a participação para que também o conjunto da Casa aqui tenha ideia das possibilidades de uso das diversidades e dos potenciais que há em diversas áreas econômicas. Isso precisa transparecer aqui. Quanto mais transparecer aqui...

Eu falo isso, porque a gente sabe o quanto a Amazônia é importante para os amazônidas, que são os primeiros a terem o cuidado com ela e são os primeiros a terem a responsabilidade de buscar alternativas econômicas para melhorar a qualidade de vida da população de lá. Nós sabemos disso, mas também sabemos da dimensão da Amazônia com relação ao restante do País, do ponto de vista da agricultura, da importância dela, do debate no âmbito internacional com relação às mudanças climáticas. Então, por isso, acho que esta Casa aqui vai ficar muito atenta aos usos que se pretendem. E é importante que isso transpareça nas audiências públicas, seja do ponto de vista lá do local, seja do ponto de vista daqui.

Então, vou protocolar, justamente para poder fazer um belo debate aqui, inclusive, uma proposta de audiência pública. Poderíamos trabalhar, então, dentro desse calendário, aproveitando essa proposta do próprio Deputado Camilo. Quem sabe fazemos essas audiências nessa data e, naquela semana mesmo... Ele está propondo no dia 2, segunda-feira. E, nos dias 3 ou 4, de repente, faz audiência aqui, se a gente conseguir construir bem a relação aqui. Então, vou protocolar também esse pedido de audiência para a gente fazer uma audiência aqui. Então, uma fica pronta e, na outra semana, o relatório fica pronto para ir para o Plenário. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Então, quero que registre que há um requerimento verbal do Deputado Nilto Tatto para que nós tenhamos a audiência pública aqui no dia 3.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Já vai protocolar?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Já. Protocola para que a gente possa...

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Ato contínuo. Daqui a pouco, a gente já protocola.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Ato contínuo.

Quero cumprimentar o Deputado Luiz Carlos, lá do Amapá, e o nosso Procurador, Presidente do Imap, lá do Amapá, e convidar o Senador Mecias de Jesus, nosso Relator revisor.

Com a palavra o Deputado Hiran Gonçalves.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Pela ordem.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Deputado Hiran, me permita.

Presidente, eu tenho uma relação de convidados agora na Comissão Senado do Futuro, de que sou Presidente, e preciso ir lá para ouvi-los.

Quero parabenizar V. Exa. pela função de Presidente desta medida provisória, parabenizar o Deputado Edio, Relator, do nosso Estado, que conhece bem o nosso Estado. Os Deputados e Senadores que aqui estão conhecem bem. O Brasil precisa conhecer a Amazônia, precisa conhecer o Amapá, precisa conhecer Roraima e saber dos problemas que nós temos lá. Nós estamos, desde 1990, tentando ter as terras para o Estado. Somos um Estado virtual.

E é isto que nós queremos com esta medida provisória: legalizar, resolver a questão das terras no Estado de Roraima e que os povos de Roraima e do Amapá possam ter direito a ter terras para produzir, gerar emprego, gerar renda e melhorar a vida das pessoas.

Conto com o apoio de V. Exa. e de todos os membros desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigado.

O SR. HIRAN GONÇALVES (PP - RR) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, ilustre Relator, nosso querido amigo Deputado Edio Lopes, Deputados, Senadores, ao tempo em que parabenizo a Presidência, a Vice-Presidência e a relatoria pela eleição nesta Comissão Mista tão importante para os nossos Estados do Amapá e de Roraima, eu quero concordar e fazer minhas as suas palavras. Eu acho que nós precisamos urgentemente fazer uma visita aos nossos Estados do Amapá e de Roraima, porque, em Roraima, particularmente, eu tenho certeza de que, Deputado Edio, Sras. e Srs. Deputados, que nós vamos encontrar profundas distorções em relação às titulações de terra naquele Estado, até por conta dessa demora e dessa insegurança jurídica que nós vivemos desde 1988.

Então, eu quero parabenizar V. Exa. por essa sugestão imediata após sua eleição de nós podermos ir ao nosso Estado e fazer um levantamento completo da questão fundiária de Roraima, que é realmente um Estado que precisa urgentemente de que nós possamos proporcionar segurança jurídica a quem produz no campo, e nós estamos lá vivendo um círculo virtuoso na plantação de soja e demais grãos, de forma que o senhor tem uma responsabilidade muito grande com os nossos Estados. Nós esperamos que, da maneira mais rápida possível, nós possamos apresentar um relatório aqui bastante consubstanciado, para que nós aprovemos o mais rápido possível o seu relatório, ilustre Relator, Presidente.

Parabéns e vamos ao trabalho, porque nós já estamos muito atrasados na questão fundiária dos nossos Estados do Amapá e de Roraima! Parabéns, Edio. Que Deus o abençoe nesse trabalho e conte com as nossas bancadas, que não hesitarão em te dar total apoio para que nós possamos fazer um trabalho que honre a história desta Casa, tanto do Senado quanto da Câmara Federal!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Senador Telmário, com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (PROS - RR) – Presidente Lucas, é uma honra tê-lo na Presidência dessa medida provisória tão importante para os nossos Estados, Estado de Roraima, o Estado de V. Exa.

Quero aqui saudá-lo e saudar o nosso Relator. Não poderia haver pessoa melhor. O Deputado Edio é um homem experiente no Congresso, um Parlamentar de vários mandatos tanto na Assembleia, foi Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal por três mandatos, relator, já foi relator de assuntos importantes na Federação. É um homem que conhece a nossa terra de cabo a rabo, de norte a sul, conhece com muita propriedade.

Então, Deputado, eu fico extremamente feliz em saber que V. Exa. vai ser o Relator dessa matéria para o nosso Estado, que hoje clama por essa oportunidade. Roraima vive hoje grandes gargalos: o gargalo da energia, o gargalo da questão fundiária. É um Estado cercado por um PIB hoje maior do que o PIB de São Paulo, se pegar o PIB da Venezuela, Guiana Inglesa e Manaus fica maior do que o PIB de São Paulo. Só que em São Paulo são 46 milhões de pessoas, mas nós temos 500 mil pessoas, 600 mil agora com os 100 mil imigrantes da Venezuela. E podemos ser um grande exportador de matéria-prima, mas essa é a peça fundamental. Então, fico muito feliz.

Hoje é um dia importante. Olha só: é o Dia da Consciência Negra. Só Roraima e São Paulo estão dando feriado, 50% da população é negra...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Amapá também.

O SR. TELMÁRIO MOTA (PROS - RR) – Amapá também hoje? Então, meus universitários não estão tão bem. O Amapá também está nesse feriado. Então, veja a importância hoje desta data, Deputado Edio, Deputados e Senadores para esses dois Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, Deputado, eu conto e é pertinente a solicitação de V. Exa. A pressa dessas audiências para o dia 28, no Estado de Roraima, já proposto para o Deputado Camilo Capiberibe para o dia 2 lá no Amapá e aqui, com essa audiência solicitada também pelo nosso Deputado Nilto.

Então, eu quero parabenizar todos e dizer que, da nossa parte, podem contar, como diz o velho ditado, para o que der e vier. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Obrigado, Senador Telmário.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos, do Amapá, do PSDB.

O SR. LUIZ CARLOS (PSDB - AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, quero parabenizá-los pela assunção dessa função importante, como também quero saudar todos desta Comissão.

Essa MP realmente é de grande valia, de grande importância e também muito esperada pelos nossos Estados, Amapá e Roraima – destacadamente o Amapá. Ela vem trazer para nós não só uma importância na regularidade fundiária, que sabemos nós que é um esteio para o desenvolvimento econômico do Estado, destacadamente o da Amazônia, mas também no tocante à nossa soberania, à soberania do Brasil, afinal de contas o Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa, que nada mais é do que um Estado da França. Lá, nós brasileiros amapaenses nem sequer temos a certeza de a terra nos pertencer, de caber a nós ou não.

Então, isso também vem dar uma resposta a essa questão soberana do Brasil ante um Estado da União Europeia. Traz realmente resposta a um desejo antigo de tantos e resolve o problema da regularização fundiária, que tem, eu acho que junto, alguns outros... Há um tempo que se deixa de dar atenção a um tema relacionado ao Amapá, que tem deixado Estados como os nossos, ex-Territórios... Amapá e Roraima, em tantas outras lutas já estivemos juntos, como as das emendas constitucionais de transposição; lado a lado já batalhamos.

Esses temas que não explorados anteriormente nos condenam a uma dependência econômica do Estado brasileiro, do Governo central. Eu espero que, com análise profunda – e aí eu queria também, na mesma esteira do meu colega Deputado Camilo Capiberibe – possamos reforçar a importância da celeridade de nós apreciarmos e realizarmos as audiências públicas e que, com isso, resolvamos esse problema que vem prendendo Amapá e Roraima no atraso econômico e o nosso povo – e lá estamos defendendo o Brasil. Que possamos ter um alento para o nosso desenvolvimento!

Então, queria parabenizar, mais uma vez, o Relator e o Sr. Presidente, o Senador Lucas Barreto, e desejar-lhes êxito no desenvolvimento da missão. Conte com a gente, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Eu agradeço a participação de todos os membros desta Comissão.

Estou muito feliz porque o nosso Relator é um Deputado muito experiente. E os outros Estados, claro, o Estado de São Paulo tem interesse de saber os potenciais do Amapá, de Roraima.

Quero dizer ao Deputado Camilo e ao Deputado Edio que esta Comissão não tem competência regimental para fazer as audiências públicas nos Estados, mas aqui designo o Deputado Camilo, o Deputado Luiz Carlos – e eu estarei presente no dia 2 de dezembro, segunda-feira, no Amapá – e designo o nosso Relator e os Deputados de Roraima para fazerem audiência no Estado de Roraima. Então, o Deputado Edio irá coletar as informações, e nós traremos também do Amapá.

E coloco em votação para que, no dia 3 de dezembro, nós possamos fazer a audiência pública aqui nesta Comissão. Coloco em votação o requerimento do Deputado Nilto Tatto. Peço à nossa Secretaria que registre que o Deputado Nilto Tatto requer que sejam convidados: representantes do Incra, da Secretaria de Patrimônio da União, representantes dos órgãos fundiárias de Roraima e Amapá e representantes de organizações ambientais e dos trabalhadores rurais com atuação nas áreas em consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, dos Estados ficam o Deputado Luiz Carlos e o Deputado Edio incumbidos, e o nosso Dr. Juliano Cesar Avelar, que é o Presidente do Amapá Terras, já fica como convidado. E indicará também...

O SR. EDIO LOPES (PL - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Deputado Edio.

O SR. EDIO LOPES (PL - RR) – Eu gostaria, com a devida vênia do Deputado paulista, de incluirmos neste rol o representante do Conselho de Segurança Nacional por conta das nossas terras de fronteira, que é um assunto pertinente ao trabalho desta Comissão.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Sim, Presidente, acato, aceito a sugestão e lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Então, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados e Senadores que estiverem de acordo com o requerimento do Deputado Nilto Tatto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Proponho também a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, e no dia 3 estaremos aqui, às 14h30.

(Iniciada às 15 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 28 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 901, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia três de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Lucas Barreto, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 901, de 2019 com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Dário Berger, Rodrigo Cunha, Major Olimpio, Leila Barros, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Hiran Gonçalves, Nilto Tatto, Edio Lopes, Camilo Capiberibe, Pr. Marco Feliciano, José Medeiros, Pedro Lupion, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, João Roma, Flávio Bolsonaro, Túlio Gadêlha, Nelsinho Trad, Denis Bezerra, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Fabiano Contarato, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Weverton, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Oriovisto Guimarães, Acácio Favacho, Nicoletti, André de Paula, Jhonatan de Jesus, Luiz Carlos, Elmar Nascimento, André Figueiredo e Leda Sadala. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento nº 01/2019, de autoria do Deputado Nilto Tatto. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 901, de 2019. **Participantes:** Márcio Glayton Araújo Grangeiro, Presidente do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima (ITERAIMA); Edioni Gomes da Costa, Coordenador-Geral Substituto de Regularização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Juliana de Paula Batista, Advogada do Instituto Socioambiental (ISA); Coronel Mauro Benedito Santana Filho, Secretário-Adjunto da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU); Julhiano Cesar Avelar, Diretor-Presidente do Instituto de Terras do Estado do Amapá (AMAPÁ TERRAS); Ronald Brasil Pinheiro, Secretário-Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima; Antônio Denarium, Governador do Estado de Roraima. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Lucas Barreto

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 901, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 901, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 10 E 11 DE DEZEMBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e zero minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Lucas Barreto, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 901, de 2019 com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Dário Berger, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Rodrigo Cunha, Major Olimpio, Soraya Thronicke, Leila Barros, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Oriovisto Guimarães, Hiran Gonçalves, Acácio Favacho, Gutemberg Reis, Nicoletti, Edio Lopes, Elias Vaz, Jhonatan de Jesus, Beto Pereira, Leda Sadala, Tito, Léo Moraes, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, João Roma, Flávio Bolsonaro, Bosco Costa, Nelsinho Trad, Confúcio Moura, Luiz Pastore, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Pacheco, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Alessandro Vieira e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Weverton, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Nilto Tatto, André de Paula, Camilo Capiberibe, Luiz Carlos, Elmar Nascimento, André Figueiredo e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às onze horas e cinquenta e quatro minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia onze de dezembro de dois mil e dezenove. Às catorze horas e vinte minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezenove, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Medida Provisória n° 901, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Edio Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do PLV. **Resultado:** Em 10/12/2019, é lido o Relatório do Deputado Edio Lopes. É concedida vista coletiva da matéria. A Reunião é suspensa e sua reabertura agendada para o dia 11/12/2019. **Resultado:** Em 11/12/2019, o Relatório do Deputado Edio Lopes é aprovado e passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência da Medida Provisória nº 901, de 2019; pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória e das Emendas nos 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15 e 16, e pela inconstitucionalidade e injuridicidade das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10 e 13; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 901, de 2019; pela boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 901/2019 e das Emendas nºs 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15 e 16, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, rejeitando-se as demais Emendas. O Presidente submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião e de reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e cinco minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lucas Barreto

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 901, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/10

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/11

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Bom dia, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 901, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Edio Lopes, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Para uma questão de ordem, o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, o meu intuito aqui é ajudar a Comissão, mas eu preciso ser transparente, tanto com a Presidência quanto com o Relator.

Antes, quero dizer que esta é uma medida provisória muito importante, principalmente para o Amapá e Roraima. Eu já estou há algum tempo aqui no Parlamento, e isso aí é luta dos companheiros e das companheiras de lá, desde a transferência do funcionalismo etc. e, agora, a questão da terra. Então, é muito importante.

De antemão, não temos nenhum problema no mérito da questão da medida provisória em si. No entanto, a nossa preocupação são as emendas, que foram... Como a gente já conhece o relatório, porque ele já foi publicado, eu queria, se a Presidência e a relatoria têm interesse em apressar o processo... Nós vamos pedir vista regimental etc. para a gente analisar exatamente essas questões das emendas.

Não sei se o Relator que dar como lido, para a gente ganhar tempo e tal, até porque há outras tarefas em Comissões importantes.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PSB - DF) – Senador Mecias com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como disse o Senador Paulo Rocha, nosso querido amigo, competente Senador do Estado do Pará, o relatório emitido pelo eminente Relator, Deputado Edio Lopes, já está publicado, já é de conhecimento, e nem todas as emendas, como disse o Senador Paulo Rocha aqui, foram acolhidas pelo Relator. Algumas não foram. E creio eu que ele analisou com muito critério. Eu tive oportunidade de olhar, e ele analisou com muito critério, até porque essa medida provisória, Presidente Lucas, é específica para resolver um problema do Estado de Roraima e do Estado do Amapá, que há 30 anos sonham com as terras, para que deixem de ser Estados virtuais e passem a ter direito, de fato, de serem Estados, de emitirem título definitivo, licença de ocupação, de terem documentos para provar a existência física e também para que os produtores do Estado possam ter direito de provar que são donos de suas próprias terras. Sofremos isso há mais de 30 anos.

Eu quero fazer um apelo ao eminente Relator. Nós fizemos uma sugestão, uma emenda, sugerindo que o assentimento prévio que é exigido pela Lei 6.634 fosse necessário apenas para terras além dos 10km da faixa de fronteira. Ora, Sr. Presidente, a Constituição Federal diz que a nossa faixa de fronteira será de até 150km. A Lei 6.634 vai lá e crava no último metro: 150km. Só que a mesma lei diz que qualquer terra dentro da faixa de fronteira, para ter emitido seu documento, para ser transferida para o Estado, qualquer gleba tem que ter autorização do Conselho de Defesa Nacional. É desnecessário isso. A faixa de fronteira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

pode permanecer de 150km, mas a emissão, a autorização do Conselho de Defesa Nacional, o assentimento prévio só seria necessário, de acordo com a nossa emenda, se ela estivesse além dos 10km da faixa de fronteira. Então, quero fazer um apelo ao eminente Relator para que acolhesse a nossa emenda, para permitir que o assentimento prévio só fosse necessário acima dos 10km da faixa de fronteira.

E, já que o nobre Senador Paulo Rocha pediu vista, eu faço também o pedido de vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Edio Lopes.

O SR. EDIO LOPES (PL - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Deputados Federais, assessores e mídia aqui presente.

Sr. Presidente, eu quero ser bastante breve nesta exposição preliminar, mas não poderia deixar de aqui repetir as palavras do Senador Mecias: nós queremos pedir a compreensão dos membros desta Comissão e, mais adiante, dos membros do Congresso Nacional, para que entendam que essa é uma questão exclusivamente dos Estados de Roraima e do Amapá.

Se nós trouxermos a Amazônia ou, ainda mais, o Brasil para dentro desse contexto, se nós trouxermos aqui questões indígenas e minerais para dentro dessa proposta, esse é o caminho mais curto para que essa medida provisória não vá a lugar nenhum, e, aí, uma vez mais, os dois Estados mais jovens desta Federação – não tão jovens assim, porque já estamos com 31 anos – continuarão sem ter o domínio das suas terras. Continuarão sendo "palestinos", como está dizendo aqui o meu Presidente, Senador Lucas. Então, eu quero pedir a compreensão.

Nós sabemos que todos os Estados brasileiros, em especial os Estados da Amazônia, têm problemas gigantescos na área fundiária. Nós compreendemos isso, mas a nossa situação é uma situação absolutamente diferente da dos Estados mais antigos, da de um Estado que tem cem anos mais, que vem da época do Império... E já tiveram tempo suficiente para regularizarem e regularizaram a maioria das suas questões inerentes ao problema fundiário brasileiro, que é um problema quase que generalizado na República.

Então, feita essa consideração, eu passo à leitura rapidamente do nosso relatório, para que fique registrado desde já.

Vamos direto... Já que todos têm conhecimento do relatório, que está à disposição no sistema da Casa, nós passaremos à leitura da conclusão.

Diante do exposto, votamos:

I – pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência da Medida Provisória nº 901, de 2019;

II – pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória e das Emendas nºs 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15 e 16 e pela inconstitucionalidade e injuridicidade das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10 e 13;

III – pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 901/2019;

IV – pela boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 901/2019 e das Emendas nºs 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15 e 16, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo, rejeitando-se as demais Emendas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Projeto de Lei de Conversão, art. 1º...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDIO LOPES (PL - RR) – O.k.

A assessoria está nos informando que é dispensável a leitura desta parte. Então, damos como lido o nosso relatório de Projeto de Conversão à Medida Provisória nº 901. Antes, porém, já antecipando que esta relatoria acatará em parte a sugestão do Senador Mecias com relação à questão do assentimento prévio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós não mexeremos no Estatuto da Faixa de Fronteira, mesmo porque nós, amazônidas, temos algumas vantagens em termos dos nossos Municípios nas faixas de fronteiras, Senador Rocha. Então, nós não adentraremos a discussão da faixa de fronteira de 1, de 10 ou de 150 quilômetros. O que esta relatoria vai inserir no nosso relatório, extraordinariamente, é com relação à faixa onde será exigível o assentimento prévio por conta do Conselho de Defesa Nacional.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Relator, já que V. Exa. abriu a possibilidade de dialogar aqui publicamente, a nossa preocupação, além dessa já levantada, é a questão da redução de área de conservação.

Como o nosso Senador aqui está dizendo que é uma área específica, eu acho que nós podemos resolver também a redação, já que se trata de uma área específica. Então, pode ser devolvido imediatamente após a vista, na medida em que há essa disposição de V. Exa. de dialogar.

Como eu disse inicialmente, em relação à medida provisória, não há problema. A questão foi sobre essas emendas, que foram tantas... O senhor sabe porque acatou algumas etc... Então, é só sobre essa questão da emenda que a gente quer dialogar.

O SR. EDIO LOPES (PL - RR. Como Relator.) – O.k.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Sr. Senador Paulo Rocha, de que essa relatoria prima pelo diálogo, pela discussão, pelo convencimento. Nós estaremos inteiramente à disposição para a discussão da supressão de uma área que, no contexto geral, é absolutamente diminuta.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR) – Presidente...

O SR. EDIO LOPES (PL - RR) – Pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Meu caro Relator, Deputado Edio, Presidente Lucas, conversando aqui com o nosso querido Senador Paulo Rocha, queria requerer a V. Exa. que mantivesse o mesmo quórum e marcasse para amanhã, no mesmo horário. Eu já combinei aqui com o Senador Paulo Rocha de ir ao gabinete dele. Pedi ao Deputado Edio e à assessoria para, se puderem, também explicarem a ele. Já disse a ele que é um caso específico e que sobre a redação a gente se entende para resolver essa questão dos nossos Estados o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Nos termos do art. 132...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, eu acho que é melhor para nós, porque amanhã, quarta-feira, são muitas Comissões... Acho que às 14h, 14h30, ou 15h... Como é rápido, não vai confrontar com os nossos Plenários. Acho que 15h...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria, que todos vão discutir com o Relator.

Só lembro ao Senador Paulo Rocha que o Amapá era Pará, e lá nós temos quase 80%, assim como no Estado de Roraima, de terras da União protegidas. O que nós estamos buscando lá é tentar regularizar, passar para o Estado em definitivo o que Lula já passou, Dilma já passou... Agora, o Presidente Davi também reviu o decreto, para que a gente possa dar segurança, possa dar paz a tão poucas pessoas que pretendem fazer agricultura no Estado do Amapá.

Então, fica aqui o nosso...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – O Amapá merece e Roraima também. Eu só não quero que o Amapá leve o Marajó para lá...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Não! Com relação a isso, o senhor pode ficar tranquilo, sem problema. O senhor estará ajudando o Amapá e Roraima, principalmente o Amapá... Nós ajudaremos muito o Pará, porque só no arquipélago do Marajó do lado do Amapá existem 2 mil ilhas, e 1 milhão de habitantes do Pará se socorrem no Amapá; ou seja, Macapá é uma UTI social, e nós só temos 850 mil habitantes. Eles se socorrem de tudo, de justiça, de saúde, de tudo o que vocês imaginarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, fica aqui o meu agradecimento já ao Senador Paulo Rocha.

Declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 11 de dezembro, às 14h...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Nós não teremos Plenário às 14h. De manhã, já estava reservado para as 10h este plenário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – E também fica reservado este plenário para as 14h. Fica reservado.

Para qualquer dúvida, que se acione a Presidência do Senado.

Está suspensa a reunião, mantido o quórum também para amanhã.

(*Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 54 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 901, de 2019.

A Presidência comunica que, no dia 10 de dezembro, o Deputado Edio Lopes procedeu à leitura de seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Edio Lopes, para suas considerações.

O SR. EDIO LOPES (PL - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, esta relatoria informa que nós mantivemos o teor integral do nosso relatório e voto de ontem e que apresentamos uma complementação de voto, que não altera o texto lido ontem, não altera as emendas. Trata-se de uma complementação de voto no sentido de nós resolvermos um dos problemas centrais do emperramento das transferências de terras da União para os nossos Estados, no caso o Estado de Roraima e o Estado do Amapá.

Nós temos dois institutos legais bem definidos: nós temos a questão da faixa de fronteira prevista na Constituição e regulamentada através de lei ordinária, que reconheceu a faixa de fronteira de 150km ao longo das fronteiras nacionais. Ocorre, Sr. Presidente, que, segundo a legislação que trata do Conselho de Segurança Nacional, nesta segunda legislação há a imposição de que os títulos de terras dentro dessa faixa de fronteira teriam que antes passar pelo crivo, pela apreciação do Conselho de Defesa Nacional. Esta obrigatoriedade, Sr. Presidente, é a questão central pela qual nós não conseguimos titular terras nos nossos Estados, porque o Conselho de Defesa Nacional tem muitas outras atribuições. Por exemplo, no ano de 2019 – e estamos a um mês do seu término –, o Conselho de Defesa Nacional não apreciou um único título sequer dentro da faixa de fronteira. E eu não estou falando só de Roraima e do Amapá; estou falando da nossa faixa de fronteira.

Portanto, nós não mexemos na faixa de fronteira, mesmo porque nós entendemos questões de segurança, nós entendemos alguns benefícios que os Municípios brasileiros situados na faixa de fronteira têm, então nós não mexemos naquele instituto dos 150km de faixa de fronteira. No entanto, nós reduzimos a obrigatoriedade da submissão ao assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, que antes era nos 150km; nós reduzimos para os 25km na faixa de fronteira terrestre nacional.

É uma alteração técnica, sem maiores consequências, e certamente destravará o processo de titulação de terras nos Estados de Roraima e do Amapá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É essa a nossa observação na nossa complementação de voto.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. PSD - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório do Deputado Edio Lopes, nos termos que foram apresentados hoje.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e da reunião anterior.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 38 minutos e suspensa às 11 horas e 54 minutos do dia 10/12/2019, a reunião é reaberta às 14 horas e 20 minutos e encerrada às 14 horas e 24 minutos do dia 11/12/2019.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 902 DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e dezessete minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Benedita da Silva e Diego Garcia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 902 de 2019 com a presença dos Parlamentares Vanderlan Cardoso, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Marcos do Val, Alceu Moreira, Carlos Zarattini, Bia Kicis, Carlos Jordy, Diego Andrade, Marcelo Ramos, Elias Vaz, Luis Miranda, Pr. Marco Feliciano, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Carlos Gomes, José Medeiros, Delegado Pablo, Paulo Paim, Eliziane Gama, Pedro Lupion, Chico Rodrigues, Baleia Rossi, Flávio Bolsonaro, Túlio Gadêlha, Hugo Motta, Dário Berger e Leila Barros. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleita Presidente a Deputada Benedita da Silva e designado Relator o Senador Nelsinho Trad. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e um minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputada Benedita da Silva

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 902 de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Diego Garcia. PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 902, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, que estabelece o rodízio na direção das comissões de medidas provisórias, a presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para eleição da Mesa, tendo sido indicada para Presidente a Deputada Benedita da Silva.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleita Presidente a Deputada Benedita da Silva.

Passo a presidência da Comissão à Sra. Deputada Benedita da Silva.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu designo como Relator o Senador Nelsinho Trad e o convido a fazer uso da palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Como Relator.) – Exma. Sra. Deputada Benedita da Silva, do Rio de Janeiro, mui digna Presidente desta Comissão Mista da MP nº 902, de 2019, Srs. colegas Deputados, Senadores, é uma honra poder contribuir com o nosso trabalho como Relator dessa medida provisória.

Na próxima semana, numa próxima reunião, apresentaremos o plano de trabalho idealizado, ouvindo os componentes desta Comissão, para que possamos, de forma célere, dar sequência a esse trabalho.

Digo que me sinto muito honrado em poder ter essa designação por parte de uma Parlamentar que eu admiro. E vou fazer uma confissão: quando estudante de Medicina no Rio de Janeiro, tive oportunidade de votar nela numa ocasião em que ela foi candidata. Então, ela está devendo esse voto para mim, porque acho que ela nunca votou em mim!

Deixando isso de lado, para a gente poder relaxar um pouco, fico muito honrado com essa designação. E pode ter certeza de que terá da minha parte o melhor para poder produzir adequadamente essa importante medida.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva. PT - RJ) – Também quero agradecer aqui ao Partido dos Trabalhadores e aos pares que, nessa articulação, colocaram meu nome para presidir essa importante medida provisória e para estar aqui, junto com os nossos pares, podendo fazer o melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E fico feliz por ser carioca, por ser do Estado do Rio de Janeiro e ter lá a nossa grande Casa da Moeda. E conhecedora que sou também do esforço com que os servidores daquela Casa da Moeda têm feito e como têm representado bem o nosso País através da Casa da Moeda, não apenas confeccionando suas moedas, também passaportes, mas tendo vasta cooperação internacional no sentido de o Brasil ter aberto as suas portas para também poder servir a países como África e outros.

Por isso, eu agradeço também.

E proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 903, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e quatro minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo e Domingos Sávio, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 903, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Marcio Bittar, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Paulo Bengtson, Baleia Rossi, Bia Kicis, Carlos Jordy, Diego Andrade, Marcelo Ramos, Elias Vaz, Pr. Marco Feliciano, Eduardo Braide, Angelo Coronel, Luis Miranda, Benedita da Silva, Carlos Gomes, Delegado Pablo, José Medeiros, Paulo Paim, Pedro Lupion, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira, Túlio Gadêlha, Diego Garcia, Hugo Motta, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Dário Berger, Leila Barros, Alceu Moreira e Marcos do Val. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Senador Veneziano Vital do Rêgo e designado Relator o Deputado Domingos Sávio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e nove minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Veneziano Vital do Rêgo

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 903, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 903, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o ilustre Senador Veneziano Vital do Rêgo e, para Vice-Presidente, acordo em andamento.

Consulto o Plenário se podemos fazer por aclamação a eleição do Presidente. (*Pausa.*)

Não havendo quem se oponha, os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito o Senador Veneziano Vital do Rêgo para o cargo de Presidente e passo, de pronto, a Presidência desta Comissão ele.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Eleito por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. PSB - PB) – Senhoras e senhores, meus cumprimentos.

Boa tarde a todos os Parlamentares.

Quero registrar aqui a satisfação de poder, estando a ladear-me nosso Relator, que também, à unanimidade, pela compreensão e pela vasta experiência à frente de mandatos como Deputado Federal, estará com a incumbência de relatar a Medida Provisória nº 903, o Deputado Domingos Sávio.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. PSB - PB) – Passo a palavra ao Relator, Domingos Sávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG. Pela ordem.) – Antes do encerramento, gostaria apenas de agradecer não só a meu Partido, o PSDB, mas aos demais pares a indicação.

Como médico veterinário que sou, posso, de pronto, já antecipar, antes mesmo de preparar o relatório, a importância para o nosso País desta iniciativa de viabilizar em caráter emergencial a recontratação de médicos veterinários para o Ministério da Agricultura num momento em que o Brasil vive um processo de ampliação dos nossos mercados externos e, obviamente, também no grande mercado interno que temos. Isso representa também um desafio e uma responsabilidade muito grande para a vigilância sanitária.

Eu queria, Presidente, sem me alongar, apenas solicitar a V. Exa. que, se houver a possibilidade de marcar já uma reunião para a próxima semana... Eu me comprometo a trazer o plano de trabalho, porque ainda que eu reconheça a impossibilidade de concluirmos esse trabalho antes do recesso, gostaria de deixá-lo já bem elaborado para que os colegas participem e que, nos primeiros dias do retorno do recesso, a gente possa aprovar nesta Comissão e dar condição de a medida provisória ser efetivamente aprovada para não termos o risco de uma matéria dessa natureza ficar sem amparo legal no ano que vem, que será um ano de grandes oportunidades. Nós teremos a implementação, com certeza, do acordo comercial do Mercosul com a União Europeia, sem falar no que já temos hoje de portas se abrindo na Ásia, no Oriente Médio para os mercados brasileiros.

Então, é preciso que nós estejamos tecnicamente preparados para não corrermos o risco de perder as oportunidades que temos. Isso significa garantir mais emprego, que é do que o Brasil mais está precisando neste momento.

O plano de trabalho estará à disposição de V. Exa. para a próxima semana, caso queira convocar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. PSB - PB) – De todos nós...

Eu queria, inclusive, pedir desculpas à nossa equipe por ter me precipitado ao encerrar a reunião que instala a Comissão que vai tratar dessa matéria sem que antes pudesse ouvi-lo e dizer que, como V. Exa., todos os que a integrarão dividem o entendimento da urgência proposta através da edição dessa medida provisória e sua publicação por força das motivações que V. Exa. já expendeu.

De imediato, com a compreensão e a competência dos nossos companheiros de trabalho, haveremos de tentar, por força inclusive da limitação e exiguidade temporal, até o início do recesso, quem sabe na próxima semana, já ter sua pronta e competente apresentação do plano de trabalho.

Obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 8 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 904, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e zero minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Elias Vaz e Lucas Vergilio, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 904, de 2019 com a presença dos Parlamentares Dário Berger, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Leila Barros, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Marcos do Val, Mário Negromonte Jr., Mauro Lopes, Carlos Jordy, Hugo Leal, Diego Andrade, Marcelo Ramos, Hugo Motta, Pr. Marco Feliciano, Luis Miranda, Carlos Gomes, Delegado Pablo, José Medeiros, Pedro Lupion, Paulo Paim, Walter Alves, Chico Rodrigues, Baleia Rossi, Arolde de Oliveira, Bia Kicis, Diego Garcia, Flávio Bolsonaro, Túlio Gadêlha, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Roberto Rocha, Cid Gomes, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Styvenson Valentim, Jorge Solla, Sanderson, Bosco Costa, Carlos Sampaio, Fábio Henrique, Léo Moraes e Joenia Wapichana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Lucas Vergilio e designado Relator o Senador Marcos Rogério. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quinze minutos.

Deputado Lucas Vergilio

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória n° 904, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Elias Vaz. PSB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 904, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Lucas Vergilio.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente desta Comissão o Deputado Lucas Vergilio.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Deputado Lucas Vergilio.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Muito boa tarde a todas as Sras. e Srs. Parlamentares. Seguindo o acordo de lideranças, designo como Relator o Senador Marcos Rogério.

O Senador ainda está a caminho, então, enquanto o Senador Marcos Rogério chega, vamos suspender a reunião, porque a outra MP também já tem quórum. Vamos suspender e, assim que ele voltar, a gente já retoma para apresentação do cronograma de trabalho.

Está suspensa a reunião.

(*Suspensa às 15 horas e 02 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 08 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Declaro reaberta a 1ª Reunião da Medida Provisória nº 904.

Como já designei como Relator o Senador Marcos Rogério, convido-o para fazer parte da Mesa e passo a palavra para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) – Boa tarde a todos! Primeiro, quero cumprimentar o Presidente e agradecer a consideração e a confiança ao Deputado Lucas Vergilio, ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Nelsinho. Eu quero agradecer ao Presidente Lucas Vergilio pela consideração e pela confiança na designação dessa relatoria, cumprimentar e agradecer o Líder do Governo no Congresso Nacional, agradecer o Presidente Davi e também os colegas Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O Presidente já informou que nós vamos ter uma reunião na próxima semana. Nessa reunião, eu pretendo apresentar um cronograma de trabalho, mas antes, Presidente, se me permite, apenas algumas informações em relação aos prazos dessa medida provisória, porque eu acho que é importante a gente estar atento a eles.

A MP nº 904, de 2019, foi publicada no *Diário Oficial da União* no dia 12 de novembro de 2019. O prazo para recebimento de emendas encerrou-se no dia 20 de novembro próximo passado. O prazo de vigência expira em 20 de abril de 2020. Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 54 emendas à medida provisória – 54 emendas.

Aqui está uma ideia de cronograma, mas muito preliminar. Eu quero apresentar uma ação mais concreta na próxima reunião que tivermos. Para execução dos trabalhos desta Comissão, propõe-se a realização de reuniões de trabalho, o que o Presidente já sinalizou e a gente pactuou isso, além das reuniões deliberativas com relação aos requerimentos apresentados, convocadas com pautas específicas para a discussão dos temas de que trata a MP nº 904. Ademais, com o objetivo de aprofundar o debate, recomendamos que a Comissão realize algumas audiências públicas. Eu acho que esse tema é extremamente sensível e importante para o Brasil, para os brasileiros.

Ouvir quem lida com o assunto, ouvir quem atua no setor, ouvir a cadeia envolvida nessa matéria é extremamente importante. Na condição de Relator, Sr. Presidente, eu gostaria, de antemão, de sinalizar a V. Exa. essa nossa intenção, esse nosso desejo de colocar o assunto em debate. Eu acho que Sua Excelência o Presidente da República toma a iniciativa de editar pela via de uma medida provisória esse tema, colocar esse tema em debate. Todos nós sabemos que existem problemas, existem falhas estruturais, sistêmicas, operacionais, que precisam ser encaradas. A solução encaminhada pelo Presidente da República vai em uma direção. Cabe a esta Comissão, ao conjunto de Senadores e Senadoras, Deputadas e Deputados, em um amplo debate, em um amplo diálogo, procurando ouvir, entender, compreender, chegar à conclusão daquilo que representa ser a melhor proposta para o Brasil e para os brasileiros. Eu não parto de pressuposto ou de posição pronta e acabada. Eu acho que a matéria vem, a gente estuda, analisa, debate e decide aquilo que é o melhor para o País. Essa é a nossa disposição.

Não inicio os trabalhos na condição de Relator desta Comissão com nenhuma visão preconcebida ou com nenhuma decisão preconcebida. Eu acho que ela deve ser fruto justamente de um debate maduro, responsável e conectado com os interesses nacionais.

Faço essas brevíssimas ponderações para agradecer a confiança de V. Exa. na designação da relatoria e me colocando à disposição dos senhores e senhoras membros desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Vergilio. SOLIDARIEDADE - GO) – Então, já quero deixar aqui acordado com o brilhante Relator, Senador Marcos Rogério – tive a honra de ser Deputado junto com V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Exa. – que na próxima semana a gente já aprove então esses requerimentos para as audiências públicas e já iniciemos esse trabalho.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, convocando já a reunião para a próxima semana em data, horário e plenário a definir.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 15 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 904, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quinze horas e três minutos do dia dez de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Parlamentares Lucas Vergilio e Marcos Rogério, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 904, de 2019 com a presença dos Parlamentares Dário Berger, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Cid Gomes, Leila Barros, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Marcos do Val, Juarez Costa, Jorge Solla, Alexandre Padilha, Sanderson, Carlos Jordy, Hugo Leal, Diego Andrade, Elias Vaz, Domingos Sávio, Beto Pereira, Lucas Gonzalez, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Hiran Gonçalves, Luiz Pastore, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Pedro Lupion, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Mário Negromonte Jr., Mauro Lopes, Bosco Costa, Hugo Motta, Fábio Henrique, Léo Moraes e Joenia Wapichana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho e de Requerimentos. **Resultado:** Lido o Requerimento nº 6 (Plano de trabalho), apresentado pelo Relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. É aprovada a ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Lucas Vergilio

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 904, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 905, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e cinquenta e nove minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019 com a presença dos Parlamentares Confúcio Moura, Esperidião Amin, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Irajá, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Paulo Rocha, Rodrigo Pacheco, Christino Aureo, Herculano Passos, Carlos Chiodini, Átila Lira, Rogério Correia, Bia Kicis, Sidney Leite, Hugo Leal, Lucas Vergilio, Bira do Pindaré, Julio Cesar Ribeiro, Ossesio Silva, Beto Pereira, Fred Costa, Mauro Benevides Filho, Eliziane Gama, Léo Moraes, João Roma, Magda Mofatto, Dário Berger, Leila Barros, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Paulo Azi, Hercílio Coelho Diniz, Pedro Lupion, Carlos Zarattini, Acir Gurgacz, Bosco Costa, Telmário Mota, Luiz Pastore, Luiz do Carmo e João Campos. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Paim, Paulo Pimenta, Joice Hasselmann, Danilo Cabral, Carlos Sampaio, Kim Kataguiri, André Figueiredo, José Nelto e Paulo Pereira da Silva. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e de Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, candidatam-se à Presidência os Senadores Paulo Rocha e Sérgio Petecão. O Senador Sérgio Petecão é eleito por 15 votos a 1. É eleito por aclamação o Deputado Lucas Vergilio para a Vice-Presidência, e designado Relator o Deputado Christino Aureo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos. É aprovada a Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 905, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Senhoras e senhores, havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 905, 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal; e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Permita-me, antes, indicar o primeiro nome. Depois, em seguida, vou ouvir V. Exa.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador Sérgio Petecão, e para Vice-Presidente o Deputado Lucas Vergilio.

Consulto o Plenário se há mais algum outro nome.

Paulo Rocha, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Outro nome para presidir?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Não. Estou perguntando porque V. Exa. havia pedido a palavra antes. Não precisa mais?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós, do PT, do PDT, do PSB e da Rede, entramos na Mesa do Senado com um requerimento para que a Presidência da Casa analisasse a devolução dessa medida provisória. Ela não atende os pressupostos de urgência e emergência e mexe com a Constituição.

Então, nós estamos levantando, para a Presidência da Casa, a questão da constitucionalidade, da urgência e emergência, etc. Urgência e relevância, etc. Infelizmente, o Presidente Davi Alcolumbre ainda não nos deu essa resposta. Não deu a resposta ao requerimento que nós fizemos a tempo.

Estou levantando essa questão aqui porque nós vamos continuar questionando. Se a Mesa da Casa não der resposta, nós vamos questionar perante o Supremo. Por quê? De novo aquilo que eu levantei na outra medida provisória, a 907, nós vamos levantar aqui: não é possível mexer na Constituição brasileira, nas legislações que já estão consolidadas no País por essa forma, com medidas provisórias. Por que não mandam um projeto de lei para que o Parlamento se debruce e tenha todo um tempo de discussão para processar isso?

Aqui, a 905... E sempre a justificativa é para resolver o problema da economia, o desenvolvimento, não sei o que mais, não sei o que mais. Desde o Governo Michel Temer que estão mexendo na reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

trabalhista, na reforma da previdência, agora na reforma administrativa, para resolver esses problemas, e é só tirar dos pequenos, é só tirar dos trabalhadores. A 907 é para tirar de um órgão governamental que mexe com os pequenos e com os médios, que é o Sebrae.

Então, não é possível, e todo mundo sabe que não é tirando direitos, não é reduzindo direitos que se vai resolver o problema do desemprego, da economia. É mais investimento, investimento público, investimento privado. Aqui, essa Medida Provisória 905 é um ataque frontal aos direitos, é uma verdadeira reforma administrativa, mexe com cento e poucos, 135 pontos da CLT. Mexe com a estrutura do serviço público à medida que mexe com os direitos dos servidores públicos. Não é possível que mandem um tipo de mudanças em todo o arcabouço jurídico nesta relação de uma forma de urgência urgentíssima, que é do que tratam as medidas provisórias!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Eminente Paulo Rocha, meu prezado amigo, isso é matéria de mérito; não cabe a esta Mesa aqui discutir.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Não, pelo contrário,...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Isso tem que deixar para...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... é uma questão de ordem que nós mandamos, inclusive, para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Não, soubemos que foi encaminhado para o Presidente do Senado Davi Alcolumbre, que a está examinando e ainda não mandou resposta para cá.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Então é o seguinte, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Eu quero lhe dizer o seguinte, que é a nota que eu tenho.

Cabe a esta Comissão Mista tão somente emitir um parecer instrutivo sobre a medida provisória que irá servir de subsídio aos Plenários da Câmara e do Senado na prestação da matéria. Não compete a esta Presidência a análise unilateral da constitucionalidade da medida provisória e muito menos a devolução da matéria por qualquer suposto vício. Portanto, se a maioria do Colegiado entender pela inconstitucionalidade da medida provisória, poderá assim se manifestar apenas quando da votação do relatório nesta Comissão.

Sendo assim, indefiro a questão de ordem.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, Presidente, nós não estamos estabelecendo aqui o questionamento, porque isso aí é regimental, você está cumprindo o Regimento, você tem que cumprir o Regimento. Nós estamos questionando é a Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Mas não é aqui que nós vamos discutir...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sim, mas eu estou dizendo isso, porque, no mínimo, se você obedece à Constituição, no mínimo, você, como Presidente agora, deveria suspender até que saísse a resposta do Presidente da Casa!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Não.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Não? Como não? Então, eu estou questionando...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Nós vamos submeter agora à deliberação do Plenário...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – ... e aí vamos ver qual é o resultado. Então...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Olha, veja bem qual é a nossa postura aqui, Presidente. Nós estamos levantando questões que envolvem Constituição, etc, etc. Depois, como há uma maioria e se estabelece a instalação, nós não vamos questionar quem é Presidente, quem é Relator, etc, porque isso aí é próprio da maioria, que estabelece. Em relação a isso aí, nós somos submissos ao processo. Agora, nós estamos questionando, primeiro, que o instrumento medida provisória, para mexer com tudo que mexe aqui no mérito, não atende aos parâmetros de constitucionalidade, de urgência, enfim, de tudo que se coloca na Constituição. Segundo, mexe com questões constitucionais que não podem ser mexidas através de medidas provisórias. É isso que nós estamos questionando.

Então, eu estou só levantando essa questão de ordem para que chame a atenção de que nós vamos continuar com este processo de questionar a constitucionalidade e o papel do...

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) – Sr. Presidente, eu sugiro que a gente siga com a eleição e, após a eleição, a gente abra a palavra para quem quiser se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Respeitamos a sua posição...

Indeferimento...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Eu não sei se é sobre o mérito... É o Deputado Rogério Correia, PT, Minas Gerais?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Isso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Não é sobre mérito?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Não, eu peço a V. Exa. também uma questão de ordem. Democrata como é, eu vou ser bastante rápido, mas eu precisava de situar também uma questão em relação a uma questão de ordem da apreciação dessa medida provisória.

Na data do dia 11 de novembro de 2019, através da Liderança do PT na Câmara Federal – o Deputado Paulo Pimenta; e eu tenho aqui a documentação –, nós entregamos uma série de arrazoados que, no nosso entender, colocam essa medida provisória como inconstitucional, e como não tem relevância, não deveria ter sido recebida. No mesmo sentido que o nosso Senador aqui colocou.

Isso foi enviado ao Presidente Alcolumbre no dia 11 de novembro de 2019. Posteriormente a isso, por solicitação também da própria Presidência do Senado e da Presidência da Câmara, foram feitas notas técnicas, tanto no Senado quanto na Câmara.

A nota técnica do Senado é a de número 215, também de novembro de 2019. Dentre várias outras questões, ela diz o seguinte: "A medida provisória 905/2019 não dispõe de qualquer sinalização que justifique o cumprimento real do requisito de urgência (art. 62, CF)". Essa é uma nota técnica do Senado Federal.

A nota técnica da Câmara Federal, também solicitada por nós, vai no mesmo sentido e eu estou lendo bastante resumido, porque sei que o nosso tempo aqui é curto e as urgências de todos são muito grandes, mas diz o seguinte: "Portanto, a ausência de estimativas de impacto fiscal ou de medidas compensatórias suficientes para assegurar a sua plena neutralidade fiscal levam à conclusão de que não foram plenamente observadas na edição dessa MP as normas orçamentárias, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal".

Então, a Câmara diz que a Lei de Responsabilidade Fiscal, através de nota técnica, não foi observada; e o Senado observa na nota técnica que também não houve urgência.

Sem entrar no mérito da medida provisória, o que nós estamos cobrando é uma posição do Presidente do Congresso, que ele, através das solicitações que foram feitas, tanto no Senado quanto na Câmara, possa nos responder sobre isso.

Agora, a Comissão vai ser instalada, eleito o Presidente Relator, antes que ele responda.

Então, é essa a questão de ordem que eu levanto.

Eu aproveito, estando aqui no Senado, para cobrar, mais uma vez também, do Presidente Davi Alcolumbre, do Senado Federal, que foram aprovados quatro projetos – é outro assunto, mas eu peço a paciência de V. Exa. – com urgência após a Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho, eu sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

mineiro, que matou 270 pessoas, faz um ano no dia 25 de Janeiro. Há quatro projetos que estão aqui no Senado já há bastante tempo.

Eu pediria a V. Exa. que pudesse comunicar ao Presidente Davi Alcolumbre. Eu já solicitei a ele uma reunião para tratar desse assunto, e os projetos estão aqui parados. No dia 25 de janeiro, toda a imprensa vai dar: "Um ano do crime de Brumadinho, 270 mortos". E nós vamos constatar que o Congresso Nacional não aprovou nenhuma alteração na legislação pertinente à questão de barragens no Brasil.

Eu queria que V. Exa., se possível, levasse também...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Faremos isso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... essa cobrança ao Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Muito obrigado.

Vamos, então, à providência...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – ... que nos cabe aqui dentro...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para questão de ordem.) – Mais uma questão de ordem.

Já que o senhor está...E está correto, levar a ferro e fogo a questão do Regimento, e para mostrar que nós temos boa vontade, eu poderia me lançar candidato a Presidente, eu tenho esse direito e o Regimento nos... Mas eu não vou fazer isso, mas nós vamos pedir votação nominal e que seja em cédulas, como requer o Regimento.

Providencie, para quem quer eleger a maioria, que corra atrás da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Antes eu renovo aquela pergunta: tem alguém que queira se candidatar também, além do Senador Petecão? Se não tem, não tem porque nós fazemos por urna.

A votação é secreta? Só se tivesse outro. Só tem um.

Aí nos cabe perguntar aos Deputados e Senadores presentes se eles concordam com o nome indicado, e é o que vou fazer agora.

Consulto o Plenário se podemos...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, não estou vendo boa vontade para estabelecer diálogo com a gente. Eu sou a partir de agora candidato avulso. Providenciem as cédulas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Nós vamos democraticamente fazer a eleição com dois candidatos.

Bom, então informo aos Srs. e Sras. Parlamentares que as cédulas de votação encontram-se rubricadas na mesa da Comissão e que até o momento há o registro das seguintes candidaturas: para Presidente, Senador Sérgio Petecão, e para Presidente, Senador Paulo Rocha.

Eu ofereço cinco minutos para cada um dos candidatos apresentarem as suas razões para essa candidatura, sendo que o Senador Petecão está abrindo mão do seu tempo.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Também abro, nós já somos tão apresentados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Então, já está correndo o tempo de V. Exa. Abriu mão da fala também.

Então, vou fazer a chamada para anotarmos aí os votos.

Vou chamar então para virem à mesa adquirirem a cédula e fazerem o voto, começando pelos Senadores.

Senador Eduardo Braga. Senador Eduardo Braga está presente? (*Pausa.*)

Senador Confúcio Moura. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Nenhum dos três. Vamos aos suplentes.

Senador Plínio Valério. (*Pausa.*)

Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Já podem se encaminhar também.

Senador Veneziano Vital do Rêgo. Ausente.

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Irajá. (*Pausa.*)

Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Abstenção?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO PAIM (PT - RS) – Obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Obstrução.

Se V. Exa. não entregar a cédula... Obrigado, obrigado. Muito gentil, obrigado.

Senador Rodrigo Pacheco. (*Pausa.*)

Senador Lasier Martins, sou eu. (*Pausa.*)

Agora vamos para os suplentes. Vamos partir para os suplentes: Senador Confúcio Moura. (*Pausa.*)

Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Gomes. (*Pausa.*)

Estamos nos suplentes.

Senador Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

Senador Arolde de Oliveira. (*Pausa.*)

Senador Carlos Viana. (*Pausa.*)

Como Paulo Paim não votou, pode ser Rogério Carvalho. Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Não estando o Senador Rogério Carvalho, Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Senador Jorginho Mello. (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Eu pergunto ao meu eminente Senador Paulo Paim... Conforme o art. 48, V. Exa., agora, pode votar, porque diz o seguinte: "Presente à sessão, o Congressista somente poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal, devendo comunicar à Mesa seu impedimento, computado seu comparecimento para efeito de quórum".

Então, V. Exa. é computado como presente, quer aproveitar para votar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Quero aproveitar que eu vou me retirar então... eu não estou presente, e não está nem no painel.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Então, temos que colocar no painel, porque V. Exa. usou a palavra.

Agora, não vamos brigar, não é Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Fora do microfone*.) – Claro que não, claro que não. O debate vai ser no mérito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Isso.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Fora do microfone*.) – Agora, claro, é uma demonstração de que nós vamos fazer um bom combate nessa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Como convém.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Perfeito.

Vamos passar para a Câmara dos Deputados. Câmara dos Deputados. Titulares.

Christino Áureo. (*Pausa.*)

Ainda em tempo, o Senador Heinze chega a tempo de votar. (*Pausa.*)

Deputado Herculano Passos. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Pimenta. (*Pausa.*)

Deputada Joice Hasselmann. (*Pausa.*)

Deputado Sidney Leite. (*Pausa.*)

Deputado Lucas Vergílio. (*Pausa.*)

Deputado Danilo Cabral. (*Pausa.*)

Deputado Júlio César Ribeiro. (*Pausa.*)

Deputado Carlos Sampaio. (*Pausa.*)

Deputado Kim Kataguiri (*Pausa.*)

Deputado André Figueiredo. (*Pausa.*)

Deputado José Nelto. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Pereira da Silva. (*Pausa.*)

Carlos Chiodini.

Não está. (*Pausa.*)

Átila Lira. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputado Rogério Correia. (*Pausa.*)

Deputada Bia Kicis. (*Pausa.*)

Deputado Hugo Leal. Perdão. Hugo Leal sem efeito porque votou o titular Sidney Leite.

Deputado Bira do Pindaré. (*Pausa.*)

Deputado Beto Pereira. (*Pausa.*)

Deputado Fred Costa. (*Pausa.*)

Deputado Mauro Benevides Filho. (*Pausa.*)

Deputado Marco Feliciano. (*Pausa.*)

Chegou em tempo o Senador Eduardo Gomes.

Chegando também Jorginho Mello. (*Pausa.*)

Vamos esperar alguns minutos por aqueles que foram chamados e que estão a caminho.

Depois vamos para a apuração. (*Pausa.*)

Deputada Bia Kicis. (*Pausa.*)

Aguarda aí para a apuração. (*Pausa.*)

Chegou Herculano Passos.

Herculano Passos. (*Pausa.*)

Estão chegando também os Senadores Irajá e Esperidião Amin. (*Pausa.*)

O seu voto é valiosíssimo, só que não vale mais. Os três já votaram.

Viu, Esperidião, fechou o bloco. (*Pausa.*)

Eu quero convidar para escrutinadores dessa votação o Senador Eduardo Gomes e a Deputada Bia Kicis. Por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Petecão, 1. Petecão, 2. Sérgio Petecão, 3. Petecão, 4. Petecão, 5. Sérgio Petecão, 6. Sérgio Petecão, 7. Paulo Rocha, 1. Petecão, 8. Petecão, 9. Petecão, 10. Petecão, 11. Sérgio Petecão, 12. Petecão, 13. Petecão, 14. Petecão, 15.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Exatamente. Tem isso. Então, em Petecão e Sérgio Petecão temos 15 e em Paulo Rocha temos um.

Eu declaro eleito, então, o Sr. Sérgio Petecão Presidente desta medida, passando a Presidência da Comissão a V. Exa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Primeiro, agradecer aos colegas que depositaram esse voto de confiança. Com certeza vamos fazer esse trabalho juntos.

Comunico que há acordo de Liderança para eleição do Vice-Presidente. O acordo indicou o Deputado Lucas Vergilio. (*Palmas.*)

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém contra, os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito o Vice-Presidente, Deputado Lucas Vergilio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Como Relator, aqui está o Deputado Christino Áureo, PP, do Rio de Janeiro.

Por favor, Christino. (*Palmas.*)

Na próxima oportunidade, nós vamos designar o Relator Revisor.

Proponho a aprovação da ata da presente Reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião, e passo a palavra aqui ao nosso Relator, Christino Aureo, para que ele faça as suas considerações finais.

O SR. CHRISTINO AUREO (PP - RJ. Como Relator.) – Rapidamente, Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, Senador Petecão, também o Vice-Presidente, Lucas, e cada uma das Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Deu para ver que vai ser com emoção, não é? Não podia ser diferente. É um tema importante para o País e para o Parlamento, obviamente.

Como esta é a Casa da democracia, do debate, da melhor resultante de tudo aquilo que nós pudermos produzir, e como um relatório é muito mais um guia, um orientador para que as Casas possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

deliberar no momento correto, nós vamos tratar isso tudo com muito respeito pelo amplo debate e pelo direito de cada uma das partes envolvidas se manifestarem com toda a sua capacidade.

Presidente, nós vamos procurar dar muita celeridade à discussão, tão logo quanto possível, porque quem está desempregado, quem precisa, de fato, sair da angústia do desemprego, depende muito em que a gente possa avançar com a discussão dessa MP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 906, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e dezesseis minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Mauro Lopes e Vinicius Poit, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 906, de 2019 com a presença dos Parlamentares Luiz Pastore, Luis Carlos Heinze, Confúcio Moura, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Leila Barros, Eliziane Gama, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Ronaldo Carletto, Vermelho, Bosco Costa, Vilson da Fetaemg, Elias Vaz, João Roma, Leônidas Cristino, Fábio Henrique, Léo Moraes, Paulo Paim, Pedro Lupion, Arolde de Oliveira, Bia Kicis, Dário Berger, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Sidney Leite e Paulo Azi. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Roberto Rocha, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Alvaro Dias, José Ricardo, Jhonatan de Jesus, Carlos Sampaio, Geninho Zuliani e Ivan Valente. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Vinícius Poit e designado Relator o Senador Acir Gurgacz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte minutos. É aprovada a Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Vinicius Poit

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 906, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Mauro Lopes. MDB - MG) – Boa tarde, senhoras e senhores! É com prazer, e pela idade avançada, que tenho o privilégio de presidir.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 906, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a Relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Liderança para eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o nobre Deputado Vinicius Poit, que se encontra aqui. Para Vice-Presidente, ainda não foi apresentado.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os senhores que concordam mantenham-se como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleito Presidente o Deputado Vinicius Poit. Solicito que venha participar da Mesa, tomando posse.

Passo a Presidência para o nobre Deputado Vinicius Poit. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Poit. NOVO - SP) – Agradeço a oportunidade e a confiança de todos para exercer a Presidência desta Comissão tão importante no Brasil, em que vamos tratar de mobilidade urbana, meu colega Deputado Vilson da Fetaemg, visto que a gente teve um projeto de lei que foi conclusivo na Comissão Especial de Mobilidade Urbana na Câmara, de cuja relatoria participei. Isso vai ser importante para a gente ganhar tempo e trazer um pouco da *expertise* da discussão lá para essa discussão aqui, ainda mais rica com a presença dos Srs. Senadores também.

Gostaria de passar para a designação do Relator.

Designo Relator o Senador Acir Gurgacz.

Falei certo, Senador? (*Risos.*)

O SR. ACIR GURGACZ (PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Falou certo.

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Poit. NOVO - SP) – Queria passar a palavra, antes de partirmos para a conclusão dessa instalação, para o Senador Acir.

Por favor, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ACIR GURGACZ (PDT - RO. Como Relator.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, muito obrigado pela confiança. Tenho certeza de que temos muito a fazer com relação à mobilidade urbana. Nós já temos um trabalho na Subcomissão, da qual tenho o prazer de ser Presidente, aqui no Senado, exatamente sobre mobilidade urbana. E vamos fazer esse trabalho junto com os nobres Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Muito obrigado pela confiança. Vamos ao trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Vinicius Poit. NOVO - SP) – Obrigado, Senador. É uma honra poder trabalhar com o senhor aqui. Conte comigo em tudo que eu puder contribuir com o senhor também.

Proponho, então, a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos. Obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 907, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e trinta e dois minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Luis Carlos Heinze e Lasier Martins, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 907, de 2019 com a presença dos Parlamentares Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Felipe Carreras, Newton Cardoso Jr, Herculano Passos, Clarissa Garotinho, Bia Kicis, Marx Beltrão, Vermelho, Elias Vaz, João Roma, Paulo Azi, Leur Lomanto Júnior, Fábio Henrique, Paulo Paim, Pedro Lupion, Lucas Vergilio, Léo Moraes, Lucas Gonzalez, Vilson da Fetaemg, Bosco Costa, Ronaldo Carletto, Nelsinho Trad, Leila Barros, Confúcio Moura, Marcos do Val, Luiz Pastore, Vinicius Poit, Wellington Fagundes, Sidney Leite, Angelo Coronel, Leônidas Cristino, Major Fabiana, Luizão Goulart, Mauro Benevides Filho, Izalci Lucas, Christino Aureo e Mauro Lopes. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Helder Salomão, Fernando Rodolfo, Tadeu Alencar, Vinicius Carvalho, Roberto Pessoa, José Nelto e Daniel Almeida. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Senador Luis Carlos Heinze. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e um minutos. É aprovada a Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Luis Carlos Heinze

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 907, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 907, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o eminente Senador gaúcho Luis Carlos Heinze. (*Palmas.*)

Para Vice, não temos ainda, não é? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Paulo Rocha. Sim, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Aqui, a sua esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Sim, só poderia ser. (*Risos.*)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, nós estamos no final de uma sessão legislativa. Nós compreendemos o papel das medidas provisórias que são usadas pelos governos. Todos eles sempre as usaram, inclusive o nosso, quando estivemos no governo.

Duas medidas provisórias que nós vamos questionar – exatamente esta 907 e a 905 – não cumprem alguns pressupostos da medida provisória, que são a urgência, a emergência etc.

No caso desta 907, o que a gente percebe é que o Governo, ao tentar resolver o problema não só da estrutura do Estado, mas o problema da economia, está perdido, totalmente perdido. Neste caso, como é que se tira um quinhão do financiamento da pequena e média empresa, que é o caso do Sebrae, que cumpre papel importante; como é que se tira um quinhão do orçamento do Sebrae para levar para outro órgão de Governo – que também precisa, é verdade, a questão do turismo, da Embratur – se isso não resolve o problema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu estou chamando a atenção da Comissão e principalmente de quem está sendo proposto a presidir, o nosso Heinze, que é ligado a essa questão da produção. Não pode prosperar essa medida provisória, ainda mais a urgência de se instalá-la. Por que não se espera pelo início da próxima sessão legislativa e já se começa a contar o tempo, sem que se busque outra solução para resolver o problema da economia, do financiamento, do investimento no processo de desenvolvimento do nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Meu eminente colega...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Está errado isso, Presidente. Deixa-me concluir.

Não sei se o senhor está com pressa de instalar, mas se aclame.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Não, não. Meu prezado amigo e meu vizinho residencial, nada disso. Nós estamos aqui hoje para cumprir uma missão, que é instalar a Comissão. Quem sabe deixamos a discussão para depois?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Cá para nós, é uma missão espinhosa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Sei que é.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Estou levantando a questão aqui de que nós temos poder, como um Poder que é o Senado Federal, de levantar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Mas na hora certa!

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – O Executivo não pode ser assim tão superior a nós. Calma!

Então, estou chamando a atenção porque não é possível aceitar esse processo... Qual é a urgência, a emergência para a instalação dessa medida provisória para resolver um problema de transferência de um órgão importante da economia do nosso País, que é o Sebrae, para a Embratur? Qual é a urgência e a emergência? Diga!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Isso tem que ser discutido...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Então, não tem por que ter pressa, não tem por que estar cumprindo missões aqui dessa forma, sem que a gente não reaja!

Só queria levantar essa questão para chamar atenção, porque não é possível virem medidas provisórias dessa forma sem que a gente reclame. Nós somos um Poder político do País!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Perfeito, Senador Paulo Rocha.

Respeito a sua posição. Agora peço que V. Exa. também considere a condição em que nos encontramos aqui. Fomos chamados – inclusive fui chamado por ser mais velho. Imagine! Eu, que tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

aspecto de jovem, mas sou mais velho – para instalar esta Comissão. Acho que as questões levantadas por V. Exa. ficarão para o debate lá adiante.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Quanto anos o senhor tem? (*Risos.*)

É porque eu tenho a impressão de que eu, embora pareça ser mais novo do que o senhor, eu sou mais velho. Aí eu chego aí, me sento e tomo outra decisão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Eu nunca tinha visto no Senado Federal discussão sobre quem é mais velho.

Eu consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição por aclamação.

Então, os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – É a Presidência? É a direção...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – A Presidência.

Declaro, então, eleito Presidente da Comissão o Senador Luis Carlos Heinze, a quem convido para assumir a Presidência neste momento.

Meu prezado conterrâneo, V. Exa. está investido na Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. PP - RS) – Colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, inicialmente quero agradecer ao Senador Lasier, que não quis medir força com o Paulo Rocha em relação à idade...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Eu sou mais velho que ele disparado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. PP - RS) – É mais velho, não é?

O Paim aqui está me dizendo que concorda com que o Lasier é mais velho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. PP - RS) – Obrigado aos colegas Parlamentares.

Dando sequência, Senador Paulo Rocha, nós debateremos, sim. Que no decorrer das próximas reuniões, a gente possa fazer isso.

Eu tenho aqui um documento que recebi por parte da Liderança do Governo no Senado, com a indicação do meu nome para a Presidência e também com a indicação do nome do Deputado Marx Beltrão para a relatoria. Eu sei que veio também o documento da Mesa da Câmara dos Deputados – não foi do Presidente da Câmara – falando do Deputado Newton Cardoso. Então, eu estou respeitando neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

momento a posição que eu recebi do Líder do Governo no Congresso Nacional, certo? Por isso estou propondo aqui aos colegas Parlamentares a indicação do Deputado Marx Beltrão como Relator dessa matéria.

Também coloco a indicação em apreciação dos colegas Parlamentares para que a gente possa dar sequência, o.k?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. PP - RS) – Então, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. PP - RS) – Designo como Relator o Deputado Marx Beltrão.

Convido-o para assumir o lugar na Mesa também.

Passo a palavra ao Deputado Marx Beltrão.

O SR. MARX BELTRÃO (PSD - AL. Como Relator.) – Quero inicialmente agradecer ao Presidente da Medida Provisória 907, Senador Heinze; agradecer a indicação do meu partido, o PSD, através do nosso Líder, André de Paula.

Vamos fazer aqui um trabalho muito firme em defesa do crescimento do turismo brasileiro, que tem um grande potencial. Com essa medida provisória, tenho certeza de que vamos poder avançar muito e gerar milhares de empregos por todo o País.

É claro que vamos receber todas a emendas que nos mandarem para que possamos analisar com muita cautela, com muita prudência e fazer um relatório que esteja à altura do que o turismo do nosso País precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. PP - RS) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerra a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 908, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Raimundo Costa e Pedro Lupion, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 908, de 2019 com a presença dos Parlamentares Rodrigo Cunha, Major Olimpio, Soraya Thronicke, Weverton, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Rodrigo Pacheco, Bia Kicis, André de Paula, Diego Andrade, Beto Pereira, Eduardo Bismarck, Ricardo Teobaldo, Pastor Eurico, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Eduardo Gomes, Neri Geller, André Figueiredo, Chico Rodrigues, Pr. Marco Feliciano, José Nelto, Flávio Bolsonaro, Roberto Rocha, Coronel Chrisóstomo, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Dário Berger, Diego Garcia, Felício Laterça, Telmário Mota, Claudio Cajado, Marcos do Val, Wellington Fagundes e Luis Miranda. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Jean Paul Prates, Alvaro Dias, Mário Negromonte Jr., Baleia Rossi, Paulo Pimenta, João H. Campos, Jhonatan de Jesus, Carlos Sampaio, Túlio Gadêlha e Marreca Filho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e Eleição. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Raimundo Costa e designado Relator o Senador Rogério Carvalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Raimundo Costa

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória n° 908, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Pedro Lupion. DEM - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 908, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal. Comunico que há acordo entre Lideranças partidárias para eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Raimundo Costa.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Presidente da MP 908 o Deputado Raimundo Costa, a quem convido para vir à mesa assumir esta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Costa. PL - BA) – Boa tarde a todas e a todos. Quero saudar a todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. Agradeço aqui a todos pela indicação do nosso nome. Na condição de Presidente da Medida Provisória 908, designo como Relator o Senador Rogério Carvalho, a quem a gente convida que assuma na mesa a relatoria. O Relator Revisor será oportunamente designado.

Passo a palavra ao nobre Senador Relator Rogério Carvalho, para que possa fazer sua manifestação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Como Relator.) – Eu queria agradecer a V. Exa. pela indicação. Nós temos o período de recesso agora, e espero que a gente possa, na primeira reunião deliberativa, já ter, por parte dos Parlamentares, as solicitações, os pedidos de audiência pública. Espero que possam fazer isso ao longo desse período para que a gente tenha um material bastante qualificado de demandas de audiências, de proposições de debates, para que a gente possa conformar o plano de trabalho e apresentá-lo na reunião deliberativa, que deve ser convocada pelo Presidente da Comissão Mista.

No mais, agradeço a V. Exa. pela indicação. Estou à disposição dos colegas para qualquer conversa, tanto formal quanto individual no gabinete, para tirar alguma dúvida. Estarei à disposição de todos os colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, Senadoras e Deputadas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Costa. PL - BA) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho. Nós gostaríamos de sugerir aos nobres Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, uma vez que nós já entraremos em recesso a partir de quarta-feira ou quinta, que a gente pudesse aqui preestabelecer uma data no retorno do recesso para fevereiro, 4 ou 5, para que pudéssemos iniciar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Dia 4 é terça-feira? (*Pausa.*)

Dia 4 de fevereiro é terça-feira e dia 5 é quarta. Qual seria a melhor data para a gente conciliar entre os nobres...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Costa. PL - BA) – Quarta-feira? Fica combinado aqui, com a aprovação de todos, o dia 5 de fevereiro, quarta-feira, para iniciar os nossos trabalhos e todos poderem aqui iniciar o processo dessa necessária medida provisória, que com certeza irá corrigir danos ambientais causados a toda a fauna e a flora e principalmente aos pescadores do Brasil.

Agradeço a todos.

Proponho neste momento a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 910, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Lucio Mosquini e Rogério Peninha Mendonça, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Major Olimpio, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Weverton, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Neri Geller, Coronel Chrisóstomo, Joaquim Passarinho, Zé Vitor, Marcelo Ramos, Adolfo Viana, Jose Mario Schreiner, Luis Miranda, André Figueiredo, Afonso Motta, José Nelto, Toninho Wandscheer, Capitão Wagner, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Pacheco, Pedro Lupion, Pr. Marco Feliciano, Tiago Mitraud, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Felício Laterça, Bia Kicis, Claudio Cajado, Beto Pereira, Chico Rodrigues, Pastor Eurico, Dário Berger, Diego Garcia, Leila Barros, Raimundo Costa, Marcos do Val, Diego Andrade e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Parlamentares Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Alvaro Dias, Valmir Assunção, Nelson Barbudo, Vilson da Fetaemg, Jhonatan de Jesus e Celso Sabino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Lucio Mosquini, e designados Relator e Relator-Revisor, respectivamente, o Senador Irajá e o Deputado Luis Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Lucio Mosquini

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória n° 910, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/12/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.184612/2019-36

CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Rogério Peninha Mendonça. MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 910, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado, para Presidente, o Deputado Lucio Mosquini.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, declaro eleito o Deputado Lucio Mosquini, Presidente da Medida Provisória nº 910.

Com muita honra, passo, a partir de agora, a Presidência da Comissão ao Sr. Deputado Lucio Mosquini. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucio Mosquini. MDB - RO) – Boa tarde a todos. Agradeço ao meu amigo Rogério Peninha pela honra que tenho de ser eleito pela Presidência de V. Exa. Fico muito grato.

Continuando nossos trabalhos, quero designar como Relator o Senador Irajá. Designo também, como Relator Revisor, o Deputado Luis Miranda.

De antemão, aviso que o Senador Irajá está chegando aqui na Comissão. Ele já esteve aqui conosco, retornou e, logo em breve, estará aqui conosco. Então, designo o Senador Irajá como o nosso Relator.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7E70B43900339890.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.